



Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana

**A ARQUITETURA AO SERVIÇO DO TURISMO NÁUTICO EM PORTUGAL, CONTEXTOS E
PRÁTICAS NUM PAÍS DE VOCAÇÃO TURÍSTICA**

Paulo José dos Santos Ventura

Orientadores: Prof. Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço
Prof. Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana,
na Especialidade de Sociologia e Gestão do Desporto



Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana

**A ARQUITETURA AO SERVIÇO DO TURISMO NÁUTICO EM PORTUGAL, CONTEXTOS
E PRÁTICAS NUM PAÍS DE VOCAÇÃO TURÍSTICA**

Paulo José dos Santos Ventura

Orientadores: Prof. Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço
Prof. Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana,
na Especialidade de Sociologia e Gestão do Desporto

Júri:

Presidente:

Francisco José Bessone Ferreira Alves
Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira
Professora Catedrático
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas
Professora Auxiliar
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Maria Peixoto Naia
Professora Auxiliar
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Doutora Sofia Maria Mendes Barbosa da Costa Salema Guilherme
Professora Associada
Escola das Artes, Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora

Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes
Professora Adjunto
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

AGRADECIMENTOS

Este ciclo de estudos é o resultado de uma longa caminhada, árdua e exigente que muito contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Este trajeto foi realizado com muito esforço, cansaço, noites perdidas, mas também de superação de obstáculos, reconfigurações emotivas e teóricas, onde cresci como ser humano e amadureci mais os meus conhecimentos. Não esquecendo o suporte de pessoas importantes que me foram essenciais neste percurso, quero aqui aproveitar o espaço para agradecer verdadeiramente a essa imensa rede de apoio que tive para conseguir concluir mais esta etapa da minha vida, onde pude vivenciar encontros e trocas genuínas de conhecimento. Existem contributos de natureza diversa que não podem nem devem deixar de ser inalterados, por tudo isso, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

À minha família, pelos incentivos e apoios que sempre dispensaram, pelas horas de ausência e isolamento, pela sua tolerância, compreensão e carinho quando estava a escrever em vez de atender às suas necessidades.

Ao meu orientador Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço, dirijo um agradecimento especial, pelo atento e permanente apoio em todas as fases do trabalho. Por ter-me orientado no sentido de me ajudar a ultrapassar os vários impasses teóricos e práticos, e pela resposta sempre pronta a todos os meus pedidos, aqui fica o meu agradecimento.

Ao meu coorientador Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes, gostaria de prestar um agradecimento especial pelas valiosas sugestões que tanto enriqueceram o meu trabalho, bem como todo empenho que demonstrou no meu processo de doutoramento. Pela amizade demonstrada ao longo de vários anos e que fica para a vida. Um agradecimento especial à sua esposa Dr.^a Andreia pelos fabulosos cozinhados que proporcionaram momentos agradáveis de convívio e estímulo para a continuidade do trabalho, quando o cansaço já se fazia sentir.

À colega doutoranda Eunice Duarte pela amizade, ajuda, incentivo e disponibilidade evidenciada em todos os momentos de desenvolvimento da tese.

À Professora Doutora Margarida Mascarenhas pela amizade, incentivo e disponibilidade evidenciada em todos os momentos de desenvolvimento da tese. Um agradecimento pelas chamadas de atenção nas CAT, de aspetos que precisavam de ser revistos e melhorados, fazendo com que todo o processo seguisse o seu rumo.

Ao Dr. João Nunes, pelo carinho e amizade, compreensão demonstrada e disponibilidade evidenciada, principalmente nos dias de ausência do trabalho para desenvolvimento da tese.

Às Entidades Públicas do Centro Litoral de Portugal, em particular da região do Baixo Mondego, pelo apoio, cedência de informação que sempre que solicitada, me souberam dispensar.

Aos meus amigos e conhecidos, pela troca de experiências e conhecimentos, pelo convívio, amizade e espírito de solidariedade que sempre demonstraram.

Muito Obrigado!

Paulo José dos Santos Ventura

RESUMO

Na sociedade contemporânea, o desporto assume-se como um acontecimento social de máxima importância. Um paradigma ao nível dos fatores de especialização, na dimensão organizacional, política e institucional. Devido a sua capacidade de mobilização de vontades, sentimentos, emoções e apelo universal, o desporto é considerado um dos maiores fenómenos sociais do mundo.

A gestão do desporto é uma atividade profissional que exige competências elevadas, especialização e trata essencialmente de decisões, rotinas, processos e práticas eficazes para solucionar problemas pela aplicação de teorias e instrumentos de gestão testados em outras áreas do conhecimento e adaptados à realidade e dinâmicas do desporto. Trata-se de um processo social com cerca de cento e cinquenta anos e que se desenvolveu em função do crescimento da importância do desporto enquanto fenómeno social multifacetado (espetáculo, lazer e recreação, formação e saúde), com implicações económicas cada vez maiores no contexto da vida dos cidadãos, organizações e países, implicando inovação e criatividade na disponibilização de serviços prestados ao consumidor, de modo a satisfazer as suas necessidades.

O turismo náutico é um tipo de turismo alternativo cada vez mais popular que se define como férias ativas em contacto com a água, através da realização de atividades como a navegação em barcos à vela ou iates, bem como outras atividades lúdicas e desportivas que impliquem o desfrute da natureza neste contexto. Portugal apresenta um clima único na Europa para as atividades ligadas ao mar. Com 2800 km de costa, rios e barragens.

O projeto tese insere-se no âmbito do doutoramento em Motricidade Humana, na Especialidade de Sociologia e Gestão do Desporto. Neste enquadramento, a ideia geral do estudo relaciona-se com a necessidade em saber se um arquétipo, instalação desportiva serve as necessidades dos consumidores do turismo náutico, na vertente da náutica de recreio bem como os *players* locais, nomeadamente: as entidades públicas e privadas e agentes locais que prestam esse tipo de serviços em áreas dominiais do litoral centro de Portugal, particularizando a sub-região do Baixo Mondego, em especial na Figueira da Foz.

Neste sentido, espera-se poder contribuir com o estudo, de forma eficaz para uma consciencialização dos benefícios do setor do turismo náutico em Portugal, em particular no que respeita à implementação de novos equipamentos desportivos, diferenciadores, inovadores, sustentáveis, amigos do ambiente e que acima de tudo cumpram como o propósito para o qual foram pensados. Por outro lado, e focalizando com a presente investigação pretende-se saber quais os fatores que contribuem para que um equipamento desportivo (protótipo) satisfaça as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-

região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa descrever, compreender e interpretar comportamentos, factos e fenómenos, pela perspetiva dos sujeitos.

Trata-se de uma investigação de cariz qualitativo e interpretativo, assente num estudo de caso, sendo o inquérito por questionário a técnica de recolha de dados primários privilegiada, complementada por fontes secundárias, por análise documental e de conteúdo, tendo por base o acesso a documentos oficiais tais como teses, livros, quadros normativos, pareceres técnicos, planos, assente num trabalho de campo aprofundado, sistemático e organizado, complementado por observação direta, conversas com diversos atores-chave e registos fotográficos vários.

Na linha de pensamento de Fortin (1999) e de um modo geral a tese de doutoramento encontra-se estruturada de uma forma sequencial com o propósito de atingir os objetivos explicitados, constituída por três fases distintas: fase conceptual (oito capítulos), fase metodológica (dois capítulos) e fase empírica (dois capítulos).

O modelo concebido de instalação desportiva/protótipo assume-se como um “*New Concept*”, diferenciador e necessário à região centro litoral do nosso país, em particular ao concelho da Figueira da Foz. Assenta num formato adaptável às diferentes exigências e contextos de práticas e consumos do turismo, respeitador das necessidades dos praticantes e potenciais interessados, tendo como base as características do turismo náutico, na vertente náutica de recreio, ao nível do lazer, da competição e treino, da prática informal, conforto, formação, investigação e inovação no fabrico de materiais, vestuário e acessórios para a prática das diferentes modalidades. Neste sentido, admite-se que o conceito possa ser aplicado e replicado no que respeita às necessidades da atividade física e desporto nas mais variadas vertentes.

Palavras-Chave: Arquitetura, Gestão do Desporto, Instalações Desportivas, Sociologia, Turismo Náutico

ABSTRACT

In contemporary society, sport is a major social event. A paradigm at the level of the factors of specialization, in the organizational, political and institutional dimension. Due to its ability to mobilize wants, feelings, emotions and universal appeal, sport is considered one of the largest social phenomena in the world.

The management of sport is a professional activity that requires high skills, specialization and essentially deals with effective decisions, routines, processes and practices to solve problems by applying theories and management tools tested in other areas of knowledge and adapted to the reality and dynamics of the sport. This is a 150-year social process that has developed in the light of the growing importance of sport as a multifaceted social phenomenon (spectacle, leisure and recreation, training and health), with growing economic implications in the context the lives of citizens, organizations and countries, implying innovation and creativity in the provision of services provided to the consumer, in order to meet their needs.

Nautical tourism is an increasingly popular type of alternative tourism that is defined as active vacations in contact with water, through activities such as navigation in sailing boats or yachts, as well as other leisure and sports activities that involve the enjoy nature in this context. Portugal has a unique climate in Europe for activities linked to the sea. With 2800 km of coast, rivers and dams.

The thesis project is part of the PhD in Human Motricity, in the Specialty of Sociology and Management of Sport. In this context, the general idea of the study is related to the need to know if an archetype / sports facility serves the needs of consumers of nautical tourism, in the nautical aspect of recreation as well as local players namely: public and private entities and local agents that provide this type of services in the domains of the central coast of Portugal, particularizing the sub-region of Baixo Mondego, especially in Figueira da Foz.

In this sense, we hope to contribute to the study, in an effective way, to an awareness of the benefits of the nautical tourism sector in Portugal, in particular with regard to the implementation of new sporting, differentiating, innovative, sustainable, environmentally friendly and which above all fulfill as the purpose for which they were intended. On the other hand, and focusing on the present research is intended to know which factors that contribute to a sports equipment (prototype) meets the needs of consumers of nautical tourism in the sub-region of the central coast of Portugal - Baixo Mondego. It is a qualitative research that aims to describe, understand and interpret behaviors, facts and phenomena, from the perspective of the subjects. This is a qualitative and interpretive investigation based on a case study, the questionnaire survey being the primary data collection technique, complemented by

secondary sources, by documentary and content analysis, based on access to official documents such as theses, books, normative frameworks, technical opinions, plans, based on an in-depth, systematic and organized fieldwork, complemented by direct observation, conversations with several key actors and various photographic records.

According to Fortin (1999), the doctoral thesis is structured in a sequential way with the purpose of achieving the stated objectives, consisting of three distinct phases: conceptual phase (eight chapters), methodological phase (two chapters) and empirical phase (two chapters).

The conceived model of sports / prototype installation is a "*New Concept*", a differentiator and necessary for the coastal region of our country, in particular the municipality of Figueira da Foz. It is based on a format adapted to the different requirements and contexts of practices and consumption of tourism, respecting the needs of the practitioners and potential interested parties, based on the characteristics of nautical tourism, nautical pleasure, leisure, competition and training, informal practice, comfort, training, research and innovation in the manufacture of materials, clothing and accessories to practice the different modalities. In this sense, it is accepted that the concept can be applied and replicated with regard to the needs of physical activity and sport in the most varied aspects.

Key words: Architecture, Sports Management, Sports Facilities, Sociology, Nautical Tourism

RÉSUMÉ

Dans la société contemporaine, le sport est un événement social majeur. Un paradigme au niveau des facteurs de spécialisation, dans les dimensions organisationnelle, politique et institutionnelle. En raison de sa capacité à mobiliser les besoins, les sentiments, les émotions et l'attrait universel, le sport est considéré comme l'un des plus importants phénomènes sociaux au monde.

La gestion du sport est une activité professionnelle qui requiert des compétences élevées, une spécialisation et qui concerne essentiellement des décisions, routines, processus et pratiques efficaces pour résoudre des problèmes en appliquant des théories et des outils de gestion testés dans d'autres domaines de la connaissance et adaptés à la réalité et à la dynamique du marché. Les sports C'est un processus social de 150 ans qui s'est développé à la lumière de l'importance croissante du sport en tant que phénomène social à multiples facettes (spectacle, loisirs et loisirs, formation et santé), avec des implications économiques croissantes dans le contexte. La vie des citoyens, des organisations et des pays, impliquant innovation et créativité dans la fourniture de services fournis aux consommateurs, afin de répondre à leurs besoins.

Le tourisme nautique est un type de tourisme alternatif de plus en plus prisé qui se définit comme des vacances actives au contact de l'eau, par le biais d'activités telles que la navigation à voile ou à voile, ainsi que d'autres activités de loisirs et de sports impliquant la profiter de la nature dans ce contexte. Le Portugal jouit d'un climat unique en Europe pour les activités liées à la mer. Avec 2800 km de côtes, rivières et barrages.

Le projet de thèse fait partie du doctorat en motricité humaine, dans la spécialité sociologie et gestion du sport. Dans ce contexte, l'idée générale de l'étude est liée à la nécessité de savoir si un archétype / équipement sportif répond aux besoins des consommateurs de tourisme nautique, dans l'aspect nautique du loisir, ainsi que des acteurs locaux, à savoir: entités publiques et privées. Et des agents locaux qui fournissent ce type de services dans les domaines de la côte centrale du Portugal, en particulier dans la sous-région de Baixo Mondego, en particulier à Figueira da Foz. En ce sens, nous espérons contribuer à l'étude, de manière efficace, à faire prendre conscience des avantages du secteur du tourisme nautique au Portugal, en particulier en ce qui concerne la mise en œuvre de nouvelles technologies sportives, différenciantes, innovantes, durables, respectueuses de l'environnement et respectueuses de l'environnement.

Qui remplissent avant tout le but pour lequel ils étaient destinés. Par ailleurs, en se concentrant sur la présente recherche, on cherche à savoir quels facteurs qui contribuent à un équipement de sport (prototype) répondent aux besoins des consommateurs de tourisme

nautique dans la sous-région de la côte centrale du Portugal - Baixo Mondego. Il s'agit d'une recherche qualitative qui vise à décrire, comprendre et interpréter les comportements, les faits et les phénomènes, du point de vue des sujets.

Ils' agit d'une enquête qualitative et interprétative basée sur une étude de cas, l'enquête par questionnaire étant la technique principale de collecte des données, complétée par des sources secondaires, une analyse documentaire et une analyse du contenu, reposant sur l'accès à des documents officiels tels que des thèses, des ouvrages, des cadres normatifs, des avis techniques, des plans reposant sur un travail de terrain approfondi, systématique et organisé, complétés par une observation directe, des conversations avec plusieurs acteurs clés et divers enregistrements photographiques.

Selon Fortin (1999), la thèse de doctorat est structurée de manière séquentielle dans le but d'atteindre les objectifs énoncés, en trois phases distinctes: phase conceptuelle (huit chapitres), phase méthodologique (deux chapitres) et la phase empirique (deux chapitres).

Le modèle conçu d'installation de sport / prototype est un "Nouveau Concept", un différenciateur et nécessaire pour la région côtière de notre pays, en particulier la municipalité de Figueira da Foz, basé sur un format adapté aux différents besoins et contextes de pratiques et de consommation du tourisme, en respectant les besoins des praticiens et des intéressés potentiels, sur la base des caractéristiques du tourisme nautique, du plaisir nautique, des loisirs, de la compétition et de la formation, de la pratique informelle, du confort, de la formation, de la recherche et de l'innovation dans le secteur fabrication de matériaux, vêtements et accessoires pour pratiquer les différentes modalités. En ce sens, il est admis que le concept peut être appliqué et reproduit en ce qui concerne les besoins de l'activité physique et du sport sous ses aspects les plus variés.

Mots clés: Architecture, Gestion du sport, Installations sportives, Sociologie, Tourisme nautique

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
RÉSUMÉ	VII
ÍNDICE QUADROS	XV
ÍNDICE GRÁFICOS	XVI
ÍNDICE FIGURAS	XVII
ÍNDICE TABELAS	XX
ÍNDICE DE ACRÓNIMOS	XXIV
FASE CONCEPTUAL	1
INTRODUÇÃO	2
1. DESPORTO E TURISMO	9
1.1. CONCEITUALIZAÇÃO	9
1.1.1. <i>Desporto</i>	9
1.1.2. <i>Desporto e o Ambiente Construído</i>	10
1.1.3. <i>Turismo</i>	11
1.1.4. <i>O Turismo Desportivo</i>	12
1.1.5. <i>Produto Turístico e Estratégias de Planeamento</i>	18
1.2. O TURISMO NÁUTICO EM PORTUGAL	22
1.2.1. <i>O Mercado do Turismo Náutico</i>	22
1.2.2. <i>Fatores de Crescimento do Turismo Náutico</i>	25
1.2.3. <i>Subcategorias do Turismo Náutico</i>	27
1.2.4. <i>Enquadramento Jurídico do Turismo Náutico</i>	29
1.2.5. <i>O Perfil do Consumidor de Turismo Náutico</i>	31
1.2.6. <i>Os Recursos - Marinas e Portos Náuticos de Portugal</i>	32
1.2.7. <i>A Cadeia de Valor e as Debilidades do Turismo Náutico em Portugal</i>	33
1.2.8. <i>Impulsionamento Económico do Turismo Náutico em Portugal</i>	34
1.2.9. <i>Dados Estatísticos do Turismo Náutico em Portugal</i>	36
1.3. DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO	40
1.3.1. <i>As Estatísticas do Turismo Mundial</i>	40
1.3.2. <i>As Estatísticas do Turismo Europeu</i>	42
1.3.3. <i>As Estatísticas do Turismo em Portugal</i>	44
2. CARACTERIZAÇÃO DA SUB-REGIÃO DO BAIXO MONDEGO	50
2.1. O ESPAÇO DEMOGRÁFICO	50

2.1.1. Componente Geográfica	50
2.1.2. Rede de Acessibilidades	51
2.1.3. Componente Demográfica	52
2.1.4. Componente Educacional	53
2.1.5. Componente Turística	55
2.1.6. Componente Social	57
2.1.7. Análise SWOT aplicada à cidade da Figueira da Foz	63
3. OS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	70
3.1. OS CÂNONES E DIMENSIONAMENTO	70
3.2. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	71
3.2.1. Planeamento das Instalações Desportivas	71
3.2.2. Quadros Normativos das Instalações Desportivas	72
3.2.3. Localização e Standards de Qualidade	77
3.2.4. A Servidão Desportiva	80
3.2.5. Imperativos Éticos de Arquitetura	80
3.3. LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	81
3.4. BENCHMARKING APLICADOS AOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	82
4. PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	91
4.1. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	91
4.2. O ESPAÇO DESPORTIVO E A SUA GESTÃO	93
4.3. GESTÃO DO TERRITÓRIO DESPORTIVO NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ	95
4.3.1. A Gestão Desportiva do Litoral	95
4.3.2. Instalações Desportivas Artificiais	95
4.3.3. Localização de Instalações Desportivas Artificiais, concelho da Figueira da Foz	96
4.3.4. Estado de Conservação Infraestruturas Desportivas Artificiais - Figueira da Foz	99
4.3.5. Instalações Desportivas Existentes no concelho da Figueira da Foz	101
4.4. NECESSIDADE DE NOVAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - FIGUEIRA DA FOZ	116
4.5. SISTEMA DESPORTIVO MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - CONSIDERAÇÕES	119
4.6. GESTÃO DO LITORAL E OS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA	120
4.6.1. Litoral	120
4.6.2. Costa	121
4.6.3. Praia	121
4.6.4. Orla Costeira	121
4.6.5. Gestão Territorial das Áreas de Praia e Zona Costeira Adjacente	121
4.6.6. Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo	124
4.6.7. O Mar e a Economia do Desporto	126

4.6.8. Planos de Ordenamento da Orla Costeira do Litoral Português	126
4.6.9. A Lei da Água	132
4.6.10. A Titularidade dos Recursos Hídricos	132
4.6.11. O Domínio Hídrico	132
4.6.12. O Domínio Público Marítimo	133
4.6.13. Questões de Titularidade e o Reconhecimento de Propriedade Privada	137
4.6.14. A Delimitação de Terrenos Dominiais	138
4.6.15. Procedimentos para a Delimitação de Terrenos Dominiais	139
4.6.16. As Taxas de Uso Privativo de terrenos dominiais	140
4.6.17. Servidões e Restrições de Utilidade Pública	140
4.6.18. Servidões e Restrições de Utilidade Pública nas Áreas Adjacentes	141
4.6.19. Extinção de Uso Privativo	142
4.6.20. Tipologias de ocupação de terrenos dominiais - Figueira da Foz	143
4.6.21. Questões - Ocupação de Terrenos Domínio Público Marítimo	152
4.7. PARECERES JURÍDICOS SOBRE O TERRITÓRIO DOMINIAL	154
5. A ARQUITETURA, CONTEXTOS E PRÁTICAS	158
5.1. O EFÊMERO COMO PRESSUPOSTO DE PARTIDA	158
5.2. COMPONENTE HISTÓRICA DO EFÊMERO	159
5.3. A ARQUITETURA DO EFÊMERO	160
5.4. CONCEPÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EFÊMERAS	161
5.5. EXEMPLOS DA ARQUITETURA EFÊMERA	163
5.6. A MADEIRA COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	166
5.7. ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE	175
6. A ARQUITETURA MODULAR, SEUS PARADIGMAS	183
6.1. DIMENSIONAMENTO MODULAR	183
6.2. RESENHA HISTÓRICA DA COORDENAÇÃO MODULAR	184
6.3. SISTEMA DE COORDENAÇÃO MODULAR	185
6.4. O MODULAR E A CONSTRUÇÃO	185
7. A CONCEÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE CONSTRUÇÃO	188
7.1. A ARQUITETURA GERADORA DE UM PROTÓTIPO DESPORTIVO	188
7.2. FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO	189
7.3. PROTÓTIPO DESPORTIVO - SUB-CÉLULAS	190
7.4. PROTÓTIPO DESPORTIVO - TIPOLOGIAS DE SUB-CÉLULAS	191
7.5. PROTÓTIPO DESPORTIVO - TIPOLOGIA MAIN-CELL	194
7.6. PROTÓTIPO DESPORTIVO E A MARCA ASSOCIADA	197
8. O ARQUÉTIPO DE ARQUITETURA	201

8.1. O PROJETO DE ARQUITETURA _____	201
8.2. PROJETO DE ENGENHARIA CIVIL _____	218
8.3. MODELO TRIDIMENSIONAL _____	236
FASE METODOLÓGICA _____	238
1. MODELO DE ANÁLISE _____	238
2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO - ESTUDO DE CASO _____	240
2.1. MODELO INTERPRETATIVO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS _____	240
2.2. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO _____	241
2.3. EXPLICITAÇÃO DE OBJETIVOS _____	242
2.4. POPULAÇÃO ALVO/AMOSTRA _____	243
2.5. VARIÁVEIS _____	245
2.5.1. O Questionário _____	246
2.5.2. Questionário IQ1 - Atores-Chave - Administração Pública Local _____	248
2.5.3. Questionário IQ2 - Atores-Chave - Agentes Locais _____	250
2.5.4. Instrumentos de Medida, sua Validação _____	252
2.5.5. Proximidade ao Contexto de Estudo _____	252
2.5.6. Proximidade aos Participantes _____	252
2.5.7. Validação de Pares I _____	253
2.5.8. Validação de Pares II _____	253
2.5.9. Validação de Pares III _____	253
2.6. ESTUDO DE CASO _____	254
2.6.1. O Estudo Caso como Processo de Pesquisa _____	254
2.7. FONTES DE EVIDÊNCIA/TRABALHO DE CAMPO _____	262
2.7.1. Fontes de Evidência _____	262
2.7.2. Triangulação e suas Tipologias _____	266
2.7.3. Processo Recolha de Dados _____	268
2.7.4. Tratamento Estatístico _____	270
2.8. GROUNDED THEORY _____	270
2.9. ANÁLISE DOCUMENTAL & ANÁLISE DE CONTEÚDO _____	272
2.10. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL _____	275
FASE EMPÍRICA _____	276
1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS _____	276
1.1. ANÁLISE DE RESULTADOS DAS AMOSTRAS _____	276
1.1.1. P1 - IQ1 e P1 - IQ2 - Género _____	276
1.1.2. P2 - IQ1 e P2 - IQ2 - Idade _____	277
1.1.3. P3 - IQ1 e P3 - IQ2 - Profissão _____	278

1.1.4. P4 - IQ1 e P4 - IQ2 - Nacionalidade _____	279
1.1.5. P5 - IQ1 e P5 - IQ2 - Habilitações Literárias _____	279
1.1.6. P6 - IQ1 e P6 - IQ2 - Designação do Curso _____	280
1.1.7. P7- IQ2 - Pratica Alguma Atividade Desportiva. _____	281
1.1.8. P8 - IQ2 - Se respondeu de forma afirmativa, qual a modalidade desportiva que pratica. _____	281
1.1.9. P9 - IQ2 - Pratica Atividade Desportiva com que regularidade. _____	282
1.1.10. P7 - IQ1 e P10 - IQ2 - Qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. _____	283
1.1.11. P8 - IQ1 e P11 - IQ2 - Que importância é atribuída aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico. _____	283
1.1.12. P9 - IQ1 e P12 - IQ2 - Analisar qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico. _____	284
1.1.13. P10 - IQ1 e P13 - IQ2 - Verificar qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região. _____	288
1.1.14. P11 - IQ1 e P14 - IQ2 - Observar qual importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico. _____	291
1.1.15. P12 - IQ1 e P15 - IQ2 - Apurar qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico. _____	293
1.1.16. P13 - IQ1 e P16 - IQ2 - Conhecer quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico. _____	296
1.1.17. P14 - IQ1 e P17 - IQ2 - Compreender qual importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista a satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região. _____	302
1.1.18. P15 - IQ1 e P18 - IQ2 - Qual concordância da necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico. _____	302
1.1.19. P16 - IQ1 e P19 - IQ2 - Saber a concordância com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico. _____	303

1.1.20. P17 - IQ1 e P20 - IQ2 - Proceder ao levantamento da perceção relativamente às infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM).	303
1.1.21. P18 - IQ1 e P21 - IQ2 - Verificar em que medida são suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).	304
1.1.22. P19 - IQ1 e P22 - IQ2 - Averiguar se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM).	305
1.2. RESULTADOS - ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE CONTEÚDO	306
1.3. ANÁLISE COMPARATIVA DE RESULTADOS DAS AMOSTRAS	306
1.4. CONCEÇÃO DO PROTÓTIPO FACE AOS RESULTADOS OBTIDOS	318
1.5. NEW CONCEPT	321
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
BIBLIOGRAFIA	330
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	352
WEBSITES DE CONSULTA	357
ANEXOS	358
ATORES CHAVE - ENTIDADES PÚBLICAS DA SUB-REGIÃO DO LITORAL CENTRO DE PORTUGAL	358
ATORES CHAVE - AGENTES LOCAIS LICENCIADAS PELO TURISMO DE PORTUGAL, I.P.	361
APÊNDICE	364

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1 - METAS PARA O TURISMO EM PORTUGAL 2017-2027.....	21
QUADRO 2 - MARINAS E PORTOS NÁUTICOS DE PORTUGAL.....	33
QUADRO 3 - SÍNTESE DAS DEBILIDADES COMPETITIVAS DO TURISMO NÁUTICO EM PORTUGAL.....	34
QUADRO 4 - ANÁLISE SWOT - FIGUEIRA DA FOZ.....	64
QUADRO 5 - CÁLCULO DO EFETIVO TOTAL (E).....	76
QUADRO 6 - ÁREAS FUNCIONAIS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	77
QUADRO 7 - ÁREAS DE VESTIÁRIOS E BALNEÁRIOS NAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	78
QUADRO 8 - CRITÉRIOS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE APOIO À PRÁTICA DE DESPORTOS NÁUTICOS.....	79
QUADRO 9 - TIPOLOGIAS DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS.....	88
QUADRO 10 - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	182
QUADRO 11 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS/FUNDAÇÕES - PROTÓTIPO	234
QUADRO 12 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS II - VIGAS - PROTÓTIPO	235
QUADRO 13 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS III - PILARES - PROTÓTIPO	235
QUADRO 14 - EXEMPLO DE DEFINIÇÃO DE PESQUISA.....	242
QUADRO 15 - QUESTIONÁRIO IQ1 - ATORES-CHAVE - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.....	248
QUADRO 16 - QUESTIONÁRIO IQ2 - ATORES-CHAVE - AGENTES LOCAIS	250
QUADRO 17 - CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	254
QUADRO 18 - CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS.....	274
QUADRO 19 - RESULTADOS - ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE CONTEÚDO.....	306
QUADRO 20 - PRINCÍPIOS DE ARQUITETURA SUBJACENTES AO <i>NEW CONCEPT</i> ..	323

ÍNDICE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NAVIOS DE CRUZEIRO E PASSAGEIROS TRANSPORTADOS.....	37
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM NAVIOS DE CRUZEIRO ENTRE 2009-2017	37
GRÁFICO 3 - VIAGENS TURÍSTICAS DE RESIDENTES - TOTAL, POR DESTINO E MOTIVO PRINCIPAL (MILHARES)	38
GRÁFICO 4 - DESPESA MÉDIA DIÁRIA POR TURISTA: TOTAL, POR MOTIVO PRINCIPAL E POR DESTINO DE VIAGEM EURO/MÉDIA	39
GRÁFICO 5 - DESPESA MÉDIA POR VIAGEM: TOTAL, POR MOTIVO PRINCIPAL E POR DESTINO DE VIAGEM EURO/MÉDIA.....	39
GRÁFICO 6 - VALORES (%) DE CHEGADA DE TURISTAS NO MUNDO EM 2017.....	40
GRÁFICO 7 - TOTAL INTERNACIONAL DE RECEITAS NO TURISMO EM 2017	41
GRÁFICO 8 - TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO E MOTIVO DE VIAGEM EM 2017.....	41
GRÁFICO 9 - CHEGADAS DE RECEITAS TURISMO NA EUROPA EM 2017.....	42
GRÁFICO 10 - TENDÊNCIAS EUROPEIAS DE VIAGENS 2016-2017.....	43
GRÁFICO 11 - ÍNDICE DE CONFIANÇA DE VIAGENS 2016-2017	44
GRÁFICO 12 - NÚMERO DE PESSOAS QUE FAZEM VIAGENS TURÍSTICAS DENTRO E FORA DO PAÍS DURANTE 2017	44
GRÁFICO 13 - VIAGENS TOTAIS DOS RESIDENTES PARA PORTUGAL E ESTRANGEIRO.....	45
GRÁFICO 14 - VIAGENS TOTAIS DOS RESIDENTES SEGUNDO OS PRINCIPAIS MOTIVOS E DESTINOS.....	46
GRÁFICO 15 - VIAGENS DOS RESIDENTES NO DESTINO PORTUGAL E POR REGIÕES	46
GRÁFICO 16 - DORMIDAS POR RESIDENTES NO DESTINO NACIONAL EM 2017	47
GRÁFICO 17 - VIAGENS DE RESIDENTES NACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO	48
GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DAS VIAGENS NACIONAIS POR MÊS.....	48
GRÁFICO 19 - DESPESA MÉDIA DIÁRIA POR VIAGEM EM TERRITÓRIO NACIONAL ...	49
GRÁFICO 20 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FIGUEIRA DA FOZ COM 15 OU MAIS ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, EM PERCENTAGEM 2011	54
GRÁFICO 21 - PERCENTAGEM DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS NO CONCELHO DE FIGUEIRA DA FOZ.....	96

ÍNDICE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE ENQUADRAMENTO DA FIGUEIRA DA FOZ NO CONTEXTO EUROPEU.....	50
FIGURA 2 - AGRICULTURA NA FIGUEIRA DA FOZ	57
FIGURA 3 - SALINAS NA FIGUEIRA DA FOZ.....	58
FIGURA 4 - PESCA NA FIGUEIRA DA FOZ	59
FIGURA 5 - AQUICULTURA NA FIGUEIRA DA FOZ	59
FIGURA 6 - FLORESTA NA FIGUEIRA DA FOZ.....	60
FIGURA 7 - REGIME JURÍDICO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (RJID)	74
FIGURA 8 - VIANA DO CASTELO - CENTRO NÁUTICO DE REMO	83
FIGURA 9 - PENICHE - CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE SURF DE PENICHE	85
FIGURA 10 - VIGO - PORTO DESPORTIVO DE VIGO.....	86
FIGURA 11 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	92
FIGURA 12 - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ	100
FIGURA 13 - GRANDES CAMPOS DE JOGOS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ ...	101
FIGURA 14 - PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.	103
FIGURA 15 - PAVILHÕES DESPORTIVOS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	105
FIGURA 16 - SALAS DE DESPORTO - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ	107
FIGURA 17 - PISCINAS COBERTAS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	109
FIGURA 18 - PISCINAS DESCOBERTAS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ	111
FIGURA 19 - PISTAS DE ATLETISMO E ESPAÇOS POLIVALENTES - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	113
FIGURA 20 - OUTROS ESPAÇOS DESPORTIVOS - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ	115
FIGURA 21 - ÍNDICE GERAL DO MUNICÍPIO POR FREGUESIA - CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	118
FIGURA 22 - PLANTA GERAL DAS ÁREAS DE POOC EM PORTUGAL CONTINENTAL	128
FIGURA 23 - PLANTA DA ÁREA DE POOC NO TERRITÓRIO DE ESTUDO - FIGUEIRA DA FOZ	130
FIGURA 24 - LIMITE DA ÁREA DE POOC NA FIGUEIRA DA FOZ	131
FIGURA 25 - LIMITE DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO DPM NA FIGUEIRA DA FOZ	135
FIGURA 26 - ÁREA COSTEIRA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO	136
FIGURA 27 - ESCOLA DE SURF I - INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA AMOVÍVEL EM ÁREA DPM - FIGUEIRA DA FOZ.....	143

FIGURA 28 - ESCOLA DE SURF II - INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA AMOVÍVEL EM ÁREA DPM - FIGUEIRA DA FOZ.....	144
FIGURA 29 - ESCOLA DE SURF III - INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA AMOVÍVEL EM ÁREA DPM - FIGUEIRA DA FOZ	144
FIGURA 30 - INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA FIXA 1 EM ÁREA DPM - FIGUEIRA DA FOZ	145
FIGURA 31 - INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA FIXA 2 EM ÁREA DPM - FIGUEIRA DA FOZ	146
FIGURA 32 - OCUPAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREA DPM - CABEDELLO - FIGUEIRA DA FOZ.....	147
FIGURA 33 - OCUPAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREAS DPM - CABEDELLO - FIGUEIRA DA FOZ	148
FIGURA 34 - OCUPAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREA DPM - MORRACEIRA - FIGUEIRA DA FOZ	149
FIGURA 35 - OCUPAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREAS DPM - PORTO DE PESCA - FIGUEIRA DA FOZ.....	150
FIGURA 36 - OCUPAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREA DPM - PORTO DE PESCA - FIGUEIRA DA FOZ.....	151
FIGURA 37 - PARECER JURÍDICO 1	154
FIGURA 38 - PARECER JURÍDICO 1-A.....	155
FIGURA 39 - PARECER JURÍDICO 2	156
FIGURA 40 - PARECER JURÍDICO 2-A.....	157
FIGURA 41 - CASA TÉ EM ART TABABE, JAPÃO	163
FIGURA 42 - EDIFÍCIO DO PALÁCIO DE CRISTAL, LONDRES - INGLATERRA.....	164
FIGURA 43 - EDIFÍCIO DO PAVILHÃO ALEMÃO, BARCELONA - ESPANHA	165
FIGURA 44 - CORTE TRANSVERSAL DO CAULE DE UM ÁRVORE	167
FIGURA 45 - PLACAS DE CONTRAPLACADO	171
FIGURA 46 - PLACAS DE MDF	172
FIGURA 47 - PLACAS DE OSB.....	172
FIGURA 48 - PLACAS DE CLT	173
FIGURA 49 - PLACAS DE PSL	173
FIGURA 50 - ESTRUTURA ABERTA DA CÉLULA DA ÁGUA EM ESTADO SÓLIDO.....	188
FIGURA 51 - CÉLULA COMPLETA <i>MAIN-CELL</i>	190
FIGURA 52 - IMAGEM DE AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE SUB-CÉLULAS	191
FIGURA 53 - SUB-CÉLULAS	192
FIGURA 54 - EXEMPLO DE <i>MAIN-CELL</i>	194

FIGURA 55 - IMAGEM I - 3D DO MODELO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO - PROTÓTIPO	195
FIGURA 56 - IMAGEM II - 3D DO MODELO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO - PROTÓTIPO	196
FIGURA 57 - IMAGEM III - 3D DO MODELO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO - PROTÓTIPO	197
FIGURA 58 - ENSAIO ACADÉMICO DA MARCA DO EQUIPAMENTO DESPORTIVO - PROTÓTIPO	200
FIGURA 59 - MODELO TIPO - REVESTIMENTO PAVIMENTO HYDROCORK.....	204
FIGURA 60 - MODELO TIPO - REVESTIMENTO DE PAREDES "CORKÔCO"	205
FIGURA 61 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO/IMPLANTAÇÃO - PROTÓTIPO	207
FIGURA 62 - PLANTA DE APRESENTAÇÃO - PROTÓTIPO	208
FIGURA 63 - PLANTA COTADA - PROTÓTIPO.....	209
FIGURA 64 - PLANO DE ACESSIBILIDADES.....	210
FIGURA 65 - PLANTA DE COBERTURA - PROTÓTIPO	211
FIGURA 66 - ALÇADOS - PROTÓTIPO	212
FIGURA 67 - CORTES - PROTÓTIPO	213
FIGURA 68 - PORMENOR DE COBERTURA INVERTIDA - PROTÓTIPO	214
FIGURA 69 - PORMENOR CONSTRUTIVO I - PROTÓTIPO.....	215
FIGURA 70 - PORMENOR CONSTRUTIVO II - PROTÓTIPO.....	216
FIGURA 71 - PORMENOR DE RECETÁCULO POSTAL - PROTÓTIPO	217
FIGURA 72 - IMAGEM 3D-1 - PROTÓTIPO	236
FIGURA 73 - IMAGEM 3D-2 - PROTÓTIPO	237
FIGURA 74 - MODELO DE ANÁLISE	239
FIGURA 75 - ATORES-CHAVE	245
FIGURA 76 - MODELO DE TRIANGULAÇÃO DE DADOS DO ESTUDO.....	267
FIGURA 77 - CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL.....	275

ÍNDICE TABELAS

TABELA 1 - VIAGENS DE TURISMO NÁUTICO AO ESTRANGEIRO POR MERCADO	
EMISSOR.....	26
TABELA 2 - BILHETE DE IDENTIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ	53
TABELA 3 - DADOS DO ENSINO SUPERIOR, REGIÃO NUTIII PORTUGAL.....	54
TABELA 4 - DORMIDAS NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS POR 100 HABITANTES, NA FIGUEIRA DA FOZ.....	55
TABELA 5 - DORMIDAS NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS: TOTAL E POR TIPO DE ALOJAMENTO	56
TABELA 6 - NÚMERO DE ESTRUTURAS HOTELEIRAS NA FIGUEIRA DA FOZ	56
TABELA 7 - EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ POR RAMO DE ATIVIDADE NO SETOR TERCIÁRIO	62
TABELA 8 - EMPRESAS DE COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO: TOTAL E ESCALÃO DE PESSOA AO SERVIÇO	63
TABELA 9 - INDICADOR DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR HABITANTE	94
TABELA 10 - PRINCIPAIS DIPLOMAS DE GESTÃO DESPORTIVA DO LITORAL	95
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS POR FREGUESIA E TIPOLOGIA - FIGUEIRA DA FOZ	98
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDICES GERAIS POR TIPOLOGIA, POR FREGUESIA NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	117
TABELA 13 - AÇÕES ESTRATÉGICAS E MEDIDAS A IMPLEMENTAR NO ÂMBITO DA ECONOMIA NACIONAL DO MAR.....	126
TABELA 14 - PROPRIEDADES MECÂNICAS.....	219
TABELA 15 - COEFICIENTE DE CÁLCULO DE COBERTURAS ORDINÁRIAS DE EDIFÍCIOS.....	223
TABELA 16 - AÇÕES PERMANENTES EM ESTRUTURAS DE MADEIRA	223
TABELA 17 - SOBRECARGAS EM TERRAÇO NÃO ACESSÍVEL.....	223
TABELA 18 - AÇÃO DA NEVE	223
TABELA 19 - VALORES DO COEFICIENTE μ	224
TABELA 20 - COMBINAÇÕES PARA AÇÕES DE DIMENSIONAMENTO DE VIGAS.....	224
TABELA 21 - SOBRECARGA.....	224
TABELA 22 - ESFORÇOS DE DIMENSIONAMENTO.....	225
TABELA 23 - MADEIRA MACIÇA C18 - COEFICIENTES	225
TABELA 24 - VERIFICAÇÃO À FLEXÃO.....	226
TABELA 25 - FLEXÃO DE MADEIRAS SIMPLES	226

TABELA 26 - FLEXÃO DE MADEIRA COMPOSTA.....	227
TABELA 27 - VERIFICAÇÃO AO CORTE	227
TABELA 28 - VERIFICAÇÃO À FLEXÃO DA MADRE AO BAMBEAMENTO - ENCURVAMENTO LATERAL.....	228
TABELA 29 - VERIFICAÇÃO DOS ESTADOS LIMITES DE UTILIZAÇÃO	228
TABELA 30 - COMBINAÇÕES PARA AÇÕES DE DIMENSIONAMENTO	229
TABELA 31 - COEFICIENTE DE SOBRECARGA	229
TABELA 32 - ESFORÇOS ATUANTES PARA DIMENSIONAMENTO BARROTES - MADEIRAS SIMPLES.....	229
TABELA 33 - ESFORÇOS ATUANTES PARA DIMENSIONAMENTO DE BARROTES - MADEIRA COMPOSTA	230
TABELA 34 - COEFICIENTE DE RESISTÊNCIA DA MADEIRA GL24H.....	230
TABELA 35 - VERIFICAÇÃO À FLEXÃO.....	231
TABELA 36 - VERIFICAÇÃO DE MADEIRAS SIMPLES	231
TABELA 37 - VERIFICAÇÃO DE MADEIRAS COMPOSTAS	232
TABELA 38 - VERIFICAÇÃO AO CORTE	232
TABELA 39 - VERIFICAÇÃO À FLEXÃO DA MADRE AO BAMBEAMENTO - ENCURVAMENTO LATERAL.....	233
TABELA 40 - VERIFICAÇÃO DOS ESTADOS LIMITES DE UTILIZAÇÃO	233
TABELA 41 - PRÉ-ORÇAMENTO DA PARTE ESTRUTURAL DO PROTÓTIPO	234
TABELA 42 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DE CASO.....	259
TABELA 43 - FONTES DE EVIDÊNCIA.....	265
TABELA 44 - FONTES DE INFORMAÇÃO DE RECOLHA DE DADOS	269
TABELA 45 - P1-IQ1 E P2-IQ2 - GÉNERO.....	277
TABELA 46 - P2 - IQ1 - IDADE.....	277
TABELA 47 - P2 - IQ2 - IDADE.....	278
TABELA 48 - P3 - IQ1 - PROFISSÃO.....	278
TABELA 49 - P3 - IQ2 - PROFISSÃO.....	279
TABELA 50 - P4 - IQ1 E P4 - IQ2 - NACIONALIDADE	279
TABELA 51 - P5 - IQ1 E P5 - IQ2 - HABILITAÇÕES LITERÁRIAS.....	280
TABELA 52 - P6 - IQ1 E P6 - IQ2 - DESIGNAÇÃO DO CURSO	281
TABELA 53 - P7 - IQ2 - PRATICA ALGUMA ATIVIDADE DESPORTIVA.....	281
TABELA 54 - P8 - IQ2 - QUAL A MODALIDADE DESPORTIVA QUE PRATICA.....	282
TABELA 55 - P9 - IQ2 - QUAL A REGULARIDADE COM QUE PRATICA ATIVIDADE DESSPORTIVA	283

TABELA 56 - P7 - IQ1 E P10 - IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À CONCEÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO NÁUTICO PARA A SUB-REGIÃO DO LITORAL CENTRO DE PORTUGAL - BAIXO MONDEGO	283
TABELA 57 - P8 - IQ1 E P11-IQ2 - QUE IMPORTÂNCIA ATRIBUI AOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS NA ÓTICA DA ATRAÇÃO DE FLUXOS INTERESSADOS NO CONSUMO DO TURISMO NÁUTICO.....	284
TABELA 58 - P9 - IQ1 E P12-IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA DAS DIVERSAS TIPOLOGIAS DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, NA AFIRMAÇÃO ENQUANTO DESTINO PRIVILEGIADO AO NÍVEL DO TURISMO NÁUTICO.....	287
TABELA 59 - P10 - IQ1 E P13 - IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA QUE ATRIBUI À CLASSIFICAÇÃO E QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS EXISTENTES NA SUB-REGIÃO	290
TABELA 60 - P11 - IQ1 E P14 - IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AOS FATORES DE ESCOLHA DA LOCALIZAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESPORTIVO QUE PERMITA SATISFAZER AS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES DO TURISMO NÁUTICO.....	292
TABELA 61 - P12 - IQ1 E P15 - IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA DOS 12 FATORES DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO, NA POTENCIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO TURISMO NÁUTICO	295
TABELA 62 - P13 - IQ1 - QUAIS AS VALÊNCIAS (SUB-CÉLULAS) QUE CONSIDERA RELEVANTES EXISTIREM NUM EQUIPAMENTO DESPORTIVO, NA POTENCIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE SUPERIOR NO ÂMBITO DO TURISMO NÁUTICO	300
TABELA 63 - P16 - IQ2 - QUAIS AS VALÊNCIAS (SUB-CÉLULAS) QUE CONSIDERA RELEVANTES EXISTIREM NUM EQUIPAMENTO DESPORTIVO, NA POTENCIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE SUPERIOR NO ÂMBITO DO TURISMO NÁUTICO	301
TABELA 64 - P14 - IQ1 E P17 - IQ2 - QUAL A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA ÀS DIVERSAS VALÊNCIAS QUE UM EQUIPAMENTO DESPORTIVO DEVERÁ INTEGRAR COM VISTA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES DO TURISMO NÁUTICO NA SUB-REGIÃO	302
TABELA 65 - P15 - IQ1 E P18 - IQ2 - QUAL A CONCORDÂNCIA DA NECESSIDADE DE CONCEBER UM EQUIPAMENTO DESPORTIVO QUE CONSIGA DAR RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES DO TURISMO NÁUTICO	303
TABELA 66 - P16 - IQ1 E P19 - IQ2 - CONCORDA COM A NECESSIDADE DE CONCEBER, NA REGIÃO, UM EQUIPAMENTO DESPORTIVO QUE AGREGUE	

DIVERSOS SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES DO TURISMO NÁUTICO	303
TABELA 67 - P17 - IQ1 E P20 - IQ2 - CONSIDERA SUFICIENTES AS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTES LIGADAS AO TURISMO NÁUTICO ENQUADRADAS EM ÁREA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) ...	304
TABELA 68 - P18 - IQ1 E P21 - IQ2 - CONSIDERA SUFICIENTES AS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTES LIGADAS AO TURISMO NÁUTICO ENQUADRADAS EM ÁREA DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA (POOC)	305
TABELA 69 - P19 - IQ1 E P22 - IQ2 - CONSIDERA SUFICIENTES AS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTES LIGADAS AO TURISMO NÁUTICO ENQUADRADAS EM ÁREA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO (DPM) .	305
TABELA 70 - INFLUENCIA NA CONCEÇÃO DO PROTÓTIPO FACE AOS RESULTADOS OBTIDOS_01	319
TABELA 71 - INFLUÊNCIA NA CONCEÇÃO DO PROTÓTIPO FACE AOS RESULTADOS OBTIDOS_02	320

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

AC - ANTES DE CRISTO

AM - AUDI MEDCUP

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

APFF - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

AR - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ARH - ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA

BEPAC - BUILDING ENVIRONMENT PERFORMANCE ASSESSMENT CRITERIA

BP - BANCO DE PORTUGAL

BREEAM - BUILDING RESEARCH ESTABLISHMENT ENVIRONMENTAL ASSESSMENT

BSROM - BIOCLIMÁTICA, SUSTENTÁVEL, REGENERATIVA, ORGÂNICA, MODERNA
METHOD

BMX - BICYCLE MOTO CROSS

BTT - BICLETA DE TODO TERRENO

CAR - CENTRO DE ALTO RENDIMENTO

CBBE - CLIENTE-BASEADO BRAND EQUITY

CDDPM - COMISSÃO DE DELIMITAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO

CEDMFF - CARTA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA
FOZ

C - CÉLULA

CE - COMUNIDADE EUROPEIA

CLT - CROSS LAMINATED LUMBER - MADEIRA LAMINADA CRUZADA

DGOTDU - DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DESENVOLVIMENTO URBANO

DH - DOMÍNIO HÍDRICO

DGAM - DIREÇÃO GERAL DE ATIVIDADE MARÍTIMA

DPH - DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO

DPM - DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO

DREC - DIREÇÃO REGIONAL EDUCAÇÃO DO CENTRO

E - EFETIVO TOTAL DE UMA INSTALAÇÃO DESPORTIVA

ECS - ESTRUTURAS DE MADEIRA

EC5 - EURO-CÓDIGO

ES - ESCOLA DE SURF

EN1 - ESTRADA NACIONAL 1

EU - ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FI - FREQUÊNCIA DA CLASSE

FPS - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE *SURF*

F1H20 - CAMPEONATO DO MUNDO DE F1H20

FW - FORMULA WINDSURFING CAMPEONATO DO MUNDO

GBC - GREEN BUILDING CHALLENGE

HME - HYPERCLUSTER PARA A ECONOMIA DO MAR

HQE - HAUTE QUALITÉ ENVIRONMENTAL DES BÂTIMENTS

ICNB - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

ICNF - INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS

IDHEA - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO

INAG - INSTITUTO NACIONAL DA ÁGUA

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

IPDJ - INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE

IPTM - INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS

IQ - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

KM - KITE MASTER PORTIMÃO WORLD TOUR

KPA - UNIDADE DE MEDIDA KILO PASCAL

LAMBDA - MEDIDA DE REDUÇÃO PROPORCIONAL NO ERRO DA ANÁLISE

LEED - LEADERSHIP IN ENERGY AND ENVIRONMENTAL DESIGN

LIDERA - LIDERA PARA O AMBIENTE - SISTEMA VOLUNTÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

LINK - ELEMENTO DE LIGAÇÃO

LNEC - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

LUMBER - MADEIRA DE FIBRAS PARALELAS

MAOTDR - MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

N - EEFETIVO PÚBLICO OU LOTAÇÃO

NABERS - NATIONAL AUSTRALIAN BUILDINGS

NP - NORMA PORTUGUESA

NUTS - NOMECLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS

MDF - MEDIUM DENSITY FIBERBOARD - AGLOMERADO DE FIBRAS DE MÉDIA DENSIDADE

MPA - UNIDADE DE MEDIDA MEGA PASCAL

OBJ. ESP - OBJETIVO ESPECÍFICO

OG - ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO GERAL

OSB - ORIENTED STRAND BOARD - PLACAS DE FIBRAS ORIENTAIS

OS - ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO SETORIAL

PA - UNIDADE MEDIDA PASCAL

PORDATA - BASE DE DADOS DE PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

PB - PI POWER BOATS WORLD

PGOR - PORTIMÃO GLOBAL OCEAN RACE

PWC - PRICE WATERHOUSE COOPERS

PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PDR2020 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020

PEDFF - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FIGUEIRA DA FOZ

PET - PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO

PENT - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO

PEOT - PLANO ESPECIAIS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PIOT - PLANOS INTERMUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PMOT - PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PNPOT - PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

POAAP - PLANOS DE ORDENAMENTO DE ALBUFEIRAS E ÁGUAS PÚBLICAS;

POAP - PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS;

POEM - PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

POOC - PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA

PP - PLANOS DE PORMENOR

PROT - PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

PROTCONST - PROTÓTIPO DE CONSTRUÇÃO

PSIT - PLANOS SETORIAIS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL; **PSL** - PARALLEL STRAND

PSL - PARALLEL STRAND LUMBER

PVC - POLYVINYL CHLORIDE - POLICLORETO DE VINIL

QUI-QUADRADO - DISTRIBUIÇÃO PARA ESTATÍSTICA INFERENCIAL - TESTES

PU - PLANO DE URBANIZAÇÃO

RAN - RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

RAMT - REGULAMENTO DE ATIVIDADE MARÍTIMO TURÍSTICO

RBLH - REGULAMENTO DE BETÃO LIGANTES HIDRÁULICOS

REBAP - REGULAMENTO DE ESTRUTURAS DE BETÃO ARMADO E PRÉ-ESFORÇADO

RGEU - REGULAMENTO GERAL DE EDIFICAÇÕES URBANAS

RCCTE - REGULAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO TÉRMICO DOS EDIFÍCIOS

RD - VALOR DO CÁLCULO DO ESFORÇO RESISTENTE

REN - RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

RNAAT - REGISTO NACIONAL DE AGENTES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA

RJID - REGIME JURÍDICO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

RJSCIE - REGIME JURÍDICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

RJUE - REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

RSA - REGULAMENTO DE SEGURANÇA E AÇÕES PARA ESTRUTURAS DE EDIFÍCIOS E PONTES

RSECE - REGULAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO EM EDIFÍCIOS

RTE - REDE TRANSEUROPEIA DE TRANSPORTES

RTID - REGULAMENTO TÉCNICO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

RTSCIE - REGULAMENTO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

RU - VIA COM CARACTERÍSTICAS COLETORAS E DISTRIBUIDORAS (LIGAÇÃO EN 109 A BUARCOS)

S - EFETIVO DE SERVIÇO

SD - VALOR DE CÁLCULO DO ESFORÇO ATUANTE

SREA - SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES

SIP - STRUCTURAL INSULATED PANELS

SGK - ESFORÇO RESULTANTE DE UMA AÇÃO PERMANENTE TOMADA COM O SEU VALOR CARACTERÍSTICO

SQK - ESFORÇO RESULTANTE DE UMA AÇÃO VARIÁVEL TOMADA COM O SEU VALOR CARACTERÍSTICO

SC1 - ESCOLA DE SURF

SC2 - GINÁSIO

SC3 - LOJA DESPORTIVA

SC4 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS / BALNEÁRIOS

SC5 - LOFT DORMITÓRIO

SC6 - FORMAÇÃO

SC7 - INVESTIGAÇÃO

SC8 - AUDITÓRIO

SC9 - SPA - JACUZZI E SAUNA / BANHO TURCO

SC10 - ENFERMARIA / GABINETE MÉDICO

SC11 - LOFT - DORMITÓRIOS

SC12 - OFICINA DE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

SC13 - LABORATÓRIO

SC14 - CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SC15 - ESPAÇO MULTIUSOS

SC16 - TREINADORES / FORMADORES

SC17 - ARRUMOS TÉCNICO

SC18 - AGÊNCIA DE VIAGENS

SC19 - BIBLIOTECA INFANTIL

SC20 - SALÃO DE BELEZA

SPSS - STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES

SWOT - STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES, THREATS

T - EFETIVO DE ENQUADRAMENTO TÉCNICO

TT - VEÍCULO TODO TERRENO

TER - TURISMO NO ESPAÇO RURAL

THR - ASSESSORES EN TURISMO-HOTELERIA Y RECREACION SA

TRH - TITULARIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS

U - EFETIVO UTIL OU UTÊNCIA MÁXIMA

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION

UOPG - UNIDADES OPERATIVAS DE GESTÃO

UE - UNIÃO EUROPEIA

UFP - UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

V DE CRAMER - COEFICIENTE DE CONTIGÊNCIA - ASSOCIAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS

V1 - VIA COM CARACTERÍSTICAS COLETORAS E DISTRIBUIDORAS

V2 - PRINCIPAL ACESSO NO EIXO COIMBRA - FIGUEIRA DA FOZ

V3 - VIA DISTRIBUIDORA TRANSVERSAL

V4 - VIA DE LIGAÇÃO AO NÓ DA IP3

VAB - VALOR ACRESCENTADO BRUTO

WTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION

WC - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

FASE CONCEPTUAL

A fase conceptual reflete o tópico ou a área de maior interesse (escolher e formular o problema de investigação), sendo recomendável a escolha de um conceito que esteja ligado à área de experiência profissional, nomeadamente: prática, pesquisa, ensino, administração e que tenha despertado atenção e preocupação no investigador. Este interroga-se sobre a pertinência do estudo, o valor teórico e prático e sobre dimensões metodológicas e éticas; revê a literatura para situar o domínio no contexto dos atuais conhecimentos; formula o problema de investigação, consulta estudos anteriores, traça um quadro de referência adequado e ordena todos os elementos que fazem parte do problema de investigação.

Adicionalmente, revê a literatura pertinente com o objetivo de estabelecer conceitos e teorias do quadro de referência e avaliar os pontos fortes e fracos dos estudos analisados e, por fim, elabora um quadro de referência, com o objetivo de permitir definir a perspetiva segundo a qual o problema de investigação vai ser trabalhado, orientando as questões de investigação ou formulação de hipóteses, esses conceitos têm por finalidade introduzir o porquê do estudo, embora estruturados de maneira diferente, (Sousa M. J. & Baptista C.S. 2011).

INTRODUÇÃO

A prática de atividades físicas e desportivas constituem um importante fator de saúde, bem-estar e desenvolvimento da sociedade, com inegáveis benefícios para o bem-estar dos cidadãos e que mereceu consagração constitucional no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa. Deste modo, incumbe ao Estado e, igualmente, às autarquias locais, em colaboração com outras entidades, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

Na modernidade o turismo representa um dos setores com maior destaque no mundo. Em Portugal, o turismo é um dos principais setores de proveito para a economia nacional. Em 2017, o país foi eleito "Melhor Destino do Mundo" nos *World Travel Awards*. Lisboa foi considerada como o "Melhor Destino para *City Break*" e a ilha da Madeira "o Melhor Destino Insular". Ao todo, Portugal alcançou seis prémios de enorme prestígio internacional no setor do turismo.

As últimas décadas revelaram alterações na forma de pensar e de fruição dos territórios, muito por força das alterações climáticas, aspetos socioeconómicos, tecnológicos, culturais, históricos, entre outros. Em consequência, o desporto, assim como o turismo, têm vindo a sofrer alterações ao longo da sua existência, assumindo cada vez mais um papel estruturante na vida dos cidadãos. São hoje setores de atividade em crescente desenvolvimento com elevados índices de participação ao nível da oferta e da procura, dos quais se destacam os espaços infraestruturados e os equipamentos desportivos.

Ao longo de gerações identificam-se diversos desequilíbrios nefastos para os destinos turísticos, muito por força dos processos desorganizados de planeamento e de gestão dos recursos. A acentuada massificação de certas áreas litorais do território sem que as mesmas tenham capacidade de carga suficiente, culminaram num processo desordenado, destrutivo, com impactes cumulativos significativos, e sem os devidos cuidados na estruturação da oferta turística (Lopes, 2018).

A consciência destas problemáticas, que têm vindo a inquietar os decisores políticos, quer nacionais quer internacionais, levou a que muitos países assumissem o turismo como fator de relevante importância, diga-se prioritário. Neste contexto, Portugal adotou um Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) no universo a dez anos (2017-2027), assente em três grandes eixos: económico, social e ambiental, no sentido de tornar o território nacional cada vez mais atrativo.

A expansão do turismo desportivo e o desejo de participar em atividades em períodos de férias veio potenciar as atividades de lazer e recreação. Um perfil de turista cada vez mais seletivo e exigente, com acesso a um variado leque de oferta de produtos de consumo, pode conduzir a uma maior pressão dessas áreas sensíveis. Ainda assim, acredita-se que a fruição

e o usufruto dessas mesmas áreas, desde que, devidamente planeadas e estruturadas poderão permitir uma simbiose perfeita entre o homem e a natureza.

A falta de um correto e adequado planeamento territorial e a visitação em massa das áreas costeiras de grande sensibilidade ecológica, poderá conduzir à deterioração do património local, afetando a biodiversidade e os ecossistemas naturais locais, degradando os recursos existentes do território e a criação de reflexos negativos nas comunidades onde se inserem, contrapondo paradigmaticamente com o estado dos recursos que outrora serviram de elemento influenciadores e de atrativo dessas mesmas visitas (Lopes, 2018).

Os espaços litorais, em particular as áreas integradas na faixa costeira dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC), têm vindo a assumir-se como importantes polos de atração turística, de lazer e fruição, contribuindo para o bem-estar dos seus visitantes, ao oferecerem oportunidades de interação social, benefícios económicos, promovendo a interpretação do património natural e cultural, e fomentando a atenção sobre as componentes de conservação dos recursos naturais neles existentes (Lopes, 2018).

O problema de investigação tem uma importância extrema e decisiva na escolha da metodologia a utilizar. Ao pretender-se conceptualizar, descrever e concretizar as origens, o desenvolvimento, os diversos modos de organização, a emergência de novos paradigmas que envolvem o desporto, turismo, o turismo náutico, o planeamento, a gestão do território e a arquitetura, estaremos igualmente a procurar saber se existem ligações entre essas áreas de investigação e se as mesmas vão ao encontro dos normativos que as regulamentam. Assim, “saber quais os fatores que contribuem para que um equipamento desportivo (protótipo) satisfaça as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego”, constitui a pergunta de partida que orientará todo o processo de investigação.

A pertinência do presente tema surge a partir da deteção de carências relacionados com a náutica de recreio na sub-região do litoral centro de Portugal - região do Baixo Mondego, em particular na Figueira da Foz. Do cruzamento de bibliografia existente e face à caracterização do meio não foi possível detetar nenhum modelo de instalação desportiva que viesse ao encontro dos consumidores do turismo náutico / náutica de recreio.

Em termos de estudos académicos e de relatórios empresariais e institucionais, têm surgido nos últimos anos registos bibliográficos os quais apontam para a pertinência do estudo do tema em território nacional, assim como, para a identificação de múltiplas omissões e fragilidades que se fazem sentir, traduzidas na falta de mais investigação e na necessidade de se ampliar o conhecimento sobre o turismo náutico em Portugal, especialmente da região supra citada.

No contexto motivacional e pessoal, a investigação recaiu sobre um assunto que integrasse um domínio de interesse do autor e nesse sentido tranpô-lo para uma pergunta de partida que orientasse todo o processo de investigação, destacando-se como principais fontes de inspiração o conhecimento do território em estudo, de onde é natural e os estudos realizados de âmbito académico alusivos ao tema, que culminaram com a monografia “A cidade e domínio público marítimo complementaridade urbana”, apresentada à UFP - Porto.

Salienta-se o período de desempenho de funções no Departamento de Infraestruturas e Património da Delegação dos Portos do Centro, chefiando e coordenando a gestão do território dominial dos Portos: Figueira, Nazaré e Peniche, deparando-se com as inúmeras fragilidades e carências existentes no território, no contexto da prestação de serviços de infraestruturas e equipamentos de qualidade superior, em particular no âmbito do turismo náutico e que serviram de mote motivacional para o ponto de partida do estudo do tema.

Para o desenvolvimento do processo de investigação recorreu-se primeiramente a uma análise aprofundada da literatura sobre as principais temáticas de estudo e à caracterização do território, região centro de Portugal, sub-região do Baixo Mondego, Figueira da Foz, seguida de uma investigação empírica aplicada ao território em apreço no sentido de se inquirir e auscultar alguns dos seus atores-chave, em particular, as entidades licenciadas com registo no Turismo de Portugal a operar na região em estudo e a Administração Pública Local com responsabilidades na definição estratégica do produto turismo náutico.

No que respeita à fase metodológica, esta inclui o modelo de análise e a metodologia de investigação que assenta no cruzamento de vários percursos metodológicos, desde o recurso a questionários dirigidos a atores-chave - Administração Pública Local e Agentes Locais “dados primários”, bem como à consulta e análise de fontes documentais, documentos oficiais direta ou indiretamente relacionados com o tema em estudo “dados secundários” assente num trabalho de campo aprofundado, sistemático e organizado.

A fase empírica aborda dois capítulos: o primeiro que reporta a análise, recolha e discussão de resultados dos instrumentos aplicados, que servirão de base ao modelo de estudo; e o segundo capítulo adstrito às considerações finais, no qual se inclui as conclusões, limitações do trabalho e linhas de investigação futuras.

O protótipo em estudo assenta num conceito que relaciona a agregação e desagregação de sub-células “várias tipologias arquitetónicas”, num edifício célula principal *Main-Cell*, que permita, em função do seu conjunto e união tipológica, criar um arquétipo, que sirva as necessidades da atividade física e desporto no geral, e em particular as necessidades dos consumidores do turismo náutico.

A génese da criação do protótipo pretende fazer a analogia com a célula da água do estado sólido, de configuração hexagonal, tendo a *Main-Cell* evoluído dessa forma natural até

ao conceito e resultado final, um prisma octogonal. Destacam-se ainda os princípios de eficiência energética, sustentabilidade e inovação, aliados aos interesses e expectativas dos consumidores dos desportos náuticos, quer sejam praticantes ou espectadores. Poderá dizer-se que o edifício só toma “vida” com a agregação ou desagregação de várias sub-células, que, por sua vez, resultam no espaço ideal para suprimir as necessidades dos consumidores dos desportos náuticos.

O objetivo geral da presente investigação relaciona-se com a necessidade de saber se um equipamento desportivo (protótipo) de arquitetura serve as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. Relativamente aos objetivos específicos foram traçadas algumas linhas que visam auxiliar o alcance do objetivo geral da investigação, e que apontam para o seguinte:

- 1) Aferir qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego;
- 2) Entender qual a importância que é atribuída aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico;
- 3) Analisar qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico;
- 4) Verificar qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região;
- 5) Observar qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico;
- 6) Apurar qual a importância dos doze fatores de desenvolvimento do desporto na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico;
- 7) Conhecer quais as valências (sub-células) que se consideram relevantes existir num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico;
- 8) Compreender qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar, com vista a satisfazer as necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região;
- 9) Saber a concordância das entidades na conceção de um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores de turismo náutico;
- 10) Analisar a concordância das entidades na conceção de um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores de turismo náutico;

11) Proceder ao levantamento da perceção relativamente às infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do Plano Diretor Municipal (PDM);

12) Verificar em que medida são suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);

13) Averiguar se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do Domínio Público Marítimo (DPM).

Iremos elaborar uma revisão da literatura de suporte ao processo de investigação num quadro de conhecimentos atuais, revisitando conceitos fundamentais na ótica de referentes autores, no sentido de estabelecer um quadro teórico que esclareça e sustente a problemática do estudo. Com a preocupação em manter a qualidade do processo de investigação, teve-se em linha de conta a validade de construção e a validade de conteúdo.

O processo de validade de construção foi medido e relacionou-se com a estrutura teórica que suporta o instrumento de recolha de dados, intenda-se por inquérito por questionário, sendo que, no estudo é garantida por limites e profícua discussão conceptual, que vários especialistas sobre o assunto, direta ou indiretamente relacionados com o tema já debateram.

Com o propósito de garantir a análise objetiva deste tipo de validação, adotou-se tabelas e matrizes de objetivos-conteúdos, denominados por dimensões e categorias, por forma a dar consistência ao modelo de inquérito por questionário e antes da aplicação de cada instrumento com vista a adequação das perguntas e escalas, foram consultados especialistas na área sobre a relevância prática de um conjunto variado de temas, e o modo de aplicação do próprio instrumento de trabalho.

No que respeita ao procedimento, o inquérito por questionário aplicado foi submetido, numa primeira fase, a um pré-teste dirigido a um grupo restrito de indivíduos, não pertencentes à amostra, mas integrados na população onde foram retirados, com o objetivo de verificar a coerência e pertinência das questões nelas contidas. Essa fase incidiu sobre as entidades com responsabilidades no território em estudo (Ghiglione & Matalon, 1995).

Nessa sequência foram recolhidas sugestões de melhoria consideradas pertinentes e que justificaram alterações do instrumento de recolha de dados, tendo por base escalas de respostas tipométrica usadas habitualmente em questionários. Ao responderem a um questionário dessas escalas os inquiridos especificam o seu nível de concordância com uma afirmação (Likert, 1932).

Ao nível dos procedimentos adotados, apresentou-se os inquéritos por questionário aos vários atores-chave inquiridos, através do envio de uma *mailing list*, onde se explicou de

uma forma sucinta os objetivos e a metodologia adotada, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade dos dados pela apresentação em agregados estatísticos da informação recolhida. Na ausência de resposta no prazo máximo de quinze dias, todas as entidades não respondentes voltaram a ser contactadas por *e-mail*, tendo havido, em muitas situações, a necessidade de um novo reenvio do inquérito.

A presente tese encontra-se estruturada de uma forma sequencial com o propósito de atingir os objetivos propostos, sendo constituída pela introdução e por três fases distintas: fase concetual (oito capítulos), fase metodológica (dois capítulos) e fase empírica (dois capítulos). Primeiramente é expressa uma introdução, focalizando o enquadramento geral da temática em estudo, a problemática do tema, os objetivos, a pergunta de investigação, as estratégias de investigação adotadas, a aplicação, a recolha e análise de dados, o estudo de caso, a estrutura do trabalho, limitações e os contributos esperados.

A fase conceptual encontra-se estruturada por um conjunto diversificado de temas, condicionados em capítulos, tratados de uma forma sequencial, e que têm como objetivo tratar o estudo: “A arquitetura ao serviço do turismo náutico em Portugal, contextos e práticas num país com vocação turística”, a saber:

- O primeiro capítulo centra-se no tema do “Desporto e Turismo”, focalizando-se nos conceitos e segmentos de mercado do desporto e do turismo, em particular sobre o turismo náutico (versando a náutica de recreio e a náutica desportiva); os fatores de crescimento do turismo náutico e as respetivas sub-categorias, bem como o seu enquadramento jurídico; o papel do consumidor do turismo náutico; os recursos; a cadeia de valor e as suas debilidades; impulsionamento económico do turismo náutico em Portugal; dados estatísticos do turismo náutico e do turismo em geral, bem como a contextualização do produto turístico e estratégias de planeamento para o universo 2027;

- O segundo capítulo versa a “Caracterização da Sub-Região do Baixo Mondego”, no contexto do espaço demográfico NUTS II no qual se inclui a componente geográfica da região NUTIII em estudo; as principais redes de acessibilidades existentes; componente demográfica, educacional, turística e social (setores de atividades) e respetiva análise SWOT ao território de estudo de caso - Figueira da Foz.

- O terceiro capítulo aborda “Os Equipamentos e Instalações Desportivas”, temática ligada à componente dos espaços e do dimensionamento dos equipamentos desportivos, centralizando-se neste tema a componente dos cânones do dimensionamento e escala de proporção humana, as instalações desportivas e sua definição, o planeamento das instalações desportivas, bem como todo o quadro normativo e legislativo que as sustentam, os imperativos éticos da arquitetura e o *Benchmarking* associado;

- O quarto capítulo aborda a temática do “Planeamento e Gestão Territorial”, numa visão mais urbanística e territorial, focalizou-se os diversos instrumentos de gestão do território em vigor, a gestão do território desportivo, assim como os níveis de necessidade de novas instalações desportivas, a legislação em vigor e aplicável. O quarto capítulo versa ainda sobre os “Pareceres Jurídicos em áreas do Domínio Público Marítimo”, sendo que este tema surge como complemento, refira-se elemento esclarecedor e interpretativo de casos práticos de ocupações em área dominal.

- O quinto capítulo aborda o tema “A Arquitetura Contextos e Práticas”, tendo sido intenção do autor ligar os conceitos de evolução da arquitetura efêmera até à atualidade, relacionando-os com o modelo de estudo “protótipo” *versus* a evolução dos materiais naturais subjacentes (madeira) e respetivos fatores de sustentabilidade.

- O sexto capítulo respeitante à “A Arquitetura Modular, Seus Paradigmas”, teve por objetivo dar continuidade ao ponto anterior da arquitetura dita “efêmera”, no sentido de se perceber a temática da “arquitetura modular”;

- O sétimo capítulo refere-se à “Conceção de um Protótipo de Construção” e envolve o conceito do protótipo, os seus critérios de diferenciação, sustentabilidade e de inovação, focalizando os princípios de sustentabilidade do modelo, componente compositiva e modular na criação do protótipo de construção *Main-Cell* de serviço ao turismo desportivo, no contexto dos desportos náuticos;

- O oitavo capítulo aborda a tema “Arquétipo de Arquitetura”, versando a componente do projeto de arquitetura e de engenharia civil, desde a fase inicial, as peças escritas, passando pela componente desenhada até à apresentação final do modelo tridimensional e representativo do estudo. O arquétipo em estudo e todo o percurso inerente à revisão da literatura, coadjuvados pelos fatores metodológicos, empíricos e respetivos quadros normativos, levam-nos a acreditar convictamente que o conceito em estudo se consubstancia num equipamento diferenciador do ponto de vista da relevância prática e científica e que poderá no futuro responder de forma assertiva às necessidades dos diferentes *targets* turísticos. O protótipo, apesar de ter sido concebido para colmatar uma necessidade social e territorial, assumiu uma dinâmica inovadora, que permita satisfazer as necessidades de outras atividades desportivas no conceito da prestação dos serviços.

1. DESPORTO E TURISMO

1.1. CONCEITUALIZAÇÃO

1.1.1. Desporto

No que respeita à temática do desporto, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 79.º “Cultura e Desporto”, esclarece que todo cidadão português tem o direito à atividade física e ao desporto, e que é da competência do próprio governo, em conjunto com diversas entidades, quer sejam: escolas, câmaras municipais, associações, coletividades desportivas, etc., promover a atividade física e desportiva junto das populações, bem como preparar estratégias que anulem a violência no desporto.

O desporto foi entendido como um culto voluntário e habitual do exercício físico muscular com intensidade estimulado pelo desejo de crescimento e não hesitando ir até ao risco (Coubertin, 1931). Ainda assim, o desporto era percebido como sendo uma diversão liberal, de caráter espontâneo, desinteressado, como que uma expansão do espírito e do corpo, geralmente concretizado através de exercícios físicos de luta (Cagigal, 1957).

Já Antonelli (1965) analisou o conceito de desporto baseando-se em três fatores essenciais do ponto de vista psicológico para o equilíbrio do comportamento humano, como sendo: o jogo, a agonística, competição e o movimento.

O Conselho da Europa caracteriza desporto de uma forma mais pragmática, como sendo todas as formas de atividade física, que através de uma participação estruturada ou não, têm como finalidade a manifestação ou o melhoramento da atividade física e psíquica do indivíduo, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição nos seus variados níveis (Carta Europeia do Desporto, 1992).

Praticar a atividade física e desportiva com regularidade tende a associar-se a um conceito de vida saudável e ao alcance de todos. A atividade física desportiva passa a desempenhar um papel preponderante na redução de doenças cardiovasculares e num aumento da qualidade de vida dos cidadãos (Almeida, 2001).

O Livro Branco sobre o Desporto (2007) alude que o desporto é entendido como um fenómeno social e económico em crescimento e que contribui de forma relevante para os objetivos estratégicos de solidariedade e prosperidade da União Europeia (UE).

Para Cunha (2007), o conceito de desporto pode ser entendido de duas formas distintas, uma primeira que se prende com um dos conceitos já versados anteriormente que assenta na “Carta Europeia do Desporto”, em *Rhodes*, data de maio de 1992, pela realização da 7.ª Conferência dos Ministros Europeus do Desporto, e a segunda assenta em reflexões de um conjunto variado de autores. Tais reflexões resultaram no estabelecimento de uma

dimensão penta dimensional do respetivo conceito de desporto, estruturado segundo cinco eixos fundamentais, a saber: três eixos relativos aos contributos psicológicos de *Antonelli* (jogo, agnóstico e movimento), um quarto eixo adiantado por *Parlebas* (Instituição), refletindo a dimensão institucional, e um quinto onde o autor Pires (2007) explica uma dimensão de projeto, na qual inclui uma estratégia para o futuro à qual tem que ser associada a vertente de realização humana que o desporto deve integrar.

O desporto é entendido ainda como um amplo fenómeno social, económico e cultural, que necessita de ser compreendido no seu tributo real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade (Bento & Constantino, 2009).

Com o evoluir dos tempos, o desporto transformou-se numa das atividades humanas com mais dinâmica, sendo das indústrias associadas ao lazer, aquela que maior número de participantes tem conquistado. A atividade física e desportiva desempenha um papel preponderante na sociedade, fomentando a inserção e integração social, a educação não formal, os intercâmbios culturais e o emprego (Nunes, 2010).

Nos tempos modernos, verifica-se uma maior adesão às práticas desportivas, como que um fator intrínseco à sobrevivência do ser humano. O denominado conceito de vida e saúde está cada vez mais patente no quotidiano das pessoas. Com a diminuição dos horários de trabalho, a pausa para o trabalho em grandes empresas para o lazer e prática desportiva, conduziu a um aumento de tempo para a melhoria da qualidade de vida.

Estas práticas levaram à redução do sedentarismo, do peso corporal, de hábitos de alimentação saudável e à procura de novos espaços e equipamentos para a prática desportiva, destacando-se as áreas costeiras, caminhadas em zona de montanha, descidas de rios, em suma, vários espaços naturais diversos, todos com um objetivo comum, a fruição e contacto de proximidade da natureza, onde o foco se centra na atividade física em prole do bem-estar e da saúde.

Para os autores Carvalho et al. (2015) o desporto qualifica-se por um tipo de fenómeno ativo que se substitui em prol do bem-estar das pessoas; o desporto é assumido como um direito fundamental e de interesse público, na medida em que contribui para o desenvolvimento humano, com vista à melhoria do bem-estar e qualidade de vida de todos os cidadãos.

1.1.2. Desporto e o Ambiente Construído

As estruturas desportivas locais caracterizam-se por terem uma relação de proximidade com as populações, sendo muitas das vezes as principais responsáveis pela disponibilização de serviços de natureza desportiva. Esta relação traduz-se numa maior proximidade das comunidades à atividade desportiva que se quer impulsionada.

As organizações desportivas locais (associações e clubes) disponibilizam aos seus associados e comunidade instalações desportivas qualificadas e modernas que potenciam o interesse e atratividade pela prática desportiva de recreação ou de rendimento, melhorando o ambiente urbano, tornando-o mais sustentável e qualificado. Neste contexto, o Programa para a Reabilitação de Infraestruturas Desportivas, comparticipa com um valor máximo de 50% do total das despesas elegíveis, constante do orçamento apresentado pelas entidades promotoras, não podendo ultrapassar o valor de vinte mil euros. Ainda assim, tem-se a consciência que muito há para fazer e que o valor monetário disponibilizado é manifestamente insuficiente face às carências detetadas.

Segundo o Eurobarómetro (2017), e tendo por base o plano de trabalho dos Estados Membros da União Europeia, foi definido para o desporto um conjunto variado de prioridades a ter em conta nos universos (2017-2020), a saber: a integração do desporto incidirá na boa governação, na salvaguarda dos menores, na luta contra a viciação dos resultados; o *doping* e a corrupção desportiva; a dimensão económica como foco de inovação no desporto e a conexão entre o desporto e o mundo digital; o desporto e a sociedade, com foco na inclusão social, treinadores, *media*, meio ambiente, saúde e educação e diplomacia desportiva.

1.1.3. Turismo

Na tentativa de esclarecer o conceito de turismo na ótica de alguns autores, extraem-se os seguintes contributos:

Uma das definições de turismo foi proferida por Hunziker e Krapf (1942), onde se entende que o turismo assenta num conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e a permanência de pessoas fora do local da sua residência habitual, sem que para isso, obtivessem uma atividade lucrativa.

Existem autores como Hall e Page (2006), por exemplo, que entendem que o lazer, o recreio e o turismo encontram-se intrinsecamente relacionados. Os autores referem que poderão existir definições para cada um dos conceitos e suas evoluções. No entanto, com o evoluir dos tempos, os conceitos tendem a alterar-se, dificultando a definição de critérios rigorosos.

O turismo tem uma abordagem em três noções com base no espaço temporal, a partir do elemento tempo, este poderá ser utilizado em três vetores, sendo respetivamente: o trabalho, o lazer e outras tarefas. A partir do tempo de trabalho decorrerão as viagens e o turismo com motivos de ordem profissional, cuja duração mínima se centra em vinte e quatro horas, para destinos diferentes do local de trabalho e de residência (Tribe, 2011).

O turismo é entendido como um fenómeno globalizante, com particular incidência sobre a vida do ser humano, quer seja de forma direta ou indireta, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida das populações.

O conceito de turismo resulta da contribuição de diversos autores, que desde já se faz a devida vénia, ao longo da sua evolução e na dependência das diversas vagas sociais, transformações dos setores que compõem a sociedade, produziram conhecimentos essenciais para o seu entendimento atual.

Para o presente estudo, teremos em consideração o conceito imanado pela *World Tourism Organization* (UNWTO), que nos diz que o turismo se define como sendo as atividades que as pessoas realizam durante o período em que fazem as suas viagens com permanência e em locais diferentes daqueles onde residem habitualmente, por um certo período de tempo, menos de um ano consecutivo, com fins de lazer e outros, tendo uma importância que se reflete através dos 10% no PIB mundial (UNWTO, 2017a, 2017b).

1.1.4. O Turismo Desportivo

O desejo de participar em atividades desportivas em períodos de férias tende a funcionar como um incremento das atividades de lazer; um turista cada vez mais ambicioso e exigente passa a ter à sua disposição um leque variado de infraestruturas turísticas, no intuito de tirar partido de uma forma ativa dos seus momentos de ócio (De Knop, 1990). Ainda na esteira do mesmo autor, o turista desportivo é entendido como sendo aquele que participa de uma forma ativa numa determinada atividade desportiva em período de férias, caracterizando três tipos de férias desportivas:

- a) Férias desportivas (viagem para fazer *surfing*);
- b) Beneficiar de atividades desportivas disponíveis nos destinos de férias;
- c) Férias desportivas privadas (turista participa ocasionalmente em atividades desportivas no *Resort*).

Para Glyptis (1991), o conceito de turismo desportivo pressupõe a participação ativa em atividades desportivas. Certos autores consideram o turista desportivo como aquele que viaja para longe do local de residência, para assistir ou participar numa atividade desportiva. Reconhecem o desporto como uma atração turística e sistematizada em três domínios com importância significativa para o turismo desportivo, sendo respetivamente: os grandes eventos turísticos (Jogos Olímpicos), atividades de turismo e aventura (*surf*, canoagem, *snowboard*, entre outras), turismo de saúde e *fitness* (*Spa*, ginásios, *golf*, entre outros).

No contexto de uma maior exposição do turismo desportivo, versa que a maior notoriedade do desporto, o crescente reconhecimento da relação entre turismo e o desporto, resultam do incremento das atividades de carácter desportivo, assumindo-se como

oportunidades para a ascensão do turismo desportivo (Kurtzman & Zauhar, 1997). Os autores procuram ultrapassar os constrangimentos resultantes em torno do conceito de turismo desportivo, sistematizando cinco categorias de atividades, a saber:

- a) Atrações de turismo desportivo;
- b) *Resorts* de turismo desportivo;
- c) Cruzeiros de turismo desportivo;
- d) Viagens de turismo desportivo;
- e) Eventos de turismo desportivo.

Na esteira de Gibson (1998), os órgãos de comunicação cada vez mais adotam estratégias de divulgação, promoção de destinos, atrações e eventos focados no desporto e na atividade física. Muitos *Resorts* passaram a ter nos seus programas um conjunto variado de atividades desportivas com o objetivo de atrair turistas desportivos ativos.

Para Bouchet, Lebrun e Auvergne (2005), o produto turístico desportivo qualifica-se por cinco elementos característicos, sendo respetivamente:

- a) Envolvimento físico;
- b) Duração da visita superior a um dia com pernoita no local;
- c) Possibilidade de ser ou não ser organizada pelo próprio turista;
- d) A estada pode ser fixa ou itinerante;
- e) O produto desportivo é constituído por um conjunto de serviços muitas vezes intangíveis.

Na esteira de Kurtzman (2005), o mesmo apresenta um modelo que explica o turismo desportivo, onde o foco central é o desporto, em torno do qual estão as associadas as diferentes possibilidades e ambientes do turismo desportivo. Diferentes tipos de turismo acabam por influenciar o desporto, assim como as diferentes motivações para o turista.

Para Deery, Jago e Fredline (2005), a utilização do conceito de turismo desportivo só tem significado aliado à competição, quer seja um turista participante ou um mero espetador. Quando o intuito para a deslocação envolve o desporto, estamos perante o turismo desportivo, este tipo de turismo tende a associar-se a um determinado território, sentimentos positivos e deleitantes pelas atividades desportivas (Cunha, 2007).

Na visão de Lourenço (2008), o turismo desportivo é entendido como a conjugação entre o que definimos como turismo e desporto; inclui o conjunto de atividades desportivas em que os turistas se incluam na modalidade de participantes ou como seus espetadores, passivos. Entende-se, porém, que esta definição não plasma de forma evidente e clara a complexidade de situações que o turismo desportivo abrange. O turismo desportivo inclui obrigatoriamente a componente da viagem, que é condição indispensável nas práticas

turísticas, e a elas acrescenta a componente lúdica ou profissional de prática ou assistência passiva a atividades de caráter desportivo.

O turismo desportivo, tem-se direcionado no sentido da recreação, do ócio e do lazer, para algo que se faz com diferentes motivações, quer sejam elas por escolha ou por necessidade (Radicchi, 2013).

Para Taleghani e Ghafary (2014) o turismo desportivo divide-se em cinco áreas, a saber:

- a) Natureza;
- b) Diversão;
- c) Mar;
- d) Eventos;
- e) *Tours*;

Abrangendo diversas atividades desportivas, pode ocorrer em três meios (ar, terra e água). A abordagem de Radicchi (2013) e Panagiotopoulos (2015) consideraram que existe um turismo desportivo designado por “*Soft*” e “*Hard*”, o primeiro corresponde a canoagem, BTT, etc., no qual o turista não participa ativamente num desporto e/ou atividade, e o segundo caracterizado por escalada, *kayaking* em águas bravas, queda-livre, no qual o turista tem um papel ativo no desporto e/ou atividade.

Higham (2011 cit. in Panagiotopoulos, 2015) caracterizam o turismo desportivo como a associação de estada em determinado destino, complementada por um tipo de desporto e atividade física na ótica da competição desportiva.

Para os autores Rheenen, Cernaianu e Sobry (2017) e Kurtzman (2005), o turismo desportivo é um tipo de turismo em que a principal motivação para viajar é o desporto. Esta motivação inclui a participação em eventos, competições, treinos, jogos, ou mesmo, atividades desportivas que se desenrolam em férias de lazer.

Independentemente da motivação de cada um, assiste-se a um aumento do interesse por novas experiências nas viagens, a criação de relações com a cultura, com as pessoas e com a identidade do lugar (Bonito, 2018).

O Turismo Desportivo de Eventos

Ao falar-se de turismo desportivo de eventos, estaremos a aportar uma das áreas do turismo desportivo de maior representatividade no tecido económico e empresarial, muito por força do consumo de produtos turísticos inerentes à visitação, ainda assim, sem que os referidos destinos se destruturem, uma vez que essas atividades apenas se realizam esporadicamente, por pequenos períodos de tempo (Cunha, 2001).

O turismo desportivo de eventos tende a agregar várias práticas turísticas em que um determinado visitante participa de uma forma passiva, sem que se envolva em qualquer tipo de atividade física, sendo apenas um simples espetador (Getz & Anderson, 2010). Falando-se de eventos ligados ao turismo desportivo, ter-se-á também de versar o “turista de eventos” e nesta ótica Getz e Anderson (2010), caracterizam o turismo de eventos da seguinte forma:

a) *Mega-Events* (eventos com elevado impacto económico e turístico, como por exemplo os grandes campeonatos de futebol Europeu e Mundial);

b) *Hallmark-Events* (eventos que podem ser ocasionais, com maior ou menor tempo de duração, têm também uma grande atividade económica e turística, este tipo de eventos pode dar uma imagem de destino associado ao evento, como por exemplo campeonato de surf de ondas gigantes na Nazaré);

c) *Regional Local-Events* (Atividade turística baixa e com conseqüente impacto económico baixo).

O Turismo Desportivo Nostálgico

No entendimento de Holbrook e Schindle (1991), nostalgia define-se pela preferência, pelo gosto, atitude positiva e afeto perante tudo aquilo que nos rodeia, quer sejam, pessoas, objetos e que eram comuns, populares, na “moda” na época em que se era mais novo.

Então, o turismo desportivo nostálgico está ligado com o conceito de motivação aliado às práticas desportivas, onde os turistas desportivos têm como motivação a visitação de ações e locais com temáticas associadas ao desporto. Como exemplo refere-se os grandes estádios de futebol, que recebem durante o ano diversas ações de visitação fora do período normais dos jogos de futebol (Ribeiro, 2014).

O Turismo de Aventura

O turismo de aventura caracteriza-se por uma atividade de lazer ao ar livre e que ocorre num determinado destino original, com caráter exótico, selvagem e que implica que o turista se desloque para esse local através de meios de transporte alternativos, pouco convencionais, e tende a ser associado a níveis altos ou baixos de atividade (Fennel, 1999). O turismo de aventura respeita a um tipo de turismo em que os turistas procuram usufruir de vivências e experiências muito particulares, associadas ao risco, ao perigo, à adrenalina, ao limite. Segundo alguns autores o turismo de aventura é caracterizado pela capacidade de poder fornecer ao turista níveis elevados de estímulo sensorial (Muller & Cleaver, 2000).

De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil (2010), o turismo de aventura abrange os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter meramente recreativo e não competitivo. Como tal, estas atividades “variam sob diferentes

aspetos, seja em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos utilizados, das habilidades e técnicas exigidas ou em relação aos riscos que podem envolver” (Ministério do Turismo do Brasil, 2010). Em suma, Buckley e Uvinha (2011) explicam que turismo de aventura ainda não tem uma definição universal oficialmente aceite ou consensual.

O Turismo de Natureza

No entendimento de Valentine (1992) o turismo de natureza é entendido como algo cujo objetivo é disfrutar de algum fenómeno natural relativamente imperturbado. O Turismo de Portugal (2006) expressa o conceito de turismo de natureza, tendo como principal motivação a vivências de experiências com simbolismo, com o objetivo de interagir e usufruir da natureza onde se insere de uma forma acrisolada.

Para Silvennoinen e Tyrvainen (2001 cit. in Bell, Tyrvainen, Sievanen, Probstl & Simpson, 2007) a descrição de turismo de natureza é entendida como um termo que agrega todas as atividades em que as pessoas disfrutem durante o período em que estão de férias e cujo foco principal se centra no contacto e usufruto da natureza e que normalmente envolve a pernoita no local.

Segundo De Melo (2009), turismo de natureza envolve todas as atividades físicas e corporais que se realizam em contacto direto com a natureza, apresentando um formato organizado ou não, e que tenham por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica de um indivíduo, o desenvolvimento das relações sociais, o intuito de recreação e lazer ou a obtenção de resultados na competição, e que contribuam para a sustentabilidade do desenvolvimento local nas diversas dimensões: ambiental, económica e sociocultural.

O Decreto-Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 1 de outubro, expressa o desporto de natureza em áreas protegidas, e define-o como aquele cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e que seja enquadrável na gestão das áreas protegidas, numa política de desenvolvimento sustentável.

Na esteira de Silva (2013), turismo de natureza é entendido como qualquer tipo de turismo que consiste na visitação de locais, onde a natureza ainda desempenha o papel principal, onde o usufruto da mesma é o objetivo principal na prática de atividades relacionadas com os recursos existentes. O produto turismo de natureza assenta em várias conceptualizações e é expresso de diferentes formas, seja de acordo com a componente territorial onde se insere, ou com o envolvimento da própria natureza na prática de atividades, seja na relação com a sustentabilidade (Silva & Carvalhinho, 2017).

A UNWTO confere ao turismo de natureza a capacidade de enriquecer o mercado do turismo, assim como a sua posição estratégica, uma vez que existe uma grande preocupação na sustentabilidade dos recursos e valores naturais existentes (Bonito, 2018).

Segmentos de Mercado e o Turista Desportivo

O conhecimento do tipo de motivação que direciona o turista à compra e realização de determinada atividade, auxilia os empresários e suas empresas numa melhor compreensão dos meios a alcançar e o seu público-alvo, permitindo aos gestores de produto a possibilidade de definirem uma estratégia mais adequada para os públicos interessados, ganhando assim vantagem competitiva (Vargas-Sánchez, 2017). Aicher e Newland (2017), no que respeita ao turismo desportivo, definiram três segmentos de mercado, a saber:

- a) Os escapistas (tipo de turista que não tem especial interesse pelas atrações de determinado destino);
- b) Os exploradores (tipo de turista interessado no *sightseeing*);
- c) Os festeiros (tipo de turista interessado na vida noturna, sendo normalmente mais jovens).

Os segmentos acima referidos variam em função da idade e do tipo de atividade desportiva. Os operadores do turismo desportivo ganham competitividade compreendendo os processos de decisão dos consumidores deste tipo de produto. Tratam-se de processos complexos, tendo em conta a enorme variedade de oferta no mercado e dado que as decisões de compra no turismo ocorrem em situações que muitas das vezes não se sabe o resultado da compra do produto, pela intangibilidade dos produtos turísticos existentes (Bonito, 2018).

Relativamente aos aspetos na tomada de decisão, e considerando os turistas desportivos ativos, são apreciados na escolha do destino, o alojamento, a restauração, o comércio, transportes e atrações, ficando para um plano secundário, os objetivos do turista, a performance *versus* realização pessoal. O turista para garantir a sua satisfação, primeiramente recorre às dimensões de tangibilidade, fiabilidade, capacidade de resposta, confiança e empatia, que por sua vez se relacionam com fatores de satisfação para com o produto turístico (Bonito, 2018).

Antes de tecer-se narrativas sobre turista desportivo, importa primeiramente entender-se o que é um turista. De acordo com Gibson, Attle e Yiannakis (1997), o turista desportivo é aquele indivíduo que viaja para fora da sua zona habitual de residência para participar num evento desportivo, quer seja com carácter de lazer ou competição, ou para observar um desporto de elite ou amador, ou ainda, para visitar uma atração turística ligada ao desporto. Este tipo de turismo atrai três grupos distintos:

- a) Os participantes ativos (já anteriormente referidos);

- b) Os visitantes de atração relacionados com o desporto;
- c) Os fãs (indivíduos que assistem aos eventos desportivos).

Kurtzman e Zauhar (2005) consideram que a motivação dos turistas assenta num conjunto variado de parâmetros para os quais os mesmos estão orientados, sendo respetivamente:

- a) Económicos (Valoriza a organização e aprendizagem adquirida na atividade);
- b) Intelectuais (Valoriza a performance e competição);
- c) Sociais (Valoriza a interação social e operação de grupo);
- d) Políticos (Valoriza a simbologia e estatuto local para onde viaja);
- e) Complementares (Valoriza mais do que um dos parâmetros anteriores).
- f) O turismo ativo assume-se como um concorrente ao produto de sol e praia.

A enorme variedade de produtos que o turismo desportivo agrega (eventos desportivos, atividades ao ar livre, turismo de saúde, cultural e competitivo) faz com que muitos países detenham o setor como prioritário para o investimento (Nordin, 2005). Segundo Castro (2009), países como a Espanha, México e Outros, já se encontram a desenvolver e a explorar este tipo de produtos turísticos. Em resultado têm-se assistido a um crescimento, que se prevê que até 2020 atinja os 10%, (UNWTO, 2011 cit in Radicchi, 2013).

O aumento da procura fez com que houvesse um aumento dos produtos desportivos e em consequência um aumento generalizado dos destinos turísticos, assim como, a forma como os mesmos são procurados (Castro, 2009; WNWTO, 2016; Radicchi, 2013).

Para Rheenen, et al. (2017), existe uma distinção feita para turista, que varia de acordo com a duração da viagem entre:

- a) Excursionistas (aqueles que não pernoitam);
- b) Turistas (aqueles que têm uma estada de pelo menos 24h).

1.1.5. Produto Turístico e Estratégias de Planeamento

Ao longo dos tempos, o turismo tende a tornar-se num dos setores com maior destaque no mundo, sendo um importante meio para o desenvolvimento socioeconómico. Ainda assim, um desequilibrado desenvolvimento do turismo pode traduzir-se em consequências e impactos negativos na sociedade e nos seus recursos. O planeamento estratégico é um processo fundamental para o desenvolvimento equilibrado do turismo.

Produto Turístico

Um produto turístico é qualquer coisa que possa ser colocada no mercado de consumo, por forma a poder ser consumido, utilizado ou adquirido com o objetivo de satisfazer

o mercado de consumo (Kotler, Bowen & Makens, 1999). De acordo com a UNWTO (2011), um produto turístico define-se como um conjunto de várias experiências intervencionadas por setores, destacando-se a restauração, o alojamento, o ambiente natural onde se insere, entre outros, e que possam ser consumidos pelo turista.

O ciclo de vida de um determinado produto turístico assenta em várias fases distintas, determinadas pelas vendas e pelos lucros obtidos (Butler, 1980 cit. in Sancho, 2017), são elas: nascimento; crescimento; maturidade; saturação; renovação, prolongamento; declínio. Um produto começa a nascer até atingir o seu ponto de maturação e posteriormente de saturação, depois segue-se a fase de declínio, sendo que aqui, torna-se crucial encontrar alternativas viáveis que possam prolongar a ascensão ou renovação do produto (Bonito, 2018).

Estratégias de Planeamento de Produtos e Destinos

De acordo com Silva e Carvalhinho (2017), o planeamento de estratégias de produtos turísticos integra a definição de orientações com vista ao desenvolvimento a médio e longo prazo, sendo que, esse planeamento implica a adoção de diferentes estratégias de atuação, tanto ao nível de destinos como ao nível de produtos. Ou seja, o processo de planeamento consiste num aglomerado de fases que vão desde a sua elaboração à sua implementação e controlo.

No contexto turístico do segmento do turismo desportivo, o mesmo abrange cerca de 10% das receitas, em determinados países chegando já aos 25%. No contexto mundial estaremos a falar de uma economia que ascende aos biliões de dólares americanos. Assim, é importante continuar-se a apostar na diversidade de produtos turísticos, no sentido de atrair novos mercados e garantir a sua sustentabilidade no futuro (Bonito, 2018).

O *Cluster* para o Turismo 2027

O governo português apresentou uma estratégia de desenvolvimento turístico que compreendia um intervalo temporal entre os anos 2006 a 2015, definido através do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), e que tinha como modelo uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável. Nesse contexto, o PENT assumiu-se como relevante na implementação de projetos turísticos, ambientalmente sustentáveis e em integral cumprimento com a gestão e planeamento territorial, caracterizando-se como uma relevante fonte de riqueza e emprego para o nosso país (Nunes, 2010). Segundo o PENT, caracterizaram-se dez produtos estratégicos em função da sua cota de mercado e potencial de crescimento, assim como pela aptidão e potencial competitivo em Portugal, sendo respetivamente:

- a) Sol e Mar;

- b) Turismo de Natureza;
- c) Turismo Náutico;
- d) *Resorts* Integrados e Turismo Residencial;
- e) Turismo de Negócios;
- f) Golfe;
- g) Gastronomia e Vinhos;
- h) Saúde e Bem-Estar;
- i) *Touring* Cultural e Paisagístico;
- j) *City Breaks*.

O setor da náutica de recreio começa a ganhar uma maior importância depois de ter sido considerado um dos produtos estratégicos para Portugal na primeira publicação do PENT em 2006, inicialmente desenvolvido para o horizonte até 2015.

O estudo encomendado pelo Turismo de Portugal em 2006 à empresa THR-*Assessores en Turismo-Hotelaria Y Recreacion SA.*, complementado com o estudo realizado pelo Professor Doutor Ernâni Lopes, em Lisboa concretizaram de entre várias coisas a importância estratégica do setor para Portugal (Araújo, 2015).

Ainda no entendimento da mesma autora, o *Cluster* da Náutica de Recreio está interligado ao turismo náutico, principalmente na exploração dos recursos existentes por empresas que procuram proporcionar vivências e experiências de lazer e entretenimento em locais como o mar, rios, barragens, baías e estuários, bem como a concentração de empresas focados nas infraestruturas de apoio às referidas atividades.

Segundo o documento “A Estratégia para o Turismo 2027” elaborado pelo Turismo de Portugal, e que reporta ao Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) Universo 2017-2027, foi definida uma estratégia que tornasse o país num destino cada vez mais atrativo e competitivo nos mercados internacionais, numa perspetiva de crescimento contínuo, atenta às mudanças internacionais e ao ambiente tecnológico (Turismo de Portugal, 2017). Nesse contexto, são propostos 10 desafios para uma estratégia definida a 10 anos:

1. Pessoas - Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo;
2. Coesão - Alargar a atividade turística a todo o território nacional e promover o turismo como fator de coesão social;
3. Crescimento em Valor - Ritmo mais acelerado em receitas *versus* dormidas;
4. Turismo todo o ano - Alargar a atividade turística durante o ano, com o objetivo do turismo se tornar sustentável;
5. Acessibilidades - Garantir a competitividade das acessibilidades ao destino de Portugal e promover a mobilidade dentro do território;

- 6. Procura - Atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo o ano e em todo o território;
- 7. Inovação - Estimular a inovação e o empreendedorismo;
- 8. Sustentabilidade - Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local;
- 9. Simplificação - Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração;
- 10. Investimento - Garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.

Segundo o Turismo de Portugal (2017), é definido um referencial estratégico de metas a atingir para a década (2017-2027), pretendendo afirmar o turismo como um “hub”, para o desenvolvimento económico, social e ambiental no território nacional, colocando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis no contexto mundial.

O Quadro 1 resume a distribuição dos três grandes eixos das metas para o turismo em Portugal 2017-2027, destacando-se a componente económica (dormidas, receitas); social (turismo todo ano, qualificação, satisfação dos residentes); e ambiental (energia, água, resíduos), com a discriminação dos objetivos e metas a atingir.

Quadro 1 - Metas para o Turismo em Portugal 2017-2027



Fonte: Turismo de Portugal (2017)

Ativos Estratégicos para o Turismo 2027

Uma estratégia focada em ativos visa a sustentabilidade e a competitividade do destino. Segundo o Turismo de Portugal (2017), os ativos estratégicos assentam em três referenciais, a saber: ativos diferenciadores; ativos qualificadores; ativos emergentes. Sendo respetivamente:

a) Ativos Diferenciadores - Assumem-se como atributos âncora que constituem a base e a substância da oferta turística nacional, reunindo uma ou mais das seguintes características: endógenos - que refletem características intrínsecas e distintivas do destino/território, que possuem reconhecimento turístico internacional e/ou elevado potencial de desenvolvimento no futuro; não transacionáveis - que são parte de um destino/território concreto, não transferíveis para outro local e não imitáveis; geradores de fluxos - que estimulam a procura (clima, luz, história, cultura, identidade, mar, natureza e água).

b) Ativos Qualificadores - Ativos que enriquecem a experiência turística e que acrescentam valor à oferta dos territórios, alavancados pelos ativos diferenciadores do destino (gastronomia e vinhos, eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios).

c) Ativos Emergentes - Ativos que começam a ser reconhecidos internacionalmente e que apresentam elevado potencial de crescimento, podendo no futuro gerar movimentos de elevado valor acrescentado e potenciar o efeito multiplicador do turismo na economia (Bem-Estar, *Living*).

1.2. O TURISMO NÁUTICO EM PORTUGAL

1.2.1. O Mercado do Turismo Náutico

Desde da década de 60 que Portugal centrou essencialmente a atividade turística num único produto, i.e., no produto Sol e Praia, mais conhecido pelo turismo dos 3 “S” - *Sun, Sea and Sand*. Caracterizado pela massificação turística e assente na sazonalidade que o produto por si encerra, assumindo-se como um exemplo do modelo fordista de desenvolvimento turístico, preconizado por William (2004). A competitividade com outros países como a Espanha, a Turquia, a Grécia, a Tunísia, entre outros, que oferecem o mesmo tipo de produto, alertam-nos para a necessidade de diversificação da oferta.

Tem-se procurado diversificar a oferta de produtos no sentido de, por um lado combater a extrema dependência do turismo Sol e Praia, entenda-se Sol e Mar, na medida em que é um produto turístico que melhor responde à parcela mais forte das correntes turísticas mundiais, isto porque, começou nos meados do século XIX nas estâncias balneares do Noroeste Europeu, deslocou-se posteriormente mais para sul, sobretudo, a partir de meados do século XX, transformou a área banhada pelo Mediterrâneo no maior destino turístico mundial; contudo, no presente a procura de sol e mar orienta-se também para outras partes do globo, nomeadamente, as Caraíbas e o Pacífico.

O Turismo Sol e Mar desde o seu desenvolvimento registou um crescimento constante de fluxos de visitantes, atingindo em muitos destinos turísticos uma fase de maturidade; porém, noutros destinos costeiros já é patente uma fase de saturação, segundo o ciclo de vida

dos produtos turísticos. Várias razões estão associadas a este crescimento contínuo, designadamente, o facto do turismo sol e mar ser um dos mais antigos no setor do turismo; e tendo em conta a elevada procura e/ou preferências dos consumidores, o sol e mar foi bastante promovido pelo setor público e privado nos destinos.

Apesar do interesse manifestado no Turismo de Sol e Mar por vários atores do setor, isto não se traduziu necessariamente numa gestão e ordenamento do território eficazes para os estes destinos, mas em alguns casos acabou por potenciar os impactes negativos provenientes do turismo, ou seja, os destinos de sol e mar na sua grande maioria apresentam, altos níveis de impactos cumulativos, elevado grau de sazonalidade, deterioração ambiental e paisagística de boa parte das zonas costeiras (especialmente por excesso de construção), massificação turística que conduziu a um serviço turístico de menor qualidade.

Derivado ao progresso e inovação, as quais impediram em muitos casos a entrada no declínio de destinos apenas dedicados ao turismo sol e mar, levando à requalificação, ao reordenamento territorial e a junção de produtos turísticos complementares, nomeadamente o turismo náutico, mantendo na mesma o sol e mar como o produto turístico principal.

A nível nacional existe vários recursos disponíveis para o desenvolvimento do Turismo Sol e Mar e Náutico, que se encontram ao longo da costa portuguesa, numa extensão de mais de 850km. O Sul de Portugal, em especial a região do Algarve é a que mais visitantes recebe nestes segmentos e possuiu aproximadamente 200km de litoral, com praias de areia branca, águas cristalinas, escarpas, dunas e um clima ameno durante quase todo o ano. O litoral alentejano e costa vicentina estende-se por mais de 180km, são destinos ainda pouco procurados pelos turistas deste mercado e por isso tem uma costa bem preservada, de excelência ambiental.

Neste contexto, o turismo náutico tem por objetivo proporcionar viagens ativas no contacto direto com a água (mar, rio, lago, albufeira, barragem, etc.), com vista à realização e usufruto de modalidades náuticas, quer sejam de lazer ou competição. Das diversas atividades náuticas destacam-se: o *surfing*, *windsurf*, *kitesurf*, *bodyboard*, vela, canoagem, *paddle*, remo, mergulho, cruzeiros, motonáutica, ski aquático, entre outras (Turismo de Portugal, 2006).

O turismo náutico assume-se como um conceito complexo, o qual continua a não ser devidamente definido, ou clarificado, pelo facto de assumir designações diferenciadas e não consensuais. No entanto, entende-se como um segmento, ou um subtipo de turismo, que agrega duas palavras: turismo e náutico (Lukovic, 2013).

Infere-se do estado da arte em torno da dimensão turismo náutico que o mesmo resulta de um turismo geral já com um certo nível de desenvolvimento, quer seja social ou económico.

Tipos diferentes de turismo surgem em diferentes patamares de desenvolvimento económico. Em função das variáveis tempo e desenvolvimento, verifica-se que o turismo náutico surge do cruzamento dessas duas componentes, sendo que o turismo de hotel se ergue como uma das primeiras formas básicas no início do desenvolvimento da atividade turística em certos destinos, muito por força do apogeu do desenvolvimento turístico e económico (Lukovic, 2013).

Assim, caracteriza-se o turismo náutico pelo cruzamento de vários conceitos sobre o tema da água. A falta de definições internacionais suscita aos autores dificuldade de interpretação de terminologias como: turismo náutico, turismo marinho, turismo de vela, turismo de iates, entre outros. Alguns autores usam o turismo náutico para o turismo de iates, quer sejam a motor ou a vela. O turismo depende da definição geral, já náutico deriva da palavra grega *naus* que se refere a barcos. A ciência náutica ou navegação respeita a um conjunto de conhecimentos práticos e teóricos que um comandante de um navio precisa de saber para a sua navegação, desde a sua origem até ao destino (Marusic, Ivandic & Horak, 2014).

No que respeita aos mercados, o “*Hypercluster*” da Economia do Mar divide-se em dois grupos:

a) A **Náutica de Recreio**, que assenta num conjunto variado de experiências relacionadas com a prática de desportos náuticos como forma de lazer e de entretenimento, correspondendo a 85% das viagens náuticas pela Europa, de um universo de 245.000, e inclui uma grande diversidade de desportos: vela, windsurf, surf, entre outras (THR, 2006);

b) A **Náutica Desportiva**, que engloba as experiências com o objetivo de participar em competições desportivas, correspondendo a 15% das viagens, cuja motivação se relaciona com a náutica desportiva, de um universo de 245.000 viagens pelos países da Europa (THR, 2006).

Não obstante, o turismo náutico assenta numa atividade que se relaciona com a utilização de equipamento náutico, embarcações náuticas (motas de água e outras) com o objetivo da fruição pela natureza, em usufruto do território e mais-valias, sobre o espelho de água, quer estas sejam águas paradas, ou não.

Tratando-se de um segmento da prática de turismo costeiro, diretamente relacionado com as atividades de desporto e de lazer em contacto com o espelho de água, quer sejam, mar, rio, albufeira, lago, como se demonstrou anteriormente, permite fazer a ponte com o produto Sol & Mar, possibilitando assim ao visitante inúmeras possibilidades atrativas no contexto do usufruto de outras atividades (Duarte, 2017). A esse respeito, importa entender o conceito de visitante que incorpora o turista (que pernoita no local visitado) e o excursionista (que visita o local, mas que não pernoita no local visitado).

1.2.2. Fatores de Crescimento do Turismo Náutico

De acordo com o Turismo de Portugal, no estudo realizado por THR (2006), no que respeita à procura primária de viagens internacionais, aquela para a qual essa é o principal motivo da viagem, totaliza aproximadamente 3 milhões de viagens de uma ou mais noites de duração na Europa. Em consequência, este volume representa cerca de 1,15% do total das viagens de lazer realizadas pelos Europeus, num universo de 245.000. De entre as diversas atividades náuticas destacam-se a vela, o mergulho, como sendo as que mais turistas agregam, representando mais de um milhão de praticantes com licença federativa, (THR, 2006).

No que se refere ao crescimento, o mercado da náutica de recreio apresenta uma taxa de crescimento entre os 8% e 10% ao ano, com particular enfoque no setor da inovação. A vela assume particular destaque em todas as suas vertentes, como sendo o mercado com maiores oportunidades de crescimento. Ainda assim, existem outras atividades de destaque a ter em conta, nomeadamente: cruzeiros, vela ligeira, pranchas, regatas, navegação de lazer, armadores, tripulações, entre outras.

Dos países europeus a Escandinávia é quem apresenta a taxa mais levada de consumidores de turismo náutico, com cerca 2,3% do total das viagens realizadas pelos cidadãos desse país ao estrangeiro. Relativamente ao mercado emissor, a Alemanha, assume-se como o principal país, representando em 2004 cerca de 600.000 viagens, sendo que, a Escandinávia e a Alemanha juntas representam quase 40% do total das viagens náuticas realizadas pela população europeia, (THR, 2006). Tem-se verificado um forte crescimento das viagens pelo mundo, apesar dos inúmeros desastres naturais ocorridos nos últimos anos, potenciando a procura de novos destinos seguros.

Segundo o 25.º Fórum World Travel Monitor do IPK International (2017), em Pisa nos dias 9 e 10 de novembro de 2017, um exclusivo da indústria de viagens global, estabeleceu novos recordes nos primeiros oito meses de 2017, onde os destinos seguros se assumiram como as principais tendências. De acordo com os resultados da World Trave Monitor, IPK International (2017), a América do Norte apresentou um aumento de 7,50% no período compreendido entre janeiro e agosto de 2017, logo seguido, do continente europeu com 5,50%.

Ao comparar-se com o período homólogo de anos transatos, constata-se que a Ásia teve um desempenho abaixo da média global com um aumento de apenas 5,00%. No que respeita à América Latina, verificou-se um aumento de 5,00%. Olhando para mercados específicos, a Rússia parece querer demonstrar o seu crescimento, apresentando valores na ordem dos 18,00%. Por outro lado, é o México, apresenta uma tendência de desaceleração, onde as viagens para o exterior caíram cerca de 5,00%, Tabela 1.

Tabela 1 - Viagens de Turismo Náutico ao Estrangeiro por Mercado Emissor

Janeiro/Agosto 2017	Global	Europa	Ásia/ Pacífico	América do Norte	América Latina
Totais viagens saída	+6,00%	+5,50%	+5,00%	+7,50%	+5,00%
Viagens de férias	+6,00%	+6,00%	+5,00%	+9,00%	+6,00%
Viagens pela cidade	+16,00%	+20,00%	+9,00%	+15,00%	+9,00%
Viagens sol e praia	+9,00%	+7,00%	+14,00%	+9,00%	-2,00%
Previsão para 2018	5,00%	+4,00%	+6,00%	+4,00%	+6,00%

Fonte: World Travel Monitor, IPK International, (2017)

Apesar dos viajantes estarem preocupados com possíveis ameaças terroristas nas suas viagens, a *World Travel Monitor*, IPK International (2017) infere-se que 41,00% dos viajantes pensava em alterar os seus planos de viagens (data 2018), com 33,00%, considerando a mudança para um destino alternativo que eles considerem mais seguro. Ainda assim esclarece que o principal risco de uma viagem internacional é o crime ou problemas de saúde.

O denominado turismo de grupo, veio acentuar um problema, não apenas em várias cidades como também em outros tipos de viagens, incluindo férias de inverno e cruzeiros. Segundo a *World Travel Monitor*, IPK International (2017) um em cada dez foi afetado pela sobrelotação no ano 2018. Por outro lado, a indústria global de viagem teve um crescimento em 2017 muito acima do verificado em anos transatos.

Viajantes em todo o mundo recuperaram a confiança e fizeram mais viagens internacionais, apesar dos ataques terroristas verificados em vários destinos turísticos. No ranking do crescimento destacam-se a América do Norte e a Europa. Dos resultados de 2017, a *World Travel Monitor*, IPK International (2017), considera que as perspetivas para os próximos anos são bastante animadoras.

Neste contexto, o número de viagens para o exterior cresceu 6% nos primeiros oito meses de 2017, de acordo com os dados da *World Travel Monitor*, IPK International (2017), apresentados no fórum de Pisa, a média de tempo de permanência aumentou cerca de 4% para cerca de 8 noites, assumindo um desempenho relevante no período das viagens. As viagens e o turismo continuam a ser dos principais impulsionadores da Economia Mundial, sendo que as mesmas estão a ter um crescimento três vezes superior ao PIB mundial.

As tendências refletidas durante 2017, nos números da UNWTO, mostram um crescimento acentuado no turismo internacional, sendo o período de verão do hemisfério norte, aquele que gerou mais de 300 milhões de chegadas internacionais nos dois meses entre julho e agosto.

No cômputo geral, no período compreendido entre janeiro e agosto de 2017, registaram-se 901 milhões de visitantes internacionais (visitantes noturnos), 56 milhões a mais

do que no período homólogo de 2016, de acordo com o último Barômetro Mundial de Turismo da UNWTO, representando um aumento de 7,00% relativamente a anos anteriores. Numa perspetiva regional, temos um crescimento de África + 9,00%, Europa + 8,00%, Ásia e Pacífico + 6,00%, o Oriente Médio + 5,00% e as Américas com + 3,00%.

1.2.3. Subcategorias do Turismo Náutico

No entendimento de Freitas (2010), o turismo náutico resulta da tipologia do turismo desportivo, ligado ao meio aquático e marítimo. Este pode dividir-se em três segmentos, cruzeiros, náutica de recreio/desportiva, e marítimo turística. Apresentado duas vertentes, a do lazer e da competição.

Segundo Duarte (2017), é possível referenciar-se as diferentes modalidades que integram o turismo náutico de recreio e desportivo, sendo respetivamente:

a) *Bodyboard* - Desporto praticado à superfície das ondas, naturais ou artificiais, com a utilização de uma prancha *bodyboard*, de forma a conseguir deslizar-se pelas ondas em direção à areia da praia;

b) *Kitesurf* - Utilizando um *kite* e uma prancha, o objetivo é o cruzamento entre o equilíbrio sobre a água e o impulso feito pelo vento, que deverá permitir a deslocação sobre as ondas e a realização de saltos acrobáticos no ar;

c) *Windsurf* - É um desporto praticado sobre a superfície da água, sempre com recurso a uma prancha e a uma vela que necessitam da força do vento para se moverem;

d) *Surfing* - Uma modalidade praticada à superfície da água, cujo objetivo principal é aliar o equilíbrio em cima de uma prancha com manobras e acrobacias em função das ondas. Esta é uma atividade desportiva que, em função dos desafios colocados aos praticantes, tem como principal característica o confronto com a Natureza e como principal particularidade o deslize. O *surfing* inclui várias disciplinas, todas elas enquadradas na Federação Portuguesa de Surf (FPS), sendo diferenciadas em função da utilização das pranchas e dos seus diferentes tipos (*Bodysurfing*, *Bodyboarding*, *Kneeboarding*, *Shortboarding*, *Longboarding*, *Skimboarding*, *Stand Up Paddling*, *Tow-in*, *Tow-out*);

e) *Ski Náutico* - Apesar de ser muito semelhante ao *ski* na neve, são necessárias, no mínimo, duas pessoas para que se desempenhe corretamente. Uma pessoa conduz a lancha ou o barco enquanto a outra pessoa, em cima da prancha, é puxada por uma corda, tendo de manter sempre o corpo em equilíbrio;

f) *Wakeboard* - É um dos desportos aquáticos com mais praticantes a nível de lazer, semelhante ao *snowboard*, em que o desportista está em cima de uma prancha específica e é puxado por um barco;

g) *Paddle* - Uma modalidade que teve muito impacto para o praticante por ser uma atividade nova e inovadora, que consiste na movimentação em cima de uma prancha de pé com a ajuda de *paddle*;

h) Vela - Um desporto que envolve barcos à vela que são movidos graças à ação do vento sobre a vela existente. Pode ser praticado como forma de lazer ou de competição, em que, consoante a direção e velocidade do vento, o objetivo é guiar o barco numa certa direção para que se consiga completar o circuito, no menor tempo possível;

i) Mergulho - O mergulho é uma prática que consiste na exploração subaquática e que pode ser distinguida em mergulho livre ou apneia. O mergulho livre implica o uso de uma botija de oxigénio, barbatanas e óculos próprios para a exploração subaquática; a apneia consiste em sustentar a respiração, controlando o tempo e desfrutando do ambiente debaixo de água;

j) Canoagem - Com o recurso de uma canoa ou um *kayak* é considerado um desporto de lazer, de transporte ou de competição (k1, k2 ou k4);

k) *Canyoning* - Desporto que consiste na plena exploração do rio, com canoa, transpondo os obstáculos existentes através de diferentes técnicas e equipamentos;

l) *Rafting* - Uma modalidade baseada na descida rápida em águas vivas ou bravas, com o recurso de barcos insufláveis e equipamentos de segurança;

m) Remo - Desporto praticado em barcos com remos cujo objetivo dos participantes é moverem-se o mais depressa possível;

n) Pesca Desportiva - A atividade pesca enquanto atividade de puro lazer, sem ter fins de subsistência para o pescador;

o) Mota de Água - Modalidade com recurso a um veículo aquático pessoal, tal como uma mota, mas adequada à água, que pode ser utilizada para desfrutar por lazer ou em competições desportivas.

De acordo com o PENT (2006), existem diferentes tipologias do turismo náutico recreativo, a saber:

Charter Náutico - Caracteriza-se por pacotes de viagem de cruzeiros, de curta duração, com capacidade para aproximadamente trinta a quarenta pessoas e que realizam itinerários por diversos pontos de visitação. Alguns pacotes podem agregar um conjunto diverso de serviços, nomeadamente: passagem aérea, aluguer de veleiros, viaturas, entre outros.

Desportos Náuticos - Pacotes de mergulho (encontram-se diversas propostas, como *snorkel*, hotel e mergulho, voo e cruzeiro e mergulho, etc.).

Estações Náuticas - Aglomeram no mesmo local várias atividades náuticas (cruzeiro em pequenas embarcações, vela, kayak, canoagem, remo, excursão marítima, regatas, etc.) e respetivo alojamento em hotel de duas estrelas.

Muitas das modalidades acima referidas dependem de infraestruturas específicas que obrigam a diverso tipo de equipamentos, no sentido da prática adequada das várias atividades desportivas.

1.2.4. Enquadramento Jurídico do Turismo Náutico

Do ponto de vista do enquadramento jurídico, existem três Decretos-Lei que sustentam a sùmula da legislação do turismo náutico em Portugal, sendo respetivamente: o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio referente à Animação Turística; o Decreto-Lei n.º 124/2004 de 25 de maio, respeitante à Náutica de Recreio; Decreto-Lei n.º 269/2003 de 28 de outubro, sobre a Atividade Marítimo-Turística.

Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio

O Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro, estabeleceu, pela primeira vez, o enquadramento legal das atividades de animação turística, atualmente desajustado. Tendo em conta o desenvolvimento do setor e o crescente interesse pelas atividades comumente designadas por turismo ativo, turismo de aventura e por aquelas que corporizam o novo conceito de «oferta de experiências», reconhecendo-se a importância estratégica da atividade da animação turística, e tendo por base as preocupações de simplificação que têm caracterizado a atividade do XVII Governo Constitucional, considerou-se essencial a revisão do regime jurídico da animação turística.

O Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, juntamente com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabeleceu o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, redefine o conceito de turismo de natureza e contribui para a dinamização do Programa Nacional de Turismo de Natureza, prevista no Programa do Governo. O reconhecimento de atividades de animação turística como turismo de natureza e a organização dessas atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas passam a estar isentos do pagamento de taxas específicas.

Da aplicação do presente Decreto-Lei surgiu o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) - empresas de animação turística, e operadores marítimos turísticos, sob a gestão do Turismo de Portugal, Ip. Esta legislação vem reforçar os critérios de qualidade dos respetivos serviços.

Decreto-Lei n.º 124/2004 de 25 de maio

O regime jurídico da atividade da náutica de recreio foi consagrado pelo Decreto-Lei n.º 329/95, de 9 de Dezembro, que aprovou o Regulamento da Náutica de Recreio, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 567/99, de 23 de Dezembro.

Devido ao crescente desenvolvimento deste tipo de atividade, implicando um número cada vez maior de embarcações e de desportistas náuticos justificou a necessidade de ajustamento do respetivo regime jurídico em vigor, que mantendo o nível de segurança exigível para as embarcações e seus utilizadores, permitiu uma maior celeridade e flexibilidade no processo de registo das embarcações e certificação dos navegadores de recreio.

Através do Decreto-Lei n.º 124/2004 de 25 de maio, são introduzidas significativas alterações ao atual quadro legal, destacando-se:

i) A adoção de uma nova classificação das embarcações de recreio, quanto à zona de navegação, que põe termo a uma certa confusão entre zona de navegação e categoria de conceção da embarcação que a anterior legislação, por usar as mesmas siglas para os dois atributos, acabou por estabelecer;

ii) A definição de um processo de avaliação a aplicar a embarcações de recreio com comprimento superior a 24 m, dado não estarem tais embarcações abrangidas pelo processo de avaliação da conformidade estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 96/97, de 24 de Abril, diploma que transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 94/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, relativa à aprovação das disposições legislativas regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitante a embarcações de recreio;

iii) Novas regras respeitantes a vistorias e a registo das embarcações, a cartas de navegadores de recreio e seus limites e à avaliação da aptidão física e mental dos candidatos a navegadores de recreio, bem como a atualização do valor das coimas a aplicar por violação do disposto no presente diploma.

A alteração de algumas disposições, tendo em vista a sua articulação com o disposto no Decreto-Lei n.º 96/97, de 24 de Abril, resultam agora claro que as embarcações com certificação de conformidade (marcação CE) não podem ser reavaliadas no que diz respeito aos aspetos cobertos pela avaliação de conformidade para efeitos de autorização do seu registo em Portugal.

Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de outubro

O Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de outubro, vem alterar o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro. O Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro, aprovou o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística (RAMT), o qual veio consagrar como inovação fundamental a possibilidade de esta atividade ser exercida por embarcações de recreio.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de outubro, para exercerem a atividade marítimo-turística as embarcações de recreio ficam sujeitas a regras específicas de utilização relativas às modalidades de exercício, às lotações de segurança e às vistorias de início de atividade e de manutenção, sempre com o objetivo de garantir a segurança das embarcações e das pessoas embarcadas.

Foram ainda efetuados alguns ajustamentos ao RAMT em matérias respeitantes àquelas embarcações e a premência na resolução de dificuldades entretanto surgidas com a sua aplicação, de forma a criar condições que potenciem o normal desenvolvimento da atividade marítimo-turística, sem prejuízo da manutenção dos níveis de segurança exigíveis.

O Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de outubro procede a alterações de algumas disposições relativas, designadamente, às modalidades de exercício da atividade marítimo-turística, à legislação aplicável à cobrança de taxas pelos serviços prestados pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), à atribuição de competência ao órgão local da Direcção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) com jurisdição na respetiva área.

Para proceder a licenciamentos especiais relativos, nomeadamente, a motas de água e a equipamentos recreativos, ao requisito da menção expressa da atividade marítimo-turística no objeto da sociedade comercial, à possibilidade da modalidade da pesca turística para as embarcações de recreio utilizadas na atividade marítimo-turística, a par das utilizadas nas modalidades de aluguer com tripulação, relativamente às quais os navegadores de recreio devem ser detentores de carta adequada ao tipo de embarcação e à área de navegação e, ainda à lotação de segurança e à vistoria inicial e de manutenção para as embarcações de recreio e para as embarcações de bandeira de país terceiro. Foram ainda aditados ao RAMT disposições relativas aos requisitos das embarcações de apoio e respetivo quadro contraordenacional.

1.2.5. O Perfil do Consumidor de Turismo Náutico

O consumidor de turismo náutico define-se pelos praticantes das várias modalidades desportivas que procuram este nicho de mercado desportivo, e que vão desde o praticante ocasional, ao praticante federado e de alta competição desportiva, ficando nos interstícios, os praticantes de fins-de-semana, os que procuram formação e os turistas ativos que dedicam parte das suas férias em prole de uma atividade desportiva ligada à náutica de recreio (SAER/ACL, 2009).

Tendo como suporte o estudo realizado pela THR (2006) para o Turismo de Portugal, caracteriza-se o perfil do consumidor de turismo náutico por indivíduos com uma faixa etária compreendida entre os 26 e os 35 anos, que procuram desportos náuticos entre a classe de estudantes e profissionais médios. Contudo, para a componente caracterizada como elite

náutica, já as idades rondam os 30 e os 50 anos, onde se integram técnicos superiores, empresários e profissionais liberais (Araújo, 2015).

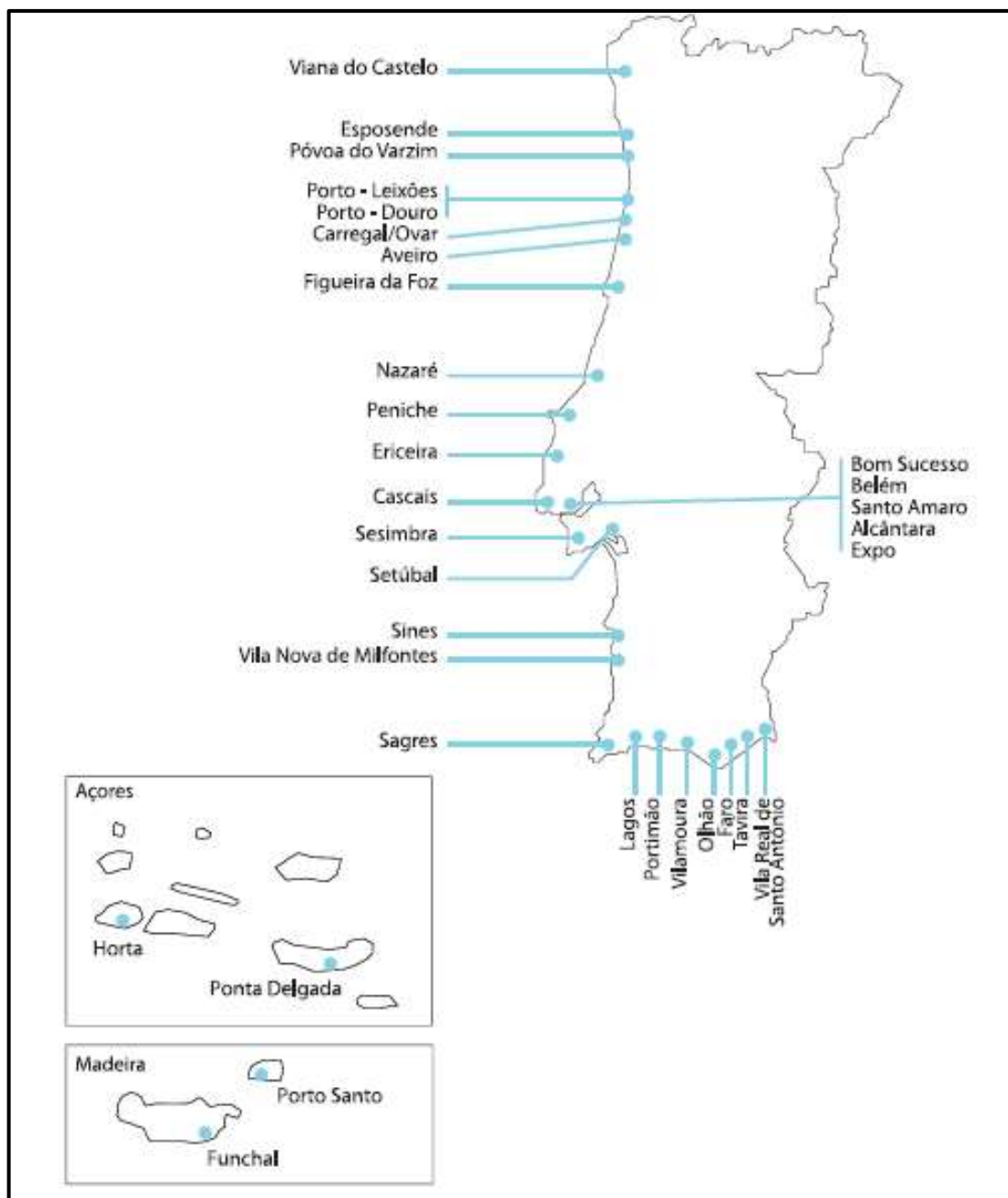
1.2.6. Os Recursos - Marinas e Portos Náuticos de Portugal

De acordo com o estudo da THR (2006) existem 31 marinas e portos de recreio em Portugal Continental e Insular. Sendo Portugal um país de mar, com fortes tradições náuticas e com extensa linha de costa, apresenta características impares para a prática de desportos náuticos. A Região do Algarve apresenta cerca de 4527 postos de amarração distribuídos por 8 marinas/portos de recreio, seguido pela região de Lisboa com 2303 postos de amarração e o arquipélago dos Açores a assumir a terceira posição.

Ainda assim, os recursos existentes apresentam problemas, no garante de um serviço de excelência turística, destacando-se um reduzido número de amarrações de uso temporário para as embarcações turísticas, assim como uma diminuta oferta de serviços complementares periféricos integrados nestas instalações.

Dos vários recursos, destacamos a Marina de Cascais, onde a maioria das amarrações são de propriedade privada, condicionando a oferta do número de amarrações para embarcações em trânsito, Quadro 2.

Quadro 2 - Marinas e Portos Náuticos de Portugal



Fonte: THR - Assesores em Turismo Hotelaria y Recreación, S.A. (2006)

1.2.7. A Cadeia de Valor e as Debilidades do Turismo Náutico em Portugal

O mercado do turismo náutico em Portugal apresenta debilidades no que respeita à Cadeia de Valor. Segundo o estudo efetuado pela THR (2006), existe um conjunto diversificado de fatores que contribuem para essa realidade, nomeadamente:

- i) Regulamentação inadequada no que respeita ao desenvolvimento do turismo náutico face à complexidade legislativa que condiciona os investimentos no setor;

ii) A Administração Marítima e Portuária, também designado por Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), é excessivamente restritivo e a morosidade dos processo de tomada de decisão são fatores inibidores do desenvolvimento desta atividade;

iii) Insuficiente acumulação de experiência, tecnologia e *Know how*, devido à rigidez e inadequada legislação que trava o investimento das empresas estrangeiras no país. Por outro lado, a ausência verificada ao nível das carências no que respeita a tecnologia, inovação, para que suscite atratividade e investimento no país, é diminuta;

iv) No contexto geral, a oferta de serviços turísticos de apoio ao turismo náutico é escassa. Ao nível das infraestruturas hoteleiras, a oferta é reduzida face às necessidades. Quadro XX, síntese das debilidades detetadas, Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese das debilidades competitivas do Turismo Náutico em Portugal

Principais debilidades competitivas do turismo náutico em Portugal
Lentidão na obtenção de autorizações e licenças
Elevados impostos
Ausência de Infraestruturas turísticas e recreativas complementares
Ausência de Instalações menores de apoio a embarcações e seus utilizadores
Falta de integração das instalações dos portos de recreio dentro aglomerados urbanos
Escassa promoção de atividades relacionadas com a náutica
Opinião de profissionais como favorável quanto ao preço e promoção de atividades
Falta de adequação às tendências da procura
Necessidade de melhor qualidade de serviços
Falta de articulação das <i>web</i> dos portos com as <i>web</i> turísticas dos organismos oficiais
Ausência de planeamento da náutica turística
Saturação dos portos de recreio
Escassez de amarrações
Falta de incentivos ao investimento em planos de desenvolvimento turístico
Escasso desenvolvimento do <i>charter</i> náutico
Falta de comercialização conjunta dos portos de recreio, alojamento e delegações no exterior

Fonte: THR - Assesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A (2006)

1.2.8. Impulsionamento Económico do Turismo Náutico em Portugal

Em contraponto com o ponto anterior, existem processos de impulsionamento e estratégias que permitem melhorar a componente económica do setor do turismo náutico no nosso país. No entendimento de vários autores, certos eventos desportivos têm vindo a ser utilizados no sentido da atratividade e da retenção de capital móvel ao longo tempo, muito para além do evento real.

No entendimento de Higham (1999), a importância na atração de novos eventos desportivos de pequena escala no seio das comunidades, complementados com infraestruturas e recursos adequados de acolhimento, resultam em benefícios de extrema importância na economia e no turismo.

Alguns estudos referem que os resultados de eventos estão diretamente relacionados e dependentes da forma, (Baade & Matheson; Chalip & Leyns; Pennington-Gray & Holdnak, 2002). Já Chalip (2004) por exemplo definiu uma estratégia, um novo modelo de alavancagem económica e social do setor do turismo náutico, referindo que os eventos desportivos de pequena dimensão ou de escala micro, também podem contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento da comunidade.

Eventos desportivos de menor escala foram entendidos como uma forma significativa de acolher grandes eventos desportivos, no sentido da obtenção de benefícios imediatos mas também a médio, longo prazo. O modelo estratégico definido por Chalip (2004) tinha por alvo dois objetivos estratégicos, um primeiro que se centrava na otimização do comércio e das receitas totais, a fim de maximizar os benefícios a curto prazo, e um segundo, direcionado para a melhoria da imagem do destino anfitrião no sentido da obtenção de benefícios a longo prazo.

De entre os processos de alavancagem, destacam-se com maior expressão: *Kite Master Portimão World Tour* (KM); *Formula Windsurfing Campeonato do Mundo* (FW), a *Vela Audi Medcup* (AM), *P1 Power Boats World Campeonato* (PB), *Portimão Global Ocean Race* (PGOR), *Campeonato do Mundo de F1 H2O* (F1 H2O). Com base no modelo definido por Chalip (2004), O'Brien (2007) aplicou o modelo em estudo para analisar um festival de surf na Austrália, concluindo que a implementação do referido modelo trouxe benefícios consideráveis:

- i) Atratividade de visitantes com vista à sua permanência;
- ii) Despesas com eventos;
- iii) Melhores relações comerciais;
- iv) Destino hospedeiro.

No entendimento de Chalip (2005), eventos de pequena escala podem ser o embrião e a maneira de posteriormente se aceitar com maior facilidade a realização de eventos de maior dimensão. A investigação em diversos estudos demonstra que no contexto de eventos de pequena escala, onde milhares de pessoas viajam grandes distâncias para assistir aos seus desportos favoritos, resulta em benefícios significativos para as comunidades anfitriãs, hotelaria, hospedagem e compras, (Pereira, Mascarenhas, Flores e Pires, 2015).

No que respeita ao impulsionamento social, o invento de pequena escala traduziu-se num exemplo elucidativo, uma vez que foi concebido para fomentar o diálogo e a mudança social.

Para Pereira et al., (2015), os autores expressam o entendimento de que o caminho para o desenvolvimento, poderá passar pela elaboração de um portfólio de eventos, fomentando o impacto de eventos na marca de destino, hospedando eventos ao longo do ano e encontrando meios para criar sinergias entre eles. O portfólio de eventos proporciona a realização de vários resultados através da implementação de estratégias de eventos conjuntos, denominada “alavancagem cruzada” no sentido da agregação de estratégias e táticas com vista à maximização de resultados.

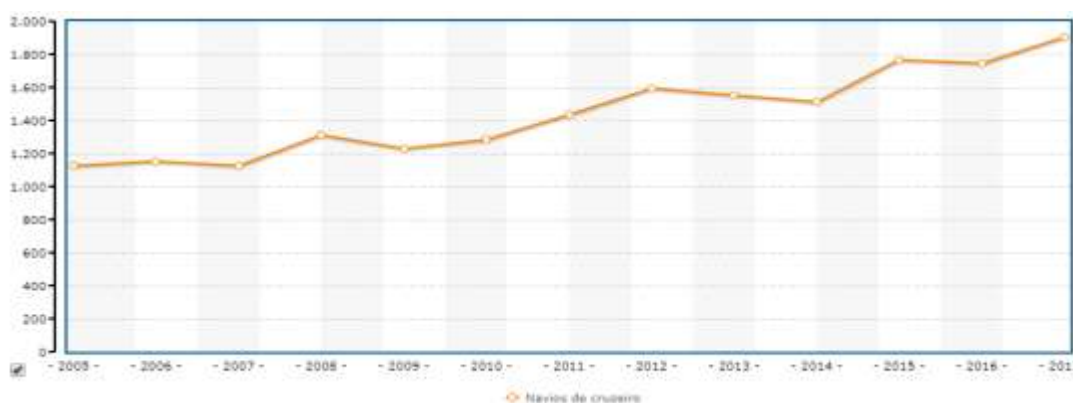
A realização de vários eventos agregados pode resultar em benefícios, muito para além da realização individualizada de eventos, diminuindo o risco de audiências reduzidas. A montagem de um evento num portfólio requer uma visão holística, na medida em que teremos de levar em linha de conta um conjunto variado de múltiplas dimensões: contextual, operacional e simbólico e sociocultural.

Portugal, na região do Algarve, em particular a cidade de Portimão acolheu e patrocinou diversos eventos náuticos internacionais ao longo dos anos. Sendo Portimão uma estância turística de relevância no Algarve houve a preocupação de se definir uma estratégia turística assente em eventos. Os autarcas locais pretenderam mudar o conceito de turismo de massas e produto de praia para um destino náutico. Neste sentido o Município criou um departamento denominado “Empreendimento - Expo - Arade” com objetivo de promover o turismo, apoiar eventos e desenvolver produtos turísticos, quer sejam desportivos, culturais e empresariais, (Expo Arade, 2006).

1.2.9. Dados Estatísticos do Turismo Náutico em Portugal

Segundo foi possível apurar pela PORDATA (2018), verificou-se em 2005 o valor de 1.121 navios de cruzeiros entrados em portos nacionais. Em 2017, verificou-se um aumento de 785 navios de cruzeiros entrados no país, representando um aumento bastante significativo e crescente, muito por força da construção do terminal de Lisboa de Navios de Cruzeiro, Gráfico 1.

Gráfico 1 - Navios de Cruzeiro e Passageiros Transportados



Fonte: PORDATA (2018)

De acordo com os dados fornecidos pela (PORDATA, 2018), registou-se um volume de passageiros em 2017, num total de 1.296.370, para um universo de 1.906 navios de cruzeiro entrados em Portugal. No que respeita ao número de embarcados, verificou-se em 2017 o valor de 33.322; sendo o registo de desembarcados de apenas 32.067 e em trânsito (PORDATA, 2017), com excursão a terra, cerca de 1.230.981, Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Passageiros Transportados em Navios de Cruzeiro entre 2009-2017



Fonte: PORDATA (2018)

No entendimento de Duarte (2017) e tendo por base o estudo desenvolvido pela consultora *Price Waterhouse Coopers* (PWC) é importante que os recursos que Portugal possui ao nível do território costeiro, sejam mais privilegiados. O turismo náutico, em particular a náutica de recreio, assume uma importância significativa no crescimento económico do país.

Portugal contempla em território nacional cerca de 12,9 milhares de lugares para amarração, no entanto percebe-se que estes locais estão distribuídos pelo território nacional, de uma forma anárquica, destacando-se com maior número a região do Algarve. Segundo Duarte (2017), infere-se que são maioritariamente portugueses 21%, franceses 21% e

ingleses 16%, que usufruem destas marinas e portos, sendo os espanhóis, apesar da proximidade, pouco frequentadores destes locais de amarração portugueses, apenas 6%.

Por outro lado, e tendo por base o estudo da Intercampus *Travel BI*, constatou-se que os turistas, durante a sua estada em território nacional, demonstraram interesse por diversas atividades turísticas, destacando-se a preferência em cerca de 14% por atividades náuticas. De acordo com o mesmo estudo, percebeu-se que cerca de 67% dos indivíduos em 2015, deslocaram-se a Portugal para assistir a eventos de surf, indicando como principais motivações a participação em eventos e por Portugal possuir excelentes condições para a prática deste tipo de atividades, destacando-se a Nazaré como ponto mundial de atração turísticas, por possuir a maior onda do mundo, refira-se “Canhão da Nazaré”.

De acordo com os dados PORDATA (2018), o número total de viagens turísticas de residentes ascendeu a 21.187,9 de turistas, sendo que o motivo principal das mesmas deveu-se a visita a familiares e amigos na ordem dos 8.855,2. Relativamente ao lazer, recreio e férias apresentando um valor na ordem dos 8.318,1, situando-se em segundo lugar na ordem de prioridades das suas viagens. No que respeita a negócios ou de caráter profissional verificou-se apenas 1.081,5, Gráfico 3.

Gráfico 3 - Viagens Turísticas de Residentes - Total, por destino e motivo principal (milhares)



Fonte: PORDATA (2018)

A despesa média diária por turista: total, por motivo principal e por destino de viagem (euro/média) durante o ano de 2017, cifrava-se em 37,40€. Relativamente a lazer, recreio e férias o valor em 2017 fixava-se em 40,90€ contrapondo com os 30,10€ registados em 2001. No que respeita a visita a familiares e amigos a despesa média diária por turista em 2017 rondava os 27,90€. Já no que respeita a negócios/profissional o valor médio em 2017 estimava-se em 58,40€ registando um valor muito superior comparando com outros dados no mesmo período homólogo entre 2010-2017. Verifica-se no entanto o valor exponencial

durante o ano de 2009, onde negócios/profissional registou um valor médio de 127,30€, assim como, no lazer, recreio e férias que na mesma data registou o valor de 52,10€, muito acima dos valores expressos atualmente, PORDATA (2018), Gráfico 4.

Gráfico 4 - Despesa média diária por turista: total, por motivo principal e por destino de viagem Euro/média



Fonte: PORDATA (2018)

A despesa média por viagem: total, por motivo principal e por destino de viagem (euro/média) durante o ano de 2017 corresponde a 50,60€. No que respeita a lazer, recreio e férias em 2017 o valor cifrou-se em 209,30€, e contraponto no ano de 2008 o valor ascendeu ao valor de 316,50€ muito acima do valor atual.

Relativamente a visita a familiares e amigos, em 2017 o valor registado é da ordem dos 82,30€, ainda assim muito abaixo do valor registado no ano 2008 que era de 143,00€. No que respeita à componente negócios/profissional o valor de referência em 2017 foi de 216,20€, e no ano de 2008, registou 495,60€, sendo o valor mais elevado do Gráfico 5, em análise, PORDATA (2018).

Gráfico 5 - Despesa média por viagem: total, por motivo principal e por destino de viagem Euro/média



Fonte: PORDATA (2018)

1.3. DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO

1.3.1. As Estatísticas do Turismo Mundial

Relativamente às tendências mundiais, para os primeiros oito meses de 2016, as viagens por todo mundo tiveram um crescimento significativo, ITB *World Travel Trends Report* (2016/2017). O número de viagens para o exterior cresceu 3,9%, liderado pelo continente Asiático, no qual se inclui o mercado Chinês com um crescimento na ordem dos 18%. Os EUA obtiveram um crescimento de apenas 7%.

No contexto das viagens para o exterior na Europa, as mesmas tiveram um crescimento de 2,5%, com o Reino Unido apresentando um valor na ordem dos 6%, e a Alemanha com um valor na ordem dos 4%. No que respeita ao turismo recetivo em todo o mundo registou-se um aumento de 4%, nos primeiros nove meses de 2016, de acordo com Barómetro Mundial de Turismo da UNWTO.

Infere-se que no continente Europeu, os países menos afetados por ataques terroristas e agitação são os mais procurados. A Ásia e as Américas geraram um bom crescimento.

Na Ásia, a sub-região do Mekong foi destacado como um dos destinos de crescimento mais rápido do mundo. De acordo com o ITB *World Travel Trends Report* (2016/2017), o turismo tem vindo a ter um incremento significativo. Segundo os dados da UNWTO (2017), o número de chegadas, teve maior representatividade na Europa com 51%, seguido da Ásia e Pacífico com 24%, as Américas com 16%, a África com 5% e o Médio Oriente com apenas 4%. O total de chegadas de turistas internacionais ascendeu 1.326 milhões, representando um crescimento de cerca de 7%, em 2017, Gráfico 6.

Gráfico 6 - Valores (%) de Chegada de Turistas no Mundo em 2017



Fonte: UNWTO (2017)

Relativamente ao setor económico, verifica-se uma evolução, resultante de uma forte procura de saída dos principais mercados de origem. Cumulativamente verificou-se uma forte recuperação na saída dos mercados emergentes de fontes como o Brasil e da Federação Russa após alguns anos de descida. Segundo os dados da UNWTO (2017), o número de receitas, teve maior representatividade na Europa com 39%, seguido da Ásia e Pacífico com 29%, as Américas com 24%, Médio Oriente 5% e África com 3%. O total de chegadas de

turistas internacionais ascendeu 1.340 biliões, representando um crescimento de cerca de 5% em 2017, Gráfico 7.

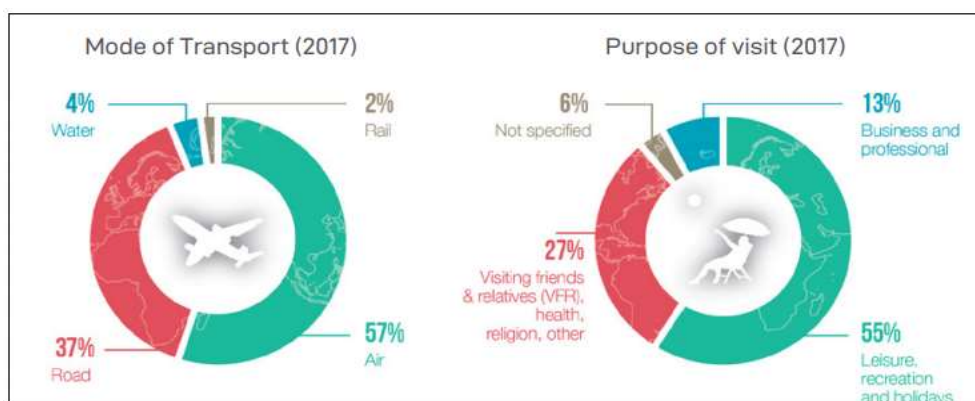
Gráfico 7 - Total Internacional de Receitas no Turismo em 2017



Fonte: UNWTO (2017)

Sobre as viagens realizadas, em particular o tipo de transporte utilizado, destaca-se as viagens de avião com o valor de 57%, seguida de automóvel/autocarro/comboio/caravana e outros transportes terrestres com 37%, navio 4% e trilho 2%. No que respeita ao propósito da viagem destaca-se com 55% lazer, recreação e férias, com 27% respeitante a amigos e parentes, saúde, religião e 6% não especificado, Gráfico 8.

Gráfico 8 - Tipo de Transporte Utilizado e Motivo de Viagem em 2017



Fonte: UNWTO (2017)

No contexto das principais empresas internacionais no mundo de destinos turísticos, interessa reter que tanto as chegadas de turistas internacionais com recibos do turismo internacional, cerca de 10 dos principais destinos, 7 classificam-se entre os principais no que respeita a chegadas e recebimentos. Em 2017, quatro destinos subiram no topo dez ranking por recibos internacionais de turismo e três no ranking por turistas internacionais chegadas.

Espanha obteve excelentes resultados, subindo do 3º para o 2º lugar nas chegadas, por outro lado, manteve a 2ª posição em recibos, tornando-se no 2.º maior destino do mundo por ambos, chegadas e recibos de turistas internacionais. Após seis anos de crescimento

consecutivos, 2011/2017, o Japão entrou no top 10 dos recibos em contraponto com a China que desceu do 5º para o 12.º lugar, (UNWTO, 2017).

1.3.2. As Estatísticas do Turismo Europeu

No que respeita aos dados estatísticos do Turismo Europeu, destacamos o ano de 2017 como um marco no crescimento do Turismo. Ao fim de oito anos consecutivos, a Europa definiu-se como a região mais visitada do mundo. As chegadas cresceram oito pontos percentuais, atingindo o valor de 672 milhões de turistas entrados. Por outro lado, esse crescimento fez-se refletir nas receitas que aumentaram cerca de 8%, traduzindo-se em 519 Biliões de Dólares Americanos.

As solicitações de viagens requeridas via *internet*, cresceram em todos os mercados de origem Europeia, tanto dentro como fora da região, sustentando assim o seu crescimento. A recuperação do mercado Russo veio trazer algum incremento ao turismo Europeu, assim como a sub-região, Sul do Mediterrâneo, onde a Europa liderou os resultados (chegadas versus receitas), impulsionadas por países como a Turquia, Itália e Espanha que apresentaram um aumento na ordem dos 6.000 milhões de chegadas cada, Gráfico 9.

Gráfico 9 - Chegadas de Receitas Turismo na Europa em 2017



Fonte: UNWTO (2017)

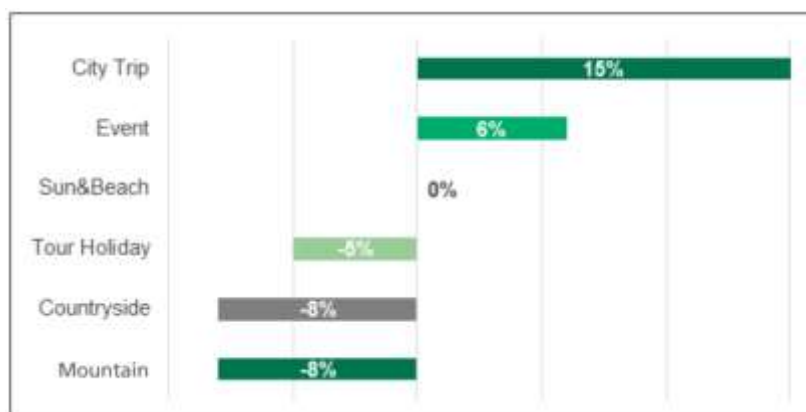
De acordo com o ITB *World Travel Trends Report* (2016), os europeus alteraram nos últimos anos os seus hábitos de viagem, optando por destinos mais seguros e longos. Verificou-se uma estagnação no conceito de férias de sol e praia, e um incremento no tipo de viagens de cidade. As condições econômicas para as viagens europeias permanecem geralmente positivas, verificando-se um crescimento de 2,5% nas “viagens de ida” nos primeiros oito meses de 2016. Com o melhor desempenho ao nível do crescimento de saídas,

destacam-se países como a Polónia e a Irlanda, ambos com 7%, enquanto o Reino Unido, Países Baixos, Espanha e Dinamarca com 6%, e o mercado Alemão com apenas 4%.

No que respeita á duração da estadia, houve crescimento de 2%, apenas verificado nas viagens de saída, e em trajetos (viagens) mais curtas, correspondendo a (1-7 noites), que perfazem cerca de 2/3 de todas as viagens. Em relação às viagens de média duração registou-se um aumento de 1% que corresponde a viagens (8-15 noites). Relativamente a viagens longas de (+16 noites), verificou-se um aumento de 5%.

No que concerne aos custos associados, a média geral de gastos por viagem cifrou-se em 910 euros. De acordo com os dados do ITB *World Travel Trends Report* (2016), as férias de turismo caíram 5%, enquanto as viagens pela cidade tiveram um crescimento na ordem dos 15%, muito por força da preocupação dos turistas no que respeita à segurança, Gráfico 10.

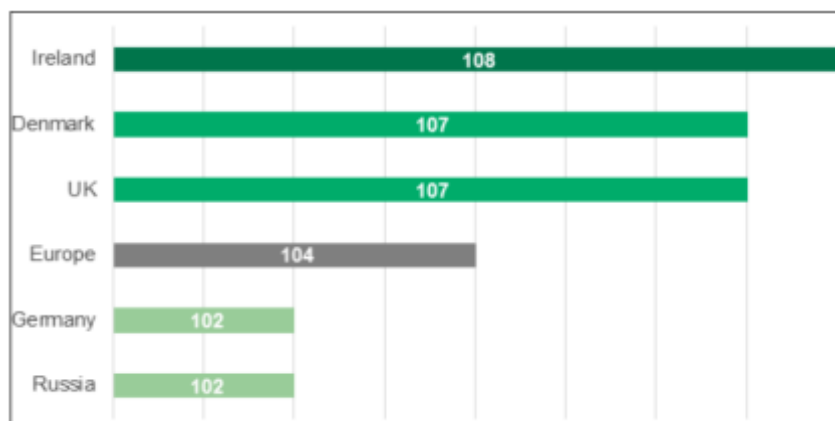
Gráfico 10 - Tendências Europeias de Viagens 2016



ITB *World Travel Trends Report* (2016)

De acordo com o ITB *World Travel Trends Report* (2016), os níveis de confiança de viagens dos turistas parecem mais otimistas, na medida em que, as pessoas continuam a usufruir do seu período de férias, mas alterando o tipo de férias e destinos, com um aumento da ordem dos 4%. Segundo foi possível apurar, os índices de confiança apresentam maior expressividade na Irlanda com o valor na ordem dos 8%, enquanto a Dinamarca e o Reino Unido com apenas 7%. Países como a Finlândia, Bélgica, Suíça, França, também apresentam perspectivas otimistas 4%. A Alemanha, conjuntamente com a Rússia, apresenta um crescimento de 2%, Gráfico 11.

Gráfico 11 - Índice de Confiança de Viagens 2016

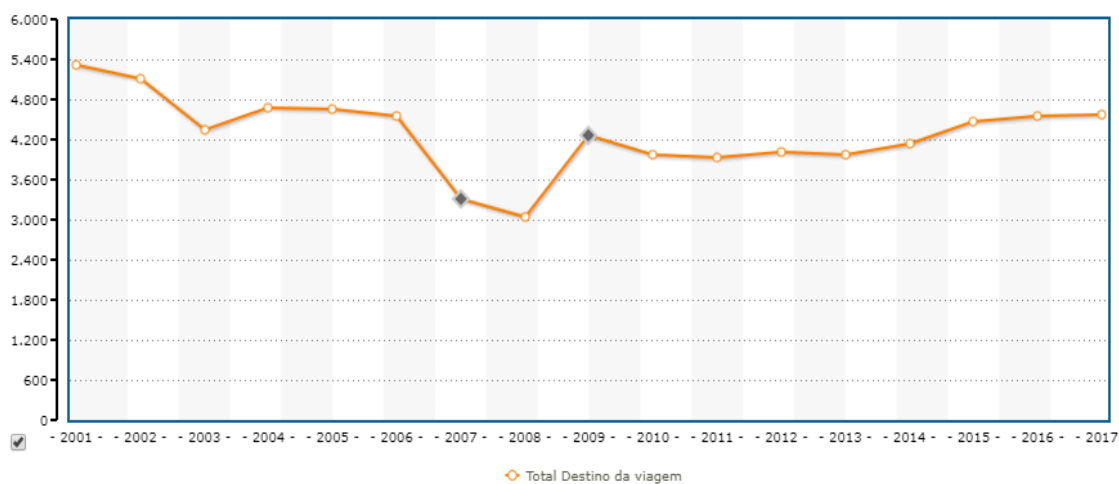


Fonte: ITB World Travel Trends Report (2016)

1.3.3. As Estatísticas do Turismo em Portugal

Sobre os dados estatísticos do Turismo em Portugal, infere-se que durante o ano 2017, o número de pessoas que fazem viagens turísticas dentro do país ou no estrangeiro ascendeu a 4.580,5 (milhares). Cerca de 3.341,4 optaram por viagens dentro país, apenas 505,6 decidiram optar por viagens ao estrangeiro e 733,5, optaram por ambos os destinos, Gráfico 12.

Gráfico 12 - Número de pessoas que fazem viagens turísticas dentro e fora do país durante 2017



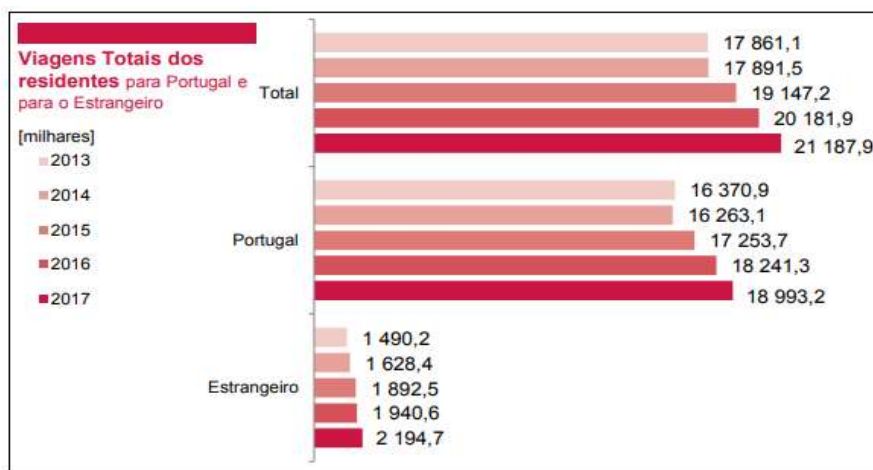
Fonte: PORDATA (2017)

De acordo com o estudo *TravelBI* efetuado pelo Turismo de Portugal (2018), sobre o inquérito às deslocações dos residentes (IDR), tendo por base uma amostra de alojamentos não coletivos (residências principais) em território nacional foi possível obter informação sobre as deslocações efetuadas para fora do ambiente habitual, incluindo atividades de excursionismo (deslocação sem dormida), no sentido de se conhecer quais os fluxos turísticos

dos residentes, suas características, destinos, alojamentos escolhidos e meios de transporte, o perfil dos turistas e despesas associadas.

Os residentes nacionais efetuaram num contexto global (Estrangeiro e Portugal) 21.187,9 milhões de deslocações turísticas em 2017, a que correspondeu um aumento de 4,74%, em relação ao ano de 2016. Se recuarmos a 2013, essa diferença torna-se mais expressiva, com um crescimento de 15,71%, onde os residentes representavam cerca de 17.861,1 milhões, contraponto com 21.187,9 milhões registados em 2017. Se falarmos só de Portugal, em 2013, já se verificavam 16.370,9 milhões de deslocações turísticas, e em 2017 cerca de 18.993,2, correspondendo a um aumento em 4 anos de 13,81%, (INE, 2017), Gráfico 13.

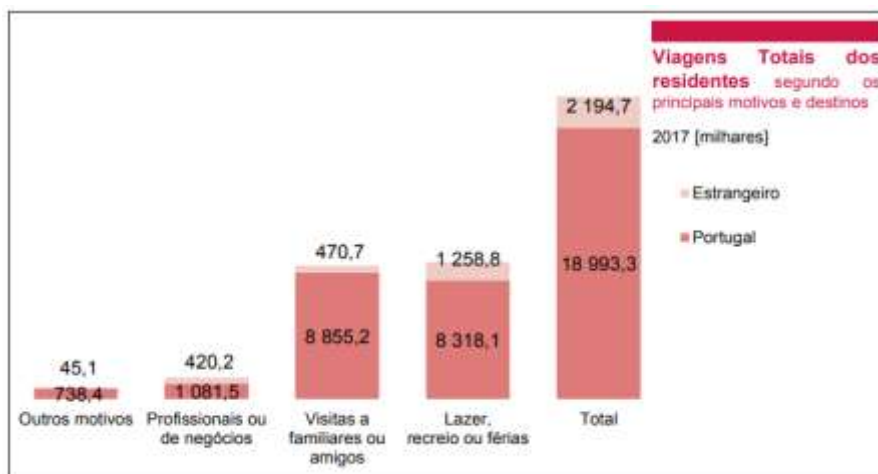
Gráfico 13 - Viagens Totais dos Residentes para Portugal e Estrangeiro



Fonte: INE (2017)

No que respeita aos principais motivos e destinos para viajar em 2017, destacamos o lazer, recreio ou férias, totalizando (Estrangeiro e Portugal) cerca de 9.576,9 milhões de viagens, correspondendo a 45,19% do total global. No contexto de visita a familiares e amigos em 2017, Portugal registou o valor de 8.318,1 milhões de viagens, correspondendo a 46,62% do total global em território Nacional. As viagens por motivo profissionais ou de negócios registaram um valor Nacional de 1081,25 milhões de viagens, correspondendo a 5,69% e referente a outros motivos apenas 3,88% realizaram essas viagens, Gráfico 14.

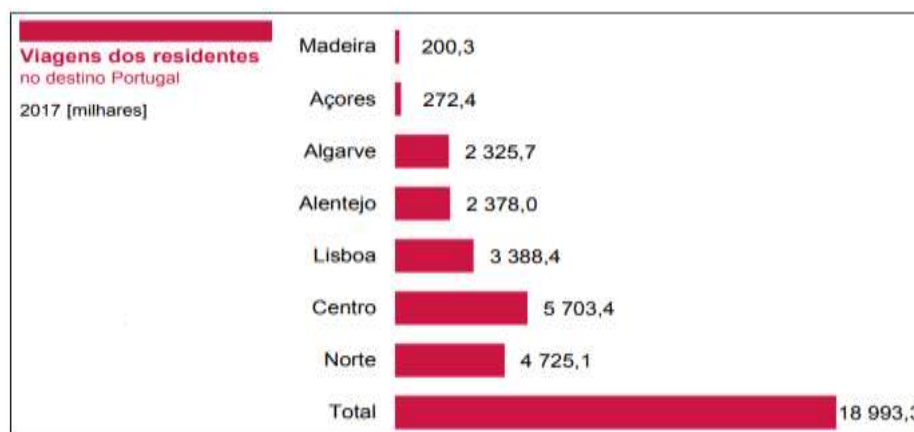
Gráfico 14 - Viagens totais dos residentes segundo os principais motivos e destinos



Fonte: INE (2017)

Relativamente às viagens dentro do país e por regiões, destacamos a região centro de Portugal com a de maior fluxo de turistas registando em 2017, cerca de 5.703,4 milhares, correspondendo a 30.02% do total global 18.933,3. Seguido da capital, Lisboa com 3.388,4 milhares de turistas, e um valor percentual na ordem dos 20,45%, seguido do Alentejo com 2378,0 respeitando a 12,52% do global, já o Algarve apresenta apenas 12,24% e por fim, as Ilhas, destacando o Arquipélago dos Açores com o um registo de 272,4 milhares e um percentual de 1,43% e a Ilha da Madeira com 200,3, 1,05%, respetivamente, Gráfico 15.

Gráfico 15 - Viagens dos residentes no destino Portugal e por Regiões



Fonte: INE (2017)

Paralelamente à análise das viagens dos residentes no destino nacional, surge um outro fator que se considera relevante a sua focalização e que se prende com as dormidas

dos residentes no destino nacional, segundo o motivo da viagem. E neste contexto temos no país os seguintes registos:

Norte: A saúde assume-se como fator principal, registando cerca de 29%, seguido de visita a familiares e amigos com 25,8%; outros motivos representaram 24,3%; profissionais ou negócios tiveram o valor 23,2%; a religião representou cerca de 23% e o lazer, recreio e férias surgiu com um modesto 15,7%.

Região Centro: Os valores divergem, assim como os motivos, e aqui a religião assumiu um máximo 60,7% muito por força da cidade de Fátima se localizar na região centro de Portugal; a visita a familiares e amigos registou o valor de 33,7%; profissionais ou negócios registaram o valor 29,7%; saúde representou 24,2%; lazer, recreio e férias cerca de 23,3% e outros motivos 20,5%.

Lisboa: A religião assumiu-se como fator principal, registando 32%, seguido da visita a familiares com 19,2%; saúde e negócios ambos com 17,4%; o lazer, recreio e férias registou 10,5% e a religião apenas 5,8%.

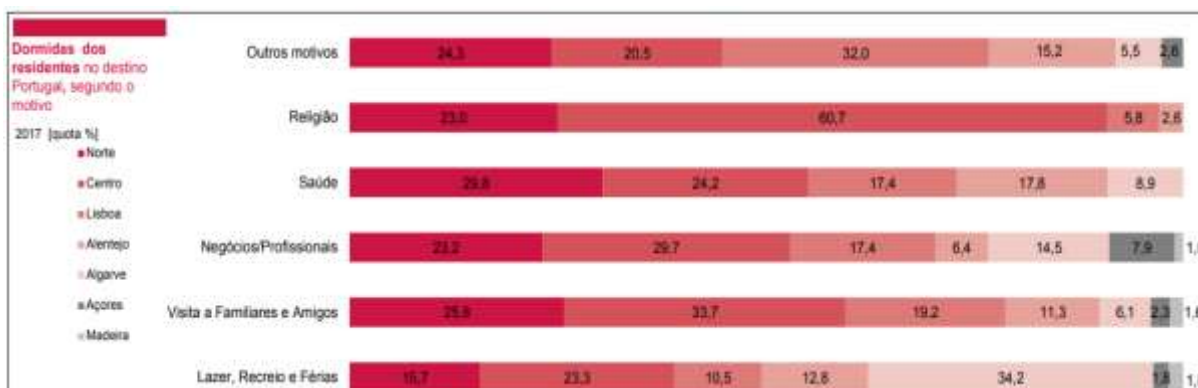
Alentejo: A saúde assumiu-se como fator principal, registando cerca de 17,8%, seguido de outros motivos com 15,2%; o lazer, recreio e férias representou 12,8%; a visita a familiares e amigos expressou o valor de 11,3%; os negócios representaram 6,4% e a religião 2,6%.

Algarve: O lazer, recreio e férias assumiram-se como fatores principais, registando cerca de 34,2%, os negócios representaram 14,5%; a saúde cerca de 8,9%; visita a familiares e amigos 6,1% e outros motivos 5,5%.

Açores: Os negócios representaram 7,9% seguidos de outros motivos com 2,6%; a visita a familiares e amigos expressando o valor de 2,3% e o lazer, recreio e férias 1,8%.

Madeira: O lazer, recreio e férias representa 1,8%, seguido da visita a familiares e amigos com o valor de 1,6%; os negócios 1%, Gráfico 16.

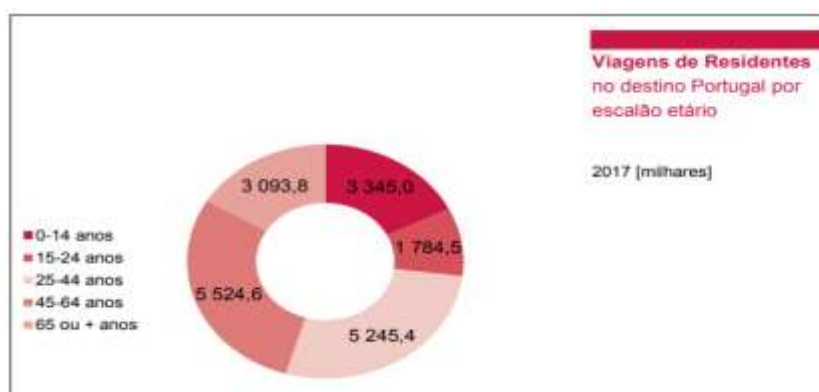
Gráfico 16 - Dormidas por residentes no destino nacional em 2017



Fonte: INE (2017)

Sobre as viagens de residentes no destino nacional por escalão etário, os valores expressam os seguintes resultados: com maior representatividade surge o valor de 5.524,6 viagens de residentes na faixa etária entre 45-64 anos; com 5.524,6 surge a faixa etária entre 25-44 anos; 3.093,8 insere-se a faixa etária entre os 60 ou + anos; 1784,5 situa-se a faixa etária de 15-24 anos e 3.345,0 na faixa etária entre 0-14 anos. Em suma, verifica-se a faixa etária que mais viaja no destino Portugal, é aquela que está a meio da sua fase ativa de trabalho, Gráfico 17.

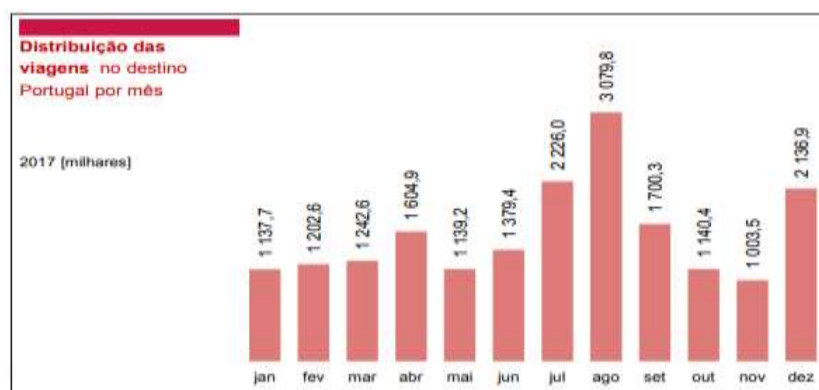
Gráfico 17 - Viagens de residentes nacionais por escalão etário



Fonte: INE (2017)

Relativamente à distribuição das viagens no destino nacional por mês, verificou-se o valor de 3.079,80 (milhares) relativo ao mês de agosto, seguido do mês de julho com o valor de 2.226,00 (milhares) e junho com 1.700,30 (milhares). Os valores expressos coincidem com o período de veraneio. No que respeita ao período mais baixo, coincide com o mês de novembro, com o valor 1003,5 (milhares), Gráfico 18.

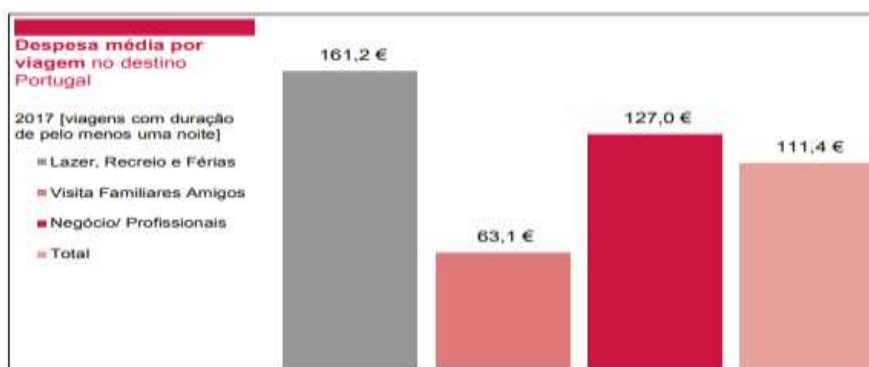
Gráfico 18 - Distribuição das viagens nacionais por mês



Fonte: INE (2017)

Fazendo uma análise à despesa média diária por viagem em território nacional, segundo os dados obtidos, o lazer, recreio e férias representou 161,2€; a visita a familiares e amigos, a despesa cifrou-se em 63,1€ e negócio/profissionais o valor diário ascendeu a 111,4€, Gráfico 19.

Gráfico 19 - Despesa média diária por viagem em território nacional



Fonte: INE (2017)

2. CARACTERIZAÇÃO DA SUB-REGIÃO DO BAIXO MONDEGO

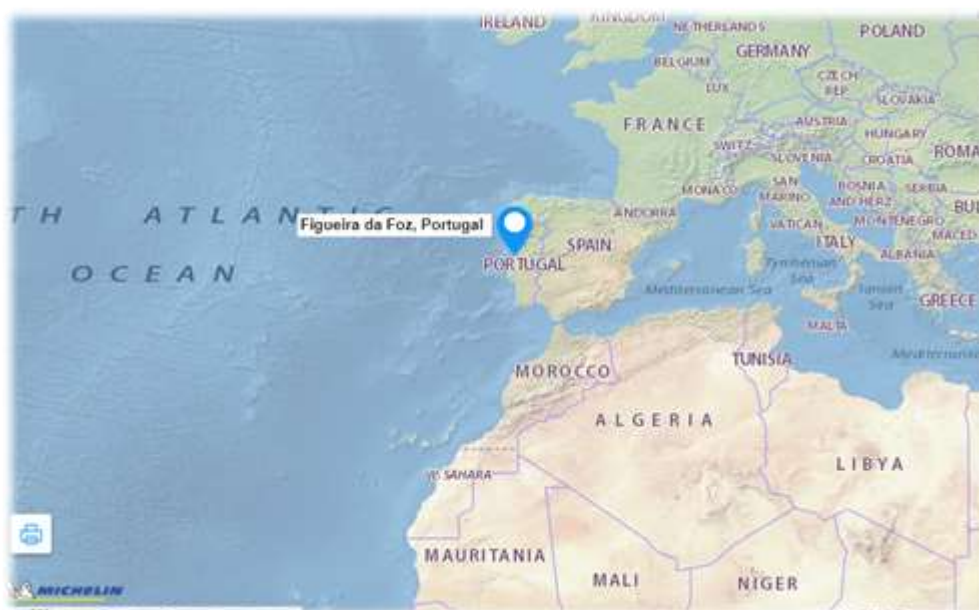
2.1. O ESPAÇO DEMOGRÁFICO

2.1.1. Componente Geográfica

A região centro de Portugal constitui-se, segundo a nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS), uma região classificada por NUTS II, que se decompõe em dez sub-regiões designadas por NUTS III, na qual se insere a área de estudo - Figueira da Foz. A região do Baixo Mondego classifica-se por região NUTS III do litoral centro de Portugal Continental, com uma área de cerca de 2062 km², que abrange oito concelhos: Coimbra, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure. Tendo como base variados indicadores estatísticos é possível perceber-se o posicionamento social e económico da região centro de Portugal, em particular da região do Baixo Mondego - Figueira da Foz (Silveira, 2016).

O território da Figueira da Foz, inserido na foz do rio Mondego, detém uma área de 379,9 km², localiza-se na faixa atlântica de Portugal Continental e dista cerca de 40 km de Coimbra, 79 km de Aveiro, 61,90 km de Leiria, 120 km do Porto e 200 km de Lisboa. Refere-se o facto de se encontrar a menos de duas horas das principais áreas metropolitanas de Portugal e de dois aeroportos internacionais. No contexto europeu, a cidade da Figueira da Foz caracteriza-se por um pequeno território de um país periférico, face às grandes metrópoles europeias, conforme expresso na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de Enquadramento da Figueira da Foz no contexto Europeu



Fonte: Michelin (2019)

2.1.2. Rede de Acessibilidades

A Figueira da Foz, cidade de gentes e de costumes de mar, com o Rio Mondego pelo sul e a Serra da Boa Viagem a norte e um pouco distante do principal eixo rodoviário nacional (EN1), sempre apresentou um défice em matéria de acessibilidades. Nas últimas décadas do século XIX, as acessibilidades da Figueira da Foz levaram um grande impulso, primeiramente com a abertura ao trânsito da nova estrada da Figueira da Foz a Coimbra (1871), permitindo o acesso regular, a que se seguiu a estrada real Figueira/Leiria, a partir de Lavos (1875).

Atualmente salienta-se uma densa rede rodoviária, com particular destaque para os dois eixos fundamentais que são assumidos pela A17 e pela A14, que constituem peças importantes nas ligações entre o território municipal da Figueira da Foz, Coimbra e as principais áreas metropolitanas nacionais - Lisboa e Porto. Através da A14 verifica-se também o acesso a Espanha via IP3 (Coimbra-Viseu) e IP5 (Viseu-Vilar Formoso / Espanha) e para o IC8. Todo o concelho da Figueira da Foz é atravessado pela IC1/EN109 de sul a norte (Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, PEDFF, 2014).

As estradas existentes no concelho estão distribuídas pelas tipologias seguintes: A17 (Autoestrada) - dois eixos de rodagem - 91,5 km; Estradas Nacionais - 76,5 km; Estradas Municipais - 974 km; Estradas Florestais - 47,6 km; Caminhos Municipais - 32,5 km; Caminhos Florestais - 254 km.

No que respeita às acessibilidades ferroviárias, a cidade encontra-se servida pela linha urbana de Coimbra, que efetua a ligação entre a Figueira da Foz e Coimbra e que lhe possibilita alternativas rápidas às principais cidades periféricas (Aveiro, Leiria, Viseu, Porto). Por outro lado, incorpora o importante corredor *Irun*-Portugal.

Este corredor integra-se na rede transeuropeia de transportes e desempenha um importante papel preponderante nas ligações de mercadorias entre a Península Ibérica e o resto da Europa. Destaca-se o corredor E-80, que se traduz numa via internacional de mercadorias que atravessa a Península Ibérica para unir a costa atlântica de Portugal com a Europa Central e do Norte. Na Península Ibérica, o corredor E-80 cruza-se com o corredor 7 de Lisboa-Estrasburgo, integrante da Rede Transeuropeia de Transportes - Rede RTE-T (PEDFF, 2014).

Por outro lado, Portugal define-se como uma porta da Europa no que respeita a acessibilidades marítimas, a Figueira da Foz não é exceção. O seu porto comercial tem como características técnicas para acesso à navegação e após as obras do prolongamento do molhe norte, um calado máximo admissível de 6,5 m, admitindo navios com um comprimento máximo de 120 m. No lado norte, tem um terminal de carga geral com 462 m de comprimento acostável e um terminal de granéis sólidos com 180 m acostáveis. A montante encontra-se ainda um terminal de granéis líquidos. A análise do movimento dos portos do continente português

indica que, em 2010, as embarcações de comércio entradas no porto do concelho da Figueira da Foz representavam 4,5%, correspondentes a um total de 463 embarcações (Silveira, 2016).

Segundo dados expressos no PEDFF - Universo 2030, durante o decorrer do ano de 2013, passaram pelo porto comercial da Figueira da Foz 530 navios de carga, tendo tido 2130 mil toneladas de movimentos acumulados.

Relativamente às acessibilidades aéreas, existe na proximidade da Figueira da Foz uma infraestrutura aeroportuária denominada Base Aérea de Monte Real. Trata-se de uma infraestrutura que não é rentabilizada para atividade comercial, servindo apenas de treino e serviço da Força Aérea Portuguesa.

A frente atlântica de Portugal, onde se localiza o concelho da Figueira da Foz, é cada vez mais uma oportunidade de valorização do país como interface estratégico na promoção e fortalecimento de dinâmicas intercontinentais, onde a Figueira da Foz, se assume como parte integrante do modelo territorial nacional da região centro, denominado “Sistema Metropolitano do Centro Regional”.

2.1.3. Componente Demográfica

Em termos populacionais, o concelho da Figueira da Foz em 2001 detinha 62.604 hab., a população residente no concelho tem vindo a decrescer, sendo de 59.675 hab (Pordata, 2019). Se recuarmos na história e recorrermos ao ano de 1981, o concelho tinha 58.559 hab., ou seja, cresceu até 2001, o que poderia levar a uma perceção positiva que não se confirma, uma vez que a partir dessa data tem vindo a perder população, ano após ano (Silveira, 2016).

No cômputo das 18 freguesias existentes em 2011, verifica-se como o concelho da Figueira da Foz também teve redução nesta área, em 2017 o concelho detinha apenas 14 das 18 freguesias existentes, ou seja, constata-se uma redução em seis anos em cerca 22,23%, muito por força da união de freguesias.

No que respeita ao crescimento da população idosa por cada 100 jovens, também o concelho sofreu do problema do envelhecimento da população que se tem vindo a verificar no nosso país, passando de 167,10 indivíduos no ano 2011, para 204,10 indivíduos em 2017.

Na mesma continuidade, a percentagem de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (na população 15-64 anos), consta-se que, em 2001, já representava cerca de 4,5%, tendo tido um crescimento, em 2017, para 7,0% o que expressa um aumento de 66.66%. Este valor só é atenuado durante o período de verão, com os empregos sazonais.

Ainda assim, nem tudo é negativo, se tivermos em linha de conta o saldo financeiro do Município da Figueira da Foz, (em 2001 apresentava saldo negativo -24.404,20 milhares de

euros), em contraponto com o ano 2017, onde apresentou um saldo positivo (na ordem dos 6.635,30 milhares de euros). Face aos indicadores, tudo nos leva a crer que a gestão do território tem vindo a apresentar uma melhoria significativa.

Tendo em conta que é neste território que incide o caso de estudo, onde se encontram muitos dos serviços e da oferta turística existente, é adequado entender-se esta dinâmica demográfica como fator influenciador para o desenvolvimento territorial, traduzido através dos mais variados vetores, quer sejam sociais ou económicos, resumidos na Tabela 2, (PORDATA, 2019).

Tabela 2 - Bilhete de Identidade da Figueira da Foz

	2001	2011	2017
População	62.60	62.09	59.67
Freguesias	18	18	14
Idosos por cada 100 jovens	142,70	167,10	204,10
Percentagem de desempregados IEFP (na população de 15-64 anos)	4,50	8,20	7,00
Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações em % da população		40,80	43,40
Saldo financeiro da C.M. milhares €		-24.404,2	6.635,30

Fonte: PORDATA (2019)

2.1.4. Componente Educacional

Na componente educacional, e tendo como referência os dados relativos a 2017, a região centro apresenta-nos resultados muito expressivos, num universo de 1.658,551 alunos a nível nacional, cerca de 61.496 não frequentam o ensino superior na região centro de Portugal; já no concelho da Figueira da Foz, não surgem referenciados valores, julga-se muito por força do encerramento das faculdades outrora existentes.

No universo de docentes no ensino superior, a região centro de Portugal expressa um valor de 5,728 professores, correspondendo a 3,93% do total nacional, sendo que, o concelho da Figueira da Foz apresenta cerca de 12,90% do universo dos 5,728 professores da região centro. Depreende-se que os docentes universitários do concelho da Figueira da Foz trabalham fora da sua área de residência, não contribuindo diretamente para o crescimento da educação no concelho, Tabela 3.

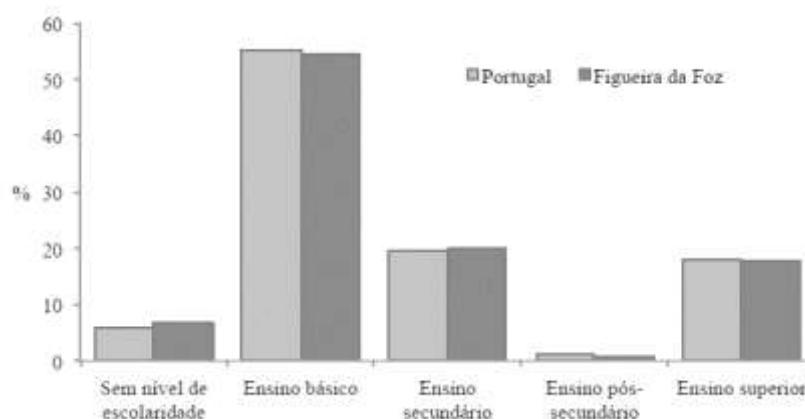
Tabela 3 - Dados do Ensino Superior, Região NUTIII Portugal

2017	Figueira da Foz	Região de Coimbra (NUT III)	Portugal
Alunos do ensino não superior	8,814	61,496	1.658,551
Docentes do ensino superior	739	5,728	145,549
Estabelecimento do ensino superior	0	20	286
Alunos do ensino superior	0	35,114	361,943
Docentes do ensino superior	0	2,770	34,227

Fonte: PORDATA (2019)

Em 2011, a população da Figueira da Foz, com 15 ou mais anos de idade, era constituída, a nível habilitacional, por indivíduos com o ensino básico em cerca de 54,6%. Relativamente ao ensino secundário era o segundo nível mais representativo da população, apresentando valores na ordem dos 19,90%, seguindo-se o ensino superior com apenas 17,80% da população com mais de 15 anos a possuir esta formação, conforme ilustra o Gráfico 20, (Silveira, 2016).

Gráfico 20 - Nível de escolaridade da população residente na Figueira da Foz com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade, em percentagem 2011



Fonte: Silveira (2016)

No século XVIII deu-se o surgimento de novas forças sociais, resultantes de um enorme desenvolvimento comercial e industrial de toda a Europa ocidental. A população da Figueira da Foz era da ordem de 760 habitantes e, no quartel desse século, surgiram diversas edificações importantes, sendo de destacar: Paço Figueirense (1700); Alfândega (1707), Reedificação da Igreja Matriz (1716) e Capela do Forte de Santa Catarina (1721). Nos séculos XVIII e XIX, a Figueira da Foz cresceu na sua importância a nível nacional, devido ao movimento do porto comercial e à indústria de construção naval existente na enseada da cidade, tendo sido elevada à categoria de Vila em 1771, sob a designação de Figueira da Foz

do Mondego - por Decreto de D. João I, de 12 de março de 1771, e criado na Vila o lugar de Juiz de Fora, Crime e Órfãos; mais tarde, em 1882 ascendeu a cidade.

Nos finais do século era grande o movimento portuário que se evidenciava; entravam em média cerca de 220 barcos/ano. Cumulativamente verificou-se um apogeu na vinda de aristocratas para o usufruto das águas das praias da costa, assim como de espanhóis com poder de compra elevado, muitos deles incentivados pelo jogo de casino, sendo este o mais antigo da Península Ibérica.

2.1.5. Componente Turística

Muito por força do impulso do movimento portuário, as praias da Figueira da Foz, em particular, a praia da Claridade, foi distinguida como uma importante estância turística balnear a nível nacional e internacional. O crescimento turístico fez-se notar e em 1937, a cidade já contava com sete hotéis e 14 pensões. Estas mudanças resultantes da aproximação das populações aos banhos de mar fizeram com que algumas paisagens litorais começassem a transformar-se, atraindo cada vez mais as elites da sociedade portuguesa, surgindo novas edificações, uma nova utilização do tempo e das zonas confinantes com o mar e rios (Silveira, 2016).

A vinda crescente de veraneantes para as praias da Figueira da Foz atraiu investidores, a construção de novos edifícios residenciais e de apoio à estada. Desse apogeu surgiu o Bairro Novo de Santa Catarina, junto ao forte com o mesmo nome, atualmente inserido na freguesia de Buarcos após a unificação de freguesias. A vocação turística da Figueira da Foz foi crescente ao longo dos anos, no que respeita ao alojamento turístico, dormidas por 100 habitantes, teve em 2013, o valor de 272,2 e em 2017 já representava 540,20 das dormidas nos alojamentos turísticos por 100 habitantes, conforme expresso na Tabela 4.

Tabela 4 - Dormidas nos alojamentos turísticos por 100 habitantes, na Figueira da Foz

Território / Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Figueira da Foz	272,2	407,10	407,10	474,4	540,20

Fonte: PORDATA (2019)

No que concerne às dormidas nos alojamentos turísticos, total e por tipo de alojamento, em 2013 eram 166,807 e, em 2017 já ascendia a 540,20, verificando-se um crescimento significativo no número de dormidas em alojamentos turísticos nos últimos anos. Relativamente aos hotéis, foi possível obter os dados disponíveis de 2013 com 137,238 e 2014 com 322,338, conforme versado na Tabela 5.

Tabela 5 - Dormidas nos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento

Figueira da Foz	2013	2014	2015	2016	2017
Alojamentos Turísticos	166,807	407,10	407,10	474,4	540,20
Hotéis	137,238	322,338	-	-	-

Fonte: PORDATA (2019)

Relativamente ao número de estabelecimentos turísticos existentes no município da Figueira da Foz, tendo em conta os dados do município da Figueira da Foz em 2015, é composto por quinze estabelecimentos hoteleiros, designados como hotel e aparthotel; doze alojamentos locais, definidos entre apartamentos, hospedarias e hostel; cinco parques de campismo e de caravanismo; uma unidade de turismo no espaço rural, perfazendo um total de trinta e três estruturas hoteleiras no concelho da Figueira da Foz, conforme expresso na Tabela 6, (Silveira, 2016).

Tabela 6 - Número de estruturas hoteleiras na Figueira da Foz

Estruturas Hoteleiras – Figueira da Foz	
Estabelecimento Hoteleiro (Hotel, Aparthotel)	15
Alojamento Local (Apartamentos, Hospedarias, Hostel)	12
Parque de Campismo e Caravanismo	5
Turismo no espaço rural	1
Total	33

Fonte: PORDATA (2019)

Em termos de atividades culturais, contam-se cerca de 168 coletividades e agremiações, na sua maioria de caráter cultural e recreativo, destacando-se a música, o teatro, o folclore, a dança, entre outras. Com o objetivo de combater a sazonalidade durante o período de verão, a autarquia e algumas empresas locais, destacando-se a Sociedade Casino da Figueira, desenvolveram programas anuais de atividades e de eventos. A Figueira da Foz possui ainda uma diversidade de edificações com valor histórico, arqueológico, artístico, notáveis pela sua história, imponência, das quais se destaca o palácio Sotto Mayor.

Pela sua história e componente geográfica, a cidade da Figueira da Foz é caracterizada como sendo um destino turístico de excelência nacional, levando ao surgimento de atividades desportivas ligadas à náutica, destacando-se a vela e o remo. No final do século XIX, surgiram a Associação Naval 1.º de Maio (fundação em 1893) e o Ginásio Clube Figueirense (datado de 1895), que ainda hoje perduram com uma diversidade de atividades que vão desde a vela, o basquetebol, o remo, o futebol, a canoagem, o voleibol, entre outras.

Mais tarde, data de 1984, surgiu o Clube Naval da Figueira da Foz, localizado junto à Marina da Figueira, atualmente direcionado para a prática da vela de competição e lazer,

contando já com várias dezenas de praticantes nos diversos escalões etários. Na margem sul, mais precisamente na zona do Cabedelo, local de características ímpares para a prática de algumas atividades desportivas ligadas à náutica, destacam-se o surf, windsurf e o *bodyboard*. Caracterizam-se por atividades desportivas de grande apogeu neste território, palco de campeonatos nacionais e internacionais (Silveira, 2016).

2.1.6. Componente Social

Setor Primário

O concelho da Figueira da Foz tem uma ampla linha de costa que dista cerca de 40 km, porém o número de empresas associadas às pescas é relativamente baixo, quando comparado com o setor agrícola, Figura 2. No que respeita à superfície agrícola do concelho, esta apresenta um total de 5.509 hectares, valor que expressa também ele uma diminuição de 19% relativamente a anos passados. Nos últimos anos, as principais alterações na tipologia das culturas verificaram-se no quase desaparecimento da cultura da batata, na diminuição da vinha e das culturas forrageiras e no aumento dos cereais de grão (arroz e milho) os quais continuam a ser a cultura mais representativa no total da superfície agricultada 68% (INE, 2019).

Figura 2 - Agricultura na Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

O salgado da Figueira da Foz contém o setor do estuário do rio Mondego como unidade geográfica central, no qual se destaca a ilha da Morraceira, abrangendo as freguesias de S. Pedro, Vila Verde e Lavos. A exploração de sal no estuário do Mondego, Figura 3, foi uma das principais atividades económicas da Figueira da Foz, complementando a atividade piscatória, tendo sido um produto utilizado em grandes quantidades pela frota piscatória local. Existe um total de 42 salinas em atividade em Portugal, dez estão situadas na Figueira da Foz

- Morraceira, ocupando um total de 22 hectares, com uma produção de 744 toneladas, correspondendo a cerca de 71% do sal produzido na zona centro, (INE, 2019).

Figura 3 - Salinas na Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

A Figueira da Foz, pela sua posição geográfica no território continental, e a proximidade com o mar resulta do particular posicionamento da sede do concelho na confluência entre o Atlântico e o rio Mondego. A pesca, em particular a da sardinha, atividade com tradição antiga em Portugal, tem vindo a registar um decréscimo expressivo nas últimas décadas, associado não só ao declínio de recursos pesqueiros, mas consequentemente à diminuição do volume do pescado nos oceanos.

O concelho da Figueira da Foz apresenta condições naturais e infraestruturas no domínio das atividades ligadas à pesca. O número total de matriculados, a nível nacional, foi de 16.797. Deste valor 21,7% correspondem ao total de pescadores inscritos ao nível da região centro de Portugal.

No que diz respeito às capturas de pescado, o concelho representava 9,3% 11.819, toneladas do total de capturas efetuadas no Continente (n=126.521 toneladas), sendo que a cavala e a sardinha, Figura 4, são apresentadas as principais espécies capturadas na Figueira da Foz, representando respetivamente 47,4% (n=5.612 toneladas) e 25,7% (n=3.034 toneladas) do total do pescado. A pesca é, pois, uma atividade tradicional que agrega outras complementares, nomeadamente a lota, conservas, frio e reparação naval (INE, 2019).

Figura 4 - Pesca na Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

A aquicultura na área estuarina da denominada Ilha da Morraceira caracteriza-se por uma atividade que incide sobre a criação ou cultura de organismos vivos em cativeiro, como por exemplo: peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios e plantas. As técnicas utilizadas são concebidas para aumentar a produção em grandes massas.

Em termos gerais, a aquicultura, apresenta grandes potencialidades na Ilha da Morraceira (área dominial), designadamente pelas condições ecológicas que detém, que permitem boas taxas de crescimento das espécies. Atualmente as espécies produzidas em cativeiro são robalo, dourada, linguado, tainha e enguia, sendo que as duas primeiras representam cerca de 99% da produção. Considerando o último levantamento efetuado, o qual reporta a 2011, a área ocupada por aquicultura é de 319 hectares, área correspondente a 42 pisciculturas, Figura 5, (INE, 2019).

Figura 5 - Aquicultura na Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

Cerca de 60% do território do concelho da Figueira da Foz é ocupado por floresta 51% e matos 9%, estando 40% integrado na Rede Natura 2000 e Zona de Intervenção Florestal

(ZIF - Mondego) da Figueira da Foz. Esta engloba vários prédios que se distribuem por diversas freguesias do concelho da Figueira da Foz 1.873 ha e Montemor-o-Velho 632 ha.

Na área florestal predominam os povoamentos com eucaliptos 40%, seguidos de povoamentos com pinheiro-bravo 30% e áreas de povoamentos mistos de pinheiro-bravo e de eucalipto em cerca de 13% (INE, 2019). Tendo como objetivo combater o crescente abandono dos terrenos com aptidão agroflorestal, o município da Figueira da Foz iniciou um projeto da bolsa de terras, o qual disponibilizou para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência, as terras com aptidão agrícola, florestal ou silvo pastoril da autarquia e de outras entidades públicas ou privadas, Figura 6.

Figura 6 - Floresta na Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

Setor Secundário

No concelho da Figueira da Foz, o setor secundário destaca-se pelas atividades que transformam a matéria-prima em produtos acabados ou semiacabados. Ao nível da empregabilidade, constata-se a reduzida dimensão das empresas do concelho da Figueira da Foz (três empregados por empresa), num quadro onde predominam as microempresas, com 96,4% (\leq dez pessoas ao serviço). Cerca de 73,07% das empresas são de cariz individual, verifica-se ainda um marcado domínio de algumas empresas, como se observa através do indicador de volume de negócios e do VAB (Valor Acrescentado Bruto) das quatro maiores empresas, com 49,85% e 49,65% respetivamente (INE, 2019).

No concelho da Figueira da Foz o setor secundário é o segundo maior responsável pelo emprego da população ativa, atingindo valores na ordem dos 31,58%. As áreas de localização industrial estão maioritariamente localizadas na Gala (Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, margem sul da cidade), Marinha das Ondas e na Ferreira-a-Nova, existindo outros polos com dimensão mais reduzida, como a Cova da Serpe e Vila Verde.

A base industrial do concelho da Figueira da Foz é composta por uma variedade de especializações, entre as quais se destacam: a indústria de fabricação de produtos minerais não metálicos, como a cerâmica, vidro e o gesso; as indústrias agroalimentares, destacando-se o arroz, conservas, avícola, congelados; as indústrias da fileira florestal, pasta e papel; a indústria dos plásticos, na elaboração de peças técnicas; e a indústria metalúrgica e metalomecânica.

A celulose e papel são os setores mais dinâmicos da economia portuguesa, constituindo-se, assim, como principais embaixadores dos produtos portugueses nos mercados externos. O papel e a pasta de papel representam cerca de 5% das exportações nacionais, sobretudo devido à venda de pastas químicas, papel e cartão para escrita e usos gráficos.

Salienta-se a existência no concelho da Figueira da Foz, de duas empresas deste setor que se encontram posicionadas entre as cinco maiores do Concelho (Campeão das Províncias, 2013): 1.º Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA, do grupo Portucel Soporcel (fabricação de papel e cartão); 2.º Celbi - Celulose da Beira Industrial, SA, do grupo Altri (fabricação de pasta de papel); 3.º Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, SA (fabricação de pasta de papel); 4.º Lusiaves (empresa de abate e produção de carnes de aves); 5.º Saint-Gobain Mondego (fabricação de vidro de embalagens).

Setor Terciário

No concelho da Figueira da Foz, as empresas do setor terciário representam cerca de 80% do universo das empresas do concelho (n=5.165) e tem um volume de negócios na ordem dos 767,594 milhares de euros, muito por força da atividade de transportes e armazenagem. Com a menor percentagem de volume de negócios destacam-se o setor de Atividade s de Informação e de Comunicação, que ascende a 0,59%, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 - Empresas Não Financeiras no concelho da Figueira da Foz por ramo de atividade no setor terciário

	Número de empresas	Volume Negócios Milhares €	Percentagem sobre volume negócio
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	1.448	396.832	51,70%
Transportes e armazenagem	162	168.444	21,94%
Alojamento, restauração e similares	516	43.208	5,63%
Atividades de informação e comunicação	61	4.541	0,59%
Atividades imobiliárias	113	21.783	2,84%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	684	21.164	2,76%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	806	28.563	3,72%
Educação	482	5.514	0,72%
Atividades de saúde humana e apoio social	460	47.556	6,20%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	138	21.450	2,79%
Outras atividades e serviços	295	8.539	1,11%
Total:	5.165	767.594	100,00%

Fonte: INE (2019)

O comércio tem um papel central na atração e fixação das populações. As funções desempenhadas pelo comércio vão, nos dias de hoje, muito para além do abastecimento da população, assumindo particular preponderância na qualidade de vida das populações, e na competitividade das cidades.

A Figueira da Foz possui há muito tempo duas áreas tradicionalmente ligadas à atividade comercial, que estão bem definidas e distintas quanto às funções que desempenham, uma corresponde à entrada nascente da cidade, iniciada na rua da República, e que se prolonga até ao jardim, ou seja, até ao passeio Infante D. Henrique. Aqui estão instaladas habitações, comércio e diferentes serviços administrativos, nomeadamente a Câmara Municipal, correios, bancos, finanças, notários e tribunal.

A outra área corresponde ao Bairro Novo, construído em finais do séc. XIX - inícios do séc. XX, segundo modelo urbano importado de famosas praias do mediterrâneo, para dar resposta à progressiva procura de veraneantes. Este espaço acolheu equipamentos de diversão nomeadamente: casino, *courts* de ténis, piscina, hotéis, bares e esplanadas.

Dentro do total de empresas do setor terciário, o ramo do comércio representa cerca de 28% (n=1.448) do total do setor. São os subsetores dos produtos alimentares e bebidas, têxteis, vestuário e calçado e do comércio a retalho não especificado, aqueles que maior importância assumem, do ponto de vista do emprego, no comércio retalhista. O volume de negócios do ramo do comércio por grosso e a retalho representa 51,70% do total do setor terciário.

No concelho da Figueira da Foz, 96,96% dos estabelecimentos comerciais possui menos de dez trabalhadores, predominam espaços comerciais com uma dimensão média reduzida, em regime de exploração própria, sendo muito significativa a existência de pequenas empresas familiares onde normalmente trabalham mais do que um elemento do agregado familiar. Por oposição ao comércio tradicional, situado em zonas centrais da cidade, a Figueira da Foz possui em zona periférica duas grandes superfícies comerciais, Tabela 8.

Tabela 8 - Empresas de comércio por grosso e retalho: total e escalão de pessoa ao serviço

Territórios	Total	Escalão de pessoal ao serviço				
	Total	<10	10-19	20-49	50-249	250+
Figueira da Foz	1,448	1,404	30	10	4	0
Baixo Mondego	8,106	7,831	178	74	20	3

Fonte: INE (2019)

2.1.7. Análise SWOT aplicada à cidade da Figueira da Foz

Atualmente existem várias ferramentas que permitem agrupar informação relevante para a gestão e planeamento estratégico dos meios, recursos, competências e desempenhos necessários para os diversos tipos de cenários, evitando custos desnecessários e maximização de resultados. Como síntese do diagnóstico apresenta-se uma análise SWOT, com a caracterização dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades da região centro litoral, região do Baixo Mondego - Figueira da Foz, numa perspetiva de reunir um conjunto de informação relevante com vista à implementação de uma estratégia e conseqüente tomada de decisão, Quadro 4.

Quadro 4 - Análise SWOT - Figueira da Foz

Fraquezas	Forças
<p>Ordenamento Território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Significativo aumento de áreas artificializadas nas últimas décadas. - Tecido urbano pouco consolidado. - PDM em revisão há vários anos. <p>Mar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Restrições legislativas elevadas para a construção e implementação de equipamentos de apoio em áreas costeiras. -Marina de recreio sem possibilidade expansão. <p>Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de hotelaria de alto luxo. - Atividade turística sazonal (verão). - Lentidão na obtenção de autorizações, licenças e impostos elevados que dificultam as atividades náuticas. - Atraso desenvolvimento da náutica de recreio. - Carência de infraestruturas de apoio à náutica de recreio. - Não existe serviços de qualidade de apoio à náutica de recreio. <p>Espaços e Atividades Desportivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Índice geral, de grandes campos, de salas de desporto, de piscinas cobertas e pistas de atletismo encontram-se abaixo dos valores de referência. - Índice geral de comunidade elevado esconde carências qualitativas em termos de outras tipologias. - O número de equipamentos não corresponde uma qualidade destes em termos de competição. - Diversos equipamentos encontram-se inseridos em estabelecimentos de ensino, sendo o seu acesso por vezes condicionado. - Baixo quantitativo de espaços desportivos cobertos. <p>Acessibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Território periférico face à Europa. - Rede ferroviária deficitária. - Via marítima apenas para comércio. <p>Demografia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decréscimo populacional entre 2001 e 2011 (-476 habitantes). - Envelhecimento crescente da população residente. - Debilidade na atração de novos residentes (diminuição do saldo migratório). 	<p>Ordenamento Território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização geoestratégica privilegiada; - Elevada biodiversidade territorial; - Grande potencial aquífero. <p>Mar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância histórica e cultural das atividades ligadas ao mar. - Marina de recreio localizada em zona nobre da cidade. - Área dominial com potencial de desenvolvimento e ocupação. <p>Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Riqueza do património natural em todo município (Serra, Lagoa, Ondas, Vento, Salinas, Praias; Marina, Porto Recreio; Floresta Protegida). - Localização excelente no Centro do País. - População Residente muito hospitaleira. - Gastronomia de qualidade superior. - Grande oferta hoteleira. - Turismo de lates (valorização marina dentro cidade) - Requalificação da frente de mar/rio. - Casino. <p>Espaços e Atividades Desportivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte vocação desportiva da população concelhia. - Prática de diversas modalidades desportivas terrestres, aéreas e náuticas de aventura. - Movimento associativo, bastante participativo na promoção desporto. - Extensa frente de mar, bem como todo estuário possibilitam a prática de várias atividades desportivas náuticas. - Extensa frente de praia que possibilita a instalação de vários equipamentos de apoio à prática de atividades náuticas. - Alta competição bem representada (surf, remo, futebol, basquetebol, natação, bodyboard, orientação.). <p>Acessibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização geoestratégica privilegiada. - Boa rede rodoviária que liga a Figueira da Foz a todo país. - Extensa rede ferroviária com possibilidade de beneficiação. - Frente marítima e fluvial com potencial turístico. <p>Demografia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização privilegiada no centro litoral entre as principais áreas urbanas da região centro (Leiria a sul, Coimbra e Oriente e Aveiro a Norte). - Segundo concelho mais populoso do distrito de Coimbra.

Ameaças	Oportunidades
<p>Ordenamento Território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Significativo aumento de áreas artificializadas nas últimas décadas. - Tecido urbano pouco consolidado. - PDM em revisão há vários anos; - Descentralização serviços públicos para Coimbra. <p>Mar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Restrições muito elevadas ao licenciamento; - Assoreamento barra; - Desaparecimento da onda no Cabedelo; - Vento; <p>Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de atratividade de hotelaria de luxo; - Atividade turística sazonal. - Lentidão na obtenção de autorizações, licenças e impostos elevados que dificultam as atividades náuticas. - Atraso desenvolvimento da náutica de recreio. - Carência de infraestruturas de apoio à náutica de recreio. - Não existe serviços de qualidade de apoio à náutica de recreio. - Deslocalização; - Praia com frente de mar distante. <p>Espaços e Atividades Desportivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Índice geral, de grandes campos, de salas de desporto, de piscinas cobertas e pistas de atletismo encontram-se abaixo dos valores de referência; - Índice geral de comunidade elevado esconde carências qualitativas em termos de outras tipologias desportivas; - Ao número elevado de equipamentos não corresponde uma qualidade destes em termos de competição e treino. - Diversos equipamentos encontram-se inseridos em estabelecimentos de ensino, sendo o seu acesso por vezes condicionado, não permitindo o acesso em períodos de férias. - Baixo quantitativo de espaços desportivos cobertos. <p>Acessibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede ferroviária muito desatualizada e degradada e tem alguns condicionalismos ao nível da bitola para a Europa não tendo por isso grande utilização por parte das empresas; - Existem cerca de 900 km de estradas municipais que necessitam de manutenção periódica, e que dependem diretamente do orçamento municipal. <p>Demografia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decréscimo populacional. - Envelhecimento da população residente. - Diminuição taxa de natalidade. - Saída de jovens qualificados em virtude fraca oferta de emprego qualificado no concelho. 	<p>Ordenamento Território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização Central no triângulo (Leiria, Coimbra, Aveiro); - Elevada biodiversidade territorial. - Potencial aliado aos desportos de mar. - A nível legislativo em áreas dominiais, apresentam um carácter mais permissivo à implementação de infraestruturas náutico desportivas, do que em outras áreas cujos condicionalismos são bem mais restritivos. <p>Mar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Território (DPM) impar no que respeita à área existente e dimensão territorial. - Marina de recreio localizada em zona nobre da cidade. - Área dominial (DPM) com potencial de desenvolvimento ocupação territorial; - Praias de ondas (Cabedelo) de qualidade Internacional; - Vivenciar o mar numa perspetiva do lazer e da náutica do recreio associada ao usufruto de espaços desportivos de qualidade superior. - Multiplicidade de Programas de Incentivo PDR2020. <p>Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização do património natural existente através de metodologias de promoção e divulgação. - Aumento Unidades Hoteleiras da região. - Aumento da atratividade turística Internacional. - Aumento das atividades desportivas ligadas à náutica de recreio. - Colocação da Figueira da Foz no mapa nacional como ponto interesse no que respeita ao turismo náutico. - A Entidade Regional do Turismo do Centro está a apostar fortemente na promoção/divulgação na zona centro do país. <p>Espaços e Atividades Desportivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Território DPM de exceção para a prática de desportos náuticos. - Candidatura a “Reserva Mundial de Surf” e criação da “Aldeia do Mar”. - Colmatar o atraso no desenvolvimento da náutica de recreio. - Criação de equipamentos de excelência e qualidade superior de apoio ao desporto, em particular ligados à náutica de recreio. - Colmatar as necessidades de infraestruturas de qualidade ligadas ao desporto. - Areal com características únicas para implantação temporária ou não de equipamentos de qualidade ligados à prática desportiva. - Criação de equipamentos arquitetónicos, diferenciadores, que potenciem e dinamizem as atividades desportivas de alta competição e treino. - Criação centro de alto rendimento (CAR), que vá ao encontro das necessidades da náutica de recreio. - Criação de um plano integrado de apoio ao desenvolvimento das modalidades de desportos aventura e náuticos. - A nível tecnológico, hoje existe a possibilidade de se criarem revestimentos, “pele” com capacidade térmica que sejam uma mais-valia junto às áreas costeiras. <p>Acessibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de se efetuar um estudo que viabilize o aprofundamento da barra do canal do porto da Figueira da Foz., e que simultaneamente previna o assoreamento e a erosão costeira a sul, por forma a não diminuir o potencial da “onda” existente. <p>Demografia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade ambiental e paisagística constitui fator de atratividade de residentes; atratividade parque residencial. - Imagem simbólica da cidade associada a qualidade de vida.

Fonte: Elaboração própria

Análise SWOT - Forças

No que respeita ao Ordenamento Território, a Figueira da Foz assume-se com uma localização geoestratégica privilegiada, apresentando uma elevada biodiversidade territorial e um grande potencial aquífero. Relativamente à importância histórica e cultural das atividades ligadas ao mar destaca-se a marina de recreio localizada em zona nobre da cidade; a requalificação da foz, a área dominial com potencial de desenvolvimento ocupação, que se definem como fatores estratégicos nucleares do setor de desenvolvimento da cidade.

No que concerne à vertente do turismo, destaca-se a riqueza do património natural existente em todo município: serra, lagoa, ondas, vento, salinas, praias, marina, porto de recreio, floresta protegida, um potencial nuclear, rico, enquanto fomentador do desenvolvimento, complementado com a crescente hospitalidade e oferta hoteleira da região e gastronomia.

Entre os setores que se pretende evidenciar, surge os espaços e as atividades desportivas, com forte vocação desportiva da população concelhia aliada à prática de diversas modalidades desportivas terrestres, aéreas e náuticas de aventura. O movimento associativo, bastante participativo na promoção desporto; a extensa frente de mar, bem como todo estuário possibilitam a prática de várias atividades desportivas náuticas; a extensa frente de praia possibilita a instalação de vários equipamentos de apoio à prática de atividades náuticas de alta competição (*surf*, remo, futebol, basquetebol, natação, *bodyboard*, orientação).

A localização geoestratégica privilegiada aliada à boa rede rodoviária, que liga a Figueira da Foz a todo país, com uma extensa rede ferroviária com possibilidade de beneficiação e expansão, assim como a frente marítima e fluvial com potencial turístico. Em suma, sob o ponto de vista territorial e na visão do PEDFF (2014), assume-se o alcançar de um concelho de oportunidades e de qualidade de vida, sendo propostas um conjunto diversificado de orientações estratégicas, destacando-se: a ligação da cidade ao mundo; conceito de cidade turística, sustentável e competitiva.

Análise SWOT - Fraquezas

No que respeita aos setores de maior fragilidade, destacam-se o aumento de áreas artificializadas nas últimas décadas, o tecido urbano pouco consolidado, o PDM em revisão há vários anos e a descentralização de serviços públicos para cidade Coimbra, que se assumem como pontos negativos no concelho.

Numa política de mar, verifica-se restrições legislativas elevadas para a construção e implementação de equipamentos de apoio em áreas costeiras.

A falta de hotelaria de alto luxo, aliada à atividade turística sazonal (verão), coadjuvada pela lentidão na obtenção de autorizações, licenças, e impostos elevados, dificultam as

atividades náuticas na região; o atraso no desenvolvimento da náutica de recreio, a carência de infraestruturas e a inexistência de serviços de qualidade de apoio à náutica de recreio também se traduzem num problema crescente.

Relativamente aos espaços e atividades desportivas, o índice geral, de grandes campos, de salas de desporto, de piscinas cobertas e pistas de atletismo encontram-se abaixo dos valores de referência.

O índice geral de comunidade elevado esconde carências qualitativas em termos de outras tipologias. Ao número elevado de equipamentos não corresponde uma qualidade destes em termos de competição. Diversos equipamentos encontram-se inseridos em estabelecimentos de ensino, sendo o seu acesso por vezes condicionado; verifica-se um baixo quantitativo de espaços desportivos cobertos.

A Figueira da Foz, assume-se como um território periférico face à Europa com uma rede ferroviária a necessitar de beneficiação e uma via marítima apenas para comércio marítimo portuário. Por outro lado, o decréscimo populacional das últimas décadas, complementado com o envelhecimento crescente da população residente, e a diminuição do saldo migratório, traduzem-se num ponto crítico na sustentabilidade do território em estudo.

Análise SWOT - Ameaças

Na componente territorial, os fatores de ameaça traduzem-se no aumento de áreas artificializadas nas últimas décadas. Por outro lado, o tecido urbano pouco consolidado, aliado à falta de revisão em tempo do PDM da Figueira da Foz também tem contribuído para o desenvolvimento deste território.

A descentralização de serviços públicos para a cidade de Coimbra, assim como as universidades, fez com que a cidade se tornasse refém da centralidade de Coimbra.

No contexto marítimo, destacam-se as restrições muito elevadas ao licenciamento. O assoreamento da barra pode pôr em causa a sustentabilidade do porto comercial e complementarmente o desaparecimento da “onda” do Cabedelo, muito popular entre os desportivos “*surf*”, resultando em prejuízos de grande monta na região e o vento dominante nas áreas de praia.

Falta de hotelaria de luxo complementada pela atividade sazonal, de veraneio, e inexistência de infraestruturas turísticas de qualidade, ligadas à náutica de recreio, consubstanciam numa mistura explosiva na perda de turismo na região. Constatou-se pelos dados estatísticos que continua a haver perda de habitantes no concelho, os jovens qualificados tendem a sair na procura de melhores ofertas de emprego.

Análise SWOT - Oportunidades

Como oportunidades, destacam-se a localização central no triângulo (Leiria, Coimbra, Aveiro), a elevada biodiversidade territorial, e um potencial incrível aliado aos desportos de mar. A nível legislativo em áreas dominiais, apresenta-se um carácter mais permissivo à implementação de infraestruturas náutico/desportivas, do que em outras áreas, cujos condicionalismos são bem mais restritivos.

O território (DPM) é ímpar no que respeita à área existente e dimensão territorial, traduzindo-se num território potencial de desenvolvimento local. A localização da marina de recreio na zona nobre da cidade traduz-se numa pérola da cidade no que respeita à atração de novos fluxos turísticos aliados à náutica de recreio, turismo de iates. As praias destacam-se pela sua areia branca e cristalina e a qualidade das suas ondas de craveira internacional.

Cada vez mais se procura utilizar e potenciar os materiais vernaculares do lugar, ecológicos, sustentáveis, destacando-se o contraplacado marítimo. Vivenciar o mar numa perspetiva do lazer e da náutica do recreio associada ao usufruto de espaços desportivos de qualidade superior, incentivada pela multiplicidade de programas de incentivo ao investimento PDR2020.

A nível turístico ressalta a valorização do património natural existente através de metodologias de promoção e divulgação. A Figueira da Foz apresenta capacidade de crescimento relativamente ao aumento de unidades hoteleiras de qualidade superior, assim como de equipamentos e infraestruturas associadas com vista a atrair novos fluxos turísticos quer sejam nacionais ou internacionais, destacando-se a vertente da náutica de recreio, com o objetivo de colocação da cidade da Figueira da Foz, como ícone do turismo náutico da região centro de Portugal.

Território dominial de exceção para a prática de desportos náuticos, com a candidatura a “Reserva Mundial de Surf” e criação da “Aldeia do Mar”, colmata o atraso no desenvolvimento da náutica de recreio. A criação de equipamentos de excelência e de qualidade superior de apoio ao desporto, em particular ligados à náutica de recreio pode colmatar as necessidades de infraestruturas de qualidade ligadas ao desporto. Destaca-se o areal de características únicas para a implantação temporária ou não de equipamentos de qualidade ligados à prática desportiva, pelo que a criação de equipamentos arquitetónicos, diferenciadores, podem potenciar e dinamizar as atividades desportivas de alta competição e treino.

Existe ainda a possibilidade de criação de um centro de alto rendimento (CAR) que vá ao encontro das necessidades do turismo náutico, bem como a criação de um plano integrado de apoio ao desenvolvimento das modalidades de desportos de aventura e náuticos. A nível

tecnológico, existe a possibilidade de se criarem revestimentos que sejam uma valia junto às áreas costeiras.

Noutro contexto de extrema importância, surge a possibilidade de realização de estudos que viabilizem o aprofundamento da barra do canal do porto da Figueira da Foz e que simultaneamente previna o assoreamento continuado e a erosão costeira a sul, de modo a não diminuir o potencial turístico da praia do cabedelo e da “onda” existente. A qualidade ambiental, a paisagem, a tranquilidade, o usufruto dos equipamentos desportivos aliada à prática desportiva à beira mar traduz em fatores explosivos de oportunidades para quem quer vivenciar este território.

3. OS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Neste capítulo pretende-se abordar as temáticas dos equipamentos e instalações desportivas, que potenciam e envolvem a conceção de um modelo arquitetónico para o desporto, as suas implicações construtivas, os quadros normativos em vigor e aplicáveis bem como as questões de localização e *standards* de qualidade, a servidão desportiva e os imperativos éticos da arquitetura associados. O *Benchmarking* aplicado aos desportos náuticos e as diversas tipologias das instalações desportivas.

3.1. OS CÂNONES E DIMENSIONAMENTO

Segundo Baker (2000), Charles Eduard Jeanneret, mais conhecido por Le *Corbusier*, foi responsável por uma nova forma de arquitetura moderna, entendeu a aplicação da razão áurea nas suas obras arquitetónicas, com base na medida harmónica em escala do homem grego. *Le Corbusier* desenvolveu o sistema de medição denominado de *Modulor*, baseado nas medições médias do corpo humano, usando a razão de ouro através do retângulo áureo e da sequência dos números de Fibonacci (Possebon, 2004).

Para Cambiaghi (2007), o desenho universal recia o conceito de homem padrão que nem sempre caracteriza o homem real. O conceito foi criado por uma comissão em Washington, EUA, no ano de 1963, inicialmente denominado de “desenho livre de barreiras”, surgindo como resposta à discussão sobre a padronização do homem, por pretender eliminar as barreiras arquitetónicas nos projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas. Posteriormente este conceito evoluiu para a conceção do desenho universal, passou a considerar-se não somente o projeto, mas também a diversidade humana.

O desenho universal deve ser pensado e concebido como elemento gerador de ambientes, serviços, programas e tecnologia acessíveis a todos, assente em princípios fundamentais. As barreiras arquitetónicas e a prática do desporto são tidas em linha de conta no pensamento inerente aos princípios fundamentais da arquitetura no contexto de acesso a áreas sensíveis, uma vez que, qualquer cidadão, independentemente da sua condição social, sem patologias ou com mobilidade condicionada poderá ou deverá ter as mesmas possibilidades, no gozo da cidadania, e de um direito que lhe assiste (Neufert, 2013).

Os espaços devem permitir o acesso a todos os cidadãos. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, estabelece a definição das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto de construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos, sublinhando que estas normas também se estendem ao edificado habitacional.

3.2. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

No entendimento de Constantino (1994), as instalações desportivas traduzem-se num instrumento importante de política desportiva, quando integradas no universo das transformações culturais do nosso tempo e do desporto, contribuindo para o aparecimento de novos cenários desportivos que, por outro lado, suscitam novas tendências e expressões desportivas.

O Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de novembro, estabelece o regime de instalações desportivas de uso público. As instalações desportivas definem-se como sendo espaços de acesso público organizados de uma determinada forma, com vista à prática de atividade desportiva, composto por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou construídos, integrando todas as áreas adjacentes. Segundo Gallardo e Jiménez (2004), as instalações desportivas são caracterizadas como a base do desenvolvimento desportivo de um determinado país nas suas diversas vertentes.

As instalações desportivas identificam o tecido urbano, os locais preferenciais para a prática de atividades desportivas realizadas em determinados espaços confinados. Estas caracterizam o tipo de atividade desportiva que se desenvolve num dado território, muito por força da sua função, que se desempenha pela utilizada que as unidades lhe concedem. A função fundamental da instalação desportiva é de poder oferecer, de uma forma continuada, a possibilidade de realização de uma determinada atividade desportiva, num determinado local (Cunha, 2007).

3.2.1. Planeamento das Instalações Desportivas

Para se planificar equipamentos desportivos deve-se atender a um conjunto variado de necessidades existentes, definindo-se prioridades com vista à diminuição de excessos desnecessários. Para Constantino (1994), ao proceder-se ao planeamento de um determinado equipamento desportivo deve prever-se a pluralidade tipológica, de modo a satisfazer diversidades e multiplicidades das várias procuras desportivas, possibilitando assim as várias práticas desportivas, assentes em três formas distintas: formal, não formal e informal.

Ainda na esteira do mesmo autor, o planeamento dos espaços desportivos com características adequadas deve procurar atender a todas as necessidades, definindo prioridades. Nesse contexto, torna-se necessário dotar os responsáveis políticos de estudos e projetos adequados à realidade desportiva.

No entanto, existem outros autores, como por exemplo Ribeiro (2011), que considera que o planeamento de instalações desportivas envolve o reconhecimento de necessidades por forma a encontrar meios que colmatem essas necessidades, quer no tempo presente quer

no futuro. O planeamento de instalações desportivas é entendido como um processo em que as pessoas determinam como fazer a partir de uma determinada situação presente, com o objetivo de vir a atingir algo no futuro. O planeamento assume-se como uma ferramenta administrativa, que possibilita a realidade, avalia os caminhos a seguir e contribui para a construção de um referencial de futuro.

Ainda assim, o planeamento surge da necessidade de se querer conhecer o futuro, pensando ao mesmo tempo que se pode ter domínio sobre esse mesmo futuro. Como resultante desta necessidade surgem diversos processos de planeamento, formalizados para que seja possível atingir determinados objetivos a que se propõem num tempo futuro (Pires, 2007).

Há semelhança de Constantino, temos Sarmiento e Carvalho (2014), que entendem o planeamento de instalações desportivas, como algo que depende de decisões políticas e de estudos de mercado, relacionando os fatores económicos, sociais, tipologias dos referidos espaços e ainda o número e tipo de utilizadores.

Quando se pretende fazer o planeamento de um novo equipamento desportivo, deve ter-se em conta alguns pontos importantes, como por exemplo, a capacidade de responder à necessidade dos populares, definindo estratégias no que respeita à sua implantação e localização e a sua relação *versus* integração no meio ambiente onde se insere, com vista a uma gestão sustentada (Sarmiento & Carvalho, 2014).

3.2.2. Quadros Normativos das Instalações Desportivas

No que respeita ao quadro legal das instalações desportivas, as mesmas regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, que aprovou o RJID e que determina que as tipologias desportivas sejam definidas e aprovadas por portaria do membro do governo responsável pela área do desporto. O n.º 1 do artigo 1.º do RJID estabelece os requisitos técnicos aplicáveis na conceção e edificação de instalações, tendo como objetivo assegurar a sua qualidade funcional técnico-desportiva, salubridade, conforto e segurança. Os projetos de arquitetura para a construção, remodelação, ampliação ou alteração de instalações desportivas, deverão agregar nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do RJID, informação respeitante à tipologia desportiva a instalar.

A Legislação Aplicável

No que respeita à legislação aplicável temos:

a) Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio (RJID);

b) Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE);

c) Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, estabelece requisitos a cumprir com especial atenção no que se refere ao acesso a átrios, às áreas de prática desportiva, instalações de apoio dedicadas aos atletas, bancadas, áreas administrativas e sociais, às instalações de apoio para atletas (balneários), instalações sanitárias para espectadores;

d) Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 224/2015, de 9 de outubro (Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios - RJSCIE);

e) Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro (Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios);

f) Decreto-Regulamentar n.º 34/95, de 16 de dezembro (Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos, na matéria não alterada pelo RJSCIE);

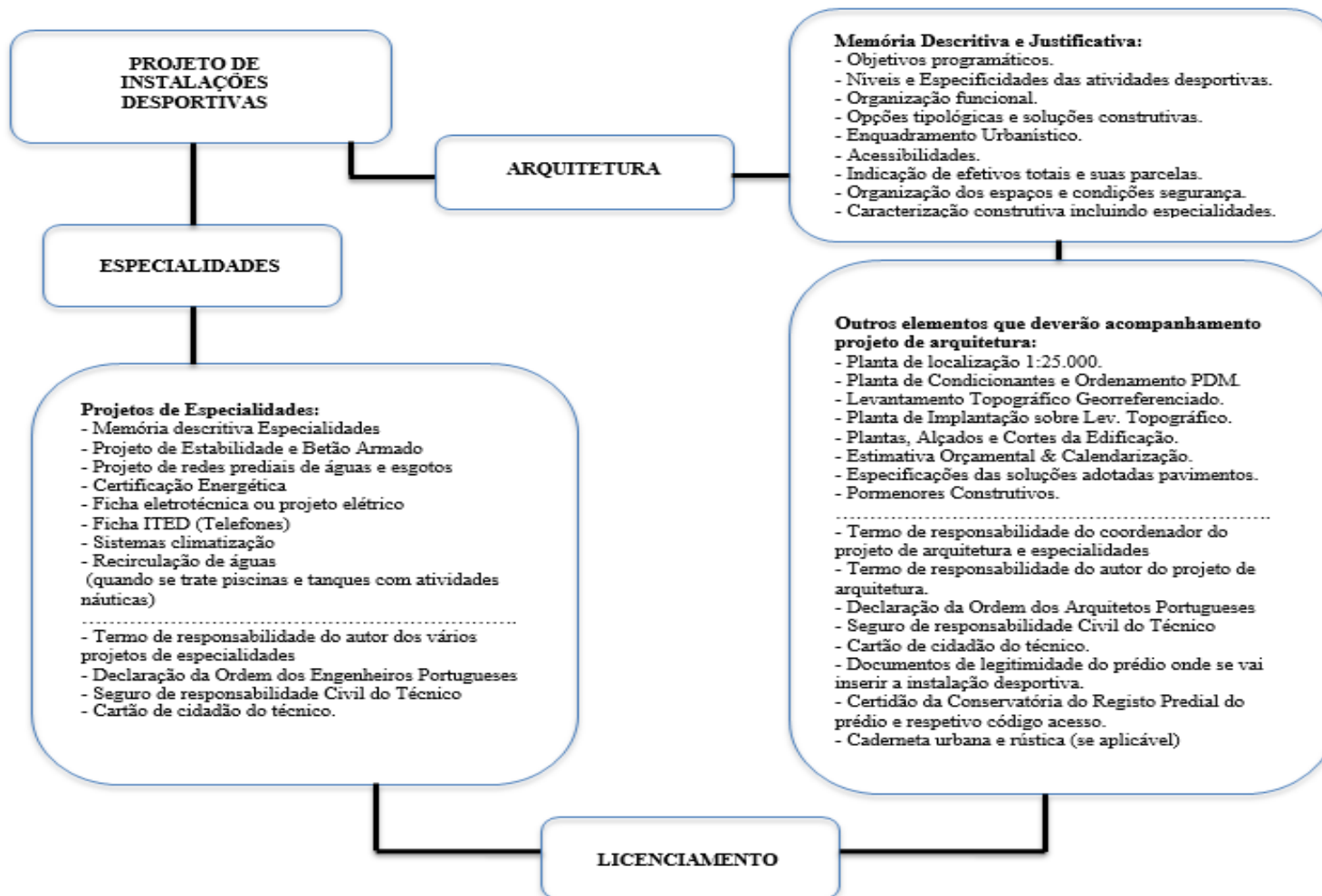
g) Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de abril (Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios - RSECE);

h) Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de abril (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios - RCCTE).

Regime Jurídico das Instalações Desportivas

O disposto no artigo 2.º do Regime Jurídico do Licenciamento Municipal de Instalações Desportivas abrange a elaboração do projeto de arquitetura e os projetos de especialidades que serão exigidos para o respetivo licenciamento de uma instalação desportiva, Figura 7.

Figura 7 - Regime Jurídico das Instalações Desportivas (RJID)



Fonte: Adaptado do Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (2013)

As instalações desportivas devem inserir-se em áreas reservadas ou integradas em espaços verdes e de utilização coletiva para o lazer, de modo a permitirem a complementaridade com outros equipamentos coletivos. Relativamente aos critérios a ter em conta para a localização para instalação de um equipamento desportivo dever-se-á cumprir com os seguintes condicionalismos:

a) Conformidade com os planos de gestão territorial em vigor, planos diretores municipais e planos de urbanização;

b) Dimensões e configuração adequadas à correta implantação e orientação dos espaços de prática desportiva, bem como todas as áreas anexas de apoio aos praticantes e espetadores;

c) Implantação em locais que não se constituam uma fonte de perturbação relativamente à proximidade de outras construções;

d) Implantação adequada, garantindo o afastamento de fontes poluidoras (tóxicas, insalubres, geradoras de ruídos, poeiras, fumos, gases venenosos);

e) É interdita a implantação de instalações desportivas ao ar livre em terrenos que se localizem sob corredores de linhas elétricas de alta tensão e quaisquer obstáculos a menos de 15 m de altura para as instalações em geral. Se tratar de pistas de atletismo, grandes campos de jogos e campos de golfe, o afastamento passa a ser de 30 m, segundo o artigo^o 3.^o do RJID.

Quando falamos de um projeto de arquitetura para a instalações desportivas existem outros aspetos que não poderão ser descurados, nomeadamente no que respeita a acessibilidades, estacionamento ao recinto desportivo e respetivo efetivo de ocupação. Neste contexto, as instalações desportivas devem ser dotadas de vias de acesso que permitam o acesso fácil a veículos de emergência, em cumprimento com a legislação em vigor e aplicável. Em prejuízo das normas e regulamentos municipais, e quando se trate de instalações desportivas de maiores dimensões, as áreas afetas a estacionamento devem ser cuidadosamente dimensionamentos tendo como referência o efetivo total previsto, nos termos do artigo 5.^o do RJID, da seguinte forma:

- Um lugar de estacionamento de viatura ligeira por cada 20 unidades de efetivo total, à razão de 20 m² a 25 m² por lugar, incluindo vias de circulação e de manobra, zonas adjacentes, com um mínimo de cinco lugares e a menos de 100 m da entrada principal.

- Um lugar de estacionamento de autocarros por cada 200 unidades de efetivo total, à razão de 50 passageiros por veículo e 80 m² por lugar, incluindo vias de circulação e de manobra, zonas adjacentes à distância máxima de 100 m da entrada principal.

De acordo com o exposto no ponto 3 do artigo 5.^o do RJID, o efetivo total (E) de uma instalação desportiva é o número máximo estimado de pessoas que pode ocupar, de acordo

com as condições aplicáveis a cada tipologia desportiva. Assim, o efetivo total determina-se pelo somatório das parcelas.

O cálculo do efetivo total (E) deverá respeitar os parâmetros acima expressos tendo em conta a especialidade desportiva a que se direciona. O Efetivo Total não pode ultrapassar o valor que se obtenha para a capacidade total de evacuação do recinto, resultante do somatório das capacidades parciais de evacuação das diferentes áreas de instalação, em cumprimento com o regulamento de segurança contra incêndios, ponto 4 do artigo 5.º do RJID, Quadro 5.

Quadro 5 - Cálculo do Efetivo Total (E)

Cálculo do Efetivo Total (E) = $\sum(U + T + S + N)$	
Efetivo Útil ou Utência Máxima (U)	Corresponde à capacidade de utilização desportiva, definida pelo número máximo de praticantes admissíveis nas áreas de atividade desportiva.
Efetivo de Enquadramento Técnico (T)	Corresponde ao número máximo de treinadores, monitores, juizes, e técnicos que enquadram a realização das atividades desportivas.
Efetivo de Serviço (S)	Corresponde ao número de funcionários, pessoal auxiliar e outras pessoas, cuja presença possa ocorrer em simultâneo com as das outras categorias de ocupantes da instalação.
Efetivo de Público ou Lotação (N)	Corresponde ao número de pessoas admissíveis nas zonas reservadas ao público espetador e é determinado pelo somatório, das seguintes parcelas: - Números de lugares sentados; - Números de lugares sentados em tribunas com bancadas corridas, à razão de duas pessoas por ml de comprimento de bancada; - Número total de lugares em tribunas, cabines e camarotes reservados à comunicação social, à razão de quatro pessoas por m ² das respetivas áreas ou pelo número de assentos fixos.

Fonte: Adaptado do Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (2013)

De uma forma esquemática, as áreas funcionais que normalmente integram as áreas desportivas, variando com as exigências tipológicas e os objetivos previstos para cada espaço desportivo, nos termos do ponto 6 do artigo 5.º do RJID, Quadro 6.

Quadro 6 - Áreas Funcionais das Instalações Desportivas

Áreas Funcionais das Instalações Desportivas	
Áreas de Atividade Desportiva ou Áreas de Prática.	Corresponde a campos de jogos, pista ou áreas aquáticas, incluindo zonas adjacentes de proteção.
Áreas de Serviços de Apoio.	Corresponde Instalações de apoio: vestiários, instalações sanitárias para praticantes, treinadores e juizes, locais de primeiros-socorros, de apoio médico e de controlo antidopagem e arrecadações de material desportivo.
Instalações de Administração e Serviços Gerais.	Corresponde a receção, controlo e vigilância, secretaria, administração, instalações para funcionários e pessoal de manutenção.
Instalações Técnicas.	Corresponde a Instalações de águas, aquecimento, climatização, energia elétrica, segurança, sinalização, alarme e combate a incêndios.
Áreas do Público e da Comunicação Social.	Corresponde a bilheteiras, tribunas para espectadores. Instalações de comunicação social que compreendem lugares específicos nas tribunas, cabines de reportagem de rádio e TV.
Áreas Subsidiárias.	Corresponde a estacionamento para praticantes, técnicos, juizes, funcionários e espectadores, espaços verdes de proteção e vedações. Podem ainda ser definidos outros locais, tendo em conta a especificidade dos usos previstos.

Fonte: Adaptado do Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (2013)

3.2.3. Localização e *Standards* de Qualidade

De acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o exposto no ponto 4 do artigo 7.º do RJID, as áreas desportivas devem dispor dos seguintes *standards* de qualidade:

- a) Aproveitamento da luz natural, no sentido de favorecer a redução do consumo energético;
- b) Sistemas de iluminação ajustados ao tipo de atividade desportiva;
- c) Requisitos ambientais (qualidade do ar, térmica, recurso utilização de meios passivos);
- d) Conforto acústico;
- e) Adequação dos pavimentos ao tipo de atividade desportiva.

Segundo a legislação em vigor, no que respeita aos balneários e vestiários é particularmente direcionada para espaços desportivos com uma dimensão considerável,

artigo 8.º do RJID, ainda assim, cada instalação desportiva deverá adequar-se à sua realidade *versus* necessidade funcional. De uma forma mais pormenorizada, interessa-nos perceber, de acordo com os artigos 8.º e 20.º do RJID, quais as regras afetas às instalações desportivas especializadas, em particular no que respeita aos desportos náuticos, Quadro 7.

Quadro 7 - Áreas de Vestiários e Balneários nas Instalações Desportivas

Áreas de Vestiários e Balneários das Instalações Desportivas	
Cada Instalação Desportiva	- Deve prever áreas para vestiários e balneários integrados para praticantes, treinadores e juizes. Os acessos deverão estabelecer-se através de percursos exclusivos e sem cruzamento com áreas públicas. Variando consoante o tipo de atividade desportiva.
Blocos de Vestiários/Balneários desportivos	- A organização dos vestiários e balneários, devem diferenciar as áreas secas das áreas húmidas, por forma a garantir as condições de higiene e limpeza necessárias.
Acessibilidades a Vestiários/Balneários desportivos	- Localização em zonas de boa iluminação e ventilação; - Pé-direito médio de 3 m, podendo em casos opcionalmente ir para 2,70 m. - Paredes divisórias em arestas vivas, até 2 m de altura em materiais impermeáveis e resistentes à ação de desinfetantes e detergentes.
Equipamentos, aparelhos e acessórios Vestiários/Balneários desportivos	- Toda a tubagem (cabos e fichas elétricas, tubagens várias) deverão estar devidamente protegidos de modo a não colocarem em risco a segurança das pessoas. - Os vestiários devem ser equipados com cabides fixos e assentos individuais ou bancos corridos, à razão de 0,40 m de largura de banco por utente. Zona de cacifos guarda-roupa, área de balneário com zona de duches com 0,80 m x 0,80 m, compostos com água quente e fria. - Os vestiários/balneários devem ser dimensionados de acordo com os requisitos específicos de cada tipologia desportiva, e com Utência máxima, com um mínimo de dois blocos de serviço por cada um desses grupos. - Instalações sanitárias com um mínimo de um lavatório e uma cabine de sanita. - As instalações desportivas deverão dispor de espaço para prestação de primeiros socorros com uma área para tratamento não inferior a 10 m. Variando em função dos requisitos específicos de cada tipologia desportiva. - Nas instalações especiais para o espetáculo desportivo devem ser previstos postos de primeiros socorros aos espectadores, na proporção mínima de uma unidade por cada 10.000 espectadores. - Nas instalações desportivas que recebam público, com lotação inferior a 1000 espectadores, admite-se que o local de primeiros socorros dos praticantes desportivos sirva também o público.

Fonte: Adaptado do Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (2013)

Seguidamente, expressamos uma síntese das regras que devem conter as instalações desportivas de apoio à prática desportiva, particularizando os desportos náuticos, em integral cumprimento com o exposto no artigo 25.º do RJID. As instalações desportivas de apoio à prática de desportos náuticos devem localizar-se em locais abrigados dos ventos, e se possível de fácil acesso ao plano de água onde se realizam as atividades desportivas, permitindo, assim, melhor acesso aos veículos de transportes de embarcações e outros, ao cais de estacionamento ou acostagem, sempre que necessário. Contudo, estas regras poderão variar em função do tipo e dimensão da instalação desportiva a instalar, Quadro 8.

Quadro 8 - Critérios das Instalações Desportivas de apoio à prática de Desportos Náuticos

Instalações Desportivas de Apoio Prática Desportos Náuticos	
<p>Cada instalação desportiva de apoio prática de desportos náuticos - deve ter em conta</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rampas de acesso espelhos de água devem estar orientados com o seu sentido ascendente contrário aos dos ventos dominantes. A sua inclinação deve ser igual ou inferior a 8%, podendo em casos excecionais ir aos 10%. - Vestiários/Balneários para os praticantes com Utência máxima (U) com mínimo de dois blocos independentes, cada um com 10 m² a 15 m² de área de vestíário, balneário com cinco pontos de duche, dois lavatórios e duas cabines sanitárias. Contudo, estes valores poderão variar em função do tipo e dimensão da Instalação desportiva. - As instalações desportivas direcionadas para o treino e formação devem (em particular nas modalidades de remo e canoagem) incluir um espaço de aquecimento e musculação com um mínimo de 50 m². Contudo, estes valores poderão variar em função do tipo e dimensão da Instalação desportiva. - Os espaços e serviços auxiliares, devem possuir: <ul style="list-style-type: none"> a) Parque de embarcações adjacentes ao cais, com recinto vedado; b) Armazém de embalagem, em comunicação com caís e com área mínima de 30 m²; c) Armazém para aprestos náuticos com 20 m²; d) Possuir Instalações para o pessoal de serviço do cais.

Fonte: Adaptado do Regulamento Técnico das Instalações Desportivas (2018)

Applebaum (1966) estabelece diferentes níveis para a localização de instalações desportivas:

I - Através de uma primeira macro análise, com uma abordagem a nível regional, selecionando uma determinada região e, dentro dela, pré-selecionando algumas áreas que o autor denomina como seleção da área de mercado;

II - Uma microanálise ou análise da área de mercado, onde demarca a seleciona o aglomerado urbano ao qual ela se destina e, dentro dele, a seleção específica da localização;

III - Avaliação do local.

No entendimento de Cunha (2007), a localização geográfica de instalações desportivas obedece a duas linhas diferenciadoras, mas que são complementares e que explicam lógicas subjacentes a este processo, nomeadamente:

a) Uma lógica de homogeneização, que tem por objetivo fundamental oferecer uma situação mínima de aplicação de critérios de igualdade no acesso dos cidadãos ao desporto e às correspondentes instalações;

b) Uma lógica de diferenciação, que permita, por outro lado, ao cidadão ou grupos de cidadãos que não se revêm nas práticas propostas, decidirem pelo consumo de atividades e instalações alternativas, desenquadradas dessas situações mínimas.

3.2.4. A Servidão Desportiva

A Servidão Administrativa define-se como um recurso que deverá ser disponibilizado em prole do desporto, quer tenha estatuto legal público ou privado. Uma qualquer instalação desportiva pode ser parte integrante de um plano urbanístico de uma determinada localidade ou circunscrição administrativa, dado o valor atrativo que o desporto representa. Em suma, a servidão desportiva não é mais do que uma figura legislativa que se destina a proporcionar às populações este tipo de benefícios (Cunha, 2007).

A Lei de Bases Desportiva, Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro, no seu artigo 37.º, define o conceito de servidão desportiva ao determinar que os planos diretores municipais e os planos de urbanização devem reservar zonas nos seus planos para a prática desportiva. Por outro lado, e de acordo com o ponto 3 do mesmo artigo, os espaços e as infraestruturas que sejam licenciadas com vista a serem consignados à prática da atividade desportiva não podem, independentemente da sua prática, ter um estatuto público ou privado, ser alvo de um outro destino ou função diferente durante o plano de vigência onde se integram.

3.2.5. Imperativos Éticos de Arquitetura

Face à diversidade de legislação respeitante ao licenciamento de instalações desportivas, torna-se essencial abordarmos alguns aspetos importantes que se prendem com esta temática. Nesse contexto, iremos focalizar o nosso estudo nos procedimentos de licenciamento e respetivo procedimento administrativo respeitante ao licenciamento.

3.3. LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

O licenciamento dos projetos de arquitetura de instalações desportivas especializadas e especiais para o espetáculo desportivo (artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio - RJID) depende da obtenção de parecer favorável do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), de acordo com o exposto no artigo 11.º do RJID, em particular no que respeita à dimensão e ocupação dos espaços (serviços, receção, instalações para funcionários, central de segurança, arrecadação). De acordo com o IPDJ (2016), as instalações desportivas de base, quer sejam recreativas e formativas, a que respeitam os artigos 6.º e 7.º do RJID, não carecem de parecer deste Instituto.

Procedimentos Administrativos

Relativamente aos procedimentos de consulta às entidades externas, esse procedimento será promovido pelas autarquias nos termos do n.º 1 do art.º 13.º do RJUE. No caso de instalações desportivas que necessitem de parecer vinculativo, quando desfavorável ou condicionado pelo IPDJ, os interessados podem solicitar previamente o pedido de parecer dessa entidade, conforme expresso no artigo 13.º - B do RJUE.

Responsabilidade pela Emissão de Alvará de Utilização

De acordo com o exposto no manual do IPDJ (2016), a responsabilidade pela emissão do alvará de utilização das instalações desportivas pertence às câmaras municipais. O respetivo alvará deve conter, para além dos elementos constantes no n.º 5 do artigo 77.º do RJUE, as seguintes especificações:

- a) Identificação tipológica da instalação ou instalações desportivas que a compõem, sua denominação e localização;
- b) Nome do proprietário ou concessionário da exploração da instalação, bem como do diretor ou responsável pela instalação;
- c) Indicação das atividades previstas e da capacidade máxima de utilização discriminada para cada instalação ou espaço desportivo que integre no caso de complexos desportivos, centros de alto rendimento ou estabelecimento de serviços de manutenção da condição física;
- d) Lotação, em número máximo de espetadores admissíveis, para atividades aí previstas.

3.4. **BENCHMARKING APLICADOS AOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**

O *Benchmarking* define-se por um processo cada vez mais valorizado no âmbito do planeamento de produtos e destinos. A sua aplicação tem por objetivo a análise de boas práticas, desempenhos e estratégias organizacionais, e das formas como estas podem ser integradas com vista à definição de novas estratégias de atuação no sentido de melhorar as estruturas das organizações e destinos (Neves, 2016).

Aprender com o exemplo dos outros e com o que os outros fazem de melhor na área em estudo é um ensinamento de enorme sabedoria e conhecimento, que deverá ser aproveitado. Uma análise de *Benchmarking* na ótica dos equipamentos desportivos ligados à náutica de recreio, pretende aferir o que os demais realizam com sucesso, para daí extrair-se ensinamentos que possam ser úteis na integração na proposta da tese de doutoramento ao nível do planeamento e desenvolvimento do turismo náutico em Portugal, em particular no que concerne à concessão de um equipamento desportivo ligado à náutica de recreio na sub-região do Baixo Mondego na Figueira da Foz.

A seleção dos destinos e do tipo de equipamentos desportivos a analisar decorre de três critérios distintos:

- a) A relevância de destinos quer nacionais quer internacionais, de desportos náuticos;
- b) Alguma similaridade à realidade geográfica da Figueira da Foz (cidades de mar);
- c) Destino que Figueira da Foz pode tomar como modelo para crescer do ponto de vista do turismo náutico em Portugal.

Foram filtrados três destinos, dois nacionais e um internacional, que se destacam pela sua componente histórica no que respeita à atividade desportiva e pela sua relação de proximidade com o tema em estudo.

Viana do Castelo - Centro Náutico de Remo

Caracterização contextual

Embora numa escala maior que a do modelo de estudo do protótipo, o centro de mar no qual se integra o Centro Náutico de Remo de Viana do Castelo, localiza-se junto ao estuário do rio Lima em Viana do Castelo, em área de POOC Caminha-Espinho, integralmente direcionado para a prática da atividade desportiva de “remo”. O bem-estar e o prazer são essenciais para quem quer praticar e desfrutar de um passeio em família ou com amigos.

Este centro náutico assume-se como uma oportunidade no contacto com a natureza. Representou um investimento de 1,7 milhões e implicou a requalificação e ampliação da antiga "Fábrica das Boínas", inserida em terrenos do parque da cidade de Viana do Castelo.

O referido equipamento desportivo tem a capacidade para receber 75 atletas, com pavilhões para o equipamento de remo, áreas administrativas e balneários, além de uma sala

de exposições dos troféus dos dois clubes da cidade que ali ficarão sedeados. Trata-se de oferecer uma atividade náutica que sirva como atividade desportiva, para que os visitantes aproveitem as excelentes condições naturais que oferece o estuário do rio Lima. O desporto do remo é uma atividade recreativa e de atividades na natureza e tempo livre, fruto da necessidade das pessoas irem buscar sensações de liberdade, consciência ecológica e diferenciação sobre os referentes clássicos de atividade desportiva.

Componentes do Produto

O piso térreo o edifício apresenta: um ginásio, instalações sanitárias e balneários, sala de massagem e primeiros socorros, um bar/restaurante, tanque de treino, hangar para a colocação de barcos de remo, estaleiro e oficina. O primeiro piso caracteriza-se por um espaço afeto a secretaria, sala de estudo, sala polivalente, gabinetes de treinadores, gabinete médico e sala de direção, Figura 8.

Figura 8 - Viana do Castelo - Centro Náutico de Remo



Fonte: Adaptado de Viana Remadores do Lima (2013)

O centro de remo integra o projeto âncora “Centro de Mar”, assume-se como uma aposta no desenvolvimento da náutica de recreio e dos desportos náuticos enquanto componentes relevantes para o reforço da posição de Viana do Castelo como uma “cidade da náutica do atlântico”.

Peniche - Centro de Alto Rendimento de Surf de Peniche

Caracterização Contextual

O Centro de Alto Rendimento de surf de Peniche localiza-se em Ferrel - Peniche, próximo das praias de Supertubos e da Baía, do molhe Este e do Baleal. É um edifício com uma área de 1.197 m², integralmente construído em madeira e tem como objetivo potenciar os talentos desportivos, possibilitando estágios, a investigação científica ao nível da performance desportiva, avaliação, controlo e otimização do treino, assim como o aprofundamento do desenvolvimento técnico, a monitorização dos resultados e a seleção de talentos desportivos. O referido equipamento desportivo tem a capacidade para alojar em simultâneo 30 pessoas, entre técnicos e atletas (DR, 2.^a Série - n.º 125 de 30 de junho de 2015).

De acordo com o município de Peniche, a escolha desta localidade para ter um centro de alto rendimento de surf, integrado na respetiva rede nacional, está estreitamente ligado às condições naturais ímpares que o concelho oferece para a prática de desportos de deslize nas ondas, assim como à estratégia de especialização de marketing territorial que a Câmara Municipal de Peniche decidiu adotar, baseada no conceito de Peniche, a capital da onda.

Componentes do Produto

O edifício identificado como centro de alto rendimento de surf de Peniche é composto pelas seguintes instalações:

- Área administrativa, constituída por uma receção, quatro gabinetes, sala de reuniões, dois espaços para arrumos e instalações sanitárias.
- Área técnico-desportiva, constituída por uma sala polivalente, vestiários, balneários, instalações sanitárias, sauna, sala de massagens, sala de apoio médico e por um hangar para arrecadação de pranchas e outro para material náutico diverso.
- Área residencial, que dispõe de seis quartos para quatro pessoas e um quarto para seis pessoas, que são servidos de instalações de apoio coletivas, vestiários, balneários, instalações sanitárias e uma sala para arrumos.
- Área social, composta por uma sala de refeições e bar, um espaço comercial ou loja e um espaço destinado a um centro de interpretação, Figura 9.

Figura 9 - Peniche - Centro de Alto Rendimento de Surf de Peniche



Fonte: Adaptado de Centro-de-Alto-Rendimento-de-Surf-de-Peniche-Instalações (2013)

Vigo - Porto Desportivo de Vigo

Enquadramento e Conceito

O Porto Desportivo de Vigo localiza-se junto à marina central de Vigo, cidade de mar com mais de 300.000 habitantes, integrado numa área global de 80.000 m², tendo como principal objetivo o acolhimento de atividades ligadas à náutica de recreio e integração urbana. As condições naturais da ria de Vigo, aliadas à intervenção “Abrir Vigo al mar”, tornam o *water front* da cidade de Vigo num espaço de grande valia para a prática da náutica de recreio, desportivo e de lazer.

O projeto “Abrir Vigo al mar” previu a manutenção dos edifícios do clube náutica e da capitania, o tratamento do espaço público, assim como o melhoramento das suas marinas. A marina central apresenta uma capacidade para 277 embarcações e 320 pontos de amarração (Delgado, 2014). O porto desportivo de Vigo, na sua integração com o Real Clube Náutico de Vigo, detém áreas de escritórios, oficinas, armazéns e vestiários para velejadores e parceiros, uma zona de “*Travel liffts*” e uma marina seca.

Com o desenvolvimento do projeto de requalificação “Abrir Vigo al mar” foi definido um novo limite urbano junto ao porto desportivo, com o objetivo de criar novos espaços ao ar livre, por forma, a que fosse possível a sua utilização durante todo ano.

Componentes do Produto

O Porto Desportivo do Real Clube Náutico de Vigo conta com um total de 436 amarrações, repartidos por 12 embarcadouros com água e eletricidade, uma rampa varadouro para 30 barcos, sauna, sala de exposições, ginásio, infantário, clube social, cafetaria, restaurante e escola de vela. Inclui ainda a primeira piscina coberta climatizada da Galiza, Figura 10.

Figura 10 - Vigo - Porto Desportivo de Vigo



Fonte: Puerto Desportivo de Vigo (2018)

Tipologias de Instalações Desportivas

No que respeita às tipologias de instalações desportivas, a implementação numa determinada região deverá atender à variedade das necessidades e das especificidades desse território, tendo a capacidade para estabelecer relações de equilíbrios vários entre os agrupamentos desportivos e as respetivas necessidades das populações. Para Constantino (1999), as tipologias dos espaços desportivos devem ser divididas de modo a que possibilitem a ação, e por outro lado, uma avaliação respeitante à sua funcionalidade. A Lei n.º 38/98, de 4 agosto, no artigo 3.º define as tipologias desportivas, como sendo respetivamente:

a) Complexo Desportivo - define-se como o conjunto de terrenos, construções ou instalações destinadas à prática desportiva de uma ou mais modalidades, pertencente ou explorada por uma só entidade, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas, bem como os arruamentos principais;

b) Recinto Desportivo - define-se como o espaço criado exclusivamente para a prática do desporto, com caráter fixo e com estruturas de construção que lhe garantam essa afetação

e funcionalidade, dotado de lugares permanentes e reservados a assistentes, sob controlo de entrada;

c) Área de Competição - define-se pela superfície onde se desenrola a competição, incluindo as zonas de proteção, definidas de acordo com os regulamentos internacionais da respetiva modalidade.

Já o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de novembro, estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, no seu artigo 2.º o conceito geral.

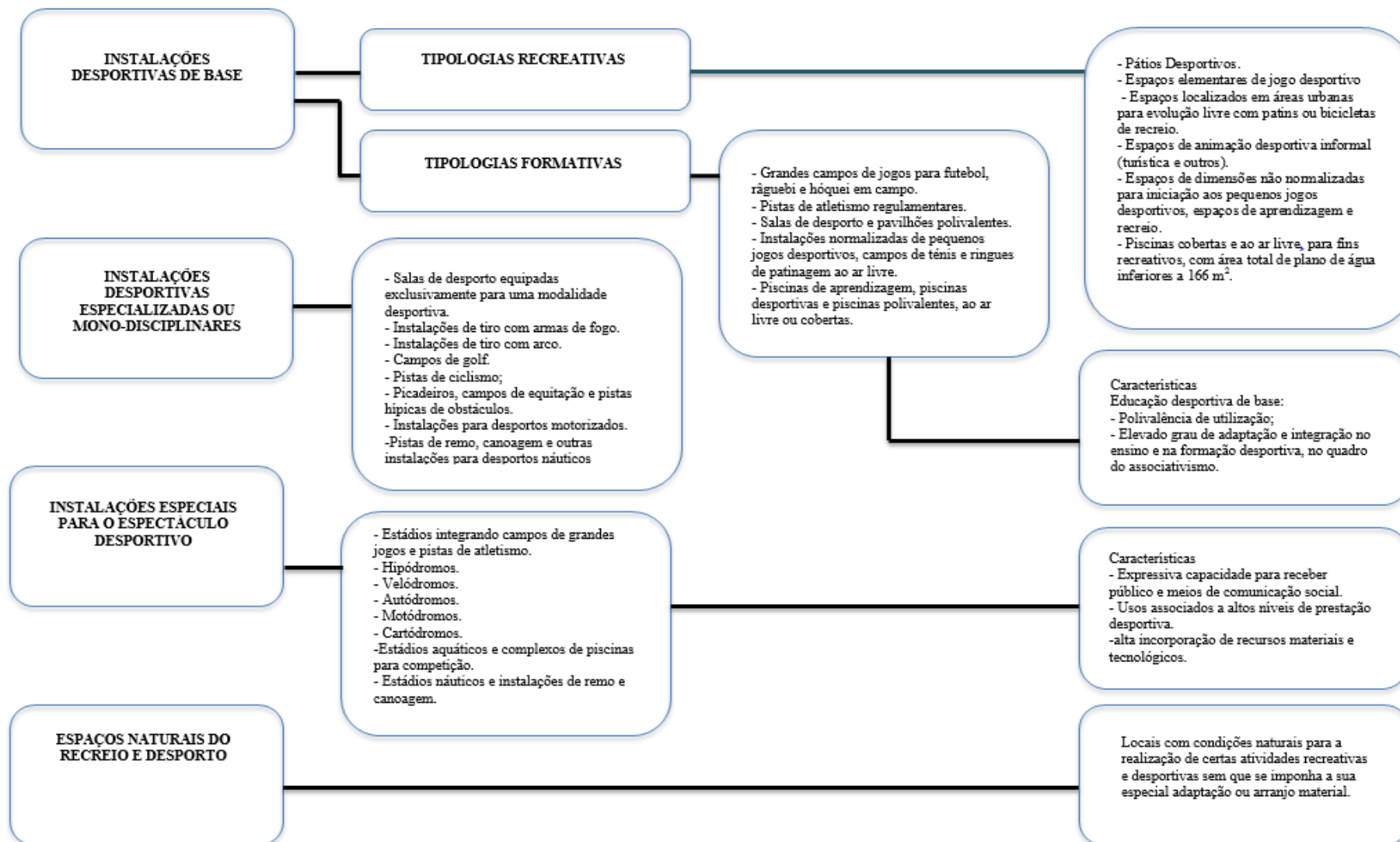
O Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, aborda o conceito de instalações desportivas, a regulação da instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nomeadamente nos seus artigos 4.º e 5.º do referido diploma legal.

No que respeita aos recintos desportivos com diversões aquáticas, o Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março, estabelece a noção de recinto de diversões aquáticas. No seu artigo 2.º define que:

“(…) São recintos de diversão aquática os locais vedados com acesso ao público, destinados ao uso de equipamentos recreativos, cuja utilização implique o contacto com os utentes com a água, independentemente de se tratar de entidade pública ou privada e da sua exploração visar ou não fins lucrativos. Não são considerados recintos com diversões aquáticas aqueles que unicamente disponham de piscinas de uso comum, nomeadamente as destinadas à prática de natação, de competição, de lazer ou recreação”.

Seguidamente, no Quadro 9, apresenta-se as tipologias desportivas em quatro grandes grupos, sendo respetivamente, as instalações desportivas de base recreativas e formativas; as instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares; as instalações especiais para o espetáculo desportivo; espaços naturais de recreio e desporto (Cunha, 2007).

Quadro 9 - Tipologias de Instalações Desportivas



Fonte: Adaptado de Cunha (2007)

Instalações Desportivas de Base

No entendimento de Cunha (2007), as instalações desportivas caracterizam-se por tipologias recreativas e formativas, distinguindo-se da seguinte forma.

a) Recreativas:

- Pátios desportivos;
- Espaços elementares de jogo desportivo;
- Espaços localizados em áreas urbanas para evolução livre com patins ou bicicletas de recreio;
- Espaços de animação desportiva informal (turística e outros);
- Espaços de dimensões não normalizadas para iniciação aos pequenos jogos desportivos, espaços de aprendizagem e recreio;
- Piscinas cobertas e ao ar livre para fins recreativos, com área total de plano de água inferiores a 166 m².

b) Formativas:

- Grandes campos de jogos para futebol, rãguebi e hóquei em campo;
- Pistas de atletismo regulamentares;
- Salas de desporto e pavilhões polivalentes;
- Instalações normalizadas de pequenos jogos desportivos, campos de ténis e riques de patinagem ao ar livre;
- Piscinas de aprendizagem, piscinas desportivas e piscinas polivalentes, ao ar livre ou cobertas.

Como características destacam-se: educação desportiva de base com polivalência de utilização e elevado grau de adaptação e integração no ensino e na formação desportiva, no quadro do associativismo.

Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares

No que respeita às instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares, caracterizam-se da seguinte forma:

- a) Salas de desporto equipadas exclusivamente para uma modalidade desportiva.
- b) Instalações de tiro com armas de fogo;
- c) Instalações de tiro com arco;
- d) Campos de golf;
- e) Pistas de ciclismo;
- f) Picadeiros, campos de equitação e pistas hípcas de obstáculos;
- g) Instalações para desportos motorizados;

h) Pistas de remo, canoagem e outras instalações para desportos náuticos.

Instalações Desportivas Especiais para o Espetáculo Desportivo

Relativamente às instalações desportivas para o espetáculo desportivo destacam-se:

- a) Estádios integrando campos de grandes jogos e pistas de atletismo;
- b) Hipódromos;
- c) Velódromos;
- d) Autódromos;
- e) Motódromos;
- f) Cartódromos;
- g) Estádios aquáticos e complexos de piscinas para competição;
- h) Estádios náuticos e instalações de remo e canoagem.

Estas instalações possuem como características:

- a) Expressiva capacidade para receber público e meios de comunicação social;
- b) Usos associados a altos níveis de prestação desportiva;
- c) Alta incorporação de recursos materiais e tecnológicos.

Espaços Naturais de Recreio e Desporto

Os espaços naturais de recreio e desporto são locais com condições naturais para a realização de certas atividades recreativas e desportivas sem que se imponha a sua especial adaptação ou arranjo material.

4. PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Quando se pretende planejar e desenvolver estudos e projetos em áreas costeiras, teremos que ter sempre em conta a diversidade de valores e recursos naturais existentes nesses territórios de grande sensibilidade ambiental. Esses recursos consubstanciam-se em condicionantes legislativas (Instrumentos de Gestão Territorial) no que respeita à implementação de quaisquer tipos de edificações, quer sejam amovíveis ou permanentes. As áreas dominiais, com características específicas e legislação própria permitem dentro de certos parâmetros legais que se possa pensar em construção neste território particular.

4.1. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, define as Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, tendo sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 - DR n.º 93/2015, Série I, de 14 de maio de 2015. Os Instrumentos de gestão territorial dividem-se em vários setores, nomeadamente: âmbito nacional, âmbito regional, âmbito municipal, consoante a escala de importância territorial.

Âmbito Nacional

De âmbito nacional temos os seguintes instrumentos de gestão do território:

- a) PNPO - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- b) PSIT - Planos Setoriais com Incidência Territorial;
- c) PEOT - Plano Especiais do Ordenamento do Território;
- d) POAP - Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas;
- e) POAAP - Planos de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas;
- f) POEM - Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo;
- f) POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Âmbito Regional

De âmbito regional temos o seguinte instrumento de gestão do território:

- a) PROT - Planos Regionais de Ordenamento do Território.

Âmbito Municipal

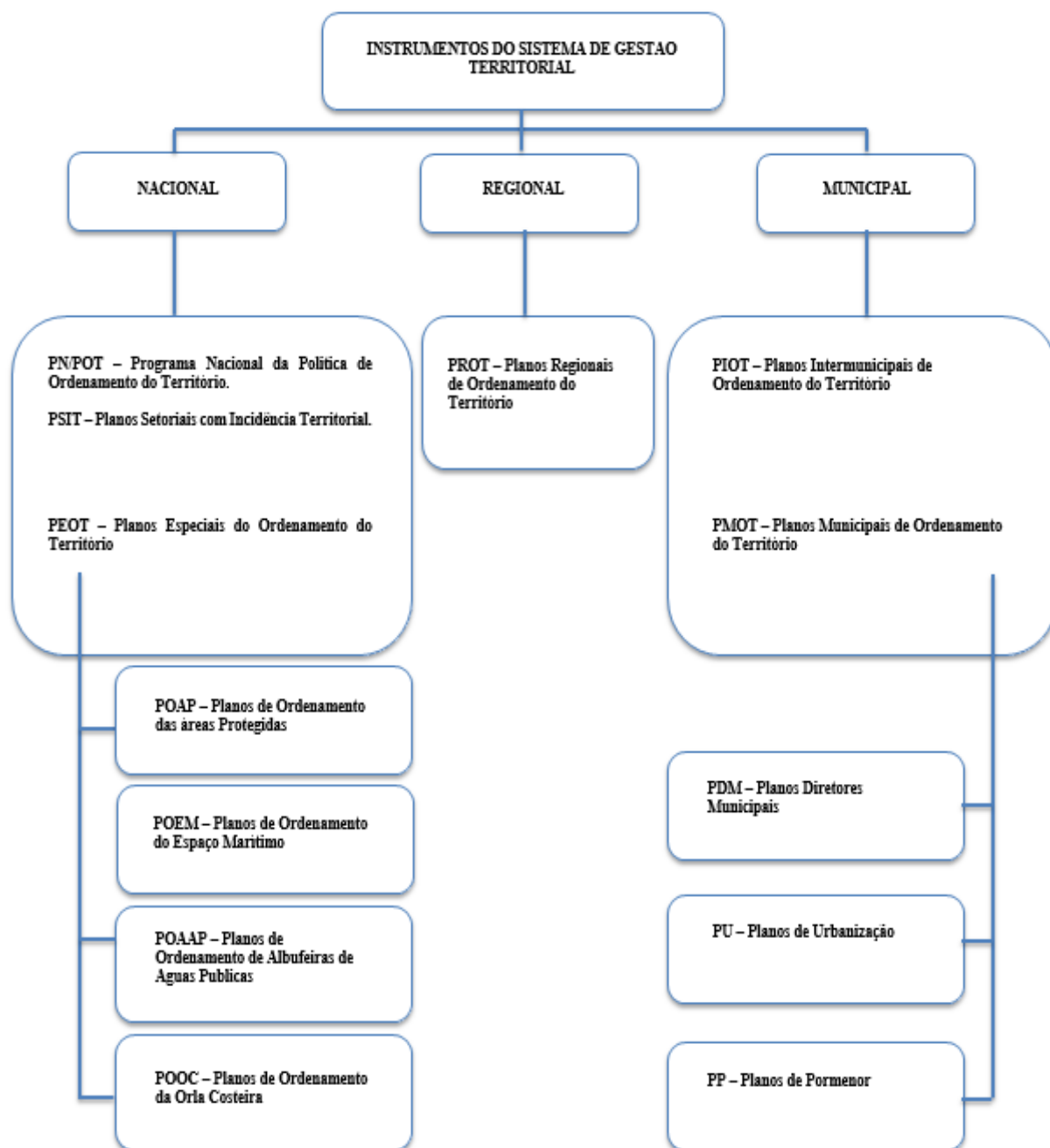
De âmbito municipal temos os seguintes instrumentos de gestão do território:

- a) PIOT - Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território;
- b) PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território;
- c) PDM - Planos Diretores Municipais;
- d) PU - Planos de Urbanização;

e) PP - Planos de Pormenor.

Representa-se a hierarquia dos vários instrumentos de gestão territorial em vigor na Figura 11.

Figura 11 - Instrumentos de Gestão Territorial



Fonte: Adaptado de Cunha (2007)

4.2. O ESPAÇO DESPORTIVO E A SUA GESTÃO

No entendimento de Cunha (2007), a gestão do espaço desportivo é compreendida de duas maneiras distintas, uma a nível micro e outra a nível macro:

a) Numa escala micro, definem-se como sendo os principais procedimentos de decisão de gestão dos espaços desportivos, nomeadamente, as áreas de competição e os respetivos espaços complementares, onde a competição e a atividade desportiva de desenrola. Integram-se nestes espaços, os balneários, arrecadações, bancadas, serviços administrativos e logística, entre outros;

b) Numa perspetiva macro, a sua representatividade faz-se notar através das suas atividades, instalações e recursos, quer sejam eles materiais ou humanos. Esta caracterização traduz-se no conjunto das intervenções coerentes dos agentes individuais e coletivos, nomeadamente no que respeita à atividade humana sobre o território desportivo.

Uma determinada instalação ou equipamento desportivo com funções iguais ou semelhantes, se for objeto de localização num concelho limítrofe designado por concelho B, o benefício que essa instalação ou equipamento vai proporcionar às populações, concorre de forma desigual e desprestigiante, ou até mesmo desmobilizador de centralidades adquiridas face ao concelho A (Cunha 2007).

Para Da Costa (2005), o planeamento de instalações desportivas são resultado de um conjunto variado de indivíduos e de técnicos que aplicaram um conjunto de planos urbanísticos a longo prazo, cabendo, no entanto, aos municípios a responsabilidade de garantir o planeamento e gestão do território.

Já Constantino (1994) descreve três métodos de instalações desportivas, sendo respetivamente:

a) Método Urbanístico ou dos *Standards* - caracteriza-se pela aplicação de um procedimento matemático onde se multiplica um determinado coeficiente de área útil desportiva por habitante na unidade territorial, conseguindo assim determinar as necessidades do produto obtido por esse coeficiente;

b) Método dos Ajustes Locais - caracteriza-se pela avaliação das carências, *versus* patologias das instalações desportivas, a partir da comparação de zonas territoriais. Ou seja, as zonas territoriais melhor equipadas servem de referência às zonas mais degradadas e desfavorecidas;

c) Método Sociológico - assenta na correlação entre a oferta de instalações desportivas e a procura não satisfeita pela população, numa ótica da prática desportiva. Trata-se de um método de estudo lento, com custos significativos, mas que permite identificar claramente o gosto das populações pela atividade desportiva.

No entendimento de Constantino (1999), os municípios devem ter a preocupação de equilibrar a oferta de espaços desportivos existentes no concelho, nomeadamente no que respeita às necessidades e prioridades da maioria dos praticantes. O planeamento das instalações desportivas deve ainda procurar corresponder a todas as necessidades e prioridades que existam no território.

Para Cadima, Fernandes, Viseu, Parente e Brito (2002), o prognóstico do número de habitantes pelo território são fatores decisórios no planeamento de instalações desportivas para um determinado território. Por outro lado, Sarmento e Carvalho (2014) afirmam, tendo como base estudos vários, que o ordenamento mais utilizado em termos europeus é o designado por área desportiva útil (área utilizada para a prática desportiva), por habitante (m²/hab.), estabelecendo-se o nível de classificação de “Bom” para valores compreendidos entre os 4,00 m² e os 7,99 m² por habitante, de acordo com a Tabela 9.

Tabela 9 - Indicador de Equipamentos Desportivos por Habitante

Indicador de Equipamentos Desportivos por Habitante		
Nível	Limites de Variação (m ² /hab.)	Significado
1	0	Inexistente
2	0,01 - 1,99	Fraco
3	2,00 - 3,99	Razoável
4	4,00 - 7,99	Bom
5	> 7,99	Excessivo

Fonte: Adaptado de Sarmento e Carvalho (2014)

Os estudos que se baseiam em indicadores por m² por habitante têm uma dificuldade que se verifica ainda na fase de análise dos níveis de oferta de instalações, e que se prende com a utilização desse indicador como termo de comparação e de classificação da oferta existente, de modo a tomar decisões de uma forma justa e que possam responder eficazmente às necessidades das populações (Cunha, 2007).

4.3. GESTÃO DO TERRITÓRIO DESPORTIVO NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

4.3.1. A Gestão Desportiva do Litoral

Há semelhança de Espanha em Portugal aplicam-se a Lei da Água (Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012) e a Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro, que define as responsabilidades no âmbito da titularidade e gestão do domínio público hídrico, do qual o domínio público marítimo sé parte integrante. Temas que serão abordados mais à frente no decorrer da tese. Numa fase sequente, data de 2014, foi aprovado a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que respeita às Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional. De entre os principais diplomas com responsabilidade sobre a gestão desportiva do litoral, destacamos, Tabela 10.

Tabela 10 - Principais Diplomas de Gestão Desportiva do Litoral

Diploma	Tema
Lei n.º 44	Regime jurídico da assistência nos locais destinados a banhistas.
Decreto - Lei n.º 44/2002 de 02 de março	Define no âmbito da Autoridade Marítima, a estrutura, organização, funcionamento e competência da autoridade marítima nacional, dos órgãos e dos seus serviços.
Decreto – Lei n.º 347/2007	Delimita as Regiões Hidrográficas.
Decreto – Lei n.º 226-A/2007	Define o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos.
Lei n.º 159/99 de 14 de setembro	Estabelece o Quadro de Transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais.
Decreto-Lei n.º 309/93 de 2 de setembro	Regula a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira
Decreto – Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro	Estabelece o Regime de Transferência da jurisdição portuária dos portos de pesca e marinas de recreio.

Fonte: Adaptado de Gomes (2014)

4.3.2. Instalações Desportivas Artificiais

Define-se como instalações desportivas os espaços de acesso público que se encontram devidamente organizados para a prática de atividades desportivas. Os referidos espaços são caracterizados por espaços naturais ou adaptados ou por espaços artificiais ou espaços edificados (Cunha, 2007).

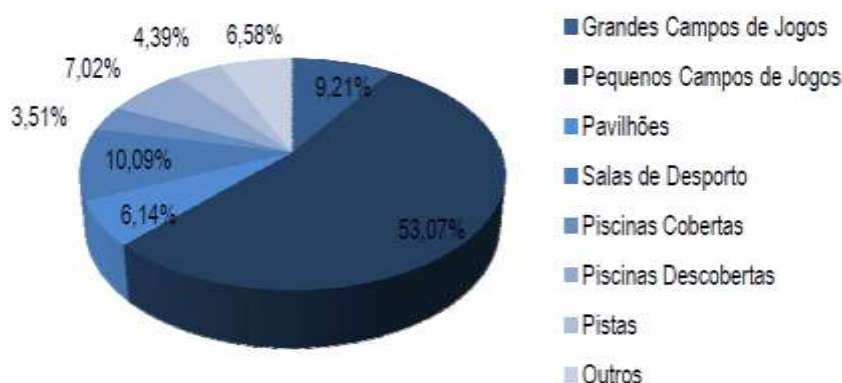
De acordo com a carta de equipamentos desportivos do Município da Figueira da Foz, de ora em diante designada de CEDMFF (2010), as instalações desportivas artificiais dividem-se em instalações especiais, que posteriormente se subdividem em instalações afetas à competição e ao espetáculo, e instalações especializadas que se subdividem em instalações básicas que incluem as instalações de base quer do tipo recreativo quer do tipo formativo.

4.3.3. Localização de Instalações Desportivas Artificiais, concelho da Figueira da Foz

Segundo a CEDMFF (2010), a rede de instalações desportivas artificiais do município da Figueira da Foz localiza-se em maior número na proximidade de freguesias urbanas: São Julião (extinta), Buarcos, Tavadede, S. Pedro (Cova Gala) e Vila Verde. No contexto desportivo estas freguesias aglomeram cerca de 108 espaços desportivos o que corresponde a 47,36% das instalações existentes no concelho da Figueira da Foz, que totalizam 228.

Da globalidade das instalações desportivas existentes no território do concelho da Figueira da Foz, destaca-se a existência em maior quantidade de pequenos campos desportivos, 121, ocupando cerca de 53,07%, muito por força de espaços integrados em sistemas de ensino público, conforme mostra o Gráfico 21.

Gráfico 21 - Percentagem de Instalações Desportivas Artificiais no concelho de Figueira da Foz



Fonte: Carta de Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz - CEDMFF (2010)

Verifica-se ainda que cerca de 23 instalações estão afetas a salas de desporto, com uma taxa de ocupação de 10,09%, grandes campos desportivos, com 21 instalações desportivas e uma taxa corresponde de 9,21%. Relativamente às piscinas descobertas, e de acordo com mesma fonte (CEDMFF, 2010), estas ocupam cerca de 16 espaços com uma taxa de ocupação de 7,02% e as piscinas cobertas, com oito instalações, representam uma taxa de 3,51%.

Existem ainda outros espaços com uma ocupação de 15 instalações, correspondendo a uma percentagem de 6,58%; pavilhões com 14 instalações e uma taxa de ocupação de 6,14%; pistas de atletismo e espaços de aprendizagem com um total de 10 instalações, correspondendo a 4,39%. A CEDMFF (2010) expressa a distribuição das instalações desportivas por freguesia e tipologia, num total de 228 equipamentos desportivos, destacando-se a maior distribuição na freguesia de São Julião da Figueira da Foz (atualmente

freguesia de Buarcos, integrada na cidade), e a menor distribuição centra-se na freguesia de Brenha, conforme se expressa na Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição das Instalações Desportivas por Freguesia e Tipologia - Figueira da Foz

Freguesias	Grandes Campos	Pequenos Campos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Pistas de Atletismo	Outros	Total
Alhadas	1	13	2	2	2	2	2	0	24
Alqueidão	1	3	0	0	0	1	0	0	5
Bom Sucesso	2	4	0	0	0	0	0	0	6
Borda do Campo	1	2	0	0	0	2	0	0	5
Brenha	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Buarcos	0	11	2	1	1	2	0	3	20
Ferreira-a-Nova	1	3	0	0	0	1	0	0	5
Lavos	1	7	1	1	0	0	0	0	10
Maiorca	2	3	0	0	0	1	0	1	7
Marinha da Ondas	2	7	1	0	0	1	0	0	11
Moinhos da Gândara	0	2	0	1	0	1	0	0	4
Paião	1	1	1	1	2	0	1	0	7
Quiaios	3	18	1	1	1	2	0	5	31
Santana	1	2	0	0	0	0	0	0	3
São Julião	0	25	2	7	1	2	6	3	46
São Pedro	1	5	0	0	0	0	0	1	7
Tavarede	2	10	3	7	1	0	1	1	25
Vila Verde	1	4	1	2	0	1	0	1	10
Município	21	121	14	23	8	16	10	15	228

Fonte: CEDMFF (2010)

4.3.4. Estado de Conservação Infraestruturas Desportivas Artificiais - Figueira da Foz

O estado de conservação das instalações desportivas de um determinado território é, sem dúvida, um importante instrumento de medida para o conhecimento da realidade desportiva desse mesmo território. Segundo informação disponível na CEDMFF (2010), o concelho da Figueira da Foz apresenta-nos um parque desportivo em razoável estado de conservação, onde cerca de 124 instalações desportivas foram classificadas de bom, e 23 com mau estado de conservação.

Nesta classificação não esteve contabilizado o resultado da tempestade tropical *Leslie* que atingiu a região centro no dia 14 de outubro de 2018, em particular o concelho da Figueira da Foz, alterando exponencialmente os números das instalações em mau estado no concelho.

Constatamos que a diferença entre o número de instituições públicas e privadas no concelho não é significativa, tendo-se apurado que existem cerca de 125 instalações desportivas públicas, grande parte integradas em estabelecimentos de ensino, da responsabilidade do Ministério da Educação do Centro (DREC), e 103 privadas, assente fundamentalmente em investimentos de clubes e associações várias. Existem ainda alguns espaços desportivos ligados a Instituições de Solidariedade Social, destacando-se os Jardins-Escola João de Deus, nas freguesias de S. Julião (extinta) e Alhadadas.

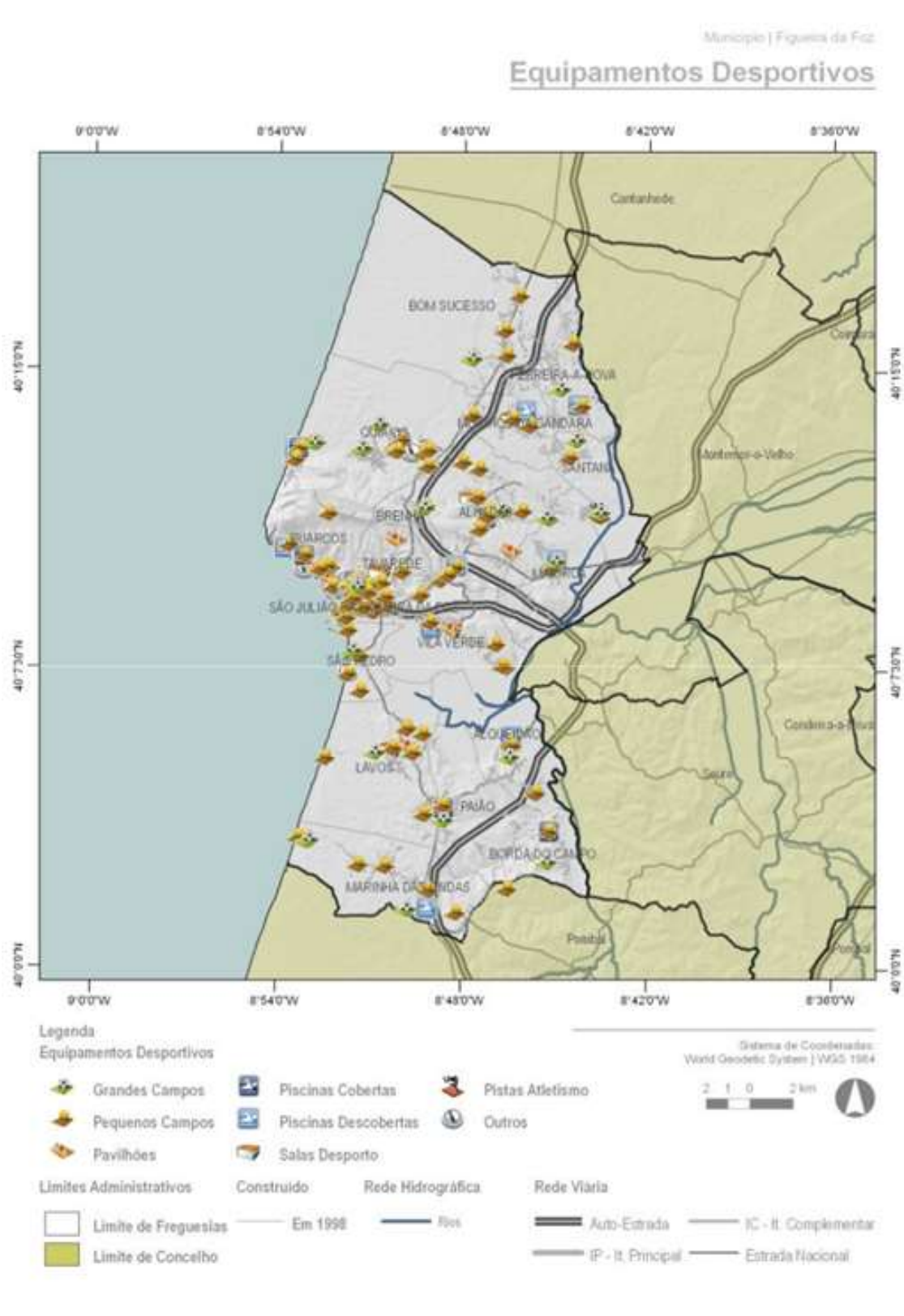
No que respeita ao acesso a instalações desportivas, refere-se que muitas têm acesso restrito ligados a entidades privadas, encontrando-se o seu uso sujeito ao pagamento de uma taxa de utilização, destacando-se o Centro de Estágio Rosa Náutica em Quiaios e o *Health Club Portugal*, Ténis Clube, ambos na freguesia de Buarcos.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela CEDMFF (2010), cerca de 179 instalações desportivas artificiais apresentam uma predominância de importância a nível local, demonstrando uma preocupação inicial na satisfação da procura por parte da população residente no concelho.

No que respeita ao carácter de utilidade dos equipamentos desportivos, constata-se que cerca de 128 têm função de uso formativo, apresentam fins recreativos, 18 classificam-se como instalações desportivas especializadas, e dois são direcionados para a competição e espetáculo. Pelo exposto, os dados da CEDMFF (2010) revelam que o ponto de partida para uma análise espacial cuidada das instalações desportivas, deverá passar por uma abordagem a uma escala municipal, com o objetivo de estabelecer um padrão de distribuição que permita perceber onde a escassez é mais evidente, por forma colmatar essas deficiências.

A Figura 12 caracteriza a localização das instalações desportivas do concelho da Figueira da Foz em função da sua dimensão.

Figura 12 - Instalações Desportivas Artificiais no concelho da Figueira da Foz



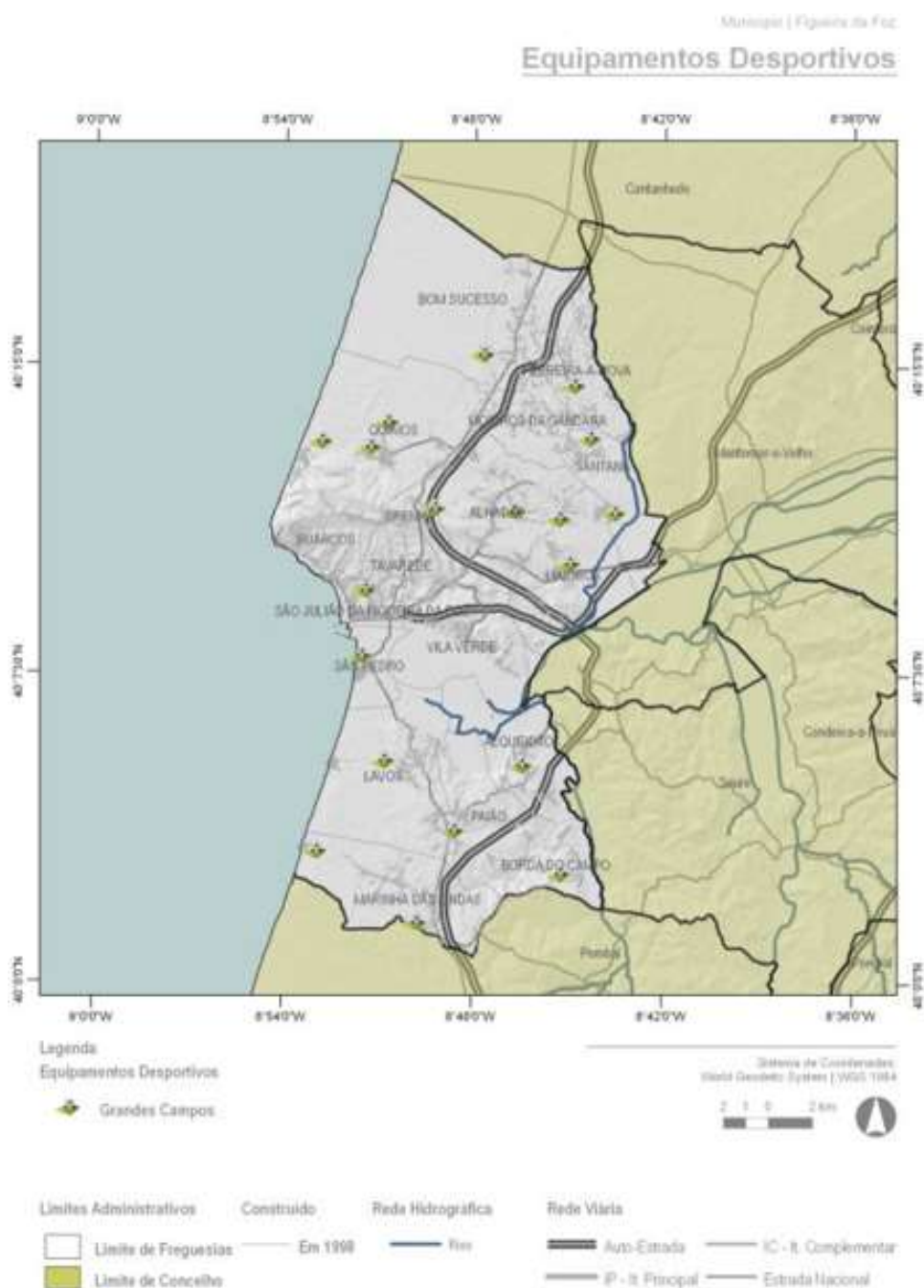
Fonte: CEDMFF (2010)

4.3.5. Instalações Desportivas Existentes no concelho da Figueira da Foz

Grandes Campos de Jogos

Em complemento dos dados fornecidos na CEDMFF (2010), o município da Figueira da Foz apresenta um total de 21 grandes campos de jogos, na sua maioria constituídos por recintos de futebol. Este tipo de recintos encontra-se distribuído por 15 das 18 freguesias do concelho da Figueira da Foz, Figura 13.

Figura 13 - Grandes Campos de Jogos - concelho da Figueira da Foz



Fonte: CEDMFF (2010)

Numa escala mais pormenorizada, cerca de dez freguesias registam um grande recinto desportivo (campo de futebol); nas cinco freguesias urbanas apenas se registam dois campos de futebol, muito por força da falta de espaço para a instalação deste tipo de tipologias desportivas.

No que respeita a patologias detetadas, destaca-se que muitas das instalações desportivas não têm a dimensão considerada oficial (105 m x 68 m) e regista-se a inexistência de bancadas (apenas o campo de futebol do Estádio Municipal Bento Pessoa da freguesia de Tavarede apresenta esta infraestrutura). Muitos dos campos existentes pelo concelho apresentam estado de degradação, que deverão a seu devido tempo ser alvo de um processo de recuperação, ou em último caso, passar por um processo de abate nos respetivos planos de gestão territorial.

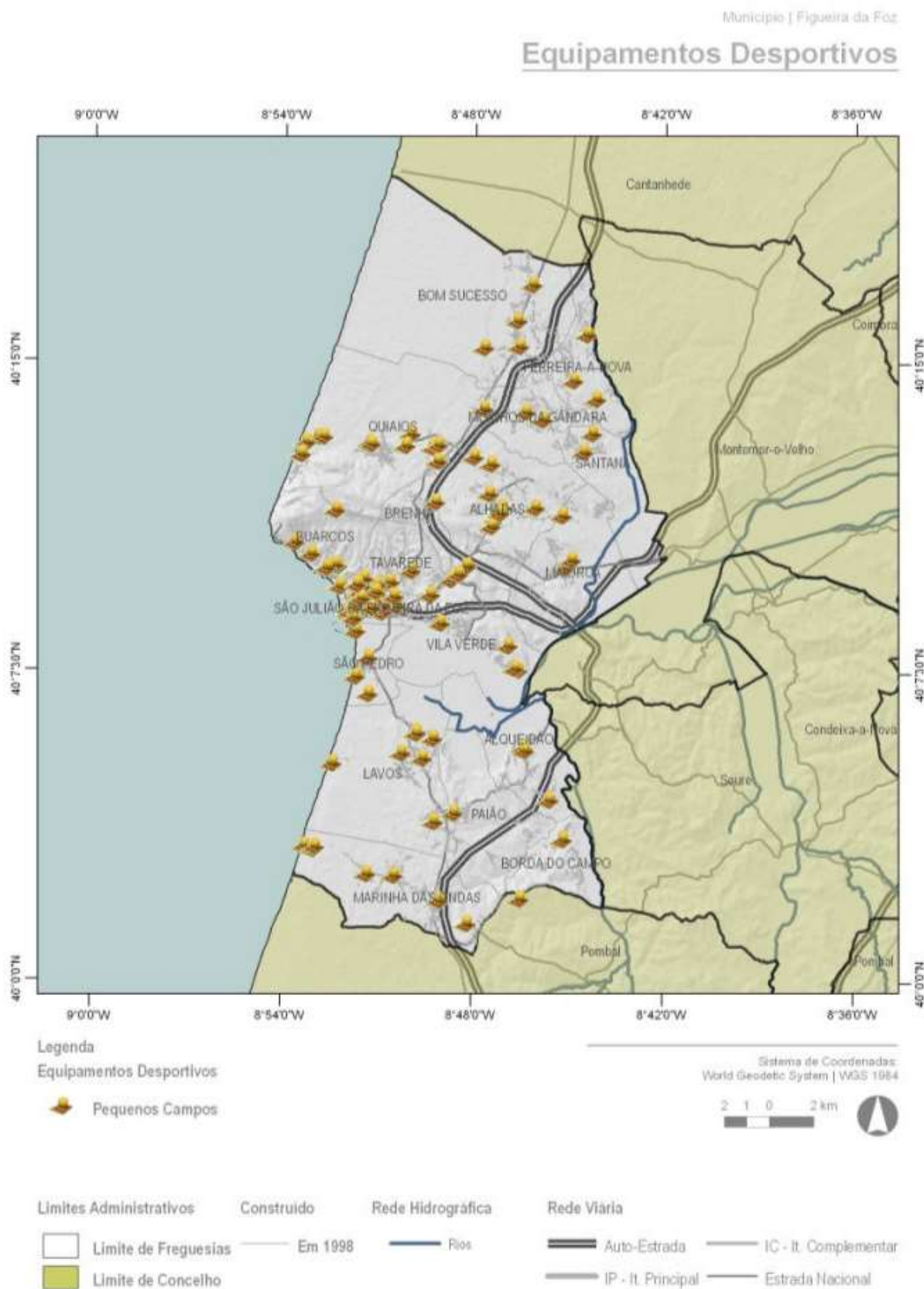
Relativamente à importância nacional, as instalações desportivas refletem de certa forma a área de influência no território onde se localizam. Das instalações referidas, três apresentam impacto a nível nacional, nove apresentam impacto regional, seis de importância local e três de dimensão municipal.

Pequenos Campos de Jogos

Apresenta-se distribuído pelo município uma grande variedade de pequenos equipamentos desportivos; estima-se que cerca de 121, estando a maioria concentrados nas freguesias de S. Julião (extinta), com um total de 25, de Quiaios com 18, de Alhadas com 13, de Buarcos com 11 e de Tavarede com um total dez. De entre as várias modalidades desportivas destacam-se o futsal, o andebol, o basquetebol, o voleibol e o ténis de campo.

No que respeita a patologias detetadas, destacamos que cerca de 56 instalações desportivas não têm dimensões regulamentares, ditas oficiais. A maioria das instalações apresentam um razoável estado de conservação e apenas dez apresentam mau estado; cerca de 71 instalações desportivas apresentam-se com características de polidesportivo, e 50 com particularidades direcionadas para uma só modalidade desportiva. A Figura 14 expressa a localização destes pequenos campos de jogos.

Figura 14 - Pequenos Campos de Jogos - concelho da Figueira da Foz



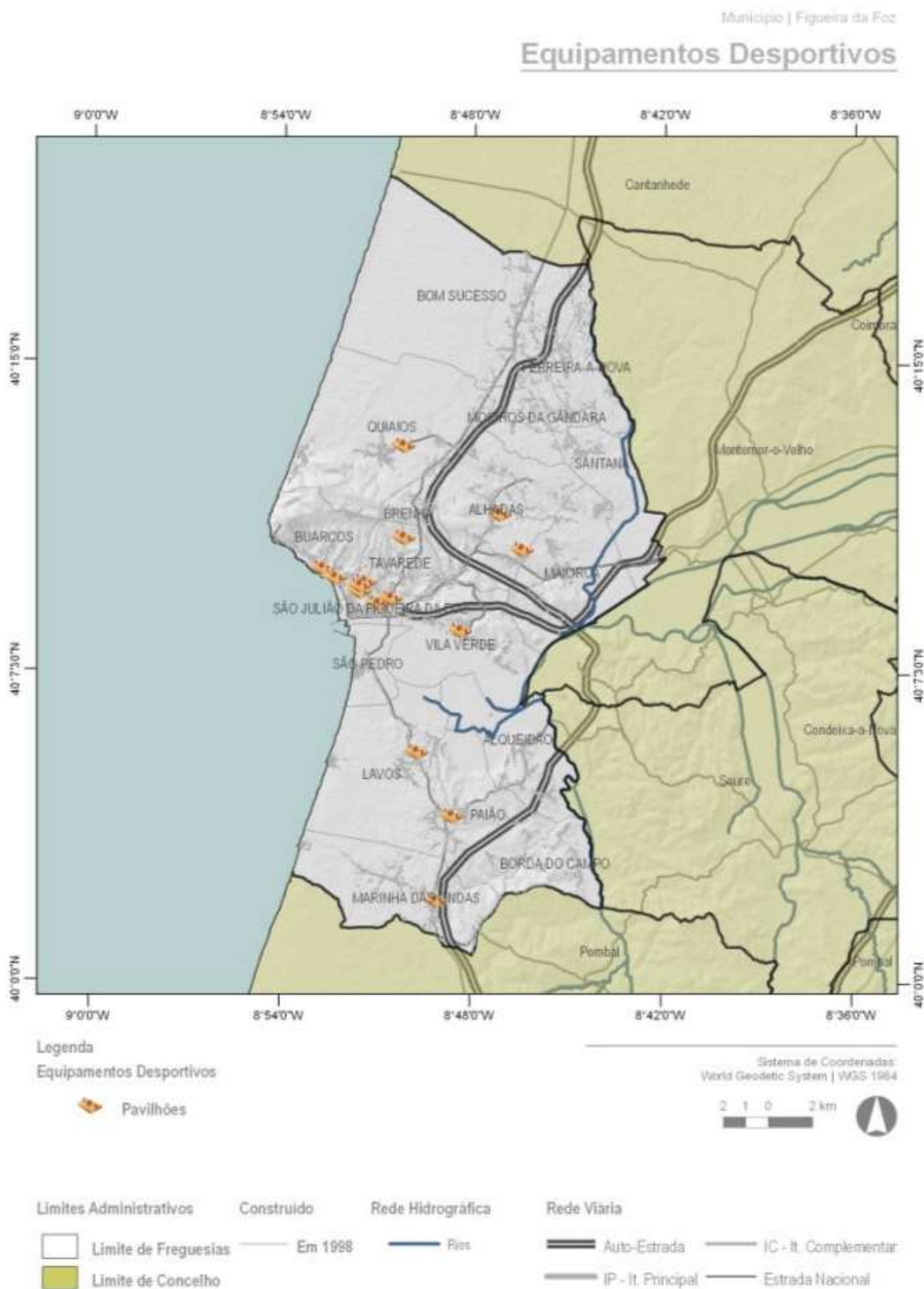
Fonte: CEDMFF (2010)

Pavilhões Desportivos

O município da Figueira da Foz apresenta cerca de 14 pavilhões desportivos, distribuídos por nove das dezoito freguesias existentes, conforme mostra a Figura 15. A maioria desses espaços desportivos encontra-se associado a escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e a Escolas Secundárias. Apenas oito apresentam medidas funcionais *Standards*, enquanto as restantes apresentam medidas abaixo dos parâmetros normais para a prática de modalidades desportivas de competição.

No que respeita ao estado de conservação das instalações desportivas, as mesmas apresentam um razoável estado de conservação. Em relação à importância, o mesmo número apresenta dimensão nacional, regional e local, sendo que apenas duas apresentam importância a nível municipal.

Figura 15 - Pavilhões Desportivos - concelho da Figueira da Foz



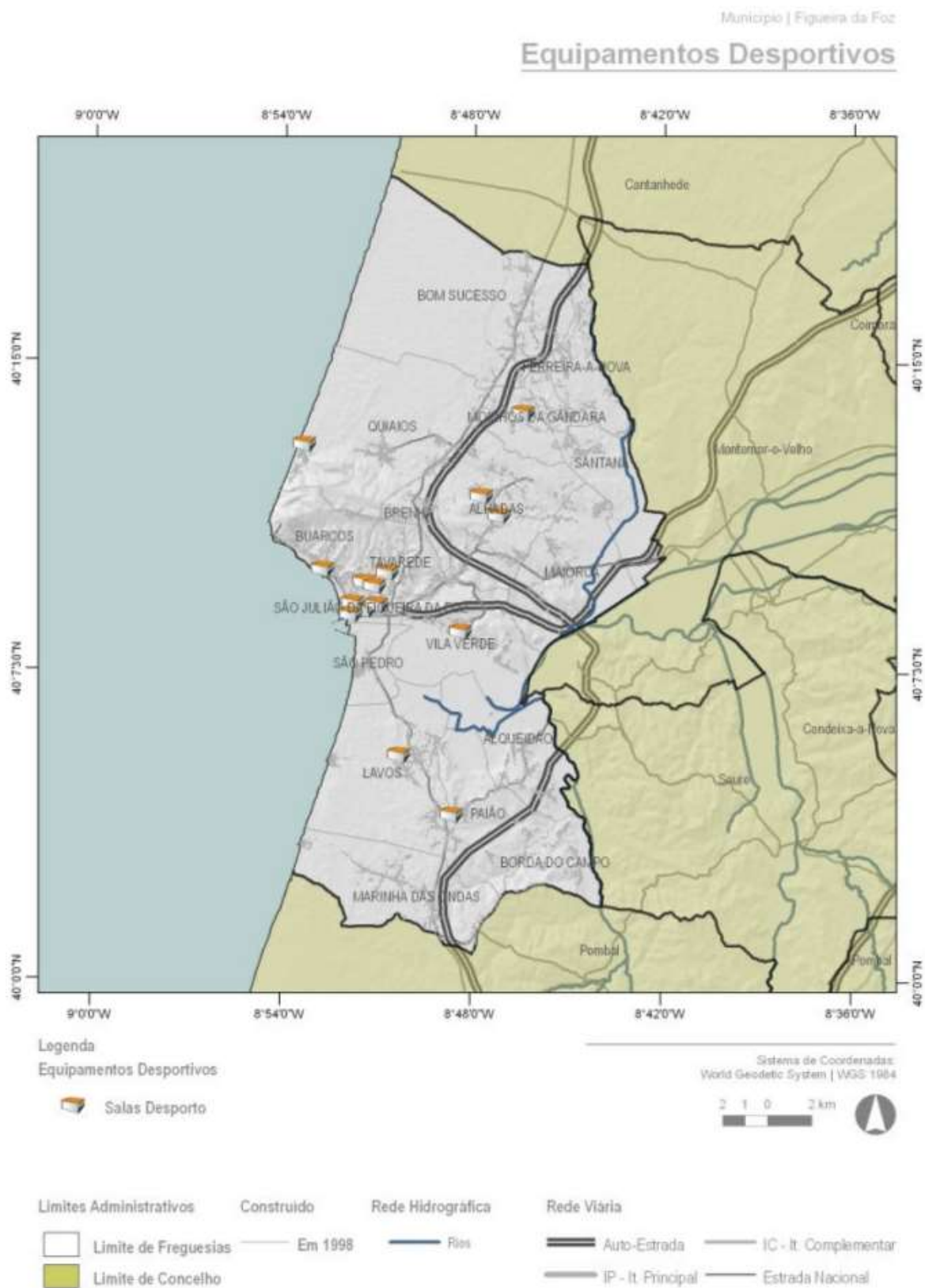
Fonte: CEDMFF (2010)

Salas de Desporto

Fonte da CEDMFF (2010) refere que o município da Figueira da Foz apresenta em diversas instalações desportivas, espaços cobertos, de pequenas dimensões, onde é possível a prática de algumas modalidades desportivas, como por exemplo, ginástica, culturismo, judo, dança, ballet, entre outras. Devido à sua especificidade, localizam-se em nove das dezoito freguesias do município, estando concentradas nas freguesias urbanas da cidade, nomeadamente: São Julião (extinta), agora Buarcos e Tavadrede, num total de 14 instalações desportivas.

As instalações desportivas apresentam um bom estado de conservação. As salas de desporto cada vez mais assumem um papel importante a nível local, dada a utilização que proporcionam. A maioria destes espaços é utilizado por alunos, sócios e atletas, apresentando acesso condicionado, Figura 16.

Figura 16 - Salas de Desporto - concelho da Figueira da Foz



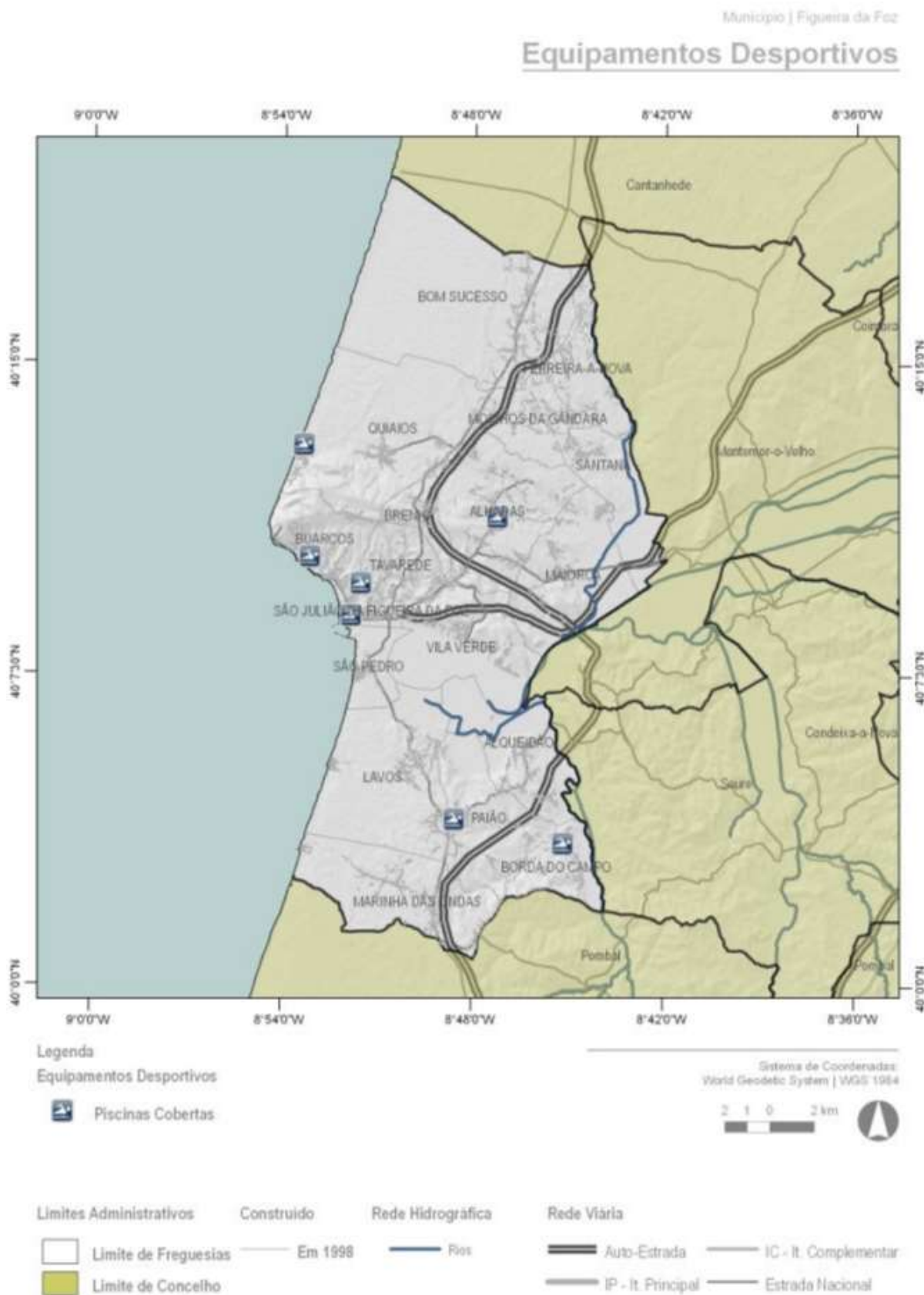
Fonte: CEDMFF (2010)

Piscinas Cobertas

No que respeita às piscinas cobertas, o município da Figueira da Foz apresenta no seu concelho apenas sete piscinas cobertas, sendo que cinco se localizam nas freguesias de Alhadas, Buarcos, Paião, Quiaios, S. Julião (extinta) e Tavadede, conforme mostra a Figura 17. Apesar dos elevados custos de manutenção, todas elas apresentam um bom estado de conservação.

Quando falamos de dimensões, apenas três se classificam como *standards*, com 25 m de comprimento e perfil para formação e competição de piscina curta, sendo a piscina do Ginásio Figueirense, dentro da cidade da Figueira da Foz, mais precisamente em Tavadede, a Piscina Municipal de Alhadas e a Piscina Municipal do Paião. Existem ainda cerca de quatro piscinas cobertas privadas que assumem importante papel a nível local e são utilizadas na sua maioria por utentes. A proximidade de alguns dessas piscinas de centros escolar tem feito com que a taxa de utilização seja elevada, possibilitando apoio a aulas de educação física e do desporto escolar.

Figura 17 - Piscinas Cobertas - concelho da Figueira da Foz

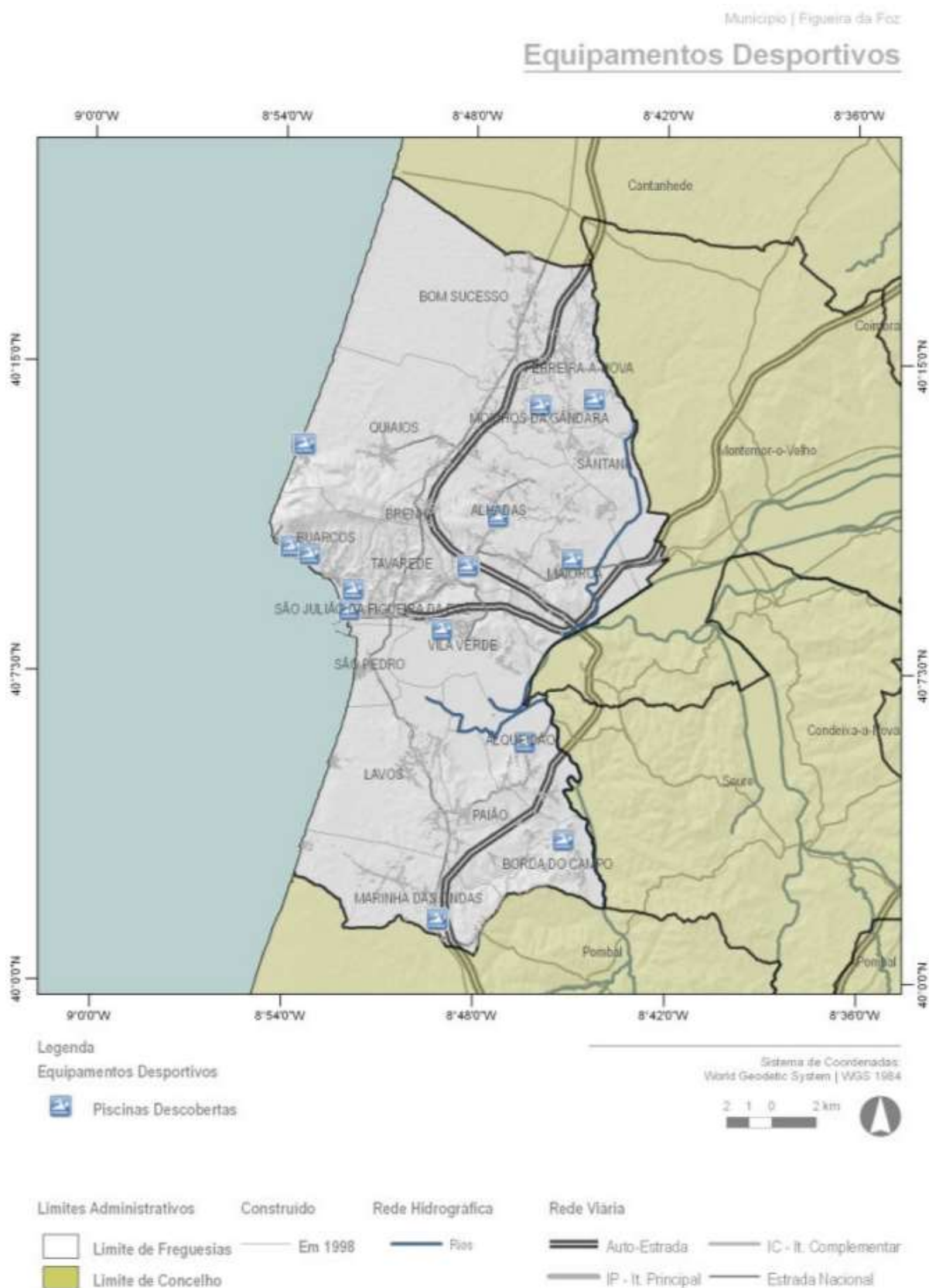


Fonte: CEDMFF (2010)

Piscinas Descobertas

Sobre as piscinas descobertas, o município da Figueira da Foz apresenta no seu concelho 16 piscinas descobertas, não obstante e devido ao clima as mesmas apenas têm utilização média de três meses anuais (período Verão), representando custos elevados de manutenção. Em termos de ocupação espacial, distribuem-se por oito freguesias, sendo que apenas três apresentam dimensões *Standards*, são elas: a Piscina Municipal de Quiaios, a Piscina de Mar e a Piscina do Hotel Sotto Mayor. Todas as infraestruturas apresentam um razoável estado de conservação, sendo oito da responsabilidade de autarquia. Face ao tipo de uso, a grande maioria das piscinas se classifica como sendo do tipo recreativo, Figura 18.

Figura 18 - Piscinas Descobertas - concelho da Figueira da Foz

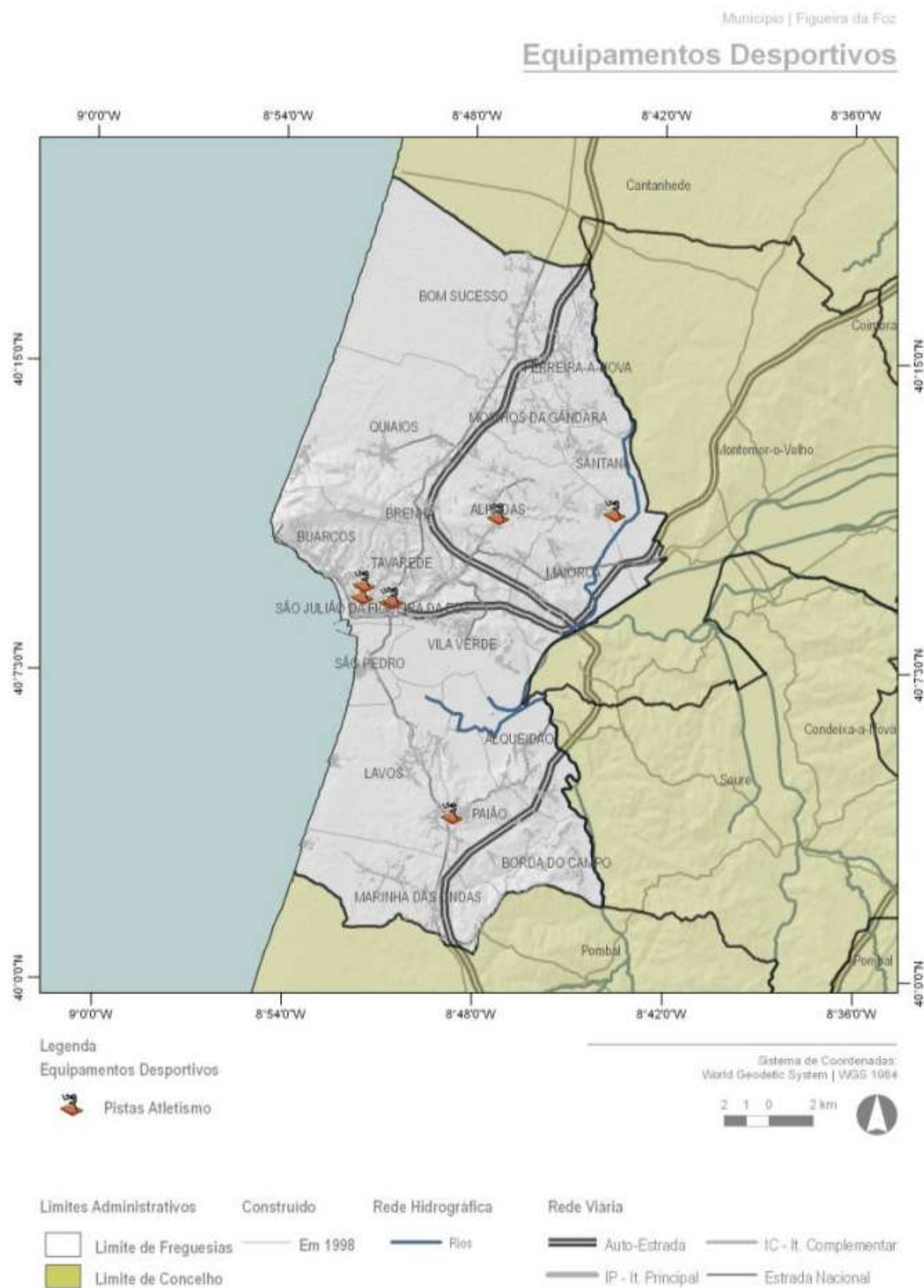


Fonte: CEDMFF (2010)

Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes para a prática de Atletismo

Relativamente às pistas de atletismo e espaços polivalentes para a prática de atletismo, o município da Figueira da Foz apresenta no seu concelho apenas uma instalação desportiva das seis existentes, com condições adequadas à prática da modalidade de atletismo. Os restantes espaços encontram-se integradas em equipamentos escolares, sem dimensões regulamentares, contudo suficientes para a aprendizagem escolar, Figura 19.

Figura 19 - Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes - concelho da Figueira da Foz



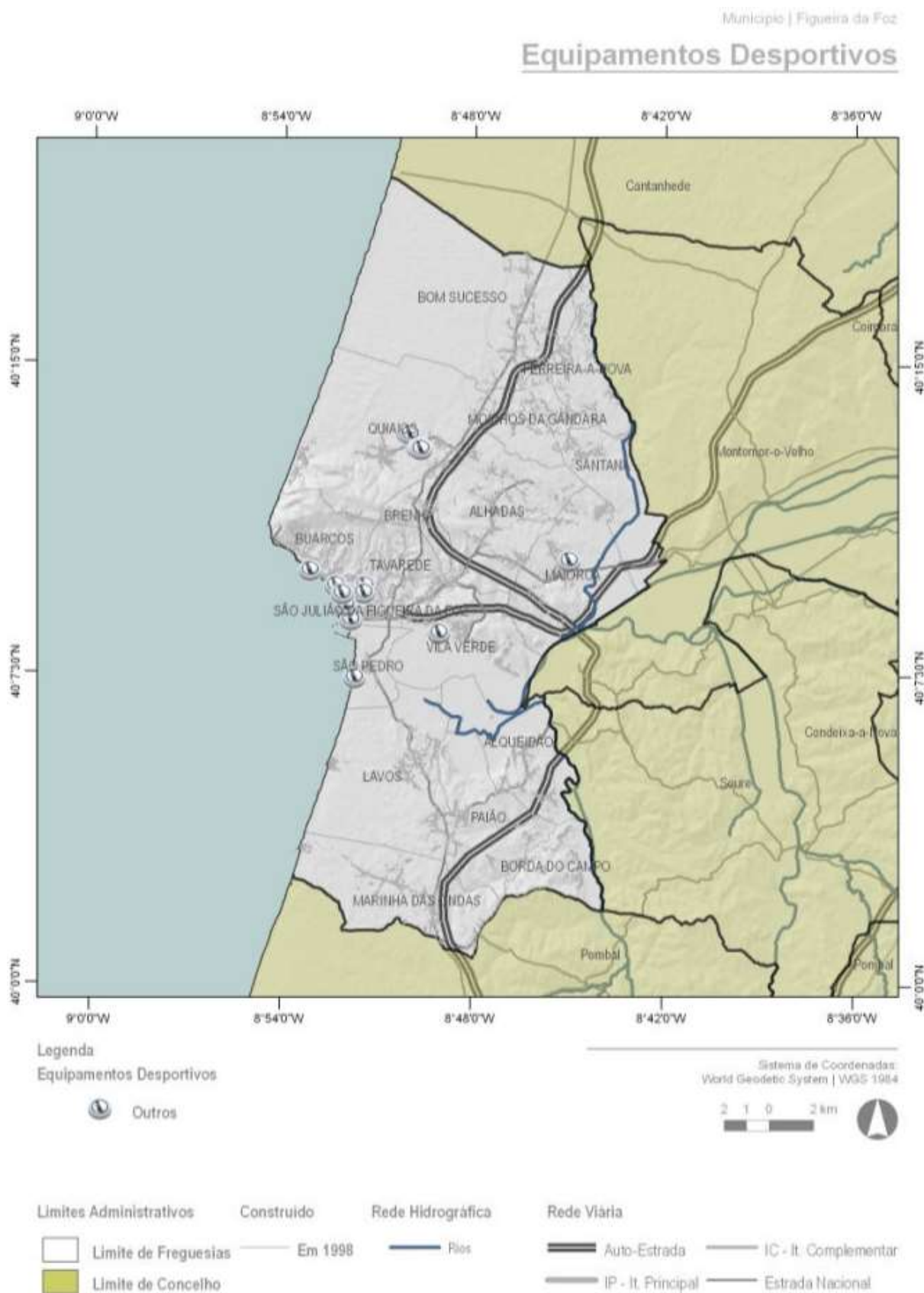
Fonte: CEDMFF (2010)

Outros Espaços Desportivos (Centro Náutico, Ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pistas de Radio Modelismo, Pistas de Saltos)

Relativamente a Outros Espaços Desportivos, o município da Figueira da Foz apresenta no seu concelho outro tipo de tipologias que se distribuem por todo o concelho, num total de 15 e que são respetivamente: Centro Náutico do Ginásio Clube Figueirense, Ciclovias, Parede de treino do Ténis Club, Parques Radicais, Picadeiros, Pista de Obstáculos do Centro Hípico da Figueira da Foz, Pista de Radio Modelismo, Pista de Saltos do Centro Hípico de Quiaios e o Stand de Tiro da Câmara da Figueira da Foz.

Na generalidade a grande maioria destas instalações desportivas apresentam um bom estado de conservação, muito por força de muitas delas, cerca de oito, serem da responsabilidade do município. A maioria destas instalações desportivas assumem uma importância local, sendo que, o centro hípico, a pista de obstáculos e o centro náutico apresentam uma dimensão nacional, com acesso condicionado e tipo de equipamentos de uso especializado, Figura 20.

Figura 20 - Outros Espaços Desportivos - concelho da Figueira da Foz



Fonte: CEDMFF (2010)

4.4. NECESSIDADE DE NOVAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - FIGUEIRA DA FOZ

No que respeita aos níveis de necessidades de novas instalações desportivas no concelho da Figueira da Foz, e tendo por base os índices de referência que têm vindo a ser utilizados e que se prendem com fatores comparativos entre territórios, nomeadamente a relação da superfície desportiva e o número total de habitantes, em metros quadrados. A análise dos valores tem por base critérios adotados desde 1977, revistos em 1988, e que segundo o Conselho da Europa e o Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto - UNESCO, indica a cota de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante, tendo sido extremamente importante na satisfação da determinação da procura, nomeadamente aquando da elaboração do PDM, e mais atualmente na sua revisão.

A análise preliminar expressa que, em função dos m² por habitante, no município da Figueira da Foz, o valor do índice de comunidade geral é de 3,81 m²/hab., ou seja, ligeiramente inferior aos 4 m²/hab. de referência por m² de superfície útil.

Relativamente ao índice geral por tipologia e freguesia no concelho da Figueira da Foz, cerca de metade das freguesias apresenta índices abaixo do valor de referência, nomeadamente: Alhadas, Alqueidão, Buarcos, Lavos, Moinhos da Gândara, Paião, São Julião (extinta), São Pedro e Vila Verde. Na outra metade das freguesias o valor é superior ao valor de referência, destacando-se a freguesia de Bom Sucesso, com 7,30 m²/hab., e Quiaios, com 10,75 m²/hab., valores que resultam essencialmente da elevada superfície desportiva com predominância para grandes campos, tendo em conta que o índice populacional é relativamente baixo. A Tabela 12 resume a distribuição dos índices gerais por tipologia e freguesia no município.

Tabela 12 - distribuição dos Índices Gerais por Tipologia, por Freguesia no concelho da Figueira da Foz

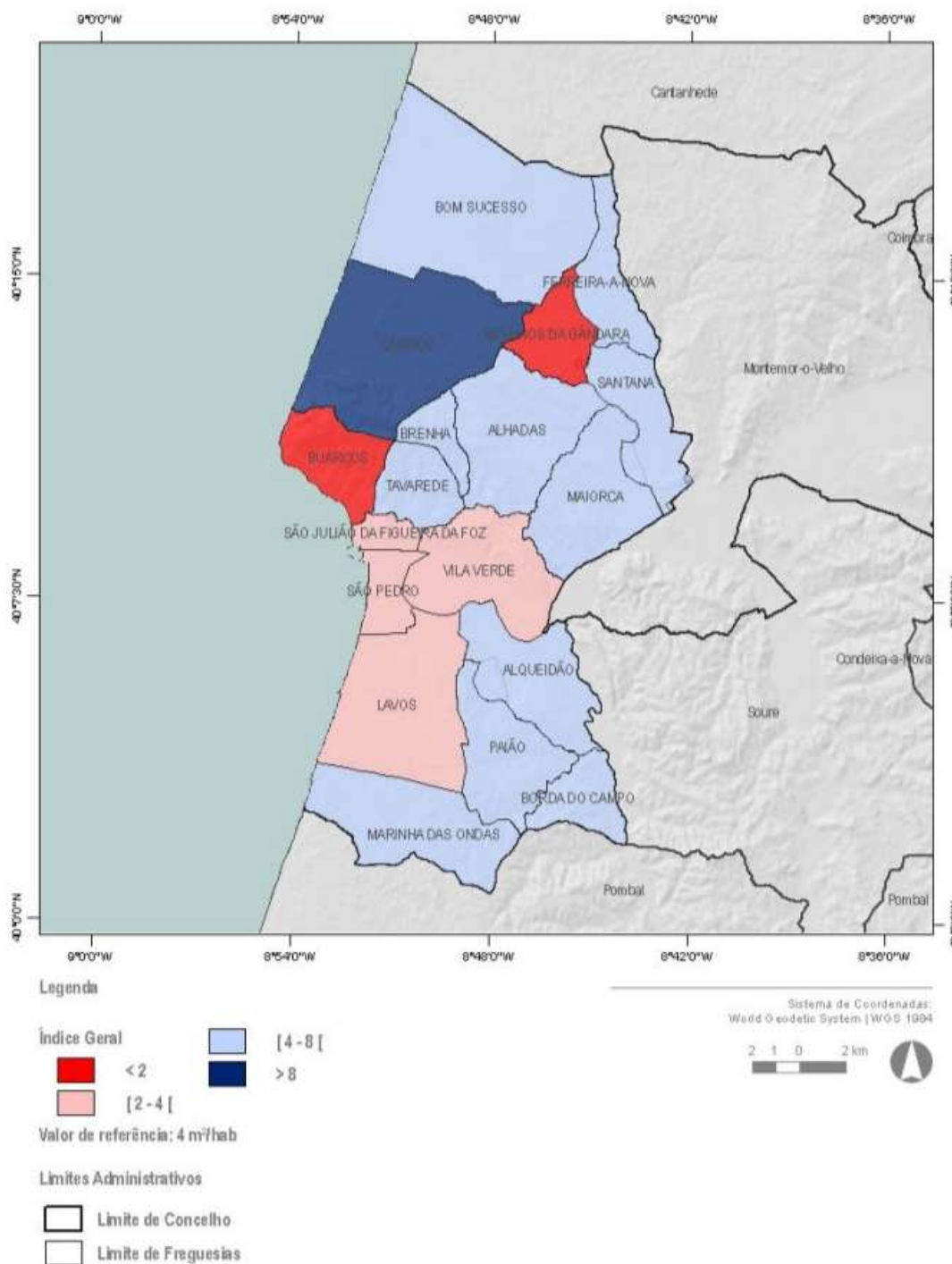
Valores de Referência / Freguesias	Índice															
	Geral	Grandes Campos	Pequenos Campos	Pavilhões	Salas Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Pistas de Atletismo	Geral Sem Grandes Campos	Geral Sem Campos Abandonados	Grandes Campos Sem Abandonados	Geral Sem Pequenos Campos	Geral Sem Equipamentos Escolares	Índice de Escolas	Grandes Campos Abandonados	
UNESCO (m ² /hab)	4,00	2,00	0,65	0,09	0,09	0,02	0,04	1,20	2,00	4,00	2,00	3,35	4,00	-	-	
DGOTDU (m ² /hab)	-	2,00	1,00	0,15	0,15	0,03	0,02	0,80	-	-	-	-	-	-	-	
Alhadas	3,71	0,92	1,82	0,30	0,09	0,12	0,03	0,43	2,79	2,79	0,00	1,89	2,41	1,30	0,92	
Alqueidão	3,90	2,94	0,82	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,95	3,90	2,94	3,08	3,74	0,15	0,00	
Bom Sucesso	7,30	6,11	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,19	7,30	6,11	6,11	6,62	0,68	0,00	
Borda do Campo	6,95	4,49	2,14	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	2,46	2,47	0,01	4,82	6,95	0,00	4,49	
Brenha	5,88	5,33	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	5,88	5,33	5,33	5,88	0,00	0,00	
Buzarcos	1,08	0,00	0,76	0,26	0,03	0,01	0,03	0,00	1,08	1,08	0,00	0,32	0,72	0,36	0,00	
Ferreira-a-Nova	6,18	4,26	1,81	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	1,92	6,18	4,26	4,37	5,27	0,91	0,00	
Lavos	2,77	1,50	1,09	0,16	0,04	0,00	0,00	0,00	1,28	2,77	1,50	1,69	2,35	0,43	0,00	
Maiorca	4,55	4,01	0,47	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,54	2,29	1,75	4,08	4,34	0,21	2,26	
Marinha das Ondas	4,78	3,09	1,56	0,06	0,00	0,00	0,07	0,00	1,69	3,47	1,77	3,23	4,72	0,07	1,32	
Moinhos da Gândara	1,23	0,00	0,86	0,00	0,22	0,00	0,15	0,00	1,23	1,23	0,00	0,36	1,08	0,15	0,00	
Paião	3,63	2,10	0,33	0,46	0,03	0,16	0,00	0,55	1,53	3,63	2,10	3,30	2,72	0,91	0,00	
Quaios	10,75	6,35	3,87	0,34	0,03	0,00	0,16	0,00	4,39	6,68	2,29	6,88	9,15	1,60	4,06	
Santana	6,60	5,73	0,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,87	6,60	5,73	5,73	6,34	0,26	0,00	
São Julião da Figueira da Foz	2,31	0,00	1,49	0,46	0,09	0,02	0,09	0,17	2,31	2,31	0,00	0,82	1,11	1,20	0,00	
São Pedro	3,30	2,26	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,04	3,30	2,26	2,26	3,12	0,17	0,00	
Tavarede	4,90	1,72	0,96	0,48	0,15	0,04	0,00	1,56	3,18	4,90	1,72	3,94	4,42	0,49	0,00	
Vila Verde	1,78	0,94	0,35	0,35	0,04	0,00	0,09	0,00	0,84	0,84	0,00	1,43	1,68	0,10	0,94	
MUNICIPIO	3,81	1,92	1,22	0,26	0,06	0,02	0,06	0,27	1,89	3,25	1,37	2,58	3,18	0,63	0,56	

Acima do valor de referência (m²/hab)
Inexistente

Fonte: CEDFF (2010)

Verifica-se que o índice de tipologia afeto aos grandes campos, com um valor de 1,92 m²/hab., é manifestamente inferior aos valores de referência da DGOTDU e UNESCO. Já que no que respeita aos pequenos campos, constata-se que o valor do município é de 1,202 m²/hab., superior aos de referência da **DGOTDU 1,00 m²/hab.**, e da **UNESCO que é 0,65 m²/habitante**, Figura 21.

Figura 21 - Índice Geral do Município por Freguesia - concelho da Figueira da Foz



Fonte: CEDMFF (2010)

Em relação ao índice de pavilhões, o valor geral do município é de 0,26 m²/hab., valor inferior ao de referência da DGOTDU e UNESCO 4 m²/hab. Quanto às salas de desporto o valor é de 0,06 m²/hab. Relativamente ao índice de piscinas cobertas o valor é 0,02 m²/hab., e nas piscinas descobertas um valor de 0,06 m²/hab. Por último, no que refere às pistas de atletismo, o índice do município cifra-se em 0,27 m²/hab., também muito abaixo dos valores de referência, tanto da DGOTDU como da UNESCO.

Um dos aspetos mais importantes quando se perspetiva a qualidade da prática desportiva passa pelo seu estado de conservação, já que um equipamento que se encontre em mau estado, pode inviabilizar ou vir a condicionar a prática desportiva de qualidade.

4.5. SISTEMA DESPORTIVO MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - CONSIDERAÇÕES

De acordo com a análise dos diversos fatores que intervêm em todo o processo desportivo, é possível tecer algumas considerações. A cidade da Figueira da Foz, no contexto nacional, encontra-se numa situação extremamente favorável do ponto de vista geoestratégico para a prática desportiva. O Município agrega cerca de 228 instalações desportivas, com uma distribuição espacial bastante heterogénea, o que corresponde a um valor de índice de comunidade geral de 3,70 m²/hab., ou seja, inferior ao valor de referência que é de 4 m²/hab.

Ainda assim, a facilidade de implantação e os custos reduzidos de construção influenciam o número elevado de pequenos campos desportivos no concelho, situação essa muitas vezes resultante de compromissos eleitorais. De referir ainda que a maioria dos grandes campos são da responsabilidade de movimentos associativos, assumindo muitas das vezes um papel importante, quer a nível regional, ou local.

Face à riqueza dos espaços naturais existentes no concelho, constata-se que existe um leque variado de atividades de desportos de aventura, nomeadamente ligadas ao suporte aquático, destacando-se: o surf, o *BodyBoard*, o *windsurf*, o *kitesurf*, o *Kayaksurf*, o mergulho, a motonáutica, o remo, o *catamaran*, o esqui aquático, a pesca submarina e desportiva e a vela. Ligadas ao suporte terrestre destacam-se as atividades de todo-o-terreno: pedestrianismo, BTT, *trial*, ciclocrosse, BMX, cicloturismo, TT motorizado, motocrosse, orientação, hipismo e escalada.

Sobre o suporte aéreo, destacam-se: asa delta, parapente/para-motor e aerodelismo. Deste modo, conclui-se que este tipo de atividades desportivas desempenham um papel preponderante na era atual.

A parceria entre a autarquia, o movimento associativo e outras entidades promotoras da região do Baixo Mondego, tem um papel preponderante na divulgação e na

democratização do desporto no concelho, tudo isto no sentido de desenvolver o parque desportivo e a atividade turística do concelho da Figueira da Foz.

De acordo com o diagnóstico versado na CEDMFF (2010), existe uma boa cobertura a nível das instalações desportivas artificiais, quer do tipo quantitativa, quer qualitativa, tendo-se verificado que a maior parte dos espaços desportivos inventariados se localizam em zona urbana. Na realidade, observa-se um défice de espaços desportivos nalguns aglomerados populacionais, bem como na distribuição desigual das diferentes tipologias.

O diagnóstico da CEDMFF (2010) demonstrou ainda existirem espaços em bom estado de conservação, revelando algum cuidado no tratamento do parque desportivo em geral. Não obstante, alguns desses equipamentos apontem para a rápida necessidade de intervenções, ou mesmo da sua desclassificação como equipamentos desportivos no quadro atual. Por outro lado, enaltece-se o facto de o número elevado de instalações desportivas com acesso generalizado à população, possibilitando a todos a prática de atividade física desportiva.

Cerca de metade das freguesias apresenta índices abaixo do valor de referência, nomeadamente: Alhadas, Alqueidão, Buarcos, Lavos, Moinhos da Gândara, Paião, São Julião (extinta), São Pedro e Vila Verde.

4.6. GESTÃO DO LITORAL E OS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA

A gestão do território costeiro é algo complexo e em constante renovação, tendo em conta que toda a costa está em constante processo de erosão. Neste ponto são abordadas as temáticas dos conceitos de litoral, costa, praia e orla costeira, assim como a gestão da praia e da zona costeira, intrinsecamente ligados ao projeto de estudo. Muitas vezes o conceito de costa é baralhado com o termo litoral, devido à semelhança existente entre as suas definições (Gomes, 2014). Com vista a uma clarificação do território em estudo, serão abordados diversos conceitos intrinsecamente relacionados, como o litoral, costa, praia, orla costeira, etc.

4.6.1. Litoral

No que respeita ao conceito de Litoral, este pode ser definido como a região junto ou próximo da costa, e de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (2008) entende-se pela faixa terrestre que confina com o mar, ou com fenómenos próprios dessa mesma área.

No âmbito do valor desportivo das praias da circunscrição da capitania, alguns autores restringem o litoral à faixa entre marés, outros estendem-no para o interior, por um espaço cujos limites nem sempre são fáceis de caracterizar e para o largo pela linha de rebentação das ondas (Moreira, 1984 cit in Silva, 2002).

4.6.2. Costa

Relativamente ao conceito de costa, pode ser definido pela região de contacto entre o mar e a terra (Dicionário de Língua Portuguesa, 2008), ou seja, a faixa de superfície terrestre que se encontra em contacto entre as terras emersas e o mar ou o oceano (Moreira, 1984 cit in Silva, 2002).

4.6.3. Praia

No que respeita ao conceito de praia, o mesmo pode ser definido pela área coberta de areia ou de pequenos seixos que confina com o mar (Dicionário da Língua Portuguesa, 2008). No enquadramento legislativo português, a definição de praia marítima encontra-se no Anexo 1 do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro, que regula a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), considerando-a como uma subunidade da orla costeira constituída pela margem e leito das águas do mar, zona terrestre interior denominada antepraia e plano de água adjacentes (Gomes, 2014).

A APA (2014) expressa uma definição para o conceito de praia como sendo a faixa de terreno contígua às águas do mar, composta por acumulação de sedimentos não consolidados, vulgarmente areia ou cascalho, com uma extensão quase plana e com pouca vegetação. No que respeita à sua delimitação, deve considerar-se a área compreendida entre a linha representativa da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respetivo setor de costa e a linha que delimita a atividade do espraio das ondas ou de galgamento durante um episódio de temporal.

4.6.4. Orla Costeira

Segundo Gomes (2014), o conceito de orla costeira é definido pela porção do território onde o mar exerce diretamente a sua ação, auxiliado pela ação eólica, e que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e para o lado do mar até à batimétrica dos 30 m, abrangendo a profundidade de fecho. O Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro, que institui os POOC, define como faixa de proteção litoral a área compreendida entre os 500 m contados da linha que limita a margem das águas do mar e a batimétrica de 30 m.

4.6.5. Gestão Territorial das Áreas de Praia e Zona Costeira Adjacente

No que respeita aos problemas de gestão de praia, autores como Micallef e Williams (2009) tecem uma abordagem com cariz dimensional no sentido da resolução desses problemas. Estes autores descrevem um sistema definido como penta dimensional de análise, que tem como elemento central a gestão estratégica da praia no sentido de uma análise

cuidada complementado com fatores de dimensão variáveis: substantiva, espacial, qualitativa e quantitativa.

Gomes (2014) caracteriza as diversas dimensões da seguinte forma:

a) Dimensão substantiva - integra aspetos relacionados com a prestação de informação e de legislação aos utilizadores, permitindo o registo de inventário do que se passa no local, quer a nível da caracterização dos valores, quer a nível das infraestruturas existentes e determinação da capacidade de carga;

b) Dimensão espacial - envolve fatores que a médio e longo prazo possam ser causadores de problemas de erosão nas praias, como por exemplo, os passeios de moto 4 pelas dunas, destruindo a estabilidade das mesmas (Micallef & William, 2009);

c) Dimensão qualitativa - tem por objetivo identificar os valores socioeconómicos, ambientais e desportivos, associados à praia. Na esteira dos autores Micallef e Williams (2009), esta é com certeza a dimensão mais difícil de caracterizar, devido ao facto de que na sua caracterização dever-se-á ter em conta os diferentes usos da praia, assim como a variedade dos traços psicológicos das pessoas que a utilizam e que influenciam a escolha da mesma praia.

d) Dimensão quantitativa - a análise destes problemas, varia de acordo com as características e desejos dos utilizadores da praia (Micallef & William, 2009).

Num contexto de gestão territorial, “gestão do espaço de praia” agrega um conceito que continua a ser defendido por um conjunto variados de autores, e que se prende com o seguinte: a praia é um bem comum, público, gratuito e que não pode ser negado (William & Micallef, 2009).

Subjacente a este conceito, temos os condicionalismos e pressões inerentes à gestão e ocupação dos espaços integrados na orla costeira (Ferreira, 1999; Melo, 2003; Freitas, 2007; Williams & Micallef, 2009). Na esteira dos mesmos autores, destacamos um conjunto de variados de influências do ser humano sobre o território em referência, destacando-se:

- a) A gestão da ocupação da costa e o seu povoamento;
- b) A preocupação pela salvaguarda dos valores naturais existentes;
- c) A exploração económica dos recursos marinhos existentes;
- d) As atividades turísticas;
- e) As atividades desportivas, lazer e ócio.

No entendimento de Gomes (2014), a problemática da gestão territorial das áreas de praia e conseqüentemente das zonas costeiras de Portugal, movem-se em função do tipo de linha de atuação dos nossos governantes. Deste modo, temos as questões que se prendem com o domínio da gestão ambiental, com a proteção dos valores naturais existentes (*habitats*, fauna e flora), a defesa e a preservação das características morfológicas das praias, os

problemas adstritos à gestão desse território que se quer preservado e ainda as atividades desportivas de lazer ativo e recreio.

O relatório “Hypercluster para a Economia do Mar” (HEM) aborda ainda os benefícios da aposta na criação de infraestruturas e equipamentos de apoio aos desportos náuticos, navegação de recreio e turismo náutico. A SAER/ACL (2009) destaca um conjunto variado de princípios estratégicos, a saber:

a) Influência nas opções estratégicas que se colocam ao país, designadamente ao nível do aumento da atratividade de Portugal enquanto destino turístico, pela valorização e diversificação da oferta de serviços turísticos;

b) Captação de segmentos específicos da procura turística internacional ligados à prática de desportos náuticos, turismo dinâmico, à busca de novas experiências ligadas ao mar e turismo cultural e de lazer, que associa o turismo náutico ao desfrute da paisagem, da gastronomia e do património histórico, cultural, tradicional e evocativo;

c) Desenvolvimento das atividades ligadas ao aluguer de equipamentos e embarcações de recreio e à formação em náutica de recreio e desportos náuticos, aos serviços de apoio em terra aos desportistas e turistas náuticos e aos navios de cruzeiros;

d) Dar resposta à procura interna, atual e potencial, nos diferentes segmentos dos desportos náuticos, recreio e turismo;

e) Contribuir para a valorização ambiental e paisagística de zonas portuárias e marginais degradadas, através da sua reconversão e aproveitamento para os desportos náuticos, para a criação de condições para o uso ordenado e disciplinado de planos de água costeiros e espaços terrestres marginais, aproveitando, requalificando e revalorizando as áreas de domínio hídrico e as atividades relacionadas com os planos de água as quais apresentam um enorme potencial a explorar.

No que respeita aos desportos náuticos, SAER/ACL (2009) descreve de uma forma bastante clara as diversas atividades desportivas inerentes: o *surfing*, o *kitesurf*, o mergulho amador e as atividades náuticas propulsionadas. A gestão desportiva do litoral português aponta para um conjunto de planos de ação para o desenvolvimento deste *cluster*, dos quais se destacam:

i) A Instalação e desenvolvimento de centros de mar;

ii) A elaboração de um plano estratégico de localização e implantação de apoios à navegação de recreio (marinas, portos de recreio, docas, abrigos, entre outras);

iii) A criação de uma rede de apoios náuticos;

iv) A estruturação, desenvolvimento e promoção de produtos turísticos ligados à náutica de recreio e turismo náutico - plataforma de comercialização;

v) O desenvolvimento de *know-how* e qualificação das competências de gestão e técnicas;

vi) A adequação do quadro legislativo.

De acordo com o versado no relatório “Hypercluster para a economia do Mar” (HEM), foi definida uma linha de atuação com vista ao aproveitamento do potencial marítimo nacional. Dessa linha de atuação resultaram um conjunto variado de setores, destacando-se: a defesa, os transportes e logística, a energia, a pesca e a aquicultura, o turismo, desportos, atividades de ensino superior, formação, entre outras, (Gomes, 2014).

4.6.6. Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

O Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), mandado publicar pelo Despacho n.º 14449/2012 aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de dezembro, e identifica estratégias ou apostas estruturantes no espaço marítimo, no âmbito dos desportos náuticos, tendo particular incidência:

Nas infraestruturas de pontos de apoio aos desportos náuticos; no aumento de incentivos financeiros e logísticos; no incremento da oferta desportiva do ponto de vista económico; na regulamentação e regulação da vertente recreativa da prática de desportos náuticos; na promoção e aumento da expressão do associativismo; no aumento e valorização de quadros técnicos qualificados; na promoção, articulação e integração entre a grande diversidade de entidades com competências no espaço marítimo e entre a disparidade de regras a aplicar nesse espaço; na agilização da máquina burocrática; na revisão dos POOC; na identificação de novas fontes de financiamento; no reforço do peso económico assente em bens e serviços associado ao desporto náutico; no potenciamento de novas oportunidades para a prática de desportos náuticos; na valorização da prática de desportos náuticos como um produto turístico; no potenciamento da “clusterização” das atividades; e, na valorização de uma nova cultura ambiental associada ao desporto náutico.

De acordo com o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), as orientações de gestão propostas para o Ordenamento do Espaço Marítimo podem ser agrupadas em dois grupos:

Orientações de âmbito geral incidem sobre matérias transversais a todas as atividades, utilizações ou funções que ocorram ou que venham a ocorrer no espaço marítimo, ou que correspondem à aplicação de interesses sectoriais cuja prossecução tem prioridade sobre os demais interesses públicos, a defesa nacional e a segurança marítima. São aquelas que devem ser observadas por qual atividade que venha a instalar-se no espaço marítimo e que concorrem diretamente para uma utilização sustentável.

As Orientações de Âmbito Setorial (OS) respeitam a conteúdos sectoriais existentes e/ou potenciais que ocorrem dentro do âmbito territorial definido pelo próprio POEM. Definem-se assim pelo seu âmbito sectorial de aplicação e refletem o modo como cada atividade se deve relacionar com as demais, de modo a minimizar situações de conflito.

De referir ainda que o POEM, incide num espaço tridimensional e que algumas das atividades não ocupam o espaço físico delimitado, pelo que a gestão do espaço deve ser complementada pela gestão temporal das atividades, o que conduz a uma multiplicidade de resoluções e desenhos funcionais.

Destacam-se as seguintes orientações gerais do POEM:

As atividades desenvolvidas no âmbito da defesa Nacional e Segurança e as obrigações decorrentes dos programas de medida e de monitorização que se encontram estabelecidas, destacando-se o bom estado do ambiente e do espaço marítimo;

Estreita articulação entre as diversas entidades com jurisdição territorial no sentido de permitir avaliar a expansão das áreas já utilizadas, ou utilização de novas áreas para novas atividades, no contexto do quadro geral de uma gestão adaptativa, não descorando o território dominial;

Proposta de Especialização, no âmbito da elaboração de novos planos, ou na revisão de Planos Especiais de Ordenamento do Território, Planos de Ordenamento da Orla Costeira, Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, procurando harmonizar a conservação com a natureza e a biodiversidade, a pesca, a agricultura, o transporte marítimo, portos, navegação, turismo náutico, exploração e depósito de inertes e as atividades associadas à produção de energia (onda, mar, eólica, petróleo). Deverá ainda atender ao Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e que se aplica cumulativamente à faixa de proteção costeira;

Natureza Multidimensional (subsolo marinho, fundo marinho, coluna de água, superfície e coluna aérea), no sentido de permitir a coexistência no mesmo espaço diferentes atividades e diferentes níveis e/ou dimensões do espaço marítimo;

Uma adequada Gestão Operacional, permitindo a utilização de diversas atividades desde que não sejam em simultâneo de modo a que potencie o seu aproveitamento ótimo assegurando a localização num “*timing*” mais conveniente para cada tipo de utilização. Evitando-se situações de concorrência entre utilizações;

Efeitos nas áreas contíguas, compatibilizando-as com a preservação dos valores naturais existentes (fauna, flora e habitats);

Preservação Ambiental, Sustentabilidade e seus Impactos, devendo a exploração dos diversos recursos vivos marinhos, assim como os recursos não renováveis deverão no respetivo processo de licenciamento serem considerados estes fatores;

Existência de compensações, sempre que sejam comprovadas perdas para uma ou várias atividades quer sejam de carácter ambiental ou financeiro;

Remoção de Estruturas, assim que deixem de ser utilizadas dentro do espaço marítimo, devem ser asseguradas pelo promotor a sua remoção e reposição do terreno na sua situação original;

A monitorização de Impactes Ambientais.

4.6.7. O Mar e a Economia do Desporto

Gomes (2014), reconhece o mar como um recurso inestimável e de relevante importância para o país, dando-se particular enfoque ao desporto como um elemento gerador de desenvolvimento social e económico: “A mais-valia para Portugal desta Estratégia é tornar o mar num projeto nacional, apostando numa abordagem integrada da governação dos assuntos do mar, que pela primeira vez congregue os esforços das diferentes tutelas, dos agentes económicos, da comunidade científica, das organizações não-governamentais e da sociedade civil, coresponsabilizando todos os atores para o aproveitamento do mar como fator diferenciador do desenvolvimento económico e social, valorizando e preservando este património.” (Ministério da Defesa Nacional, 2007, p. 7).

Desta temática resultaram diversos eixos estratégicos, a saber: sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar; promoção do ensino e divulgação nas escolas de atividades ligadas ao mar, planeamento e ordenamento espacial das atividades, fomentar a economia do mar, Tabela 13.

Tabela 13 - Ações Estratégicas e Medidas a implementar no âmbito da Economia Nacional do Mar

Estratégias	Medidas
Sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar	O mar como fator diferenciador do país; Promover as atividades desportivas ligadas ao mar;
Promoção do ensino e divulgação no ensino de atividades ligadas ao mar.	Fomentar o ensino de desportos e atividades náuticas nos vários escalões de ensino;
Planeamento e Ordenamento Espacial das Atividades	Promover o Ordenamento Espacial das Atividades Atuais e Potenciando as utilizações futuras; Catalogar as formas de utilização do espaço marítimo pelas diferentes atividades;
Fomentar a Economia do Mar	Valorizar o mar como elemento diferenciador da oferta turística, criando condições para melhor aproveitamento dos recursos existentes.

Fonte: Gomes (2014)

4.6.8. Planos de Ordenamento da Orla Costeira do Litoral Português

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, de ora em diante designados por POOC regem-se pelo Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro (regula a elaboração e aprovação

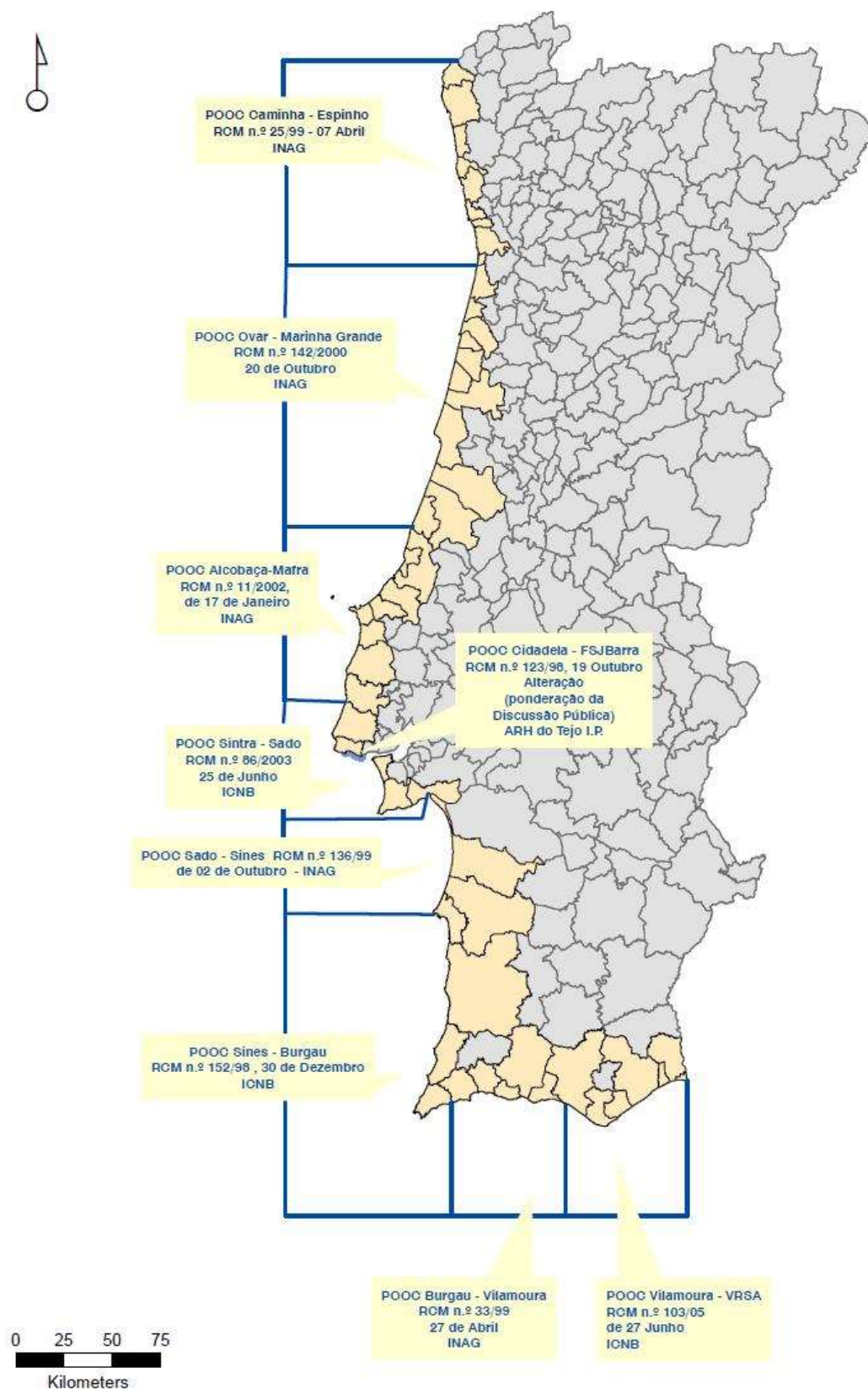
dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira) com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de agosto, e integram a faixa costeira portuguesa dos 500 m, contados a partir do limite das águas do mar para terra e uma faixa marítima de proteção até à batimétrica dos 30 m, com exceção das áreas sob jurisdição portuária, traduzindo-se em instrumentos de relevante importância para a gestão do território nacional.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) têm um papel importante na contribuição na gestão da costa, da sustentabilidade e controlo da erosão marítima e no desenvolvimento sustentável das áreas do Domínio Público Marítimo.

Enquanto Planos Especiais do Ordenamento do Território, os POOC (cf. art.º 42º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro - desenvolve as Bases da Política de Ordenamento do Território) e caracterizam-se por Instrumentos de Gestão do Território previstos no artigo 19.º da denominada Lei da Água (Lei 58/2005), cuja responsabilidade territorial pertence ao Instituto Nacional da Água (INAG).

Face à atual diversidade de Instrumentos de Gestão Territorial, surgiu a necessidade de se compatibilizar os diversos Instrumentos de Gestão Costeira em vigor, destacando-se a Lei n.º 17/2014 de 10 de abril, que veio estabelecer as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, Figura 22.

Figura 22 - Planta Geral das Áreas de POOC em Portugal Continental



Fonte: Apa (2018)

Segundo a APA (2018), os POOC surgem como um instrumento enquadrador para a melhoria, valorização e gestão dos recursos presentes no litoral, e incidem particularmente sobre a proteção e a integridade biofísica do espaço, assim como na valorização dos recursos existentes e na conservação dos valores ambientais e paisagísticos que interessa perpetuar e preservar.

Relativamente ao objetivo geral dos POOC, os mesmos determinam a definição de regimes de salvaguarda, proteção e gestão, estabelecendo usos preferenciais, condicionados e interditos na área de intervenção, e a articulação e compatibilização, na respetiva área de intervenção, dos regimes e medidas constantes noutros instrumentos de gestão territorial e instrumentos de planeamento das águas.

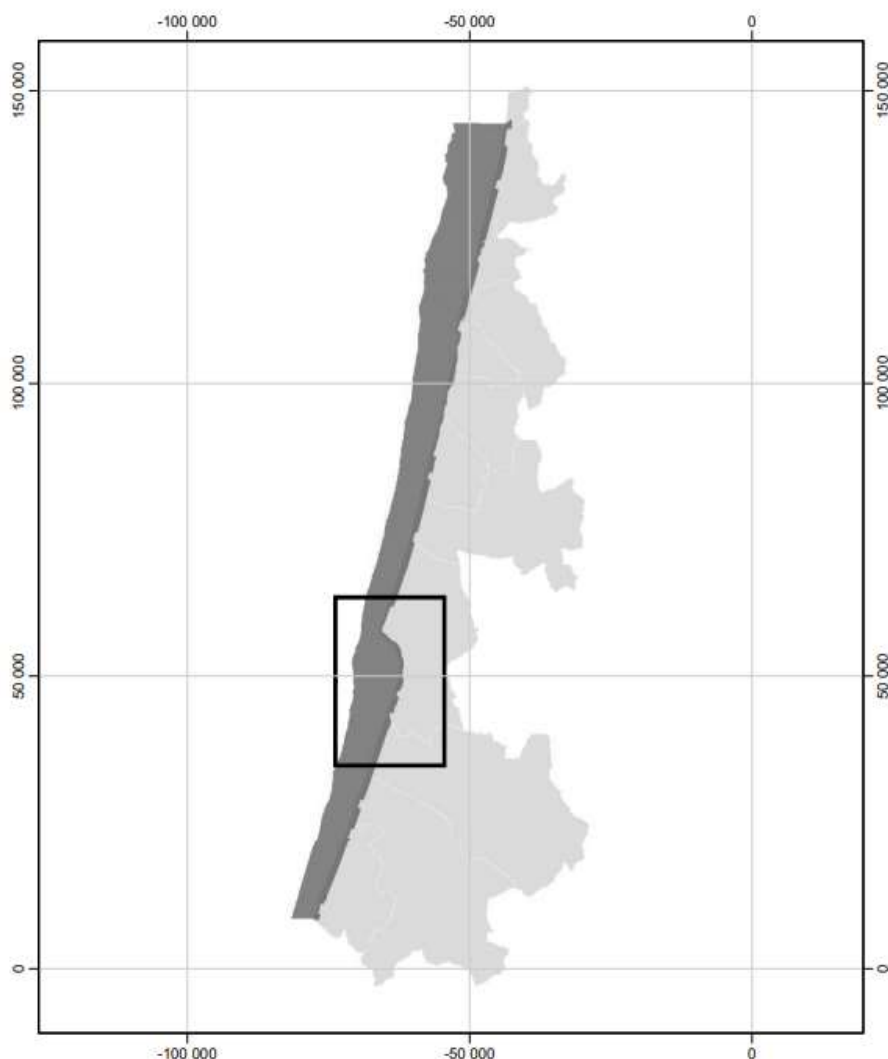
Os POOC são instrumentos de natureza regulamentar da competência da administração central do Estado, e tem como objeto as águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens. Abrangem uma faixa ao longo do litoral, a qual se designa por zona terrestre de proteção, com a largura máxima de 500 m contados a partir do limite das águas do mar para terra (maior maré do ano) e uma faixa marítima de proteção até à batimétrica dos 30 m, com exceção das áreas sob jurisdição portuária, e identificam e definem nomeadamente:

- a) O regime de salvaguarda e proteção para a orla costeira, com o objetivo de garantir um desenvolvimento equilibrado e compatível com os valores naturais existentes a preservar, sociais, culturais e económicos, com a identificação de atividades proibidas, condicionadas e permitidas nas áreas emersa e imersa, em função dos níveis de proteção definidos;
- b) As medidas de proteção, conservação e valorização da orla costeira, com particular incidência nas faixas terrestre e marítima de proteção e ecossistemas associados;
- c) As propostas de intervenção referentes a soluções de defesa costeira, transposição de sedimentos e reforço do cordão dunar;
- d) As propostas e especificações técnicas de eventuais ações e medidas de emergência para as áreas vulneráveis e de risco da costa;
- e) O plano de monitorização da implementação do POOC.

Ao longo de vários anos tem vindo a ser definido e publicado as áreas dos POOC no nosso país. De acordo com o exposto na Figura 22, cujos autores foram o INAG e o ICNB, criaram-se oito POOC em Portugal, estando disponíveis na APA. Desta forma, julga-se conseguido um primeiro grande passo da gestão costeira em Portugal.

A área alvo do presente estudo centra-se na cidade da Figueira da Foz, mais precisamente na sua área dominial. É possível compreender-se com maior exatidão a área integrada no POOC que cruza integralmente a área de estudo e cujos condicionalismos dever-se-á ter em conta na sua análise, Figura 23.

Figura 23 - Planta da Área de POOC no Território de Estudo - Figueira da Foz



Fonte: Adaptado POOC_MT_Folha4_11092017 Apa (2018)

No que respeita aos condicionantes afetos ao território da Figueira da Foz, o mesmo revela o limite da área dominial e portuária na qual se centra a área em estudo, está identificado por uma linha de cor azul, já a zona terrestre de proteção, margem das águas do mar está caracterizada pela cor amarelo.

No que respeita à faixa de salvaguarda de erosão costeira, define-se por dois níveis: nível I, identificada como faixa de salvaguarda de erosão costeira; nível II, mais para dentro da área terrestre ambas de cor vermelha. Com uma linha a tracejado preto encontra-se definida a área de POOC Ovar-Marinha Grande. Verifica-se ainda duas manchas, uma de cor verde escura e outra a verde-claro, que definem respetivamente a faixa de proteção costeira e a faixa de proteção complementar, já a azul claro temos a zona marítima de proteção, faixa

de proteção costeira, e por último a castanho faixa de salvaguarda ao galgamento e inundação costeira, Figura 24.

Figura 24 - Limite da Área de POOC na Figueira da Foz



Fonte: POC_MT_Folha4_11092017 Apa (2018)

Os POOC têm como princípios gerais garantir a execução de uma política integrada de ordenamento do território costeiro de Portugal, assegurando um desenvolvimento económico e social sustentável, e permitindo a articulação com planos, programas e projetos de âmbito quer nacional quer municipal e/ou supramunicipal. Os POOC definem os condicionamentos, vocação e usos dominantes, a localização de infraestruturas de apoio a esses usos e a orientação do desenvolvimento e atividades na orla costeira (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro).

Os POOC, pela sua legislação, podem autorizar ou interditar atividades e usos em toda sua área de jurisdição (500 m) de linha de costa. Existem oito POOC ao longo da costa portuguesa e, cumulativamente com as unidades operativas de gestão (UOPG), podem-se concretizar através de planos de intervenção de iniciativa da APA.

O POOC que incide sobre o estudo de caso - Figueira da Foz denomina-se por “Ovar - Marinha Grande”. Os POOC prevalecem sobre os planos municipais de ordenamento do território (PMOT). O PDM também desempenha um papel preponderante no desenvolvimento territorial, este pode ser aplicado em área dominiais desde que contemplado no respetivo POOC.

4.6.9. A Lei da Água

A Lei da Água é regida pela Lei n.º 58/2005, de 15 de novembro, que estabelece atualmente a titularidade dos recursos hídricos. A Lei da Água transpõe para a Ordem Jurídica Nacional a diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e as Bases e o Quadro Institucional para a gestão sustentável das águas.

4.6.10. A Titularidade dos Recursos Hídricos

A Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro estabelece a titularidade dos recursos hídricos. A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte: o artigo 1.º ponto n.º 1 da Lei n.º 54/2005, de 15 de dezembro, refere que os recursos hídricos compreendem as águas, abrangendo ainda os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas.

Ainda no mesmo artigo 1.º ponto n.º 2 da Lei n.º 54/2005, de 15 de dezembro, refere que em função da titularidade, os recursos hídricos compreendem os recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

4.6.11. O Domínio Hídrico

O domínio hídrico (DH), ou domínio público hídrico como também é designado, respeita às águas públicas e compreende o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas, pertencendo conforme o caso, ao Estado, às regiões autónomas e aos municípios e freguesias. Por se encontrarem integrados no domínio público, os bens, naturais ou artificiais, que o constituem são submetidos a um regime especial de proteção em ordem a garantir que desempenhem o fim de utilidade pública a que se destinam, regime que os subtrai à disciplina jurídica dos bens do domínio privado, tornando-os inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis. A delimitação do domínio hídrico (DH) encontra-se regulada nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro.

A Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, no seu artigo 17.º, veio reformular certos aspetos do seu regime jurídico, atribuindo ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) a iniciativa de promover a constituição da Comissão de Delimitação. Segundo o exposto no artigo 2.º da mesma lei, o domínio público hídrico compreende as áreas do domínio público marítimo, o domínio público lacustre, fluvial e o domínio público das restantes águas. O domínio público hídrico pode pertencer ao Estado, às regiões autónomas e aos municípios e freguesias e compreende:

a) Zona adjacente - zona contígua à margem que, como tal, seja classificada por um ato regulamentar por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias;

b) Zona de infiltração máxima - área em que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições especialmente favoráveis, contribuindo, assim, para a alimentação dos aquíferos;

c) Zonas protegidas - integram as zonas que exigem proteção especial ao abrigo de legislação comunitária e nacional relativa à proteção das águas de superfície e subterrânea ou à conservação dos *habitats* e das espécies diretamente dependentes da água, nomeadamente:

- Zonas destinadas à captação de água para consumo humano (superficiais e subterrâneas);

- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;

- Zonas designadas como águas de recreio, incluindo as águas balneares;

- Zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas designadas como zonas vulneráveis sensíveis;

- Zonas designadas para a proteção de *habitats* ou de espécies em que a manutenção ou melhoramento do estado da água seja um dos fatores importantes para a proteção, incluindo sítios relevantes da Rede Natura 2000;

- Zonas de infiltração máxima caracterizam-se por áreas, que devido à natureza do solo e do substrato geológico permitem a infiltração das águas em condições especialmente favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos aquíferos.

A gestão dos bens do domínio público hídrico por entidades de direito privado só pode ser desenvolvida ao abrigo de um título de utilização, emitido pela autoridade pública competente para o respetivo licenciamento (artigo 9.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro).

4.6.12. O Domínio Público Marítimo

Na esteira de Amaral (1978), o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, refere-se ao domínio público hídrico do continente e das ilhas adjacentes, mas não visa regular o regime das águas públicas que o compõem, antes pretende estabelecer apenas o regime de terrenos públicos conexos com tais águas, ou seja, os leitos, as margens e as zonas adjacentes.

O DPM pertence ao Estado (artigo 4.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro) e compreende as águas costeiras e territoriais e as águas interiores sujeitas à influência das marés, dos rios, lagos e lagoas, assim como os respetivos leitos e margens. Integra também os fundos marinhos contíguos da plataforma continental, abrangendo a zona económica exclusiva. Assumindo-se como um importante instrumento de gestão do território, na medida em que salvaguarda recursos naturais de grande valor, nomeadamente em locais e paisagens

de grande interesse, espaços necessários à manutenção do equilíbrio ecológico (praias, rochedos e dunas), zonas húmidas e estuários, áreas agrícolas e florestais, permite ainda assegurar o desenvolvimento de atividades económicas dependentes da área em questão, nomeadamente atividades piscatórias, atividades agrícolas (que possam ser valorizadoras da paisagem), atividades de turismo (enquadradas nos valores naturais existentes), entre outras, pois os terrenos compreendidos em DPM têm extremo valor enquanto suporte dessas atividades.

Segundo a APA (2014), o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, para além de abordar estas questões, inclui também matérias relativas à temática ambiental, de conservação, bem como clarifica alguns procedimentos no reconhecimento das parcelas privadas na margem das águas do mar.

Este procedimento era iniciado pelo requerente através de processo que dava entrada nos serviços desconcentrados da Administração Central (Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território e posteriormente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) sendo reencaminhado para o Instituto da Água e daí para a Comissão de Delimitação do Domínio Público (CDDPM), num processo moroso e complexo de prova da titularidade.

No âmbito da alínea c) do artigo 161.º da Constituição da República Portuguesa, estabelece a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, a titularidade dos recursos hídricos, classificando-os como recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, ou como recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares. Deste modo, todas as parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas estão sujeitas às servidões estabelecidas por lei e, nomeadamente, a uma servidão de uso público, no interesse geral de acesso às águas e de passagem ao longo das águas, da pesca, da navegação e da flutuação, quando se trate de águas navegáveis ou flutuáveis, e da fiscalização e policiamento das águas pelas entidades competentes.

Para Amaral (1978), no que respeita ao domínio público marítimo importa sublinhar a área de 50 m de largura da margem das águas e do mar e das águas navegáveis ou flutuáveis sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias.

A Figura 25 expressa através de uma linha a vermelho, os limites de jurisdição dominial no concelho da Figueira da Foz, que abrange todo o estuário do rio Mondego, e parte urbana da cidade, e que se estende para montante até ao limite da ilha da Morraceira e margem sul da cidade, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de setembro, DR n.º 225/92, Série I-A, de 29/09/1992.

Figura 25 - Limite da Área de Jurisdição do DPM na Figueira da Foz



Fonte: Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - Figueira da Foz (2007)

A propósito do reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas e leitos ou margens públicas, o legislador focou aspetos relevantes, destacando-se os proprietários particulares, quando se mostre terem ficado destruídos por causas naturais os documentos anteriores a 1864 ou 1868 existentes em arquivos ou registos públicos. Assim, presumir-se-ão particulares os terrenos em relação aos quais se prove que, antes de 1 de dezembro de 1892, eram objeto de propriedade privada ou posse privada, (Amaral, 1978).

Quanto às restrições de utilidade pública, verificou-se que, quando impostas restrições aos proprietários confinantes com as margens das águas do mar e dos rios é necessária a intervenção dos serviços hidráulicos no planeamento urbanístico ou no licenciamento de edificações, com vista à salvaguarda dos perigos emergentes da proximidade das águas e da probabilidade da ação devastadora (Amaral, 1978).

Por forma a melhor se entender toda a temática que se prende com a ocupação de áreas dominiais, interessa primeiramente perceber-se alguns conceitos que serviram de base à atual legislação, nomeadamente o vetusto Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro.

O artigo 2.º do referido define:

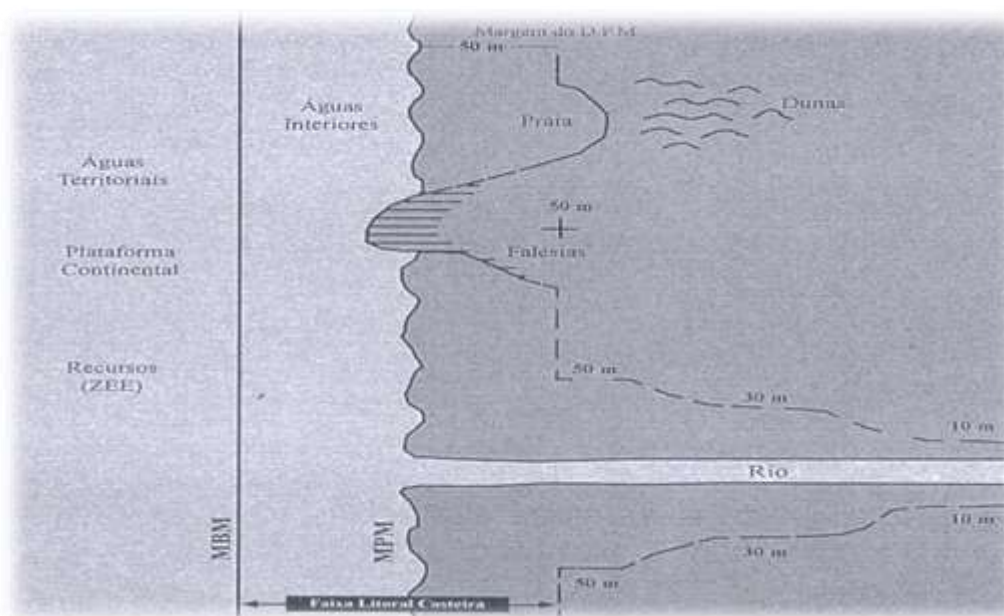
- Noção de leito - define-se pelo terreno coberto por águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades.

- Leito das águas do mar - bem como as demais águas sujeitas à influência das marés, é limitada pela linha da máxima preia-mar das águas vivas equinociais.

- Leito das restantes águas - é limitada pela linha que corresponde à extremidade dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto. Já o artigo 3.º do mesmo diploma legal estabelece a noção de margem e sua largura, nos seguintes termos:

- Tendo por base o documento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro, define a área costeira do domínio público marítimo como as margens das águas do mar, bem como das águas navegáveis ou fluviáveis sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas ou portuárias, numa largura de 50 m. As margens das restantes águas navegáveis ou fluviáveis tem a largura de 30 m, já a margem das águas navegáveis nem fluviáveis tem largura de 10 m, Figura 26.

Figura 26 - Área Costeira do Domínio Público Marítimo



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2006)

O governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição da República Portuguesa o seguinte:

O uso privativo de todos os bens do domínio público do Estado sob administração portuária, ainda que não incluídos no domínio público hídrico, rege-se-á pelo disposto nos artigos 17.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de fevereiro.

4.6.13. Questões de Titularidade e o Reconhecimento de Propriedade Privada

A Titularidade dos Recursos Hídricos (TRH) vem descrita na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro. De acordo com o exposto no ponto n.º 2 do artigo 1.º da dita lei, (em função da titularidade), os recursos hídricos compreendem os recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

Versado no artigo 9.º, a administração do domínio público hídrico, refere no ponto 1 que o domínio público hídrico pode ser afeto por lei à administração de entidades de direito público, encarregadas de prossecução de atribuições de interesse público a que ficam afetos, sem prejuízo da jurisdição da Autoridade Nacional da Água. A gestão de bens do domínio público hídrico por entidades de direito privado só pode ser desenvolvida ao abrigo do título de utilização, emitido pela autoridade pública competente para o respetivo licenciamento.

Segundo Amaral (1978), e de acordo com o exposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, com o consentimento das entidades competentes, podem parcelas determinadas de terrenos públicos serem destinados a usos privativos. As licenças e concessões são estabelecidas de acordo com o exposto no artigo 18.º do referido decreto-lei, ou seja, o direito do uso privativo de qualquer parcela dominial só pode ser atribuído mediante licença ou concessão:

a) De acordo com o n.º 2 do referido diploma legal, só serão objeto de controlo administrativo de concessão os usos privativos que exijam a realização de investimentos em instalações fixas e indismontáveis e sejam consideradas de utilidade pública. O prazo máximo é de 30 anos, de acordo com o exposto no seu artigo 20.º;

b) Serão objeto de licença feita a título precário todos os restantes usos, sendo os prazos estimados entre 1 e 5 anos, de acordo com o exposto no seu artigo 20.º.

Para o legislador e de acordo com o exposto no artigo 21.º do dito decreto-lei, o direito de uso privativo de licenças e concessões, enquanto se mantiverem, conferem aos seus titulares o direito de utilização exclusiva, para os fins e com os limites consignados no respetivo título constitutivo, das parcelas dominiais a que respeitam (Amaral, 1978).

Se a utilização permitida envolver a realização de obras de alteração, o direito de uso privativo abrange poderes de construção, transformação, extração, conforme os casos, entendendo-se que tanto as construções efetuadas, como as instalações desmontáveis se mantêm na propriedade do titular da licença ou concessão até expirar o prazo. Findo o prazo terá que desmontar a construção, de acordo com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de fevereiro, veio alterar o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, nomeadamente no que se refere aos prazos relativos às concessões de usos

privativos de terrenos no domínio hídrico. Particularmente em casos específicos, devidamente justificados, o Conselho de Ministros pode autorizar a outorga de concessões por prazo superior a trinta anos ou por tempo indeterminado.

O Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro, veio atualizar o regime de utilização do DH, sob jurisdição da APA. Estabeleceu que as licenças podem ser outorgadas por um prazo máximo de 10 ou 35 anos, variando consoante os usos, ou 75 anos se se tratar de concessões.

Já a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, no seu artigo 15.º refere:

“Quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, pode obter esse reconhecimento desde que intente a correspondente ação judicial até 1 de janeiro de 2014, devendo provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864, ou caso se tratasse de arribas alcantiladas, antes de 22 de março de 1868.”

4.6.14. A Delimitação de Terrenos Dominiais

De acordo com o versado por Amaral (1978), os artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, definem que a delimitação de leitos e margens dominiais confinantes com terrenos de outra natureza compete ao Estado, ou a requerimento dos interessados. Da comissão de delimitação farão sempre parte representantes dos proprietários dos terrenos confinantes com os leitos ou margens dominiais a delimitar.

Sempre que as comissões de delimitação se deparem com questões jurídicas, que não estejam em condições de poder decidir por si, poderão os respetivos presidentes requerer a colaboração e solicitar parecer do delegado do procurador da república da comarca onde se situem os terrenos a delimitar. A delimitação, uma vez homologada pelos ministros da justiça e da marinha, será publicado em Diário da República.

A Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (lei da titularidade dos recursos hídricos), no seu artigo 17.º, veio atualizar e reformular alguns aspetos do seu regime jurídico, atribuindo ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a iniciativa de promover a constituição da Comissão de Delimitação.

O ponto n.º 2 do referido artigo estabelece que das comissões de delimitação, que podem ser constituídas por iniciativa do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, fazem sempre parte representantes do Ministério da Defesa Nacional e das Administrações Portuárias afetadas no caso do DPM, representantes dos municípios afetados e também representantes dos proprietários dos terrenos confinantes com os leitos ou margens dominiais a delimitar.

Sempre que as Comissões de Delimitação se deparem com questões de índole jurídica que não estejam em condições de decidir por si, podem os respetivos presidentes

requerer a colaboração ou solicitar o parecer do delegado do procurador da República da Comarca onde se situem os terrenos a delimitar (artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro). A delimitação, uma vez homologada por resolução do conselho de ministros, é publicada no Diário da República.

Complementarmente, a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), conferiu ao Instituto da Água, atualmente regido pela APA, funções de Autoridade Nacional da Água, unificando sob a sua égide os regimes jurídicos da proteção e gestão dos recursos hídricos, que eram diferenciados consoante se tratasse de águas marítimas e não marítimas. A APA, como organismo integrado no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, assume um papel dinamizador nos processos de delimitação dominial, que antes estava consagrado, e alargado a todos os recursos hídricos dominiais.

4.6.15. Procedimentos para a Delimitação de Terrenos Dominiais

O ponto 1 do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, estabelece o procedimento administrativo pelo qual é fixada a linha que define a extrema dos leitos e margens do domínio público hídrico confinantes com terrenos de outra natureza.

A abertura de procedimento de delimitação apenas ocorre quando há dúvidas fundadas na aplicação dos critérios legais à definição no terreno dos limites do domínio público hídrico, devendo ser tidos ainda em consideração os recursos disponíveis e o interesse público da delimitação.

De acordo com o artigo 3.º do referido Decreto-Lei n.º 353/2007, o procedimento de delimitação de iniciativa pública atualmente está sobre jurisdição da APA. No entanto, pode ainda ser requerida a abertura de um procedimento de delimitação por iniciativa pública:

- a) Pela Administração da Região Hidrográfica (ARH), com jurisdição na área em causa, ou do organismo regional com competência correspondente;
- b) Pela Autoridade Marítima na sua área de jurisdição;
- c) Pelas entidades que forem delegadas competências para a gestão dos recursos hídricos envolvidos;
- d) Pelas autarquias locais, quanto à delimitação dos leitos e margens dominiais das quais são titulares ou cuja gestão asseguram.

A apresentação do requerimento para a abertura do procedimento de delimitação é objeto de publicitação mediante a colocação de um aviso no sítio na Internet da APA (APA, 2018). Na preparação do processo de delimitação, a APA pode solicitar a cooperação das autarquias locais afetadas, ou das demais entidades com competência própria, ou delegada para a gestão dos recursos hídricos em causa e da Autoridade Marítima, no âmbito dos elementos ou informações técnicas de cariz oceânico ou hidrográfico.

Segundo o exposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, os processos de delimitação pendentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei são apreciados ao abrigo e nos termos das normas e procedimentos aplicáveis à data do seu início. Exceto se vierem a ser submetidos ao regime do presente decreto-lei, por despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e do ambiente, considerando o período de tempo decorrido desde o seu início e desde que salvaguardados os atos praticados e as diligências efetuadas.

4.6.16. As Taxas de Uso Privativo de terrenos dominiais

Face ao exposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, pelo uso privativo de terrenos dominiais é devido o pagamento de uma taxa a pagar anualmente à entidade competente, através do alvará de ocupação de área dominial, quer seja licença ou concessão.

De acordo com o ponto n.º 3 do mesmo artigo, caso esteja em curso um processo de delimitação, as taxas devidas não são imediatamente exigíveis, mas o interessado deve prestar caução logo no início do uso privativo. Assim que seja reconhecida a dominialidade de tais terrenos, torna-se exigível, após publicação do respetivo ato de delimitação, o pagamento das quantias devidas por todo o período de utilização já decorrido.

O Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro, aprova o novo regulamento do sistema de tarifário dos portos do continente. Sendo que, o regulamento da administração do porto da Figueira da Foz, Sa (APFF), para a autorização de usos privativos de terrenos e de edifícios dominiais, tem por base o exposto no art.º 7.º do referido diploma legal.

Já o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353/2007 de 26 de outubro esclarece:

A apreciação dos processos de iniciativa dos particulares está sujeita ao pagamento de uma taxa destinada a custear os encargos administrativos inerentes ao procedimento, cujo valor é fixado em portaria pelo governo responsável pela área do ambiente. O pagamento da taxa é prévio à apresentação do requerimento, devendo o mesmo ser liminarmente rejeitado se não for instruído com o comprovativo do pagamento, sendo a taxa restituída por inteiro se o procedimento vier a ser arquivado antecipadamente nos termos do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 353/2007 de 26 de outubro.

4.6.17. Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Face ao exposto no ponto n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, os proprietários de parcelas privadas de leitos ou margens públicas estão sujeitos a todas as obrigações que a lei estabeleça no que concerne à execução de obras hidráulicas, nomeadamente: a correção, a regularização, a conservação, a desobstrução e a limpeza. A

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (3.ª alteração), alterada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, estabelece, no artigo 21.º, o seguinte:

a) Todas as parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas estão sujeitas as servidões estabelecidas por lei;

b) Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade com jurisdição;

c) Os proprietários de parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas devem mantê-las em bom estado de conservação e estão sujeitas a todas as obrigações que a lei estabelecer;

d) Todas as parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas estão sujeitas às servidões estabelecidas por lei e nomeadamente a uma servidão de uso público, no interesse geral de acesso às águas e de passagem ao longo das águas da pesca, da navegação e flutuação, quando se trate de águas navegáveis ou flutuáveis, e ainda da fiscalização e policiamento das águas pelas entidades competentes;

e) Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição sobre as águas públicas correspondentes;

f) Os proprietários devem manter as suas parcelas de leitos e margens de águas públicas em bom estado de conservação;

g) O Estado pode substituir-se ao proprietário, através das administrações das regiões hidrográficas, ou dos organismos competentes, realizando as obras necessárias à limpeza e desobstrução das águas públicas por conta deles. Se da execução das obras resultarem prejuízos que excedam os encargos resultantes das obrigações legais dos proprietários, o organismo público responsável pelos mesmos indemnizá-los-á.

4.6.18. Servidões e Restrições de Utilidade Pública nas Áreas Adjacentes

De acordo com o exposto no artigo 25.º da Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, quando respeita às restrições de utilidade pública nas zonas adjacentes, pode o diploma que procede à classificação, definir áreas de ocupação edificada proibida e ou áreas de ocupação edificada condicionada. O ponto 2 do mesmo artigo expressa que nas áreas delimitadas como zona de ocupação edificada proibida, é interdito:

a) Destruir o revestimento vegetal ou alterar o relevo natural do terreno, com a exceção de prática de culturas tradicionalmente integradas em explorações agrícolas;

b) Instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucata ou quaisquer outros depósitos de materiais;

c) Realizar construções, construir edifícios ou executar obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas;

d) Dividir a propriedade em áreas inferiores à unidade mínima de cultura.

Nas áreas referidas no ponto 2 do dito artigo, a implantação de infraestruturas indispensáveis, ou a realização de obras de correção hidráulica, depende da licença concedida pela autoridade a quem cabe o licenciamento da utilização dos recursos hídricos na área em causa.

Podem as áreas adjacentes ser utilizadas para a instalação de equipamentos de lazer, desde que não impliquem a construção de edifícios, mediante autorização de utilização concedida pela autoridade a quem cabe o licenciamento de utilização de recursos hídricos afetados e desde que:

i) Tais edifícios constituam complemento indispensável de outros já existentes e devidamente licenciados, ou que estejam inseridos em planos já aprovados;

ii) Os efeitos das cheias sejam minimizados através de normas específicas, sistemas de proteção e drenagem e medidas para a manutenção e recuperação de condições de permeabilidade dos solos;

iii) As cotas dos pisos inferiores dos edifícios devem ser sempre superiores às cotas previstas para a cheia com período de retorno de 100 anos, devendo este requisito ser expressamente referido no processo de licenciamento;

iv) São nulos e de nenhum efeito todos os atos de licenciamento que não respeitem o referido anteriormente (ponto n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 31/2016 de 23 de agosto);

v) A autoridade competente para o licenciamento do uso de recursos hídricos na área abrangida pela zona adjacente seja competente para promover diretamente o embargo e demolição de obras ou de outras instalações executadas em violação do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 31/2016 de 23 de agosto.

4.6.19. Extinção de Uso Privativo

No entendimento de Amaral (1978), o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, estabelece a extinção do uso privativo, por outro lado, a entidade competente pode extinguir em qualquer momento, por ato fundamentado, os direitos do uso privativo constituídos mediante licença ou concessão. A revogação da licença não confere ao interessado direito a qualquer indemnização. Se tratar de concessão confere ao interessado o direito a uma indemnização equivalente ao custo das obras realizadas e das instalações fixas.

Relativamente à redução de área ocupada, o artigo 29.º do referido Decreto-Lei refere que, quando a área afetada ao uso privativo for reduzida em consequência de qualquer causa

natural ou por conveniência de interesse público, o particular optará pela redução proporcional da taxa a pagar pela ocupação, ou pela renúncia ao seu direito de uso privativo. Caso opte pela renúncia tem direito a indemnização, calculada nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do mesmo Decreto-Lei.

4.6.20. Tipologias de ocupação de terrenos dominiais - Figueira da Foz

A Figura 27 expressa a ocupação de uma infraestrutura amovível, de apoio aos desportos náuticos, em particular aos desportos de ondas, em área do DPM no concelho da Figueira da Foz. Pelo tipo de estrutura percebe-se que se trata de uma estrutura de madeira, sem grande qualidade arquitetónica e construtiva, com cobertura em folha de painel *sandwich* e tendo como função o apoio à prática desportiva.

Figura 27 - Escola de Surf I - Instalação de Estrutura Amovível em área DPM - Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

De características idênticas há figura anterior, localiza-se outra construção em área do DPM, Cabedelo - Figueira da Foz, de carácter amovível, de apoio aos desportos náuticos, em particular aos desportos de ondas, nomeadamente surf e *bodyboard*, Figura 28.

Figura 28 - Escola de Surf II - Instalação de Estrutura Amovível em área DPM - Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

Uma terceira ocupação de uma infraestrutura amovível encontra-se em área do DPM Cabedelo - Figueira da Foz, de apoio aos desportos náuticos, em particular aos desportos de ondas. Atualmente esta infraestrutura já não se encontra no local, tendo sido destruída durante a passagem da tempestade tropical *Leslie* que atingiu a região centro no dia 14/10/2018, Figura 29.

Figura 29 - Escola de Surf III - Instalação de Estrutura Amovível em área DPM - Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

Da observação efetuada no local às três infraestruturas existentes, constatamos que todas apresentavam uma estrutura de madeira de fraca qualidade, sem instalações sanitárias condignas, com aspeto pouco ou nada cuidado, mas que, apesar de tudo serviam o seu propósito, apoio à atividade desportiva local.

De notar que as instalações desmontáveis (Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro), quer tenham sido efetuadas em virtude de licença ou concessão deverão ser removidas pelo proprietário no prazo que lhe for estabelecido pela entidade com responsabilidade sob a jurisdição no local, que no caso em apreço a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF).

Na Figura 30, estamos perante uma infraestrutura fixa 1, em área DPM (com custos elevados para o promotor), cujas condicionantes seguiram o exposto no Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, e com a demais legislação em vigor e aplicável, nomeadamente o PDM do concelho da Figueira da Foz (DR, 2.ª Série n.º 179, de 15 de setembro 2017) e Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro.

Figura 30 - Instalação de Estrutura Fixa 1 em área DPM - Figueira da Foz



Fonte: Elaboração própria

A Figura 31 representa uma instalação fixa 2, caso tenha sido realizada ao abrigo de concessão, reverte no futuro a favor do Estado. Se se tratarem de instalações realizadas ao abrigo de licença, estas devem ser demolidas, ou revertidas para o Estado ou prolongada a licença findo o respetivo prazo. Se o uso implicar a realização de obras, de acordo com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, cabe a este submeter o respetivo projeto a aprovação junto das entidades competentes.

Figura 31 - Instalação de Estrutura Fixa 2 em área DPM - Figueira da Foz

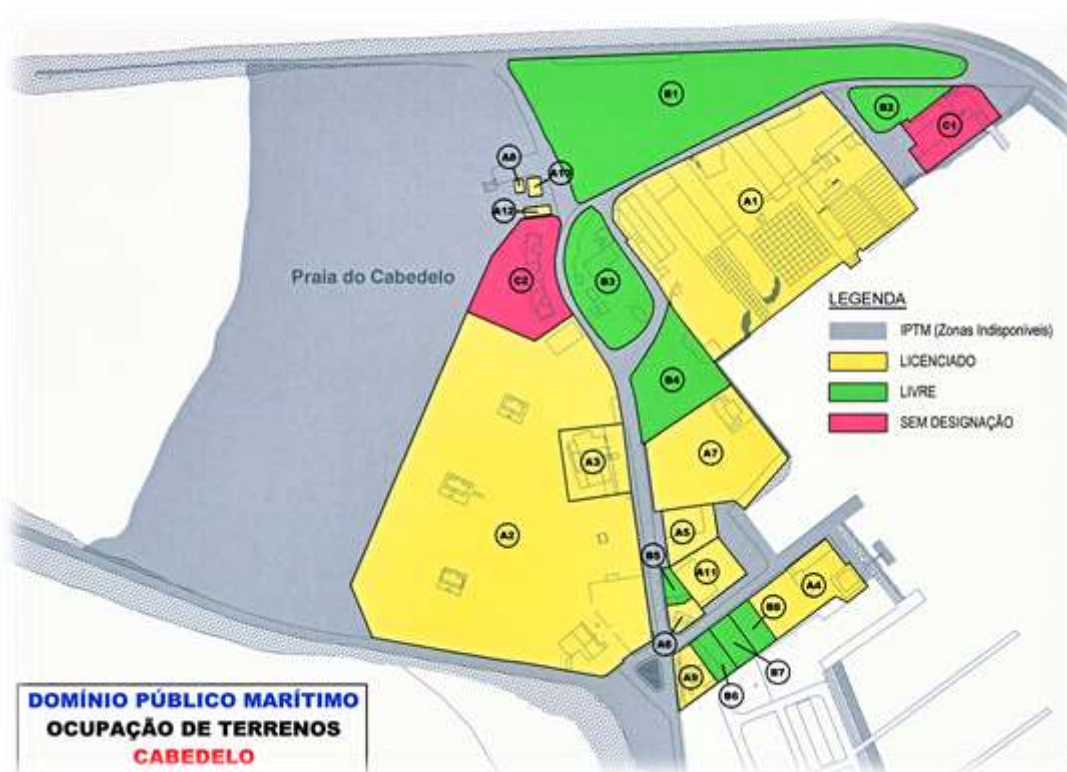


Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de se reestruturar, gerir e coordenar a ocupação das áreas integradas no domínio público marítimo, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - Delegação dos Portos do Centro, Divisão de Infraestruturas e Património da Figueira da Foz, desenvolveu um trabalho de planificação e gestão territorial e cadastral, que no seu essencial permitiu saber com detalhe quais os espaços licenciados no DPM (data de 2007), e os espaços por licenciar, e qual a situação referente a cada um dos terrenos já ocupados (Ventura, 2007).

Desse trabalho, resultaram um conjunto variado de registos, base de dados cartográfica que se apresentam e que são parte integrante do presente estudo, permitindo com bastante clareza, de leitura simples, e de fácil interpretação, do estado da ocupação do território dominial no concelho da Figueira da Foz. Essas mesmas áreas encontram-se identificados como Figuras 32, 33, 34, 35 e 36, respetivamente.

Figura 32 - Ocupação de Terrenos em área DPM - Cabedelo - Figueira da Foz



Fonte: Ventura (2007)

Figura 33 - Ocupação de Terrenos em áreas DPM - Cabedelo - Figueira da Foz

TERRENOS COM ALVARÁS DE LICENÇA NA ZONA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO							
Ref.	Alvará de Licença Nº	Área de Ocupação	Requerente	Processo	Data de Emissão	Período	Substitui /Anula
A1	10/2004	24 573 m ²	NAVALFOZ - COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NAVAIS, LDA	M-5-1-182	27-02-2004	5 ANOS	----
A2	20/2003	42 110 m ²	FEDERAÇÃO DE CAMPISMO & MONTANHISMO DE PORTUGAL	M-5-1-22	21-07-2003	5 ANOS	53/92 , 14/87
A3	28/2002	1 749 m ²	RESTAURANTE " A BÚSSOLA "	M-5-1-180	09-10-2002	1 ANO	30/01
A4	05/2003	3 010 m ²	CONSULFOZ - EMPRESA DE CONSULTORIA MARÍTIMA, SA.	F-15-1-3-3	18-03-1930	5 ANOS	30/95
A5	18/1997	1 230 m ²	MECÂNICA NAVAL, CORREIA & REIS, LDA	F-15-1-1-24	02-12-1997	5 ANOS	----
A6	16/2005	452 m ²	SURFING FIGUEIRA - ESCOLA DE SURF	M-5-1-223	13-04-2005	5 ANOS	03/99
A7	11/2004	6 570 m ²	G.N.R. - BRIGADA FISCAL - DESTACAMENTO FISCAL DA FIGUEIRA DA FOZ	M-5-1-210	27-02-2004	5 ANOS	----
A8	13/2004	70 m ²	MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS WANG CHENG BERNARDES	M-5-1-195	02-03-2004	1 ANO	----
A9	12/2004	960 m ²	JORGE MARQUES GOMES	M-5-1-207	02-03-2004	1 ANO	----
A10	14/2004	140 m ²	JORGE MARQUES GOMES	M-5-1-211	02-03-2004	1 ANO	----
A11	02/2005	1 610 m ²	SIRIÚS - ASSISTÊNCIA NÁUTICA, LDA	M-5-1-213	14-01-2005	5 ANOS	18/04
A12	23/2004	140 m ²	VÍTOR MANUEL SILVA OLIVEIRA	M-5-1-212	06-05-2005	1 ANO	----

Fonte: Ventura (2007)

Figura 34 - Ocupação de Terrenos em área DPM - Morraceira - Figueira da Foz

TERRENOS COM ALVARÁS DE LICENÇA NA ZONA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO							
Ref.	Alvará de Licença Nº	Área de Ocupação	Requerente	Processo	Data de Emissão	Período	Substitui /Anula
A1	27/2004	50 945 m ²	ESTALEIROS NAVAIS DO MONDEGO, SA.	M-5-1-214	07/05/2004	5 ANOS	8/69 112/63 11/93
A2	88/1954	2 954 m ²	CENTRO SOCIAL DA COVA-GALA	L-4-35	22/12/1954	5 ANOS	-----
A3	18/2005-FF	420ml	DELTA FISH - PRODUTOS ALIMENTARES, SA.	M-5-1-225	09/05/2005	5 ANOS	20/88
A4	26/2004	11 660 m ²	NAVAL CENTRO - ESTALEIROS NAVAIS DO CENTRO DE PORTUGAL, SA.	M-5-1-103	07/05/2004	5 ANOS	42/91
A5	30/1994	180 m ²	MARIA LUISA FERREIRA BOEIRO	M-5-1-128	01/12/1994	1 ANO	-----
A6	39/1992	623 m ²	SCOTTWOOL (PORTUGAL) MALHAS & CONFECÇÕES, SA.	M-5-1-60	31/07/1992	5 ANOS	-----
A7	04/1996	20 000 m ²	COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÕES, SA.	M-5-1-130	02/02/1996	5 ANOS	-----
A8	38/1996	40 m ²	MARIA DA ENCARNAÇÃO FERREIRA BÓIA	M-5-1-137	18/10/1996	1 ANO	-----
A9	24/2002	70 m ²	RICO & SILVEIRINHA, LDA.	M-5-1-181	01/08/2002	1 ANO	04-98
A10	33/2003	4 350 m ²	COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÕES, SA.	M-5-1-130	07/10/2003	5 ANOS	-----
A11	40/2003	200 m ²	JOSÉ MANUEL COELHO ADÃO	M-5-1-206	07/10/2003	1 ANO	-----
A12	06/2004	400 m ²	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTOS DE SAL E PEIXE DO SALGADO DA FIGUEIRA DA FOZ	M-5-1-201	04/02/2004	5 ANOS	-----
A13	01/2005-FF	13 500 m ²	LUGRADE - BACALHAU DE COIMBRA, SA.	M-5-1-216	13/01/2005	5 ANOS	81/04
A14	07/2005-FF	16 235 m ²	ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA	M-5-1-217	02/02/2005	5 ANOS	92/2004-FF
A15	104/2004-FF	5 360 m ²	OFFSETARTE - ARTES GRÁFICAS, LDA	M-5-1-167	10/11/2004	5 ANOS	-----
A16	45/2005-FF	63 760 m ²	MANUEL MARIA DE ALMEIDA E SILVA & C.ª L.ª	M-5-1-229	04/11/2005	5 ANOS	-----
A17	14/2005-FF	6 500 m ²	ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA	D-5-2-A	01/04/2005	9 MESES	-----
A18	17/2005-FF	2 497 m ²	GASPROCAR, DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LDA.	M-5-1-224	26/04/2005	5 ANOS	-----
A19	20/2005-FF	4 325 m ²	FIGUEIRAEATES, COMÉRCIO DE BARCOS, LDA.	M-5-1-225	17/06/2005	5 ANOS	-----
A20	23/1989	88 040 m ²	GIL VENTURA DOS REIS (PISCICULTURA) - SALINA "CAVALO BRANCO"	M-5-2-120	16/06/1989	1 ANO	-----

Fonte: Ventura (2007)

Figura 35 - Ocupação de Terrenos em áreas DPM - Porto de Pesca - Figueira da Foz



Fonte: Ventura (2007)

Figura 36 - Ocupação de Terrenos em área DPM - Porto de Pesca - Figueira da Foz

TERRENOS COM ALVARÁS DE LICENÇA NA ZONA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO							
Ref.	Alvará de Licença Nº	Área de Ocupação	Requerente	Processo	Data de Emissão	Período	Substitui /Anula
A1	PROTOCOLO	5 275 m ²	DOCAPESCA PORTOS E LOTAS, SA. (Lota do Porto de Pesca)	----	----	----	----
A2	PROTOCOLO	000 m ²	DOCAPESCA PORTOS E LOTAS, SA. (Armazens dos Comerciantes)	----	----	----	----
A3	95/2004	165 m ²	PETROGAL - PETRÓLEOS DE PORTUGAL, SA.	M-5-1-50	16/09/2004	1 ANO	30/87
A4	105/2004	455 m ²	REPSOL COMBUSTÍVEIS, SA.	M-5-1-219	23/11/2004	1 ANO	97/04
A5	01/2002	260 m ²	EMANUEL ROSA VIEIRA DOS SANTOS & GRACINDA VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO	F-15-1-1-50	04/03/2002	5 ANOS	25/89
A6	34/1995	1 229 m ²	PROPEIXE, O.P. - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE PEIXE DO NORTE, C.R.L.	F-15-1-1-27	07/09/1995	5 ANOS	----
A7	16/1996	10 193 m ²	BRIOSIA – CONSERVAS DE PESCADO, LDA.	F-15-1-1-26	31/05/1996	5 ANOS	44/89
A8	02/2002	13 650 m ²	COFISA - CONSERVAS DE PEIXE DA FIGUEIRA, SA.	F-15-1-1-25	----	5 ANOS	<u>31/01 17/96</u> 36/91
A9	CONTRATO DE CONCESSÃO	000 m ²	DOCAPESCA PORTOS E LOTAS, SA. (Fábrica de Gelo)	F-24-2	23/05/1997	----	20/11/1995
A10	96/2004	179 m ²	ESSO PORTUGUESA, LDA.	M-5-1-169	16/09/2004	1 ANO	32/00
A11	15/2004	3 295 m ²	FIGUEIRAPEIXE - COMÉRCIO GERAL DE PEIXE, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.	F-15-1-1-55-1	17/03/2004	1 ANO	----
A12	16/2004	2 652 m ²	ALVAMARISPEIXE - COMÉRCIO DE PEIXE, LDA.	F-15-1-1-55-2	17/03/2004	1 ANO	----
A13	98/2004	2 500 m ²	LARANJINHA, LDA.	F-15-1-1-55-3	06/10/2004	1 ANO	----
A14	06/2005	2 000 m ²	FIGUEIRAPEIXE - COMÉRCIO GERAL DE PEIXE, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.	F-15-1-1-60	31/01/2005	1 ANO	----
A15		000 m ²	GIALMAR - PRODUTOS ALIMENTARES, SA.	----	----	----	----

Fonte: Ventura (2007)

4.6.21. Questões - Ocupação de Terrenos Domínio Público Marítimo

Segundo Ventura (2007), e tendo como base as Figuras 37, 38, 39 e 40, respeitantes aos pareceres jurídicos 1 e 1-A, 2 e 2-A, foram abordadas temáticas de gestão e de ocupação de terrenos concessionados e/ou licenciados em área do domínio público do Estado. Nesse contexto, teve-se em conta a seguinte questão:

- Que sentido faria uma hipoteca sobre um edifício que pode, a qualquer momento, ser demolido ou passar para o domínio público do Estado?

Segundo a opinião do jurista Carvalho (2005), expressa nos seus pareceres jurídicos 1 e 1-A anexos, quando se trate de contrato de concessões, tudo é diferente:

“O artigo 688º do Código Civil permite expressamente que o concessionário hipoteque o direito que tem sobre o terreno onde se construíram os edifícios. Em segundo lugar, porque as concessões, ao contrário do que acontece com as licenças, não têm carácter precário”. Ora vejamos:

“(…) Desde logo porque o titular da licença não pode, por força do artigo 688º do Código Civil, hipotecar o direito precário que tem sobre o terreno onde foram erigidas as construções. E como se sabe, um edifício só pode ser hipotecado juntamente com o direito que o seu proprietário tem sobre o terreno onde ele foi construído. Isto é, porque se o proprietário não puder, como acontece com as licenças, hipotecar o direito que tem sobre o terreno, também não pode hipotecar o edifício.”

Deste modo, conclui-se, segundo a opinião formada por este autor, que os edifícios construídos pelos titulares de licenças de utilização do domínio público não podem ser hipotecados. Ventura (2007) aborda um tema que se prende com os contratos de concessão com o Instituto Portuários e dos Transportes Marítimos (IPTM), e de acordo com os pareceres jurídicos apresentados, levanta a questão de qual o procedimento que determinada empresa terá de adotar para que o uso privativo da parcela do domínio público marítimo, que lhe foi concedido através de um alvará de licença de ocupação e uma outra, possa ser objeto de contratos de concessão com o IPTM.

Tendo em linha de conta o explicitado pelo jurista Carvalho (2005), só podem ser objeto de um contrato administrativo de concessão:

“(…) Os usos privativos que exijam a realização de investimentos em instalações fixas e indismontáveis e sejam considerados de interesse público, (...) cf. n.º2 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 novembro. A celebração de um qualquer contrato administrativo de concessão tem, por força do artigo 183º do Código de Procedimento Administrativo, de ser precedida de concurso público”.

De acordo com a análise de Ventura (2007), temos um outro tema de exemplo de estudo, que se prende com a questão dos alvarás de licença: Devem ou não indicar a área ocupada? Deve ou não consagrar taxa respetiva?

“(…) É evidente que qualquer licença de uso privativo do domínio público tem obrigatoriamente de indicar e identificar a área da parcela dominial ocupada, sob pena de poder ser considerada como numa e de nenhum efeito, por ininteligibilidade do seu objeto (crf. artigo 133º/2/c do CPA). Sendo claro que do novo alvará tem de constar a indicação da área efetivamente ocupada, subsiste apenas a questão de saber se, “*in casu*”, deve ser aplicada a taxa estabelecida pelo tarifário em vigor ou se deve ser mantida a taxa que vinha sendo cobrada, devidamente atualizada”.

Ventura (2007) aborda ainda a questão dos processos de execução fiscal para pagamento de taxas em dívida. Como exemplo temos:

- A antiga Junta Autónoma do orto da Figueira da Foz terá passado em tempos um alvará a um requerente; entretanto foi desencadeado um processo de delimitação com o domínio público marítimo, e o requerente pediu a suspensão do pagamento da taxa (aplicação Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 novembro), contudo algum tempo depois o processo de delimitação foi suspenso por inércias do requerente. Assim, coloca-se a questão, se o IPTM pode ou não avançar para um processo de execução fiscal para pagamento dos valores em dívida.

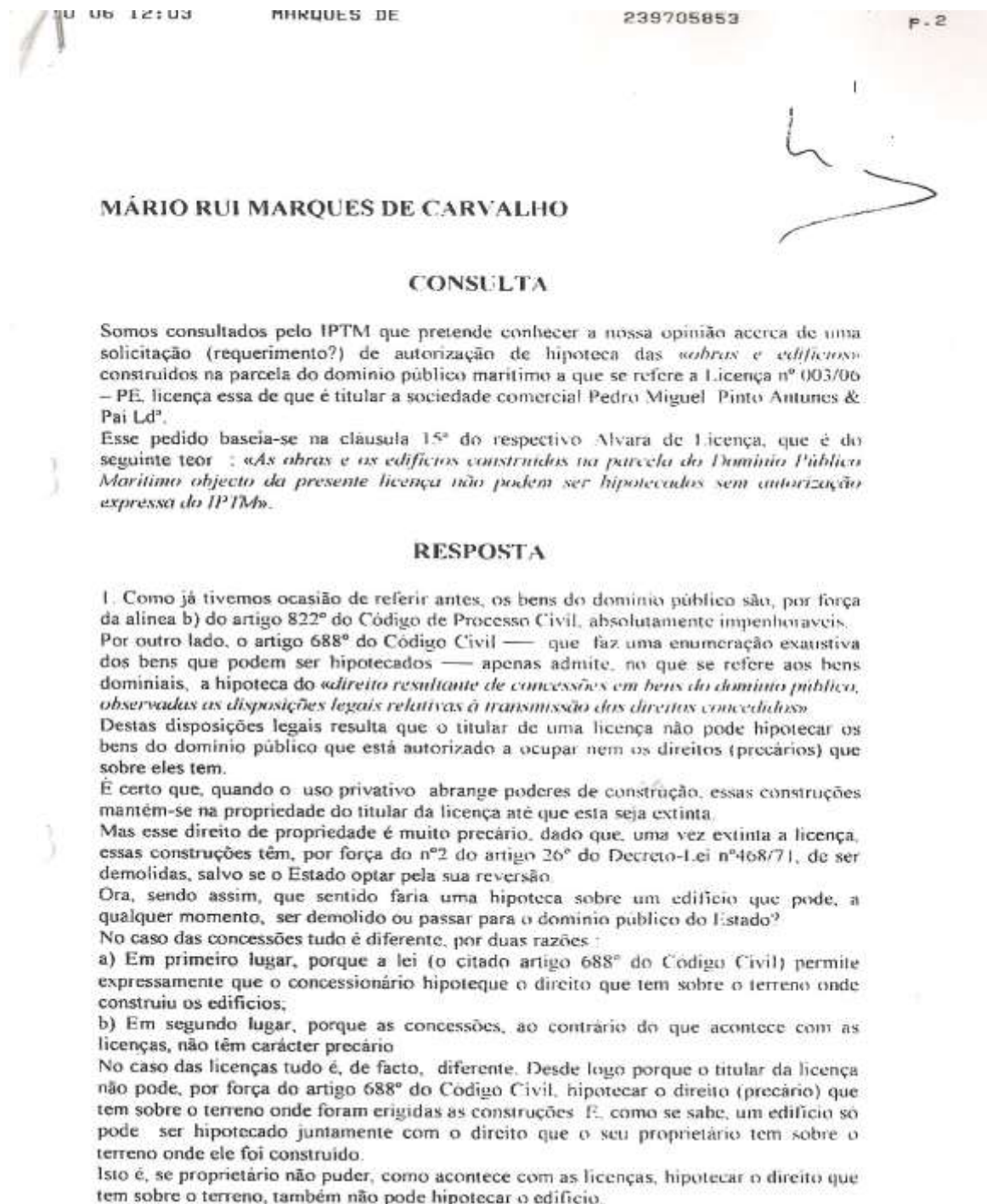
Segundo a opinião de Carvalho (2005),

“(…) fica-se com ideia de que haveria um alvará de licença que foi emitido em setembro de 1989”, em nome do requerente. Se existir um tal alvará, o IPTM poderá, como é evidente e de acordo com a legislação em vigor, extinguir essa licença, por falta de pagamento das taxas devidas, ao mesmo tempo que poderá, se assim o entender, (...) ser desencadeado o respetivo processo de execução fiscal. Se não existir qualquer licença, o requerente deve, (...) depois de lhe ter sido garantido o exercício do seu direito de audiência prévia, ser intimado para abandonar o terreno que está a ocupar indevidamente, deixá-lo livre e limpo de resíduos, no fundo, deverá deixar no mesmo estado em que o recebeu. Assim sendo, (...) e independentemente de existir ou não alvará de licença, julga-se correto e legítimo, avançar-se para (...) a promoção do processo de execução fiscal”.

4.7. PARECERES JURÍDICOS SOBRE O TERRITÓRIO DOMINIAL

Parecer Jurídico I

Figura 37 - Parecer Jurídico 1



Fonte: Ventura (2007)

Parecer Jurídico I-A

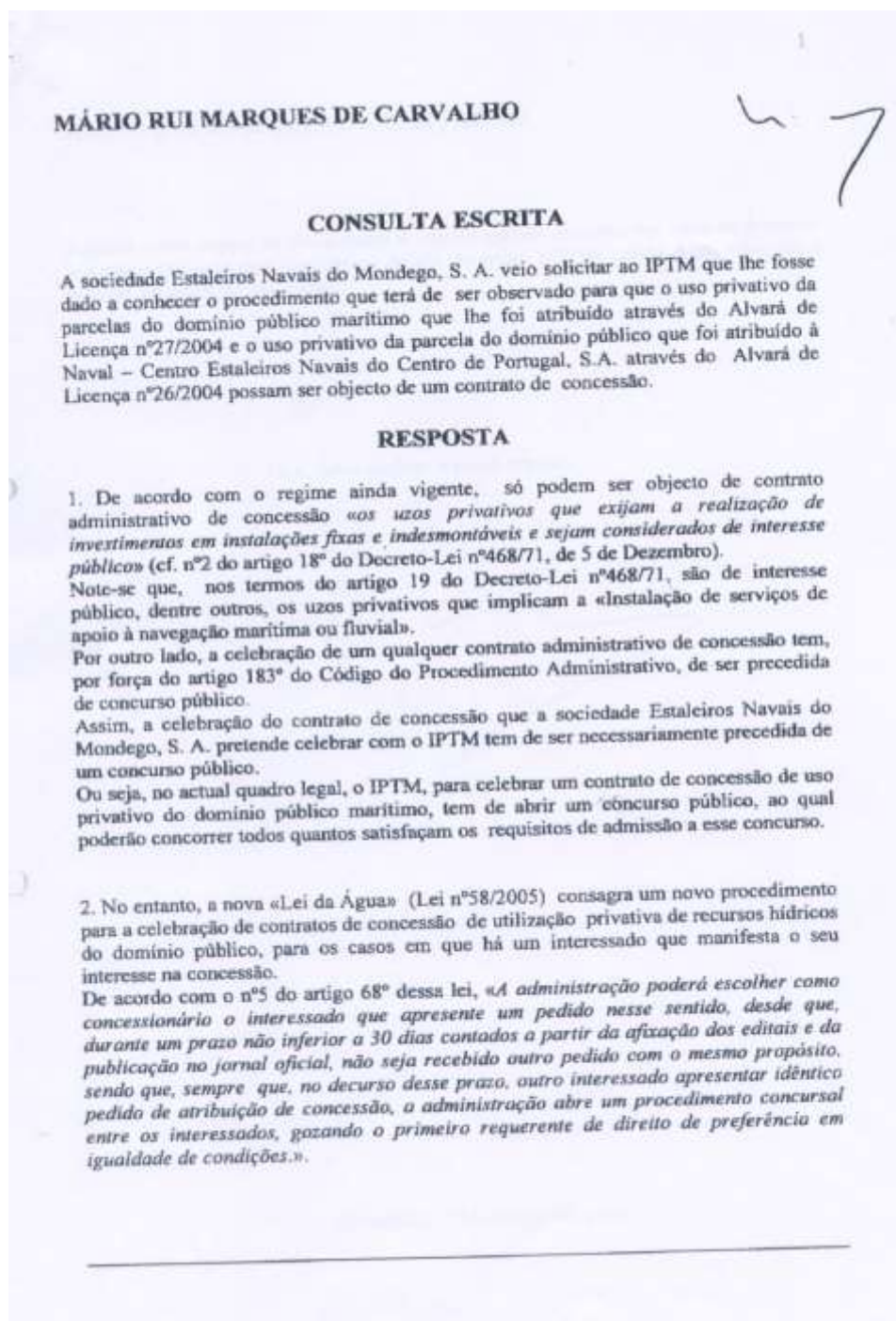
Figura 38 - Parecer Jurídico 1-A



Fonte: Ventura (2007)

Parecer Jurídico 2

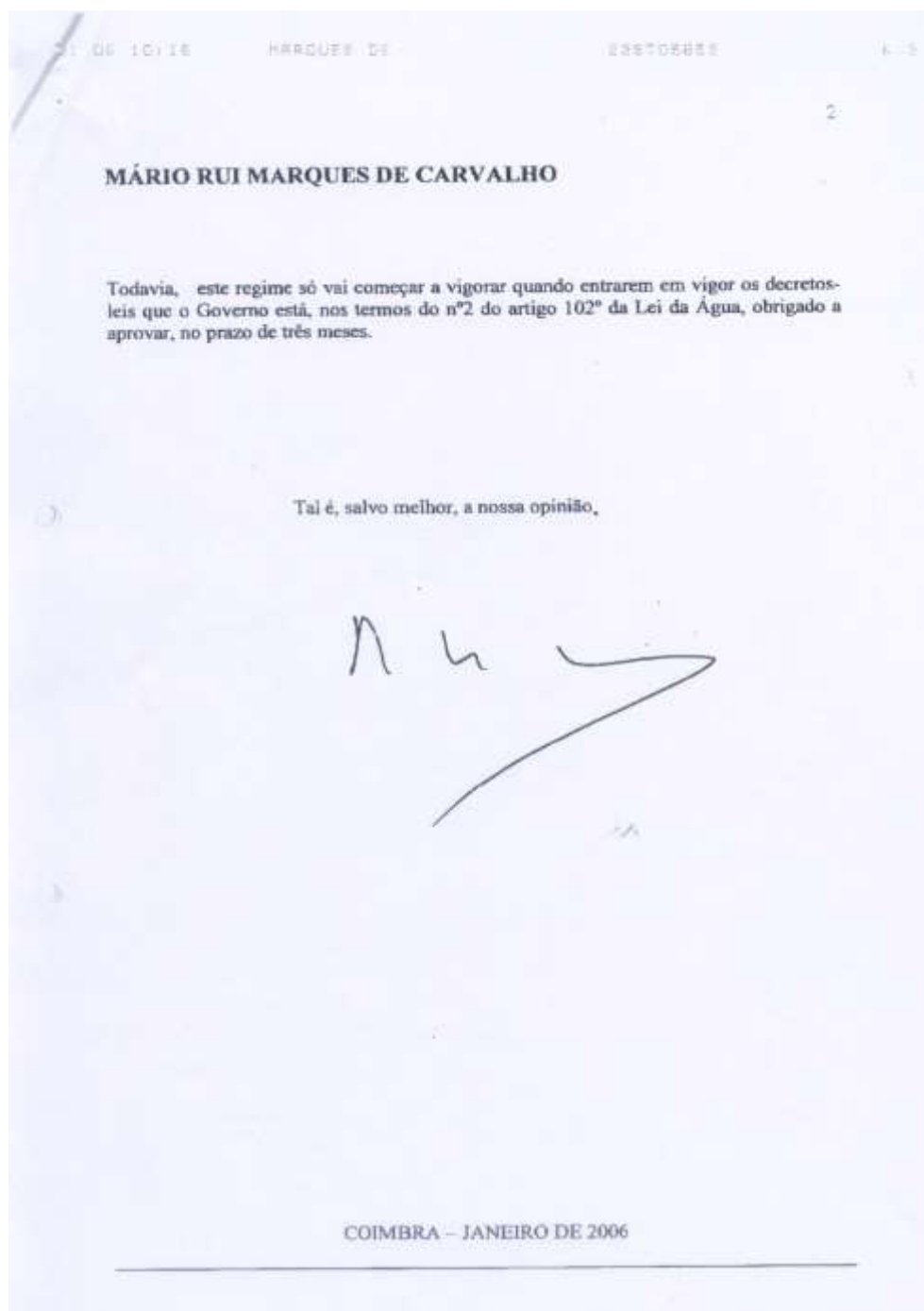
Figura 39 - Parecer Jurídico 2



Fonte: Ventura (2007)

Parecer Jurídico 2-A

Figura 40 - Parecer Jurídico 2-A



Fonte: Ventura (2007)

5. A ARQUITETURA, CONTEXTOS E PRÁTICAS

Neste capítulo pretende-se contextualizar uma área do conhecimento da arquitetura, contextos e práticas, reunindo um conjunto variado de informações que deem resposta ao sentido de arquitetura efêmera, sua evolução e características, com o objetivo de melhor se compreender a sua relação com o surgimento da arquitetura dita modular na qual se integra o conceito do arquétipo em estudo.

5.1. O EFÊMERO COMO PRESSUPOSTO DE PARTIDA

O efêmero como pressuposto de partida, graças às suas potencialidades formais e construtivos, faz com que a arquitetura efêmera, cumpra com a sua função, considerando a sua reversibilidade e a rapidez com que responde a um problema de uma forma célere e eficaz, sem que ponha em causa a arquitetura permanente e o espaço onde se insere (Duarte, 1993).

A obra efêmera é uma criação que não se produz para ficar no mundo, mas sim um produto que se abandona, no sentido etimológico da palavra, a morte é um dos principais atributos de qualquer efêmero (Escobar, 1999). Neste sentido, é algo que se constrói sem ferir o território. De acordo com Jodidio (2011), a sua origem vem da palavra grega ‘*ephemerós*’ que simboliza efêmero, fátuo, transitório, de curta duração, sazonal, breve, passageiro, temporário.

Atualmente o conceito é mais alargado e aceita diferentes significados ou interpretações, reportando-se a determinados factos ou acontecimentos, entendendo-se por efêmero o que é de curta duração, passageiro e transitório. Em termos arquitetónicos, o efêmero surge predominantemente associado a construções de apoio a grandes festividades ou eventos políticos, a alojamento temporário ou manifestações religiosas.

Uma obra arquitetónica dita efêmera é aquela que possui a ameaça de desaparecimento próxima, ou que anuncia o seu próprio fim. A construção efêmera, quando se reporta a uma arquitetura nómada, é portador de uma operacionalidade adaptada ao fim a que se destina. Há também fatores temáticos que devem ser considerados no espaço, podendo ter diversas valências, como por exemplo, as feiras, os concertos, as exposições ou festividades religiosas, onde o fator simbólico é por vezes determinante. Nos primórdios, o ser humano começou a descobrir e a experienciar os objetos naturais, muito por força da sua necessidade quotidiana e de sobrevivência, dando origem ao aparecimento dos primeiros abrigos (Segre, 2011).

5.2. COMPONENTE HISTÓRICA DO EFÊMERO

As características da obra efêmera dependem do local onde será instalada e o tempo de existência que permanecerá nesse mesmo local, considerando que se deva entender o espaço de percepção dos nossos sentidos, aguçados através de experiências sensoriais, de modo a melhor sentir o meio envolvente onde se insere (Arboix, 1999).

O Paleolítico, ou Idade da Pedra Lascada, refere-se ao período da pré-história que aconteceu entre os 2,5 milhões anos a.C., quando os antepassados do homem começaram a produzir os primeiros artefactos em pedra lascada e os 10.000 anos a.C., quando houve a chamada Revolução Neolítica, em que o homem começou a cultivar, tornando-se não mais dependente apenas da coleta e caça.

O homem do Neolítico que vivia em terrenos pantanosos, junto de rios ou lagos, construía as habitações sobre plataformas de madeira suportadas por estacas - ditas palafitas, também designados por cranoges. Normalmente estas habitações estavam ligadas a terra firme por passadiços. Eram de madeira e estavam cobertas de material vegetal, sendo uma proteção e uma facilidade para a atividade de pesca.

No entendimento de Paz (2008), nos primórdios da civilização, a limitação humana no domínio da arte da transformação dos materiais ditos vernaculares, como por exemplo, palha, madeira, fibras vegetais, argila, pedras e algumas fibras animais, faziam com que as construções não tivessem a sustentabilidade devida, tendo pouca durabilidade. Refira-se que o único tratamento dos materiais se prendia com a utilização da água, calor do fogo e a secagem ao sol.

Porém, as construções da idade da pedra, em particular, as habitações, tiveram aspetos muito significativos na evolução da arquitetura, uma vez que passaram de um simples buraco cavado no chão para uma construção com diferenciação de materiais vernaculares e distintos, e este foi um grande passo para a humanidade (Lazo, 2010).

A componente histórica do efêmero foi desenvolvida tendo ligações às grandes linhas dos pensadores da arquitetura dita “Efêmera”, que está intimamente relacionada com o tipo de construção do caso de estudo, o “protótipo”, cuja durabilidade está pensada com um carácter dito não permanente, provisória ou amovível.

Na ótica de Hurtado e Luelmo (2012) a arquitetura efêmera define-se por um tipo de arquitetura que surge desde a Idade Média. Foi durante o Renascimento e o Barroco que a arquitetura efêmera atingiu o seu ponto adulto, a sua maturidade. O uso de madeiras era muito utilizado em obras de arquitetura de espaços de exaltação ao serviço dos poderes religiosos e políticos da época.

Com a evolução dos tempos, a arquitetura efêmera tem adquirido uma importante presença na cultura contemporânea, surgindo como elemento de busca por determinadas

respostas rápidas a necessidades transitórias. É entendido como veículo de dinamização cultural na sociedade contemporânea, no entanto, pela sua ação temporária, trata-se de um tipo de arquitetura cuja potencialidade para dinamizar um lugar se tem imposto como via alternativa ao conceito tradicional de exposição temporária, inserida em instituições museológicas.

Ainda assim, pretende-se perceber o conceito de efemeridade no seu sentido lato e qual a sua relação com a sociedade contemporânea e a influência no objeto arquitetónico, enquanto meio de promoção, divulgação, exposição de ideias, experimentação e criação de ambientes sinestésicos, bem como na interação com o público adepto dos desportos náuticos. Trata-se de um tipo de arquitetura de montagem rápida, se comparada à arquitetura convencional, mas que, com a utilização de novas tecnologias, pode ter o mesmo conforto e aplicação. Existe em um tempo determinado no espaço em que está inserida, logo, a obra morre assim que perde o seu significado.

Pode ser efêmera e portátil, capaz de ser carregada para onde quiser, ou pode ser efêmera e não portátil. Se aplicarmos tais características às possibilidades de atuação da arquitetura, partimos das construções de carácter habitacional para chegar à cenografia, à arquitetura comercial, à promoção de eventos e ao marketing comercial. Assim, a arquitetura efêmera é muito mais dinâmica com o território, com as necessidades atuais e até mesmo com o conceito de sustentabilidade. Ela permite criar uma panóplia de projetos adaptando-se melhor às condições modernas mutantes e urgentes do entorno ou da sociedade, pois a simplicidade construtiva do edifício permite montar e desmontar facilmente, podendo ser exibido em lugares distintos.

5.3. A ARQUITETURA DO EFÊMERO

A utilização de construções de carácter efêmero tem origem nas sociedades nómadas e decorre da necessidade de criar um abrigo para alguns dias ou até mesmo algumas horas. Com a mesma visão e objetivo, as tendas foram utilizadas por peregrinos ou militares, estendendo-se atualmente a vários setores da vida humana, privilegiando os acontecimentos ou eventos culturais, lúdicos e desportivos. A necessidade de permanecer num local por pouco tempo, construir de forma rápida e eficaz, desmontar, acondicionar e transportar os materiais, é bem demonstrativo do carácter prático e eficaz desse tipo de construções ditas efémeras.

A arquitetura efêmera existe num tempo determinado no espaço em que está inserido. Essa arquitetura ao longo do tempo manifestou-se de várias maneiras, nos primórdios do homem, que era nómada, ele habitava em tendas, que podiam ser feitas de pele de animais ou de palhas. Hoje podemos destacar como exemplo dessa arquitetura as ocas dos índios,

as tendas dos circos, os igloos, as tendas árabes e africanas. O avanço da tecnologia e os constantes estudos estruturais possibilitaram o uso da arquitetura efêmera numa escala superior, quer seja em eventos dos mais variados tipos, em exposições ou até em feiras. A importância dessa arquitetura é a possibilidade que ela tem de ser portátil e amovível (Kronenburg, 2012).

A diferença entre estruturas ditas permanentes e estruturas temporárias é apenas uma questão temporal. No seu entendimento o lugar existe separadamente da paisagem, em certos casos os edifícios permanecem, mas o seu significado não se mantém, deixando para trás invólucros que não têm mais a mesma importância ou relevância que um dia tiveram, ficando obsoletos e desatualizados.

5.4. CONCEPTUALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EFÊMERAS

As construções efêmeras não estão unicamente relacionadas com questões de mobilidade, mas também de operacionalidade, no sentido de dar resposta a acontecimentos que criam dinâmicas urbanas atuais, para além das tradicionais celebrações, quer sejam de carácter religioso ou profano, militar ou político.

O efémero é também utilizado como fator estratégico, potenciando uma linguagem criativa, cujo cariz arquitetónico tem o intuito de diferenciar e enquadrar os acontecimentos temáticos no contexto urbano. O universo das construções efêmeras, segundo Duarte (1993), pode definir-se em várias categorias, desde arquitetura de emergência, *habitats* alternativos, arquitetura de representação, de espetáculo, para festas e acontecimentos sociais, comunicação social e guerrilha arquitetónica, numa relação assente em dois vetores, o espaço e a comunicação.

Embora possa ocorrer em espaços interiores, como são exemplos as exposições, os desfiles de moda ou alguns concertos, o espaço urbano que é o domínio de intervenção a que se refere este estudo, é o local privilegiado para a celebração do efémero, sobretudo pela sua capacidade de integração dos acontecimentos com as leituras do espaço público. Graças às potencialidades formais e construtivas, a arquitetura do efémero cumpre a sua principal função: dada a sua reversibilidade, tende a responder a um problema de forma rápida e eficaz, sem comprometer a arquitetura permanente ou o espaço envolvente.

A coexistência de arquitetura efêmera com a arquitetura permanente é geralmente feita como resposta à necessidade de ampliar o enquadramento arquitetónico a manifestações culturais da mais diversa índole, sendo a reversibilidade da arquitetura do efémero uma característica determinante da sua grande vocação para existir num breve espaço de tempo, não deixando marcas, viabilizando estratégias de adaptação momentâneas, com uma capacidade de resposta rápida, adequada e eficaz (Duarte, 1993).

De uma forma generalizada podemos dizer que toda a arquitetura é efémera. A luta contra o tempo é, desde já, uma batalha perdida contra a erosão dos elementos, o desgaste causado pelo clima e a destruição provocada pelo homem. Porém, há obras mais efémeras do que outras e o que as distingue é, sobretudo, a consciência de um tempo de vida pré-determinado; uma obra efémera é aquela que nasce para morrer, o efémero é algo que anuncia o seu próprio fim, renunciando ao futuro.

Na linguagem poética da sua fugacidade, a obra efémera incute-se de sentido dramático. A sua temporária presença é intensa e resistente. A sua temporalidade torna-se visível na experiência do instante, pois a representação da sua presença tem lugar aqui e agora. É, então, nesta aceitação e numa certa ostentação de uma breve existência que se desenvolve a atratividade da arquitetura efémera, surgindo frequentemente associada a eventos ou inovações experimentais, usadas para testar processos e materiais.

Os arquitetos encontram na arquitetura efémera uma forma de expressão que permite explorar relações entre espaço, ambiente e pessoas, visto que a maior parte destes projetos encontram-se relacionados com propósitos de coexistência, que procuram gerar encontros sociais, detonadores de diálogos e reflexões. Apesar da intenção primária da arquitetura efémera direcionar para a pura vivência do momento, do agora, privilegiando o evento, toda a experimentação plástica, formal e até social da intervenção, inspira uma estratégia de análise e reflexão sobre matérias, espaço e forma, importantes ao desenvolvimento da construção e do desenho arquitetónico (Carnide, 2012).

Num contexto macro da arquitetura efémera, aparecem eventos ligados a projetos de planeamento urbano, com o objetivo de melhorar a vivência da cidade, não só durante o período festivo dos eventos, como também após o seu desaparecimento, procurando aglomerar diversões equipamentos temporários sob um propósito idêntico, com vista à expansão de novos polos culturais. Como exemplo, podemos destacar a Feira Mundial de 2010, em Xangai, que integrou um programa de reestruturação urbana designado para apaziguar problemas como densidade urbana, congestionamento de tráfego, poluição e sobrepovoamento.

Por outro lado, tornou-se importante deixar de lado a trivialidade que vinculou inequivocamente a arquitetura ao arquiteto e que conduz às asserções tautológicas de que é arquitetura aquilo que o profissional arquiteto elabora, e de que tudo o que é arquitetura, por uma definição qualquer, é atribuição sua. Sem entrar no mérito da qualificação necessária para o seu projeto e construção, o que importa é o ambiente construído. Assim, dos objetos que o constituem, nem todos são do rol de fazeres do arquiteto na nossa sociedade. Alguns destes, apesar das pequenas dimensões, são determinantes para a qualidade ambiental do espaço.

5.5. EXEMPLOS DA ARQUITETURA EFÊMERA

Neste âmbito, identificam-se projetos emblemáticos de arquitetos de referência, assim como polos de concentração de arquitetura efémera, como por exemplo as grandes feiras internacionais de arte e de arquitetura. Um dos pontos fortes da arquitetura efémera é justamente o impacto mínimo que causa na paisagem, e analisando a evolução das estruturas tencionadas, com o desenvolvimento de novos materiais, acabamos por chegar às estruturas pneumáticas, cujo fator de impacto sobre o ambiente é quase nulo.

Casa de Té en Art Tababe, Japão

A Casa de Té *Art Tababe* respeita a um projeto desenhado por estudantes da Universidade de Tokyo representado na edição de *Living Art* de Ohyama. A instalação está construída com blocos de madeira de pinho, cuja geometria permitiu montá-los uns sobre os outros, como se peças de um dominó se tratassem. Os buracos que ficavam entre as peças tinham como função a passagem da luz para o interior do espaço fechado com se fossem frestas, Figura 41.

Figura 41 - Casa Té em Art Tababe, Japão



Fonte: Hirovani (2014)

O Palácio de Cristal, Londres, Inglaterra

Na era da Revolução Industrial, o uso de maquinaria fez com que surgissem elementos pré-fabricados, que trouxeram a montagem e rapidez de execução nos processos construtivos. Como um dos exemplos mais carismáticos, temos o Palácio de Cristal, projetado por Joseph Paxton e construído na década de 1850 para a exposição universal que se realizou na cidade de Londres (Rosso, 1976), surgindo como ícone da construção industrial. A incorporação da rede modular com a utilização de placas de vidro, construídas à escala industrial, veio facilitar não só a construção como a posterior desmontagem. Joseph Paxton foi o seu criador e através desta obra conseguiu a aprovação dos novos materiais e sistemas construtivos, que até então não eram totalmente aceites, Figura 42.

Figura 42 - Edifício do Palácio de Cristal, Londres - Inglaterra



Fonte: Paxton (1851)

No processo de construção do Palácio de Cristal sobressaiu o método construtivo, onde todas as peças foram pré-fabricadas e montadas no local da obra. Atualmente parece-nos normal esse tipo de processo construtivo, contudo à época apenas era utilizado na construção de ferrovias. A beleza das suas linhas conceptuais, a simplicidade, a grandeza de escala, a luminosidade proporcionada pelos espaços interiores, contribuíram para uma alteração no pensamento de olhar os espaços interiores e de toda a arte de construir. A partir dessa altura, começaram a projetar e a planificar os usos a grande escala dos materiais. O ferro e o vidro começaram o seu “mandato”, que se mantém até aos dias de hoje em muitos projetos contemporâneos.

O Pavilhão Alemão, Exposição Internacional de Barcelona, Espanha

Em 1929, o arquiteto Mies Van der Rohe projetou o Pavilhão da Alemanha para a Exposição Internacional de Barcelona. O pavilhão foi concebido para acomodar a receção oficial presidida pelo rei Afonso XIII com as autoridades alemãs. Considerado um expoente da arquitetura moderna, influenciou várias gerações de arquitetos. Tendo ficado conhecido pela sua geometria depurada, e pelo uso inovador de materiais vernaculares, como o mármore, ou novos materiais industrializados, como o aço e o vidro.

No final da exposição, o pavilhão foi desmontado, mas ao longo do tempo este acabou por se tornar numa referência fundamental na história da arquitetura do século XX. Em 1980, começou a moldar a ideia de reconstruir o edifício no seu local original, o trabalho começou em 1983 e a reconstrução foi inaugurado em 1986, Figura 43.

Figura 43 - Edifício do Pavilhão Alemão, Barcelona - Espanha



Fonte: Van Der Rohe (1929)

No que respeita ao conceito, este importante edifício da história da arquitetura moderna engloba todas as ideias nascentes do modernismo com mais liberdade do que em outras obras, uma vez que este prédio não teve nenhum papel de disseminar essas novas ideias, bem como a utilização de novos materiais e técnicas de construção. A impressão geral é a de um espaço criado por planos perpendiculares de fantasia em três dimensões. Eles completaram o trabalho de uma escultura de *Georg Kolbe*, um pequeno mobiliário composto por cadeiras, com um desenho do próprio arquiteto chamado *Barcelona cadeira* (que são um marco importante na história do design de mobiliário do séc. XX) e uma cortina vermelha e tapete preto, que combina com a parede de mármore bege, formando as cores da bandeira alemã.

Em relação aos materiais utilizados na reconstrução, destaca-se a utilização do vidro, aço e quatro tipos diferentes de mármore travertino (*Roman*, verde *alpine* mármore, antigo mármore verde da Grécia e *ônix doré* Atlas). Todas características se mantiveram de acordo com o original de 1929, com a estrutura composta por oito pilares de aço em cruz que sustentava o telhado plano. No interior destacaram-se as paredes livres de elementos estruturais.

Atualmente, um dos usos mais interessantes para o tipo de arquitetura efêmera são as construções de refúgios temporais para vítimas de emergências humanitárias em situações de guerra ou catástrofes naturais. Devido ao terremoto de 7.9 na escala de Richter, na China, data de 2008, e que deixou milhares de pessoas desalojadas (Hurtado & Luelmo, 2012), foi feito um investimento de construção de um milhão e meio de habitações de emergência com uma duração média prevista de dois a três anos. Para resolver arquitetonicamente esta solução, o governo da China, em colaboração com o arquiteto Ming Tang propôs a construção em bambu e *paper house*, de um refúgio inspirado nas varetas de um chapéu-de-chuva e na

arte *origami*. A combinação dos materiais naturais existentes e próprios das zonas afetadas tornou os projetos variáveis em função das necessidades e ao mesmo tempo sustentáveis, num momento tão drástico como foram as catástrofes naturais.

Outro grande exemplo de aplicabilidade da arquitetura efêmera em situações de emergência humanitária aconteceu no ano de 2010, aquando do terramoto de 7,0 na escala de Richter, na capital haitiana de Port au Prince, onde 1,2 milhões de pessoas perderam a sua habitação. Shigeru Ban colaborou com professores e estudantes da Universidade Ibero-americana e da Universidade Pontifícia Católica Madre e Maestra da República Dominicana construindo 50 refúgios de emergência, feitos de tubos de papel e materiais locais para um grupo minoritário de vítimas (Shigeru Ban Architects, 2013).

Existem outros modelos diferenciadores e que não são necessariamente de apoio a desastres humanitários, e com técnicas construtivas simples, sendo bons paradigmas estéticos e utilizam materiais tradicionais, como por exemplo a já referida casa de *Té em Art Tababe*. De um modo geral, o apelo a uma construção temporária dá-se quando se pretende melhorar a performance de um lugar para um fim igualmente temporário, ou quando existem condicionantes ambientais e ou legislativas que não nos permitem construir algo não temporário ou permanente.

5.6. A MADEIRA COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Face à enorme variedade de madeiras e de produtos derivados das mesmas, torna-se importante perceber de uma forma sintética um pouco mais sobre este produto natural. Pretende-se focalizar a heterogeneidade da madeira, os seus elementos estruturais, os diversos estados da madeira, assim como as questões da longevidade do referido material lenhoso, nomeadamente no que se prende com a sua idade e origem. Adicionalmente, é importante perceber-se ainda as suas derivações, utilizações e tipos.

A Heterogeneidade da Madeira

Desde os primórdios da história que a madeira desempenha um papel essencial na construção de abrigos tanto para pessoas como para animais. Com a Revolução Industrial, a madeira começou a ter um papel mais secundário, contudo não menos importante devido à sua grande variedade de utilizações e por se tratar de um material natural. O tamanho e o crescimento de uma árvore varia em função da sua espécie, do clima, da região do globo onde se insere (Caseiro, 2013).

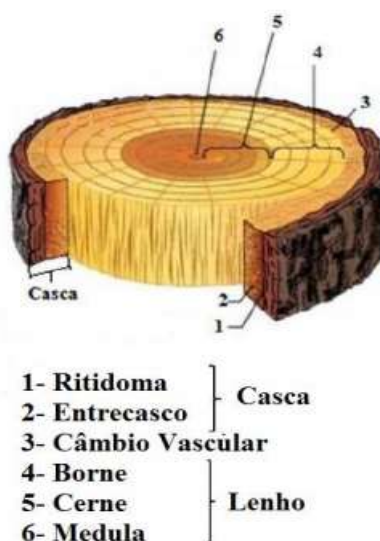
Elementos Estruturais da Madeira

A madeira é um material que resulta do crescimento da árvore, do tipo de espécie e do clima. É considerado como madeira o caule, também designado por tronco da árvore, os ramos e as raízes, podendo provir tanto de coníferas como dicotiledóneas. A madeira é tida como um material heterogéneo de estrutura anisotrópica (qualidade de determinados materiais cujas propriedades alteram consoante direções), que cumpre com três funções principais: a condução de seiva bruta e elaborada, a transformação de produtos e armazenamento de substâncias para reserva e, por último, a sustentação do vegetal (Caseiro, 2013).

A madeira divide-se em dois grandes grupos, as madeiras endógenas, onde o desenvolvimento do caule (tronco) se dá de dentro para fora, como acontece, por exemplo, com a cana de bambu, madeira muito pouco utilizada na construção, mas muito utilizada em mobiliário doméstico, e o segundo grupo que abrange as madeiras exógenas, que têm crescimento rápido e muito utilizadas nos processos construtivos vários, pórticos, cofragens, vigamentos, entre outros (Caseiro, 2013).

Num processo construtivo do modelo em estudo (protótipo) pretende-se ter um conhecimento aprofundado da parte interna da madeira e suas características, por forma a perceber claramente se a madeira a utilizar é de boa qualidade para essa determinada obra (Caseiro, 2013). Relativamente à estrutura interna da madeira, a mesma caracteriza-se por um conjunto vasto de elementos que interessa saber integrados em três grupos: casca, câmbio vascular e lenho, Figura 44 (Pinto, 2014).

Figura 44 - Corte Transversal do Caule de um Árvore



Fonte: Pinto (2014)

A Casca

A casca desempenha uma função muito importante, proteger o lenho e servir de veículo de transporte da seiva. As duas camadas assumem essa função: um estrato externo e epidérmico, formado por tecido morto, chamado por ritidoma e outro interno, formado de tecido vivo, mole e húmido, com atividade fisiológica e condutor da seiva elaborada, com a designação de carrasco.

O ritidoma tem como função a proteção do ambiente, dos excessos de evaporação e dos agentes de destruição. Quando racha, cai e é renovado, pois como é um tecido morto não tem crescimento associado. Na outra camada que compõe a casca, o entrecasco, desce a seiva elaborada, a partir de substâncias retiradas do solo e do ar, Figura 44.

É do solo que provem a água que contém os compostos minerais e que constitui a seiva bruta que sobe por capilaridade pela parte viva do lenho, o borne, até às folhas da copa. Nas folhas e nas partes verdes da copa são absorvidos do ar, o anidrido carbónico e o oxigénio e realiza-se a função clorofilina ou fotossíntese, formando-se a seiva que desce pelo entrecasco e pode ficar armazenado nas células sob a forma de amido. Partindo dos açúcares que formam a seiva elaborada, as árvores sintetizam todas as substâncias orgânicas que compõem as células lenhosas. O processo de transformação ocorre principalmente no estrato que segue à casca, cujo nome é denominado de câmbio vascular (Pinto, 2014).

Câmbio Vascular

O câmbio vascular define-se pela camada de tecidos vivos, fina e quase invisível, situada entre a casca e o lenho, Figura 44. É constituído por um tecido de células que estão em constante transformação, é nesta zona que se realiza a transformação dos açúcares e amidos em celulose e lenhina, principais constituintes do tecido lenhoso. O crescimento transversal verifica-se pela adição de novas camadas concêntricas e periféricas provenientes dessa transformação no câmbio os anéis de crescimento.

É nos anéis anuais de crescimento que se encontram refletidas as condições de desenvolvimento da árvore, também designada pela sua idade: são largos e pouco distintos em zonas de clima tropical, que se traduzem num rápido crescimento; são apertados e bem configurados em espécies provenientes das zonas temperadas ou frias. Em cada anel, associado a cada ano que passa, destacam-se duas camadas: uma de cor mais clara, com células largas de paredes finas, que é formada durante a primavera e o verão, denominada por anel de primavera; e outra de cor mais escura, com células estreitas, de paredes grossas formada no verão e outono, designado por anel de outono. Os anéis de crescimento registam a idade da árvore e são a referência para a consideração e estudo da anisotropia da madeira (Pinto, 2014).

O Lenho

O lenho caracteriza-se pelo núcleo de sustentação e resistência da árvore, é pela sua parte viva, que sobe a seiva bruta e representa a secção útil do tronco para obtenção das peças estruturais de madeira natural ou madeira de obra. O lenho é constituído pelo borne, cerne e medula, Figura 44. O borne é a camada externa, tem a cor mais clara que o cerne, é formado por células vivas e ativas. Além de lhe estar associada a função resistente, é esta camada que transporta a seiva bruta, por ascensão capilar. O cerne, a camada interna, tem a cor mais escura que o borne, é formado por células mortas. As alterações no borne vão formando e ampliando o cerne.

As transformações devidas aos processos de crescente engrossamento das paredes celulares provocados por sucessivas impregnações de lenhina, resinas, taninos e corantes, fazem com que o cerne tenha maior densidade, compacidade, resistência mecânica e durabilidade. Esta durabilidade está associada à sua constituição, ou seja, como o cerne é composto de tecido morto, isento de seiva, amidos ou açúcares, não atrai os insetos, nem os outros agentes de deterioração. A medula é o núcleo do lenho. O tecido que o constitui é mole e esponjoso, muitas vezes já apodrecido. Não tem resistência mecânica nem durabilidade (Pinto, 2014).

Os Estados da Madeira

A madeira que provém de árvores abatidas é denominada de madeira verde e não se recomenda a sua utilização nos processos construtivos, devido ao facto de esta se encontrar num estado de vulnerabilidade à deformação e deterioração (Caseiro, 2013). Para que a madeira possa ser devidamente utilizada nos processos construtivos deverá estar bem seca. A madeira pode dividir-se da seguinte forma:

a) As madeiras duras, distinguem-se naturalmente pela sua dureza, cor forte e carregada e ainda pelo seu peso específico, sendo as mais utilizadas, o carvalho, o pinho, o eucalipto e o loureiro;

b) As madeiras médias e brandas mais utilizadas são o pinho e o cedro, são igualmente utilizadas em obras protegidas ou com carácter provisório ou amovível. São madeiras de fácil obtenção muito utilizadas em forros interiores de habitações e em coberturas de telhado.

O processo de secagem das madeiras pode ser feito a partir de dois processos distintos, o artificial, através de secadores, ou de forma natural, conservando a madeira em ambientes bem ventilados e livres da ação do calor, o tempo médio de secagem é de cerca de um a dois anos.

No que respeita ao processo artificial, tal como referido, assenta num processo com a colocação da madeira dentro de estufas com secadores a temperaturas que variam entre os

30°C e os 50°C. Devido a esse processo a seiva solidifica, tornando as fibras mais apertadas e resistentes. Após a finalização desse processo, as madeiras são normalmente armazenadas com o objetivo de adquirirem um certo grau de humidade para posterior utilização na construção.

Longevidade da Madeira

Quando retratamos a longevidade da madeira, ou do material lenhoso é importante ter em conta dois conceitos muito próprios: a idade e a origem do lenho. As madeiras classificam-se como:

- a) Resistentes e muito Resistentes - Zimbros, Sequoia, Tuia, Líbiodro, Oliveira;
- b) Moderadamente Resistentes - Carvalho, Castanho, Azinho, Pseudotsuga, Acácia Australina, Plátano, Freixo, Criptoméria, Cipreste, Comclipar, Eucalipto de Cerne Rosa e Negro, Nogueira;
- c) Pouco Resistentes - Choupo, Videira, Sicómoro, Pinho, Eucalipto, Cerejeira, Esprume.

Madeiras e Suas Derivações

Por força das suas características, a madeira tem infinitas utilizações, que podem ser alteradas por processos tecnológicos evoluídos, por forma a criarem-se novos produtos derivados. No que respeita aos processos construtivos, a madeira dispõe de quatro tipos: madeira serrada, madeira laminada colada, madeira compensada (também designada por contraplacados) e madeira de aglomerados (Caseiro, 2013).

Os tipos de madeiras usados na construção são provenientes de dois grupos: as gimnospérmicas e angiospérmicas. Nas gimnospérmicas, a classe mais relevante é a das coníferas ou também designadas por resinosas, usualmente designadas por madeiras brandas. Nas angiospérmicas, salientam-se as dicotiledóneas, ou folhosas, usualmente chamadas de madeiras resistentes ou duras. As madeiras brandes, são de melhor qualidade para o uso estrutural, sendo a sua origem a Europa e o Canadá, enquanto as madeiras duras, tem origem nas regiões tropicais e China (Vilela, 2013).

Madeira Maciça

As madeiras maciças são extraídas de madeiras de árvores coníferas, como o pinho e o abeto. São madeiras de grande inércia, o que faz com que melhorem o isolamento térmico das construções nos meses de verão. A norma europeia que classifica a madeira maciça é a EN 338. Em Portugal, o LNEC publicou NP4305 referente à espécie mais comum no território Nacional, sendo respetivamente o pinho bravo (Vilela, 2013).

Laminados de Madeiras Maciça

Os laminados de madeira resultam de processos de transformação mecânica de madeiras maciças em que todos os defeitos e irregularidades são cuidadosamente eliminados, originando superfícies lisas. A sua composição assenta numa sucessão de folhas de madeira, normalmente três, cuja espessura varia entre 6 mm e 33 mm, coladas com resinas a baixa pressão, em que as placas são colocadas sequencialmente com os veios dispostos perpendicularmente à placa anterior, criando-se assim uma maior resistência estrutural.

Os laminados de madeira quando expostos a intempéries necessitam de tratamento químico à base de produtos oleaginosos. O desenvolvimento da indústria da madeira laminada permite ainda que esta vença vãos e possibilite outras formas que um qualquer material natural não permitiria (Vilela, 2013).

Contraplacados de Madeira

As placas de contraplacado são criadas colando-se várias folhas de madeira com direção das fibras de forma cruzada relativamente à folha seguinte. Desta forma é conseguida uma resistência superior. No processo de colagem são utilizadas diversas resinas fenólicas ou de resorcina. Caracterizam-se por serem peças mais estáveis e resistentes à flexão em relação às madeiras maciças. Normalmente são constituídas por três elementos, folha, alma e cola entre as diferentes folhas. Este tipo de materiais apresenta vantagens a nível económico e ambiental, uma vez que na sua conceção são utilizados aparas e outros desperdícios da madeira, (Vilela, 2013), Figura 45.

Figura 45 - Placas de Contraplacado



Fonte: Vilela (2013)

Aglomerados de Fibras de Média Densidade - *Medium Density Fiberboard*

No entendimento de Vilela (2013), os Aglomerados de Fibras de Média Densidade, designados por MDF, são fabricados com fibras de madeira fragmentadas e misturadas com

uma resina, através de processos termodinâmicos. Os aglomerados de MDF, têm uma boa resistência ao fogo e à humidade, Figura 46.

Figura 46 - Placas de MDF



Fonte: Vilela (2013)

Placas de Fibras Orientais - *Oriented Strand Board*

Segundo o mesmo autor, os aglomerados de partículas longas orientadas, denominados por OSB, são construídos segundo camadas de madeiras longas, orientadas perpendicularmente umas em relação às outras. Caracterizam-se por uma boa estabilidade e resistência, e são muitas vezes utilizados como estabilizadores térmicos em edifícios habitacionais. Se comparamos os aglomerados de fibras MDF com os aglomerados de partículas OSB, podemos dizer que estes apresentam uma maior resistência mecânica, Figura 47.

Figura 47 - Placas de OSB



Fonte: Vilela (2013)

Madeira Laminada Cruzada - *Cross Laminated Lumber*

A Madeira Laminada Cruzada também designada pela sigla CLT define os painéis de madeira laminada cruzada. São painéis elaborados a partir de lamelas de madeira de abeto coladas ortogonalmente, dispostas sob orientação de uma grelha específica de forma

longitudinal e transversal, tendo como objetivo a minimização de variações, destacando-se empenamentos, Figura 48 (Vilela, 2013).

Figura 48 - Placas de CLT



Fonte: Vilela (2013)

Madeira de Fibras Paralelas - *Parallel Strand Lumber*

Segundo o autor, as Madeiras de Fibras Paralelas, com a sigla PSL, definem os painéis de madeira constituídos por fibras coladas paralelamente à longitude e aglutinadas com recurso a resinas de fenolformaldeído. Trata-se de um painel semelhante à madeira laminada com uma resistência superior, permitindo a sua utilização em processos construtivos onde seja mais exigente essa resistência, Figura 49 (Vilela, 2013).

Figura 49 - Placas de PSL



Fonte: Vilela (2013)

A Qualidade da Madeira

Na construção, as madeiras podem ser consideradas como de primeira categoria ou de segunda categoria, variando a classe em função dos nós que tem e demais defeitos, como por exemplo, fissuras e rachaduras.

De uma forma mais sintetizada, a madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento, secagem irregular, abaulamentos e arqueadura (Caseiro, 2013).

No que respeita à madeira dita de segunda categoria, a mesma deverá possuir uma das faces com características de primeira categoria. Na madeiras de segunda categoria são toleradas no padrão deste tipo de fibras revessas e com fendilhado longitudinal nas duas faces, pequenos nos firmes numa das faces, fendas retas num ou em ambos os topos, não excedendo 15 cm em cada topo, a arqueadura não deverá ser superior a 4 cm de flecha, o abaulamento não deverá ultrapassar 1 cm de flecha, as manchas não devem ser superiores a 1/3 do comprimento da peça (Caseiro, 2013).

Madeiras mais utilizadas em Portugal

Existem diversas variedades de árvores que produzem madeiras utilizadas na construção. As madeiras mais utilizadas nos processos construtivos do nosso país são:

- a) O Pinheiro - sendo o pinheiro-bravo o mais utilizado na construção de edifícios, já o pinheiro-manso tem maior utilização na construção de mobiliário diverso;
- b) O Mogno - madeira de cor castanha, com origem no Brasil e África, muito utilizado em carpintaria, portas, mesas e cadeiras e tem a particularidade de ser muito resistente a pragas de insetos;
- c) A Nogueira - caracteriza-se por uma madeira dura, compacta, muito usada em mobiliário de qualidade superior, o que incrementa o seu preço;
- d) O Castanheiro - caracteriza-se por uma madeira parecida com a Nogueira, dura, compacta, mas mais resistente e pesada;
- e) O Carvalho - caracteriza-se por uma madeira densa, pesada de cor amarela, dura, muito usada em trabalhos de marcenaria. Antigamente utilizada na armação de telhados;
- f) O Eucalipto - caracteriza-se por uma madeira pouco dura, não aconselhada na construção. Trata-se de um tipo de madeira normalmente utilizado em andaimes Caseiro (2013).

Construção Sustentável e a Madeira

Cada vez mais se debate o tema da pegada ecológica e da conservação, preservação e sustentabilidade dos recursos naturais, com vista a garantir a sobrevivência das gerações vindouras e equilíbrio dos ecossistemas. Ao examinar-se o ciclo de vida do betão, do aço e da madeira (Caseiro, 2013), constata-se que a madeira assume um desempenho superior, de

destaque no que respeita à reduzida libertação de poluentes para o meio hídrico, menor emissão de gases para a atmosfera e menor produção de resíduos sólidos, diferenciando-se dos restantes materiais. No entanto para a realização de uma construção dita sustentável, importa assegurar o reflorestamento global das espécies arbóreas, como expresso no ponto seguinte, com a capacidade de conservar os recursos, por forma manter o seu equilíbrio natural.

Reflorestamento da Madeira

O reflorestamento da madeira é entendido pela ação ou o método que tem como função o repovoamento de áreas que se encontravam em pousio devido à extração de madeira e/ou abandonadas e que são novamente replantadas com espécies de árvores nobres, no sentido de recuperar as áreas florestais degradadas, conseguindo-se recriar o meio ambiente originário e, assim, manter o ciclo natural (Caseiro, 2013).

Esse procedimento infere um conjunto diverso de regras: utilizar na replantação espécies nativas de origem regional, conhecimentos técnicos sobre a silvicultura da espécie, utilização em média de dez sementes de árvores por cada espécie onde é feita a recolha numa floresta natural. Adicionalmente, existem outros fatores que poderão influenciar o processo de reflorestamento, nomeadamente a adaptação da espécie ao local, a humidade, as exigências da espécie, o tipo de solo, a sua permeabilidade e o clima.

5.7. ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE

De acordo com a UHL (2004), sustentabilidade é entendida pela capacidade de um ecossistema manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Neste contexto, o uso sustentável de um recurso renovável é aquele que não supera a capacidade de renovação desse recurso.

Na esteira de Leão, Alenquer e Veríssimo (2008), o conceito de sustentabilidade pode ser melhor entendido por meio de um grupo de cinco princípios ou valores que cercam qualquer instituição ou lugar (cidade) sustentável:

- a) Respeitar todas as formas de vida;
- b) Limitar o uso dos recursos naturais;
- c) Valorizar o local onde moramos;
- d) Considerar os custos totais;
- e) Repartir os benefícios.

No entendimento de Boof (2012), a sustentabilidade é entendida como a forma de permitir que um bioma se mantenha, protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar em bom estado, e estar sempre à altura dos riscos que possam advir, ou seja,

implica dizer que o bioma tenha condições não apenas de se conservar assim como é, mas também que possa prosperar, fortalecer-se e evoluir.

O desenvolvimento sustentável tem por objetivo satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras e de responder às suas necessidades, em particular as necessidades essenciais dos menos abastados, a que deve ser dada prioridade, e a ideia de limitações importantes pelo estado da tecnologia e nossa organização social sobre a capacidade do ambiente para atender ao presente e ao futuro (Caseiro, 2013).

Sustentabilidade e Seus Conceitos

O conceito de sustentabilidade pode ser melhor entendido por meio de um grupo de cinco princípios que situam qualquer instituição ou lugar (cidade) sustentável:

(a) Respeitar todas as formas de vida: a sustentabilidade leva-nos a explicitamente considerar os efeitos das nossas decisões e ações sobre a saúde e bem-estar de todas as formas de vida na Terra (e não apenas a humana). Uma vez que fazemos parte da natureza, devemos assumir a responsabilidade de conservá-la;

(b) Limitar o uso dos recursos naturais: envolve compreender que os recursos naturais, dos quais a vida depende - florestas, solos férteis, pesca, água e ar puro - são finitos e, portanto, devem ser utilizados com cuidado e prudência numa taxa proporcional a sua capacidade de regeneração;

(c) Valorizar o local onde moramos: respeitar as características dos ecossistemas naturais; preservar, restabelecer e valorizar a sabedoria local; conhecer a natureza, a história e a cultura da região; e criar economias locais fortes e sustentáveis;

(d) Considerar os custos totais: inclui os custos sociais e ambientais envolvidos no processo de fabricação dos produtos que consumimos;

(e) Repartir benefícios: compartilhar poder na tomada de decisão, bem como dividir as riquezas do planeta, proporcionando uma vida mais justa para todos os habitantes.

Assim, o conceito de sustentabilidade tem como objetivo utilizar o melhor método e o melhor produto a fim de preservar o meio ambiente onde se insere, tem que ser rentável a nível económico, financeiro, e tem que possuir uma grande eficiência produtiva com objetivo de obter a melhor qualidade e método produtivo. Com este processo, deve ser capaz de ser produtivo com menos recursos e resíduos possíveis, de modo a não prejudicar o meio ambiente. A integração da natureza passou a ser um outro modo de vida, contribuindo para uma melhor qualidade de vida das pessoas, pois o modo construtivo não interfere no ecossistema natural (Caseiro, 2013).

Sustentabilidade Urbana

De uma forma sintética e pragmática, sustentabilidade urbana é entendida como a capacidade das políticas urbanas se adaptarem à oferta de serviços, qualidade e à quantidade das demandas sociais, procurando o equilíbrio entre as demandas de serviços urbanos e investimentos em estruturas. Não menos importante, defende ainda a sustentabilidade do uso racional dos recursos naturais, a boa forma do ambiente urbano baseado na interação com o clima e os recursos naturais (Acselrad, 1999).

Sustentabilidade na Arquitetura

A sustentabilidade na arquitetura assume-se como um conceito que deve ser empregado em qualquer construção nos dias de hoje, deve poder-se encontrar um certo equilíbrio entre a reutilização de recursos renováveis e não renováveis. É preciso ter um certo controlo das coisas e, sobretudo, saber gerir e antecipar as necessidades de todos, com a preservação e a recuperação ambiental, a arquitetura torna-se mais utilizada, mas também, um exemplo para todos os outros, tanto a nível social como económico. A construção e a arquitetura devem adaptar-se ao planeta e não o contrário, os modelos de produção e processos industriais devem mudar com o uso da sustentabilidade, e dessa forma, encontrar um equilíbrio no meio ambiente (Corrêa, 2009).

O princípio da sustentabilidade arquitetónica tem por objetivo construir com o menor impacto ambiental possível e com maiores ganhos sociais. Esse princípio deve ser tomado do início até ao fim da construção, o seu uso, a sua manutenção e até a sua reciclagem ou demolição deve ser renovada. O dever do arquiteto é, de facto, repensar nas suas opções e decisões para uma construção, prever o impacto direto ou indireto que irão ter, a curto ou longo prazo.

Os projetos de arquitetura que tenham uma maior preocupação com a poluição e com a destruição consideram-se projetos sustentáveis de valor acrescentado. Existem propostas interessantes, mas a utilização da sustentabilidade é feita por metade, através do emprego de materiais recicláveis onde só podem ser reutilizados a fins exclusivos e possui também parte da construção que não foi pensado para o futuro, ou seja, esses projetos podem ser considerados sustentáveis.

Em cada novo projeto de arquitetura é preciso repensar na maneira como se vai projetar. Esta fase é bastante importante para a restrição de padrões de demasiados gastos e, assim, diminuir a perda de recursos. Numa projeção é preciso ter em conta alguns fatores, como a funcionalidade, a habitabilidade, a durabilidade e a segurança, mas com esta nova época da sustentabilidade vieram novos fatores da mesma importância, como a otimização de custos, a produtividade e o desempenho ambiental. É de ter em conta que numa

determinada obra arquitetónica existem muitos gastos e desperdícios, ao nível da utilização da água, do resto do produto final, com a utilização do transporte, a nível de combustível, o impacto que tem sobre o solo. É preciso que se reavalie cada passo que se faz na projeção de um projeto.

Sustentabilidade na Construção

Entende-se que a construção civil tem um papel de relevante importância para a preservação dos recursos naturais não renováveis. Segundo Priori (2008) a indústria da construção civil absorve cerca de 50% de todos os recursos mundiais, daí a sua grande importância na sustentabilidade do planeta. O uso adequado de metodologias e recursos no ato de construir, contribuem para a redução de conflitos, por forma a controlar e avaliar possíveis impactos no meio onde se insere.

A sustentabilidade de uma edificação não se resume a decisões a dispositivos técnicos agregados ao projeto, depende de uma abordagem mais abrangente dos problemas ambientais, económicos e sociais onde se insere (Zambrano, Bastos & Fernandes, 2008).

No entendimento de Burke e Keeler (2010), uma construção ambientalmente correta é que orienta a tomada de decisões referentes ao consumo de energia, aos recursos naturais e à qualidade ambiental, tornando-se, assim, na fase mais importante do processo construtivo de forma sustentável.

A construção sustentável infere-se à aplicação da sustentabilidade nos processos construtivos, a qual descreve as responsabilidades da indústria da construção no quadro do conceito e objetivos da sustentabilidade, como a criação e gestão consciente de um ambiente construído sadio, tendo em consideração os princípios ecológicos e a utilização eficiente dos recursos naturais existentes.

De acordo com o Instituto para o Desenvolvimento da Habitação (IDHEA, 2012), os pontos a considerar num projeto de construção ecológico e sustentável são respetivamente:

- a) Análise da Obra;
- b) Análise do Local;
- c) Ciclo de vida das diretrizes do projeto (materiais e tecnologias);
- d) Estudo do solo;
- e) Projeto de arquitetura e paisagismo sustentável;
- f) Planeamento geral e sustentável;
- g) Estudo de consumo de materiais e energia da edificação;
- h) Planeamento da logística de materiais e recursos em geral.

Para Caseiro (2013), a necessidade de consumo de uma grande quantidade de recursos da parte da indústria da construção, traduz-se numa grande relevância da temática

da sustentabilidade na economia do país e a sua inter-relação com a sociedade em geral. Neste setor, a construção de edifícios é fundamental e indispensável à vida do homem, é por isso que é fundamental ter um olhar cuidadoso sobre uma obra, uma vez que pode tornar-se uma grande fonte estimuladora para o fator da sustentabilidade.

A Agenda 21 Brasileira (2004) considerou o planeamento da construção de projetos sustentáveis dentro do espaço obra como sendo um instrumento poderoso, desde que conciliasse métodos e práticas de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica. Para que seja possível a concretização da aplicabilidade da Agenda 21 será indispensável o cumprimento do seguinte:

- a) O nível de consciência ambiental e de educação para a sustentabilidade tenha progressos;
- b) Proatividade do meio empresarial quanto às suas responsabilidades sociais e ambientais;
- c) Sociedade mais participativa, quanto às responsabilidades sociais;
- d) Sistema político com maior grau de abertura para políticas de redução das desigualdades;
- e) Planeamento governamental com recursos humanos qualificados;
- f) Fontes de recursos financeiros em prole de programas estruturantes e de alta visibilidade (Agenda 21 Brasileira, 2004).

Vantagens da Construção Sustentável

Cada vez mais existe a preocupação na sustentabilidade dos recursos existentes e a redução da chamada “pegada ecológica”. Das principais vantagens da construção sustentável destacam-se; a economia de energia, água e materiais; a utilização de materiais reutilizáveis de origem natural e vernacular; a redução das emissões poluentes; a reciclagem de resíduos associados ao ciclo de vida das construções; e, o aumento do ciclo de vida das construções.

Essas vantagens podem não ser muito visíveis a curto prazo, devido ao custo que o processo poderá ou não introduzir em relação a uma determinada construção, não obstante, a médio ou a longo prazo será uma aposta muito vantajosa. Após a aplicação desses princípios, a ação da construção sustentável é reforçada adotando-se um sistema de avaliação e certificação também ele sustentável, que permite estimar o nível de eficiência energética e de sustentabilidade atingido na construção de edifícios (Dinis, 2010).

Sistemas de Certificação para Construção

Para Pedro e Amado (2012), existe um conjunto diversificado de sistemas de certificação para as construções, destacando-se alguns dos mais importantes do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e da eficiência energética.

Sistema de Certificação *BREEAM* - Método de Avaliação Ambiental do Estabelecimento de Pesquisa Predial

O sistema de Certificação *BREEAM* (*Building Research Establishment Environmental Assessment Method*) foi desenvolvido no Reino Unido e consiste num processo metódico que tem por objetivo a avaliação do desempenho ambiental de um determinado edifício assente em dez critérios de pontuação de valorização do impacto ambiental (gestão da construção, consumo de energia, consumo da água, contaminação, materiais, saúde e bem-estar, transporte, gestão de resíduos, uso do terreno e ecologia e inovação). No que respeita aos resultados obtidos, os mesmos são traduzidos na seguinte escala: aprovado, bom, muito bom, ótimo e excelente (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação *LEED* - Sistema de Liderança em Energia e Design Ambiental

O sistema *LEED* (*Leadership in Energy and Environmental Design*) assenta num sistema que tem por objetivo a avaliação da sustentabilidade dos edifícios. O sistema *LEED* prevê um conjunto diversificado de critérios para a conceção, construção e operacionalidade das construções num contexto de sustentabilidade ambiental. Promove ainda uma abordagem integrada para a construção, dita “verde”, analisando o comportamento de sete aspetos da construção, sendo respetivamente: parcelas sustentáveis; energia e atmosfera; qualidade do ar interior; importância regional; eficiência no uso da água; materiais e recursos; inovação na conceção (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação *BEPAC* - Construindo Critérios de Avaliação de Desempenho Ambiental

O sistema *BEPAC* (*Building Environmental Performance Assessment Criteria*) foi desenvolvido no Canadá em 1993 e tem a particularidade de criar versões de critérios regionais adaptados às características dos locais. Este sistema estabelece normas para o projeto do edifício base, gestão do edifício base, projeto da ocupação e gestão da ocupação do edifício (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação GBC - Sistema de Avaliação - Sbttool

O sistema GBC (*Green Building Challenge*) foi desenvolvido pelo Canadá e o seu método tem por objetivo a diferenciação da geração de sistemas de avaliação desenvolvidos, com o objetivo de refletir as diferentes prioridades, tecnologias, tradições construtivas e valores culturais de diferentes países ou de diferentes regiões do mesmo país (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação HQE - Alta Qualidade Ambiental dos Edifícios

O sistema HQE (*Haute Qualité Environnementale des Bâtiments*) foi desenvolvido em França, e o seu método tem por objetivo a certificação da qualidade ambiental e a gestão da edificação. No que respeita ao nível dos parâmetros de avaliação, o mesmo assenta na construção ecológica, na gestão, no conforto e saúde (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação NABERS - Sistema de Avaliação Ambiental dos Edifícios Nacionais Australianos

O sistema NABERS (*National Australian Buildings*) foi desenvolvido pelo Governo Australiano, e o seu método tem por objetivo comparar a variação do comportamento ambiental entre os edifícios. Trata-se de um sistema que analisa parâmetros como a energia, água, ambiente interior dos edifícios e os lixos (Espírito Santo, 2010).

Sistema de Certificação LIDERA - Liderar pelo Ambiente

O sistema LIDERA (Lidera pelo Ambiente - Sistema Voluntário para Avaliação da Construção Sustentável) foi desenvolvido em Portugal pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa em 2005, e o seu método assenta na análise das características ambientais das construções *versus* a sua relação com o meio envolvente onde se insere. Com o evoluir dos tempos tende a abordar um conjunto diferenciado de critérios, nomeadamente: a integração no local, os recursos, cargas ambientais, conforto ambiental, vivência socioeconómica, gestão ambiental e inovação (Espírito Santo, 2010).

No sentido de se perceber as diferenças entre os diversos sistemas, e qual o mais adequado ao modelo de estudo (protótipo), apresenta-se o Quadro 10 que expressa os vários sistemas em referência, os parâmetros identificados, no sentido de melhor se compreender as potencialidades e características de cada um. Os parâmetros de sustentabilidade foram divididos por áreas de atuação:

- Ambiente Interno;
- Gestão Ambiental;
- Aspetos Socioeconómicos e Políticos;

- Integração no Meio;
- Cargas Ambientais e Impacte Ambiente Externo;
- Inovação;
- Planeamento;
- Recursos.

Para se proceder à análise comparativa entre os sistemas de certificação definiu-se as áreas de sustentabilidade e os respetivos parâmetros de acordo com os diversos sistemas em análise. A definição dessas mesmas áreas e parâmetros foi feita em concordância com vários fatores, tais como: os aspetos socioeconómicos, sociais e culturais; o estado de desenvolvimento e o estudo entre as diferentes agências ambientais de cada país; o estado do parque edificado; a região onde se implementam; e, as práticas construtivas comuns e de projeto, Quadro 10.

Quadro 10 - Sistemas de Avaliação e Certificação

Sistemas \ Áreas de Avaliação	BREEAM	BEPAC	SBTOOL	CASBEE	LEED	HQE	NABERS	GBCA	LIDERA	ECO-FCT
Ambiente Interno			●							
Gestão Ambiental					●					
Aspetos Socioeconómicos e Políticos									●	●
Integração no Meio	●				●					●
Cargas Ambientais e Impacto no Ambiente Externo	●		●		●					
Inovação	●				●				●	●
Planeamento	●		●		●				●	●
Recursos	●		●		●				●	●

Fonte: Adaptado de Dinis (2010)

Através destes fatores, torna-se exequível a existência de diferentes parâmetros na análise entre os diversos sistemas em estudo. Depois de feita uma análise comparativa destes sistemas, concluiu-se que o sistema mais completo e abrangente é o sistema *LEED*, dos Estados Unidos da América, por este possuir na sua estrutura uma quantidade de parâmetros superior ao dos outros sistemas em estudo. Contudo, a envolvimento de uma enorme quantidade de parâmetros torna por vezes a sua aplicação prática mais complexa e dispendiosa na fase de produção do processo de construção (Pedro & Amado, 2012).

6. A ARQUITETURA MODULAR, SEUS PARADIGMAS

Este ponto tende a tratar a temática da arquitetura modular, as suas características, um breve indículo histórico sobre a construção modular desde os tempos vetustos até aos atuais sistemas modulares, assim como toda a contextualização que envolve a construção dos diversos sistemas modulares de madeira.

6.1. DIMENSIONAMENTO MODULAR

Vive-se na era da fibra ótica, da velocidade, tudo têm que ser feito num curto espaço de tempo e com eficiência e qualidade. A construção modular é um processo de construção que veio transformar os processos construtivos por todo mundo, contribuindo para a diminuição da poluição ambiental e a conseqüente redução da pegada ecológica. Ao falar-se de arquitetura modular teremos que inevitavelmente abordar questões que se prendem com a gestão de coordenação aliada ao dimensionamento modular.

No entendimento de Andrade (2000), é comum a compatibilização dimensional de projetos de alvenaria estrutural coordenadas modelarmente. O autor defende que as principais diferenças para os projetos ditos tradicionais assentam essencialmente na análise (estudo das componentes do projeto) e na síntese (projetos do produto), por forma a articular cuidadosamente e de modo equilibrado ambas as fases, como se de um todo se tratasse, que no fundo é isso que acontece.

Alguns descritores consideram de relevante importância definir uma lista de fases a ter em conta nos projetos modulares. Neste contexto, Andrade (2000), entende que as fases a ter em conta são:

- a) Estabelecer quais as componentes que serão utilizadas para a montagem da edificação;
- b) Estudo preliminar idêntico ao de um projeto comum;
- c) Anteprojeto, que é a etapa com maior diferença entre o projeto dito tradicional e o projeto coordenado modelarmente, porque é necessário desde logo compatibilizar a solução estabelecida no estudo preliminar com uma malha plana (também designada por quadricula modular de referência). A partir da proposta e com base nas dimensões agregadas serão definidos os multimódulos a serem adaptados no projeto. De notar que os projetos modulares têm que ter detalhe necessário para a fase de execução.

Neste contexto, existem alguns autores que defendem que, no que respeita à coordenação modular, a mesma é entendida como um mecanismo de simplificação inter-relacional de grandezas e objetos, com origens diversas que se agregam entre si aquando do fenómeno da construção (Mascaró, 1976). De acordo com Greven e Baldauf (2007), a coordenação modular aplicada ao projeto contribui para a sua qualidade.

6.2. RESENHA HISTÓRICA DA COORDENAÇÃO MODULAR

Quanto à resenha histórica da coordenação modular, teremos que inevitavelmente regressar à Grécia Antiga. Após a cultura helénica e com Roma o estudo e o planeamento dos projetos obedeciam a determinados padrões, nomeadamente a implantação das retículas baseadas no “*passus*” romano que se caracterizavam por múltiplos de pés, entendido como uma unidade de medida antropométrica (Rosso, 1976).

No entendimento de Ching (1998a), a proporção dos elementos das ordens gregas (Dórica, Jónica, Coríntia) eram uma expressão da beleza e da harmonia da época. Como unidade de medida era utilizada o diâmetro de uma coluna e a partir desse módulo de referência eram criadas todas as demais dimensões da obra arquitetónica.

Os japoneses utilizavam a unidade de medida clássica utilizada no Japão que era “*Shaku*” que equivale ao pé inglês e que é divisível em unidades decimais. Contudo, durante a segunda metade da Idade Média implantou-se uma outra medida, o “*Ken*”, tendo sido normalizada e posteriormente utilizada na arquitetura residencial, passando a ser a medida absoluta na construção de edifícios, como também de toda a estrutura e dimensionamento dos espaços de arquitetura em todo o Japão.

Já na era da Revolução Industrial começaram a surgir materiais vindos de outras origens e locais, atuando na formação da rede urbana. Com os transportes ferroviários, o transporte de materiais ganhou uma outra dinâmica, passando a ser o principal meio de transporte de pessoas, deixando o transporte marítimo apenas para as grandes cargas de materiais. Ficando como se fosse reduzida a necessidade da construção de materiais vernaculares, do lugar, tendo-se outras opções de escolha.

Já em 1941, Gropius, em conjunto com outro arquiteto Konrad Wachsmann, projetaram um sistema de pré-fabricação para a empresa *General Panel Corporation*. O sistema construtivo assentava na utilização de painéis de madeira através da aplicação de uma malha modular.

Le Corbusier fundamentou *Le Modulor*, publicado em 1948, na matemática, utilizando as dimensões estáticas da secção áurea e da série dos números de Fibonacci e nas proporções do corpo humano, através de dimensões funcionais. No final da 2.^a Guerra Mundial, os trabalhos de todos os percursores passaram a ser encarados com maior seriedade e atenção. As construções começaram a exigir novos métodos, a aplicação de coordenação modular, vindo a assumir um carácter universal (Ching, 1998b).

Neufert (2013) articulou no seu livro conceitos de sistema de dimensionamento essenciais à construção, ainda hoje utilizados. Tudo o que o homem cria é destinado ao seu uso pessoal, as dimensões que fabrica devem estar intimamente ligadas com as dimensões do corpo humano.

6.3. SISTEMA DE COORDENAÇÃO MODULAR

A coordenação modular define-se como um sistema de simplificação e inter-relacional das grandes e de objetos variados, vindos de diversos locais, e que deverão ser cuidadosamente agregados entre as várias etapas do processo construtivo. Como objetivo, a coordenação modular tende a procurar a harmonia dos vários processos construtivos (Mascaró, 1976).

Na ótica de Lucini (2001), a coordenação modular era entendida como um sistema dimensional de referência, tendo como ponto de partida as medidas de base assentes num módulo definido de 10 cm, por forma racionalizar toda a ocupação espacial sem comprometer o respeito pelo sistema construtivo.

6.4. O MODULAR E A CONSTRUÇÃO

No sentido de melhor compreendermos a temática da arquitetura modular de madeira, interessa-nos primeiramente perceber o que se entende por construção modular, os diversos sistemas, quais as características aliadas a este tipo de processo construtivo.

Construção Modular

Para muitos autores a construção modular é considerada como uma unidade pré-fabricada, que é construída em fábrica e transportada depois para o local de construção, tendo ainda a possibilidade de serem adicionadas outras construções com dimensões superiores. Na esteira de Lawson (2007), a construção modular pode ter um leque variado de tipologias, destacando-se:

a) Sistema Modular Fechado - assenta num tipo de sistema que apresenta como principal aspeto a impossibilidade de se adicionar outro módulo, ou célula, apresentado por isso um grau elevado de padronização;

b) Sistema Modular Aberto - caracteriza-se por um sistema de módulos que permitem a ligação de outros módulos em qualquer um dos lados, apresentando normalmente um maior número de disposições;

c) Sistema Construtivo de Elementos Modulares - neste tipo de sistema o módulo não é definido como uma caixa, é caracterizado como módulo, porque os elementos que o compõem são construídos em fábrica e apresentam dimensões padronizadas;

d) Sistema Misto - caracteriza-se por um sistema que assenta na junção de vários sistemas modulares.

Assim, a construção modular é entendida como uma construção futurista, com características que disputam com os processos de construção tradicional, destacando-se: o custo reduzido, devido a tratar-se de construções feitas de fábrica; num tempo reduzido de

construção, onde o prazo médio de construção se situa entre um a três meses; possibilidade de agregação de módulos ao longo do tempo; eficiência energética superior; aspetos e métodos construtivos controlados de fábrica; possibilidade de construção com condições adversas; e, redução de resíduos na construção (Gonçalves, 2013).

Fragilidades da Construção Modular

Também os sistemas construtivos modulares apresentam algumas fragilidades, destacando-se como os mais importantes: a falta de financiamento bancário; uma menor flexibilidade criativa; impossibilidade de algumas soluções poderem ser construídas em altura; a distância entre o local de montagem e o local de fabrico, inflacionando o custo; e, a aceitação da população em geral, que este tipo de construção é um método de construção de futuro (Gonçalves, 2013).

Tipos de Sistemas de Construção Modular de Madeira

No mercado existe uma enorme variedade de sistemas construtivos modulares, neste contexto apresenta-se alguns destes sistemas direcionados para a construção modular de madeira, por terem uma relação próxima com o tema em estudo (Gonçalves, 2013). Nesse contexto destacamos alguns modelos de construção modular *System*; *Mima*; *Tisem*; *Kingspan* e *Steko* abaixo descritos.

Sistema Modular de Madeira - *Modular System*

O sistema construtivo modular de madeira, foi concebido e pensado com o objetivo de ser de fácil montagem, fácil a transportar e rápido a construir. Assenta num tipo de estrutura de madeira lamelada colada, a qual permite a adição e a remoção de módulos e ainda a personalização de uma edificação que vá ao encontro das necessidades do utilizador.

No que respeita a dimensões, os módulos têm, em média, cerca de 2,50 m e 5,80 m, existindo, contudo, a possibilidade de se criar módulos com outras dimensões. Trata-se de um tipo de construção direcionada para módulos habitacionais. São módulos assentes em estacaria de madeira, e apoios em betão, cujas ligações dos painéis são feitas através de conetores metálicos.

Sistema Modular - *Mima*

Relativamente ao sistema construtivo modular de madeira de pinho lamelado, o mesmo possui normalmente uma planta regular, com 7,50 m x 7,50 m, que equivale a uma área bruta de construção de cerca 57,00 m². Este tipo de sistema construtivo tem a

possibilidade de, através de um sistema interior de calhas metálicas, permitir que se retirem paredes e que se coloquem de formas variadas até que se obtenha uma casa tipo *open space*.

Sistema Modular - *Tisem*

O sistema construtivo modular de madeira, foi concebido com base em painéis de madeira lamelada colada cruzada, compostos por camadas lameladas de pinho coladas em estratos ortogonais. Este tipo de sistema tem a particularidade de suportar dimensões até 16,50 m de comprimento, 2,95 m de largura e 0,50 m de espessura e com a particularidade de ter grande resistência às ações químicas.

Sistema Modular - *Kingspan*

Sistema modular de madeira, contruído baseado na utilização de painéis SIP (*Structural Insulated Panels*), com espessura de 142 mm, que compreende duas placas de OSB de 15 mm, colocando entre estas uma placa de poliuretano de alta densidade de 112 mm. Tem 1,22 m de largura e 7,45 m de comprimento. Os painéis são ligados entre si através de um sistema de isolamento que diminui a fuga de ar.

Sistema Modular - *Steko*

Sistema modular de madeira, que assenta na construção de módulos normalizados de madeira maciça fabricados industrialmente. São painéis compostos por cinco camadas de madeira maciça colada cruzada com intervalos regulares. Este sistema foi concebido para facilitar a agregação de acabamentos vários ao nível das paredes, pavimentos, cobertura. Possibilita a ligação de elementos de madeira com paredes de tijolo. As tubagens ficam embutidas nas paredes como todo processo de colocação de isolamentos. Trata-se de uma construção muito rápida, sustentável, duradoura, segura, estável e de fácil montagem.

7. A CONCEÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE CONSTRUÇÃO

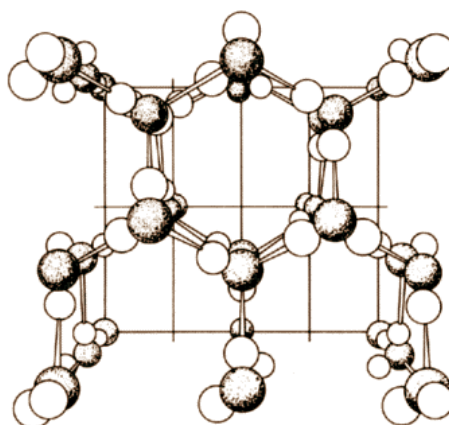
Neste capítulo iremos abordar o conceito arquitetónico que suscitou a criação do protótipo em estudo, a sua escala e relação espacial, bem como todo processo compositivo de agregação e desagregação de sub-células, num edifício célula principal, denominado *Main-cell*, que permita criar um modelo arquitetónico de apoio ao desporto e que responda eficazmente às suas necessidades.

7.1. A ARQUITETURA GERADORA DE UM PROTÓTIPO DESPORTIVO

De entre os vários fundamentos de arquitetura que poderão constituir-se como elementos geradores na criação de um modelo arquitetónico (protótipo) de uma instalação desportiva ao serviço do desporto, em particular à náutica de recreio, destacam-se os princípios de sustentabilidade e da Inovação e que resolva as necessidades sociais, os interesses e expectativas dos adeptos da modalidade, praticantes e espetadores.

No que respeita à dimensão e escala, esta deve ser adequada ao espaço físico onde se insere, que cumpra com a legislação em vigor e aplicável e com o propósito para que foi criado (forma *versus* função). Há semelhança da partícula da água no seu estado sólido, expresso na Figura 50, outros fatores fortaleceram o conceito da origem base da forma em estudo, tais como, a forma hexagonal dos favos de mel, que é entendida como uma obra da temperatura. Já Charles Darwin, autor da teoria da evolução, se rendia às colmeias, por elas serem absolutamente perfeitas, exemplo de economia em matéria de mão-de-obra.

Figura 50 - Estrutura Aberta da Célula da Água em Estado Sólido



Fonte: Kramer e Boyer (1995)

No embrião da forma do modelo de estudo do protótipo surgiu a forma hexagonal que posteriormente evoluiu para forma octogonal, por ser matematicamente natural, linear e que responde e se adapta facilmente a qualquer espaço físico; por outro lado, é a forma geométrica que responde a uma evolução compósita em “célula”, conceito essencial no que

respeita ao aspeto evolutivo do modelo arquitetónico para uma escala macro, de um grande centro desportivo.

7.2. FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO

O arquétipo em estudo assenta na criação de um conceito que relacione a agregação e desagregação de várias sub-células (diversas tipologias arquitetónicas agrupadas com usos diferentes em função da necessidade e da respetiva atividade desportiva), num edifício célula principal, denominado *Main-cell*, que permita, em função do seu conjunto e união tipológica, sirva as necessidades da atividade física e do desporto no geral.

O modelo do “Protótipo” assume-se como um conceito inovador “ *New Concept*” necessário à região centro litoral do nosso país, em particular ao território de estudo de caso, Figueira da Foz, adaptável às diferentes exigências e contextos de práticas e consumos, respeitador das necessidades dos praticantes e potenciais interessados, tendo como base as características dos desportos náuticos ao nível da competição e treino, da prática informal, conforto, formação, investigação e inovação no fabrico de materiais, vestuário e acessórios para a prática das diferentes modalidades. Neste sentido, admite-se que o conceito possa ser aplicado às necessidades da atividade física e desporto nas suas mais variadas vertentes.

Considerou-se essencial na génese da criação do “Protótipo” a relação compósita com o elemento água, tendo a *Main-cell* ficado assente no arquétipo desenho de inspiração simbólica utilizando a água no seu estado sólido com geometria piramidal, e posteriormente evoluído para a sua forma base octogonal, por esta melhor cumprir com a função camaleónica que se pretende no arquétipo de construção.

O setor da atividade desportiva dos desportos náuticos, devido ao seu potencial impacto económico, social e cultural, é alvo de grandes pressões a nível global quanto à sustentabilidade de um modelo arquitetónico integrado, que seja ecologicamente sustentável e que cumpra com o seu propósito.

O comportamento de compra de consumidores sofisticados e aptos a pagar níveis mais altos de preços por “produtos diferenciados e de qualidade superior”, exigem a dedicação de todos e a aplicação de técnicas e de modelos integrados no meio ambiente, ecologicamente sustentáveis, de baixo custo e altamente direcionados para as necessidades do desporto atual, tendo por base a emergência de novos modelos relacionados com a sociedade de consumo, a prestação de serviços de excelência.

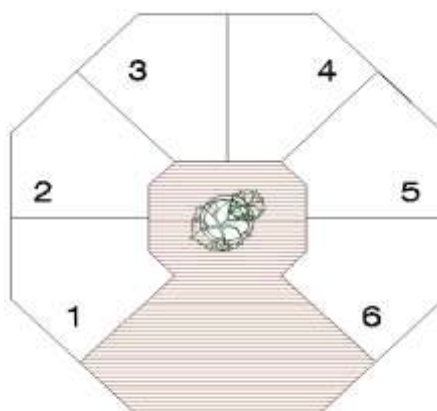
De entre os pressupostos de partida da criação do protótipo, destacam-se os princípios de eficiência energética, sustentabilidade e inovação, aliados aos interesses e expectativas dos consumidores dos desportos náuticos.

No que respeita à dimensão e escala, esta deverá ser adequada ao espaço físico onde se insere, bem como, deverá cumprir com a legislação em vigor e aplicável, nomeadamente respeitar o Cálculo do Efetivo imposto pela UNESCO (0,65 m²/habitante) ou pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU, 1,00 m²/habitante), segundo a (Carta de Equipamento Desportivos do Município da Figueira da Foz, CEDMFF (2010) e o valor do índice de comunidade geral é de 3,81 m²/habitante.

Outros fatores fortaleceram o conceito da forma da base do estudo do protótipo, tais como o conhecimento das reais necessidades dos consumidores deste tipo de produto, o aumento dos fluxos turísticos, cuja motivação tem a ver com os núcleos de atratividade turística naturais, que potenciam o usufruto da natureza e a prática dos desportos náuticos, o interesse mediático pelas ações preconizadas, o conhecimento acumulado das ciências naturais, humanas e sociais, assim como a expertise de um grupo de profissionais com formas diversificadas, ao nível das ciências do desporto, gestão, arquitetura, engenharia civil, equipamentos desportivos, turismo, *marketing* e tecnologias de informação e comunicação.

O conceito geral do “Protótipo”, só toma “vida” com a agregação ou desagregação de várias sub-células, que, por sua vez, resultam no espaço ideal para suprimir as necessidades sociais “relevância prática” dos consumidores dos desportos náuticos no concelho da Figueira da Foz. Por outro lado, procura responder com um serviço de qualidade superior, diferenciador, e que consiga colocar o concelho da Figueira da Foz, como ponto estratégico na rota da náutica de recreio no panorama nacional e internacional, Figura 51.

Figura 51 - Célula completa *Main-Cell*



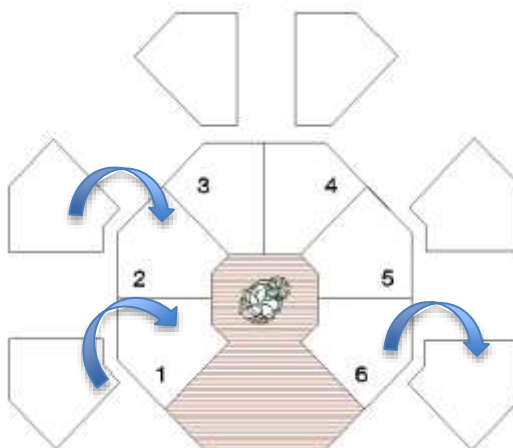
Fonte: Elaboração própria

7.3. PROTÓTIPO DESPORTIVO - SUB-CÉLULAS

O arquétipo assenta na agregação e desagregação de várias sub-células e na consequente definição dos vários elementos arquitetónicos que fazem parte de uma lista a disponibilizar aos potenciais interessados em jeito de “cardápio”, com várias soluções

agregadoras em si, relacionando ideias para os espaços e suas funções desportivas *versus* necessidades sociais do concelho, entre outros atributos, que por sua vez serão colocados, como que, transportados para o edifício geral *Main-Cell*, em função das necessidades do Município ou promotor, como se de peças um lego se tratasse, Figura 52.

Figura 52 - Imagem de Agregação e Desagregação de Sub-Células

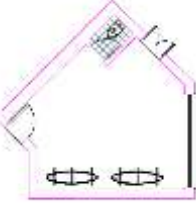
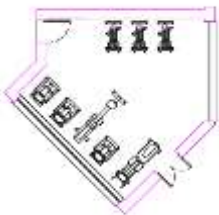

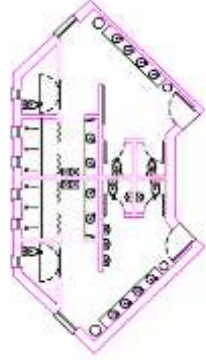




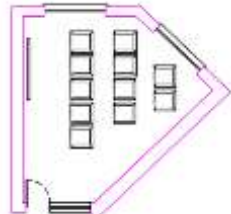
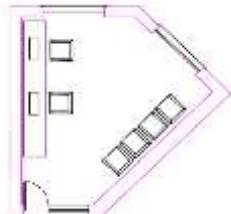
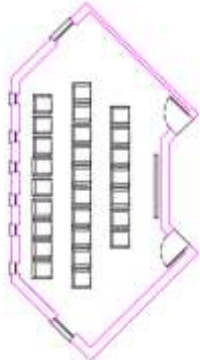





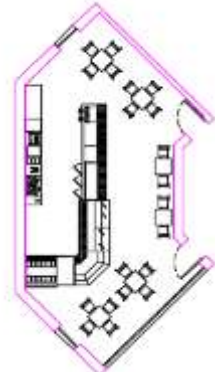
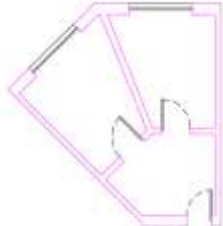

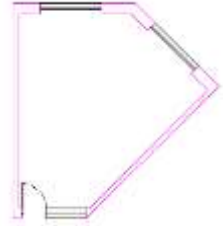






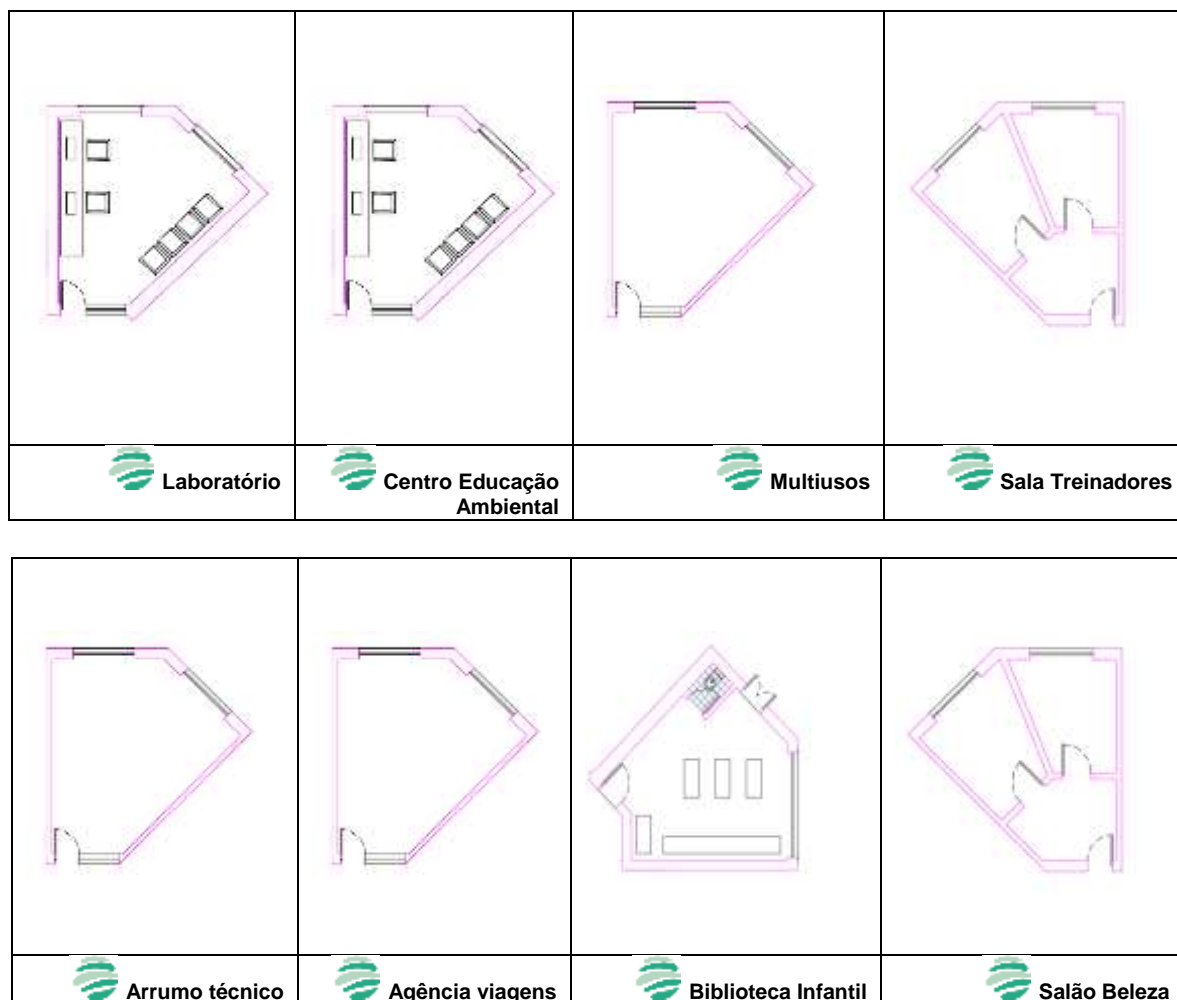
Fonte: Elaboração própria

7.4. PROTÓTIPO DESPORTIVO - TIPOLOGIAS DE SUB-CÉLULAS

Em síntese expressa-se algumas tipologias de sub-células a instalar no modelo arquitetónico “Protótipo”, *Main Cell*. Desta forma, pretende-se demonstrar a função camaleónica do modelo em estudo, com vista à adequação a uma qualquer atividade desportiva, variando em função da sua escala, dimensão, temporalidade, realidade territorial, *versus* colmatação de uma necessidade social em prole da valorização da prática do exercício físico e do desporto em geral, Figura 53.

Figura 53 - Sub-Células

			
 Escola Surf	 Ginásio	 Loja Desportiva	 Sanitários/Balneários
			
 Formação	 Investigação	 Auditório	 Spa - Jacuzzi e Sauna
			
 Bar/Cafetaria	 Enfermaria e Gabinete Médico	 Loft-dormitórios	 Oficina



Fonte: Elaboração própria

Das inúmeras soluções acima apresentadas destacamos alguns exemplos de ocupação espacial do protótipo:

Sc1 - Escola de Surf (35,00 m²);

Sc2 - Ginásio (35,00 m²);

Sc3 - Loja Desportiva (35,00 m²);

Sc4 - Instalações Sanitárias / Balneários (70,00 m²);

Sc5 - Loft Dormitório (35,00 m²);

Sc6 - Formação (35,00 m²);

Sc7 - Investigação (35,00 m²);

Sc8 - Auditório (70,00 m²);

Sc9 - SPA - *Jacuzzi* e Sauna/Banho Turco (35,00 m²);

Sc10 - Enfermaria / Gabinete Médico (Primeiros Socorros), (35,00 m²);

Sc11 - *Loft* - Dormitórios (35,00 m²);

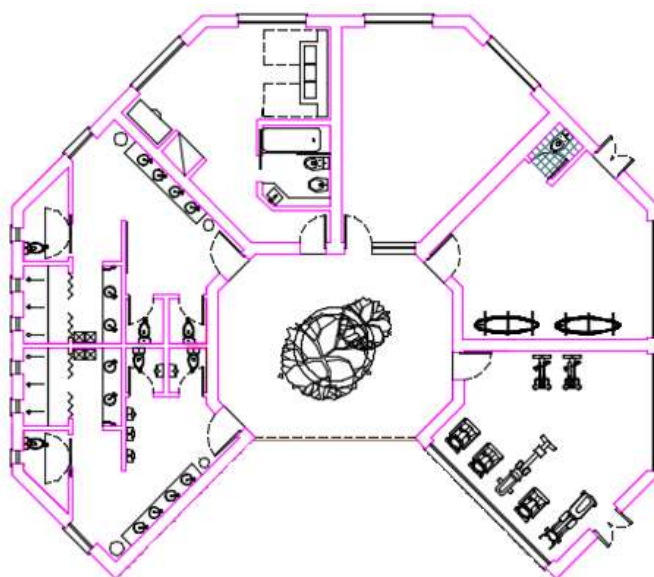
Sc12 - Oficina de reparação de equipamentos desportivos (35,00 m²);

- Sc13 - Laboratório (35,00 m²);
- Sc14 - Centro de Educação Ambiental (35,00 m²);
- Sc15 - Espaço Multiusos (35,00 m²);
- Sc16 - Treinadores / Formadores (35,00 m²);
- Sc17 - Arrumos técnico (35,00 m²);
- Sc18 - Agência de Viagens (35,00 m²);
- Sc19 - Biblioteca Infantil (35,00 m²);
- Sc20 - Salão de Beleza (35,00 m²);

7.5. PROTÓTIPO DESPORTIVO - TIPOLOGIA *MAIN-CELL*

A Figura 54 versa um exemplo prático do protótipo em estudo, caracterizado por uma *Main-Cell*, que visa responder a um programa esquemático que sirva eficazmente às necessidades sociais ao nível da prática desportiva.

Figura 54 - Exemplo de *Main-Cell*



Fonte: Elaboração própria

Destacam-se no exemplo apresentado a criação de um conjunto variado de sub-células:

- Sc1 - Escola *Surfing*, complementada com apoio a outros desportos de ondas;
- Sc2 - Ginásio, projetada na célula com espaços em vidro amplamente virada para o exterior trata-se um espaço de treino e de preparação física no seu conceito mais simplificado;
- Sc3 - Loja, por se considerar que a vertente económica aliada ao *merchandising* desportivo, com função importante na gestão de todo conjunto;

Sc4 - Instalações sanitárias e balneários, masculinos e femininos, complementado com capacidade para duches e sanitários de apoio a pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida;

Sc11 - *Loft* Dormitório, pequeno espaço com capacidade de alojamento temporário de atletas e ou treinadores ou outras pessoas ligadas às sub-células existentes na *Main-Cell*.

No modelo de equipamento desportivo, idealiza-se um tipo de construção que tende a privilegiar a utilização de materiais vernaculares, integrados no local, ecologicamente sustentáveis e que sejam diferenciadores pelo conceito, pela durabilidade *versus* diminuição de custos de manutenção e com o objetivo primordial de todo estudo, que assente na colmatação de uma necessidade social, desportiva existente no concelho da Figueira da Foz, Figura 55.

Figura 55 - Imagem I - 3D do Modelo de Equipamento Desportivo - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, e face ao reaproveitamento da sua forma geométrica, propõe-se o recurso a sistemas sustentáveis energeticamente, quer sejam passivos ou ativos, destacando-se:

Ativos - painéis fotovoltaicos, com a transformação de energia solar noutras formas de energia, técnica ou elétrica, aproveitando a cobertura;

Passivos - num contexto de arquitetura bioclimática, com aproveitamento da energia para aquecimento do edifício através de estratégias de construção.

Segundo Zechmeister (2008), zonas bioclimáticas com invernos rigorosos ou com uma percentagem considerável de horas de desconforto geradas pelo frio devem vincular-se a estratégias de aquecimento solar passivo. Pretende-se cumulativamente dar especial atenção às questões do reaproveitamento das águas pluviais e ao seu encaminhamento, tratamento das águas e efluentes residuais (sistema tipo ecoflo ou equivalente), com vista a uma melhor solução técnica no reaproveitamento das mesmas, e em integral simbiose com o meio

ambiente. Em Portugal existe o Decreto-Lei nº 80/2006 de 4 de abril, que induz a produção de água quente por aparelhos solares, obrigando a instalação destes mecanismos em novos edifícios, Figura 56.

Figura 56 - Imagem II - 3D do Modelo de Equipamento Desportivo - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

No entendimento de Cunha (2007), as instalações desportivas caracterizam-se como espaços de acesso público organizados para a prática de atividade desportiva, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados.

Nestes espaços integram-se também as áreas de serviços e anexos complementares, podendo os mesmos serem organizados em instalações desportivas de base, de onde se inclui recreativas ou formativas, instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares e ainda as instalações especiais, direcionadas para a prática do espetáculo desportivo.

No que respeita à estrutura das sub-células do espaço desportivo, a distribuição espacial de alguns desses espaços representa uma forma tridimensional. Identificado como C2, que pode ser associado a uma qualquer sub-célula, cuja necessidade seja entendida como prioritária no universo de implementação do equipamento desportivo. A solução arquitetónica deverá ter como objetivo a integração nos planos urbanos onde se insere, e que ao mesmo tempo, traga valor acrescentado a um determinado território quer seja do ponto de vista do desporto, quer seja na prestação de um serviço à comunidade em geral, Figura 57 (Cunha, 2007).

Figura 57 - Imagem III - 3D do Modelo de Equipamento Desportivo - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

7.6. PROTÓTIPO DESPORTIVO E A MARCA ASSOCIADA

Marca & Conceito

A marca traduz-se numa identidade que tem por intento servir para identificar os produtos e serviços de um determinado fabricante ou grupo de fabricantes, podendo ser entendido como uma vantagem competitiva para ascender no mercado onde atua (Aaker, 1991).

Segundo Keller (1993), o conhecimento da marca é visto como vital para a criação de *brand equity* e pode ser caracterizado em termos de sensibilização e imagem. A perceção da marca relaciona-se com a capacidade do consumidor a identificar sob diferentes condições e consiste no seu reconhecimento e desempenho, chamado *recalle* da marca.

A imagem da marca representa as perceções dos consumidores sobre uma marca e é uma combinação da força, favorabilidade e singularidade das associações de marca retida no consciente do consumidor (estas associações são também classificadas de atributos).

Não se sabe com o devido rigor quem começou a usar o termo *brand equity*, ainda assim denota-se uma ascensão após a década de 80, pois a partir daí a marca passou a acrescentar valor ao produto, pelo que passou a estudar-se o valor da marca, por “capital da marca” também denominado por *brand equity*.

Para Keller (1993) o conceito de Cliente-Baseado *Brand Equity* (CBBE) sugere que o poder de uma marca reside no registo mental. Lev (2001) considera que a marca tem por base três tipos de ativos intangíveis: as inovações, a estrutura organizacional exclusiva e os recursos humanos. Normalmente, os ativos intangíveis são resultado da interação desses três fatores, sendo incorporados nos ativos tangíveis. Por exemplo, o lançamento de um medicamento por uma empresa farmacêutica é resultante de pesquisas (inovação),

disponibilidade dos laboratórios (estrutura organizacional) e investigadores (recursos humanos), cujo produto se exterioriza num comprimido ou solução (tangível).

A Organização Mundial de Propriedade Industrial caracteriza a marca como um sinal que serve para distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos outros de uma outra empresa (Colim, 2010).

Associado ao conceito do protótipo, pretende-se a criação futura de uma marca, exemplo puramente académico “*AquaSport*”, que segundo Biscaia (2015) caracteriza-se por um nome, por um termo, um símbolo, sinal ou um desenho, com o objetivo de identificar produtos e serviços de uma determinada empresa e diferenciá-lo dos concorrentes no mercado. A marca ajuda a estabelecer relações de confiança entre os clientes e o mercado, sendo fator determinante na criação de riqueza.

O Papel da Marca

No entendimento de Biscaia (2015), o papel da marca assenta num conjunto de vetores essenciais por forma a desempenhar o seu papel, sendo respetivamente:

- a) Identidade - Identificam a origem ou fabricante de um determinado produto, de modo a responsabilizar pelo produto um determinado fabricante;
- b) Imagem - Facilidade de reconhecimento por parte de potenciais consumidores;
- c) Relação - Representa processo de criação de valor para o consumidor, símbolo de qualidade, vantagem competitiva;
- d) Proteção Jurídica - Assegura que nenhuma outra entidade possa colidir com a sua propriedade intelectual. Direitos de Autor.

O Valor da Marca - *Brand Equity*

Numa era cada vez mais globalizante, a marca assume-se como um dos ativos de maior relevância para o universo das empresas. Inúmeras empresas são cada vez mais dependentes de uma marca associada para que consigam ascender nos negócios de uma forma significativa. A marca pode assumir-se como um fator diferenciador na mente dos consumidores, na medida em que, uma marca forte traduz-se num relacionamento a longo prazo. Relativamente aos elementos emocionais da marca, Leek e Christodoulides (2012) consideram que estes criam sentimentos de redução de risco, são referenciais de qualidade da oferta e indicam o que é de esperar de determinado fornecedor (Bendixen, Bukasa & Abratt, 2004), sendo estas as principais funções da marca em contexto empresarial (Kotler & Pfoertsch, 2007).

A importância da marca leva a que muitas empresas se conectem a marcas internacionais fortes, conseguindo deste modo, uma maior visibilidade, notoriedade no sentido da ascensão comercial (Colim, 2010).

A denominada economia da era digital, tem cada vez mais vindo a contribuir para uma alteração substancial das estratégias e dos comportamentos das empresas. O grande desafio das empresas do futuro será a capacidade para acederem a recursos imateriais baseados em saberes dispersos (Colim, 2010).

Para Leek e Christodoulides (2011) a marca está simplesmente relacionada com o produto e o *branding* é considerado como o processo de adicionar valor ao mesmo. Na atual fase de globalização dos mercados, houve a necessidade crescente de se apostar nos fatores imateriais e dinâmicos da competitividade, como forma de manter e ganhar posição importante nos mercados.

O valor da marca pode refletir-se na forma como os consumidores atuam em relação à marca, nos preços dos produtos, na participação de mercado e lucratividade da marca para a empresa. Assim, o valor da marca assenta num conjunto variado de vetores, a saber:

a) Análise baseada na Organização - relacionado com resultados obtidos e que são atribuíveis a um produto com uma marca em comparação com um produto sem marca. Permite avaliações objetivas do desempenho da marca, sendo particularmente útil num contexto de fusão e/ou aquisições entre organizações;

b) Análise baseada no Consumidor - Pontos fortes e pontos fracos que constituem as valias do produto ou serviço para o utilizador final. Permite avaliação ao nível individual, adequada para compreender as respostas dos consumidores de desporto em relação aos seus clubes (Biscaia, 2015).

Construção da Marca

De acordo com Webster & Keller (2004) a marca pode ser definida através de um nome, símbolo, sinal ou logotipo que identifique produtos e/ou serviços que os diferencia dos concorrentes. Estes são os elementos que serão o referencial da imagem da marca, levando à sua referência e notoriedade, uma vez que são eles que estabelecem o relacionamento entre os produtos/serviços e o mercado.

Construir a marca é moldar a sua imagem, para que seja facilmente lembrada pelos consumidores ao longo do tempo. Os alicerces que sustentam a construção da sua imagem são as associações da marca, estas associações são os pontos de informação mental que o consumidor guarda daquela marca (Farquhar e Herr, 1992; cit. in. Azevedo, 2009).

As comunidades de marca desempenham cada vez mais um papel crucial no resultado final da marca, desempenhando um papel social de relevante importância no contexto da sua

construção. Atualmente criar e desenvolver marcas no mercado é primordial para a fidelização de novos consumidores. A construção de uma marca requer grandes esforços por parte das empresas na medida em que os custos são elevados, no entanto muitas empresas tendem a investir muito na área de marketing.

De acordo com Webster e Keller (2004) a marca pode ser definida através de um nome, símbolo, sinal ou logotipo que identifique produtos e/ou serviços que os diferencia dos concorrentes. Estes são os elementos que serão o referencial da imagem da marca, levando à sua referenciação e notoriedade, uma vez que são eles que estabelecem o relacionamento entre os produtos/serviços e o mercado). No contexto de relação da marca, e do seu valor intrínseco, surge a marca “*AquaSports*”, que servirá de ensaio ao nome do protótipo em estudo, Figura 58.

Figura 58 - Ensaio Académico da Marca do Equipamento Desportivo - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

8. O ARQUÉTIPO DE ARQUITETURA

Neste capítulo pretende-se abordar a temática dos procedimentos arquitetónicos com vista a um futuro licenciamento e posterior execução da obra de construção do edifício denominado *Main-cell*, com o objetivo de que o mesmo sirva as necessidades da atividade física e do desporto. Nesse contexto, torna-se essencial perceber de uma forma sequencial todo procedimento.

8.1. O PROJETO DE ARQUITETURA

Um qualquer projeto de arquitetura sujeito a procedimento de licenciamento ou outro, deverá ser instruído em conformidade com a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, no que respeita aos elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) que revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.

Peças Escritas

Relativamente às peças escritas que deverão acompanhar todo o processo com vista ao licenciamento do projeto de arquitetura (Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril), é importante referir:

- Documentos de legitimidade do proprietário do prédio;
- Caderneta predial urbana do prédio;
- Caderneta rústica do prédio;
- Certidão da conservatória do registo predial atualizada;
- Ficha de elementos estatísticos (INE);
- Dados fornecidos pelo cliente na fase de instrução do processo na Câmara Municipal.
- Memória Descritiva e Justificativa (contendo os elementos n.º 5 da parte I do Anexo I à Portaria n.º 113/2015;
- Calendarização da obra;
- Estimativa de custo total da obra;
- Mapa de áreas;
- Pareceres, autorizações de entidades externas;
- Fotografias do local;
- Termo de responsabilidade do coordenador do projeto;
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura;
- Termo de responsabilidade do técnico autor do levantamento topográfico;
- Termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades;
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de condicionamento acústico que ateste a conformidade da operação com o regulamento do ruído;

- Comprovativo da contratação do seguro de responsabilidade civil dos técnicos para cada autor do projeto;
- Declaração da ordem profissional para cada autor do projeto;
- Dados fornecidos pelo cliente na fase de instrução do processo na Câmara Municipal.

Memória Descritiva e Justificativa Tipo

Introdução

A memória descritiva e justificativa visa a explicação técnica respeitante ao projeto de arquitetura - licenciamento tipo, para a construção de um equipamento desportivo com uma **área bruta de construção de 244.34 m²**, e que se pretende edificar no Cabedelo, freguesia e concelho de Figueira da Foz.

Localização, Implantação

A pretensão insere-se no Cabedelo mais propriamente no artigo (x)¹, seção (x)¹, no concelho de Figueira da Foz; certidão da conservatória do registo predial n.º (x)¹ e cujo uso é um equipamento desportivo ligado à náutica de recreio. Do ponto de vista arquitetónico, foi premissa estudar uma peça de arquitetura integrada na região, com uma imagem contemporânea, agradável à vista, e que cumprisse com a sua função, privilegiando-se os materiais tradicionais do lugar, como por exemplo: *(a madeira, cortiça, pedra da ribeira, assim como as soleiras e peitoris em granito de Monchique)*. Pretende-se deste modo uma correta integração na paisagem natural do litoral português. O volume proposto integra-se na topografia local e respeita os valores naturais e a traça vernacular do lugar.

Instrumentos de Gestão Territorial Aplicáveis

Apesar de se tratar de um modelo “tipo”, está localizado em área do PDM da Figueira da Foz, e cumulativamente integrado em área do domínio público marítimo (DPM), sob gestão da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Caracterização da Solução Proposta

O edifício objeto do presente estudo de licenciamento, tal como já mencionado no presente documento, consubstancia numa construção em madeira, de carácter integralmente desportivo, com uma área bruta de construção de 244.34 m² e que se pretende agora submeter à apreciação de modo a cumprir com as necessidades do promotor (x).

¹ Inexistência do número deve-se ao facto de se tratar de uma simulação.

No que se refere à cêrcea média, é de 3.50 m.

A intervenção do edifício desportivo assenta no seu essencial no seguinte programa funcional:

- a) Instalação Sanitária - 69.85m²;
- b) *Loft* - 34.37m²;
- c) Laboratório - 34.37m²;
- d) Escola Desportos de Ondas - 35.37m²;
- e) Ginásio - 34.47m²;
- f) Hall - 64.75m²;
- g) Distribuição - 35.80m²;

Parâmetros Urbanísticos

- a) Área do terreno: (X) m²
- b) Área Bruta de construção: 244,34 m²;
- c) Área Total de Implantação: 309,00 m²;
- d) Área Útil: 308,98 m²;
- e) Área Habitável: 138,58 m²;
- f) Volumetria aproximada: 988,80 m²;
- g) Cêrcea do Edifício: 3,50 m²;
- h) Número de Pisos acima da cota de soleira: 1
- i) Número de Pisos abaixo da cota de soleira: 0

Organização Funcional

As divisões e respetivas áreas existentes no edifício desportivo são as abaixo mencionadas também visíveis nas plantas que acompanham todo o processo.

- a) Instalação Sanitária - 69.85m²;
- b) *Loft* - 34.37m²;
- c) Laboratório - 34.37m²;
- d) Escola Desportos de Ondas - 35.37m²;
- e) Ginásio - 34.47m²;
- f) Hall - 64.75m²;
- g) Distribuição - 35.80m².

Materiais e Acabamentos

A estrutura geral será mista, composta por madeira (*pinho nórdico*) e ferro (elementos ligação), com paredes em painéis de madeira (com isolamento térmico mínimo 4 cm - variável

de acordo com projeto térmico) e revestidos a painel de cortiça com espessura a definir em obra; cobertura invertida com base estrutural em madeira tratada, devidamente impermeabilizada com acabamento calhau rolado; sendo o projeto desta especialidade a submeter à apreciação da Câmara Municipal da Figueira da Foz, como as restantes especialidades, de acordo com as normas legais em vigor.

Pavimentos

Constituído por um núcleo de compósito de cortiça aglomerada de reduzida espessura, este novo conceito de pavimentos assegura todos os benefícios deste material natural - nomeadamente em termos de isolamento térmico e acústico, conforto ao caminhar, resistência ao impacto e alívio de tensões corporais (tecnologia *Corktech*) - a que se juntam agora as mais-valias da resistência à água, ou seja, sem riscos de uma eventual dilatação do pavimento, e de uma rápida instalação. O resultado é um produto que, comparativamente com as soluções atualmente existentes no mercado, se apresenta com um desempenho técnico e uma garantia superiores. Modelo de pavimento, produzido pelo Grupo Amorim Revestimentos SA., ou equivalente, Figura 59.

Figura 59 - Modelo tipo - Revestimento pavimento Hydrocork



Fonte: Amorim (2018)

Os pavimentos serão revestidos a tijoleira cerâmica na zona da copa e lavabos. Restantes espaços serão em compósito (madeira/plástico), madeira tratada e pavimento flutuante nas zonas a definir em obra com colocação de isolamento.

Paredes

As paredes interiores são constituídas por madeira tratada, pinho nórdico e *hydrocork*. Em alternativa pode optar-se por *pladur* ou gesso cartonado. Revestimento de paredes exteriores: dimensionamento (10mmx20mmx10mm) assente sobre estrutura resistente tipo

Corkôco (Grupo Amorim), solução que utiliza em simultâneo dois produtos naturais, a cortiça e o coco, garantindo alto desempenho no isolamento acústico. É especialmente vocacionada para aplicação em tetos, paredes e pavimentos, Figura 60.

Figura 60 - Modelo tipo - Revestimento de paredes "Corkôco"



Fonte: Amorim (2018)

Características ambientais: Aproveitamento e valorização de resíduos de casca de coco; inodoro; imputrescível; não forma bolores. No que respeita às vantagens, tem excelente desempenho termo acústico; excelente resistência mecânica; elevada durabilidade sem perda de características; produto natural mais saudável; conforto com isolamento saudável; permite economia energética; eficácia por tempo indeterminado.

Lambris

Nas instalações sanitárias é proposto a execução de um lambril em azulejo até 2.20m mínimo de altura, das cores a definir em obra.

Cantarias

As soleiras e os peitoris das janelas são propostos em madeira. Nas Instalações Sanitárias (WC), propõe-se que os lavatórios sejam embutidos em tampo de pedra a definir em obra, podendo em alternativa optar-se por tampos de madeira (contraplacados).

Cobertura

O revestimento da cobertura poderá ser devidamente impermeabilizado com colocação de duas telas cruzadas colocadas a quente, geotêxtil, com excelente isolamento térmico, pendente, boa drenagem; colocação de pedra da ribeira como acabamento final.

Vãos

Os vãos exteriores poderão ser em caixilharia de PVC + madeira, conforme definido em projeto. Em relação aos aros da porta interior, essa será de cassete de correr do tipo *Isofix* ou equivalente, em madeira de carvalho com acabamento a verniz acetinado.

Tecnologia de Construção

A execução do projeto deverá ser feita segundo as tecnologias correntes na indústria de construção civil, tendo em consideração as normas de segurança e a regulamentação em vigor e aplicável.

Peças Desenhadas

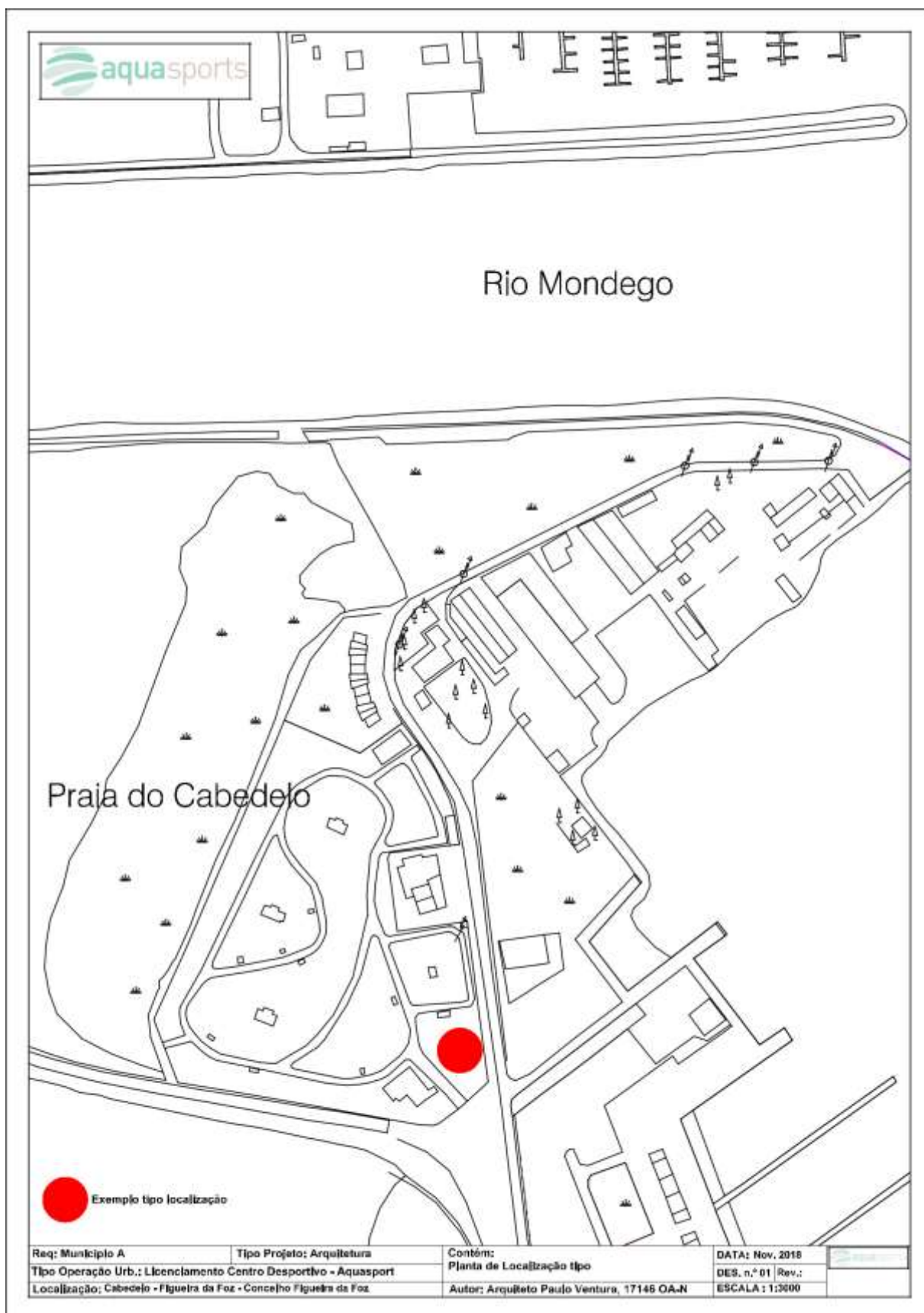
As peças desenhadas que deverão acompanhar o processo de arquitetura com vista ao licenciamento do projeto de arquitetura e em cumprimento com a Portaria n.º 113/2015 junto do Município e das restantes entidades com jurisdição no local são as seguintes:

- a) Planta de localização;
- b) Planta de apresentação;
- c) Planta cotada;
- d) Plano de Acessibilidades;
- e) Planta de Cobertura;
- f) Alçados;
- g) Cortes;
- h) Pormenor Cobertura Invertida;
- i) Pormenores Construtivos I;
- j) Pormenores Construtivos II;
- k) Pormenor Recetáculo Postal.

Planta de Localização

A planta de localização respeita a um local que consideramos pelas suas características e proximidade do mar, ser um dos mais adequados à implantação do projeto de arquitetura do equipamento desportivo na cidade de Figueira da Foz, sendo apresentado na, Figura 61.

Figura 61 - Planta de Localização/Implantação - Protótipo

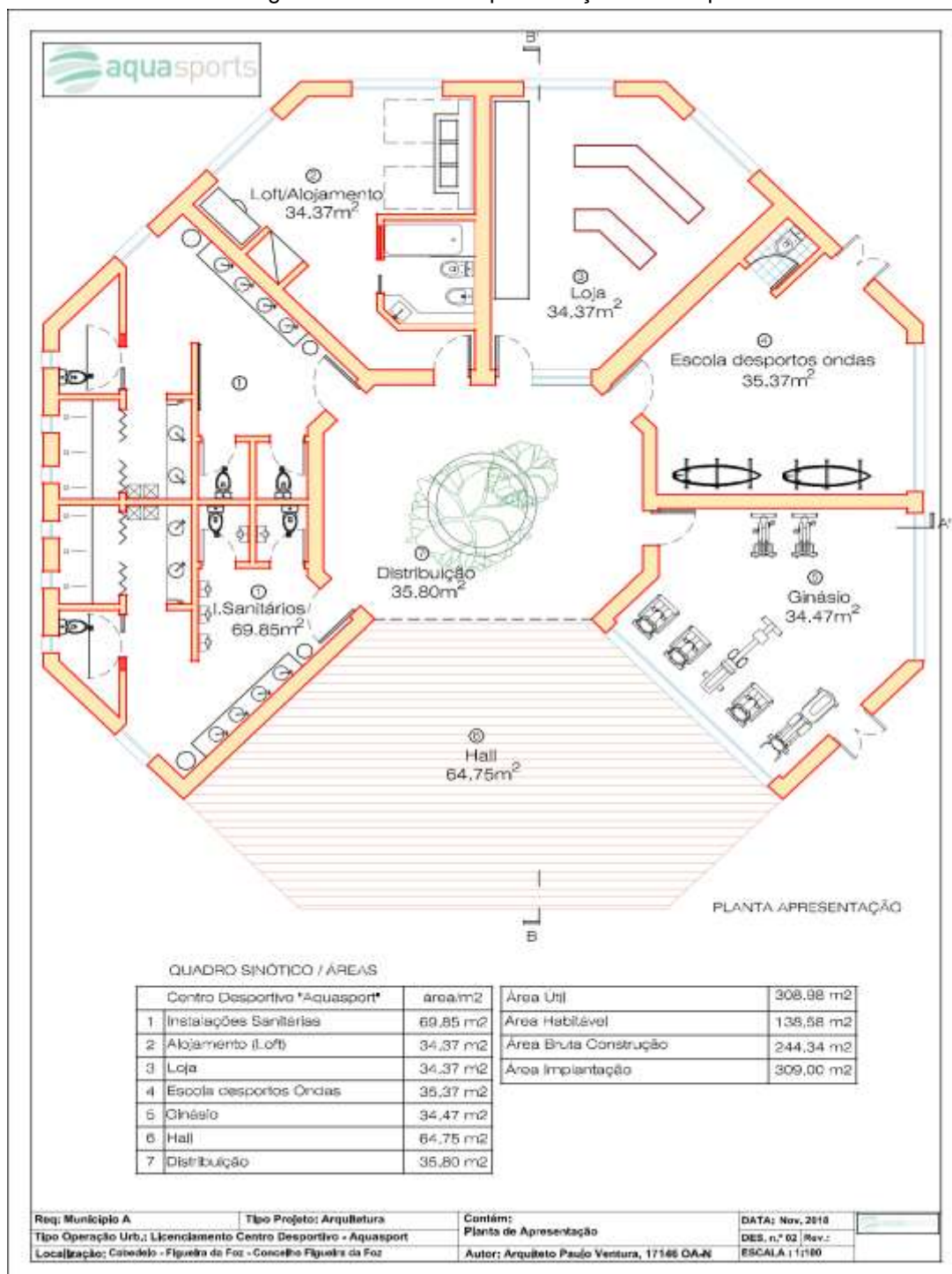


Fonte: Elaboração própria

Planta de Apresentação

A planta de apresentação de uma célula completa do modelo de estudo com um conjunto diverso de ocupações e tipologias (sanitários, *loft*-alojamento, loja de desporto, escola de desportos ondas, ginásio e espaço de distribuição), ilustrada na Figura 62.

Figura 62 - Planta de Apresentação - Protótipo

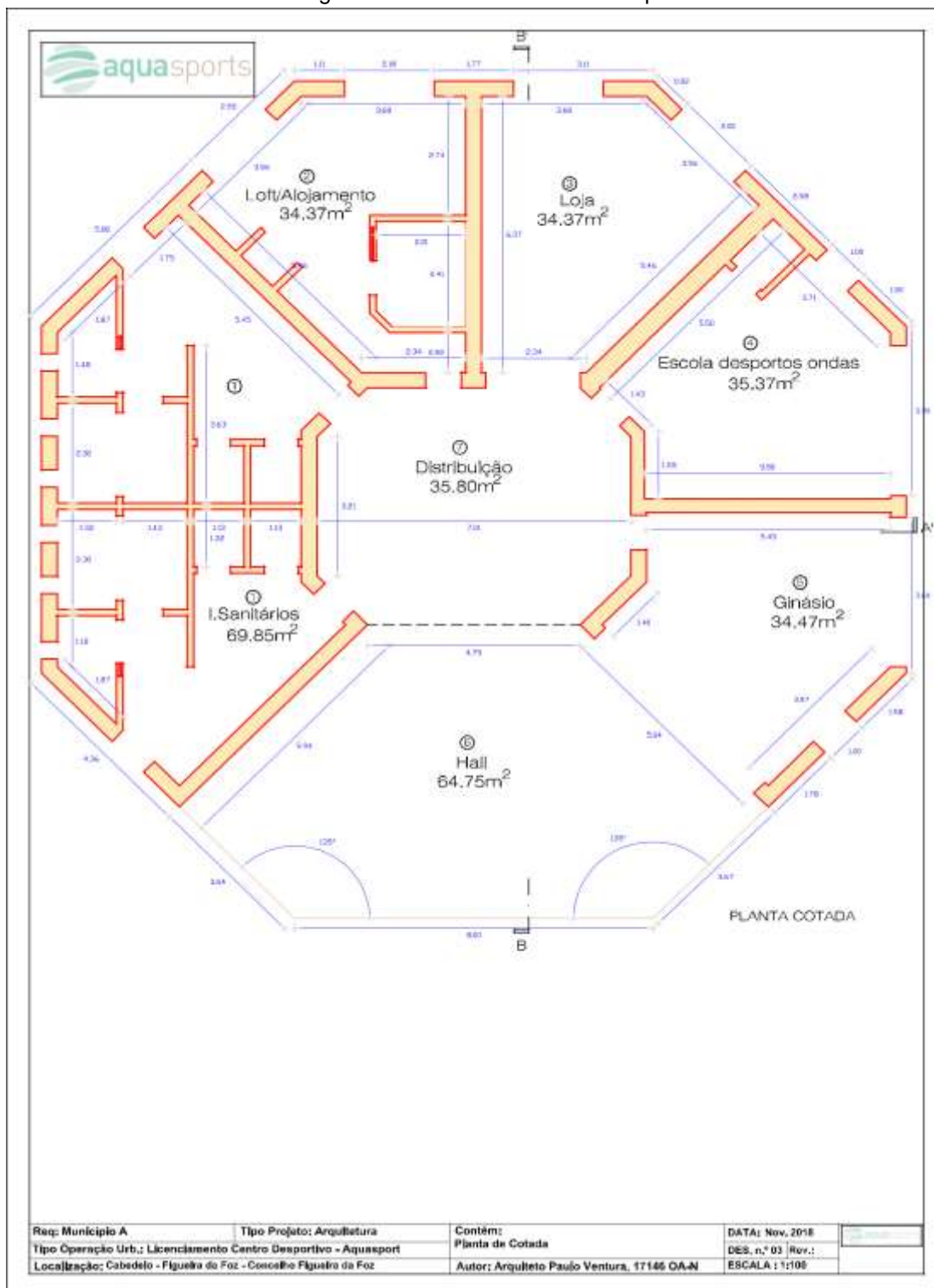


Fonte: Elaboração própria

Planta de Cotada

A planta cotada, representada pela Figura 63, respeita às medidas *versus* áreas ocupadas no modelo em estudo.

Figura 63 - Planta Cotada - Protótipo

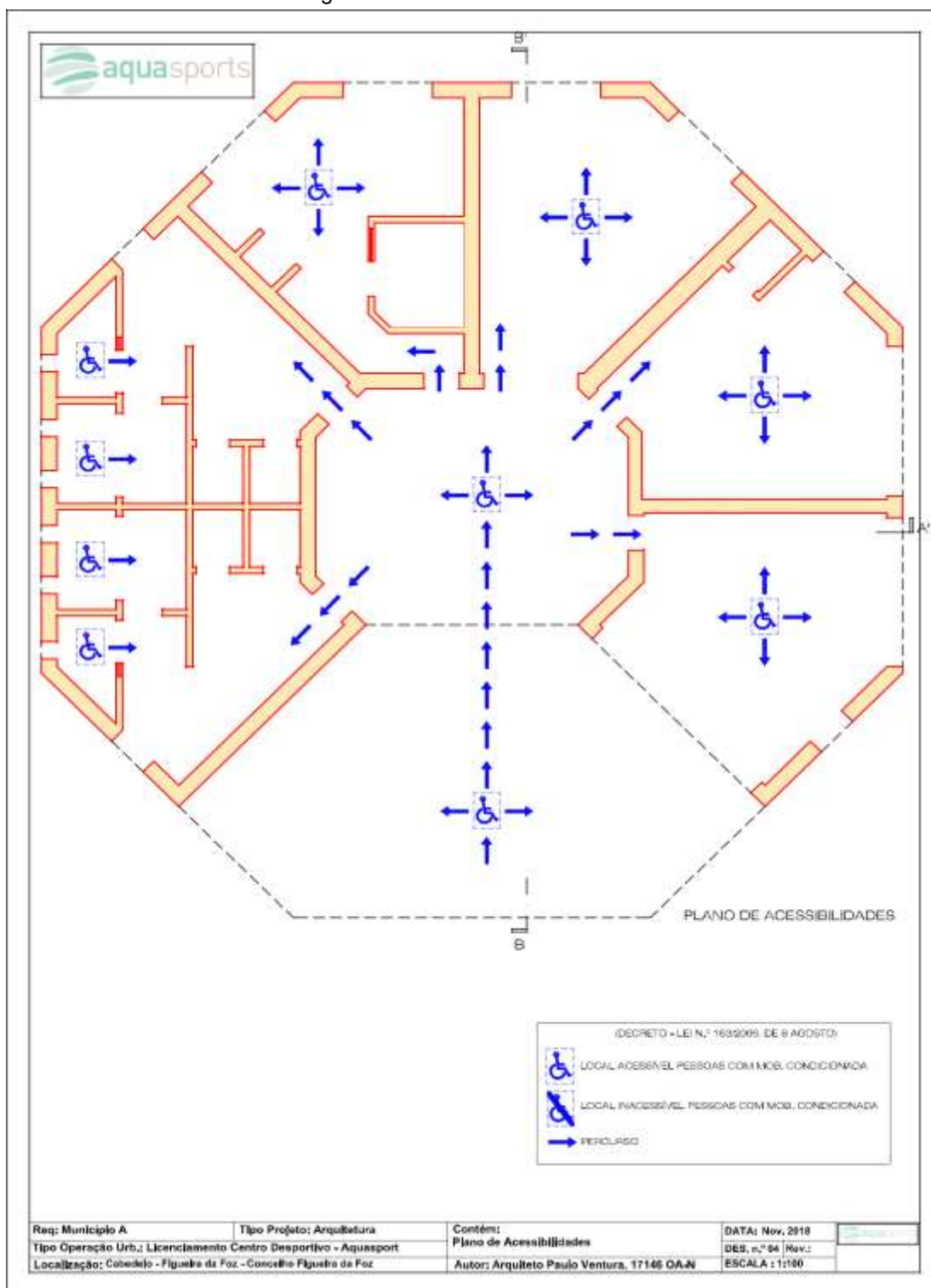


Fonte: Elaboração própria

Plano de Acessibilidades

É apresentado o plano de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida para o modelo em estudo, Figura 64.

Figura 64 - Plano de Acessibilidades

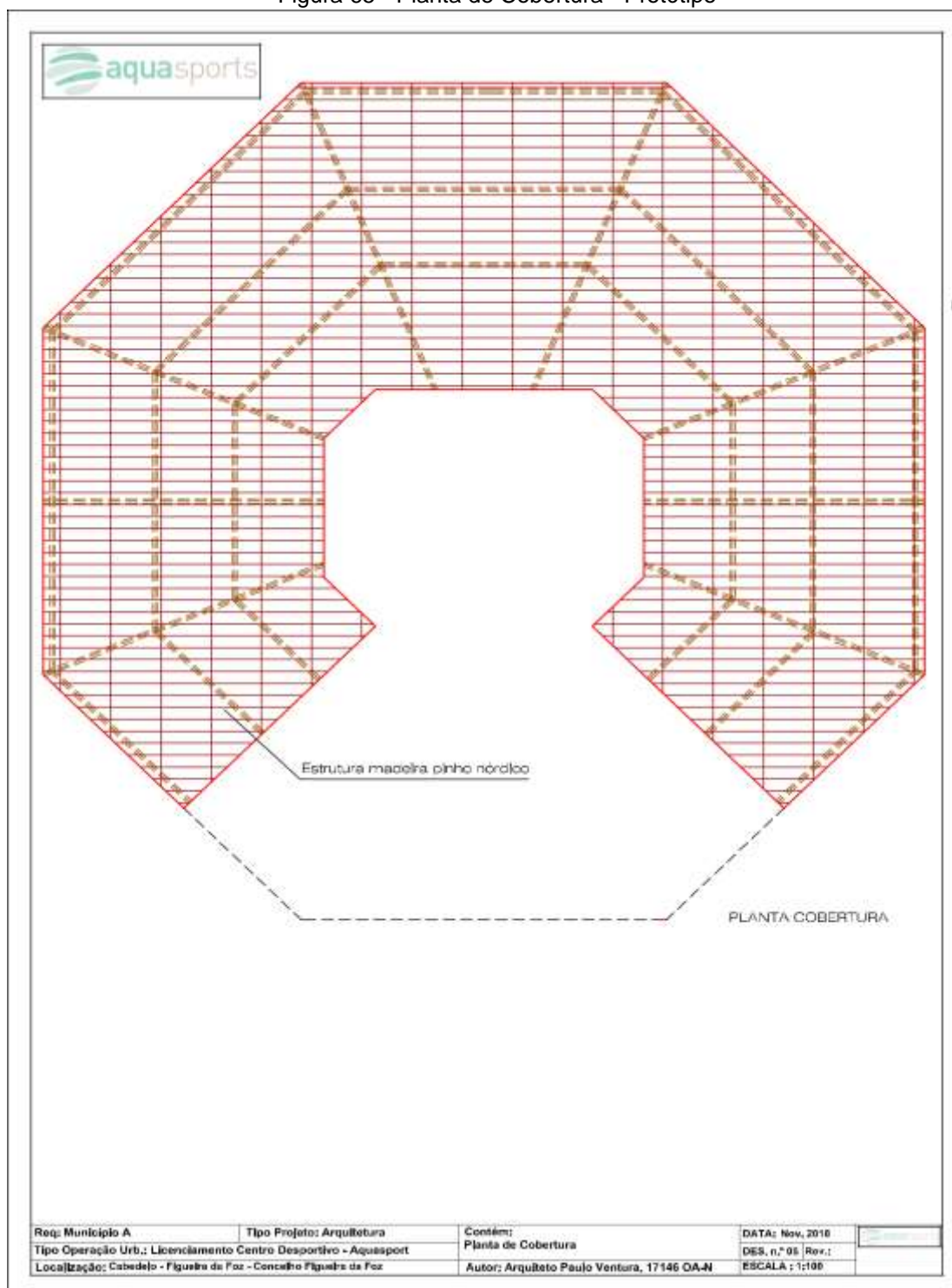


Fonte: Elaboração própria

Planta de Cobertura

A planta de cobertura tipo, proposta para o modelo em estudo com elementos estruturais de madeira, podendo ser invertida ou inclinada, encontra-se representada na Figura 65.

Figura 65 - Planta de Cobertura - Protótipo

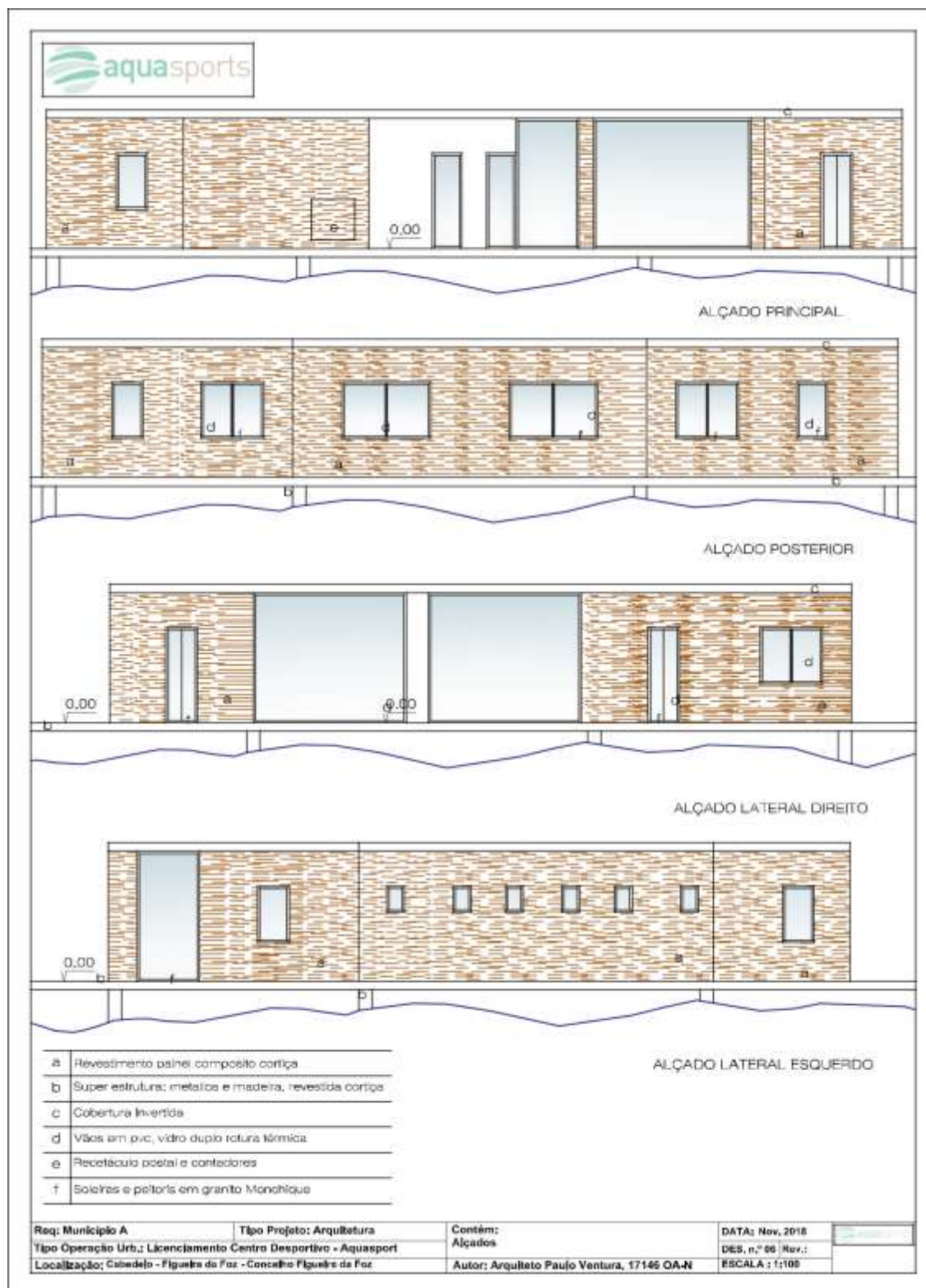


Fonte: Elaboração própria

Alçados

Na Figura 66, são apresentados os alçados: principal, posterior, lateral direito e lateral esquerdo, para o modelo em estudo.

Figura 66 - Alçados - Protótipo

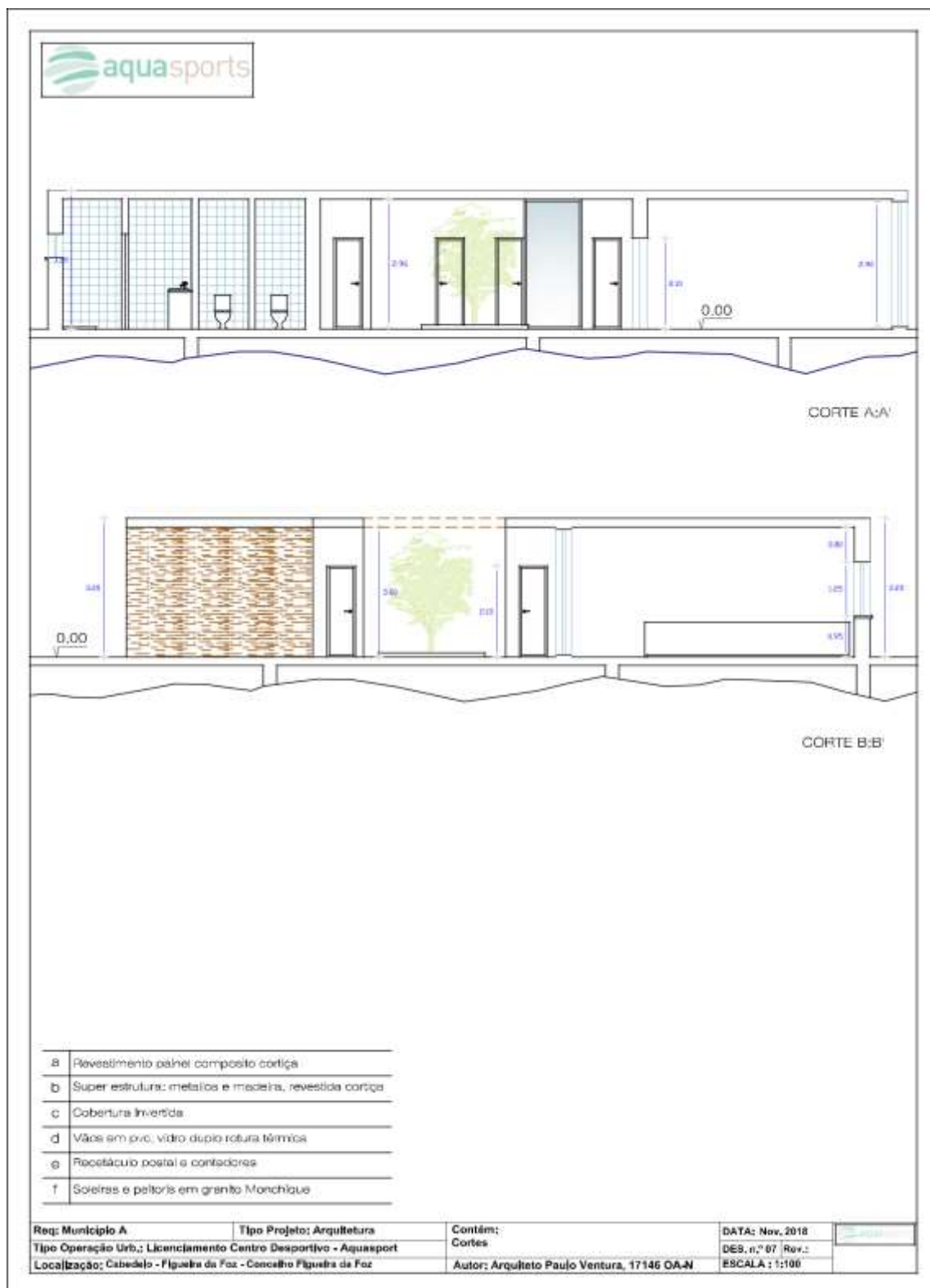


Fonte: Elaboração própria

Cortes

Na Figura 67, são apresentados os cortes A:A' e B:B' previstos para o modelo em estudo.

Figura 67 - Cortes - Protótipo

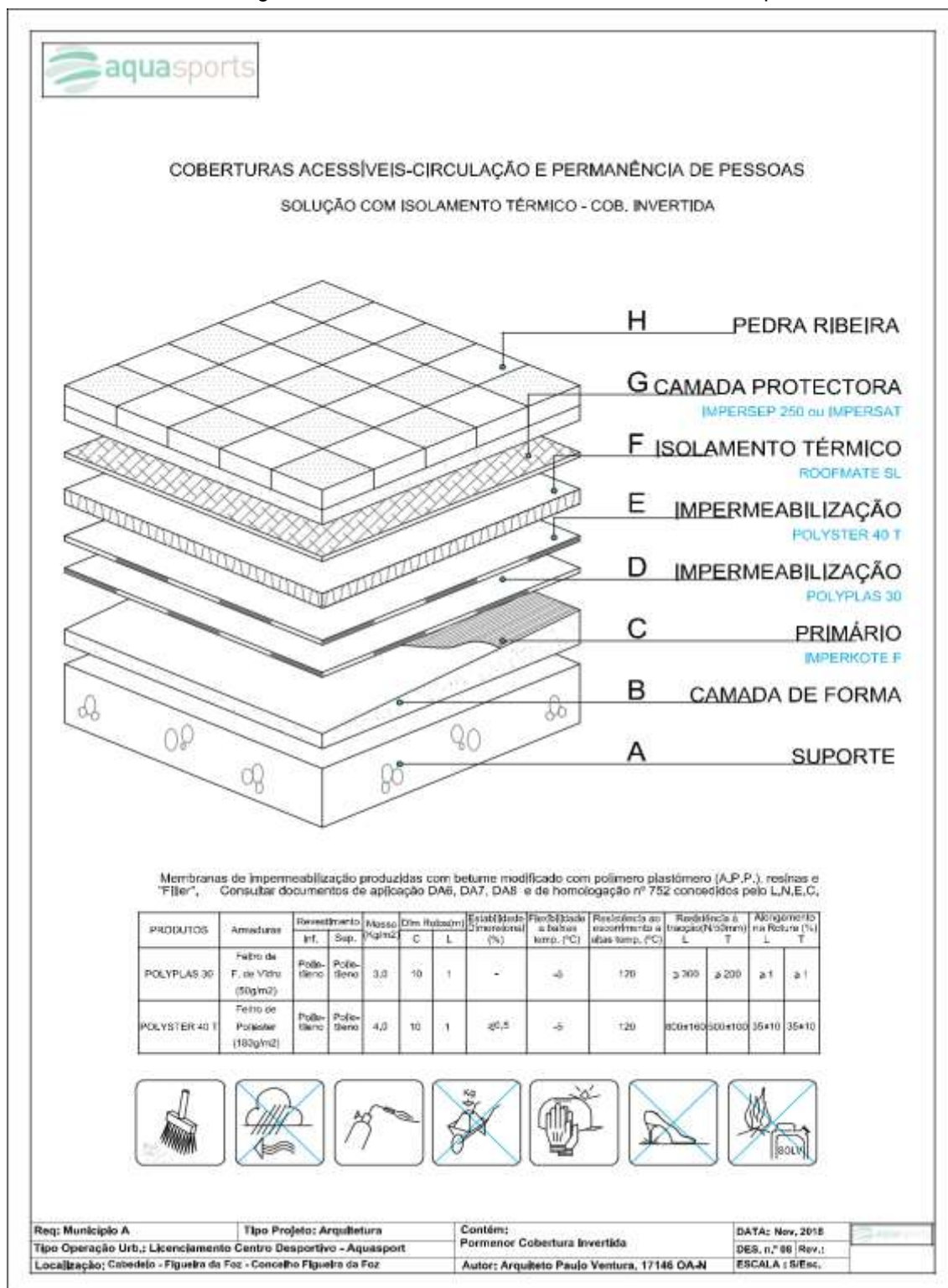


Fonte: Elaboração própria

Pormenor Cobertura Invertida

Na Figura 68 apresentamos o pormenor técnico da cobertura invertida (ou plana) prevista para o modelo em estudo.

Figura 68 - Pormenor de Cobertura Invertida - Protótipo

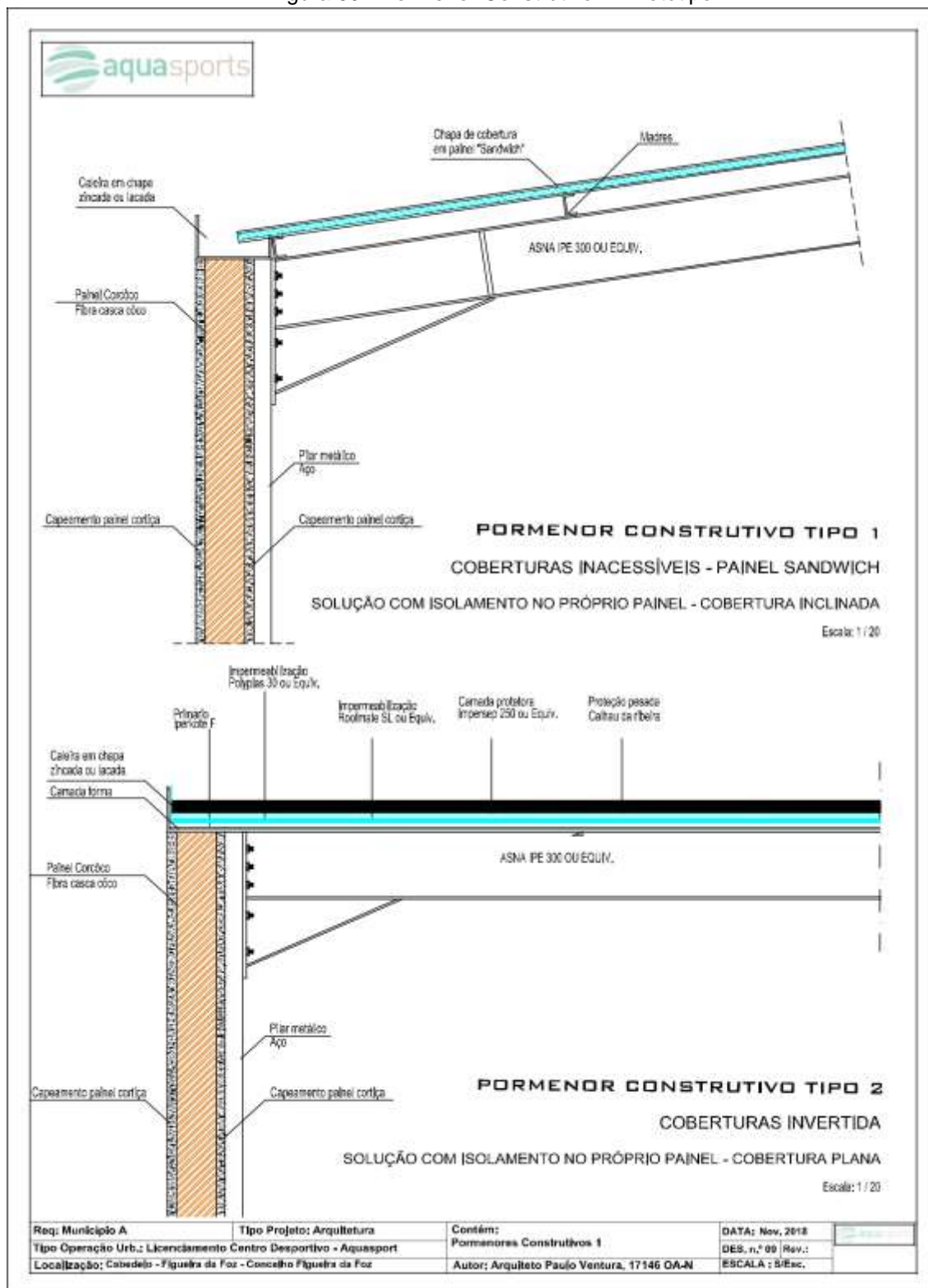


Fonte: Elaboração própria

Pormenores Construtivos I

Na Figura 69 expressa o pormenor construtivo I, referente aos elementos estruturais tipo, previstos para o modelo em estudo.

Figura 69 - Pormenor Construtivo I - Protótipo

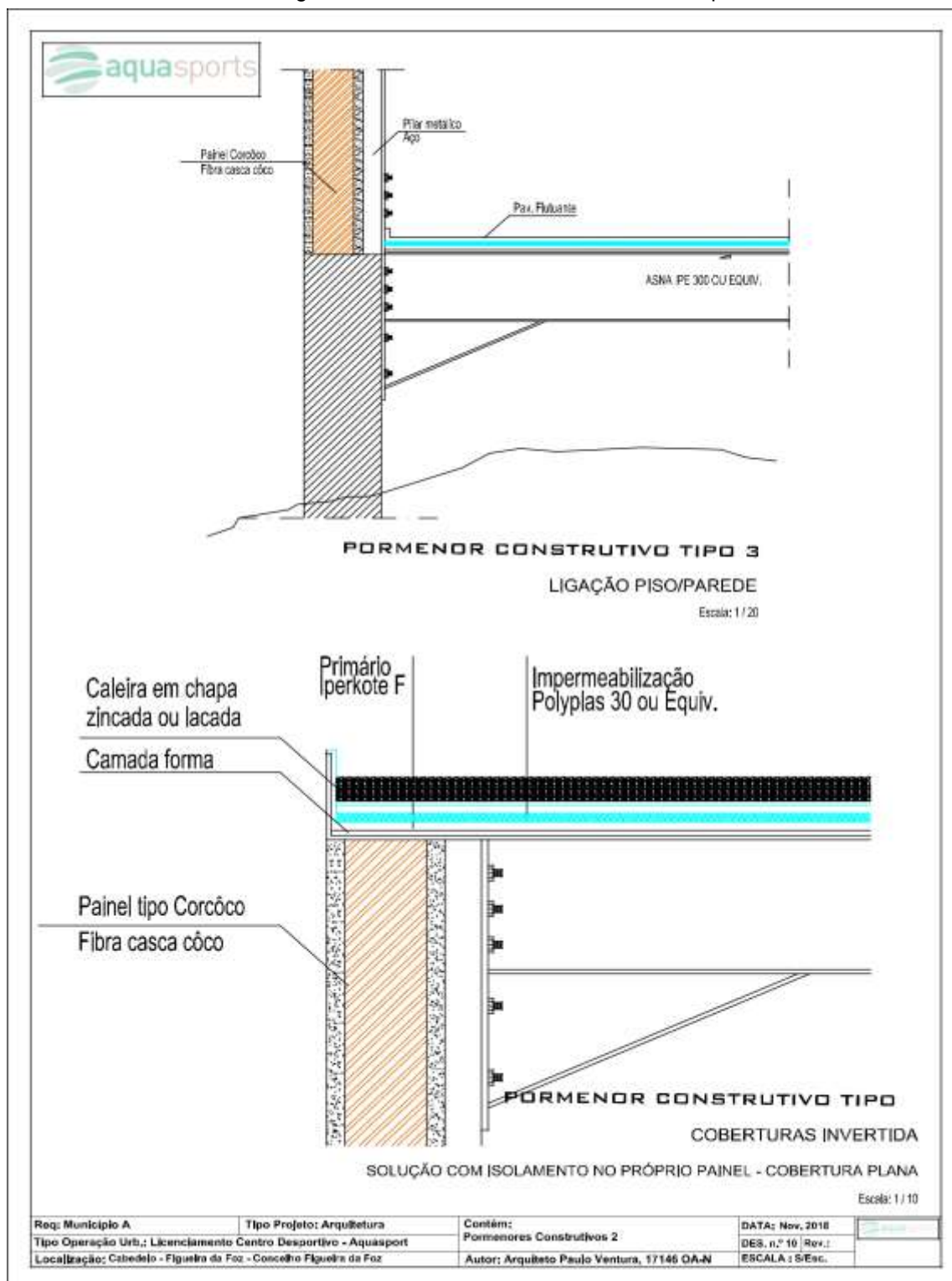


Fonte: Elaboração própria

Pormenores Construtivos II

Na Figura 70 é apresentamos o pormenor construtivo II, referente aos elementos estruturais tipo, previstos para o modelo em estudo.

Figura 70 - Pormenor Construtivo II - Protótipo

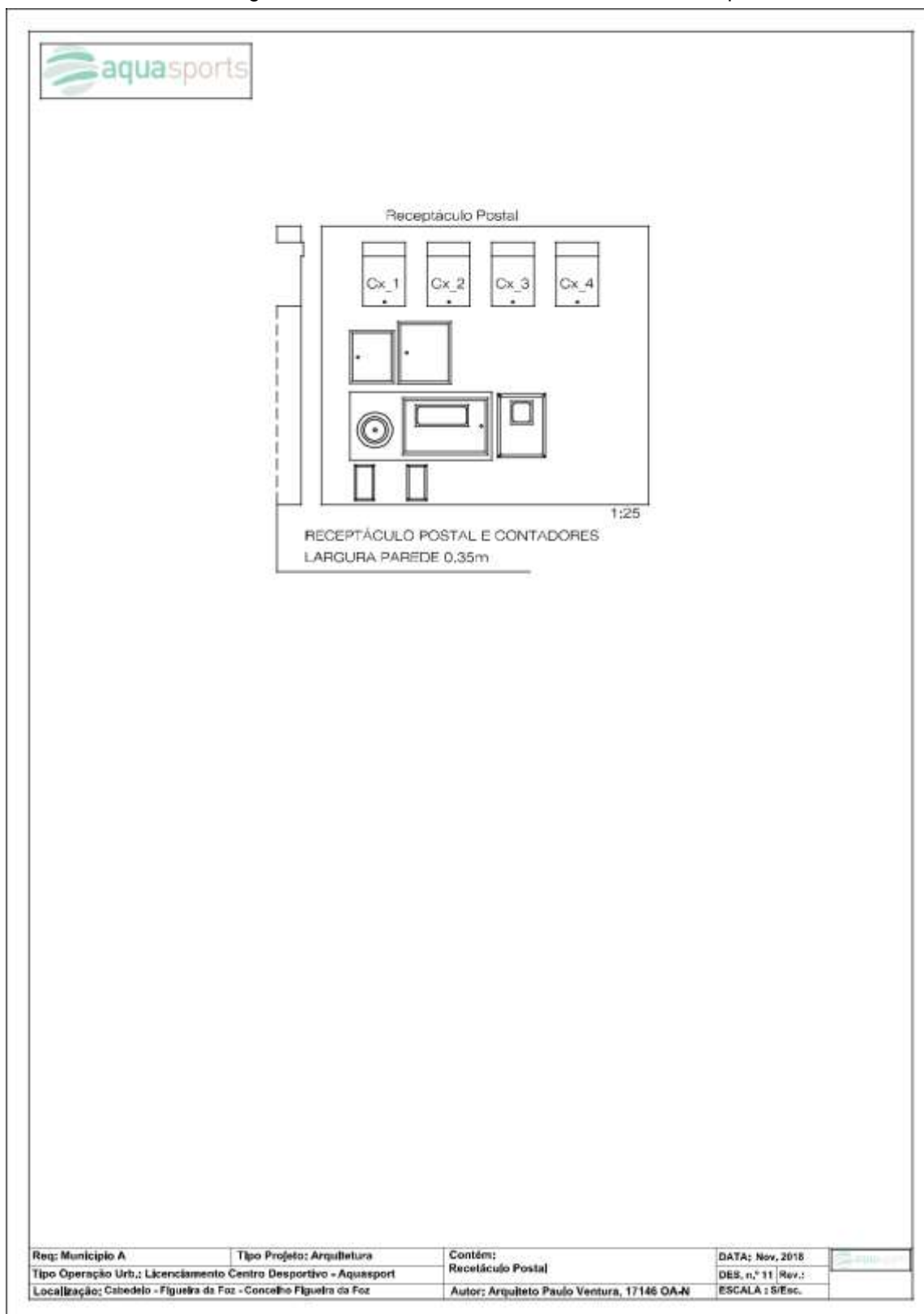


Fonte: Elaboração própria

Pormenor Recetáculo Postal

A Figura 71 versa a tipologia de recetáculo postal previsto para o modelo em estudo.

Figura 71 - Pormenor de Recetáculo Postal - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

8.2. PROJETO DE ENGENHARIA CIVIL

Neste ponto tratamos a temática do projeto de Engenharia Civil - Estabilidade do protótipo, conforme expresso no Regulamento Geral de Edificações Urbanas (Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de agosto de 1951; Decreto-Lei n.º 290/2007, de 17 de agosto). O projeto foi elaborado seguindo as normas em vigor e referentes a este assunto, nomeadamente o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, e os Euro código 2 e 5: Projeto de Estruturas de Madeira, Parte 1.1: Regras Gerais e Regras para Edifícios. Aquando da execução dos trabalhos foram consideradas as seguintes indicações:

Conceção Estrutural do Protótipo

A conceção estrutural foi efetuada com base nas plantas gerais de arquitetura. A solução estrutural adotada foi a utilização de sapatas em betão armado ou estacas de madeira, a definir consoante o local de implementação. A estrutura foi dimensionada de forma a minimizar a pegada ecológica em madeira do tipo Glulam GL28H. Em toda a conceção foram tidos em consideração os aspetos técnicos e económicos. As fundações previstas serão superficiais.

Materiais Adotados Estrutura do Protótipo

Os materiais adotados foram, o Betão C25 em todos os elementos de betão armado e o Aço A400NR em armaduras ordinárias. As características adotadas para cada um dos materiais são as especificadas no REBAP (Regulamento de Betão Armado e Pré-Esforçado) e Euro-código 2 e são as que se apresentam de seguida: Betão B20 $f_{cd} = 10.70 \text{ MPa}$ $\tau = 0.60 \text{ MPa}$ $E_{c,28} = 27.50 \text{ GPa}$ $\gamma_{\text{Betão}} = 25 \text{ kN/m}^3$.

Aço A400 $f_{syd} = 348 \text{ MPa}$ $E_s = 206 \text{ GPa}$ para a estrutura de madeira, as características adotadas são aquelas expressas no Euro-Código 5 (EC5). Para a madeira lamelada colada de classe de resistência C28 temos os seguintes valores característicos das propriedades mecânicas da madeira, Tabela 14.

Tabela 14 - Propriedades Mecânicas

Propriedades Mecânicas	Símbolo	C28
N/mm ²		
Flexão Estática	$f_{m,g,k}$	28
Tracção Paralela às Fibras	$f_{t,0,g,k}$	19,5
Tracção Perpendicular às Fibras	$f_{t,90,g,k}$	0,45
Compressão Paralela às Fibras	$f_{c,0,g,k}$	26,50
Compressão Perpendicular às Fibras	$f_{c,90,g,k}$	3,00
Corte	$f_{v,g,k}$	3,20
KN/mm ²		
Modulo de Elasticidade Paralelo às Fibras		
Valor médio	$E_{0,g,mean}$	12 600
Valor característico	$E_{0,g,05}$	10 200
Modulo de Elasticidade Perpendicular às Fibras		
Valor médio	$E_{90,g,mean}$	420
Módulo de distorção	$G_{g,mean}$	780
Kg/m ³		
Massa Volúmica		
Valor característico	$\rho_{g,k}$	410

Fonte: Elaboração própria

Ações Permanentes

Ações permanentes são ações que assumem valores constantes, ou com pequena variação em torno do seu valor médio, durante toda ou praticamente toda a vida útil da estrutura. A sua determinação foi efetuada tendo em conta, as características geométricas dos elementos estruturais e os seus pesos volúmicos, os tipos de revestimentos utilizados, a distribuição das paredes divisórias, etc..

Ações Variáveis

São ações que assumem valores com variação significativa em torno do seu valor médio, durante toda, ou praticamente toda, a vida útil da estrutura.

Verificação de Segurança - Considerações Gerais

A verificação da segurança, em termos de estados limites, foi feita de acordo com os critérios gerais referidos no artigo 3º do RSA e euro-código: - comparando os valores dos parâmetros por meio dos quais são definidos esses estados com os valores que tais parâmetros assumem devido às ações aplicadas (na verificação relativamente ao estado limite de deformação e fendilhação) - em termos de grandezas relacionáveis com as ações, comparando os valores que tais grandezas assumem quando obtidos a partir das ações com os valores que assumem quando obtidos a partir dos valores dos parâmetros que definem os estados limites; as grandezas escolhidas foram esforços (verificação relativamente aos estados limites últimos de resistência).

Verificação de Segurança - Estado Limite último Segurança

A verificação de segurança relativamente ao estado limite último de resistência foi efetuada em termos de esforços respeitando a condição: $S_d \leq R_d$ em que: S_d - valor de cálculo do esforço atuante; R_d - valor de cálculo do esforço resistente.

Verificação de Segurança - Estados Limites de Utilização

A verificação da segurança relativamente aos estados limites de utilização foi efetuada garantindo que as deformações não excedem os valores limites regulamentares (1.5 cm) e cumprindo as disposições construtivas definidas no capítulo X do REBAP que permitem a dispensar a verificação relativamente ao do estado limite de fendilhação.

Combinações de Ações

Para a verificação de segurança em relação aos diversos estados limites foram consideradas as combinações de ações cuja atuação simultânea é considerada verosímil e que produzem na estrutura os efeitos mais desfavoráveis. No dimensionamento dos elementos estruturais os valores de cálculo dos esforços atuantes foram obtidos para combinações fundamentais de ações tendo em conta as regras de combinação definidas no Artigo 9.2.a do RSA. A verificação da segurança da estrutura relativamente ao estado limite de deformação e fendilhação foi feita para combinações frequentes de ações de acordo com as regras de combinação definidas no artigo 12.b do RSA.

Metodologia de Análise e Verificação da Segurança

Em conformidade com a regulamentação atrás citada, os esforços atuantes nas estruturas foram determinados admitindo comportamento elástico-linear para os materiais, vindo os correspondentes esforços resistentes definidos de acordo com as teorias de

comportamento estabelecidas regulamentarmente para os materiais, nomeadamente no Euro-código 3. O dimensionamento e verificação da segurança de vários elementos estruturais foram efetuados por via analítica recorrendo a programas de cálculo automático desenvolvidos em folhas de Excel devidamente testados.

Análise e Dimensionamento de Fundações

Dadas as características da obra e a natureza das cargas transmitidas pela superestrutura à fundação, e apesar de se desconhecer as características do solo, optou-se por não definir uma solução. Os esforços de dimensionamento das sapatas de fundação encontram-se sistematizados mais à frente.

Tensão admissível no Terreno

Para dimensionamento das sapatas e muros de suporte adotou-se uma tensão admissível $\tau_{adm}=300.0$ kPa, valor que não tem qualquer base científica dada a ausência de qualquer relatório geotécnico, e deverá ser confirmado no decorrer da obra através de ensaios expeditos.

Cobertura, Generalidades e Geometria

Nesta secção expõe-se os critérios adotados na análise e dimensionamento das coberturas de madeira. A geometria considerada para a laje foi condicionada pelos aspetos arquitetónicos.

Ações Permanentes e Ações Variáveis

Nas ações permanentes temos:

Peso próprio - O peso próprio da laje foi obtido tendo em conta a sua geometria e o peso volúmico do material constituinte, que é de 3.75 kN/m².

Revestimentos - A ação permanente associada aos revestimentos foi de 1.50 kN/m².

Ações variáveis, temos:

Sobrecargas de utilização - As sobrecargas de utilização foram consideradas de acordo com o estipulado no RSA, que foi a seguinte: 0.3 kN/m² para coberturas não acessíveis.

Verificação do Estado Limite Último de Segurança

Estado de limite último de resistência:

Os valores de cálculo dos esforços atuantes foram obtidos para das combinações fundamentais utilizando a seguinte regra de combinação: $S_d = 1.5$ SGK + 1.5 SQK em que:

SGK - Esforço resultante de uma ação permanente tomada com o seu valor característico.

SQK - Esforço resultante de uma ação variável tomada com o seu valor característico.

Estado Limite de Utilização

Estado Limite de Deformação - A verificação de segurança relativamente ao estado limite de deformação foi efetuada limitando, para combinações frequentes, a flecha máxima a 1/400 do vão. Estado Limite de Fendilhação - A verificação ao estado limite de fendilhação foi feita cumprindo as disposições do REBAP.

Pilares - Determinação da Mobilidade da Estrutura

Dada a natureza da estrutura a construir, considerou-se que esta última é de nós fixos.

Análise e Dimensionamento de Pilares

A análise e dimensionamento dos pilares foram efetuados recorrendo a um programa de cálculo automático desenvolvido em Excel.

Vigas

A análise e dimensionamento das vigas foram efetuados recorrendo a um programa de cálculo automático desenvolvido em Excel, tendo em conta as ações que as solicitam. O presente projeto foi elaborado de acordo com a teoria da Resistência dos Materiais, obedecendo às prescrições regulamentares portuguesas em vigor, nomeadamente: - Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA); - Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-esforçado (REBAP); - Regulamentos de Betões de Ligantes Hidráulicos (RBLH); - Euro-Códigos 2 (EC2) - Estruturas de Betão e 5 (EC5) - Estruturas de Madeira; - Outra Legislação.

Nenhuma ligação entre elementos de betão armado ou sejam enchimentos entre as diferentes armaduras resistentes ou não, de acordo com o projeto, não poderão ser betonados ou descofrados, sem a prévia autorização do diretor técnico da obra, sob pena de declinar a sua responsabilidade. Em tudo, o quanto é omissis no presente projeto, seguir-se-ão as Normas Portuguesas relativas e específicas de cada matéria, cumprindo-se sempre, com toda a legislação em vigor, bem como, com todas as boas normas de construção.

Cálculos Estruturais do Protótipo

A Tabela 15 expressa as Ações de Base e Combinações de Ações em coberturas ordinárias de edifícios.

Tabela 15 - Coeficiente de Cálculo de Coberturas Ordinárias de Edifícios

Tipo	Ações de base	Combinações de ações
Coberturas ordinárias de edifícios	sobrecarga Q	$S_d = 1,5 (S_{Gk} + S_{Qk})$
	vento W	$S_d = (1,0 \text{ ou } 1,5) S_{Gk} + 1,5 S_{Wk}$
	neve S	$S_d = 1,5 (S_{Gk} + S_{Sk})$

Fonte: Reis (2018, p. 275)

Ações Permanentes:

Tabela 16 - Ações Permanentes em Estruturas de Madeira

Pesos de cobertura de edifícios (kN/m ²) Estruturas de madeira		
ripas	0,03 - 0,10	0,10
varas	0,10 - 0,15	0,15
madres e elementos de contrav	0,10 - 0,20	0,20
asnas, até 10 m de vão	0,15 - 0,20	0,20
asnas de 10 a 18 m de vão	0,20 - 0,40	
Revestimento exterior (excluindo madeiramento)		
de telha lusa	0,50	0,50

Fonte: Reis (2018, p. 275)

Sobrecargas:

Tabela 17 - Sobrecargas em Terraço Não Acessível

Tipo de Cobertura	Sobrecarga (uniformemente distribuída)
Terraço não acessível	1,0 kN/m ²

Fonte: Porto Editora (2000)

Ação da Neve:

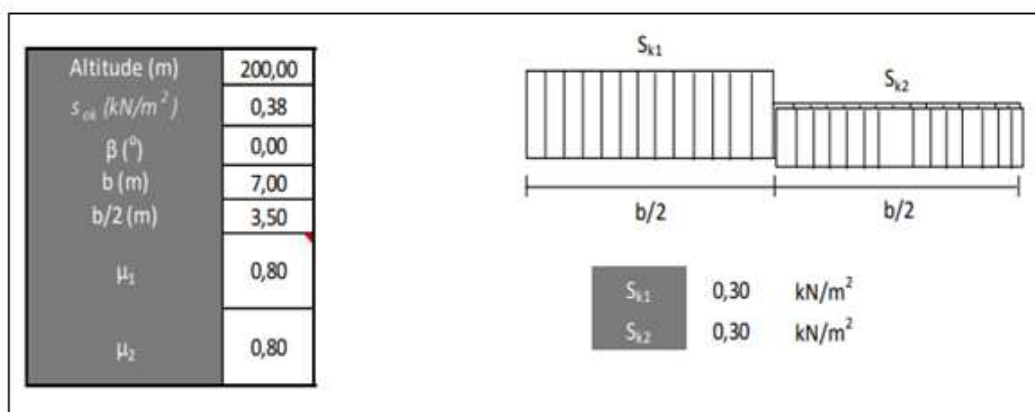
Tabela 18 - Ação da Neve

<p>A ação da neve deve ser tida em conta nos locais com altitude igual ou superior a 200 m situados nos distritos de Viana de Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Portalegre.</p>	$s_k = \mu s_{ok} \text{ (kN/m}^2\text{)}$ $s_{ok} = \frac{1}{400} (h - 50) \text{ (kN/m}^2\text{)}$ <p>em que <i>h</i> é a altitude do local expressa em metros, arredondada às centenas.</p>												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Sobrecarga</th> <th>Neve</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ψ_0</td> <td>0,00</td> <td>0,60</td> </tr> <tr> <td>ψ_1</td> <td>0,00</td> <td>0,30</td> </tr> <tr> <td>ψ_2</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>		Sobrecarga	Neve	ψ_0	0,00	0,60	ψ_1	0,00	0,30	ψ_2	0,00	0,00
	Sobrecarga	Neve											
ψ_0	0,00	0,60											
ψ_1	0,00	0,30											
ψ_2	0,00	0,00											

Fonte: Porto Editora (2000)

Valores Coeficiente μ :

Tabela 19 - Valores do coeficiente μ



Fonte: Elaboração própria

Dimensionamento de Vigas

Combinações fundamentais para as ações de dimensionamento, Tabela 20:

Tabela 20 - Combinações para Ações de Dimensionamento de vigas

Peso Próprio Madre (kN/m ²)	0,10
Ações Permanentes (kN/m ²)	0,95
Sob. Coberturas (kN/m ²)	1,00
Psd,sob (kN/m ²)	3,35
Ação da Neve (kN/m ²)	0,30
Psd,neve (kN/m ²)	2,03

Fonte: Elaboração própria

Tabela 21 - Sobrecarga

Ângulo (°)	0,00
Altitude (m)	200,00
A.V.B. Sobrecarga	
Psd,y (kN/m ²)	Psd,z (kN/m ²)
0,00	3,35

Fonte: Elaboração própria

Esforços atuantes para o dimensionamento:

Tabela 22 - Esforços de Dimensionamento

Larg. Infl. (m)	4,00	Vão (m)	7,00	
Momentos Flectores, Md		Esforço Transverso, Vd		
Md,y (kNm)	Md,z (kNm)	Vd,y (kN)	Vd,z (kN)	
81,95	0,00	0,00	46,83	
Seção Madre	20,00	x	36,00	cm
	0,20		0,36	

Fonte: Elaboração própria

Madeira Maciça C18 (Resistência, Rigidez e Massa Volúmica):

Tabela 23 - Madeira Maciça C18 - Coeficientes

Madeira maciça C18		
Resistência		
fmk	28,00	MPa
ft0k	29,00	MPa
ft90k	0,45	MPa
fc0k	19,50	MPa
fc90k	3,00	MPa
fvk	3,20	MPa
Rigidez		
E0mean	12,60	GPa
E0,05	10,20	GPa
E90mean	0,42	GPa
G	0,78	GPa
Massa volúmica		
pk	410,00	Kg/m ³
ρmean	490,00	Kg/m ³

Fonte: RSA (2019)

Verificação à Flexão:

Tabela 24 - Verificação à Flexão

Verificação	Flexão composta	
	$K_m \frac{\sigma_{m,y,d}}{f_{m,y,d}} + \frac{\sigma_{m,z,d}}{f_{m,z,d}} < 1$	
$\sigma_{m,d} = \frac{M_d}{W}, \quad W = \frac{bh^2}{6}$	$\frac{\sigma_{m,y,d}}{f_{m,y,d}} + K_m \frac{\sigma_{m,z,d}}{f_{m,z,d}} < 1$	
$f_{m,d} = \frac{K_{mod} \times K_{sys} \times K_h \times f_{m,k}}{\gamma_m}$	$K_h = \min \left(\begin{matrix} (150/h)^{0,2} \\ 1,3 \end{matrix} \right)$	
VERIFICAÇÃO	0,98	VERIFICA
	0,69	VERIFICA
	0,98	VERIFICA
	0,69	VERIFICA

Fonte: Elaboração própria

Verificação à Flexão Madeira Simples:

Tabela 25 - Flexão de Madeiras Simples

	Myd	81,95	kNm
	W	0,004	m3
madeira maciça	$\sigma_{m,z,d}$	18970,49	kPa
classe de serviço 2	kmod	0,90	
ação curta duração	ksys	1,00	
	kh	1,00	
madeira maciça	γ_m	1,30	
secção rectuangular	fmzd	19384,6	kN/m2
	Km	0,70	

Fonte: Elaboração própria

Verificação à Flexão Madeira Composta:

Tabela 26 - Flexão de Madeira Composta

madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração	Myd	81,95	kNm
	Wy	0,004	m ³
	$\sigma_{m,z,d}$	18970,49	kPa
	kmod	0,90	
	ksys	1,00	
	kh	1,00	
	γ_m	1,30	
madeira maciça secção rectangular	fmzd	19384,6	kN/m ²
	Km	0,70	
madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração	Mzd	0,00	kNm
	Wz	0,00	m ³
	$\sigma_{m,y,d}$	0,00	kPa
	kmod	0,90	
	ksys	1,00	
	kh	1,00	
	γ_m	1,30	
madeira maciça secção rectangular	fmzd	19384,6	kN/m ²
	Km	0,70	

Fonte: Elaboração própria

Verificação ao Corte:

Tabela 27 - Verificação ao Corte

Verificação	$\frac{\tau_{v,d}}{f_{v,d}} \leq 1 \rightarrow \tau_{v,d} \leq f_{v,d}$	$\tau_d = \frac{1,5V_d}{A}$	$f_{v,d} = \frac{K_{mod} \times K_h \times f_{v,k}}{\gamma_m}$	
	madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração madeira maciça	$\tau_{v,y,d}$	0,00	kPa
		$\tau_{v,z,d}$	975,63	KPa
		kmod	0,90	
		kh	1,00	
		γ_m	1,30	
		fvd	2215,38	KPa
Verificação	0,44	VERIFICA		
$\tau_{v,z,d}$	975,63	KPa		
Verificação	0,44	VERIFICA		

Fonte: Elaboração própria

Verificação à Flexão da Madre ao Bambeamento - Encurvamento Lateral:

Tabela 28 - Verificação à Flexão da Madre ao Bambeamento - Encurvamento Lateral

Verificação	$\sigma_{m,d} \leq k_{crit} \cdot f_{m,d}$		
$k_{crit} = \begin{cases} 1 & \text{para } \lambda_{rel,m} \leq 0,75 \\ 1,56 - 0,75 \times \lambda_{rel,m} & \text{para } 0,75 < \lambda_{rel,m} \leq 1,40 \\ 1/\lambda_{rel,m}^2 & \text{para } 1,40 < \lambda_{rel,m} \end{cases}$	$\lambda_{rel,m} = \sqrt{\frac{f_{m,k} \times m}{\sigma_{m,crit}}}$		
	$\sigma_{crit} = \frac{0,75 \times E_{0,05} \times b^2}{h \times l_{ef}}$		
m	0,88		
σ_{crit}	0,39	393428,57	
$\lambda_{rel,m}$	0,25		
k_{crit}	1,00		
VERIFICAÇÃO	$\sigma_{m,d}$	18970,49	kPa
	$f_{m,d}$	19384,6	kPa
	VERIFICA		

Fonte: Elaboração própria

Verificação dos Estados Limites de Utilização:

Tabela 29 - Verificação dos Estados Limites de Utilização

Cominação de ações utilizada	Verificação	
$S_d = \sum_{j=1}^m G_{k,j} + Q_{k,1} + \sum_{i=2}^n \Psi_{1,i} \times Q_{k,i}$	$y_{máx} = \frac{L}{200}$	
Deformação inicial	Deformação final	
$u_{2,ins} \leq \frac{L}{300}$	$u_{fin} = u_{ins}(1 + k_{def})$	
$u_{ins} = \frac{5}{384} \times \frac{p \times L^2}{EI}$	$I = \frac{b \times h^3}{12}$	
Flecha máxima	0,0350	m
VERIFICAÇÃO		
Def. inicial	0,023	VERDADEIRO
Def. final	0,000110	VERDADEIRO

Fonte: Elaboração própria

Dimensionamento Barrotes

Verificação Dimensionamento Barrotes (combinações fundamentais para as ações do dimensionamento):

Tabela 30 - Combinações para Ações de Dimensionamento

Peso Próprio Madre (kN/m²)	0,10
Acções Permanentes (kN/m²)	0,95
Sob. Coberturas (kN/m²)	1,00
Psd,sob (kN/m²)	3,08
Acção da Neve (kN/m²)	0,00
Psd,neve (kN/m²)	1,58

Fonte: Elaboração própria

Tabela 31 - Coeficiente de Sobrecarga

Ângulo (°)	0,00																															
Altitude (m)	200,00																															
A.V.B. Sobrecarga																																
Psd,y (kN/m²)	Psd,z (kN/m²)																															
0,00	3,08																															
<table border="1" style="display: inline-table; margin-right: 20px;"> <thead> <tr> <th colspan="3">Sobrecarga</th> <th colspan="3">Neve</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ψ0</td> <td>0,00</td> <td>0,60</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ψ1</td> <td>0,00</td> <td>0,30</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ψ2</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="display: inline-table;"> <thead> <tr> <th colspan="2">A.V.B. Sobrecarga</th> </tr> <tr> <th>Psd,y (kN/m²)</th> <th>Psd,z (kN/m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>3,08</td> </tr> </tbody> </table>			Sobrecarga			Neve			ψ0	0,00	0,60				ψ1	0,00	0,30				ψ2	0,00	0,00				A.V.B. Sobrecarga		Psd,y (kN/m ²)	Psd,z (kN/m ²)	0,00	3,08
Sobrecarga			Neve																													
ψ0	0,00	0,60																														
ψ1	0,00	0,30																														
ψ2	0,00	0,00																														
A.V.B. Sobrecarga																																
Psd,y (kN/m ²)	Psd,z (kN/m ²)																															
0,00	3,08																															

Fonte: Elaboração própria

Esforços atuantes para Dimensionamento Barrotes - Madeira Simples:

Tabela 32 - Esforços Atuantes para Dimensionamento Barrotes - Madeiras Simples

Larg. Infl. (m)	1,00	Vão (m)	3,50
Momentos Flectores, Md		Esforço Transverso, Vd	
Md,y (kNm)	Md,z (kNm)	Vd,y (kN)	Vd,z (kN)
4,71	0,00	0,00	5,38

Fonte: Elaboração própria

Esforços atuantes para Dimensionamento Barrotes - Madeira Composta:

Tabela 33 - Esforços atuantes para dimensionamento de barrotes - Madeira Composta

Momentos Flectores, Md		Esforço Transverso, Vd	
Md,y (kNm)	Md,z (kNm)	Vd,y (kN)	Vd,z (kN)
4,71	0,00	0,00	5,38
Seção Madre	8,00	x	14,00
	0.10		0.20
			cm

Fonte: Elaboração própria

Tabela 34 - Coeficiente de Resistência da Madeira GL24H

Madeira GL24H		
Resistência		
fmk	28,00	MPa
ft0k	29,00	MPa
ft90k	0,45	MPa
fc0k	19,50	MPa
fc90k	3,00	MPa
fvk	3,20	MPa
Rigidez		
E0mean	12,60	GPa
E0,05	10,20	GPa
E90mean	0,42	GPa
G	0,78	GPa
Massa volúmica		
pk	410,00	Kg/m3
ρmean	490,00	Kg/m3

Fonte: RSA (2019)

Verificação à Flexão:

Tabela 35 - Verificação à Flexão

Verificação	Flexão composta	
	$K_m \frac{\sigma_{m,y,d}}{f_{m,y,d}} + \frac{\sigma_{m,z,d}}{f_{m,z,d}} < 1$	
$\sigma_{m,d} = \frac{M_d}{W}, \quad W = \frac{bh^2}{6}$	$\frac{\sigma_{m,y,d}}{f_{m,y,d}} + K_m \frac{\sigma_{m,z,d}}{f_{m,z,d}} < 1$	
$f_{m,d} = \frac{K_{mod} \times K_{sys} \times K_h \times f_{m,k}}{\gamma_m}$	$K_h = \min \left\{ \begin{matrix} (150/h)^{0,2} \\ 1,3 \end{matrix} \right.$	
VERIFICAÇÃO	0,93	VERIFICA
	0,65	VERIFICA
	0,93	VERIFICA
	0,65	VERIFICA

Fonte: Elaboração própria

Madeira Simples:

Tabela 36 - Verificação de Madeiras Simples

madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração madeira maciça secção rectangular	Myd	4,71	kNm
	W	0,00	m3
	$\sigma_{m,z,d}$	18017,58	kPa
	kmod	0,90	
	ksys	1,00	
	kh	1,00	
	γ_m	1,30	
	fmzd	19384,6	kN/m2
	Km	0,70	

Fonte: Elaboração própria

Madeira Composta:

Tabela 37 - Verificação de Madeiras Compostas

madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração	Myd	4,71	kNm
	Wy	0,000	m3
	$\sigma_{m,z,d}$	18017,58	kPa
	► kmod	0,90	
	ksys	1,00	
	kh	1,00	
	γ_m	1,30	
	fmzd	19384,6	kN/m2
madeira maciça secção rectangular	Km	0,70	
	Mzd	0,00	kNm
madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração	Wz	0,00	m3
	$\sigma_{m,y,d}$	0,00	kPa
	► kmod	0,90	
	ksys	1,00	
	kh	1,00	
	γ_m	1,30	
	fmzd	19384,6	kN/m2
	madeira maciça secção rectangular	Km	0,70

Fonte: Elaboração própria

Verificação ao Corte:

Tabela 38 - Verificação ao Corte

Verificação	$\frac{\tau_{v,d}}{f_{v,d}} \leq 1 \rightarrow \tau_{v,d} \leq f_{v,d}$	$\tau_d = \frac{1,5V_d}{A}$	$f_{v,d} = \frac{K_{mod} \times K_h \times f_{v,k}}{\gamma_m}$																	
	madeira maciça classe de serviço 2 ação curta duração madeira maciça	<table border="1"> <tr><td>$\tau_{v,y,d}$</td><td>0,00</td><td>kPa</td></tr> <tr><td>$\tau_{v,z,d}$</td><td>720,70</td><td>KPa</td></tr> <tr><td>► kmod</td><td>0,90</td><td></td></tr> <tr><td>kh</td><td>1,00</td><td></td></tr> <tr><td>γ_m</td><td>1,30</td><td></td></tr> <tr><td>fvd</td><td>2215,38</td><td>KPa</td></tr> </table>	$\tau_{v,y,d}$	0,00	kPa	$\tau_{v,z,d}$	720,70	KPa	► kmod	0,90		kh	1,00		γ_m	1,30		fvd	2215,38	KPa
$\tau_{v,y,d}$	0,00	kPa																		
$\tau_{v,z,d}$	720,70	KPa																		
► kmod	0,90																			
kh	1,00																			
γ_m	1,30																			
fvd	2215,38	KPa																		
Verificação	0,33	VERIFICA																		
$\tau_{v,z,d}$	720,70	KPa																		
Verificação	0,33	VERIFICA																		

Fonte: Elaboração própria

Verificação à Flexão da Madre ao Bambeamento - Encurvamento Lateral:

Tabela 39 - Verificação à Flexão da Madre ao Bambeamento - Encurvamento Lateral

Verificação		$\sigma_{m,d} \leq k_{crit} \cdot f_{m,d}$										
$k_{crit} = \begin{cases} 1 & \text{para } \lambda_{rel,m} \leq 0,75 \\ 1,56 - 0,75 \times \lambda_{rel,m} & \text{para } 0,75 < \lambda_{rel,m} \leq 1,40 \\ 1/\lambda_{rel,m}^2 & \text{para } 1,40 < \lambda_{rel,m} \end{cases}$												
$\lambda_{rel,m} = \sqrt{\frac{f_{m,k} \times m}{\sigma_{m,crit}}}$		$\sigma_{crit} = \frac{0,75 \times E_{0,05} \times b^2}{h \times l_{ef}}$										
m	0,88	437142,86	kPa									
σ_{crit}	0,44											
$\lambda_{rel,m}$	0,24											
k_{crit}	1,00											
VERIFICAÇÃO		<table border="1"> <tr> <td>$\sigma_{m,d}$</td> <td>18017,58</td> <td>kPa</td> </tr> <tr> <td>$f_{m,d}$</td> <td>19384,6</td> <td>kPa</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: center;">VERIFICA</td> </tr> </table>	$\sigma_{m,d}$	18017,58	kPa	$f_{m,d}$	19384,6	kPa	VERIFICA			
$\sigma_{m,d}$	18017,58	kPa										
$f_{m,d}$	19384,6	kPa										
VERIFICA												

Fonte: Elaboração própria

Verificação dos Estados Limites de Utilização

Tabela 40 - Verificação dos Estados Limites de Utilização

Cominação de ações utilizada		Verificação	
$S_d = \sum_{j=1}^m G_{k,j} + Q_{k,1} + \sum_{l=2}^n \Psi_{1,l} \times Q_{k,l}$		$\gamma_{max} = \frac{L}{200}$	
Deformação inicial		Deformação final	
$u_{2,ins} \leq \frac{L}{300}$		$u_{fin} = u_{ins}(1 + k_{def})$	
$u_{ins} = \frac{5}{384} \times \frac{p \times L^2}{EI}$		$I = \frac{b \times h^3}{12}$	
Flecha máxima	0,0175	m	
VERIFICAÇÃO			
Def. inicial	0,012	VERDADEIRO	
Def. final	0,000249	VERDADEIRO	
Madeira maciça			
Classe de serviço 2	kdef	0,25	
Média duração			
	Gk	1,05	
	Qk	1,00	
	Sk	0,00	
	SQd	2,05	
	SSd	1,05	
	u_{ins}	0,000199	
	l	0,000067	

Fonte: Elaboração própria

Orçamento do Protótipo

Em face do exposto, apresenta-se a Tabela 41 com a síntese da estimativa orçamental para a execução da obra. Não inclui valor terreno.

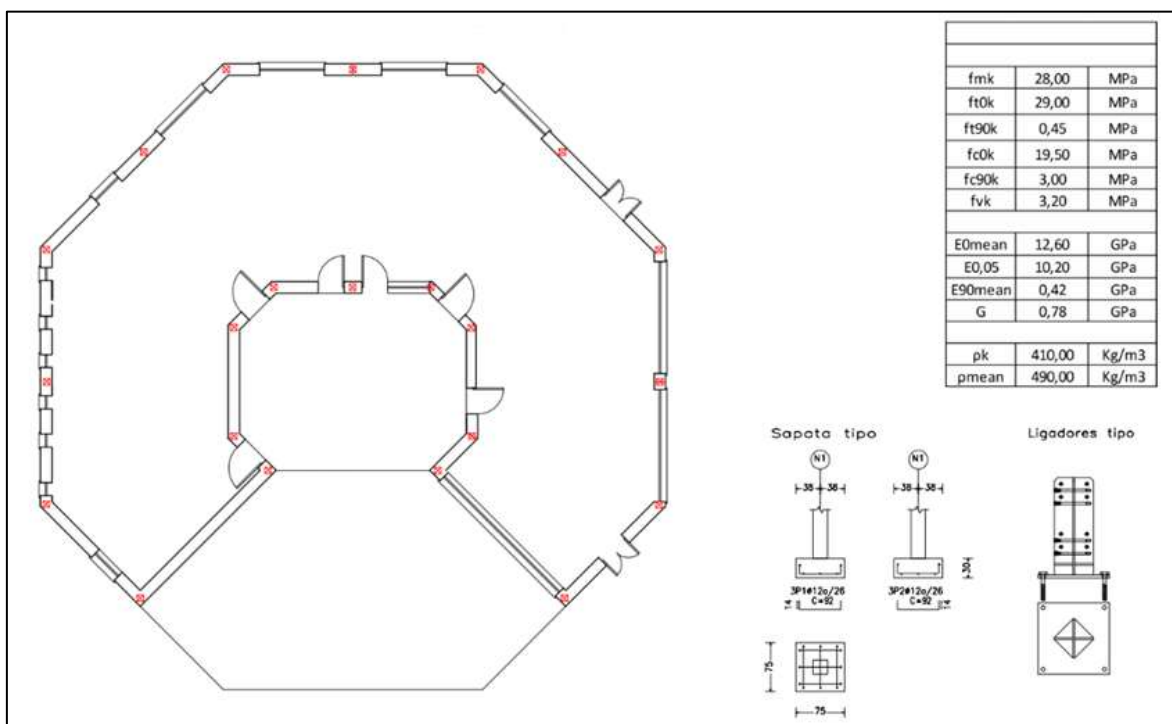
Tabela 41 - Estimativa Orçamental

Materiais e Mão-de-Obra	Quantidade	Comprimento	Comprimento Total	Custo Unitário	Custo Total
Pilares 20x20	22	3	66	35,00 €	2 310,00 €
Vigas 20x36			150	63,00 €	9 450,00 €
Barrotes 8x12	40	6,8	272	9,00 €	2 448,00 €
Placas de OSB 25mm			209	7,00 €	1 463,00 €
Ferrarias diversas					1567,10 €
Fundações					6 033,34 €
Mão-de-obra					23 271,44 €
Total Estrutural					46 542,87 €
Total Arquitetura	Valor estimado face aos valores de mercado 2019 (600€ x 244,34m ²)				146 604,00 €
				Total Global	193 146,87€

Fonte: Elaboração própria

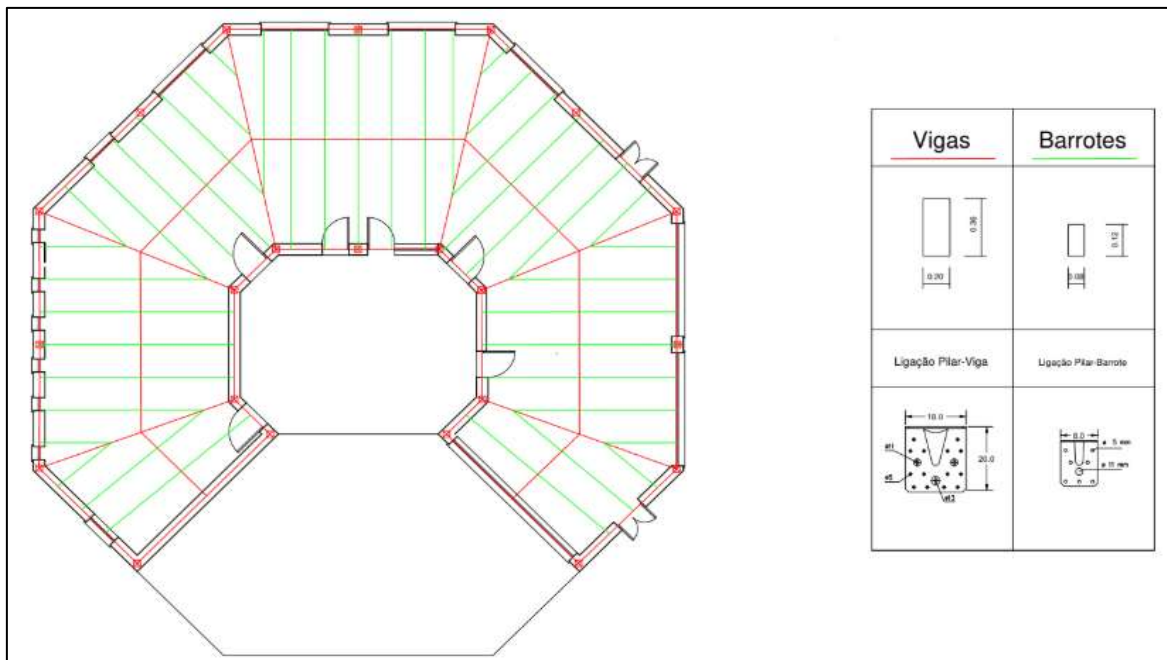
Elementos Estruturais do Protótipo

Quadro 11 - Elementos Estruturais/Fundações - Protótipo



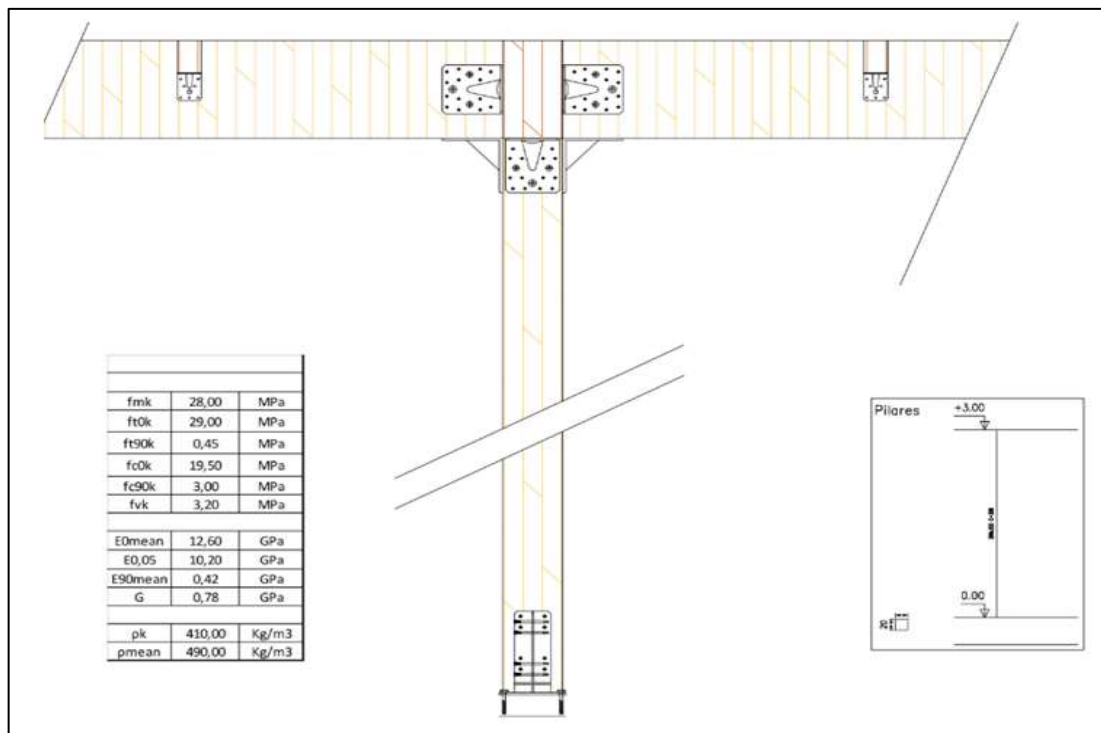
Fonte: Elaboração própria

Quadro 12 - Elementos Estruturais II - Vigas - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

Quadro 13 - Elementos Estruturais III - Pilares - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

8.3. MODELO TRIDIMENSIONAL

O modelo tridimensional permite-nos ter uma perceção aproximada da realidade do modelo do protótipo do equipamento desportivo em estudo, expresso virtualmente nas suas diversas variantes. Nesse contexto apresenta-se as Figura 72 e 73, um conjunto variado de imagens tridimensionais (3D):

Figura 72 - Imagem 3D-1 - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

Figura 73 - Imagem 3D-2 - Protótipo



Fonte: Elaboração própria

FASE METODOLÓGICA

Nesta fase identificam-se os métodos a utilizar para se obterem as respostas às questões de investigação, ou hipóteses formuladas. Define-se a população-alvo e os instrumentos para recolha de dados. Escolhe-se um desenho de investigação e um plano para se obter as respostas às questões de investigação, especifica-se o tipo ou tipos de investigação a utilizar e planifica-se o controlo das variáveis.

Considera-se neste item a amostra, as condições, bem como os métodos de recolha de dados e a escolha do respetivo método de análise. Caracteriza-se a população-alvo e a amostra e selecionam-se os critérios para o estudo, precisão e dimensão da amostra. São ainda definidas as variáveis, tendo em conta que as variáveis operacionais se obtêm a partir das definições conceptuais que são variáveis decorrentes do quadro de referência.

No ponto da escolha dos métodos de colheita e de análise dos dados, caracterizam-se os métodos de recolha de dados e os instrumentos selecionados, salientando a sua validação e fiabilidade; faz-se ainda uma previsão de eventuais problemas, assim como a identificação dos tipos de análise a seguir.

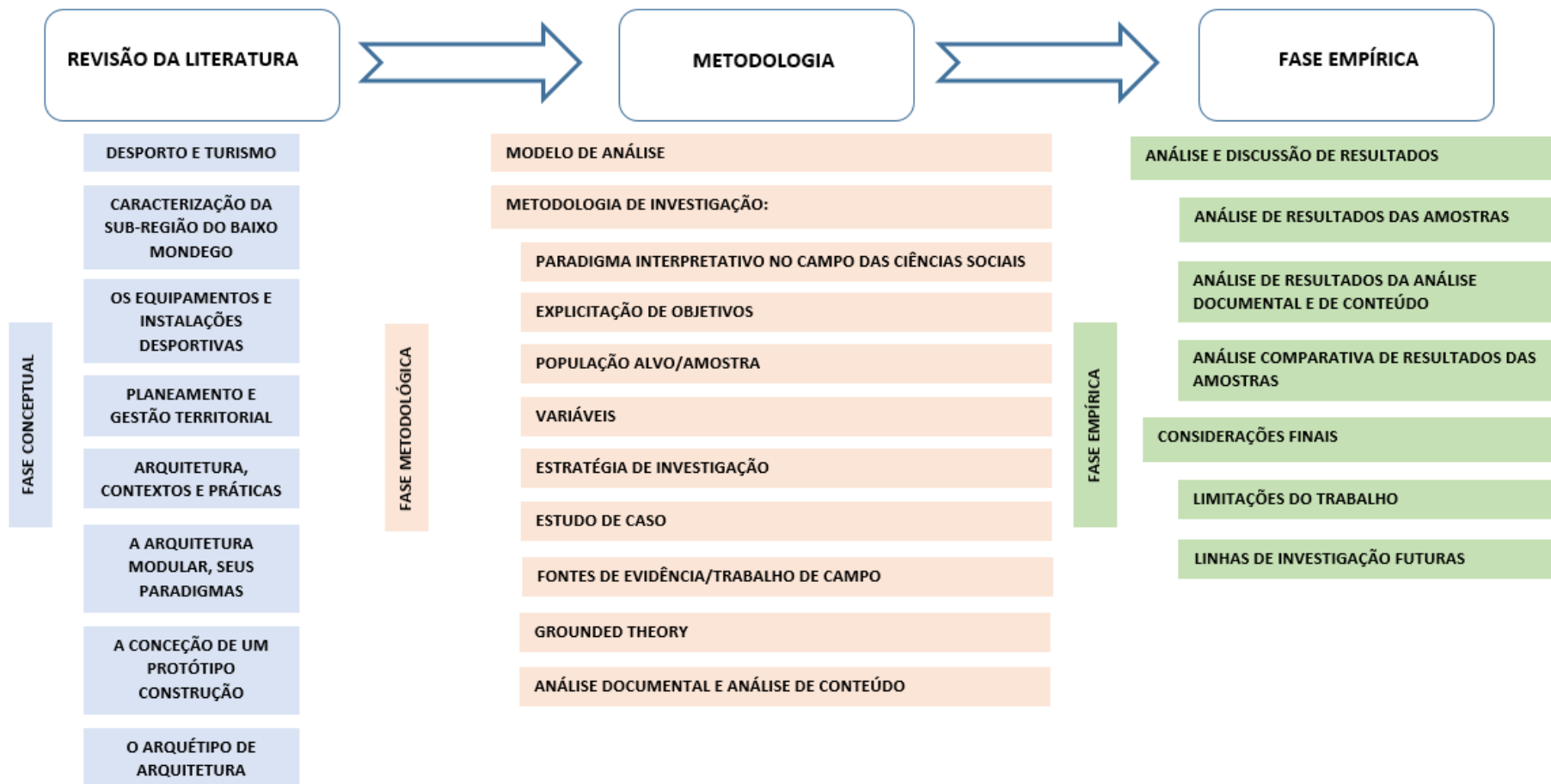
1. MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise operacionaliza a investigação e assenta basicamente num esquema teórico representativo de um fenómeno ou conjunto de fenómenos. Um modelo de análise conceptual explica, de uma forma gráfica ou narrativa, as diversas dimensões a serem estudadas, fatores-chave, conceitos ou variáveis e as relações que se estabelecem entre elas (Miles e Huberman, 1994).

O modelo de análise caracteriza-se pelo prolongamento da problemática, e é composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si, para conjuntamente formarem um quadro analítico coerente (Quivy e Campenhoudt, 2008). Um modelo de análise é uma representação de uma realidade que se pretende investigar, contudo de uma forma simplificada.

O modelo de análise utilizado na presente investigação assenta no cruzamento de vários percursos metodológicos, desde o recurso a inquéritos por questionários (dados primários), até à consulta e análise de fontes documentais, documentos oficiais direta ou indiretamente relacionados com o tema em estudo (dados secundários), realizando-se, assim, um trabalho de campo aprofundado, sistemático e organizado, complementado por observação direta e registos fotográficos. A Figura 74 expressa o modelo de análise para a investigação.

Figura 74 - Modelo de Análise



Fonte: Elaboração própria

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO - ESTUDO DE CASO

2.1. MODELO INTERPRETATIVO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Esta investigação respeita um modelo construtivista, na medida em que o conhecimento da realidade é transmitido num contexto social e depende das práticas humanas. A epistemologia que conduz esta investigação assume-se por um lado com uma visão holística na medida em que procura enquadrar o tema em estudo como um todo. Por outro lado, assume uma visão hermenêutica, na medida em que acumula uma grande variedade de cânones no processo interpretativo, nomeadamente: inquéritos por questionários, documentos de variada natureza e diversidade da amostra, tendo como objetivo uma explicação mais direcionada e objetiva da realidade social, (Guerra, 1998).

Um paradigma de pesquisa está relacionado com certas crenças, ideologias e pressupostos que temos sobre o conceito da realidade, nomeadamente sobre o que são as coisas (ontologia) e sobre a forma como a acreditamos que o conhecimento humano é desenvolvido (epistemologia), (Saccol, 2009).

Neste sentido, entendemos não olhar as ações humanas como fenómenos isolados, mas integrados num determinado contexto temporal e espacial. O modelo interpretativo é possuidor de uma realidade holística e socialmente construída na medida em que, a realidade forma um todo que não deve ser compreendido num contexto singular ou isolado.

Por outro lado, através das diversas visitas de campo ao local de estudo, procedemos a observações diretas, com o objetivo de que o fenómeno de interesse não se restringisse só a fenómenos de natureza histórica, mas também observação de fenómenos, comportamentos ou condições ambientais. Neste contexto, essas observações servem como outra fonte de evidências no estudo de caso. As observações podem variar de atividades formais a atividades informais de coleta de dados.

As atividades formais respeitam a protocolos de observação como parte do protocolo do estudo de caso, avaliando-se através do trabalho de campo a incidência de comportamentos durante certos períodos de tempo, como reuniões, atividades de passeio, salas de aula, etc.

No contexto do nosso estudo, direcionou-se para uma evidência informal, com observações diretas ao longo das visitas de campo, com registos fotográficos vários, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de pequenas conversas sobre o território, as condições físicas dos equipamentos existentes, o espaço de trabalho, a sua reorganização funcional, poderão revelar alguma informação que possamos perceber claramente o estado dentro e fora de uma organização, (Yin, 2010).

As provas observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado. Tendo em conta que o nosso estudo de caso, assenta na colmatação de uma necessidade social no que respeita aos equipamentos desportivos no contexto do turismo náutico, versus náutica de recreio, apoiada pela arquitetura na conceção de um protótipo de construção, este trabalho de campo resulta numa ajuda inestimável para se compreender os problemas da investigação e o fenómeno em estudo. O investigador preocupa-se com a interpretação dos factos obtidos em torno da questão inicial que orienta o processo de investigação.

2.2. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

A estratégia de investigação versa o **modelo construtivista**. Autores como Silverman (2005) e Creswell (2007) referem as estratégias mais utilizadas no paradigma construtivista, a saber:

Etnografia - Narra e decifra o comportamento, a expressão e interações de um determinado grupo cultural ou social, de características uniformes durante um determinado período de tempo;

Grounded Theory - Strauss e Corbin (1998), referem que o conceito de teoria respeita a um conjunto de vários conceitos que estão sistematicamente interrelacionadas por proposições com o objetivo de estruturar um modelo teórico que vise explicar um fenómeno social. Infere-se que os autores do método não estabelecem uma descrição inflexível de como o método deve ser aplicado, permitindo ao pesquisador adaptações para contextos específicos de pesquisa;

Estudo de Caso - Assenta no estudo de fenómenos contemporâneos, recorrendo a diversas fontes de informação e de técnicas de recolha de dados. No que respeita às várias tipologias de estudos de caso, autores como Bogdan e Biklen (1994), entendem que é importante ter presente a categorização que outros autores fizeram sobre os estudos de caso. Neste contexto, infere-se a existência de estudos de caso únicos ou estudo de casos múltiplos. Relativamente aos “estudos de caso únicos”, assentam apenas num único caso, já os “estudos de caso múltiplos”, assentam em mais do que um caso e podem abranger uma diversidade de formas. Conforme sejam únicos ou múltiplos, os estudos de caso também podem ser exploratórios, descritivos ou explanatórios, conforme expresso anteriormente.

Fenomenologia - abrange o estudo de questões adstritas ao campo de estudo da percepção dos indivíduos na pesquisa na medida em que observam como experienciam, vivem e expõem o fenómeno, procurando a respetiva significância.

Narrativa - abrange o estudo de vida de indivíduos com base em relatos, reescrito pelo investigador num contexto cronológico, valorizado pelos seus contributos.

2.3. EXPLICITAÇÃO DE OBJETIVOS

Formula-se assim o objetivo geral desta investigação que assenta no seguinte:

Saber quais os fatores que contribuem para que um equipamento desportivo (protótipo) satisfaça as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa descrever, compreender e interpretar comportamentos, factos e fenómenos, pela perspetiva dos sujeitos da investigação (Martins, 2006). Por outro lado, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória com a intervenção direta e procura proporcionar ao investigador uma maior familiaridade com o problema em estudo, no sentido de uma melhor perceção do conceito real. Ainda assim, o investigador é orientado por um raciocínio indutivo, já que procura não impor o seu entendimento prévio sobre a situação versus problema pesquisado, ainda que se revista de algum tipo de subjetividade, envolvimento e marca pessoal, (Sambento, 2012), Quadro 14.

Quadro 14 - Exemplo de definição de pesquisa

Ontologia	Forma de entendimento de como as coisas são.	Interação sujeito/objeto (ligação entre o pesquisador e a realidade).
Epistemologia	Entendimento como o conhecimento e produzido.	Construtivista (o conhecimento construído expressa metas, experiências, cultura, ciência, etc.)
Modelo de pesquisa	Instância filosófica que informa a metodologia do processo de pesquisa.	Interpretativista (O objeto de pesquisa é interpretado à luz da estrutura do significado da experiência vivida pelo investigador)
Método	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa.	Estudo de Caso
Técnicas de recolha e análise de dados	Técnicas utilizadas para proceder à recolha e análise de dados.	Inquéritos por questionários semiestruturados; Grounded Theory; Análise Documental; Análise de Conteúdo; Trabalho de campo - observação.

Fonte: Adaptado de Sambento (2012)

Do objetivo geral da tese, emerge um conjunto de objetivos específicos com relação com cada uma das partes do estudo e que se passa a referir:

Obj.Esp.1: Aferir qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego;

Obj.Esp.2: Entender qual a importância que é atribuída aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico;

Obj.Esp.3: Analisar qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico;

Obj.Esp.4: Verificar qual a importância que se atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região;

Obj.Esp.5: Observar qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico;

Obj.Esp.6: Apurar qual a importância dos doze fatores de desenvolvimento do desporto na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico;

Obj.Esp.7: Conhecer quais as valências (sub-células) que se considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico;

Obj.Esp.8: Compreender qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação das necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região;

Obj.Esp.9: Saber a concordância das Entidades na conceção de um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores de turismo náutico;

Obj.Esp.10: Saber a concordância das Entidades na conceção de um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores de turismo náutico;

Obj.Esp.11: Proceder ao levantamento da perceção relativamente às infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do PDM;

Obj.Esp.12: Verificar em que medida são suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do POOC;

Obj.Esp.13: Averiguar se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do DPM.

2.4. POPULAÇÃO ALVO/AMOSTRA

Relativamente à escolha da técnica de seleção da amostra a mesma não poderá estar desagregada do inquérito por questionário que está na origem do estudo de investigação, da população estudada e dos diversos constrangimentos, quer sejam eles financeiros ou humanos ou outros, (Beaud, 2003). No caso desta investigação, a amostra revelou-se variada e em consonância com as diversas fases da investigação. Entre os diferentes níveis de atores-chave, a análise documental teve em conta o princípio da representatividade social.

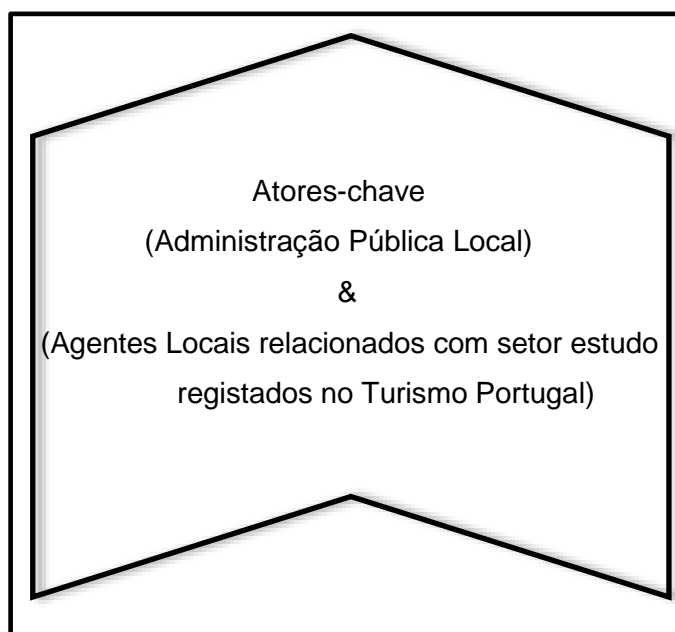
O inquérito por questionário permite obter de forma rápida e estruturada informação sobre os conceitos que se pretende medir. O campo de estudo é constituído por (i.e. representantes da Administração Pública Local e Agentes Locais), denominados de atores-chave, cujo critério de inclusão ou de exclusão é o seu envolvimento no subsetor em estudo,

a sua capacidade de influenciar, quer seja positiva quer negativa o seu desenvolvimento. Estes são caracterizados por dois níveis que expressam a sua posição hierárquica, social ou política.

Ao nível dos atores-chave, destacamos por um lado a **Administração Pública Local**, representada por entidades públicas relacionadas com o subsector em estudo, nomeadamente os municípios de, Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Mira e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Agência Portuguesa do Ambiente, Administração do Porto da Figueira da Foz, SA, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos IP, Capitania do Porto da Figueira da Foz, Instituto Português do Desporto e Juventude, IP., Federação Portuguesa de Surf, Federação Portuguesa de Motonáutica, Federação Portuguesa de Canoagem, Turismo de Portugal, Federação Portuguesa de Vela, Associação Nacional de Cruzeiros, Instituto da Água, Autoridade Marítima Nacional, Escola Secundária C/3.º CEB Dr. Bernardino Machado, Escola Secundária C/3.º CEB de Cristina Torres, Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar, Escolas Limas-de-Faria, Escola Secundária Fernando Namora, Escola Secundária Jaime Cortesão, Escola Secundária Dom Duarte, Escola Secundária Dr.ª Maria Cândido, Escola Básica e Secundária de Montemor-o-Velho, Escola Básica e Secundária de Penacova, Escola Básica e Secundária Martinho Árias.

Por outro lado, destacamos os **Agentes Locais** que intervêm no território costeiro dominial e que estão diretamente relacionados com o subsector em estudo. Estes são constituídos por organizações que desenvolvem atividades de turismo náutico inseridos no território em estudo, dividindo-se por clubes, associações, empresas de animação turística, empreendimentos turísticos, etc. Estes caracterizam-se pelos principais agentes atuantes no território, possuindo opiniões claras sobre as problemáticas existentes e as soluções para o seu crescimento e valorização, Figura 75.

Figura 75 - Atores-Chave



Fonte: Elaboração própria

2.5. VARIÁVEIS

O modelo torna possível uma análise integrada de variáveis e fatores que afetam e compõem o fenómeno do estudo. Para uma análise consistente, é importante definir e clarificar as variáveis de importância para a investigação. São de referir quatro tipos de variáveis: variáveis dependentes, independentes, moderadora, interveniente ou intermédia.

Variáveis Dependentes - a variável dependente é aquela que se conota diretamente com as respostas que se procuram na investigação. Toda a investigação pretende chegar à variável independente, ou seja, o resultado obtido com a investigação.

Variáveis Independentes - trata-se de um tipo de variável independente dos procedimentos adotados na investigação, constituindo-se como fatores determinantes na sua influência. O investigador recorre à sua manipulação para observar os efeitos produzidos nas variáveis dependentes.

Relativamente às **variáveis independentes** consideramos as seguintes no nosso estudo:

- a) Atores-chave - Administração Pública Local da sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego;
- b) Atores-chave - Agentes Locais da sub-região litoral centro de Portugal - Baixo Mondego.

Em relação às **variáveis dependentes**, consideramos as medidas tomadas tendo por base as respostas recolhidas às diversas questões colocadas nos inquéritos por

questionários, tendo as variáveis sido agrupadas em diversas dimensões, categorias de valores e de subcategorias, itens.

Existem ainda:

Variável Moderadora - variável que relaciona-se com determinados fatores circunstanciais que podem surgir numa investigação, mas que causam desvios, moderando os resultados. Normalmente uma variável moderadora encontra-se ligada à variável independente, tendo um papel importante, reforçando ou inibindo a sua ação.

Variável Interveniente ou Intermediária - trata-se de uma variável que exerce diferentes influências no decurso da investigação e que precisa de ser controlada, pois pode comprometer o resultado da investigação.

2.5.1. O Questionário

Segundo Rodriguez et al. (1999), o questionário não se considera que seja uma das técnicas com maior expressividade na investigação qualitativa, sendo que, a sua utilização encontra-se mais direcionada para as técnicas de investigação quantitativa. Ainda assim, como técnica de recolha de dados, o questionário assume um papel importante, na medida em que, presta um serviço importante na referida investigação qualitativa.

Os questionários assumem-se como instrumentos a que os investigadores recorrem para transformar em dados a informação comunicada diretamente por uma pessoa (o sujeito). Caracterizam-se por instrumentos destinados a aceder a dimensões internas a uma pessoa, como sejam a informação ou conhecimento que possui, os seus valores, preferências, atitudes ou crenças, ou ainda as suas experiências passadas ou atuais. Por outro lado, podemos dizer que trata de instrumentos de auto-registo, (Tuckman, 2000).

Os questionários podem apelar a respostas estruturadas ou não estruturadas. No caso das respostas estruturadas utiliza-se normalmente uma escala, através da qual os sujeitos exprimem o grau da sua aprovação ou rejeição face a uma dada afirmação, supondo que uma resposta numa escala corresponde a uma medida quantitativa dessa mesma aprovação ou rejeição, é o caso da escala de Likert em 5 pontos que escolhemos para a presente investigação.

Na esteira de Fortin (1999), no que respeita ao inquérito por questionário, destaca a maior garantia de anonimato que o mesmo garante, e conseqüentemente a maior liberdade de resposta, e ainda a uniformidade da sua apresentação. As questões são sempre apresentadas pela mesma ordem, com as mesmas instruções, estabelece uniformidade das condições de medida, assegura a fidelidade e facilita a comparação entre sujeitos. Em suma, esta força é, em simultâneo, a sua maior fraqueza, ao não permitir a adequação das questões ao sujeito, ao contexto e ao decorrer do discurso onde se insere.

Já Tuckman (2000) entende que as questões que devem ser tidas em conta para justificar a opção por uma entrevista ou por um questionário, são: por um lado, o questionário requer menores custos, permite abranger um número vasto de sujeitos, as fontes de erro limitam-se ao questionário e à amostra e tem uma razoável fidelidade. Em contraponto, não oferece grandes possibilidades de personalizar, questionar ou aprofundar as questões com cada sujeito, tem baixa taxa de resposta, e prende-se muito com a capacidade de expressão escrita (sendo por isso inadequado com algumas populações alvo).

Assim, optamos por desenhar um inquérito por questionário, que nos permitisse atingir de uma forma rápida um número elevado de respondentes, com um custo reduzido.

Foi desenvolvido um questionário, constituído por itens de resposta tipo *Likert*, numa escala de 1 a 5. Este questionário foi aplicado a uma amostra de indivíduos atores-chave representados pela “Administração Pública Local e Agentes Locais” relacionados com o setor de estudo, conforme versado no conjunto de objetivos específicos do presente estudo.

O acesso ao inquérito por questionário aos atores-chave fez-se mediante o envio de um *link*, num formato reduzido (goo.gl/kPjnMN - Administração Pública Local e goo.gl/NTXGST – Agentes Locais), tendo sido excluídos todos os inquiridos que não correspondessem aos critérios definidos, caracterizando-se assim a amostra.

O processo de inquirição ocorreu com o suporte das tecnologias de informação e comunicação, permitindo que as respostas ficassem estruturadas num ficheiro *Excel* e posteriormente exportados para o programa de tratamento de dados estatísticos, *Statistical Package for Social Sciences 23* (SPSS).

No respeito às fontes documentais relacionadas com o tema em estudo, as mesmas assumem-se como estratégicas a ter em conta no estudo de caso. Destacando-se, relatórios, propostas, planos, registos institucionais vários, comunicações, monografias, teses, revistas, pareceres jurídicos, etc.. A informação obtida destas fontes pode servir para contextualizar o caso, acrescentar informação relevante e validar evidências de outras fontes.

2.5.2. Questionário IQ1 - Atores-Chave - Administração Pública Local

Quadro 15 - Questionário IQ1 - Atores-Chave - Administração Pública Local

N.º	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Dimensões	Categorias
1	Caraterização Socioprofissional dos inquiridos.	Perfil biográfico e profissional dos Inquiridos	Caraterização Socioprofissional	1. Género; 2. Idade; 3. Profissão; 4. Nacionalidade; 5. Habilitações Literárias; 6 Designação curso.
2	Identificar um eventual modelo de gestão estratégica no que respeita ao Turismo Náutico (na ótica da oferta) para sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego.	<ul style="list-style-type: none"> - Aferir qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. - Pretende-se entender que importância é atribuída aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico. - Analisar qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico. - Verificar qual a importância atribuída à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região. - Observar qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Apurar qual a importância dos doze fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico. - Conhecer quais as valências (sub-células) que consideram relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico. - Compreender qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região. - Saber a concordância das entidades na conceção de um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Saber a concordância das entidades na conceção, na região de um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Proceder ao levantamento da perceção relativamente às infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM). 	Políticas, Modelos de Gestão e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> 7. Qual a importância atribuída à conceção de um plano regional de desenvolvimento do Turismo Náutico para sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego? 8. Que importância atribui aos equipamentos e Infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico? 9. Qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico? 10. Qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos na sub-região? 11. Qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico? 12. Qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico? 13. Quais as valências (sub-células) que consideram relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico?

		<p>- Verificar em que medida são suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).</p> <p>- Averiguar se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em áreas do Domínio Público Marítimo (DPM).</p>		<p>14. Qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região?</p> <p>15. Concorda com a necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico?</p> <p>16. Concorda com a necessidade de conceber, na região um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico?</p> <p>17. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM)?</p> <p>18. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)?</p> <p>19. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM)?</p>
--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria

2.5.3. Questionário IQ2 - Atores-Chave - Agentes Locais

Quadro 16 - Questionário IQ2 - Atores-Chave - Agentes Locais

N.º	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Dimensões	Categorias
1	Caraterização pessoal e profissionalmente os inquiridos.	Conhecer os inquiridos quanto ao seu perfil biográfico e profissional	Caracterização Pessoal e Profissional.	1. Género; 2. Idade; 3. Profissão; 4. Nacionalidade; 5. Habilitações Literárias; 6 Designação curso.
2	Identificar um eventual modelo de gestão estratégica no que respeita ao Turismo Náutico (na ótica da procura) para sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego.	<ul style="list-style-type: none"> - Saber se os consumidores e não consumidores se praticam alguma atividades desportiva. - Saber quais as modalidades praticadas. - Saber se os consumidores e não consumidores se praticam atividade desportiva com regularidade. - Saber qual a importância atribuída pelos consumidores e não consumidores na conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego. - Pretende-se entender que a importância é atribuída pelos consumidores e não consumidores aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico. - Saber qual a importância atribuída pelos consumidores e não consumidores às diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico. - Verificar qual a importância atribuída pelos consumidores e não consumidores à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região. - Observar a opinião dos consumidores e não consumidores na escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Apurar a opinião dos consumidores e não consumidores sobre a importância dos doze fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico. - Conhecer a opinião dos consumidores e não consumidores sobre quais as valências (sub-células) que consideram relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico. 	Políticas, Modelos de Gestão e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> 7. Pratica alguma atividades desportiva? 8. Se respondeu afirmativamente, qual a modalidade desportiva que pratica? 9. Pratica atividades desportiva com regularidade? 10. Qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento regional do Turismo Náutico para sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego? 11. Que importância atribui aos equipamentos e Infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico? 12. Qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico? 13. Qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos na sub-região? 14. Qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico? 15. Qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico?

		<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância atribuída pelos consumidores e não consumidores sobre as diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região. - Saber opinião dos consumidores e não consumidores sobre a necessidade de se conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Saber a concordância dos consumidores e não consumidores sobre a necessidade de se conceber na região um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico. - Proceder ao levantamento da perceção dos consumidores e não consumidores, se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM). - Verificar em que medida, na opinião dos consumidores e não consumidores, se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). - Averiguar, na opinião dos consumidores e não consumidores se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM). 		<p>16. Quais as valências (sub-células) que consideram relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico?</p> <p>17. Qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região?</p> <p>18. Concorda com a necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico?</p> <p>19. Concorda com a necessidade de conceber, na região um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico?</p> <p>20. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM)?</p> <p>21. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)?</p> <p>22. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM)?</p>
--	--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria

2.5.4. Instrumentos de Medida, sua Validação

Os pressupostos gerais da validade desta investigação são expressos seguidamente, e centram-se na proximidade do investigador ao contexto em estudo e a proximidade aos participantes.

2.5.5. Proximidade ao Contexto de Estudo

Infere-se que o investigador tem algum conhecimento sobre a temática em estudo, em particular sobre o território costeiro dominial na Figueira da Foz. O desempenho de funções no Departamento de Infraestruturas e Património da Delegação dos Portos do Centro, chefiando e coordenando a gestão do território dominial dos Portos: Figueira, Nazaré e Peniche, contribuíram positivamente para o conhecimento real do território em apreço, ressaltando-se a realização de estudos realizados de âmbito académico alusivos ao tema, que culminaram com a monografia “A cidade e domínio público marítimo complementaridade urbana”, apresentada à UFP - Porto e diversos papers publicados e comunicações em congressos.

Estes factores, tem um papel importante no processo de validação, surgindo em contaponto num contexto positivista na medida em que, reduzem interpretações dúbias e erróneas do contexto social em que se insere o processo de investigação, (Rosa, 2014).

2.5.6. Proximidade aos Participantes

O investigador já possui, em determinados casos, um conhecimento prévio de alguns “atores-chave” relacionados com a gestão costeira (e.g. motivos profissionais - técnico superior do ICNF, numa área protegida do litoral nacional; encontros técnico-científicos). A literatura específica veio contextualizar a envolvente social e política por detrás do desenvolvimento da área costeira, sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego, Figueira da Foz, vindo discernir algumas das possíveis razões, relativas aos constrangimentos a que essas áreas se encontram sujeitas. A aplicação de qualquer instrumento de medida obriga a que o mesmo integre um conjunto de atributos (validação) que lhe garantam credibilidade e assim justifiquem a sua utilização.

Questionário IQ1 atores-chave: Administração Pública Local;

&

Questionário IQ2 atores-chave: Agentes Locais.

Tanto em IQ1 como em IQ2 foram respeitadas todas as normas/regras na construção dos questionários, quer no que concerne à sua forma, quer ao seu conteúdo.

Os questionários foram elaborados por dois peritos/especialistas, tendo por base a literatura de apoio ao objeto de estudo. Foi composto por um conjunto de itens relativos à caracterização dos inquiridos e de um outro conjunto de questões objetivas, de acordo com o

que se pretendia medir. Após esta fase, passou-se à determinação da validação do questionário por Pares.

2.5.7. Validação de Pares I

O processo compreendeu, numa primeira fase, a aplicação do questionário e em seguida, a discussão relativa às propostas de alteração do mesmo, de acordo com as sugestões propostas pelo primeiro par de sujeitos “entrevistados”. De referir, que ambos são especialistas no tema e designados por sujeito A e sujeito B. Após aplicação do questionário, as conclusões retiradas foram as seguintes:

- a) O sujeito B considera algo complexa a estrutura do questionário, pelo que sugere que os campos de resposta sejam alterados;
- b) O sujeito A concorda, sugerindo ainda que seja acentuada a diferenciação entre a pergunta e as hipóteses de resposta.

2.5.8. Validação de Pares II

Após entrevista com o primeiro par de sujeitos, e conseqüente alteração do questionário, efetuou-se nova entrevista com mais dois sujeitos (C e D), tendo em vista a continuação da validação do questionário. Ambos os entrevistados nesta fase de validação são também especialistas e designados por sujeitos C e D. A alteração proposta foi a seguinte:

- a) O sujeito C sugeriu que a introdução do questionário seja apresentada de uma forma mais clara e que seja incluída uma breve indicação de como deverá ser preenchido o questionário;
- b) O sujeito D concordou com a proposta do sujeito C.

2.5.9. Validação de Pares III

Após entrevista com os designados Pares I e II, e conseqüente alteração do questionário, efetuou-se a última entrevista com novo par de especialistas sujeitos (E e F), tendo em vista a versão final do questionário.

Não foram emitidas quaisquer propostas, dando assim como terminada a validação do questionário e conseqüente proposta final agora apresentada.

No quadro seguinte, expressa-se a caracterização do processo de investigação e de pesquisa científica, bem como a sua finalidade, ligação à ciência, procedimentos adotados, natureza, objeto, os objetivos e forma de abordagem, Quadro 17.

Quadro 17 - Caracterização do Processo de Investigação

Finalidade	Pesquisa aplicada
Área da Ciência	Pesquisa empírica
Procedimentos	Pesquisa de campo/papel
Natureza	Trabalho científico original
Objeto	Pesquisa de campo e bibliográfica
Objetivos	Pesquisa exploratória
Abordagem	Pesquisa qualitativa

Fonte: Adaptado de Sambento (2012)

2.6. ESTUDO DE CASO

Do ponto vista das ciências sociais o presente estudo insere-se no conceito de Estudo de Caso (apoiado pelo método *Grounded Theory*, Análise Documental, Análise de Conteúdo, e Evidência Informal/Trabalho de Campo), como sendo uma de muitas formas de se fazer pesquisa nestas áreas. A metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, o processo de escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem alcançar (Sousa & Batista, 2011).

2.6.1. O Estudo Caso como Processo de Pesquisa

Autores como Stake (1978), Eisenhardt (2002) e Yin (2010), estimularam a crescente utilização dos métodos de estudo de caso como processos de pesquisa. Num contexto epistemológico podem ser relacionados ao positivismo - corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX em França. A principal ideia do positivismo era a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro.

Na esteira de Creswell (1994), Merriam (1998), Gerring (2004) e Yin (2010), constata-se um entendimento comum entre os diversos autores e que se prende com um contexto, um indivíduo, uma unidade, um processo social, ou seja, um fenómeno limitado. Sendo que, não há nenhuma referência a técnicas de amostragem, cálculos estatísticos sofisticados ou generalização de resultados.

Ainda no entendimento Goode e Hatt (1969, citado por Bressan, 2000) definiram o método de estudo de caso como não sendo uma técnica específica. Sendo um meio de organização de dados sociais, preservando o carácter unitário do objeto em estudo.

No entendimento de diversos autores, como Yin (1993 e 2010), Stake (1999) e Rodríguez et al. (1999), o estudo de caso pode ser entendido como algo bem definido, um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo num contexto mais abstrato, como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais. Na opinião de Stake (1999), a finalidade do estudo de caso é tornar compreensível o caso, através da particularização.

A vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos da vida real (Dooley, 2002). O autor refere ainda, que certos investigadores usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria com vista à produção de nova teoria, no sentido da contestação ou do desafio de nova hipótese para explicar uma situação, objeto ou fenómeno.

A resultante do problema de investigação é determinante na sua estrutura, que no caso em apreço assenta no estudo de caso. O arranjo dos modos de comparação adotados para a verificação de hipóteses, assegura as relações entre as variáveis retidas e elimina as influências de outras variáveis. A escolha da estrutura de prova deve ser antecedida de uma pergunta de investigação clara e facilmente enquadrável nos cânones da investigação em ciências sociais, Gauthier (2003a).

Neste estudo as questões resultantes da problemática da investigação têm duas naturezas distintas, uma de **natureza exploratória** - uma vez que respeita a um tema pouco analisado no âmbito da sociologia e gestão do desporto, e do qual o investigador não está em condições de estabelecer uma representação a partir dos conhecimentos existentes. Por outro lado, esta abordagem permite ao investigador, mergulhar no cerne da investigação e captar a objetividade da sua complexidade e interpretando o seu sentido. Estes estudos diferem dos descritivos, podendo ir buscar hipóteses e proposições relevantes para a orientação de estudos futuros, no sentido de fornecer suporte para a teorização.

A uma outra, de **natureza descritiva**, que visa a descrição de estados, de um grupo e constituinte do caso, com o objetivo de ser representativo, e ao mesmo tempo, descrever de uma forma objetiva o objeto de investigação. Com o intuito de melhor se compreender a estratégia adotada na investigação, versou-se o estudo de caso.

No entendimento de Gauthier (2003b), existem vários autores que consideram que a estrutura de estudo de caso é sólida e frágil ao mesmo tempo, uma vez que, apresenta frequentemente lacunas no plano teórico, terminando na maioria das vezes na descrição sem procurar explicação plausíveis. Com vista salvaguardar esta situação, o nosso estudo expressa o seguinte:

i) Investigação sistemática, na medida em que, resultou de uma tentativa de reter todos os factos significativos e não somente aqueles que correspondem à expectativa do investigador;

ii) Estudo indutivo e interpretativo, ou seja, aquele que se assenta numa teoria, em questões de investigação e em conceitos vários que servem de elemento condutor à colheita de dados, com vista à sua interpretação;

iii) As decisões tomadas foram identificadas e justificadas pelo investigador, no sentido de permitir a sua compreensão.

No entendimento de Yin (2005), para que se garanta a qualidade do resultado final de estudos de caso descritivos ou exploratórios devem cumprir-se os seguintes requisitos:

- Assegurar a **validade dos constructos** através da utilização de múltiplas fontes de informação a quando da recolha de dados, procurando o encadeamento das evidências através da revisão do relato de estudo de caso pelos principais intervenientes no estudo;

- Assegurar a **validade externa** na fase de estruturação da investigação através da utilização da teoria para os estudos de caso únicos e múltiplos;

- A **confiabilidade** deverá ser assegurada na recolha de dados através do protocolo de um estudo de caso, assim como pela utilização de uma base de dados em que se organiza e estrutura toda a informação associada ao referido estudo com o objetivo de permitir a replicação da investigação.

No sentido da salvaguarda e da validade dos constructos, bem como da validade externa e da confiabilidade torna-se necessários ter em conta alguns aspetos no desenvolvimento do estudo de caso:

Na fase da estruturação do trabalho - prevê a definição das decisões a tomar, nomeadamente a definição dos problemas e temas a ser estudados, o tipo de estudo de caso a realizar (único ou múltiplo; holístico ou imbricado; exploratório, descritivo ou explicativo), e os passos necessários para a realização do estudo.

Na fase de recolha de dados - Segundo (Yin, 2005), deverá ter-se em conta três aspetos importantes: i) utilização de várias fontes de recolha de dados sobre os mesmos factos no sentido de assegurar a triangulação das fontes de informação; ii) construção de uma base de dados para o estudo de caso, com vista assegurar a origem das fontes de informação utilizada para a obtenção dos resultados finais, bem como o processo de análise das mesmas; iii) encadeamento das evidências através de ligações explicitadas entre a questão de partida, dados recolhidos e as conclusões obtidas.

Na fase de análise de dados - Pretende-se saber com a análise de dados **o que** pretende analisar e **porquê**. Na esteira do mesmo autor, em muitos estudos de caso esta

componente apresenta-se de uma forma frágil, pouco desenvolvida, o que afeta negativamente a qualidade dos resultados finais.

Yin (2005) recomenda ainda, estratégias para organizar a fase de investigação e que prendem com a utilização da teoria para orientar aquilo que se pretende analisar. A revisão da literatura permite identificar claramente os elementos que devem ser observados no estudo de caso, bem como, estabelecer uma conexão entre as conclusões obtidas no estudo de caso e as respetivas implicações sobre a teoria a ela associada.

Na fase de relato - Tem por objetivo conduzir as comprovações e resultados para a conclusão. Deve identificar a quem se dirige o estudo de caso e estar bem definida a forma de como vai estar organizado o relato e a revisão do mesmo por indivíduos que participaram no referido estudo.

Segundo Yin (2010), o estudo caso, não permite a generalização, ainda assim, o estudo efetuado permitiu a descrição em profundidade e o desencadear de um processo intuitivo que permitisse delinear uma estratégia para a formulação de teorias, as quais, poderão servir de base à implementação de novos estudos no futuro.

O estudo de caso assenta na análise de métodos quantitativos e métodos qualitativos, tendo “caraterísticas verdadeiramente diferenciáveis, sendo: definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados, composição e apresentação dos resultados. O autor refere que a particularidade do estudo de caso baseia-se num conjunto variado de fontes de evidências, definindo-se como uma estratégia de pesquisa abrangente e que compreende um aglomerado de evidências num todo.

Um estudo de caso caracteriza-se como um método de investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão de todo bem definidos. Neste sentido destacamos, certos experimentos, levantamentos vários, pesquisas históricas e análise de informações vertidas em arquivos.

Relativamente à estratégia adotada, esta depende na ótica do autor de três vetores, a saber: i) o tipo de questão da pesquisa a efetuar; ii) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; iii) o foco em fenómenos históricos em oposição a fenómenos contemporâneos. O estudo de caso faz sentido se assentar num desenho metodológico rigoroso. Representa a estratégia escolhida quando se colocam questões do tipo "**como**" e "**por que**", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Ou seja, onde sejam claros os objetivos e o enquadramento teórico da investigação. O problema poderá decompor-se em proposições e estas por sua vez em questões orientadoras do estudo.

Por outro lado, os referidos estudos “explanatórios”, podem ser complementados com outros de relevante importância como sendo exploratórios e descritivos. O estudo de caso é utilizado nas mais diversas situações de pesquisa, destacando-se: a ciência política, pesquisa em administração pública, sociologia e psicologia comunitária, os estudos organizacionais e gerenciais, gestão, supervisão de teses em ciências sociais, etc. (Yin, 2010).

O Protocolo de Estudo de Caso

O protocolo de estudo de caso (ou cronograma de trabalhos) refere-se a um documento orientador da investigação qualitativa, próprio do modelo construtivista, e que agrega um conjunto variado de instrumentos, procedimentos e regras adstritas ao referido estudo de caso, permitindo ainda antecipar cenários e encontrar soluções, (Sambento, 2012).

Objetivo do Estudo de Caso

O estudo de caso pretende responder à questão de partida do processo de investigação: **“Saber quais os fatores que contribuem para que um equipamento desportivo (protótipo) satisfaça as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego”**.

Tipologias de Estudo de Caso

No entendimento de Pettigrew (1988), face ao reduzido número de casos que geralmente podem ser estudados, o autor defende que faz sentido escolher casos de situações forte impacto e relevância, em que o processo de interesse do estudo é transparentemente observável, ou seja, o objetivo da amostragem teórica deverá assentar em casos suscetíveis de reproduzir ou prolongar a teoria em estudo. Para alguns autores, os estudos de caso são categorizados em diferentes critérios.

Segundo Eisenhardt e Bourgeois (1988) os mesmos abordaram o estudo da política de tomada de decisão estratégica na medida em que expressam a amostragem teórica durante o processo de pesquisa. Por outro lado, assenta numa teoria que liga a centralização do poder com o uso da política no setor da alta administração.

No que respeita às várias tipologias de estudos de caso, autores como Bogdan e Biklen (1994), entendem que é importante ter presente a categorização que outros autores fizeram sobre os estudos de caso. Neste contexto, infere-se a existência de **estudos de caso únicos** ou **estudo de casos múltiplos**. Relativamente aos “estudos de caso únicos”, assentam apenas num único caso, já os “estudos de caso múltiplos”, assentam em mais do que um caso e podem abranger uma diversidade de formas. Conforme sejam únicos ou múltiplos, os estudos de caso também podem ser exploratórios, descritivos ou explanatórios.

Segundo Yin (1993), existe um critério de classificação do qual surgem seis tipos de estudos de caso, destacando-se, Tabela 42.

Tabela 42 - Critérios de Classificação de Estudos de Caso

	Únicos	Múltiplos
Exploratórios	Exploratórios Únicos (tem como finalidade definir as questões ou hipóteses para uma investigação posterior).	Exploratório
Descritivos	Descritivos Únicos (representam a descrição completa de um fenómeno inserido no seu contexto).	Descritivos Múltiplos
Explanatórios	Explanatórios Únicos (procuram informação que possibilite o estabelecimento de relações causa efeito).	Explanatórios Múltiplos

Fonte: Adaptado de Yin (1993)

Tipo, Natureza e Contexto do Estudo de Caso

A problemática da generalização no processo de investigação qualitativa reside no facto de duas declarações fazerem sempre parte de um determinado contexto, (Flick, 2004). Perante os estudos que direcionam e orientam os modelos qualitativos, não se verifica uma diferença significativa entre o sujeito e o objeto de estudo de conhecimento, ambos se fundamentam numa única entidade epistemológica. Nesta investigação, o objeto em estudo caracteriza-se por um fenómeno que assume como um processo de gestão participativa dentro de um subsector específico (turismo desportivo - turismo náutico), num contexto específico (área dominial do litoral centro de Portugal, particularizando a sub-região do Baixo Mondego - estudo caso Figueira da Foz).

Os sujeitos caracterizam-se pelos atores-chave, que de forma mais ou menos ativa e diferenciada estão relacionados com o subsector e com o contexto, atuando nestes das mais variadas formas, afetando o seu progresso. Cumulativamente, o sujeito é também constituído por documentos e dados secundários que procuram relacionar factos sociais, com indicadores do desenvolvimento histórico do subsector e do seu estado atual. Neste contexto, este estudo procura compreender simultaneamente o processo que levou este subsector ao seu estado atual, problemáticas, perspetivando deste modo uma decisão futura num contexto mais alargado, a médio e longo prazo, (Rosa, 2014).

No que respeita ao problema em estudo, o mesmo partiu de uma convicção entre um saber atual e um saber procurado. Desta aliança derivou não só a procura de uma pertinência social que tem por objetivo demonstrar como esta investigação responde a certos problemas dos sujeitos e dos decisores sociais, mas também, uma pertinência científica, na medida em

que, a investigação contribui quer para o avanço do conhecimento, quer para uma investigação futura. Contextualizando o estudo temos:

a) Constatação empírica de um determinado problema na sociedade (em particular na sub-região do Baixo Mondego - Figueira da Foz), resultante da vivência do território em estudo num contexto da sociedade em questão (subsector, contexto e seus participantes).

b) De uma extensa leitura de obras literárias, teses e de artigos científicos, que permitiram compreender variáveis e as relações entre estas problemáticas, dificuldades de investigação e resultados atuais e evidentes;

c) Forma indutiva e geradora, partindo-se de princípios teóricos que por si só não formulam uma teoria, e a partir da constatação da realidade concluímos o trabalho numa tentativa de contribuir para a sua formulação.

Em suma, o problema em estudo criou-se na medida que o contexto social em que se desenrola a investigação foi sendo especificado, sofrendo reajustes e reformulações no sentido de maior objetividade na formulação das questões de investigação.

Trata-se de um estudo de casos múltiplos, tendo em conta que a investigação incide sobre vários atores-chave, e de que forma mais ou menos ativa e diferenciada estão relacionados com o subsector e com o contexto, atuando nestes das mais variadas formas, afetando o seu progresso. As evidências expressas dos casos múltiplos são reconhecidas como as mais fortes do que as evidências de caso único, (Yin, 2005).

Métodos de Recolha de Dados do Estudo de Caso

Diversos autores constroem teoria a partir de métodos de recolha de dados, nomeadamente entrevistas, observações, inquéritos por questionário, fontes de arquivo, entre outros. Gersick (1988) usou apenas estes métodos em 50% do seu estudo. Num contexto diferente temos Bettenhausen e Murnigham (1986), que utilizaram nos seus estudos dados laboratoriais quantitativos, ainda assim, o objetivo traduziu-se no mesmo contexto, na procura de testes de hipóteses. A triangulação de dados possibilita a recolha de dados por métodos diferentes com vista à comprovação dos constructos.

No entendimento de Eisenhardt & Bourgeois (1988), vários pesquisadores utilizam duas linhas de estudo, uma primeira direcionada para aprimorar o potencial do estudo, contribuindo para a riqueza de dados e suas diferentes perspetivas, aumentando a probabilidade de valorização dos mesmos. Uma segunda, direcionada para a convergência de observações, aumentando assim a confiança nos resultados obtidos. As perceções convergentes aumentam a fundamentação empírica das hipóteses, enquanto as perceções conflitantes criam dificuldade no encerramento do estudo.

Alguns autores, quando pretendem empregar estudos múltiplos, optam por visita a diversos *sites* de estudo de caso em equipas, permitindo que o caso possa ser analisado de diferentes perspetivas, por múltiplos observadores, aumentando as divergências no estudo, (Pettigrew, 1988).

Das características de maior expressividade na pesquisa para a construção de teoria de estudos de caso, é a **sobreposição de dados de análise com coleta de dados**. Certos autores, como Glaser e Strauss (1967) defendem a recolha conjunta e codificação de análise de dados. Burgelman (1983), na pesquisa de campo, manteve os seus pensamentos e ideias em folhetos com objetivo de poder mais tarde comparar ideias emergentes e avaliar a coleta e análise dos dados, dando assim vantagem ao seu investigador. Uma das particularidades da construção de teoria prende-se com a liberdade de se poder fazer ajustes durante o processo de coleta de dados.

No entendimento de Harris e Sutton (1986), ajustes adicionais, permitem ao pesquisador investigar temas emergentes ou aproveitar oportunidades com vista a poderem estar presentes em uma dada situação. Ainda assim, noutras situações ajustes podem incluir a adição de fontes de dados em casos afetados. Segundo Van Maanen (1988) as recolhas de campo são um comentário de fluxo de consciência sobre os acontecimentos resultantes do processo de pesquisa, envolvendo tanto aspetos de observação como de análise.

Na esteira do mesmo autor, um outro fator importante na recolha de dados de campo prende-se com o pensamento de que quão importante será essa nota numa situação futura. Um dos exemplos deste caso expressa-se por Gersick (1988), onde o mesmo agregou vários casos a um conjunto de equipas de alunos afim de mais tarde poder observar atentamente os comportamentos entre as diversas equipas do projeto em estudo. Já Leonard-Barton (1988), expressa a adição de novos experimentos para a sondagem de uma teoria emergente num estudo de implementação de inovação.

No que respeita à **análise de dados**, a mesma é entendida como o cerne dos estudos de caso, mas é a mais difícil e a menos codificada de todo o processo. Existem tantas abordagens quanto pesquisadores. A ideia central é estar intimamente familiarizado com cada caso como que uma entidade autónoma. Permitindo aos investigadores uma intimidade com o estudo de caso, Eisenhardt & Bourgeois (1988). Ainda assim, Pettigrew (1988) infere que há um perigo sempre presente, e que prende com a asfixia de dados.

Como exemplos, destacamos: a compilação efetuada com 383 páginas do histórico do National Film Board of Canada efetuada por Mintzberg e McHugh (1985); Gersick (1988), por exemplo, preparou transcrições de várias equipas de reuniões; Abbott (1988) sugeriu o uso da sequência análise para organizar dados longitudinais; Leonard-Barton (1988) utilizou tabelas e gráficos de informações sobre cada caso.

No contexto do estudo caso, a **análise de dados cruzados** encontra-se intrinsecamente relacionada com seu estudo. Um dos procedimentos utilizados é a seleção de categorias ou dimensões e, em seguida a procura dentro do grupo as diferenças intergrupais. Dimensões podem ser sugeridas pela pesquisa do problema ou pela literatura existente, por outro lado, o pesquisador pode ainda escolher apenas algumas das dimensões, procurando padrões de similaridade e de diferença entre grupos, Eisenhardt & Bourgeois (1988), podem resultar em novas categorias e conceitos. Outro procedimento assenta em agrupar três ou quatro casos para comparação. Uma terceira estratégia é a divisão dos dados por dados fonte. Neste contexto, a busca de “*cross-case*”, aumentam a probabilidade e teoria confiável dos dados recolhidos.

Procedimentos de Recolha de Dados do Estudo de Caso

Com objetivo de maximizar a qualidade e o benefício dos dados recolhidos, o investigador deve ter em conta o formato em que vai recolher os dados, a estrutura e os meios tecnológicos que pretende utilizar. Na súmula dos diversos instrumentos de recolha de informação infere-se: o diário, o questionário, as fontes documentais e outros registos que as tecnologias de informação nos permite obter, (Vasquez & Angulo, 2003). No que respeita aos princípios fundamentais na validade do constructo e a confiabilidade do estudo de caso, temos:

- a) Utilização de várias fontes de evidências;
- b) Banco de dados para o estudo de caso;
- c) Manter o encadeamento das evidências (Yin, 2010).

2.7. FONTES DE EVIDÊNCIA/TRABALHO DE CAMPO

2.7.1. Fontes de Evidência

Relativamente às fontes de evidência usadas no estudo, temos:

i) **Atores-chave - Administração Pública Local**, com responsabilidades no território em estudo versus relação que existe no Núcleo de Estudos Regionais da Direção Regional do Centro e do INE, na área circunscrita ao Baixo Mondego, região NUTS III que compreende os concelhos da Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure e Mira. Procedeu-se à elaboração e envio de um de inquérito por questionário através do [link goo.gl/kPjnMN](http://goo.gl/kPjnMN), com perguntas semiestruturadas, com o objetivo de se perceber claramente qual a opinião dos atores-chave sobre o território em estudo no contexto da gestão do desporto, bem como, perceber o seu entendimento sobre as reais

necessidades de instalação de novos equipamentos desportivos ao serviço do turismo náutico e o desporto em geral.

ii) **Atores-chave - Agentes Locais** relacionados com setor estudo, optou-se por inquirir aqueles que prestam serviços e que tenham uma relação de elevada proximidade com os praticantes, por entender-se que são esses que melhor conhecem o mercado, tendo como requisito obrigatório estarem licenciadas pelo Turismo de Portugal. Procedeu-se à elaboração e envio de um de inquérito por questionário através do [link goo.gl/NTXGST](https://goo.gl/NTXGST), com perguntas semiestruturadas, com o objetivo de se perceber claramente qual a sensibilidade e a opinião dos atores-chave sobre o território em estudo no contexto da gestão do desporto, bem como, perceber as reais necessidades de instalação de um novo equipamento desportivo que servia os consumidores de turismo náutico e o desporto em geral.

iii) **Evidência Informal/Trabalho de Campo**, respeitou observações diretas ao longo das visitas de campo, e registos fotográficos vários. Foram efetuadas várias visitas ao território em estudo com objetivo de proceder a trabalho de campo, diga-se, observação direta, registos fotográficos e anotações várias e ainda conversas informais com os agentes locais no sentido de melhor perceber a pertinência do nosso estudo. O investigador como ex. Chefe de Divisão do Departamento de Infraestruturas e Património da Delegação dos Portos do Centro teve acesso a informação privilegiada sobre a ocupação e gestão dominial do território do estudo de caso, considerada importante para o estudo em apreço.

iv) **Documentação** que nos permitiu contextualizar a organização social, económica e política do desenvolvimento do subsetor em estudo na área dominial em estudo. Serviram a metodologia de metassíntese de um conjunto variado de documentos, destacando-se:

- Carta de Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz;
- Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz;
- Programa de Desenvolvimento Rural 2020;
- Hypercluster para a Economia do Mar;
- Lidera para o Ambiente - Sistema voluntário para a avaliação da construção sustentável;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz;
- Plano Estratégico Nacional do Turismo;
- Plano Especial de Ordenamento do Território;
- Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território;
- Plano Municipal de Ordenamento do Território;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Planos de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas;
- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo;

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
- Planos de Pormenor; Planos Regionais de Ordenamento do Território;
- Planos Setoriais com Incidência Territorial; Plano de Urbanização.

Pretende-se focalizar documentos que visem o cruzamento com a teoria emergente. Este procedimento faz com que se diminua os resultados conflitantes e que representem uma oportunidade na construção da validade interna. Por outro lado, eleva o nível teórico e acentua as definições de construção, possibilitando ainda a generalização e melhora a definição de construção e o aumenta o nível teórico, (Eisenhardt, 1988).

No nosso estudo foi possível aceder a documentos, planos e programas que permitiram preceptivar o território em estudo e ainda conhecer de uma forma global a gestão desportiva do concelho da Figueira da Foz, bem como, uma análise genérica à necessidade de novas Instalações Desportivas num contexto futuro. Foi ainda possível aceder a *emails* e manuais, de donde se extraiu informação importante para o objetivo de investigação.

v) **Dados Secundários** derivantes de diferentes trabalhos ou publicações de outras instituições que tiveram como função complementar a análise documental e de conteúdo, e em consequência contribuir para um melhor entendimento do subsetor em estudo. A Tabela 43 refere os tipos de dados em função das fontes de evidência em estudo.

Tabela 43 - Fontes de Evidência

Fontes de Evidência	Definição	Questões	Fontes de informação
Atores-chave - Agentes Locais	Aqueles que prestam serviços e que tenham uma relação de elevada proximidade com os praticantes, por entender-se que são esses que melhor conhecem o mercado, tendo como requisito obrigatório estarem licenciadas pelo Turismo de Portugal.	Perguntas semiestruturadas	Inquéritos por questionário
Atores-chave - Administração Pública Local	Administração Pública Local, com responsabilidades no território em estudo versus relação que existe no Núcleo de Estudos Regionais da Direção Regional do Centro e do INE, na área circunscrita ao Baixo Mondego, região NUTS III que compreende os concelhos da Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure e Mira.	Perguntas semiestruturadas	Inquéritos por questionário
Evidência Informal	Observações diretas ao longo de visitas de campo com registos fotográficos vários e anotações de campo.	Visualização e observação de campo	O território do estudo de caso
Documentação	Permite contextualizar a organização social, económica e política do desenvolvimento do subsector em estudo na área dominial em estudo.	Dados documentais	A Carta de Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz; Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz; Programa de Desenvolvimento Rural 2020; Hypercluster para a Economia do Mar; Lidera para o Ambiente - Sistema voluntário para a avaliação da construção sustentável; Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz; Plano Estratégico Nacional do Turismo; Plano Especial de Ordenamento do Território; Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território; Plano Municipal de Ordenamento do Território; Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Planos de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas; Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo; Plano de Ordenamento da Orla Costeira; Planos de Pormenor; Planos Regionais de Ordenamento do Território; Planos Setoriais com Incidência Territorial; Plano de Urbanização.
Dados Secundários	Derivantes de diferentes trabalhos ou publicações de outras instituições que tiveram como função complementar a análise documental e de conteúdo, e em consequência contribuir para uma melhor entendimento do subsector em estudo.	Dados documentais e outros	Bibliografia

Fonte: Elaboração própria

No sentido de aferirmos se as descobertas num estudo de caso são consistentes com vista à sustentação da pesquisa efetuada, o investigador teve como base diversas fontes de evidências (Atores Chave - Agentes Locais; Atores-Chave Administração Pública Local; Evidência Informal/Trabalho de Campo; Documentação e Dados Secundários), a esta técnica atribui-se o termo de “triangulação” para reforçar a credibilidade dos resultados obtidos no estudo efetuado, (Sambento, 2012).

2.7.2. Triangulação e suas Tipologias

No que respeita ao conceito de “triangulação”, o mesmo teve origem na civilização grega (Denzin, 1989). Campbel e Fisk (1959), foram os pioneiros na aplicação de métodos de triangulação, servindo-se de uma abordagem de operacionismo múltiplo ou de multitraços-multimétodos, no sentido de obter um índice de validade convergente, (Nunes, 2010). A triangulação assume-se como uma abordagem exploratória que se harmoniza com a investigação em disciplinas várias (Banik, 1993). Define-se como fundamental na articulação dos componentes que fornecem novos conhecimentos sobre um mesmo fenómeno. O modelo de triangulação tipo é aquele que agrega tanto métodos qualitativos como quantitativos, sendo as regras processuais as adstritas a cada método, (Nunes, 2010).

Tipos de Triangulação

No entendimento de Denzin (1989), existem quatro tipos de triangulação, nomeadamente: triangulação de dados, triangulação de investigadores, triangulação das teorias e a triangulação dos métodos.

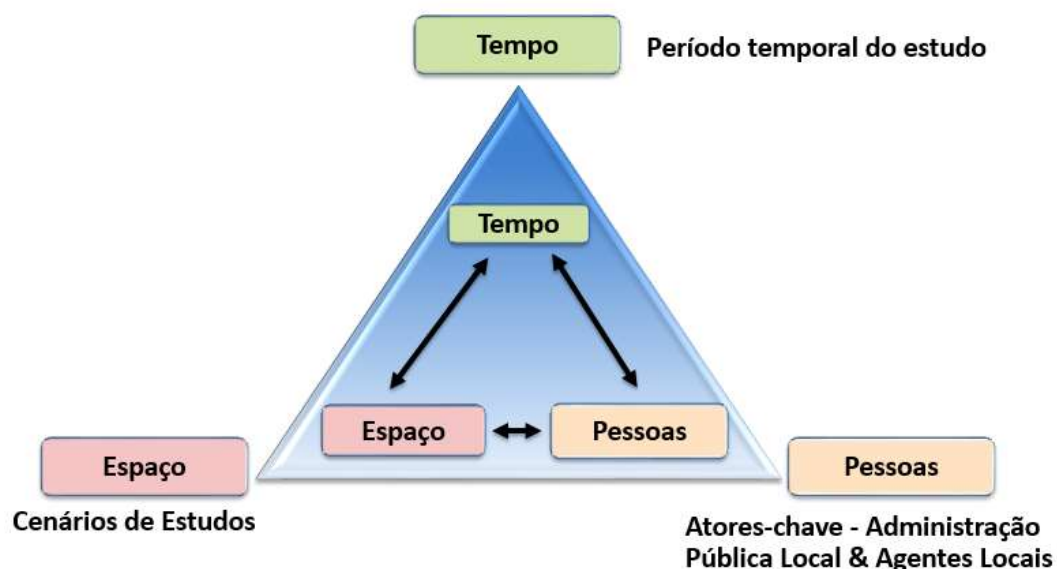
Triangulação de Dados

Segundo Denzin (1989), a triangulação de dados assenta na recolha de dados junto de diversas fontes de informação (grupos, meios e períodos de tempo), o que representa três níveis de análise. Por outro lado, representa a agregação, a interatividade e a comunidade, com objetivo de se estudar o mesmo fenómeno. Não é menos verdade que estão ligados ao tempo, ao espaço e às pessoas. Sendo que, o tempo representa a exploração da influência do fenómeno em diferentes contextos temporais (dia, semana, mês, ano), com o objetivo de validar a congruência de um mesmo fenómeno no decurso de um dado período de tempo, (Kimchi, Polivka & Gallo, 1991).

No que respeita ao espaço, a recolha de dados desenvolve-se em vários cenários, o que permite estabelecer uma validade externa. No contexto populacional, estudam-se diferentes populações alvo: indivíduos, grupos e comunidades, (Nunes, 2010). Relativamente aos níveis de análise da pessoa, a análise de agregação necessita que se selecionem

indivíduos sem que se estabeleça relações entre eles e os grupos ou as comunidades onde se inserem, no sentido de uma interação com o meio (Denzin, 1989). A Figura 76 expressa a triangulação de dados referente ao nosso estudo, versando o tempo/espaço/pessoas.

Figura 76 - Modelo de Triangulação de Dados do Estudo



Fonte: Elaboração própria

Triangulação dos Investigadores

Segundo Denzin (1989), a triângulação dos investigadores assenta na necessidade de dois ou mais investigadores no estudo do mesmo fenómeno e no exame de dados com o objetivo de obter a fidelidade dos resultados. No entendimento de Kimchi et al. (1991), inferem que a triângulação dos investigadores deverá respeitar os seguintes critérios: todos os investigadores participam no estudo em pé de igualdade; conhecimentos e competências variadas; competência de cada um é manifesta, pela especialização.

Triangulação de Teorias

A triangulação das teorias qualifica-se pela avaliação da pertinência e da perspetiva das hipóteses das teorias concorrentes. Este método permite a eliminação de hipóteses rivais, testar teorias existentes, aumentar a confiança de processo de operacionalização dos conceitos e dos constructos, Denzin (1989).

Triangulação dos Métodos

No entendimento de Kimchi et al. (1991), a triângulação dos métodos consiste em utilizar vários métodos de investigação num mesmo estudo e emprega-lo ao nível do desenho ou da recolha de dados. Método usado habitualmente em processo complexos.

Mitchell (1986), defende a aplicação da triângulação de métodos assente em quatro princípios, a saber: a questão de investigação deve ser claramente definida; as forças e as fraquezas de cada um dos métodos escolhidos devem ser complementares, os métodos devem ser seleccionados segundo a pertinência em relação ao fenómeno em estudo, avaliação contínua dos métodos escolhidos deve ser efectuada no decurso do estudo a fim de assegurar a manutenção dos princípios anteriormente referidos.

Multitriangulação

No entendimento de Mitchell (1986), infere que a aplicação de vários tipos de triângulação denomina-se de multitriângulação, definido-se como um método muito utilizado em fenómenos de elevada complexidade.

2.7.3. Processo Recolha de Dados

As técnicas de recolha de dados foram implementadas pelo investigador no primeiro semestre de 2014, de acordo com o previsto no protocolo do estudo de caso (programa/calendarização trabalhos). Nesse período encontrava-se a decorrer a parte curricular da tese, por isso, decorreu com a normalidade possível e em função da disponibilidade pessoal e profissional.

Na tabela 44, são apresentados as fontes de informação em estudo, bem como as datas em que se realizou o trabalho de campo.

Tabela 44 - Fontes de Informação de Recolha de Dados

Tipos de Fontes de Informação	Fontes de informação	Data de recolha	Abreviaturas
Evidência Informal	Conversas informais - Atores-chave - Agentes Locais	15.08.2015; 10.02.2016; 22.08.2017; 12.02.2018; 22.04.2019	E1
	Conversas informais - Atores-chave - Administração Pública Local	15.08.2015; 10.02.2016; 22.08.2017; 12.02.2018; 22.04.2019	E2
	Observação direta ao longo de visitas de campo com registos fotográficos e anotações várias.	15.08.2015; 10.02.2016; 22.08.2017; 12.02.2018; 22.04.2019	E3
Atores-chave - Agentes Locais	Inquéritos por questionário mediante o envio de um <i>link</i> , num formato reduzido goo.gl/NTXGST – Agentes Locais, tendo sido excluídos todos os inquiridos que não corresponderem aos critérios definidos, caracterizando-se assim a amostra.	10.12.2018 até 10.01.2019	A1
Atores-chave - Administração Pública Local	Inquéritos por questionário mediante o envio de um <i>link</i> , num formato reduzido (goo.gl/kPinMN - Administração Pública Local, tendo sido excluídos todos os inquiridos que não corresponderem aos critérios definidos, caracterizando-se assim a amostra.	10.12.2018 até 10.01.2019	A2
Documentos	Carta de Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz Plano e Programas Estudo - Hypercluster para a Economia do Mar; Estudo - Lidera para o Ambiente - Sistema voluntário para a avaliação da construção sustentável; Correio Eletrónico	15.03.2017	D1
		De 05.01.2014 até 22.04.2019	D2
		12.03.2018	D3
		15.04.2019	D4
			D5
		De 04.04.2014 até 05.05.2019	D6

Fonte: Elaboração própria

2.7.4. Tratamento Estatístico

Relativamente aos atores-chave Administração Pública Local e Agentes Locais, a análise de variáveis dos dados foi efetuada separadamente e posteriormente comparadas, uma vez que os inquéritos continham variáveis comuns às várias populações-alvo.

No tratamento das questões fechadas, codificadas em variáveis quantitativas, optou-se pela estatística descritiva por meio de parâmetros de tendência central, (média, moda e mediana) e de dispersão (amplitude de variação e o desvio padrão), bem como à inferência estatística não paramétrica, teste que se baseia nas ordens das observações da amostra conjunta ordenada, *Crosstab* e teste *Qui-quadrado*.

Foram construídas tabelas de frequência de modo a demonstrar essa representatividade, como sendo os valores médios e respetivos desvios em cada uma das bases de dados e também em cada um dos indicadores de estudo respetivos.

Relativamente às questões onde foi utilizada a escala de Likert, a metodologia proposta assentou nos testes *Crosstab* onde se efetuaram as inferências através das medidas direcionais, Lambda, Goodman e Kruskal Tau. Foi ainda realizado o teste Qui-quadrado, sendo apresentado o Qui-quadrado de Pearson.

Utilizou-se ainda como medidas simétricas o Fi e o V de Cramer.

2.8. GROUNDED THEORY

Em complemento do nosso estudo de caso, recorreu-se ao método de teoria fundamentada de dados, também designada por *Grounded Theory*. O referido método *Grounded Theory* foi desenvolvido originalmente por dois sociólogos, Glaser e Strauss, (1967). O estudo assenta numa análise do tipo qualitativo, utilizando um conjunto de procedimentos sistemáticos de recolha e análise de dados, bem como elaboração e validação de teorias substantivas sobre fenómenos sociais (Reis, 2013).

De entre as principais diferenças com outras metodologias qualitativas, destacamos a evidência na construção e não na teoria. Glaser e Strauss (1967), contribuíram para o desenvolvimento do método *Grounded Theory* na medida em que:

- a) Trabalho de campo com vista a aferir com rigor o que está realmente acontecendo;
- b) Relevância da teoria, baseada em dados;
- c) Complexidade e variabilidade dos fenómenos e ações humanas;
- d) A fé de que as pessoas são meros atores e que assumem um papel ativo na resposta a diversos problemas;
- e) Pressentimento de que as pessoas atuam tendo por base significados vários;
- f) Discernimento de que o significado é definido e redefinido por meio da interação;
- g) Sensibilidade para a natureza evolutiva e reveladora dos fatos (processo);

h) Compreensão das inter-relações entre condições (estrutura), ação (processo) e consequências, (Reis, 2013).

Uma teoria fundamentada é abstrata de tempo, lugar e pessoas (Glaser, 1978, 1998).

Na esteira do mesmo autor, “tudo são dados”, no qual se inclui a análise de notas de campo, memorandos informais e observação participante, (Glaser, 1998). A coleta de dados e a análise foram feitas simultaneamente bem como, anotações de campo escritas durante as visitas ao território de estudo (Glaser, 1998, 2001). Quando os dados recolhidos deixaram de contribuir para a teoria emergente, uma saturação teórica foi alcançada e a coleta de dados teve o seu término.

No entendimento de Strauss e Corbin (1998), o conceito de teoria respeita a um conjunto de vários conceitos que estão sistematicamente interrelacionadas por proposições com o objetivo de estruturar um modelo teórico que vise explicar um fenómeno social.

No nosso estudo recorreu-se à linha de pesquisa defendida por Strauss e Corbin (1998), no que respeita ao método *Grounded Theory*. Infere-se que os autores do método não estabelecem uma descrição inflexível de como o método deve ser aplicado, permitindo ao pesquisador adaptações para contextos específicos de pesquisa. Por outro lado, segundo os mesmos pode usar-se apenas alguns de seus procedimentos para satisfazer seus objetivos de pesquisa, destacando-se no nosso estudo os inquéritos por questionário, planos e programas, pareceres jurídicos, bibliografia, estudos de ocupação de áreas dominiais e documentos pessoais.

A discussão da metodologia de pesquisa gerou a criação de duas linhas de atuação, uma delas virada para os processo indutivos, e ou outra defendida e desenvolvida por Strauss (1987), cujo objetivo assentava na sistematização de método e análise de dados.

Procedimentos Utilizados no Estudo

Ao falarmos de procedimentos utilizados no estudo e tendo em conta o recurso ao método *Grounded Theory*, tivemos que inevitavelmente abordar o processo de codificação defendido por Strauss e Corbin (1998). Este processo assenta em três fases distintas: **codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva**.

i) Codificação aberta - consiste na decomposição, análise, comparação, conceituação e categorização dos dados; os procedimentos utilizados para fazer esta codificação tem por base fazer questões, comparações e anotações. Tendo por objetivo identificar por meio de uma micro análise conceitos e categorias e descobrir através dos dados suas propriedades e dimensões;

ii) Codificação axial - serve para examinar relações entre categorias e subcategorias que formam as proposições da teoria substantiva; os procedimentos utilizados nesta

codificação inferem no que os autores denominam de modelo: condições usuais, intervenientes, consequências e estratégias de ações e interações;

iii) - Codificação seletiva - serve para refinar todo o processo, revisando categorias mal estruturadas, resolvendo falhas na lógica da teoria; permite ainda identificar a categoria central da teoria, com qual todas as outras se encontram relacionadas.

Inferese-se que os três tipos de codificação aplicam-se ao nosso estudo de caso até que a saturação teórica tenha sido encontrada. Por outro lado, representam o ponto no desenvolvimento da teoria em que não surgem novas propriedades, dimensões, relações, durante o processo de coleta e análise de dados, (Strauss & Corbin, 1998).

Validade e Confiabilidade dos Resultados

Relativamente à validade e confiabilidade dos resultados, segundo o método *Grounded Theory* o mesmo assenta na coleta de dados, guiada por conceitos que emergiram da evolução da teoria. No contexto da amostragem teórica, Yin (2003), refere que a viabilidade e confiabilidade dos resultados de um estudo dependem da adequação da amostra dos dados utilizados na análise. Reis (2013), expressa que antes de se começar a pesquisa, ela já se desenvolveu durante o processo e foi baseada em conceitos que resultaram da análise e que possuem relevância para a teoria evolutiva.

2.9. ANÁLISE DOCUMENTAL & ANÁLISE DE CONTEÚDO

No decorrer de um estudo académico, a vasta literatura expressa na metodologia de pesquisa faz referência à análise documental, no entanto são ainda diminutas as obras atuais vindas das áreas humano-sociais que se dedicam estritamente a tratar o tema com profundidade. No entendimento de alguns autores, consideram a análise documental, uma técnica de pesquisa reduzida à revisão bibliográfica, necessária a qualquer processo de investigação, não se constituindo, neste caso, como uma estratégia específica de análise.

Entendemos que tratados neste nível, os documentos não são analisados de modo mais aprofundado, processo que encaminhava para uma maior sistematização, com vista a decodificação das ideias centrais, conceitos, entre outros elementos que interessam ao pesquisador.

Quando abordamos a temática da análise documental, interessa reter o seguinte: consultar uma bibliografia para o recolhimento de alguns dados, para clarificar conceitos ou mesmo efetivar um diálogo com determinado autor ou autores não determina necessariamente que estejamos na presença de um processo de análise documental, o que seria diferente se o estudo fosse trabalhado como documento e analisado na sua globalidade, à luz do tema sobre

o qual versa o estudo. Em suma, a necessária revisão bibliográfica num estudo, não pode ser contudo confundida com a análise documental, (Prates & Prates, 2009).

Análise Documental e Análise Conteúdo

Ao versarmos o tema dos procedimentos de análise documental, não podemos descurar a técnica de análise de conteúdo que surge paralela à análise documental e que se define como elemento facilitador e necessário para a análise documental. Inúmeros autores referem que os dois processos caminham unidos, até porque as recolhas de tipo qualitativo são sempre transformadas em novos documentos, independentemente se são escritos ou visuais, (Bardin, 2009). Mesmo os depoimentos ou tratamento de conteúdos abordados por questões abertas de formulários ou questionários são posteriormente organizadas sobre a forma de um corpus de análise, (Bardin, 2009). No entendimento do mesmo autor, é sobre este, que nos inclinamos para identificar as dimensões, categorias, relações, frequências, juízos valorativos, etc., entre outras possibilidades de mediação para efetivação do processo de análise.

Tomando por base a bibliografia das áreas mencionadas no estudo e que dela se ocupam, autores como, Bardin (2009), Menga e André (1986), Chizzotti (1991) e Gil (1995), direcionam-se para a análise de um ou vários documentos que não foram produzidos pelo pesquisador, ou seja documentos acerca de políticas normativas, planos, projetos, cartas, obras literárias, filmes, fotografias, formulários de bancos de dados que compõem dados secundários, entre outros, pré-existent na investigação.

Em suma, a grande diferença entre a análise de conteúdo e a análise documental, assenta na relevância da análise de conteúdo em prole da efetivação da análise documental, ainda assim, pouco precisa na literatura específica. No entendimento de Bardin (2009), considera que a análise documental se caracteriza por uma fase inicial ou preliminar de um serviço de documentação ou de um banco de dados, e que permite por sua vez, que seja um documento primário transformado num documento secundário (em representação do primeiro).

Outros autores, como Menga e André (1986), consideram que a análise documental representa uma fonte estável e rica de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, atribuindo importância destacada a esta técnica para a coleta de dados. A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, assentando a sua principal diferença na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica recorre-se de contribuições dos diversos autores sobre determinado tema em estudo, enquanto a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, Gil (1995).

O uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social. A análise documental, qualitativa ou quantitativa, favorece a observação do processo de amadurecimento ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, entre outros. Neste contexto temos a classificação das fontes documentais, Quadro 18.

Quadro 18 - Classificação das fontes documentais

	Fontes de documentação
Gil	Registos Estatísticos - a natureza dos dados depende dos objetivos da entidade que procede a coleta e organização. Neste caso a coleta de dados é muito mais simples do que qualquer método direto, mas que requer clareza ao realizar a busca pela natureza dos dados, em fontes adequadas aos propósitos da pesquisa. Indica duas limitações, a primeira refere ao fato de que, frequentemente, a definição de categorias empregadas no material estatístico não coincide com a empregada na pesquisa social, a segunda, que se deve prestar a devida atenção às metodologias utilizadas na coleta de dados, pois podem gerar documentos que não tenham credibilidade.
	Registos institucionais escritos - são aqueles que são fornecidos por instituições governamentais, como projeto de lei, relatórios de órgãos governamentais, pareceres jurídicos, entre outros. Podem também derivar de fontes não-governamentais, tais como, atas de sindicatos, relatórios de associações, entre outros.
	Documentos pessoais - cartas, diários, memórias, autobiografias, registos fotográficos, entre outros.
	Comunicação em massa - jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e televisão.
Marconi e Lakatos	Arquivos públicos - são os documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, iconografia.
	Arquivos particulares - domicílios particulares, instituições de ordem privada, instituições públicas.
	Fontes estatísticas - características da população, fatores que influenciem o tamanho da população, distribuição da população, fatores económicos, moradia e meios de comunicação.
Scott	Autoria - pode ser pessoal ou oficial; privado ou público.
	Acesso a documentos - pode ser fechado (não acessíveis a terceiros), restrito (acessíveis para por um grupo específico de indivíduos), arquivo aberto (todos tem acesso em apenas um arquivo), público aberto (publicado e acessível a qual parte interessada).

Fonte: Adaptado de Gil (1995)

2.10. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

Na sequência do estudo efetuado às várias hipóteses de localização para a implantação do modelo em estudo e tendo por base a informação já recolhida sobre as reais necessidades deste tipo de equipamentos no território em apreço, consideramos que o local que melhores condições apresenta para a implantação seria o “Cabedelo”. De entre os diversos fatores para a escolha do local de implantação, destacamos: a localização em território concelho da Figueira da Foz (estudo caso), localização em zona costeira dominial, local de procura de atividades náuticas, a proximidade de zona de praia e consequente espelho de água, terreno de urografia plana, acesso fácil, permitindo o acesso a pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida, estacionamento amplo e acima de tudo por não existir nada semelhante, tornando-se como um polo dinamizador e potenciador do turismo náutico na região, Figura 77.

Figura 77 - Caracterização do Local



Fonte: Google Earth (2019)

FASE EMPÍRICA

Esta fase refere-se à análise e discussão de resultados. No que respeita à análise de resultados, esta deverá ser efetuada em função do objeto de estudo e de acordo com o plano de análise; exploração ou descrição dos fenómenos ou verificação de relação entre variáveis estatísticas. A interpretação dos resultados, surge no contexto do estudo, tendo em consideração os trabalhos já existentes sobre o tema e conclusões, relacionando com a teoria a prática, com a investigação e notas para futuras investigações. No que respeita à comunicação dos resultados, deverá elaborar-se uma descrição sobre cada uma das etapas e divulgação.

1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo a análise e discussão dos resultados obtidos, bem como a sua interpretação e caracterização da amostra adquirida, tendo em consideração a análise socioprofissional dos atores-chave e a experiência obtida com a prática das atividades náuticas na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego, Figueira da Foz. Numa parte inicial do estudo foram analisados dados como o género, a idade, a profissão, a nacionalidade, habilitações literárias e a designação do curso dos atores-chave. Na segunda parte foram analisados os dados relativos à estratégia delineada, com vista à implementação de um modelo de gestão estratégico que versasse a temática em estudo.

1.1. ANÁLISE DE RESULTADOS DAS AMOSTRAS

Esta parte da investigação teve por base a análise e discussão dos valores obtidos dos atores-chave - Administração Pública Local (IQ1) e Agentes Locais (IQ2).

Devido à extensão dos questionários optou-se por apresentar apenas os resultados que, de forma direta, influenciam o estudo, uma vez que se tivessem sido apresentadas todas as correlações onde se verifica a globalidade das variáveis dependentes e independentes, o estudo tornar-se-ia extremamente longo devido ao elevado número de resultados. Assim, optou-se por recorrer a um conjunto de procedimentos para facilitar a leitura e análise com uma apresentação de tabelas que permitem a leitura e interpretação dos parâmetros mais relevantes no estudo.

1.1.1. P1 - IQ1 e P1 - IQ2 - Género

A variável género foi incluída no presente questionário com o desígnio de enriquecer e valorizar o processo de análise. Da leitura da **variável “género” P1 - IQ1**, infere-se que os inquiridos, na sua maioria, são representados pelo sexo masculino em cerca de 63,20%, e

cerca de 36,80% do sexo feminino. A dicotomia apresentada pela **variável P1 - IQ2**, infere-se que os inquiridos também são, na sua maioria, representados pelo sexo masculino em cerca de 85,00%, e apenas 15,00% do sexo feminino, Tabela 45.

Tabela 45 - P1-IQ1 e P2-IQ2 - Género

(P1 - IQ1 e P2 - IQ2)	Género	Frequência	Percentagem
P1 IQ1 (oferta)	F	7	36,80%
	M	12	63,20%
P1 IQ2 (procura)	F	3	15,00%
	M	17	85,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.2. P2 - IQ1 e P2 - IQ2 - Idade

Da leitura da **variável “idade” P2 - IQ1**, extrai-se o intervalo de idades compreendido entre os 30 anos e os 60 anos de idade. Constatou-se ainda que as idades com maior representatividade nas respostas obtidas centravam-se nos 46 anos com 21,05% e 35,40,42,50 anos com 10,52% e as restantes idades nos 5,26% respetivamente, Tabela 46.

Tabela 46 - P2 - IQ1 - Idade

(P2 - IQ1) (oferta)	Frequência	Percentagem
30	1	5,26%
35	2	10,52%
36	1	5,26%
40	2	10,52%
42	2	10,52%
45	1	5,26%
46	4	21,05%
48	1	5,26%
50	2	10,52%
54	1	5,26%
55	1	5,26%
60	1	5,26%
Total	19	100,00%

Fonte: Elaboração própria

A dicotomia apresentada pela **variável P2 - IQ2**, mostra que a grande percentagem de respostas foi efetuada por indivíduos com idades compreendidas entre 21 anos e 54 anos de idade. Constatou-se que as idades com maior representatividade nas respostas obtidas centravam-se nos 38 anos com 15,00%, seguido de 43 anos com 10,00%, 46 e 54 anos também com 10,00% e as restantes idades apenas 5,00%, Tabela 47.

Tabela 47 - P2 - IQ2 - Idade

(P2 - IQ2) (procura)	Frequência	Percentagem
21	1	5,00%
25	1	5,00%
30	1	5,00%
32	1	5,00%
35	1	5,00%
38	3	15,00%
39	1	5,00%
43	2	10,00%
44	1	5,00%
46	2	10,00%
48	1	5,00%
49	1	5,00%
50	1	5,00%
51	1	5,00%
54	2	10,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.3. P3 - IQ1 e P3 - IQ2 - Profissão

Da leitura à **variável “profissão” P3 - IQ1**, a dicotomia apresentada infere-se que 57,89% dos inquiridos indicaram ser técnicos superiores, cerca de 10,52% responderam ser técnicos de turismo e arquitetos. Os restantes inquiridos apresentam atividades profissionais diversificadas, Tabela 48.

Tabela 48 - P3 - IQ1 - Profissão

(P3 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Arquiteto	2	10,52%
Engenheira	1	5,26%
Engenheiro Civil	1	5,26%
Técnico Superior	11	57,89%
Técnico Superior Desporto	1	5,26%
Técnico Turismo	2	10,52%
Técnico Desporto	1	5,26%
Total	19	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à dicotomia apresentada pela **variável P3 - IQ2**, verifica-se uma grande diversidade de profissões, destacando-se cerca de 15,00% que referiram ser técnicos superiores, 10,00% docentes, 10,00% empresários, 10,00% arquitetos, e restantes atividades profissionais com apenas 5,00% de representatividade, Tabela 49.

Tabela 49 - P3 - IQ2 - Profissão

(P3 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia	1	5,00%
Arquiteto	2	10,00%
Chefe de Receção	1	5,00%
Docente	2	10,00%
Educador Social	1	5,00%
Empresário	2	10,00%
Engenheiro	1	5,00%
Engenheiro Civil	1	5,00%
Estudante	1	5,00%
Gerente de um Surf Resort	1	5,00%
Instrutor de Surf	1	5,00%
Professor de Stand Up Paddle	1	5,00%
Técnico Superior Turismo	1	5,00%
Técnico Superior	3	15,00%
Militar	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.4. P4 - IQ1 e P4 - IQ2 - Nacionalidade

Da leitura da **variável “nacionalidade” P4 - IQ1**, constatamos que para a frequência de inquiridos, correspondeu a um valor de 100%, da amostra com nacionalidade portuguesa. Relativamente à dicotomia apresentada na **variável P4 - IQ2**, constatamos que 100% dos inquiridos também tem nacionalidade portuguesa, Tabela 50.

Tabela 50 - P4 - IQ1 e P4 - IQ2 - Nacionalidade

(P4 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Portuguesa	19	100,00%
Total	19	100,00%
(P4 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Portuguesa	20	100,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.5. P5 - IQ1 e P5 - IQ2 - Habilitações Literárias

Da leitura da **variável “habilitações literárias” P5 - IQ1**, infere-se que 78,90% dos inquiridos possui habilitações literárias ao nível da licenciatura, 15,80% são detentores de habilitação ao nível do mestrado e 5,30% possuem outras habilitações. Verificou-se ainda que nenhum dos elementos da amostra detém o grau de doutor.

Relativamente à dicotomia apresentada pela **variável P5 - IQ2**, cerca de 50,00% tem formação ao nível da licenciatura, seguido de 15,00% de inquiridos que referiram ter mestrado, 5,00% bacharelato e 30,00% têm outras habilitações, Tabela 51.

Tabela 51 - P5 - IQ1 e P5 - IQ2 - Habilitações Literárias

(P5 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Licenciatura	15	78,90%
Mestrado	3	15,80%
Outras	1	5,30%
Total	19	100,00%
(P5 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Licenciatura	10	50,00%
Mestrado	3	15,00%
Bacharelato	1	5,00%
Outras	6	30,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.6. P6 - IQ1 e P6 - IQ2 - Designação do Curso

Da leitura da **variável “designação do curso” P6 - IQ1**, infere-se uma grande heterogeneidade da formação académica dos inquiridos, sendo que 26,31% detém formação superior nas áreas da licenciatura em turismo, seguido de licenciatura em desporto com 21,05% dos inquiridos, engenharia civil com 15,78%, arquitetura 10,52% e as restantes áreas têm percentagens idênticas, cerca de 5,26% respetivamente. Relativamente à dicotomia apresentada pela **variável P6 - IQ2**, cerca de 10,00% dos inquiridos tem formação superior ao nível da licenciatura em turismo, desporto e em engenharia civil, seguidos os restantes inquiridos com cursos variados em cerca de 5,00%, Tabela 52.

Tabela 52 - P6 - IQ1 e P6 - IQ2 - Designação do Curso

(P6 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Arquitetura	2	10,52%
Educação Ambiental	1	5,26%
Engenharia Civil	3	15,78%
Ensino da Educação Física Básica e Secundária	1	5,26%
Licenciatura em Desporto	4	21,05%
Licenciatura em Educação Física	1	5,26%
Licenciatura em Turismo	5	26,31%
Mestrado Integrado em Arquitetura	1	5,26%
Técnico Profissional	1	5,26%
Total	19	100,00%
(P6 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
12.º Ano Escolaridade	1	5,00%
CESE Educação Especial	1	5,00%
Ciências e Tecnologia	1	5,00%
Condução e Acompanhamento de Obras	1	5,00%
Educação Social	1	5,00%
Engenharia Civil	2	10,00%
Gestão	1	5,00%
Historia Moderna e Contemporânea	1	5,00%
Informação Turística	1	5,00%
Licenciatura em Desporto	2	10,00%
Licenciatura em Turismo	2	10,00%
Mestrado Integrado em Arquitetura	1	5,00%
Licenciatura em Arquitetura Paisagista	1	5,00%
Pós Graduação	1	5,00%
Relações Internacionais	1	5,00%
Turismo	1	5,00%
Arquitetura e Urbanismo	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.7. P7- IQ2 - Pratica Alguma Atividade Desportiva.

A partir da **variável “pratica alguma atividade desportiva” P7 - IQ2**, infere-se que 89,50% dos inquiridos responderam que sim, praticam uma atividade desportiva, sendo que, 10,50% não praticam qualquer atividade desportiva, Tabela 53.

Tabela 53 - P7 - IQ2 - Pratica alguma Atividade Desportiva

(P7 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Sim	17	89,50%
Não	2	10,50%
Total	19	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.8. P8 - IQ2 - Se respondeu de forma afirmativa, qual a modalidade desportiva que pratica.

A partir da **variável “se respondeu de forma afirmativa, qual a modalidade desportiva que pratica” P8 - IQ2**, infere-se que a maioria dos inquiridos pratica alguma atividade desportiva. Cerca de 30,00% dos inquiridos responderam que praticam *surfing*,

sendo que, 15,00% praticam canoagem, 10% não responderam, e cerca de 5% praticam modalidades desportivas variadas, como sendo: a vela, futebol, natação, musculação, ténis, BTT, entre outras, Tabela 54.

Tabela 54 - P8 - IQ2 - Qual a modalidade desportiva que pratica

(P8 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Body Board, Stand Up Paddle	1	5,00%
BTT	1	5,00%
Canoagem	3	15,00%
Musculação	1	5,00%
Paddle, Surf, Futebol, Ginásio	1	5,00%
Surfing	6	30,00%
Surfing e Body Board	1	5,00%
Surfing, Ginásio e Futebol	1	5,00%
Ténis e Futebol	1	5,00%
Vela e Natação	1	5,00%
Canoagem e Musculação	1	5,00%
Não sabe/Não responde	2	10,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, importa ressaltar que relativamente à correlação entre a profissão e qual a modalidade desportiva que pratica, existe uma associação perfeita, uma vez que o valor de Goodman-Kruskal (Medida Direcional) é de 1. O V de Cramer (Medida Simétrica) é de 1, pelo que se considera que as variáveis são dependentes.

1.1.9. P9 - IQ2 - Pratica Atividade Desportiva com que regularidade.

A **variável “pratica atividade desportiva com que regularidade” P9 - IQ2** revela que grande parte dos inquiridos pratica com regularidade alguma atividade desportiva, sendo que, 11,10% dos inquiridos praticam desporto mais do que quatro dias por semana, 27,80% praticam desporto quatro dias por semana, 27,80% responderam que praticam desporto três dias por semana, 16,70% referiram que praticam apenas dois dias por semana, 11,10%, praticam um dia por semana. No entanto, verifica-se ainda que 16,70% respondeu não sabe/não responde, Tabela 55.

Tabela 55 - P9 - IQ2 - Qual a regularidade com que pratica Atividade Desportiva

(P9 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Mais de 4 dias por semana	2	11,10%
4 dias por semana	5	27,80%
3 dias por semana	5	27,80%
2 dias por semana	3	16,70%
1 dias por semana	2	11,10%
Não sabe/Não responde	3	16,70%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.10. P7 - IQ1 e P10 - IQ2 - Qual a importância atribuída à conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego.

A **variável P7 - IQ1**, revela que 84,20% dos inquiridos entendeu, como muito importante, já 10,50% entenderam como parcialmente importante e apenas 5,30%, consideraram importante a conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico na referida sub-região. Relativamente à **variável P10 - IQ2**, de acordo com a dicotomia apresentada, constata-se que 60,00% dos inquiridos entenderam ser muito importante, 30% entenderam ser importante e 5,00% consideraram pouco importante e 5,00% não tiveram opinião, Tabela 56.

Tabela 56 - P7 - IQ1 e P10 - IQ2 - Qual a importância atribuída à conceção de um Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo Náutico para a sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego

(P7 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	16	84,20%
Parcialmente Importante	2	10,50%
Importante	1	5,30%
Total	19	100,00%
(P10 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	12	60,00%
Importante	6	30,00%
Pouco Importante	1	5,00%
Sem opinião	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.11. P8 - IQ1 e P11 - IQ2 - Que importância é atribuída aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico.

Relativamente à **variável P8 - IQ1**, infere-se que 84,20% considerou muito importante, cerca de 10,50% entenderam como parcialmente importante e apenas 5,30% consideraram importante a existência de equipamentos e infraestruturas desportivas para atrair fluxos

interessados no consumo do turismo náutico. A **variável P11 - IQ2**, de acordo com a dicotomia apresentada, revela que 75,00% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 20,00% entenderam como importante e apenas 5,00% consideraram-se não tiveram opinião, Tabela 57.

Tabela 57 - P8 - IQ1 e P11-IQ2 - Que importância atribui aos equipamentos e infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico

(P8 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	16	84,20%
Parcialmente Importante	2	10,50%
Importante	1	5,30%
Total	19	100,00%
(P11 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	15	75,00%
Importante	4	20,00%
Sem opinião	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Para a **variável P8 - IQ1**, quando se estabelece a correlação entre as variáveis “género” e “a importância que se atribui aos equipamentos e infraestruturas desportivas” não se verifica que exista uma associação entre as variáveis, uma vez que o $\Lambda = 0$ e o Qui-quadrado de Pearson é de 0,796.

No que se refere à **variável P11 - IQ2**, quando se estabelece a correlação entre as variáveis “género” e “a importância que atribui aos equipamentos e infraestruturas desportivas” não se verifica que exista uma associação entre as variáveis, uma vez que o $\Lambda = 0,333$ e Qui-quadrado de Pearson é de 6.797.

1.1.12. P9 - IQ1 e P12 - IQ2 - Analisar qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico.

A partir da **variável P9 - IQ1**, infere-se que 57,89% dos inquiridos consideraram muito importante, as diversas tipologias de equipamentos desportivos “Grandes Campos”. Cerca de 26,31%, consideraram parcialmente importante e 15,78% consideraram importante.

Relativamente aos “Pequenos Campos de Jogos”, infere-se que 68,42% dos inquiridos responderam muito importante, 21,05% responderam parcialmente importante e 10,52% entenderam apenas importante.

Ao nível dos “Pavilhões Desportivos”, 78,94% responderam muito importante, 10,52% responderam parcialmente importante e também 10,52% responderam importante.

Relativamente às “Salas de Desporto”, 73,68% dos inquiridos respondeu muito importante, 15,78% responderam parcialmente importante e 10,52% importante.

No que respeita às (Piscinas Cobertas), 78,94% dos inquiridos respondeu muito importante, 10,52% responderam parcialmente importante e 10,52% importante.

Referente às “Piscinas Descobertas” cerca de 42,10% dos inquiridos respondeu muito importante, 47,36% responderam parcialmente importante, 10,52% responderam importante.

Em relação às “Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes”, cerca de 52,63% dos inquiridos respondeu muito importante, 31,57% responderam parcialmente importante e 15,78% responderam importante.

A nível de “Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Saltos”, cerca de 78,94% dos inquiridos respondeu muito importante, 15,78% entendeu como parcialmente importante e 5,26% importante.

A **variável P12 - IQ2** permite inferir que 10,00% dos inquiridos consideraram muito importantes as diversas tipologias de equipamentos desportivos “Grandes Campos”: Cerca de 25,00% consideram parcialmente importante, 35,00% importante, 15,00% pouco importante, 10,00% nada importante e 5,00% não tiveram opinião.

Relativamente aos “Pequenos Campos de Jogos”, infere-se que 20,00% dos inquiridos responderam muito importante, 30,00% parcialmente importante, 25,00% importante, 10,00% pouco importante, 10% nada importante e apenas 5% não tiveram opinião.

Ao nível dos “Pavilhões Desportivos”, 35,00% responderam muito importante, 15,00% parcialmente importante, 35,00% importante, 10,00% nada importante e 5% não tiveram opinião.

Sobre as “Salas de Desporto”, 35,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 25,00% parcialmente importante, 25,00% importante, 5,00% pouco importante e 10,00% nada importante.

No que respeita às “Piscinas Cobertas”, 30,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 45,00% parcialmente importante, 15,00% importante e 10,00% nada importante.

Referente às “Piscinas Descobertas”, cerca de 10,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 50,00% parcialmente importante, 15,00% importante, 15,00% pouco importante e 10,00% nada importante.

Em relação às “Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes”, cerca de 20,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 30,00% parcialmente importante, 40,00% importante, 5,00 % pouco importante e 5,00% nada importante.

A nível de “Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Saltos”, cerca de

70,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 15,00% entendeu como parcialmente importante e 15,00% importante, Tabela 58.

Tabela 58 - P9 - IQ1 e P12-IQ2 - Qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação enquanto destino privilegiado ao nível do turismo náutico

P9 - IQ1) (procura)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%						
Grandes Campos de Jogos	11	57,89	5	26,31	3	15,78						
Pequenos Campos de Jogos	13	68,42	4	21,05	2	10,52						
Pavilhões Desportivos	15	78,94	2	10,52	2	10,52						
Salas de Desporto	14	73,68	3	15,78	2	10,52						
Piscinas Cobertas	15	78,94	2	10,52	2	10,52						
Piscinas Descobertas	8	42,10	9	47,36	2	10,52						
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	10	52,63	6	31,57	3	15,78						
Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pistas de Radio Modelismo, Pistas de Saltos	15	78,94	3	15,78	1	5,26						
(P11 - IQ2) (oferta)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%
Grandes Campos de Jogos	2	10,00	5	25,00	7	35,00	3	15,00	2	10,00	1	5,00
Pequenos Campos de Jogos	4	20,00	6	30,00	5	25,00	2	10,00	2	10,00	1	5,00
Pavilhões Desportivos	7	35,00	3	15,00	7	35,00			2	10,00	1	5,00
Salas de Desporto	7	35,00	5	25,00	5	25,00	1	5,00	2	10,00		
Piscinas Cobertas	6	30,00	9	45,00	3	15,00			2	10,00		
Piscinas Descobertas	2	10,00	10	50,00	3	15,00	3	15,00	2	10,00		
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	4	20,00	6	30,00	8	40,00	1	5,00	1	5,00		
Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pistas de Radio Modelismo, Pistas de Saltos	14	70,00	3	15,00	3	15,00						

Fonte: Elaboração própria

1.1.13. P10 - IQ1 e P13 - IQ2 - Verificar qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região.

A partir da **variável P10 - IQ1** infere-se que 36,84% dos inquiridos consideraram muito importante, no que respeita aos “Grandes Campos de Jogos”, cerca de 47,36% consideraram parcialmente importante e 15,78% consideraram importante.

Relativamente aos “Pequenos Campos de Jogos”, infere-se que 63,15% dos inquiridos responderam muito importante, 26,31% parcialmente importante e 10,52% entenderam apenas importante.

Ao nível dos “Pavilhões Desportivos”, 63,15% responderam muito importante, 26,31% parcialmente importante e 10,52% importante.

Relativamente às “Salas de Desporto”, 73,68% dos inquiridos respondeu muito importante, 21,05% parcialmente importante e 5,26% importante.

No que respeita às “Piscinas Cobertas”, 73,68% dos inquiridos respondeu muito importante, 21,05% parcialmente importante e 5,26% importante.

Referente às “Piscinas Descobertas”, cerca de 36,84% dos inquiridos respondeu muito importante, 52,63% parcialmente importante e 10,52% importante.

Em relação às “Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes”, cerca de 42,10% dos inquiridos respondeu muito importante, 42,10% entendeu ser parcialmente importante e 15,78% importante.

A nível de “Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Saltos”, cerca de 84,21% dos inquiridos respondeu muito importante, 10,52% entendeu como parcialmente importante e 5,26% importante.

A **variável P13 - IQ2**, permite inferir que 15,00% dos inquiridos consideraram muito importante, no que respeita aos “Grandes Campos de Jogos”, cerca de 20,00% consideraram parcialmente importante, 40,00% consideraram importante, 5,00% pouco importante, 5,00% nada importante e 15,00% não tiveram opinião.

Relativamente aos “Pequenos Campos de Jogos”, infere-se que 20,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 35,00% importante, 5,00% pouco importante, 5,00% nada importante e 15,00% não tiveram opinião.

Ao nível dos “Pavilhões Desportivos”, 30,00% responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 35,00% importante, 5,00% nada importante e 10,00% não tiveram opinião.

Relativamente às “Salas de Desporto”, 35,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 25,00% parcialmente importante, 20,00% importante, 5,00% nada importante e 15,00% não tiveram opinião.

No que respeita às “Piscinas Cobertas”, 35,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 30,00% parcialmente importante, 25,00% importante e 10,00% não tiveram opinião.

Referente às “Piscinas Descobertas”, cerca de 30,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 20,00% entenderam como parcialmente importante, 30,00% importante, 10,00% pouco importante e 10,00% não tiveram opinião.

Relativamente às “Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes”, cerca de 25,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 20,00% parcialmente importante, 35,00% importante, 5,00% pouco importante, 5,00% nada importante e 10,00% não tiveram opinião.

A nível de “Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Saltos”, cerca de 65,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 5,00% entendeu como parcialmente importante, 10,00% importante, 5,00% pouco importante, 10,00% nada importante e apenas 5,00% não tiveram opinião, Tabela 59.

Tabela 59 - P10 - IQ1 e P13 - IQ2 - Qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região

(P10 - IQ1) (procura)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%						
Grandes Campos de Jogos	7	36,84	9	47,36	3	15,78						
Pequenos Campos de Jogos	12	63,15	5	26,31	2	10,52						
Pavilhões Desportivos	12	63,15	5	26,31	2	10,52						
Salas de Desporto	14	73,68	4	21,05	1	5,26						
Piscinas Cobertas	14	73,68	4	21,05	1	5,26						
Piscinas Descobertas	7	36,84	10	52,63	2	10,52						
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	8	42,10	8	42,10	3	15,78						
Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pistas de Radio Modelismo, Pistas de Saltos	16	84,21	2	10,52	1	5,26						
(P13 - IQ2) (oferta)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%
Grandes Campos de Jogos	3	15,00	4	20,00	8	40,00	1	5,00	1	5,00	3	15,00
Pequenos Campos de Jogos	4	20,00	4	20,00	7	35,00	1	5,00	1	5,00	3	15,00
Pavilhões Desportivos	6	30,00	4	20,00	7	35,00			1	5,00	2	10,00
Salas de Desporto	7	35,00	5	25,00	4	20,00			1	5,00	3	15,00
Piscinas Cobertas	7	35,00	6	30,00	5	25,00					2	10,00
Piscinas Descobertas	6	30,00	4	20,00	6	30,00	2	10,00			2	10,00
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	5	25,00	4	20,00	7	35,00	1	5,00	1	5,00	2	10,00
Outros Espaços Desportivos - Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pistas de Radio Modelismo, Pistas de Saltos	13	65,00	1	5,00	2	10,00	1	5,00	2	10,00	1	5,00

Fonte: Elaboração própria

1.1.14. P11 - IQ1 e P14 - IQ2 - Observar qual importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico.

A **variável P11 - IQ1** “avaliação do local” para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 84,21% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 5,26% consideraram parcialmente importante e 10,50% importante.

No que respeita ao fator de escolha “igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto”, cerca de 84,21% dos inquiridos respondeu muito importante, 5,26% parcialmente importante e 10,52% importante.

Relativamente ao fator de escolha “permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha das instalações”, cerca de 52,63% responderam muito importante, 36,84% parcialmente importante e apenas 10,52% consideraram importante.

Sobre o fator de escolha “proximidade dos locais de prática”, cerca de 36,84% dos inquiridos responderam muito importante, 52,63% parcialmente importante e 10,52% importante.

No que se refere ao fator de escolha “acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte”, cerca de 73,68% dos inquiridos responderam muito importante, 15,78% entenderam ser parcialmente importante e 10,52% responderam importante.

A **variável P14 - IQ2**, relativamente ao fator de escolha “avaliação do local”, revelou que cerca de 80,00% dos inquiridos responderam muito importante, 5,00% parcialmente importante, 10,00% importante e 5,00% não tiveram opinião.

No que respeita ao fator de escolha “igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto”, cerca de 70,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 15,00% parcialmente importante e 15,00% importante.

No que se refere ao fator de escolha “permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha das instalações”, cerca de 60,00% responderam muito importante, 30,00% parcialmente importante, importante 5,00% e apenas 5,00% consideraram pouco importante.

No que respeita ao fator de escolha “proximidade dos locais de prática”, cerca de 80,00% dos inquiridos responderam muito importante, 5,00% parcialmente importante e 15,00% importante.

No que se refere ao fator de escolha “acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte”, cerca de 75,00% dos inquiridos responderam muito importante, 5,00% parcialmente importante e 20,00% importante, Tabela 60.

Tabela 60 - P11 - IQ1 e P14 - IQ2 - Qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico

(P11 - IQ1) (procura)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%						
Avaliação do Local	16	84,21	1	5,26	2	10,52						
Igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto	16	84,21	1	5,26	2	10,52						
Permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha das instalações	10	52,63	7	36,84	2	10,52						
Proximidade aos locais de prática	7	36,84	10	52,63	2	10,52						
Acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte	14	73,68	3	15,78	2	10,52						
(P14 - IQ2) (oferta)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%
Avaliação do Local	16	80,00	1	5,00	2	10,00					1	5,00
Igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto	14	70,00	3	15,00	3	15,00						
Permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha das instalações	12	60,00	6	30,00	1	5,00	1	5,00				
Proximidade aos locais de prática	16	80,00	1	5,00	3	15,00						
Acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte	15	75,00	1	5,00	4	20,00						

Fonte: Elaboração própria

1.1.15. P12 - IQ1 e P15 - IQ2 - Apurar qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico.

A **variável P12 - IQ1**, no que se refere ao fator “Orgânica/Estrutura Organizacional” segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 68,42% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 15,78% consideraram parcialmente importante e apenas 15,78% consideraram importante.

Em relação ao fator “atividades”, 57,89% dos inquiridos respondeu muito importante, 26,31% parcialmente importante e apenas 15,78% entenderam ser importante.

No que concerne ao fator “marketing”, cerca 73,68% dos inquiridos responderam muito importante, 15,78% parcialmente importante e 10,52% importante.

No que se refere o fator “formação”, cerca 57,89% dos inquiridos respondeu muito importante, 31,57% parcialmente importante e 10,52% importante.

Sobre o fator “documentação”, cerca de 52,63% dos inquiridos respondeu muito importante, 31,57% parcialmente importante e 15,78% entendeu ser importante.

Em relação ao fator “informação”, cerca 78,94% dos inquiridos respondeu muito importante, 10,52% parcialmente importante e 10,52% importante.

Relativamente ao fator “instalações”, cerca de 84,21% dos inquiridos respondeu muito importante, 5,26% parcialmente importante e apenas 10,52% responderam importante.

Sobre o fator “apetrechamento (equipamentos)”, cerca de 52,63% dos inquiridos entendeu como muito importante, 31,57% respondeu parcialmente importante e 15,78% disse que era importante.

Em relação ao fator “quadros humanos”, cerca de 78,94% dos inquiridos respondeu muito importante, 10,52% parcialmente importante e 10,52% igualmente importante.

No que respeita ao fator “finanças”, cerca de 47,36% dos inquiridos entendeu como muito importante, 36,84% como parcialmente importante e 15,78% como importante,

Em relação ao fator “normativo”, cerca de 47,36% dos inquiridos respondeu muito importante, 36,84% parcialmente importante e 15,78% importante.

Referindo-se ao fator “gestão”, cerca de 63,15% dos inquiridos respondeu muito importante, 26,31% parcialmente importante e 10,52% importante.

A **variável P15 - IQ2**, no que se refere ao fator “orgânica/estrutura organizacional” segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 35,00% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 30,00% consideraram parcialmente importante, 30,00% importante e 5,00% não tiveram opinião.

Em relação ao fator “atividades”, cerca de 50,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 25,00% parcialmente importante e 25,00% entenderam ser importante.

Relativamente ao fator “marketing”, cerca de 50,00% dos inquiridos responderam muito importante, 25,00% parcialmente importante, 20,00% importante e 5,00% pouco importante.

A que se refere o fator “formação”, cerca de 50,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 25,00% parcialmente importante, 20,00% importante e 5,00% não tiveram opinião.

Sobre o fator “documentação”, cerca de 5,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 60,00% parcialmente importante, 20,00% importante, 10,00% pouco importante e 5,00% não tiveram opinião.

Em relação ao fator “informação”, cerca de 35,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 35,00% parcialmente importante, 25,00% importante e 5,00% pouco importante.

Relativamente ao fator “instalações”, cerca de 55,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 35,00% parcialmente importante e apenas 10,00% responderam importante.

Sobre o fator “apetrechamento (equipamentos) ”, cerca de 40,00% dos inquiridos entendeu como muito importante, 50,00% respondeu parcialmente importante e 10,00% importante.

Em relação ao fator “quadros humanos”, cerca de 35,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 40,00% parcialmente importante e 25,00% importante.

No que respeita ao fator “finanças”, cerca de 20,00% dos inquiridos entendeu como muito importante, 35,00% como parcialmente importante, 40,00% importante e 5,00% não tiveram opinião.

Em relação ao fator “normativo”, cerca de 15,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 45,00% parcialmente importante, 30,00% importante, 5,00% pouco importante e 5,00% não tiveram opinião.

Referindo-se ao fator “gestão”, cerca de 55,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 15,00% parcialmente importante, 25,00% importante e 5,00% pouco importante, Tabela 61.

Tabela 61 - P12 - IQ1 e P15 - IQ2 - Qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico

(P12 - IQ1) (procura)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%							
Orgânica/Estrutura Organizacional	13	68,42	3	15,78	3	15,78							
Atividades	11	57,89	5	26,31	3	15,78							
Marketing	14	73,68	3	15,78	2	10,52							
Formação	11	57,89	6	31,57	2	10,52							
Documentação	10	52,63	6	31,57	3	15,78							
Informação	15	78,94	2	10,52	2	10,52							
Instalações	16	84,21	1	5,26	2	10,52							
Apetrechamento (Equipamentos)	10	52,63	6	31,57	3	15,78							
Quadros Humanos	15	78,94	2	10,52	2	10,52							
Finanças	9	47,36	7	36,84	3	15,78							
Normativo	9	47,36	7	36,84	3	15,78							
Gestão	12	63,15	5	26,31	2	10,52							
(P15 - IQ2) (oferta)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%	
Orgânica/Estrutura Organizacional	7	35,00	6	30,00	6	30,00					1	5,00	
Atividades	10	50,00	5	25,00	5	25,00							
Marketing	10	50,00	5	25,00	4	20,00	1	5,00					
Formação	10	50,00	5	25,00	4	20,00					1	5,00	
Documentação	1	5,00	12	60,00	4	20,00	2	10,00			1	5,00	
Informação	7	35,00	7	35,00	5	25,00	1	5,00					
Instalações	11	55,00	7	35,00	2	10,00							
Apetrechamento (Equipamentos)	8	40,00	10	50,00	2	10,00							
Quadros Humanos	7	35,00	8	40,00	5	25,00							
Finanças	4	20,00	7	35,00	8	40,00					1	5,00	
Normativo	3	15,00	9	45,00	6	30,00	1	5,00			1	5,00	
Gestão	11	55,00	3	15,00	5	25,00	1	5,00					

Fonte: Elaboração própria

1.1.16. P13 - IQ1 e P16 - IQ2 - Conhecer quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico.

A **variável P13 - IQ1**, no que se refere às valências “instalações sanitárias e duches”, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 89,47% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 5,26% consideraram parcialmente importante e 5,26% importante.

Em relação à valência “ginásio”, 63,15% dos inquiridos respondeu muito importante, 26,31% parcialmente importante e 10,52% entenderam ser importante.

No que respeita à valência “loja desportiva”, 5,63% dos inquiridos respondeu muito importante, 31,57% parcialmente importante e 15,78% consideraram importante.

Relativamente à valência “centro de formação”, 52,63% dos inquiridos respondeu muito importante, 26,31% parcialmente importante, 15,78% importante e 5,26% entenderam ser pouco importante.

Ao nível da valência “auditório”, cerca de 10,52% entenderam ser muito importante, 31,57% responderam parcialmente importante, 26,31% importante e 31,57% pouco importante.

Relativamente a valência “SPA - sauna, jacuzzi e banho turco”, 42,10% dos inquiridos responderam muito importante, cerca de 31,57% parcialmente importante e 26,31% importante.

No que respeita a valência “bar e cafetaria”, 31,57% dos inquiridos responderam muito importante, 47,36% parcialmente importante, 15,78% importante e 5,26% pouco importante.

No que concerne à valência “enfermaria, gabinete médico”, 47,36% dos inquiridos responderam muito importante, 36,84% parcialmente importante, 10,52% importante e 5,26% consideraram pouco importante.

Relativamente a valência “loft - dormitórios”, 15,78% dos inquiridos respondeu muito importante, 47,36% parcialmente importante, 15,78% importante e 21,05% pouco importante.

Ao nível da valência “multibanco”, 42,10% dos inquiridos respondeu muito importante, 52,63% parcialmente importante e 5,26% importante.

Em relação à valência “oficina de reparação de equipamentos desportivos”, 15,78% dos inquiridos respondeu muito importante, cerca de 42,10% responderam parcialmente importante, 21,05% consideraram importante, 15,78% pouco importante e 5,26% nada importante.

Ao nível da valência “laboratório”, 21,05% dos inquiridos respondeu muito importante, 36,84% parcialmente importante, 36,84% importante e apenas 5,26% responderam pouco importante.

Relativamente à valência “centro de educação ambiental”, 31,57% dos inquiridos responderam muito importante, 52,63% parcialmente importante, 10,52% importante e cerca de 5,26% responderam pouco importante.

Em relação à valência “espaços de lazer e multiusos”, 21,05% dos inquiridos respondeu muito importante, 52,63% parcialmente importante, 21,05% consideraram importante e cerca de 5,26% responderam nada importante.

Segundo a valência “loja de aluguer de material desportivo”, 31,57% dos inquiridos responderam muito importante, 47,36% parcialmente importante, 10,52% consideraram importante, 5,26% pouco importante e 5,26% nada importante.

Sobre a valência “sala de formação”, 15,78% dos inquiridos respondeu muito importante, 47,36% parcialmente importante, 26,31% importante, 5,26% pouco importante e 5,26% entendeu ser nada importante.

Relativamente à valência “sala de treinadores e formadores”, 47,36% responderam ser muito importante, 26,31% ser parcialmente importante, 15,78% importante, 5,26% pouco importante e 5,36% nada importante.

Sobre a valência “arrumos e instalações técnicas”, 31,57% dos inquiridos responderam muito importante, 42,10% parcialmente importante, 21,05% importante e apenas 5,26% consideram ser nada importante.

Relativamente à valência “agência de viagens”, 10,52% dos inquiridos respondeu muito importante, 26,31% importante, 52,63% pouco importante, 5,26% nada importante e 5,26% não tiveram opinião.

No que respeita à valência “sala e biblioteca infantil”, 57,89% dos inquiridos respondeu ser importante e 42,10% responderam pouco importante.

Relativamente a valência “restaurante”, 21,05% dos inquiridos respondeu importante, 68,42% pouco importante e 10,52% entendeu ser nada importante.

Sobre a valência “discoteca”, 5,26% dos inquiridos respondeu importante, 21,05% pouco importante, 68,42% nada importante e 5,26% não tiveram opinião.

Sobre a valência “salão de beleza”, 5,26% dos inquiridos responderam ser importante, 36,84% pouco importante, 52,63% nada importante e 5,36% não tiveram opinião.

Relativamente a valência “sala de massagens e terapias”, cerca de 36,84% respondeu ser importante, 57,89% pouco importante e 5,26% nada importante.

No que respeita a valência “salão de jogos”, 10,52% dos inquiridos responderam ser parcialmente importante, 36,84% importante, 47,36% pouco importante e 5,26% nada importante, Tabela 62.

A **variável P16 - IQ2**, no que se refere às valências “instalações sanitárias e duches” segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 85,00% dos inquiridos consideraram

muito importante, cerca de 5,00% parcialmente importante e 10,00% consideraram importante.

Em relação à valência “ginásio”, 55,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 15,00% entenderam ser importante e 10,00% pouco importante.

Em relação à valência “loja desportiva”, 30,00% dos inquiridos responderam muito importante, 30,00% parcialmente importante, 20,00% consideraram importante e 20,00% responderam pouco importante.

Relativamente à valência “centro de formação”, 45,00% dos inquiridos responderam muito importante, 35,00% parcialmente importante, 15,00% importante e 5,00% entenderam não ter opinião.

Ao nível da valência “auditório”, cerca de 40,00% entenderam ser parcialmente importante, 40,00% responderam ser importante, 15,00% pouco importante e 5,00% não tiveram opinião.

Em relação a valência “SPA - sauna, *jacuzzi* e banho turco”, 5,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, cerca de 40,00% parcialmente importante, 40,00% importante e 15,00% pouco importante.

No que respeita à valência “bar e cafetaria”, 35,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 30,00% parcialmente importante, 15,00% importante, 20,00% pouco importante.

Em relação à valência “enfermaria, gabinete médico”, 20,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 55,00% parcialmente importante, 15,00% importante e 10,00% consideraram pouco importante.

Relativamente a valência “Loft - dormitórios”, 10,00% dos inquiridos respondeu muito importante, 35,00% parcialmente importante, 30,00% importante, 20,00% pouco importante e 5,00% não tiveram opinião.

Ao nível da valência “multibanco”, 20,00% dos inquiridos responderam muito importante, 30,00% parcialmente importante, 20,00% importante e 30,00% pouco importante.

Em relação à valência “oficina de reparação de equipamentos desportivos”, 30,00% dos inquiridos responderam muito importante, cerca de 10,00% responderam parcialmente importante, 80,00% consideraram importante, 15,00% pouco importante e 5,00% consideraram nada importante.

Ao nível da valência “laboratório”, 5,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 35,00% importante, 25,00% pouco importante, 10,00% nada importante e apenas 5,20% responderam não ter opinião.

Relativamente a valência “centro de educação ambiental”, 20,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 40,00% importante, 10,00% pouco importante e 10,00% nada importante.

Em relação à valência “espaços de lazer e multiusos”, 35,00% dos inquiridos responderam muito importante, 25,00% parcialmente importante, 30,00% consideraram importante, 5,00% responderam pouco importante e 5,00% nada importante.

Segundo a valência “loja de aluguer de material desportivo”, 45,00% dos inquiridos responderam muito importante, 25,00% parcialmente importante, 25,00% consideraram importante e 5,00% pouco importante.

Sobre a valência “sala de formação”, 25,00% dos inquiridos responderam muito importante, 35,00% parcialmente importante, 35,00% importante e 5,00% pouco importante.

Relativamente à valência “sala de treinadores e formadores”, 20,00% responderam ser muito importante, 35,00% ser parcialmente importante, 35,00% ser importante e 10,00% responderam ser pouco importante.

Sobre a valência “arrumos e instalações técnicas”, 35,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 40,00% importante e apenas 5,00% consideram ser pouco importante.

No que respeita à valência “agência de viagens”, 30,00% dos inquiridos responderam muito importante, 20,00% parcialmente importante, 35,00% importante e 15,00% responderam pouco importante.

No que se refere à valência “sala e biblioteca infantil”, 10,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 20,00% ser parcialmente importante, 20,00% ser importante, 45,00% ser pouco importante e 5,00% entenderam ser nada importante.

Relativamente à valência “restaurante”, 5,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 35,00% ser parcialmente importante, 20,00% entenderam ser importante, 35,00% responderam ser pouco importante e 5,00% entenderam ser nada importante.

Sobre a valência “discoteca”, os inquiridos não se pronunciaram.

Sobre a valência “salão de beleza”, 5,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 10,00% ser parcialmente importante, 20,00% ser importante, 30,00% ser pouco importante, 30,00% responderam ser nada importante e 5,00% não tiveram opinião.

Sobre a valência “sala de massagens e terapias”, 10,00% responderam ser muito importante, 15,00% ser parcialmente importante, 25,00% ser importante, 45,00% ser pouco importante e 5,00% nada importante.

No que respeita à valência “salão de jogos”, 5,00% dos inquiridos responderam ser muito importante, 20,00% ser parcialmente importante, 5,00% ser importante, 45,00% ser pouco importante e 20,00% nada importante, Tabela 63.

Tabela 62 - P13 - IQ1 - Quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico

(P13 - IQ1) (procura)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%
Instalações Sanitárias e Duches	17	89,47	1	5,26	1	5,26						
Ginásio	12	63,15	5	26,31	2	10,52						
Loja Desportiva	10	5,63	6	31,57	3	15,78						
Centro de Formação	10	52,63	5	26,31	3	15,78	1	5,26				
Auditório	2	10,52	6	31,57	5	26,31	6	31,57				
SPA - Sauna/Jacuzzi/Banho Turco	8	42,10	6	31,57	5	26,31						
Bar e Cafetaria	6	31,57	9	47,36	3	15,78	1	5,26				
Enfermaria/Gabinete Médico	9	47,36	7	36,84	2	10,52	1	5,26				
Loft - Dormitórios	3	15,78	9	47,36	3	15,78	4	21,05				
Multibanco	8	42,10	10	52,63	1	5,26						
Oficina de reparação de equipamentos desportivos	3	15,78	8	42,10	4	21,05	3	15,78	1	5,26		
Laboratório	4	21,05	7	36,84	7	36,84	1	5,26				
Centro de Educação Ambiental	6	31,57	10	52,63	2	10,52	1	5,26				
Espaços Multiusos/Lazer	4	21,05	10	52,63	4	21,05			1	5,26		
Loja de Aluguer de material desportivo	6	31,57	9	47,36	2	10,52	1	5,26	1	5,26		
Sala de Formação	3	15,78	9	47,36	5	26,31	1	5,26	1	5,26		
Sala de Treinadores e Formadores	9	47,36	5	26,31	3	15,78	1	5,26	1	5,26		
Arrumos e Instalações Técnicas	6	31,57	8	42,10	4	21,05			1	5,26		
Agência de Viagens	2	10,52			5	26,31	10	52,63	1	5,26	1	5,26
Sala e Biblioteca Infantil					11	57,89	8	42,10				
Restaurante					4	21,05	13	68,42	2	10,52		
Discoteca					1	5,26	4	21,05	13	68,42	1	5,26
Salão de Beleza					1	5,26	7	36,84	10	52,63	1	5,26
Sala de Massagens e Terapias					7	36,84	11	57,89	1	5,26		
Salão de Jogos			2	10,52	7	36,84	9	47,36	1	5,26		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 63 - P16 - IQ2 - Quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico

(P16 - IQ2) (oferta)	Muito Importante	%	Parcialmente Importante	%	Importante	%	Pouco Importante	%	Nada Importante	%	Sem opinião	%
Instalações Sanitárias e Duches	17	85,00	1	5,00	2	10,00						
Ginásio	11	55,00	4	20,00	3	15,00	2	10,00				
Loja Desportiva	6	30,00	6	30,00	4	20,00	4	20,00				
Centro de Formação	9	45,00	7	35,00	3	15,00					1	5,00
Auditório			8	40,00	8	40,00	3	15,00			1	5,00
SPA - Sauna/Jacuzzi/Banho Turco	1	5,00	8	40,00	8	40,00	3	15,00				
Bar e Cafetaria	7	35,00	6	30,00	3	15,00	4	20,00				
Enfermaria/Gabinete Médico	4	20,00	11	55,00	3	15,00	2	10,00				
Loft – Dormitórios	2	10,00	7	35,00	6	30,00	4	20,00			1	5,00
Multibanco	4	20,00	6	30,00	4	20,00	6	30,00				
Oficina de reparação de equipamentos desportivos	6	30,00	2	10,00	4	20,00	3	15,00	1	5,00		
Laboratório	1	5,00	4	20,00	7	35,00	5	25,00	2	10,00	1	5,00
Centro de Educação Ambiental	4	20,00	4	20,00	8	40,00	2	10,00	2	10,00		
Espaços Multiusos/Lazer	7	35,00	5	25,00	6	30,00	1	5,00	1	5,00		
Loja de Aluguer de material desportivo	9	45,00	5	25,00	5	25,00	1	5,00				
Sala de Formação	5	25,00	7	35,00	7	35,00	1	5,00				
Sala de Treinadores e Formadores	4	20,00	7	35,00	7	35,00	2	10,00				
Arrumos e Instalações Técnicas	7	35,00	4	20,00	8	40,00	1	5,00				
Agência de Viagens	6	30,00	4	20,00	7	35,00	3	15,00				
Sala e Biblioteca Infantil	2	10,00	4	20,00	4	20,00	9	45,00	1	5,00		
Restaurante	1	5,00	7	35,00	4	20,00	7	35,00	1	5,00		
Discoteca												
Salão de Beleza	1	5,00	2	10,00	4	20,00	6	30,00	6	30,00	1	5,00
Sala de Massagens e Terapias	2	10,00	3	15,00	5	25,00	9	45,00	1	5,00		
Salão de Jogos	1	5,00	4	20,00	1	5,00	9	45,00	4	20,00		

Fonte: Elaboração própria

1.1.17. P14 - IQ1 e P17 - IQ2 - Compreender qual importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista a satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região.

A **variável P14 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 78,90% dos inquiridos consideraram muito importante a atribuição das diversas valências a um equipamento desportivo, com vista a satisfazer as necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região; já 10,50% responderam parcialmente importante e 10,50% importante. Relativamente à **variável P17 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 55,00% dos inquiridos consideraram muito importante, cerca de 15,00% entenderam ser parcialmente importante e 30,00% responderam importante, Tabela 64.

Tabela 64 - P14 - IQ1 e P17 - IQ2 - Qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista a satisfação de necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região

(P14 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	15	78,90%
Parcialmente Importante	2	10,50%
Importante	2	10,50%
Total	19	100,00%
(P17 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Muito Importante	11	55,00%
Parcialmente Importante	3	15,00%
Importante	6	30,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.18. P15 - IQ1 e P18 - IQ2 - Qual concordância da necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico.

A **variável P15 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 63,20% dos inquiridos concorda totalmente com a necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico, cerca de 15,80% concorda parcialmente e 21,10% concorda. A **variável P18 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, mostra que 60,00% dos inquiridos concorda totalmente, cerca de 15,00% concorda parcialmente e 25,00% concorda, Tabela 65.

Tabela 65 - P15 - IQ1 e P18 - IQ2 - Qual a concordância da necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico

(P15 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Concordo Totalmente	12	63,20%
Concordo Parcialmente	3	15,80%
Concordo	4	21,10%
Total	19	100,00%
(P18 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Concordo Totalmente	12	60,00%
Concordo Parcialmente	3	15,00%
Concordo	5	25,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.19. P16 - IQ1 e P19 - IQ2 - Saber a concordância com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico.

A **variável P16 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 63,20% dos inquiridos concorda totalmente com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico. Cerca de 10,50% concorda parcialmente e 26,30% apenas concorda. A **variável P19 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, revela que 65,00% dos inquiridos concorda totalmente, cerca de 10,00% concorda parcialmente e 25,00% concorda, Tabela 66.

Tabela 66 - P16 - IQ1 e P19 - IQ2 - Concorda com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico

(P16 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Concordo Totalmente	12	63,20%
Concordo Parcialmente	2	10,50%
Concordo	5	26,30%
Total	19	100,00%
(P19 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Concordo Totalmente	13	65,00%
Concordo Parcialmente	2	10,00%
Concordo	5	25,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.20. P17 - IQ1 e P20 - IQ2 - Proceder ao levantamento da perceção relativamente às infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM).

A **variável P17 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 5,30% dos inquiridos concorda parcialmente serem suficientes as infraestruturas desportivas existentes

ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do PDM. Cerca de 15,80% refere que concorda, 52,60% discorda parcialmente e 26,30% discorda totalmente. A **variável P20 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 10,00% dos inquiridos concorda totalmente, cerca de 15,00% concorda parcialmente, 10,00% concorda, 20,00 discorda parcialmente, 30,00% discorda totalmente e 15,00% não tem opinião, Tabela 67.

Tabela 67 - P17 - IQ1 e P20 - IQ2 - Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal (PDM)

(P17 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Concordo Parcialmente	1	5,30%
Concordo	3	15,80%
Discordo Parcialmente	10	52,60%
Discordo Totalmente	5	26,30%
Total	19	100,00%
(P20 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Concordo Totalmente	2	10,00%
Concordo Parcialmente	3	15,00%
Concordo	2	10,00%
Discordo Parcialmente	4	20,00%
Discordo Totalmente	6	30,00%
Sem opinião	3	15,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.21. P18 - IQ1 e P21 - IQ2 - Verificar em que medida são suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

A **variável P18 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 5,30% dos inquiridos concorda parcialmente serem suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do POOC, cerca de 10,50% concorda, 57,90% discorda parcialmente e 26,30% discorda totalmente. A **variável P21 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, mostra que 10,00% dos inquiridos concorda parcialmente, cerca de 15,00% concorda, 40,00% discorda parcialmente, 20,00% discorda totalmente e 15,00% não tem opinião, Tabela 68.

Tabela 68 - P18 - IQ1 e P21 - IQ2 - Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)

(P18 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Concordo Parcialmente	1	5,30%
Concordo	2	10,50%
Discordo Parcialmente	11	57,90%
Discordo Totalmente	5	26,30%
Total	19	100,00%
(P21 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Concordo Parcialmente	2	10,00%
Concordo	3	15,00%
Discordo Parcialmente	8	40,00%
Discordo Totalmente	4	20,00%
Sem opinião	3	15,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.1.22. P19 - IQ1 e P22 - IQ2 - Averiguar se consideram suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM).

A **variável P19 - IQ1**, segundo a dicotomia apresentada, permite inferir que 5,30% dos inquiridos concorda parcialmente serem suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do DPM, cerca de 10,50% respondeu concorda, 57,90% discorda parcialmente e 26,30% discorda totalmente. A **variável P22 - IQ2**, segundo a dicotomia apresentada, revela que 5,00% dos inquiridos concorda parcialmente, cerca de 15,00% concorda, 45,00% discorda parcialmente, 25,00% discorda totalmente e apenas 10,00% referiu não ter opinião, Tabela 69.

Tabela 69 - P19 - IQ1 e P22 - IQ2 - Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público Marítimo (DPM)

(P19 - IQ1) (procura)	Frequência	Percentagem
Concordo Parcialmente	1	5,30%
Concordo	2	10,50%
Discordo Parcialmente	11	57,90%
Discordo Totalmente	5	26,30%
Total	19	100,00%
(P22 - IQ2) (oferta)	Frequência	Percentagem
Concordo Parcialmente	1	5,00%
Concordo	3	15,00%
Discordo Parcialmente	9	45,00%
Discordo Totalmente	5	25,00%
Sem opinião	2	10,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração própria

1.2. RESULTADOS - ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE CONTEÚDO

Relativamente aos resultados produzidos por Análise Documental e Análise de Conteúdo, tendo por base as fontes documentais podemos inferir que 63,35% corresponderam a bibliografia variada de apoio ao estudo de caso; 12,50% correspondem a inquéritos por questionários aos diversos atores-chave, denominados Administração Pública Local - IQ1 e Agentes Locais - IQ2, cerca de 5,60% respeitam a programas, planos, estudos, quadros normativos; 1,24% dizem respeito a pareceres jurídicos no âmbito do tema em estudo; 3,73% quadros com a representação da ocupação de terrenos na área dominial - Cabedelo; 4,66% referentes a ocupação de terrenos na área dominial - Porto de Pesca; 6,21% representam a ocupação de terrenos na área dominial - Morraceira e 3,10% respeitam a evidência informal (apontamentos, notas, registos fotográficos e conversas informais várias efetuadas a quando do trabalho de campo), Quadro 19.

Quadro 19 - Resultados - Análise Documental e Análise Conteúdo

Análise documental	Documentos Analisados (Procedimento de coleta de dados)	Valor (n)	Porcentagem (%)
1	Inquéritos por questionário, IQ1 e IQ2 (atores-chave)	39	12,11
2	Planos e Programas	18	5,60
3	Pareceres Jurídicos sobre ocupações em áreas costeiras - DPM	4	1,24
4	Bibliografia	204	63,35
5	Ocupação de terrenos na área dominial - Cabedelo	12	3,73
6	Ocupação de terrenos na área dominial - Porto de Pesca	15	4,66
7	Ocupação de terrenos na área dominial - Morraceira	20	6,21
8	Documentos pessoais - Registos fotográficos	10	3,10
Total:		322	100,00

Fonte: Elaboração própria

1.3. ANÁLISE COMPARATIVA DE RESULTADOS DAS AMOSTRAS

Relativamente aos resultados das amostras infere-se a seguinte análise comparativa:

Entre P7-IQ1 e P10-IQ2, a partir dos anos 60 o reforço das estruturas viárias, portuárias e barragens, surgiram ligadas ao conceito de crescimento e modernização. O complexo de Sines, por exemplo, constitui-se um dispositivo virado para o aproveitamento energético resultante da exploração colonial. Após o 25 de abril, a modernização apenas veio consolidar o modelo urbano-industrial que era ainda bastante arcaico em relação ao capitalismo dominante. Portugal ao nível da Comunidade Europeia apresentava-se como o país mais atrasado na sua organização territorial.

Os governos tendem a funcionar predominantemente numa gestão de crises e sem projetos estruturados numa nova organização territorial, por outro lado, têm primado na

ausência de uma visão assente no desenvolvimento ecologicamente sustentado, paradigma que exige prospetiva e meios políticos e eco tecnológicos consequentes. Um desenvolvimento sustentado pressupõe uma ecofilosofia que coloca exigências éticas à ciência. Isto é essencialmente compreensível com o compromisso inter-geracional subjacente à noção de desenvolvimento durável “um desenvolvimento que responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras responderem também às suas próprias necessidades” (Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, 2003).

Na sequência da análise às respostas dos atores-chave que foram auscultados no âmbito dos processos de inquérito por questionário, concluiu-se que 84,20% dos Agentes Locais (IQ2) responderam “muito importante”; por outro lado, 60,00% da Administração Pública Local (IQ1) consideraram igualmente “muito importante” a conceção de um plano de desenvolvimento regional do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego.

As questões P7 e P10, ambas direcionadas para esta temática, visaram contribuir para a conceção do modelo arquitetónico do protótipo em estudo, na medida em que permitiram perceber claramente a posição dos inquiridos relativamente à eventual conceção de um plano de desenvolvimento regional do turismo náutico para esta sub-região. Deste modo pressupõe-se entender a relação de importância *versus* proximidade com as políticas de gestão territorial na conceção de um eventual modelo de gestão estratégico que vise sustentar a implantação de um arquétipo, amovível, ecologicamente sustentável, integrado no local, que cumpra com a legislação em vigor e aplicável e que no fundo, a sua forma se adeque com a função para o qual será concebido, e ainda que resolva ou minimize um problema social latente.

Entre P8-IQ1 e P11-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre a importância que atribuem aos equipamentos e infraestruturas desportivas, na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico, as respostas foram, na sua maioria, bastante positivas, cerca de 84,20% dos Agentes Locais (IQ2) responderam “muito importante” e 75,00% da Administração Pública Local (IQ1) respondeu igualmente “muito importante”, concluindo-se que no âmbito geral grande parte dos inquiridos consideraram de relevante importância a temática dos equipamentos e das infraestruturas existentes com vista a atrair novos fluxos no consumo do turismo náutico.

Tendo como base o documento “A Estratégia para o Turismo 2027” elaborado pelo Turismo de Portugal, referente ao PENT Universo 2017-2027, foi definida uma estratégia pelo governo Português que tornasse o país num destino cada vez mais atrativo e competitivo nos mercados internacionais, numa perspetiva de crescimento contínuo, atenta às mudanças internacionais e ao ambiente tecnológico (Turismo de Portugal, 2017).

Nesse contexto, foram propostos dez desafios para uma estratégia definida a dez anos, que se centra na promoção do emprego, na coesão social, no crescimento em valor, no turismo todo ano com o objetivo do turismo se tornar sustentável, nas melhorias das acessibilidades, na procura em atingir novos mercados, na inovação, na sustentabilidade, na simplificação e no investimento.

Segundo o Turismo de Portugal (2017), é definido um referencial estratégico de metas a atingir para a década 2017-2027, pretendendo afirmar o turismo como um *hub*, para o desenvolvimento económico, social, ambiental no território nacional, colocando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis no contexto mundial. Cada vez mais as viagens turísticas sofrem influência pelas necessidades demonstradas pelo turista e pela importância que o este lhes atribui, sendo o turismo considerado como uma satisfação para o próprio consumidor. No entendimento de Duarte (2017), diversos fatores influenciam o turista na escolha de um destino, podendo considerar-se que os equipamentos, as infraestruturas e as condições inerentes são das principais razões influenciadoras para o turista náutico.

Neste contexto, entendemos que as respostas vertidas nos inquéritos às questões P8 - IQ1 e P11 - IQ2, auxiliam sobre a definição e caracterização das sub-células a instalar no protótipo em estudo, no sentido da satisfação das necessidades do atual consumidor do turismo náutico, e que o mesmo possa vir a ser entendido como um ícone no território onde se insere. Subjacente ao conceito definido, temos as questões que se prendem com as acessibilidades, a acomodação, o lazer e o ócio, a segurança, a saúde, o ambiente e o preço.

Entre P9-IQ1 e P12-IQ2, no sentido de melhor se compreender a sub-região desportiva em estudo, e conseqüentemente, perceber qual importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação dessa mesma sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico, procedeu-se à elaboração de uma pergunta de inquérito por questionário que abrangesse as diversas tipologias existentes na sub-região. Como referência, utilizou-se o modelo expresso na CEDMFF (2010), por este ser bastante abrangente e elucidativa, no que respeita às tipologias existentes e por incidir sobre a área dominial alvo do presente estudo de caso. De acordo com o expresso na CEDMFF (2010), o cruzamento com os dados recolhidos nos inquéritos por questionário, permitiram obter uma panorâmica geral da importância atribuída às diversas tipologias de equipamentos desportivos existentes na sub-região.

Quando questionados os atores-chave sobre o conjunto alargado de tipologias apresentadas (grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos, pavilhões desportivos, salas de desporto, piscinas cobertas, piscinas descobertas, pistas de atletismo e espaços polivalentes, outros espaços desportivos - centro náutico, ciclo vias, parques radicais,

picadeiros, pistas de obstáculos, pista de rádio modelismo, pistas de saltos), concluiu-se que as respostas foram variadas, destacando-se, no entanto, uma maior percentagem, cerca de 78,94%, do lado dos Agentes Locais (IQ2), que consideraram como “muito importante” as tipologias pavilhões desportivos, piscinas cobertas e outros espaços nos quais se inclui um centro náutico.

Relativamente a Administração Pública Local (IQ1), as respostas mais relevantes foram “muito importante” e corresponderam à tipologia de outros espaços desportivos, em cerca de 70,00%, no qual se inclui o centro náutico, entre outras tipologias. Em contraponto, e muito por força da proximidade geográfica do mar e das atividades sazonais (Verão), obtiveram-se apenas do lado da Administração Pública local (IQ1) cerca de 10,00% de respostas como “muito importante”, sobre a tipologia piscinas descobertas e grandes campos de jogos.

Importante referir que as instalações desportivas são os espaços de acesso público que se encontram devidamente organizados para a prática de atividades desportivas. Os referidos espaços são caracterizados por espaços naturais ou adaptados ou por espaços artificiais ou espaços edificados (Cunha, 2007). De acordo com CEDMFF (2010), as instalações desportivas artificiais dividem-se em instalações especiais, que posteriormente se subdividem em instalações afetas à competição e ao espetáculo, e instalações especializadas, que se subdividem em instalações básicas, quer do tipo recreativo quer do tipo formativo.

Em suma, entendemos que as respostas vertidas sobre os inquéritos nas questões P9 - IQ1 e P12 - IQ2, elucidam sobre a importância atribuída às diversas tipologias de equipamentos desportivos, da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico.

Entre P10-IQ1 e P13-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre a importância que atribuem à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região procedeu-se à elaboração de uma pergunta de inquérito por questionário que abrangesse as diversas tipologias existentes na sub-região com vista a aferir a sua classificação e qualidade. Como referência, utilizou-se a CEDMFF (2010), por esta ser bastante abrangente e elucidativa no que respeita às diversas tipologias e por incidir sobre o território em estudo. O cruzamento com os dados recolhidos nos inquéritos por questionário permitiu-nos obter uma visão geral da classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região.

Quando interpelados os atores-chave sobre o conjunto alargado das diversas tipologias apresentadas (grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos, pavilhões

desportivos, salas de desporto, piscinas cobertas, piscinas descobertas, pistas de atletismo e espaços polivalentes, outros espaços desportivos - centro náutico, ciclo vias, parques radicais, picadeiros, pistas de obstáculos, pista de rádio modelismo, pistas de saltos), concluiu-se que as respostas foram esclarecedoras, destacando-se com uma grande percentagem, cerca de 82,21%, do lado dos Agentes Locais (IQ2) consideraram como “muito importante” as tipologias outros espaços desportivos (centro náutico, ciclo vias, parques radicais, picadeiros, pistas de obstáculos, pista de rádio modelismo, pistas de saltos).

Do lado da Administração Pública Local (IQ1) as respostas mais relevantes, com 65,00% também consideram “muito importante” a existência de outros espaços desportivos (centro náutico, ciclo vias, parques radicais, picadeiros, pistas de obstáculos, pista de rádio modelismo, pistas de saltos). Em suma, entendeu-se que as respostas vertidas sobre os inquéritos por questionário às questões P10 - IQ1 e P13 - IQ2, auxiliaram na perceção da qualidade dos equipamentos desportivos existentes da sub-região, influenciando grandemente a componente compositiva do modelo do arquétipo, para que o mesmo detenha características que o diferenciem pela qualidade e durabilidade no território onde se venha a implementar.

Entre P11-IQ1 e P14-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico, as respostas aos inquéritos por questionário foram bastante esclarecedoras, 84,21% dos Agentes Locais (IQ2) responderem “muito importante”, bem como 80,00% da Administração Pública Local (IQ1) detém a mesma opinião. Concluindo-se que o fator avaliação do local assume particular importância na implantação de um equipamento desportivo que vise suprir as necessidades dos consumidores do turismo náutico.

No entendimento de Cunha (2007), a localização geográfica de instalações desportivas obedece a duas linhas diferenciadoras, mas que são complementares entre si e que explicam lógicas subjacentes a este processo, nomeadamente: uma lógica direcionada para a homogeneização, que tem por objetivo fundamental oferecer uma situação mínima de aplicação de critérios de igualdade no acesso dos cidadãos ao desporto e às correspondentes instalações, e uma outra, virada para a lógica de diferenciação, que permita, por outro lado, ao cidadão ou grupos de cidadãos que não se revêm nas práticas propostas, decidirem pelo consumo de atividades e instalações alternativas, desenquadradas dessas situações mínimas.

Sobre o fator de escolha “igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto”, quando questionados, os atores-chave sobre este fator, 84,21% dos Agentes Locais (IQ2)

responderam “muito importante” e cerca de 70,00% da Administração Pública Local (IQ1) também tiveram a mesma opinião. O que demonstra uma preocupação elevada sobre este fator de escolha da localização com vista a facilitar o acesso à instalação de um equipamento desportivo a pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida.

O movimento Trim, datado de 1966, desencadeou na Europa o acesso ao desporto para todos, certificado pelo modelo FIN de Lamartine Pereira da Costa, no Brasil, cuja expressão se desenvolveu na década de 70 no seu expoente máximo. Deste modo, veio ampliar o conceito de desporto e reconhecer um conjunto de práticas subjacentes. O desporto, aliado ao recreio turístico, traduz-se numa forma de associar aos locais que são procurados e/ ou visitados num conjunto de sensações e energias positivas, bem-estar, que a prática desportiva poderá proporcionar (Cunha, 2007).

No que respeita às “acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte”, quando questionados os atores-chave sobre este fator, quer do lado dos Agentes Locais (IQ2) 73,68%, quer do lado da Administração Pública Local (IQ1) 75,00%, responderam ser “muito importante” a existência de acessibilidades facilitadas aos locais de prática desportiva. Da súmula das respostas, aos inquéritos às questões P11 - IQ1 e P14 - IQ2, as mesmas esclarecem sobre a importância atribuída aos diversos fatores de escolha da localização para a instalação do arquétipo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico e do desporto em geral.

Entre P12-IQ1 e P15-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre a importância dos 12 fatores do desenvolvimento do desporto na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico procedeu-se à elaboração de uma pergunta de inquérito por questionário que abrangesse essa temática. As respostas foram, na sua maioria, bastante satisfatórias, a maior parte dos inquiridos, quer do lado Agentes Locais (IQ2) 84,21%, quer do lado da Administração Pública Local (IQ1) 55,00%, ambos responderam “muito importante”.

Entendeu-se assim, que no âmbito geral grande parte dos inquiridos consideraram de relevante importância os fatores instalações (infraestruturas necessárias à prática desportiva) e gestão (conjunto de funções que levam as organizações a cumprirem as suas funções).

No entendimento de Cunha (2003), os fatores do desenvolvimento do desporto assumem-se como cruciais e relevantes para a definição, no contexto da avaliação e crescimento, das políticas desportivas. Já Pires (2007) entende que os fatores de desenvolvimento do desporto são operadores de mudança e de progresso que têm por objetivo promover o desenvolvimento do desporto. O autor defende ainda que os fatores de desenvolvimento pretendem modificar uma determinada situação desportiva noutra de predicado superior. Em suma, entendemos que a súmula das respostas vertidas sobre os

inquéritos às questões P12 - IQ1 e P15 - IQ2, contribuem positivamente para a elaboração do modelo arquitetónico em estudo.

Entre P13-IQ1 e P16-IQ2, sobre o tema em apreço, procedeu-se à elaboração de uma pergunta de inquérito por questionário que abrangesse esta temática. As respostas foram na sua maioria bastante expressivas, a maior parte dos atores-chave, cerca de 89,47% do lado Agentes Locais (IQ2), e 85,00% do lado da Administração Pública Local (IQ1) responderam “muito importante” à valência da (sub-célula) denominada “instalações sanitárias e duches”.

As restantes sub-células (ginásio, loja desportiva, centro de formação, auditório, *spa*, bar e cafetaria, enfermaria e gabinete médico, *loft*-dormitórios, multibanco, oficina de reparação de equipamentos desportivos, laboratórios, centro de educação ambiental, espaços multiusos de lazer, loja de aluguer de material desportivo, sala de formação, sala de treinadores e formadores, arrumos e instalações técnicas, agência de viagens, sala e biblioteca infantil, restaurante, discoteca, salão de beleza, sala de massagem e terapias e sala de jogos) obtiveram valores de resposta que nos permitiram concluir que do lado da Administração Pública Local (IQ1) apenas 5,00% responderam “muito importante” para as opções *spa*, laboratório, restaurante, salão de beleza e o salão de jogos. Do lado dos Agentes Locais (IQ2), verificou-se uma uniformidade de respostas sobre as restantes sub-células.

Agregado às valências das diversas sub-células surgem as questões do efêmero aliado à sustentabilidade coadjuvado pelo processo construtivo modular do modelo do protótipo em estudo, bem como os materiais utilizados. Uma obra arquitetónica dita efêmera é aquela que possui a ameaça de desaparecimento próxima, ou que anuncia o seu próprio fim. Graças às suas potencialidades formais e construtivas, fazem com que a arquitetura efêmera, cumpra com a sua função, considerando a sua reversibilidade e a rapidez com que responde a um problema de uma forma célere e eficaz sem que ponha em causa a arquitetura permanente e o espaço onde se insere (Duarte, 1993).

Por sua vez, o desenvolvimento sustentável tem por objetivo satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as das gerações vindouras, em particular as necessidades essenciais dos mais vulneráveis, que devem ter prioridade. Além disso, surge a ideia das limitações importantes da tecnologia e da organização social sobre a capacidade do ambiente para atender o presente e o futuro (Caseiro, 2013).

O conceito de sustentabilidade pode ser melhor entendido por meio de um grupo de cinco princípios ou valores que cercam qualquer instituição ou lugar (cidade) sustentável: respeitar todas as formas de vida, limitar o uso dos recursos naturais, valorizar o local onde moramos, considerar os custos totais e repartir os benefícios. Assim, entende-se que no

cômputo das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P13 - IQ1 e P16 - IQ2, as mesmas contribuem de forma assertiva para a definição da estrutura de ocupação espacial das diversas sub-células no contexto do modelo arquitetónico em estudo.

Entre P14-IQ1 e P17-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário quer do lado dos Agentes Locais (IQ2) 78,90%, quer do lado da Administração Pública Local (IQ1) 55,00%, foram bastante clarificadores, responderam “muito importante”. Quando se fala da importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista à satisfação das necessidades dos consumidores de turismo náutico temos que inevitavelmente abordar conceitos de sustentabilidade urbana e sustentabilidade na arquitetura. Nessa conjunção temos:

A sustentabilidade urbana é entendida como a capacidade das políticas urbanas se adaptarem à oferta de serviços, à qualidade e à quantidade das questões sociais, procurando o equilíbrio entre a necessidade de serviços urbanos e os investimentos em estruturas. Além disso, a sustentabilidade implica o uso racional dos recursos naturais para garantir a boa forma do ambiente urbano, tendo em consideração as interações entre o clima e os recursos existentes (Acsehrad, 1999).

A sustentabilidade na arquitetura assume-se como um conceito que deve ser empregado em qualquer construção nos dias de hoje, quer seja fixa ou modular, garantindo o equilíbrio entre a reutilização de recursos renováveis e não renováveis e a sua utilização temporária ou não. Deste modo, a construção e a arquitetura devem adaptar-se ao planeta e não o contrário, por isso os modelos de produção e processos construtivos devem encontrar um equilíbrio com o meio ambiente, de forma a tornarem-se sustentáveis (Corrêa, 2009).

Assim, entendemos que a súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P14 - IQ1 e P17 - IQ2, ajuda a perceber claramente qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar no sentido de satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico.

Entre P15-IQ1 e P18-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário foram bastante interessantes, a maior parte dos inquiridos, 63,20% dos Agentes Locais (IQ2) e 60,00% do lado da Administração Pública Local (IQ1) responderam “concordo totalmente”. Ao falar-se da necessidade de se conceber um equipamento desportivo que consiga responder às necessidades dos consumidores do turismo náutico, torna-se pertinente compreender melhor a relação do

turismo desportivo com a arquitetura na composição de um equipamento aliado à prática do turismo náutico.

Ao abordar-se a temática da conceção de um equipamento desportivo, obrigatoriamente teremos de versar as questões relacionadas com os respetivos quadros normativos: o quadro legal das instalações desportivas regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, que aprovou o RJID e determina que as tipologias desportivas sejam definidas e aprovadas por portaria do membro do governo responsável pela área desporto.

O n.º 1 do artigo 1.º do RJID estabelece os requisitos técnicos aplicáveis na conceção e edificação de instalações, assegurando a sua qualidade funcional, técnico-desportiva, salubridade, conforto e segurança. Os projetos de arquitetura para a construção, remodelação, ampliação ou alteração de instalações desportivas, deverão agregar, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º RJID, informação respeitante à tipologia desportiva a instalar e complementarmente cumprir com o RJUE e com a demais legislação em vigor e aplicável.

Nesse contexto, e tendo em conta o local de estudo “área dominial” para a implantação do protótipo de construção, deverá cumulativamente ter-se em conta a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece atualmente a titularidade dos recursos hídricos, assumindo que estes compreendem as águas, respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas. Ainda no mesmo artigo 1.º ponto n.º 2, a referida lei alude que em função da titularidade, os recursos hídricos compreendem os recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

Assim, entende-se que na súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P15 - IQ1 e P18 - IQ2, as mesmas contribuíram positivamente, para melhor se compreender a necessidade de se conceber um equipamento desportivo que dê resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico no território em apreço.

Entre P16-IQ1 e P19-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário foram bastante claras, a maior parte dos inquiridos, 63,20% dos Agentes Locais (IQ2) e 65,00% da Administração Pública Local (IQ1), responderam “concordo totalmente”.

Ao falarmos desta temática, torna-se pertinente perceber o que se entende por consumidor de turismo náutico. Neste contexto, o consumidor de turismo náutico define-se pelos praticantes das várias modalidades desportivas que procuram este nicho de mercado desportivo, e que vão desde o praticante ocasional, ao praticante federado e de alta competição desportiva, ficando nos interstícios, os praticantes de fins-de-semana, os

praticantes que procuram formação e pelos turistas ativos que dedicam parte das suas férias em prole de uma atividade desportiva ligada à náutica de recreio (SAER/ACL, 2009).

Para Araújo (2015), e tendo como suporte o estudo realizado pela THR para o turismo de Portugal, o perfil do consumidor de turismo náutico caracteriza-se por indivíduos com uma faixa etária entre os 26 e os 35 anos, que procura desportos náuticos, entre a classe de estudantes e profissionais médios; no entanto, para a componente caracterizada como elite náutica já as idades rondam os 30 e os 50 anos, onde se integram técnicos superiores, empresários e profissionais liberais. Relativamente à conceção de um equipamento desportivo na região que agregue diversos serviços deverá ter-se em conta as modalidades afetas ao turismo náutico nesse território.

Tendo por base as respostas já anteriormente proferidas sobre as valências (sub-células) na pergunta P13 - IQ1 e P16 - IQ2, foi possível apurar quais os serviços de maior relevância e necessidade para os atores-chave do turismo náutico no território de estudo de caso, destacando-se: instalações sanitárias e duchas, ginásio, centro de formação, enfermaria e gabinete médico, *spa*, sala de treinadores e formadores, multibanco, centro de educação ambiental, loja de aluguer de material de desporto, bar e cafeteria, arrumos e instalações técnicas.

Entre P17-IQ1 e P20-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário foram bastante elucidativas, a maior parte dos inquiridos, 52,60% Agentes Locais (IQ2) e 30,00% da Administração Pública Local (IQ1), discordaram parcialmente e totalmente. Em complemento do estudo e conjuntamente com os inquéritos por questionário, recorreu-se à CEDMFF (2010), por esta ser bastante abrangente e elucidativa no que respeita ao panorama geral da zona centro de Portugal, sito na sub-região do Baixo Mondego - concelho da Figueira da Foz, e por esta, incidir sobre a área do estudo de caso.

A CEDMFF (2010), em cruzamento com os dados recolhidos nos inquéritos por questionário, permitiu-nos perceber que a rede de instalações desportivas artificiais do município da Figueira da Foz localiza-se em maior número na proximidade de freguesias urbanas, São Julião (extinta), Buarcos, Tavadede, S. Pedro (Cova Gala) e Vila Verde. No contexto das infraestruturas desportivas, estas freguesias aglomeram cerca de 108 espaços desportivos o que corresponde a 47,36% das instalações existentes no concelho.

Da globalidade das instalações desportivas existentes no território do concelho da Figueira da Foz, destaca-se a existência em maior quantidade de pequenos campos desportivos, cerca de 121, ocupando cerca de 53,07%, muito por força de espaços integrados em sistemas de ensino público (agrupamento de escolas). Verificam-se ainda a existência de

23 salas de desporto, com uma taxa de ocupação de 10,09%, 21 grandes campos desportivos com taxa de 9,21%. Relativamente às piscinas descobertas ocupam cerca de 16 espaços, com uma taxa de ocupação de 7,02%, e existem oito piscinas cobertas que representam uma taxa de 3,51%. Existem ainda outros espaços, 15 instalações, com uma ocupação de 6,58%; 14 pavilhões com uma taxa de ocupação de 6,14%; dez pistas de atletismo e espaços de aprendizagem que correspondem a 4,39%.

Os dados recolhidos, complementados pela CEDMFF (2010), expressam uma distribuição das instalações desportivas por freguesia e tipologia, num total de 228 equipamentos desportivos, com destaque para uma maior distribuição na freguesia de São Julião da Figueira da Foz (atualmente Freguesia de Buarcos, integrada na cidade), e a menor distribuição centra-se na freguesia de Brenha. Em suma, entendemos que no somatório das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P17 - IQ1 e P20 - IQ2, as mesmas refletem a carência evidente de infraestruturas e equipamentos ligados ao consumo do turismo náutico na região em estudo.

Entre P18-IQ1 e P21-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário foram elucidativas, a maior parte dos atores-chave, 57,90% dos Agentes Locais (IQ2) e 40,00% da Administração Pública Local (IQ1) responderam “discordo parcialmente”. Este tema assume particular importância no nosso estudo, tendo em conta que um dos principais objetivos prende-se com o conhecimento do enquadramento legal, institucional e dos instrumentos de planeamento e gestão costeira, em particular nas áreas dominiais (domínio público marítimo), de modo a que o arquétipo possa vir a implantar-se no território referido e que consiga num futuro próximo contribuir para uma melhor gestão de ocupação dessas áreas dominiais que se querem valorizadas.

O POOC - Ovar e Marinha Grande, onde se inclui a área de estudo de caso, abrange uma área de 500 m ao longo da costa portuguesa, estando dividido por zonas. Este plano permite melhorar, valorizar e gerir os recursos existentes no litoral, promovendo a proteção e a integridade biofísica do espaço, a valorização dos recursos existentes e a conservação dos valores ambientais e paisagísticos que interessa perpetuar e preservar (APA, 2018).

O objetivo geral dos POOC centram-se na definição de regimes de salvaguarda, proteção e gestão, estabelecendo-se usos preferenciais, condicionados e interditos na área de intervenção, e a articulação e compatibilização, na respetiva área de intervenção os regimes e medidas constantes noutros instrumentos de gestão territorial e instrumentos de planeamento das águas. São instrumentos regulamentares da competência da administração central do Estado, e têm como objeto as águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens. Definem os condicionamentos, vocação e usos dominantes, assim como a

localização de infraestruturas de apoio a esses usos e a orientação do desenvolvimento e atividades na orla costeira (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de setembro). Neste sentido, podem autorizar ou interditar atividades e usos em toda a sua área de jurisdição (500m) de linha de costa, desde que incluídas no respetivo POOC, uma vez que existem vários ao longo da costa nacional.

Deste modo, entende-se que na súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P18 - IQ1 e P21 - IQ2, as mesmas refletem a carência de infraestruturas e de equipamentos ligados ao consumo do turismo náutico na área integrada na orla costeira, de onde se inclui a sub-região do litoral centro Portugal, região do Baixo Mondego - estudo do caso - Figueira da Foz.

Entre P19-IQ1 e P22-IQ2, quando questionados os atores-chave sobre o tema em apreço, as respostas aos inquéritos por questionário foram bastante expressivas, a maior parte dos inquiridos, 57,09% dos Agentes Locais (IQ2) e 45,00% Administração Pública Local (IQ1) responderam “discordo parcialmente”. Este tema assume particular importância no nosso estudo, na medida em que um dos principais objetivos do estudo prende-se com o conhecimento do enquadramento legal, institucional e dos instrumentos de gestão territorial nas áreas dominiais, em particular do domínio hídrico no qual se integra a área de domínio público marítimo, integrante do estudo de caso - Figueira da Foz.

O domínio hídrico, ou domínio público hídrico como também é designado, respeita às águas públicas e compreende o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas (conforme artigo 2º da Lei nº 54/2005, de 15 de novembro), pertencendo conforme o caso, ao Estado, às Regiões Autónomas e aos municípios e freguesias.

Este domínio compreende zonas adjacentes; zonas de infiltração máxima; zonas protegidas; zonas destinadas à captação de água para consumo humano (superficiais e subterrâneas); zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico; zonas designadas como águas de recreio, incluindo as águas balneares; zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas designadas como zonas vulneráveis sensíveis; zonas designadas para a proteção de *habitats* ou de espécies em que a manutenção ou melhoramento do estado da água seja um dos fatores importantes para a proteção, incluindo sítios relevantes da Rede Natura 2000; zonas de infiltração máxima.

Por se encontrarem integrados no domínio público, os bens, naturais ou artificiais, que o constituem são submetidos a um regime especial de proteção, garantindo que desempenhem o fim de utilidade pública a que se destinam, regime que os subtrai à disciplina jurídica dos bens do domínio privado tornando-os inalienáveis, impenhoráveis e

imprescritíveis. A gestão dos bens do domínio público hídrico por entidades de direito privado só pode ser desenvolvida ao abrigo de um título de utilização, emitido pela autoridade pública competente para o respetivo licenciamento (artigo 9.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de dezembro).

A Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, denominada lei da titularidade dos recursos hídricos, no seu artigo 17.º veio reformular certos aspetos do seu regime jurídico, atribuindo ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a iniciativa de promover a constituição da Comissão de Delimitação desses terrenos.

O Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de fevereiro, veio atualizar o regime de utilização do DH, sob jurisdição da APA. Estabeleceu que as licenças de ocupação de áreas dominiais podem ser outorgadas por um prazo máximo de 10 ou 35 anos, variando consoante os usos e 75 anos se se tratar de concessões.

Em face do exposto, percebe-se que as áreas dominiais poderão ser alvo de ocupação desde que cumpridas certas regras e sob licença ou conceção. Deste modo, entendemos que na soma das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P19 - IQ1 e P22 - IQ2, refletem a carência de infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico em áreas do domínio público marítimo, onde se inclui a sub-região do litoral centro Portugal, região do Baixo Mondego - Figueira da Foz e que o arquétipo em estudo se consubstancia numa solução credível, amiga do ambiente, com vista à valorização desses espaços, que se querem protegidos.

1.4. CONCEÇÃO DO PROTÓTIPO FACE AOS RESULTADOS OBTIDOS

Na sequência das amostras recolhidas e consequente análise, foi possível compilar informação dos resultados obtidos com vista à conceção do modelo arquitetónico que vise responder eficazmente às necessidades detetadas no turismo náutico e do desporto em geral no território em estudo. Nesse sentido apresentamos duas tabelas síntese que versam a informação referida: Tabelas 70 e 71.

Tabela 70 - Influencia na conceção do protótipo face aos resultados obtidos_01

Resultados	Questões	Percentagens	Influência na conceção do protótipo em estudo
(AL) – Agentes Locais	P7-IQ1 e P10-IQ2	84,20% AL (IQ2) 60,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	As questões P7 e P10, ambas direcionadas para esta temática, visaram contribuir para a conceção do modelo arquitetónico do protótipo em estudo, na medida em que permitiram perceber claramente a posição dos inquiridos relativamente à eventual conceção de um plano de desenvolvimento regional do turismo náutico para esta sub-região.
(AP) – Administração Pública Local	P8-IQ1 e P11-IQ2	84,20% AL (IQ2) 75,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	As respostas vertidas nos inquéritos às questões P8 - IQ1 e P11 - IQ2, auxiliaram sobre a definição e caracterização das sub-células a instalar no protótipo em estudo, no sentido da satisfação das necessidades do atual consumidor do turismo náutico, e que o mesmo possa vir a ser entendido como um ícone no território onde se insere.
	P9-IQ1 e P12-IQ2	78,94% AL (IQ2) 70,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	As respostas vertidas sobre os inquéritos nas questões P9 - IQ1 e P12 - IQ2, elucidam sobre a importância atribuída às diversas tipologias de equipamentos desportivos, da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico.
	P10-IQ1 e P13-IQ2	82,21% AL (IQ2) 65,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	As respostas vertidas sobre os inquéritos por questionário às questões P10 - IQ1 e P13 - IQ2, auxiliaram na perceção da qualidade dos equipamentos desportivos existentes da sub-região, influenciando grandemente a componente compositiva do modelo do arquétipo, para que o mesmo detenha características que o diferenciem pela qualidade e durabilidade do território onde se venha a implantar.
	P11-IQ1 e P14-IQ2	84,21% AL (IQ2) 80,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante" avaliação do local	Concluindo-se que o fator avaliação do local assume particular importância na implantação de um equipamento desportivo que vise suprir as necessidades dos consumidores do turismo náutico.
	P11-IQ1 e P14-IQ2	84,21% AL (IQ2) 70,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante" igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto	O que demonstra uma preocupação elevada sobre este fator de escolha da localização com vista a facilitar o acesso à instalação de um equipamento desportivo a pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida.
	P11-IQ1 e P14-IQ2	73,68% AL (IQ2) 75,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante" acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte	Entendemos que na súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P11 - IQ1 e P14 - IQ2, as mesmas esclarecem sobre a importância atribuída aos diversos fatores de escolha, em particular no que respeita às acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte no local de estudo.
	P12-IQ1 e P15-IQ2	84,21% AL (IQ2) 55,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	No âmbito geral grande parte dos inquiridos consideraram de relevante importância os fatores instalações (infraestruturas necessárias à prática desportiva) e gestão (conjunto de funções que levam as organizações a cumprirem as suas funções). Em suma, entendemos que a súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P12 - IQ1 e P15 - IQ2, contribuem positivamente para a elaboração do modelo arquitetónico em estudo.
	P13-IQ1 e P16-IQ2	89,47% AL (IQ2) 85,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante" Valência da sub-célula - instalações sanitárias e duches	No cômputo das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P13 - IQ1 e P16 - IQ2, as mesmas contribuem de forma assertiva para a definição da estrutura de ocupação espacial das diversas sub-células no contexto do modelo arquitetónico em estudo.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 71 - Influência na conceção do protótipo face aos resultados obtidos_02

Resultados	Questões	Percentagens	Influência na conceção do protótipo em estudo
(AL) – Agentes Locais (AP) – Administração Pública Local	P14-IQ1 e P17-IQ2	78,90% AL (IQ2) 55,00% AP (IQ1) Consideraram "muito importante"	A súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P14 - IQ1 e P17 - IQ2, ajuda a perceber claramente qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar no sentido de satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico.
	P15-IQ1 e P18-IQ2	63,20% AL (IQ2) 60,00% AP (IQ1) Responderam "concordo totalmente"	As respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P15 - IQ1 e P18 - IQ2, as mesmas contribuíram positivamente, para melhor se compreender a necessidade de se conceber um equipamento desportivo que dê resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico no território em apreço.
	P16-IQ1 e P19-IQ2	63,20% AL (IQ2) 65,00% AP (IQ1) Responderam "concordo totalmente"	Foi possível apurar quais os serviços de maior relevância e necessidade para os atores-chave do turismo náutico no território de estudo de caso, destacando-se: instalações sanitárias e duches, ginásio, centro de formação, enfermaria e gabinete médico, spa, sala de treinadores e formadores, multibanco, centro de educação ambiental, loja de aluguer de material de desporto, bar e cafeteria, arrumos e instalações técnicas.
	P17-IQ1 e P20-IQ2	52,60% AL (IQ2) 30,00% AP (IQ1) Responderam "discordo totalmente e parcialmente"	Entendemos que no somatório das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P17 - IQ1 e P20 - IQ2, as mesmas refletem a carência evidente de infraestruturas e equipamentos ligados ao consumo do turismo náutico na região em estudo.
	P18-IQ1 e P21-IQ2	57,90% AL (IQ2) 40,00% AP (IQ1) Responderam "discordo parcialmente"	A súmula das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P18 - IQ1 e P21 - IQ2, as mesmas refletem a carência de infraestruturas e de equipamentos ligados ao consumo do turismo náutico na área integrada na orla costeira, de onde se inclui a sub-região do litoral centro Portugal, região do Baixo Mondego – estudo do caso - Figueira da Foz.
	P19-IQ1 e P22-IQ2	57,09% AL (IQ2) 45,00% AP (IQ1) Responderam "discordo parcialmente"	Entendemos que na soma das respostas vertidas sobre os inquéritos às questões P19 - IQ1 e P22 - IQ2, refletem a carência de infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico em áreas do domínio público marítimo, onde se inclui a sub-região do litoral centro Portugal, região do Baixo Mondego - Figueira da Foz e que o arquétipo em estudo se consubstancia numa solução credível, amiga do ambiente, com vista à valorização desses espaços, que se querem protegidos.

Fonte: Elaboração própria

1.5. NEW CONCEPT

No culminar do nosso estudo, podemos efetivamente mencionar que estamos na presença de um “*New Concept*” na medida em que, o mesmo nos transporta para a conjugação de um conjunto diversificado de princípios gerais de arquitetura. De entre os diversos princípios subjacentes ao estudo do protótipo, destacamos: Arquitetura Bioclimática, Arquitetura Sustentável, Arquitetura Regenerativa, Arquitetura Orgânica e a Arquitetura Moderna.

No que respeita à **Arquitetura Bioclimática**, o arquétipo desportivo tende a cumprir com os seguintes fatores: Pessoais - que se prendem com a perceção visual e com o conforto; Ambientais ou Parâmetros Bioclimáticos - que estão relacionados com a eficiência energética, temperatura do ar, temperatura média, velocidade do ar e humidade relativa, ventilação, sistema e geometria solar; Fatores Filosóficos - que se prendem com o metabolismo, idade, sexo, relacionados com os atores-chave; Critérios de Desenho Bioclimático - relacionados com a temperatura, humidade, ventilação e exposição solar, bem como adaptação ao espaço.

Da **Arquitetura Sustentável** aplicaram-se ao “*New Concept*”, fatores como: Local/Ambiente - no sentido de redução do impacto ambiental no local de implantação do projeto e respetiva envolvente; Seleção dos Materiais - escolhendo materiais de construção mais amigáveis do ambiente (casca de côco, cortiça e madeira), evitando-se materiais prejudiciais e tóxicos; Prevenção de Resíduos - utilizando métodos para diminuir e eliminar os resíduos nas diversas etapas do projeto/obra (construção modular - feita de fábrica); Reutilização de Materiais - identificando materiais reutilizáveis, aliados à (agregação e desagregação das sub-células) e métodos para facilitar a futura reutilização de sistemas, equipamentos, produtos e materiais. Reciclagem - utilização de materiais que possam ser reciclados no final de cada fase de construção; Tecnologias de Construção - identificando tecnologias que possam ser utilizadas durante a construção para a eficiência e redução dos resíduos; Energia - no que respeita ao melhorando e desempenho energético dos edifícios reduzindo o consumo de energia; Água - fomentando a utilização de dispositivos que reduzam o consumo de água e introdução de sistemas de tratamento e reutilização que permitam um aproveitamento para utilizações que não exijam água potável (lavagem de material/equipamentos náuticos); Qualidade do Ar Interior - assegurando que a QAI é privilegiada nos métodos e materiais produtivos utilizados, e monitorização frequente dos parâmetros e QAI, durante a utilização do edifício.


A **Arquitetura Regenerativa** teve um contributo bastante importante para o “*New Concept*”, uma vez, que se tem em conta mais que o próprio edifício. A arquitetura é lugar, o local, os sistemas, a energia, a construção, a fauna e flora, etc.. Arquitetura que é puramente embutida no lugar; ela existe como uma única peça, um sistema que evolui como uma

entidade completa. Oportunidade - a oportunidade da arquitetura regenerativa torna-se quase ilimitada. A saúde do ecossistema é valorizada e a arquitetura está agora a produzir mais do que consome, tendo uma existência positiva, isto é, a chamada regeneração.

De acordo com os princípios da **Arquitetura Orgânica**, o “*New Concept*”, assume o conceito de unidade (*Main-Cell*) - a unidade está em relação harmónica do todo com a parte, assim como a parte para o todo; Naturezas - todas as naturezas são ativas e não estáticas, mudam conforme passa o tempo. Ao longo do tempo é igual mas também diferente; Plasticidade e Continuidade - a forma segue a função, tem significado para o edifício, e ele pode tomar forma na arquitetura somente através da plasticidade quando vista no trabalho como continuidade completa; Uso de materiais naturais e locais - evidenciando o verdadeiro carácter do material, combinando o velho com o novo, o antigo com o moderno, reduzindo-se a um todo equilibrado.

Da **Arquitetura Moderna**, tivemos em conta no “*New Concept*”, o conceito de integração e convivência entre as pessoas; Funcionalidade e Inovação - saindo de cena adornos exagerados, tudo o que não se agrega à função é descartado; Vãos livres - marca a presença criando áreas de luz, trazendo respiração, ventilação para dentro da construção; Simplicidade - depuração, linhas direitas, traços bem definidos; Materiais - predominância do vidro e madeira, terraço jardim (cobertura ajardinada) são algumas das soluções pensadas, Quadro 20.

Quadro 20 - Princípios de Arquitetura subjacentes ao *New Concept*

	Princípio Arquitetura Subjacente	Fatores aplicados ao “NEW CONCEPT” Arquitetura BSROM	Referências Bibliográficas
NEW CONCEPT	ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA (B)	<p>Fatores Pessoais - Percepção visual, Percepção Conforto;</p> <p>Fatores Ambientais ou Parâmetros Climáticos - Eficiência Energética, temperatura do ar, temperatura média, velocidade do ar e humidade relativa, ventilação, sistema e geometria solar;</p> <p>Fatores Filosóficos - Metabolismo, Idade, Sexo;</p> <p>CrITÉrios de Desenho Bioclimático - Temperatura e humidade, ventilação e exposição solar, adaptação ao espaço.</p>	Cintra, (2012); Salvador, (2017);
	ARQUITETURA SUSTENTÁVEL (S)	<p>Local / Ambiente - Reduzir o impacto ambiental do local do projeto e respetiva envolvente;</p> <p>Seleção dos Materiais - Escolher materiais de construção mais amigáveis do ambiente, evitando-se materiais prejudiciais e tóxicos;</p> <p>Prevenção de Resíduos - Utilizar métodos para reduzir e eliminar os resíduos nas diversas etapas do projeto;</p> <p>Reutilização de Materiais - Identificar materiais reutilizáveis e métodos para facilitar a futura reutilização de sistemas, equipamentos, produtos e materiais;</p> <p>Reciclagem - Utilizar materiais que possam ser reciclados no final de cada fase de construção;</p> <p>Tecnologias de construção - Identificar tecnologias que poderão ser utilizadas durante a construção para a eficiência e redução dos resíduos;</p> <p>Energia - Melhorar o desempenho energético dos edifícios reduzindo o consumo de energia;</p> <p>Água – Utilização de dispositivos que reduzam o consumo de água e introduzir sistemas de tratamento e reutilização que permitam um aproveitamento para utilizações que não exijam água potável;</p> <p>Qualidade do Ar Interior (QAI) - Assegurar que a QAI é privilegiada nos métodos e materiais construtivos utilizados e monitorizar frequentemente os parâmetros de QAI, durante a utilização do edifício.</p>	Gonçalves e Duarte, (2006); Cintra, (2012);
	ARQUITETURA REGENERATIVA (R)	<p>- Arquitetura é regenerativa quando incorpora mais do que apenas o edifício;</p> <p>- A arquitetura é o lugar, o local, os sistemas, a energia, a construção, a fauna e flora, etc.;</p> <p>- Arquitetura que é puramente embutida no lugar. Ela existe como uma única peça, um sistema que evolui como uma entidade completa;</p> <p>- Oportunidade da arquitetura regenerativa torna-se quase ilimitada;</p> <p>- A saúde do ecossistema é melhorada e a arquitetura está agora a produzir mais do que consome, tendo uma existência positiva; isto é chamado "regeneração".</p>	Litman, (2009); Pires, (2016); Silveira, (2016); Fialho, (2016);
	ARQUITETURA ORGÂNICA (O)	<p>- Conceito de unidade - a unidade esta em relação harmónica do todo com a parte, assim como a parte para o todo;</p> <p>- Naturezas - todas as naturezas são ativas e não estáticas, mudam conforme passa o tempo. Ao longo é igual mas também diferente;</p> <p>- Plasticidade e continuidade - a forma segue a função, tem significado para o edifício ele pode tomar forma na arquitetura somente através da plasticidade quando vista no trabalho como continuidade completa;</p> <p>- Uso de materiais naturais e locais - evidenciando o verdadeiro carácter do material, combina o velho com o novo, o antigo com o moderno, reduzindo um todo equilibrado;</p>	Hitchcoc (1973); Sergeant, (1976); Wright, (1985); Foresti, (2008);
	ARQUITETURA MODERNA (M)	<p>- Integração e convivência entre as pessoas;</p> <p>- Funcionalidade e Inovação - Retiram-se adornos exagerados. Tudo o que não se agrega à função é descartado;</p> <p>- Vãos Livres - Marca presença criando áreas de luz, trazendo respiração, ventilação para dentro da construção;</p> <p>- Simplicidade - Depuração, linhas direitas, traços bem definidos.</p> <p>- Materiais - Predominância do vidro e madeira, terraço jardim (cobertura ajardinada).</p>	Benévolo, (1998); Frampton, (2008); Curtis, (2008);

Fonte: Elaboração própria

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às Considerações Finais do trabalho científico, este deverá versar a posição do investigador face aos resultados obtidos. A presente investigação pressupõe uma abordagem a um conjunto diversificado de cânones do desenvolvimento espacial, versando a arquitetura ao serviço do desporto e do turismo náutico em particular, sita no litoral centro de Portugal, em particular na sub-região do Baixo Mondego - Figueira da Foz. Assim e tendo por base o estudo, expressa-se as considerações finais de todo processo de investigação.

Relativamente à revisão da literatura subordinada ao tema “desporto e turismo”, houve a preocupação de se criar um fio condutor que nos guiasse sobre os conceitos e a sua importância social, citando contributos de diversos expertises. Em 2017, Portugal foi eleito como o melhor destino do mundo nos *World Travel Awards*, a cidade de Lisboa como o melhor destino *City Break*, e a Ilha da Madeira como o melhor destino Insular, o que nos leva a crer que estamos a caminhar no rumo certo, e que o nosso país se assume cada vez mais como um país de bandeira do turismo mundial.

No contexto da “Caracterização da Sub-Região do Baixo Mondego”, importou verter para a conclusão o seguinte: a região centro de Portugal constitui-se, segundo a nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos NUTS, uma região classificada por NUTS II, que se decompõe em dez sub-regiões, designadas por NUTS III, na qual se insere na área de estudo - Figueira da Foz. Tendo por base variados indicadores estatísticos foi possível perceber o posicionamento social, económico, turístico e desportivo da região centro de Portugal, em particular da região em estudo, (Silveira, 2016).

Relativamente à componente turística, atualmente o concelho detém cerca de trinta e três unidades hoteleiras, distribuídas por diversas tipologias (hotéis, aparthotel, alojamento local, parque de campismo, turismo no espaço rural). Do ponto de vista cultural, contam-se cerca de cento e sessenta e oito coletividades e agremiações, na sua maioria de carácter cultural e recreativo, destacando-se a música, o teatro, o folclore, a dança, entre outras. Socialmente, no que respeita ao setor primário: a agricultura, o arroz e milho definem-se como sendo as principais culturas da região, absorvendo mais de 50% do global da produção agrícola.

O setor Florestal representa cerca de 60% do concelho, ocupando cerca de 51% de floresta e os restantes por matos. O setor secundário distingue-se pelas atividades que transformam a matéria-prima em produtos acabados ou semi - acabados, a Figueira da Foz detém 73,07% de empresas de cariz individual, sendo o segundo maior responsável pelo emprego na região. Quanto ao setor terciário, as empresas no concelho representam cerca de 80%, muito por força da atividade de transporte e armazenagem, com ligação direta ao

setor marítimo portuário. Relativamente ao tema “os equipamentos e instalações desportivas”, os mesmos encontram-se fortemente sujeitos a legislação específica, com particular incidência sobre o RJID, que estabelece os requisitos técnicos aplicáveis na conceção e edificação de instalações, tendo como objetivo assegurar a sua qualidade, funcionalidade técnico-desportiva, salubridade, conforto e segurança.

Desenvolver estudos e projetos em áreas costeiras e dominiais obriga a um conhecimento aprofundado e diversificado sobre a multiplicidade de valores e recursos naturais existentes nesses territórios, que se querem salvaguardados. Na prática, esses recursos consubstanciam-se em condicionalismos legais adstritos ao “planeamento e gestão do território”, denominados Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), alvos de legislação específica e em constante atualização. As áreas costeiras dominiais, com características e legislação própria, permitem dentro de certos parâmetros legais que se possa pensar em construção quer seja ela fixa ou amovível.

Sobre os níveis de necessidade de novas instalações desportivas no concelho da Figueira da Foz, e em conformidade com os dados obtidos no nosso estudo, concluímos que a rede de instalações desportivas artificiais do município localiza-se em maior número na proximidade de freguesias urbanas: São Julião (extinta), Buarcos, Tavarede, S. Pedro (Cova Gala) e Vila Verde. No contexto desportivo estas freguesias aglomeram cerca de cento e oito espaços desportivos o que corresponde a 47,36% das instalações existentes no concelho da Figueira da Foz, que totalizam duzentos e vinte e oito.

No âmbito da “arquitetura contextos e práticas”, o protótipo em estudo classifica-se como um tipo de arquitetura dita efêmera, modular, pensada para o desporto e lazer, em particular para o turismo náutico, sem que seja posta em causa a sustentabilidade do lugar onde se insere. Devido à sua componente camaleónica, o protótipo através da agregação e desagregação de sub-células, pode ser facilmente adaptável, quer em forma quer em função (muito por força dos materiais empregues, destacando-se a madeira, casca de coco e cortiça).

Os arquitetos encontram na arquitetura efémera uma forma de expressão que permite explorar relações entre espaço, ambiente e pessoas, visto que a maior parte desses projetos se encontram relacionados com propósitos de coexistência, que procuram gerar encontros sociais, detonadores de diálogos e reflexões. Apesar da intenção primária da arquitetura efémera se direcionar para a pura vivência do momento, do agora, privilegiando o evento, toda a experimentação plástica, formal e até social da intervenção, inspira uma estratégia de análise e reflexão sobre matérias, espaço e forma, importantes ao desenvolvimento da construção e do desenho arquétipo (Carnide, 2012).

O versado no ponto anterior elevou-nos para um outro tema da revisão da literatura que se prendeu com a “arquitetura modular e os seus paradigmas”, e que importou verter para a conclusão o seguinte: a construção modular é entendida como uma construção futurista, com características que disputam com os processos de construção tradicional, destacando-se o custo reduzido, devido tratar-se de construções feitas de fábrica, num tempo reduzido de construção, onde o prazo médio de construção se situa entre 1 a 3 meses, com a possibilidade de agregação e desagregação de módulos ao longo do tempo, eficiência energética superior, aspetos e métodos construtivos controlados de fábrica, possibilidade de construção com condições adversas e redução de resíduos na construção (Gonçalves, 2013).

Quanto “à conceção de um protótipo de construção”, de entre os vários fundamentos de arquitetura que poderão constituir-se como elementos geradores na criação de um modelo arquitetónico de uma instalação desportiva ao serviço do desporto, em particular do turismo náutico, destacam-se os princípios de sustentabilidade, funcionalidade, Inovação, etc., e que o mesmo permita colmatar necessidades sociais, interesses e expectativas dos adeptos da modalidade, praticantes e espetadores.

O modelo do protótipo assume-se como um “*New Concept*”, diferenciador e necessário à região centro litoral do nosso país, em particular ao concelho da Figueira da Foz. Assenta num modelo adaptável às diferentes exigências e contextos de práticas e consumos, respeitador das necessidades dos praticantes e potenciais interessados, tendo como base as características dos desportos náuticos ao nível da competição e treino, da prática informal, conforto, formação, investigação e inovação no fabrico de materiais, vestuário e acessórios para a prática das diferentes modalidades.

Neste sentido, admite-se que o conceito possa ser aplicado e replicado no que respeita às necessidades da atividade física e desporto nas suas mais variadas vertentes. Há semelhança da partícula da água no seu estado sólido, outros fatores fortaleceram o conceito da origem de base do modelo em estudo, tais como, a forma hexagonal dos favos de mel, que é entendida como uma obra de arte e de temperatura. No embrião da forma compositiva do arquétipo, surge a forma hexagonal que posteriormente evoluiu para forma octogonal, por ser matematicamente natural, linear, e que melhor responde e se adapta ao modelo em estudo. A relevância do “arquétipo de arquitetura” foi tido em conta na medida em que, serviu para apresentar os projetos de arquitetura e engenharia civil, desde a sua génese até à conceção futura da obra.

No que respeita à análise e discussão dos resultados obtidos, bem como a sua interpretação e caracterização, tendo em consideração a análise socioprofissional dos inquiridos e a experiência obtida com a prática das atividades náuticas na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego, Figueira da Foz, foi intenção do autor numa primeira fase

analisar dados como o género, a idade, a profissão, a nacionalidade, habilitações literárias e a designação do curso dos inquiridos. Numa segunda fase foram analisados os dados relativos à estratégia delineada no estudo, com vista à implementação de um modelo que sirva as reais necessidades do desporto e do turismo náutico para a sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego, Figueira da Foz.

Esta fase da investigação foi realizada em duas partes, uma primeira direcionada para a recolha dos dados obtidos dos atores-chave, quer do lado da Administração Pública Local, quer do lado dos Agentes Locais, complementada por análise documental e de conteúdo bem como fontes de evidência/trabalho de campo. Ainda assim, devido à extensão dos questionários optou-se por apresentar apenas os resultados que, de forma direta, influenciaram o estudo.

Do ponto vista das implicações para a prática desportiva, temos a consciência de que o desporto constitui-se como uma das grandes construções culturais da humanidade, e os seus valores estão fortemente conectados com a sua prática. Os equipamentos e os espaços desportivos são parte integrante e fundamental de um qualquer tecido urbano, quer seja uma pequena vila ou uma grande metrópole. O acesso à prática desportiva perpassa pela criação de espaços adequados e diversos para usufruto de toda população.

Com o intento de se saber quais os fatores que contribuem para um equipamento desportivo (protótipo) que satisfaça as necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região do litoral centro de Portugal - Baixo Mondego, foi possível tecer as seguintes conclusões:

- Quanto às condicionantes legislativas apraz-nos referir que é possível vir a implantar-se o protótipo no território em estudo, região centro litoral, Baixo Mondego, área dominial na Figueira da Foz.

- A capacidade camaleónica do protótipo coadjuvado pela criação de sub-células, adaptáveis às diferentes exigências de práticas e consumos, tendo por base as características dos desportos náuticos.

- Sustentabilidade, inovação, funcionalidade, conforto, eficiência energética e acústica, cruzando materiais vernaculares como a casca de côco, cortiça, madeira na sua construção.

- Localização Geográfica, território de mar, que face ao estudo apresentado considerou-se o território do Cabedelo na Figueira da Foz, como o que melhor responde às necessidades dos consumidores do turismo náutico na sub-região em estudo.

- Saúde dos Ecossistemas, nomeadamente no que respeita aos princípios de arquitetura que contribuem para a valorização e preservação dos sistemas naturais existentes, fauna, flora e habitats, sem que, se ponha em causa a sustentabilidade do lugar.

- Componente Social, colmatação de uma necessidade social detetada ao nível das carências relacionadas com a existência de equipamentos desportivos ligados à náutica de recreio na sub-região em estudo.

Este estudo de caso culminou com um “*New Concept*”, equipamento ao serviço do desporto e do turismo náutico em particular, num território específico, de forte ligação ao mar, com particularidades e potencialidades únicas que o tornam muito próprio e inigualável. Tendo por base os contributos recolhidos no estudo, apraz-nos concluir e estamos convictos, que o modelo estudado, ficou robusto, consolidado e adequado às necessidades detetadas, contribuindo assim com o seu propósito.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Ao longo desta investigação deparámo-nos com algumas adversidades que limitaram o seu desenvolvimento e considerações finais. A falta de informação sobre a criação de modelos arquitetónicos de excelência num contexto do turismo náutico em Portugal, em particular na sub-região em estudo, foi bastante evidente, verificando-se uma carência social muito representativa nesta temática.

Apesar de se tratar de uma região ligada ao mar e às suas práticas, constatou-se que existe uma grande carência de informação sobre as questões do planeamento e gestão do território “de mar”, nomeadamente no que respeita à utilização versus ocupação do território dominial. Os dados obtidos ainda são muito gerais, não havendo informação que seja focada em tipologias de turismo de espaços/equipamentos desportivos como esta. Verificou-se a falta de dados estatísticos relativos ao número de praticantes e não praticantes náuticos na sub-região centro de Portugal - Baixo Mondego, Figueira da Foz, na procura de atividades náuticas por categoria ou por região, o que impede a extrapolação dos dados em estudo.

LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

No que respeita às linhas de investigação futuras, entendemos que seria importante fazer-se uma abordagem aprofundada ao tema, alargando a novos horizontes do território nacional, na questão da criação, construção e ocupação de novos equipamentos desportivos modulares, no sentido de ajudarem na colmatação de problemas existentes nas regiões.

Por outro lado, contribuindo para a reorganização dos espaços desportivos existentes ao longo da costa portuguesa, em particular no que respeita aos desportos de mar, uniformizando tipologias (escolas de *surfing*, vela, canoagem, *kitesurf*, *padlle*, etc.) em todo território e não menos importante, contribuir para redução e/ou eliminação de economias paralelas existentes nessas atividades, que se traduzem em produtos tóxicos no contexto do turismo desportivo do nosso país.

Num contexto de abrangência territorial, entendemos que seria positivo estudar-se o paralelismo entre os destinos do litoral e os destinos do interior, e perceber onde a construção e ocupação espacial de novos equipamentos desportivos, poderiam ser uma mais-valia para o crescimento turístico de qualidade dessas regiões, atraindo deste modo, mais emprego, melhor e renovado turismo náutico, surgindo como um novo polo de atração turística para a diminuição da desertificação do interior do nosso país.

Pensamos que uma outra linha de investigação poderia passar pela criação *versus* adequação de um dado equipamento desportivo (protótipo) a uma qualquer atividade desportiva, num qualquer território quer ele seja nacional ou internacional, com um propósito de colmatar uma necessidade social, ou de valorização e acréscimo de valor para uma determinada região, no âmbito da prática desportiva e do turismo em geral.

BIBLIOGRAFIA

Aaker, D. (1991). *Managing Brand Equity: Capitalizing on the value of a brand name*. New York: The Free Press.

Abbot, A. (1988). *Workshop on sequence methods*. Austin: National Science Foundation Conference on Longitudinal Research Methods in Organizations.

Acsegrad, H. (1999). Discursos de Sustentabilidade Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, 79-90. *Publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. ISSN: 2317-1529. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27/0>

AGENDA 21 BRASILEIRA (2004). *Ações Prioritárias: Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. (2ª Ed.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoes2edicao.pdf.

Aicher, T. & Newland, B. (2017). To explore or race? Examining endurance athletes destination Events choices. *Journal of Vocation Marketing*, X (XX), 1-15.

Almeida, C. (2001). *O Treino em Portugal - Perfil social, caracterização da atividade e formação*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto.

Amaral, D. (1978). *Comentário à Lei dos Terrenos do Domínio Público Hídrico*. Volume I e II: Coimbra Editora Limitada.

Andrade, M. (2000). *Coordenação Dimensional como Ferramenta para Qualidade em Projetos de Habitação Popular*. Dissertação apresentada à Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

Antonelli, F. (1965). *Psicologia e Psicopatologia de lo Sport*. Roma: Leonardo.

APA. Agência Portuguesa do Ambiente. (2018). Divulgação. Consultado a 05 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/>.

APA. Agência Portuguesa do Ambiente. (2014). *Guia de apoio sobre a Titularidade dos Recursos Hídricos*. Atualizado. Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Departamento do

Litoral e Proteção Costeira. Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Applebaum, W. (1966). Methods for determining store trade áreas, market penetration and potential sales. *Journal of Marketing Research*, 3(2), 127-141.

Araújo, A. (2015). *Análise Estratégica do Setor da Náutica de Recreio. Estudo de caso sobre Cluster Potencial dos Operadores Marítimo -Turísticos do concelho de Cascais.* Dissertação apresentada à Escola de Ciências Económicas e das Organizações, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de mestre, Lisboa.

Arboix, I. (1999). La construcció de léspai: els delimitadors materials i els components efímers. In: ROQUETA MATÍAS, SANTIAGO; FOR MIR, JOSEP M. (Org.). *Aproximacions al concepte d'arquitectura efèmera. Arquitectura, Art i Espai Efímer.* (1ª Ed.). Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya.

Arksey, H. & Knight, P. (1999). *Interviewing for social scientists: The introductory resource with examples.* London: Sage.

Azevedo, M.V.E. (2009). *Patrocínios no futebol em Portugal - O caso do Sport Lisboa e Benfica.* Dissertação apresentada ao Departamento da Gestão do ISCTE Business School para a obtenção do grau de mestre em Marketing Desportivo, Lisboa.

Baade, R. & Matheson, V. (2002). Bidding for the Olympics: Fool's gold? In C. Barros, M. Ibrahim, & S. Szymanski (Eds.), *Transatlantic sport: The comparative economics of North American* (pp. 127-151). Clevedon, London: Edward Elgar.

Baker, H. (2000). *Le Corbusier: Analisis de la Forma. Versión castellana de Santiago Castán, arq.* ISBN: 84-252-1808-X

Banik, B. (1993). Applying triangulation in nursing research. *Applied Nursing Research*, 6(1), 47-52.

Barry, D. M. Cpherson, James, E. Curtis, & Jock W. Loy (1989). *The Social Significance of Sport: An Introduction to the Sociology of Sport. Published in Champaign Ill by Human Kinetics. ISBN-10: 0873222350*

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (5.ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Barreto, I. (2017). *Prática Arquitetónica e Desempenho Desportivo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Coimbra.

Bell, S., Tyrvaïnen, L., Sievanen, T., Probstl, U. & Simplson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research*, 1(2). Disponível em: <http://lrlr.landscapeonline.de/Articles/lrlr-2007-2/download/lrlr-2007-2Color.pdf>

Bendixen, M., Bukasa, K. A., & Abratt, R. (2004). Brand Equity in the business - to business market. *Industrial Marketing Management*, 33 (5), 371-380.

Bento, J. & Constantino J. (2009). *O Desporto e o Estado - Ideologias e Práticas*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Benévolo, L. (1998). *História da Arquitetura Moderna*. Editora Perspectiva. ISBN: 9788527301497

Bettenhausen, K. & Murnighan, J. K. (1986). *The emergence of norms in competitive decision-making groups*. *Administrative Science Quarterly*, 30, 350-372.

Beaud, J. (2003). A amostragem. In: G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp.201-232). Lisboa Lusociência.

Biscaia, R. (2015). Valor da Marca no Desporto. Seminário - *Estudos Avançados II - Curso de Doutoramento em Motricidade Humana*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana.

Bonito, F. (2018). *Potencial Turístico do Produto Running Tours. Caso de Estudo: Madrid Outdoor Sports*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo - Ramo Planeamento e Gestão de Turismo de Natureza e Aventura, Estoril.

Boof, L. (2012). *O que é? - O que não é. Petrópolis*. Brasil: Rio de Janeiro: Vozes.

Bouchet, P. Lebrun, A. & Auvergne (2005). Sport Tourism Consumer Experiences: A Comprehensive Model. In I. Urdangarín & D. Torres (Ed.), *New Views on Sport Tourism* (pp. 23-39), Illes Balears: Calliope Publishing.

Bogdan, R. & Bilken, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Bressan, F. (2000). *O método do Estudo de Caso*. *Administração Online*, 1 (1), 1-15.

Buckley, R. & Uvinha, R.R. (2011). *Turismo de aventura: Gestão e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bull, C. & Weed, M. (1999). *Niche markets and small Island tourism: the development of sports tourism in Malta*. Malta: Managing Leisure.

Burke, B & Keeler, M. (2010). *Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis*. Porto Alegre: Bookman.

Burgelman, R. (1983). A process model of internal corporate venturing in a major diversified firm. *Administrative Science Quarterly*, 28, 223-244.

Cadima, J.; Fernandes, H.; Viseu, J.; Parente, F. & Brito, M. (2002). Linhas de Orientação para o Planeamento de Espaços Desportivos. *Núcleo de Investigação em Políticas Económicas*. Porto: Universidade do Minho.

Cagigal, J. (1957). *Hómbres y Deportes*. Madrid: Taurus Ediciones.

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ (2002). *Figueira da Foz - Memória, Conhecimento e Inovação*. Paços de Ferreira: Héstia Editores.

Cambiaghi, S. (2007). *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Ed. Senac S. Paulo.

CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS (2013). *250 Maiores Empresas da Figueira da Foz*.

Consultado em 20 de janeiro de 2019. Disponível em:

https://issuu.com/campeodasprovincias/docs/250_maiores_empresas_figueira_foz_2

Campbell, D. & Fiske, D. (1959). "Convergente and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix." *Psychological Bulletin*, 56: 81-105.

Carnide, S. (2012). *Arquiteturas Expositivas Efémeras. Pavilhão Temporário em Roma*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Lisboa.

Carvalho, M. (2005). *Pareceres Jurídicos sobre Domínio Público Marítimo (DPM)*. Jurista do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. Figueira da Foz: IPTM Centro.

Carvalho, M. J., Januário, C., & Paipe, G. (2015). *O direito fundamental ao desporto: políticas de implementação em municípios de Portugal e Moçambique*. *Anuário ibero-americano de direito desportivo*, 3, 83-100.

Caseiro, A. (2013). *O Sistema Construtivo Modular em Madeira como contributo à Arquitetura Sustentável*. Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Covilhã.

Castro, H. (2009). Turismo Desportivo. Importância Actual y Futura. *Retos Turísticos*, 8 (1), 44-48.

CEDMFF, (2010). *Carta dos Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz*. Universidade de Coimbra. Acedido a 05/01/2019, Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/serv_com/ff_carta_eq_desp.

Chalip, L. (2004). Beyond impact: A general model for sport event leverage. In B. Ritchie & D. Adair (Eds.), *Sport tourism: Interrelationships, impacts and issues* (pp. 226-252). Clevedon: Channel View.

Chalip, L. (2005). Marketing, media, and place promotion. In J. Higham (Ed.), *Sport tourism destination: Issues, Opportunities and Analysis* (pp. 162-176). Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Ching, F.D.K. (1998a). *Arquitetura: Forma, Espaço y Ordem* (3.^a ed.). México: Gustavo Gili.

Ching, F.D.K. (1998b). *Aspetos Históricos da Coordenação Modular Cap.2.º. Introdução à Coordenação Modular da Construção no Brasil - Uma abordagem atualizada*. Coleção Habitare. Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao10/CAP3.pdf>.

Chizzoti, A. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez.

Cintra, P. (2012). *Soluções Técnicas e Eficiência Energética em Bungalows, incorporando microprodução*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrotécnica - Ramo de Energia. Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa - Área Departamental de Engenharia eletrotécnica e Sistema de Automação.

Coubertin, P. (1931). *Mémoires Olympiques*. Paris: Editions Revue "EPS".

Colim, C. (2010). *Gestão Estratégica de Destinos. Projeto Turismo de Negócios - Criação de uma marca certificada.* Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, para a obtenção do grau de mestre em Turismo, Estoril.

CONSELHO DA EUROPA (1992). *Carta Europeia do Desporto.* Disponível em: <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc120.pdf>

Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios.* Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias.* Lisboa: Livros Horizonte.

Corrêa, L. (2009). *Sustentabilidade na Construção Civil.* Monografia apresentada ao Departamento de Engenharia de Materiais e Construção da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do grau de mestre em Construção Civil, Belo Horizonte.

Cunha, L. (2007). *O Espaço do Desporto - Uma gestão para o desenvolvimento Humano.* Coimbra: Edições Almedina.

Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo, (4ª ed., 1º Vol.),* Lisboa: Editorial Verbo.

Curtis, W. (2008). *Arquitetura Moderna desde 1900 - Editora Bookman (3.ª ed.).* ISBN: 9788577800810.

Creswell, J. W. (1994). *Research design: qualitative and quantitative approaches.* Thousand Oaks, CA: Sage.

Creswell, J. W. (1997). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among the Five Traditions.* London: Sage.

Creswell, J. W. & Clark, V. L. P. (2007). *Designing and conducting Mixed Methods Research.* Lincoln: Sage.

Da Costa, L. (2005). *Atlas do esporte no Brasil: Atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil.* Rio de Janeiro: Shape. Cop.

De Knop (1990). Sport for all and active tourism. *World Leisure & Recreation*, 32(3), 30-36.

De Melo, R. (2009). Desportos de Natureza: reflexão sobre a sua definição conceptual. *Revista Exedra*, 2, 93-104.

Deery, M., Jago, L. & Fredline, L. (2005). Sport Touris mor Event Tourism: Are they the One And the Same. In I. Urdangarín & D. Torres (Ed.). *New Views on Sport Tourism*. (pp. 137-148). Illes Balears: Calliope Publishing.

Delgado, M. (2014). *Regeneração de frente de água e a náutica desportiva: os modelos de Barcelona, Vigo e Valência*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Lisboa.

Dencker, A. (1998). *Métodos e Técnicas de pesquisa em turismo* (2.^a ed.). São Paulo: Futura.

Denzin, N. (1989). *The research act: a theoretical instruction to sociological* (3 ed.^a). Englewook Cliffs, N. J. Prentice Hall.

DGOTDU (2007). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Coleção Informática. Lisboa.

Diogo, J. (2015). *O Patrocínio Desportivo: Ativação da marca e o papel do consumidor*. Dissertação apresentada ao ISCTE Business School. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, para a obtenção do grau de mestre em Marketing.

Dinis, R. (2010). *Contribuição para a reabilitação sustentável de edifícios de habitação*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil de Construção, Lisboa.

DICIONÁRIO EDITORA DE LINGUA PORTUGUESA (2018). *Dicionário Língua Portuguesa*. Porto Editora. ISBN: 978-972-0-01866-3.

Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources* (4), 335-354.

Duarte, I. (2017). *As motivações do turista para a prática do turismo náutico na Região Centro de Portugal*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu para a obtenção do grau de mestre em Gestão Turística, Viseu.

Duarte, R. (1993). *A Arquitetura do Efêmero*. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de doutor em Arquitetura, Lisboa.

Escobar, V. (1999). “*Pensar lo efímero*”. *Arquitectura, Art i Espai Efímer* (1^a ed., Cap.1). Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya.

EUROBAROMETRO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA (2017). *Especial Eurobarometer 472*. Comissão Europeia. Bruxelas.

Espirito Santo, H. (2010). *Procedimentos para uma Certificação da Construção Sustentável*. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Engenharia - Reabilitação de Edifícios, Costa da Caparica.

Eisenhardt, K., & Bourgeois, L. J. (1988). Politics of strategic decision making in high velocity environments: Toward a mid-range theory. *Academy of Management Journal*, 31, 737-770.

Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, Vol.14. No. 4 (Oct., 1989), pp. 532-550.

Eisenhardt, K. M. (1995). Building theories from Case Study Research. In: Huber, G. P.; Van de Ven, A. H. (1995). *Longitudinal field research Methods - studying processes of organizational change*. Thousand Oaks: Sage Publication, p. 65-90.

Eisenhardt, K. M. (2002). Building theories from case study research. In: A. Huberman & B. Miles (Eds), *The qualitative researcher's companion* (pp.5-35). Thousand Oaks, CA: Sage.

EXPO ARADE. (2006a). *Expo Arade statutes*. Portimão: Autor.

EXPO ARADE. (2006b). *Powerboat event hosting agreement*. Portimão: Author.

EXPO ARADE. (2008). *Provisional management instrument*. Portimão: Author.

Farinha, J. S. B. & Reis, C. A. (2000). *Tabelas Técnicas*. Lisboa: Edições Técnicas E.T.L. Lda.

Fennell, D. (1999). *Ecotourism: na introduction*. London: Routledge

Ferreira, M. (1999). O Litoral Português: Contributos para uma “geografia das regiões litorais”. *III Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 57-69). Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos.

Ferreira, L. (2011). *Representações dos Professores e Inovação Pedagógica. Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Madeira: Universidade da Madeira.

Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.

Foresti, D. (2008). *Aspectos de Arquitetura Orgânica de Frank Lloyd Wright na arquitetura paulista. Obra de José de Leite de Carvalho e Silva*. Dissertação de Mestrado apresentado ao

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo: Universidade de S. Carlos.

Frampton, K. (2008). *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Editora: Martins Fontes. ISBN: 9788533624269.

Freitas, J. (2010). *Turismo Náutico: agentes dinamizadores do estuário do Tejo. Contributos para uma estratégia de desenvolvimento turístico*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de mestre em Turismo, Estoril.

Freitas, J. (2007). O litoral português, perceções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 7(2), 105-115.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA (2003). *A Obra Nasce*. Porto: Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa.

Flick, U. (2002). *Na introduction to qualitative research*. London: Sage.

Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata

Gallardo, L.; & Jimenez, A. (2004). *La gestion de los servicios desportivos municipales vias para la excelência*. Barcelona: Inde Publicaciones.

Gauthier, B. (2003a). A Estrutura da prova. In B. Gauthier (Ed.) *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp.143-174). Lisboa: Lusociência.

Gauthier, B. (2003b). Introdução. In B. Gauthier (Ed.) *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp.16-132). Lisboa: Lusociência.

Gersick, C. (1988). Time and transition in work teams. Toward a new model of group development *Journal*, 31, 9-41.

Gerring, J. (2004). Wat is a case study and Wat is it good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354.

Goode, W.J. ; Hatt, P.K. (1969). *Métodos em pesquisa Social*. São Paulo: Nacional.

Guerra, Y. (1998). *Investigação Social e Serviço Social: Novos processos de produção do conhecimento. Paper presented at the XVI Congreso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*. Santiago do Chile.

Getz, D. & Andersson, T. (2010). The Event-Tourist Career Trajectory: A Study of High-Involvement Amateur Distance Runners. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(4), 468-491;

Gersick, C. (1988). Time and transition in work teams: Toward a new model of group development. *Academy of Management Journal*, 31, 9-41.

Ghiglione, R. E B. Matalon (1995). *O Inquérito - Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Gibson, H. (1998). Sport Tourism: A Critical Analysis of Research. *Sport Management Review*, 1, 45-76.

Gil, C. A. (1995). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas.

Gibson, H. & Attle, S. Yiannakis, A. (1997). Segmenting the sport tourist market: a lifespan perspective. *Paper presented at Teaming for Success: A Forum on Sport Tourism*, 6-8 March, Arlington, VA.

Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies of qualitative research*. London: Wiedenfeld and Nicholson.

Glaser, B. (1978). *Theoretical sensitivity*. Mill Valley, CA: Sociology Press.

Glaser, B. (1998). *Doing grounded theory: Issues and discussions*. Mill Valley, CA: Sociology Press.

Glaser, B. (2001). *The grounded theory perspective: conceptualization contrasted with description*. Mill Valley, CA: Sociology Press.

Glyptis, S. (1991). Sport and Tourism. In C. Cooper (Ed.), *Progress in tourism, recreation and hospitality management* (pp. 165-183). London: Belhaven Press.

Gomes, R. (2014). *A Gestão Desportiva do Litoral Português: O valor desportivo das praias da circunscrição da Capitania da Figueira da Foz*. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Gestão do Desporto, Lisboa.

Gonçalves, C. (2013). *Construção Modular - Análise Comparativa de Diversas Soluções*. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, Aveiro.

Gonçalves, J. E Duarte, D. (2006). *Arquitetura Sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia, em experiências de pesquisa, prática e ensino.* Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Porto Alegre, v.6, n.4, p.51-81. ISSN: 1415-8876.

Greven, H. & Baldauf, A. (2007). *Introdução à Coordenação Modular na construção no Brasil: uma abordagem atualizada* (Coleção Habitare Ed. Vol. 9 FINEP). Porto Alegre, Brasil: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construtivo - ANTAC.

Hall, C. & Page, S. (2006). *The geography of tourism and recreation: environment, place and space.* (3.^a ed.) London: Routledge.

Harris, S. & Sutton, R. (1986). Functions of parting ceremonies in dying organizations. *Academy of Management Journal*, 29, 5-30.

Hirotoni, Y. (2013). *Teahouse in Art Tababe, Matsue - Japan.* Arquitectura, "Archivision Hirotoni Studio". Archivision-hs.co.jp

Higham, J. (1999). *Commentary - Sport as an avenue of tourism development: An analysis of the positive and negative impacts of sport tourism.* *Current Issues in Tourism*, 2(1), 82-90. doi:10.1080/13683509908667845.

Hitchcock, H. (1973). *In the nature of the materials: the buildings of Frank Lloyd Wright 1887-1941.* New York: Da capo Press.

Holbrook, M. & Schindler, R. (1991). Echoes of the Dear Departed Past: Some Work in Progress on Nostalgia. In R.H. Holman and M.R. Solomon (eds.), *Advances in Consumer Research*, (Cap. 18, pp.330-333). Provo, UT: Association for Consumer Research.

Hunziker, W. & Knapf, K. (1942). Compendio general de turismo. In J. Luís (1990). *Teoria Turística.* Bogota: Universidade del Externato de Colômbia.

Hurtado, J. & Luemo, M. (2012). Arquitetura efémera: construcciones diseñadas para desaparecer. *Nueva Construcción* (29), 24.

INE, (2019). Instituto Nacional de Estatística. Unidade Territorial, seleção de indicadores. Consultado em 15 de abril de 2019. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

INE, (2017). Instituto Nacional de Estatística. Unidade Territorial, seleção de indicadores.

IDHEA, (2012). *Nove passos para a obra sustentável.* Consultado em 05 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.idhea.com.br>.

INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA - DIREÇÃO REGIONAL DO CENTRO (2000). Baixo

Mondego uma caracterização Estatística. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA (2018). *Estatística do Turismo 2017*. Lisboa: ISBN 978-989-25-0447-6.

IPDJ, (2016). *Manual de Licenciamento de Instalações Desportivas*. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude, IP.. Divisão de Infraestruturas Desportivas.

IPTM (2003). *Dossier dos Instrumentos de Cooperação Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos*. Delegação dos Portos do Centro e a Câmara Municipal da Figueira da Foz. Figueira da Foz: Edição IPTM - Delegação dos Portos do Centro.

ITB WTTR (2017). *ITB World Travel Trends Report*. Published by Messe Berlin GmbH. Germany: Messedamm 22 D-14055 Berlin.

ITB WTTR (2016). *ITB World Travel Trends Report*. Published by Messe Berlin GmbH. Germany: Messedamm 22 D-14055 Berlin.

Jodidio, P. (2011). *Temporay Architecture Now!* Cologne: Tachen.

Keller, K. L. (1993). Conceptualizing, Measuring, and Managing Customer-Based Brand Equity. *Journal of Marketing*, 57(1), 1-22.

Kinchi, J., Polivka, B. & Gallo A. (1991). "Triangulation: operational definitions." *Nursing Researsh*, nº 40 (6), pp. 364-366.

Kotler, P., Bowen, J. & Makens, J. (1999). *Marketing for Hospitality and Tourism* (2.^a ed.). London: Prentice Hall.

Kotler, P., & Pfoertsch, W. (2007). Being known or being one of many: The need for brand management for business-to-business (B2B) companies. *Journal of Business & Industrial Marketing*, 22(6), 357-362.

Kramer, P. J. & Boyer, J. S. (1995). *Water relations of plants and soils*. Academic Press, San Diego.

Kronenburg, R. (2012). *Portable Architecture*. London: Routledge.

Kurtzman, J. (2005). Economic Impact: sport Tourism and the City. In I. Urdangarín & D. Torres (ed.), *New Views on Sport tourism*, (pp. 109-135). Illes Balears: Calliope Publishing.

Kurtzman, J. & Zauhar, J. (2005). Sport a tourism consumer motivation. *Journal of Sport & Tourism*, 10(1), 21-31;

Kurtzman, J. & Zauhar, J. (1997). A wave in time - the sports tourism phenomena. *Journal of sport & Tourism*, 4(2), 7-24.

Lazo, T. (2015). *História de la vivienda Edad de Piedra. Egipto-Mesopotamia-Roma. Apuntes de Arquitectura.* Disponível em:
<http://apuntesdearquitecturadigital.blogspot.com/2010/06/historia-de-la-vivienda-edad-de-piedra.html>.

Lawson, M. (2007). *Technical: Building using modules, New Steel Construction.* Disponível em: <http://www.newsteelconstruction.com/wp/wp-content/uploads/2012/09/Module-cover.jpg>.

Lev, B. (2001). *Intangibles: management, and reporting.* Washington: Brookings Institution.

Le Compte, M. & Preissle, J. (1993). *Ethnography and qualitative design in educational research* (2ª ed.). San Diego: Academic Press.

Leão, N., Alenquer, C. & Veríssimo, A. (2008). *Belém Sustentável 2007.* Imazon: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Leonard-Barton, D. (1988). *Synergistic design for case studies: Longitudinal single-site and replicated multiple-site.* Paper presented at the National Science Foundation Conference on Longitudinal Research Methods in Organizations, Austin.

Leek, S., & Christodoulides, G. (2012). A framework of brand value in B2B markets: The contributing role of funcional and emocional components. *Industrial Marketing Management*, 41(1), 106-114.

Likert, R. (1932). A Technique for the Measurement of Attitudes. *Archives of Psychology*, 140: 1-50

Littman, J. (2009). *Regenerative Architecture: A Pathway Beyond Sustainability.* Massachusetts - Amherst: University of Massachusetts.

LIVRO BRANCO SOBRE O DESPORTO (2007). *Comissão Europeia.* Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo.

Lopes, T. (2018). *Valorização do Turismo na gestão de áreas naturais periurbanas.* Tese apresentada ao Instituto Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de doutor em Turismo, Lisboa.

Lourenço, R. (2008). *Turismo de Prática Desportiva. Estudo de caso: Os percursos Pedestres e os Termalistas Clássicos em Monfortinho.* Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de mestre em Turismo, Covilhã.

Lucini (2001). *Teoria da Coordenação Modular Cap.3.º. Introdução à Coordenação Modular da Construção no Brasil - Uma abordagem atualizada.* Coleção Habitare. Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao10/CAP3.pdf>.

Lukovic, T. (2013). Tourism and nautical Tourism. In T. Lukovic (Ed.). *Nautical Tourism* (1st ed., pp. 5-32): Oxfordshire, Cabi Publishing.

Marusic, Z.; Ivandic, N.; Horak, S. (2014). *Nautical Tourism within TSA framework: case of Croatia.* In *13th Global Form, on Tourism Statistics* (pp. 1-15). Nara: Nara Tourism.

Martins, G. De A. (2006). *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa.* São Paulo: Editora Atlas

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos da Metodologia Científica*, (6.ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mascaró, H. (1976). *Coordinación modular? Que'es?* Summa: Buenos Aires.

Melo, J. (2003). Educação, Ambiente e Desportos de Natureza - Uma simbiose possível. In Instituto do Desporto (Ed.). *O Desporto para além do Óbvio* (pp. 13-22). Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Mayring, P. (2000). *Qualitative content Analysis.* *Forum Qualitative Social Research*, 1(2). Retrieved from <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-e/2-00inhalt-e.htm>

Merrian, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

Micallef, A. & Williams, A. (2009). *Beach Management - Principles and Practice.* London: Earthscan.

Miles, M. B. & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis* (2ª ed.). Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Mintzberg, H. & Mchugh, A. (1985). *Strategy formation in na adhocracy.* *Administrative Science Quarterly*, 30, 160-197.

Mitchel, E. (1986). *Multiple triangulation: A methodology for nursing science*, n.º 8 (3), pp. 18-26. Aspen Publisher, Inc.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO (2007). *Plano estratégico nacional do turismo: Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, I.P. - Ministério da Economia e Inovação. Lisboa.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO (2011). *Plano estratégico nacional do turismo: Propostas para revisão no horizonte 2015*. Turismo de Portugal, I.P. - Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento. Lisboa.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL (2010). *Turismo de Aventura: Orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação.

Menga, L. & André, M. (1986). *Pesquisa em educação, abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU.

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *The case study as research strategy in education*. EDUSER: *Revista de Educação*, Vol 2 (2), Inovação, Investigação em Educação. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação.

Muller, T., & Cleaver, M. (2000). Targeting the Canzus baby boomer explore and adventure segments. *Journal os Vacation Marketing*, 6, 154-169.

Neufert, P. (2013). *Arte de Projetar Em Arquitetura*. (18.ª ed.). Brasil: Editora Gustavo Gili.

Neves, L. (2016). *A Importância da náutica para a afirmação do destino Cascais: O caso de estudo de Vela*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de mestre em Turismo - Ramo Estratégica de Destinos, Estoril.

Nordin, S. (2005). *Tourism of Tomorrow: Travel Trends and Forces of Change*. European Tourism Research Institute.

Nunes, P. (2010). *Desporto, Turismo e Ambiente - O Turismo de Natureza como Polo de Atração Turística Complementar ao Produto Sol e Mar na Sub-Região do Litoral Alentejano* - Tese apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de doutor em Motricidade Humana - Especialidade de Ciências do Desporto, Lisboa.

O'Brien, D. (2007). *Points of leverage: Maximizing host community benefit from a regional surfing festival. European Sport Management Quarterly*, 7, 141-165.

Panagiotopoulos, D. (2015). *Global Sports Tourism and the Necessity of an Institutional Framework in Greece. SPORTS LAW - Lex Sportiva - Lex Olympica and Sports Jurisdiction Experience - Development & Perspective* (pp. 416-424). 20th IASL Congress, 2014, Atenas, EKEAD.

Paz, D. (2008). Arquitetura efêmera ou transitória. Esboços de uma caracterização. *Vitruvius Magazines - arquitextos*. Consultado em 18/01/2018. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/97>.

Pereira, P., Mascarenhas, M., Flores A. & Pires, G. (2015). Nautical small-scale sports event portfólio: a strategic leveraging approach, *European Sport Management Quarterly*, 15:1, 27-47, doi: 10.1080/16184742.2015.1007883.

Pedro S. & Amado, M.P. (2012). *Construção Sustentável - Contributo para a construção de Sistema de Certificação*. Costa da Caparica: GEOTU, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Pennington-Gray, L., & Holdnak, A. (2002). Out of the stands and into the community: Using sports events to promote a destination. *Event Management*, 7, 177-186. doi: 10.3727/152599502108751578.

PENT (2006). Os 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal - Turismo Náutico. *THR (acesores en turismo Hotelaria y Recreacion Sa)* para o Turismo de Portugal, Ip.

Pettigrew, A. (1988). *Longitudinal field research on change: Theory and practice. Paper presented at the National Science Foundation Conference on Longitudinal Research Methods in Organizations*, Austin.

Pinto, C. (2014). *Caracterização das Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira de Pinho Bravo e de Freixo do Nordeste Transmontano*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança para a obtenção do grau de mestre em Engenharia da Construção, Bragança.

Pires, G. (2007). *Âgon - Gestão do Desporto: O Jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora.

Pires, J., Silveira, C., Fialho, F. (2016). Arquitetura Regenerativa: O ensino e aprendizagem para uma nova concepção em arquitectura. *Revista Travessias*. Vol.10, n-02, 27 Ed.2016. ISSN: 1982-5935

PORDATA (2019). *Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

PORDATA (2018). *Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Possebon, E. (2004). O Modulor de Le Corbusier: forma, proporção e medida na arquitetura. *Revista de Cultura IMAE*, ano 5, nº 11. Consultado em 11 janeiro de 2019. Disponível em: http://www.ufrgs.br/espmat/disciplinas/midias_digitais_II/modulo_IV/numero_de_ouro.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FIGUEIRA DA FOZ (2014) - Figueira 2030, *Território Sustentável do Atlântico*. Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Prates, C. J. & Prates C. F. (2009). *Problematizando o uso de técnica de análise documental no serviço social e no direito*. Sociedade em debate. Pelotas, 15 (2): 111-125, Jul. - Dez.

Priori, L. (2008). *Construção Sustentável: potencialidades e desafios para o desenvolvimento sustentável na construção civil*. Recife: Sindicato da Indústria da construção civil de Pernambuco.

Pwc, P. (2016). *Náutica de Recreio em Portugal - Uma perspetiva de Procura*. Consultado em 07 de janeiro de 2019. Disponível em <http://www.pwc.pt/pt/publicacoes/2016/pwc-nautica-em-portugal-uma-perspetiva-da-procura.pdf>.

Quivy, R. & L. V. Campenhoudt (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Radicchi, E. (2013). Tourism and Sport: Strategic Synergies to Enhance the Sustainable Development of a Local Context. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, LVII, 44-57.

Rheenen, D., Cernaianu, S. & Sobry, C. (2017). Defining Sport Tourism: a content analysis of an evolving epistemology. *Journal of Sport & Tourism*, 21(2), 75-93.

Ribeiro, F. (2011). *Novos Espaços para Esporte e Lazer - Planejamento e Gestão de Instalações Esportivas, Atividades Físicas, Educação Física e Lazer*. Ícone Editora.

Ribeiro, N. (2014). *O Turismo Desportivo como estratégia de competitividade para destinos turísticos: o caso da região de Lisboa*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Gestão para a obtenção do grau de mestre, Lisboa.

Reis, L. (2013). *Mapeamento das Percepções dos Atores do Ecosistema de Melhoria de Processos Utilizando a Grounded Theory*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática da Pontifícia. Universidade Católica do Paraná com requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Curitiba.

Rodriguez, G. G. Flores, J. G. & Jiménez, E. G. (1999). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.

Rosa, F. P. (2014). *Desporto, Recreação e Turismo em Áreas Protegidas, Modelo de Gestão Participada pra o Parque Natural das Serras de D'Aire e Candeeiros*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Madeira: Universidade da Madeira.

Rosso, T. (1976). *Introdução à Coordenação Modular da Construção no Brasil – Uma abordagem atualizada*. Coleção Habitare (Cap. 2). FINEP. Porto Alegre, Brasil: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construtivo - ANTAC.

Saccol, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. *Rev. Adm. UFSM*, 2(2),250-269.

Salvador, M. (2017). *CIAB Viana do Castelo, Centro de Investigação de Arquitetura Bioclimática*. Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo. Vila nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.

SAER/ACL (2009). *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*: Lisboa. SAER/ ACL.

Sancho, J. (2017). *O Planeamento de Produtos Turísticos*. In Silva, F. e Umbelino, J. (coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*, Lisboa: Lidel Edições Técnicas.

Sambento, F. (2012). *IPAM - The Marketing School - O impacto do CRM na Equipa Comercial da Saint-Gobain, Weber Portugal, Sa*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Escola Superior de Aveiro.

Sarmiento, J. & Carvalho, M. (2014). *Gestão de Instalações Desportivas*. In M. Arraya e M. N. G. Silva (Eds.). *Tendências Contemporâneas da Gestão Desportiva* (Vol.1, pp. 427-453). Lisboa: Visão e Contextos.

Seabra, F. (2010). *Ensino Básico: Repercussões da Organização curricular por competências na estruturação das aprendizagens escolares e nas políticas curriculares de avaliação.* Tese de Doutoramento em Educação. Área de Conhecimento em Desenvolvimento Curricular. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.

Segre, R. (2011). Materialidade do objeto: interface entre homem e natureza. In G. Rocha-Peixoto, L. Bronstein, G. Lassance, B.S. Oliveira (Org.). *Leituras em teoria da arquitetura: 3. Objetos.* Rio de Janeiro: Rio Book's.

Sergiant, J. (1976). *Frank Lloyd Wright Usonian Houses - The case for Organic Architecture.* New York: Whitney Library of Design - Watson - Guptill Publications.

Shigeru Ban Architects. (2013a). *Paper Church-Kobe* [Estúdio de Arquitetura]. Japan:1995-2005 (*disassembled*).

Silverman (2005). Doing Qualitative Research: A Practical Handbook. In Saur-Amara, I (2009). *I&D Internacional: perspectivas da Indústria Farmacêutica.* Dissertação de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Silveira, L. (2016). *O Turismo de lates - Estratégia de desenvolvimento para a Figueira da Foz.* Tese apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de doutor em Turismo, Lazer e Cultura, na especialidade de Turismo e Desenvolvimento, Coimbra.

Silva, C. (2002). *Gestão Litoral. Integração de Estudos da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga das Praias. O Troço S. Torpes - Ilha Pessegueiro.* Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para a obtenção do grau de doutor em Geografia e Planeamento Regional, Lisboa.

Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores.* Tese apresentada ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de doutor em Geografia, na Especialidade de Planeamento Urbano, Lisboa.

Silva, F. & Carvalhinho, L. (2017). Turismo na Natureza e de Aventura. In F. Silva e J. Umbelino (Coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico.* (Cap. 18, pp. 261-271). Lisboa: Lidel Edições Técnicas.

Soares, J. (2006). *Natureza da Decisão Estratégica em Organizações Desportivas: Estudo das Associações de Modalidade na Região Autónoma da Madeira*. Doutoramento, Madeira: Universidade da Madeira.

Sousa, M. J. & Batista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Grupo LIDEL - Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Stake, R. E. (1978). *The art of case study research*. Thousand Oaks. CA: Sage.

Stake, R. E. (1994). *Case Studies*. In N. Denzin Y. Lincoln, *Handbook of qualitative research* (pp. 236-247). Newsbury Park: Sage.

Stake, R. E. (1999). *Investigacion com estúdio de casos*. Madrid: Morata.

Stake, R. E. (2009). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso (2ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Strauss, A. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. Ed. London, SAGE Publications.

Strauss, A. & Corbin, J. (2000). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory (2ª ed.)*. Sage Publications.

Taleghani, G. & Ghafary, A. (2014). *Providing a Management Model for the Development of Sports Tourism*. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 120, 289-298.

Thr (2006). 10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal Turismo Náutico. Estudo realizado pela THR (*Asesores en Hoteleria y Recreacion S.A*) para Turismo de Portugal.

Tribe, J. (2011). *The Economics of Recreation, Leisure and Tourism*. (4ª ed.) Oxford: Butterworth-Heinemann.

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TURISMO DE PORTUGAL, IP. (2018). *TravelBI*. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação - Turismo de Portugal. IP.

TURISMO DE PORTUGAL, IP. (2017). *Estratégia Turismo 2027. Liderar o Turismo do Futuro.* Lisboa: Ministério da Economia e Inovação - Turismo de Portugal. IP.

TURISMO DE PORTUGAL, IP. (2007). *Plano Estratégico Nacional de Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo de Portugal.* Lisboa: Ministério da Economia e Inovação.

TURISMO DE PORTUGAL, IP. (2006). *Turismo de Natureza. In Turismo de Portugal (ed.), 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal.* Lisboa: Turismo de Portugal.

Uhl, C. (2004). *Developing ecological consciousness: path to a sustainable world.* Lanham, MD: Roman and Littlefield.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION (2017a). *UNWTO Annual Report 2016.* Madrid: UNWTO.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION (2017b). *UNWTO Tourism Highlights, 2017, Edition.* Madrid: UNWTO.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION (2011). *Handbook on Tourism Product Development.* Madrid: UNWTO & ETC.

Vásquez, R. R., & Angulo, R. F. (2003). *Introducción a los estudios de casos. Los primeros contactos com la investigación etnográfica.* Málaga: Ediciones Aljibe.

Van Maanen, J. (1988). *Tales of the field: On writing ethnography.* Chicago: University of Chicago Press.

Vargas-Sánchez, A. (2017). Territórios de inovação e turismo. In F. Silva e J. Umbelino (coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*, (Cap. 34; pp. 481-493) Lisboa: Lidel Edições Técnicas.

Valentine, P. (1992). Review: Nature-based tourism. In B. Weiler and C.M. Hall (ed.), *Special interest tourism.* (pp. 105-127). London: Belhaven Press.

Veal, A. (1997). *Research Methods for Leisure and Tourism: a Pratical Guide.* London: Pitman.

Ventura, P. (2007). *A cidade e domínio público marítimo - Complementaridade Urbana.* Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa para a obtenção do grau de licenciado, Porto. (não publicado).

Verdet, A. (2002). *Puertos Deportivos: Repercusión de su administración y gestión en el desarrollo del turismo náutico. Estrategias para el caso de la costa del sol.* Tese apresentada ao departamento de Economía y Administración de Empresas da Universidad de Málaga, para a obtenção do grau de doutor, Málaga.

Vilela, M. (2013). *A Madeira na Construção de Habitação Coletiva.* Dissertação apresentada à Faculdade de Comunicação, Artes, Arquitetura e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona do Porto para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Porto.

Wright, F. (1985). *Frank Lloyd Wright.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili: SA.

Webster, J. F., & Keller, K. L. (2004). A roadmap for branding in industrial markets. *Journal of Brand Management*, 11(5), 388-402.

William, A. (2004). *The golden age of travel. The romantic years of tourism in images from Thomas Cook archives.* Peterborough: Thomas Cook Publishing.

Williams, A., & MICALLEF, A. (2009). *Beach Management - Principles and Practice.* London: Earthscan.

Yin, R. K. (1993). *Applications of case study research.* Beverly Hill, CA: Sage Publishing.

Yin, R. K. (2003). *Case study research: Design and methods.* London: Sage.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos.* Porto Alegre.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos (4ª ed.)* Porto Alegre, Bookmans.

Zambrano, L.; Bastos, L. & Fernandes, P. (2008). *Integração dos Princípios de Sustentabilidade ao Projeto de Arquitetura.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado em 05 de abril de 2018. Disponível em:
<http://www.usp.br/nutau/CD/53.pdf>

Zechmeister, D. (2008). *Elementos de arquitetura de climatização natural: método projetual buscando a eficiência energética nas edificações.* Porto Alegre: Masquatro.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Carta Europeia do Desporto para Todos (1975).

Constituição da República Portuguesa (1997).

Carta Europeia do Desporto (1992) - Os Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a 7.^a conferência, nos dias 14 e 15 de maio de 1992: Rhodes.

Decreto-Regulamentar n.º 09/2009, de 29 de maio - Regula a alínea c) do n.º 2 do Artigo 155.º, do RJIGT, Retificado pela Declaração de Retificação n.º 53/2009, de 28 de junho - Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Decreto-Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de outubro - Altera o Decreto - Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, que regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental.

Decreto-Regulamentar n.º 18/1999, de 27 de agosto - Alterado pelo Decreto - Regulamentar n.º 17/2003, de 1 de outubro. Regula a animação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental.

Decreto-Regulamentar n.º 34/1995, de 16 de dezembro - Parcialmente revogados pelos Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março e 220/2008, de 12 de novembro, e pelo Decreto-Regulamentar n.º 6/2010, de 28 de dezembro - Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos.

Decreto-Lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro - Revoga o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro; Retificação pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto - Regulamento Geral do Ruído (RGD).

Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro - Regula a atividade marítimo-turística, revogando os Decretos-Leis números 564/80, de 6 de Dezembro, e 200/88, de 31 de Maio, e a Portaria n.º 59/88, de 28 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março - Artigo 13.º alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro - Altera e república o RJUE.

Decreto-Lei n.º 46/1994, de 22 de fevereiro - Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.

Decreto-Lei n.º 53/1974, de 15 de fevereiro - Altera a redação do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, relativo ao regime jurídico dos terrenos submetidos ao domínio público hídrico

Decreto-Lei n.º 65/1997, de 31 de março - Regime de instalação e funcionamento de recintos com diversões aquáticas.

Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de abril - Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE).

Decreto-Lei n.º 79/2006 de 4 de abril - Revoga o Decreto-Lei n.º 118/98, de 07 de maio - Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE).

Decreto-Lei n.º 80/2006 de 4 de abril - Revoga o Decreto-Lei n.º 40/90, de 06 de fevereiro - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios RCCTE.

Decreto-Lei n.º 93/1990, de 19 de março - Reserva Ecológica Nacional (REN).

Decreto-Lei n.º 96/1997, de 24 de abril - Transpõe para o direito interno a matéria contida na Diretiva n.º 94/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, relativa às embarcações de recreio.

Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio - Artigo 11.º alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril - Regulamento das condições técnicas e de segurança dos equipamentos desportivos.

Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio - Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.

Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio - Impõe a aplicação da regra do deferimento tácito e da desmaterialização do procedimento administrativo. - Alteração do RJID - Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho).

Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio - Republica o Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro - Espaços de jogo e recreio: Parques Infantis, parques de skate, insufláveis, trampolins.

Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio - Aprova o Regulamento da Náutica de Recreio.

Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro - Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho - Revoga o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de novembro, e as disposições s/ginásios da Portaria n.º 791/2007, de 17 de julho; altera o Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio - Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (RJID).

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto - Regime de Acessibilidades aos Edifícios e Estabelecimentos que recebem Público, via Pública e Edifícios Habitacionais, Revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.

Decreto-Lei n.º 201/1992, de 29 de setembro - Define as áreas de jurisdição da Direcção-Geral de Portos e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais na faixa costeira.

Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro - Revoga parcialmente o Decreto-Regulamentar n.º 34/95 de 16 de dezembro, e outros - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE).

Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - RJSCIE.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio - Alterado pelos Decretos-Lei n.º 391-A/2007, de 21/12;93/2008, de 04/06;107/2009, de 15/05;254/2009, de 22/09;82/2010, de 02/07 e Lei n.º 44/2012, de 29/08 - Regime de Utilização dos Recursos Hídricos.

Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio - Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.

Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de outubro - Altera o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 273/2000, de 09 de novembro - Aprova o novo Regulamento do Sistema de Tarifário dos Portos do Continente.

Decreto-Lei n.º 309/1993, de 02 de setembro - Regula a elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira. Diário da República n.º 206/93 - I Série A. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro - Altera o Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro, Alterado pelos Decretos-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, 268/2009, de 29 de setembro, 48/2011, de 01 de abril e 204/2012, de 29 de agosto - Instalação e Funcionamento dos Recintos de Espetáculos e de Divertimento Públicos.

Decreto-Lei n.º 317/1997, de 25 de novembro - Regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público.

Decreto-Lei n.º 349-C/83, de 30 de julho - Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado.

Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro - Estabelece o procedimento Delimitação do Domínio Público Marítimo.

Decreto-Lei n.º 379/1997, de 27 de dezembro - Altera e republicado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio. - Regulamento das Condições de Segurança na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio.

Decreto-Lei n.º 380/1999, de 22 de setembro - Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Decreto-Lei n.º 468/1971, de 05 de novembro - Revê, atualiza e unifica o Regime Jurídico de Terrenos do Domínio Público Marítimo (Revogado pela Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro).

Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro - Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 38 382/1951, de 07 de agosto - Regulamento Geral de Edificações Urbanas.

Despacho n.º 14449/2012 - Determina a publicação do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo. Diário da República n.º 216/2012 - 2.ª Série. Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Mestrado em Gestão do Desporto - A Gestão Desportiva do Litoral Português: O valor desportivo das praias da área de jurisdição da Capitania da Figueira da Foz 135 Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Saúde e da Educação e Ciência.

Lei 31/2016, de 23 de agosto - Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos.

Lei 48/1998 de 11 de agosto - Estabelece as bases políticas de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Lei 54/2005, de 15 de novembro - Estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos.

Lei 54/2007, de 31 de agosto - Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, que estabelece as bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Lei 58/2005, de 29 de dezembro - Alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho - Lei da Água.

Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril - Identifica os elementos Instrutórios dos Procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Portaria n.º 232/2008, de 11 de março - Revoga a Portaria n.º 1110/2001, de 19 de setembro, Retificada pela Declaração de Retificação n.º 26/2008, de 09 de maio. Regula o n.º 4 do Artigo 9.º do RJUE. Fixa os elementos de instrução de processos de licenciamento de operações urbanísticas.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de novembro - Regula o Artigo 15.º do SCIE - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RTSCIE).

RTID (2013) - Regulamento Técnico das Instalações Desportivas. Divisão de Infraestruturas Desportivas (DIED).

Diretiva n.º 94/25 CE - Relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados - membros respeitantes a embarcações de recreio.

WEBSITES DE CONSULTA

CAMARA MUNICIPAL DE PENICHE. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/Centro-de-Alto-Rendimento-de-Surf-de-Peniche-Instalações>.

CAMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO. Disponível em <http://www.cm-viana-castelo.pt>.

CORTICEIRA AMORIM (2018). Disponível em <https://www.amorim.com/media/noticias/Corticeira-Amorim-lanca-piso-inovador/1392/>

GOOGLE EARTH. Disponível em <http://www.google.com/earth>

PORDATA. Disponível em <http://www.pordata.pt>

PORTO DESPORTIVO DE VIGO. Disponível em <http://puerto.rcnauticovigo.com/es/index.php>

MICHELIN. Disponível em: <http://www.viamichelin.pt>

TURISMO DA NATUREZA. Disponível em: <http://icnf.pt/portal/turnatur/tn>

TURISMO DE PORTUGAL. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt>

TURISMO DE PORTUGAL. Disponível em:
<https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

TURISMO DE VIGO. Disponível em <http://www.turismodevigo.org/pt-pt/real-clube-nautico-de-vigo>

VIANA DE REMOS. Disponível em <http://www.vianaremaioresdolima.pt>

ANEXOS

Atores chave - Entidades Públicas da Sub-região do Litoral Centro de Portugal

Camara Municipal da Figueira da Foz
Paços do Concelho - Av. Saraiva de Carvalho
3084 - 501 Figueira da Foz
municipe@cm-figfoz.pt

Camara Municipal de Coimbra
Praça 8 de Maio,
3000 - 300 Coimbra
geral@cm-coimbra.pt

Camara Municipal de Cantanhede
Praça Marquês de Marialva
3060-133 Cantanhede
geral@cm-cantanhede.pt

Camara Municipal de Condeixa-a-Nova
Largo Artur Barreto,
3150-124 Condeixa-a-Nova
geral@cm-condeixa.pt

Camara Municipal de Montemor-o-Velho
Praça da República
3140-258 Montemor-o-Velho
geral@cm.montemorvelho.pt

Camara Municipal de Penacova
Largo Alberto Leitão n.º 5
3360-341 Penacova
geral@cm-penacova.pt

Camara Municipal de Soure
Praça da República
3130-218 Soure
geral@cm-soure.pt

Camara Municipal de Mira
Praça da República
3070-304 Mira
geral@cm-mira.pt

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
DSOT - Direção de Serviços de Ordenamento do Território
Rua Bernardim Ribeiro n.º 80
3000-069 Mira
geral@ccdrc.pt

APA - ARH Centro
Edifício Fábrica dos Mirandas - Avenida Cidade Aemimium
3000-429 Coimbra
Arhc.geral@apambiente.pt

APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, SA
Comandante Joaquim S Mayor
Avenida de Espanha, Apartado 2007
3081-901 Figueira da Foz
Geral.apff@portofigueiradafoz.pt

IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos IP
Edifício Vasco da Gama, rua General Gomes Araújo
1399-005 Lisboa
imarpor@mail.telepac.pt

Capitania do Porto da Figueira da Foz
Capitão Humberto Rosa
Rua Eng.º Silva n.º 56
3080-150 Figueira da Foz
Capitania.ffoz@amn.pt

Instituto Português do Desporto e Juventude, IP.
Rua Rodrigo da Fonseca, 55
1250-190 Lisboa
geral@ipdj.pt

Federação Portuguesa de Surf
Avenida Marginal, Edifício Narciso
2775 - 604 Praia de Carcavelos
fps@surfingportugal.com

Federação Portuguesa de Motonáutica
Avenida Infante D. Henrique, s/n
Muralha Nova s/n
1900 - 264 Lisboa
fpm@fpmotonautica.org

Federação Portuguesa de Canoagem
Rua António Pinto Machado, 60
4100 - 068 Porto
geral@fpcanoagem.pt

Turismo de Portugal
Rua Ivone Silva, lote 6
1050 - 124 Lisboa
info@turismodeportugal.pt

Federação Portuguesa de Vela
Doca de Belém
1300 - 038 Lisboa
fpvela@fpvela.pt

Associação Nacional de Cruzeiros
Módulo I - Edifício de Apoio à Náutica de Recreio
Avenida de Brasília
1300 - 598 Lisboa
geral@ancruzeiros.pt

Instituto da Água
Avenida Almirante Gago Coutinho, 30
1000 - 000 Lisboa
ergsa@mail.tepepac.pt

Autoridade Marítima Nacional
Praça do Comércio
1100 - 148 Lisboa
girp@amn.pt

Escola Secundária C/3.º CEB Dr. Bernardino Machado
Rua Visconde da Marinha Grande n.º 15
3080 - 135 Figueira da Foz
direcao@aefigueiramar.pt

Escola Secundária C/3.º CEB de Cristina Torres
Várzea - 3080 - 831 Figueira da Foz
direcao@aefigueiranorte.pt

Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar
Rua da Escola C+S 3060 - 708 Tocha - Cantanhede
diretor.aegmtocha@gmail.pt

Escolas Limas-de-Faria
Rua Complexo Escolar 3060 - 183 Cantanhede
Presidente.finisese@gmail.com

Escola Secundária Fernando Namora
Rua de Longjumeau 3150 - 122 Condeixa-a-Nova
anabelalemos@aecondeixa.pt

Escola Secundária Jaime Cortesão
Rua Olímpico Nicolau Rui Fernandes 3000 - 303 Coimbra
direcao@aecoimbracentro.pt

Escola Secundária Dom Duarte
Rua António Augusto Gonçalves 3041 - 241 Coimbra
aecoimbraoeste@aecoimbraoeste.pt

Escola Secundária Dr.ª Maria Cândido
Rua Óscar Moreira da Silva 3070 - 330 Mira
direcao@escolasdemira.pt

Escola Básica e Secundária de Montemor-o-Velho
Largo Nossa Senhora do Desterro 3140 - 000 Montemor-o-Velho
direcao@aemontemor.pt

Escola Básica e Secundária de Penacova
Rua Dr. Homero Pimentel n.º 1 3360 - 344 Penacova
Direção.aepenacova@gmail.com

Escola Básica e Secundária Martinho Árias
Quinta das Nogueiras 3130 - 211 Soure
esma@escoladesoure.pt

Atores chave - Agentes Locais Licenciadas pelo Turismo de Portugal, I.P.

Adélia Maria dos Santos Saborano
Empresa Marítimo -Turística
Travessa Cabo Marques Melo, n.º 36 3070 - 763 Praia de Mira
Filomena_antonieta90@hotmail.com

Atividades na Natureza Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Sítio do Pinheiro lote 3 Oriá Bourbon de Bobone lote 20.6 3030 - 502 Coimbra
pnlsantos@gmail.com

A.R. - Adventure Riders, Unipessoal, Lda.
Empresa Marítimo-Turística
Rua Liberdade n.º 118, r/chão esquerdo 3025-006 Coimbra
adv@riders@hotmail.com

ADMS - Associação de Desenvolvimento.
Empresa Marítimo-Turística
Rua João Gaspar de Lemos Amorim 3080-606 Figueira da Foz

ARPMSUP - Associação Recreativa Praia de Mira Stand Up Paddle
Empresa Marítimo -Turística
Rua do Pinhal n.º 4 c/v Direita 3045-110 Coimbra
Gaac.veloso@gmail.com

Caminhos D'Água - Lazer Ativo, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Dom Afonso II, n.º 4 3030-396 Coimbra
info@caminhosdagua.com

Ciphercapacity, Unipessoal, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Dom Afonso II, n.º 4 3030-396 Coimbra
info@caminhosdagua.com

Coimbra Stand Up Paddle.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Dom Manuel I, 125 3.º esquerdo 3030-320 Coimbra
Coimbra.sup@gmail.com

Dos Anjos Gaudêncio - Comércio e Serviços Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Mendes dos Remédios 238 r/c 3040 - 262 Coimbra
j.gaudencio@sapo.pt

Daniel Jorge Gonçalves Conde de Carvalho.
Empresa Marítimo -Turística
Largo da Velha - Casa Velha 3130 - 509 Soure
Daniel.gc.carvalho@gmail.com

Fantastikradical, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Travessa do Morim n.º 1 3080 - 049 Figueira da Foz
ss.surfscool@gmail.com

Francisco de Paula Fontes de Albuquerque de Moura Relvas.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Miguel Torga, 64 – 2.º D 3030 - 165 Coimbra
francscorelvas@hotmail.com

Geoaventura - Atividades de Lazer e Desporto, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua D. João I, n.º 35 3045 - 025 Coimbra
geral@geoaventura.pt

GSSDCRM - Miro viagens Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Travessa da Caseira n.º 9 3360 - 073 Friúmes - Penacova
gssdcrrmtp@gmail.com

Hugo Emanuel Rodrigues Gomes Pereira.
Empresa Marítimo -Turística
Estrada dos Barros n.º 2, 3360 - 184 Penacova
macguinho@gmail.com

João Correia
Empresa Marítimo -Turística
Avenida da Barrinha 3070 - 792 Praia de Mira - Mira
Fjdmadeira1@hotmail.com

José Manuel Simões Bento.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Professor Mário Lima Viana Numero 3 1.º O 3090 - 874 Figueira da Foz
jmsbento@gmail.com

João Ferrand Amoroso Lopes.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Maria Vitoria Bourbon Bobone lote 22.6 Apto 654 3030 - 481 Coimbra
joaferrand@hotmail.com

Maria de Lurdes Rodrigues Francisco Batista.
Empresa Marítimo -Turística
Avenida Dr. Elísio de Moura, n.º 59 2.º esquerdo 3030 - 183 Coimbra
mlurfb@gmail.com

Maria Célia Maia Botas
Empresa Marítimo -Turística
Travessa do Telheiro, s/n 3070 - 823 Praia de Mira - Mira
jtomasio@sapo.pt

Maria Isabel S. Saborano Milheirão
Empresa Marítimo -Turística
Avenida Cidade de Coimbra, s/n 3070 - 761 Praia de Mira - Mira
agio@agio.pt

Pedro Nuno Lopes dos Santos.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Maria Vitoria Bourbon de Bobone lote 20.6 3030 - 502 Coimbra
pnlsantos@gmail.com

Pow - Portugalonwater, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Poeta João de Lemos n.º 32 3090 - 466 Maiorca - Figueira da Foz
pow@portugalonwater.pt

Surfing Figueira - Escola de Surf Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Rua Cabedelo 36 Cova Gala 3090 - 731 Figueira da Foz
escola@surfingfigueira.com

Tomásio - Gestão Hoteleira, Lda.
Empresa Marítimo -Turística
Avenida Cidade de Coimbra, 3070 - 762 Praia de Mira - Mira

APÊNDICE

IQ1: Oferta de serviços na sub-região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, no âmbito do turismo náutico.

Exmo/a. Senhor/a:

Com o Inquérito por Questionário (IQ1) pretende-se saber a opinião dos técnicos superiores que desenvolvem atividade profissional em entidades públicas da Sub-Região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, em matérias relacionadas com um modelo construtivo/equipamento desportivo que visa suprir às necessidades dos consumidores do turismo náutico.

No IQ1, algumas seções dizem respeito às suas perceções e opiniões, pelo que é fulcral que leia atentamente e responda com a maior sinceridade a todas as questões, não existindo respostas certas ou erradas.

A recolha de dados está abrangida pela máxima confidencialidade e obrigada ao completo anonimato. Por isso, por favor, não se identifique em nenhuma parte deste questionário. A informação será disponibilizada em agregados estatísticos.

O conceito do modelo construtivo organiza-se em torno de uma configuração octogonal com inspiração na molécula da água no seu estado sólido, de configuração hexagonal, por ser matematicamente linear e que responde e adapta-se facilmente à qualquer espaço físico.

Muito agradeço a colaboração!

P'lo Grupo de Investigação

Para esclarecimento de eventuais dúvidas, não hesite em estabelecer contacto:

Grupo de Investigação: venturapjs@gmail.com

Informações complementares:

i) Conceito de Turismo Náutico

Entende-se por turismo náutico como sendo uma tipologia turística alternativa cada vez mais popular que se define como férias ativas em contacto com a água, através da realização de atividades como a navegação em barcos à vela ou iates, bem como outras atividades lúdicas e desportivas que impliquem o desfrute da natureza neste contexto.

ii) Síntese da caracterização do Modelo Construtivo:

O modelo construtivo assenta no conceito da agregação e desagregação de várias sub-células e a consequente definição dos vários elementos arquitetónicos que fazem parte de uma lista a disponibilizar aos potenciais interessados em jeito de "menu", com várias soluções agregadoras em si, relacionando ideias para os espaços e suas funções desportivas versus necessidades sociais do concelho, entre outros atributos, que por sua vez serão colocados, como que, transportados para o edifício geral "Main-Cell", em função da necessidades do município ou promotor, como se de uma ou várias peças de um lego se tratasse.



IQ1: Oferta de serviços na sub-região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, no âmbito do turismo náutico.

Exmo/a. Senhor/a:

Com o Inquérito por Questionário (IQ1) pretende-se saber a opinião dos técnicos superiores que desenvolvem atividade profissional em entidades públicas da Sub-Região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, em matérias relacionadas com um modelo construtivo/equipamento desportivo que visa suprir as necessidades dos consumidores do turismo náutico.

No IQ1, algumas seções dizem respeito às suas perceções e opiniões, pelo que é fulcral que leia atentamente e responda com a maior sinceridade a todas as questões, não existindo respostas certas ou erradas.

A recolha de dados está abrangida pela máxima confidencialidade e obrigada ao completo anonimato. Por isso, por favor, não se identifique em nenhuma parte deste questionário. A informação será disponibilizada em agregados estatísticos.

O conceito do modelo construtivo organiza-se em torno de uma configuração octogonal com inspiração na molécula da água no seu estado sólido, de configuração hexagonal, por ser matematicamente linear e que responde e adapta-se facilmente à qualquer espaço físico.

Muito agradeço a colaboração!

P'lo Grupo de Investigação

Para esclarecimento de eventuais dúvidas, não hesite em estabelecer contacto.

Grupo de Investigação: venturapjs@gmail.com

Informações complementares:

i) Conceito de Turismo Náutico

Entende-se por turismo náutico como sendo uma tipologia turística alternativa cada vez mais popular que se define como férias ativas em contacto com a água, através da realização de atividades como a navegação em barcos à vela ou iates, bem como outras atividades lúdicas e desportivas que impliquem o desfrute da natureza neste contexto.

ii) Síntese da caracterização do Modelo Construtivo:

O modelo construtivo assenta no conceito da agregação e desagregação de várias sub-células e a consequente definição dos vários elementos arquitetónicos que fazem parte de uma lista a disponibilizar aos potenciais interessados em jeito de "menu", com várias soluções agregadoras em si, relacionando ideias para os espaços e suas funções desportivas versus necessidades sociais do concelho, entre outros atributos, que por sua vez serão colocados, como que, transportados para o edifício geral "Main-Cell", em função da necessidades do município ou promotor, como se de uma ou várias peças de um lego se tratasse.



* Required

Caracterização Sócio-Profissional 1. Género *

Masculino

Feminino

2. Idade *

Your answer

3. Profissão *

Your answer

4. Nacionalidade *

Portuguesa

Espanhola

Inglesa

Francesa

Outra

5. Habilitações Literárias *

Bacharel

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outra



6. Designação do Curso *

Your answer

7. Qual a importância atribuída a conceção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Sem opinião

8. Que importância atribui aos equipamentos e Infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico? *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada Importante
- Sem opinião



9. Qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Grandes Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pequenos Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pavilhões Desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de Desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
piscinas Cobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Descobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros Espaços Desportivos (Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Rádio Modelismo e Pista de Saltos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



10. Qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Grandes Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pequenos Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pavilhões Desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de Desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Cobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Descobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros Espaços Desportivos (Centro Náutico, Ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Salto)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Avaliação do local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha de instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade aos locais de prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Orgânica/ estrutura organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Marketing	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Documentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apetrechamento (Equipamentos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quadros Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Instalações sanitárias e duches	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ginásio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja desportiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Spa - sauna / jacuzzi / banho turco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bar e cafetaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enfermaria / gabinete médico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loft - dormitórios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Multibanco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oficina reparação equipamentos desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Laboratório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Educação Ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço multiusos - lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja de aluguer material desportivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Sala de formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sala de treinadores e formadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arrumos e instalações técnicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agência de viagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sala e biblioteca infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Restaurante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Discoteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salão de beleza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sala de massagem e terapias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salão de jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista a satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região? *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Sem opinião



15. Concorda com a necessidade de conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

16. Concorda com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião



17. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

18. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião



19. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público marítimo? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

Chegou ao fim. Muito obrigado.

Your answer



IQ2: Procura de serviços na sub-região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, no âmbito do turismo náutico.

Exmo/a. Senhor/a:

Com o Inquérito por Questionário (IQ2) pretende-se saber a opinião de consumidores e não consumidores da Sub-Região do Litoral Centro de Portugal - Região do Baixo Mondego, em matérias relacionadas com um modelo construtivo/equipamento desportivo que visa suprir as necessidades do turismo náutico.

Algumas seções dizem respeito às suas perceções e opiniões, pelo que é fulcral que leia atentamente e responda com a maior sinceridade a todas as questões, não existindo respostas certas ou erradas.

A recolha de dados está abrangida pela máxima confidencialidade e obrigada ao completo anonimato. Por isso, por favor, não se identifique em nenhuma parte deste questionário. A informação será disponibilizada em agregados estatísticos.

O conceito do modelo construtivo organiza-se em torno de uma configuração octogonal com inspiração na molécula da água no seu estado sólido, de configuração hexagonal, por ser matematicamente linear e que responde e adapta-se facilmente à qualquer espaço físico.

Muito agradeço a colaboração!

P'lo Grupo de Investigação

Para esclarecimento de eventuais dúvidas, não hesite em estabelecer contacto.

Grupo de Investigação: venturapjs@gmail.com

Informações complementares:

i) Conceito de Turismo Náutico

Entende-se por turismo náutico como sendo uma tipologia turística alternativa cada vez mais popular que se define como férias ativas em contacto com a água, através da realização de atividades como a navegação em barcos à vela ou iates, bem como outras atividades lúdicas e desportivas que impliquem o desfrute da natureza neste contexto.

ii) Síntese da caracterização do Modelo Construtivo:

O modelo construtivo assenta no conceito da agregação e desagregação de várias sub-células e a consequente definição dos vários elementos arquitetónicos que fazem parte de uma lista a disponibilizar aos potenciais interessados em jeito de "menu", com várias soluções agregadoras em si, relacionando ideias para os espaços e suas funções desportivas versus necessidades sociais do concelho, entre outros atributos, que por sua vez serão colocados, como que, transportados para o edifício geral "Main-Cell", em função da necessidades do município ou promotor, como se de uma ou várias peças de um lego se tratasse.

* Required

Caracterização Sócio-Profissional 1. Género *

Masculino

Feminino

2. Idade *

Your answer

3. Profissão *

Your answer

4. Nacionalidade *

Portuguesa

Espanhola

Inglesa

Francesa

Outra

5. Habilitações Literárias *

Bacharel

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outra

10. Qual a importância atribuída a concepção de um plano de desenvolvimento do turismo náutico para a sub-região do Litoral Centro de Portugal - Baixo Mondego *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Sem opinião

11. Que importância atribui aos equipamentos e Infraestruturas desportivas na ótica da atração de fluxos interessados no consumo do turismo náutico? *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Sem opinião

12. Qual a importância das diversas tipologias de equipamentos desportivos, na afirmação da sub-região enquanto destino turístico privilegiado ao nível do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Grandes Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pequenos Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pavilhões Desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de Desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
piscinas Cobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Descobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros Espaços Desportivos (Centro Náutico, Ciclo Vias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Rádio Modelismo e Pista de Saltos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Qual a importância que atribui à classificação e qualidade dos equipamentos desportivos existentes na sub-região? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Grandes Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pequenos Campos de Jogos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pavilhões Desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de Desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Cobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piscinas Descobertas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pistas de Atletismo e Espaços Polivalentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros Espaços Desportivos (Centro Náutico, Ciclovias, Parques Radicais, Picadeiros, Pistas de Obstáculos, Pista de Radio Modelismo, Pistas de Salto)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Qual a importância atribuída aos fatores de escolha da localização para a instalação de um equipamento desportivo que permita satisfazer as necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Avaliação do local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igualdade dos cidadãos no acesso ao desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permitir que os consumidores tenham alternativas na escolha de instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade aos locais de prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidades facilitadas pela existência de redes de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Qual a importância dos 12 fatores de desenvolvimento do desporto, na potenciação da prestação de serviços no âmbito do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Orgânica/ estrutura organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Marketing	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Documentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apetrechamento (Equipamentos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quadros Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Quais as valências (sub-células) que considera relevantes existirem num equipamento desportivo, na potenciação da prestação de serviços de qualidade superior no âmbito do turismo náutico? *

	Muito importante	Parcialmente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião
Instalações sanitárias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ginásio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja desportiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SPA - sauna / jacuzzi / banho turco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bar e cafetaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enfermaria / gabinete médico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loft - dormitórios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Multibanco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oficina de reparação de equipamentos desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Laboratório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de educação ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço multiusos - lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja de aluguer material desportivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sala de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

formação

Sala de treinadores e formadores

Arrumos e instalações técnicas

Agência de viagens

Sala e biblioteca infantil

Restaurante

Salão de beleza

Sala de massagens e terapias

Salão de jogos

17. Qual a importância atribuída às diversas valências que um equipamento desportivo deverá integrar com vista a satisfação de necessidades dos consumidores de turismo náutico na sub-região? *

- Muito importante
- Parcialmente importante
- importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Sem opinião



18. Concorda com a necessidade de se conceber um equipamento desportivo que consiga dar resposta às necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

19. Concorda com a necessidade de conceber, na região, um equipamento desportivo que agregue diversos serviços no âmbito das necessidades dos consumidores do turismo náutico? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião



20. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano Diretor Municipal? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

21. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião



22. Considera suficientes as infraestruturas desportivas existentes ligadas ao turismo náutico enquadradas em área do Domínio Público marítimo? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Sem opinião

Chegou ao fim. Muito obrigado.

Your answer